

CÂMARA DO DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR
COLEÇÃO



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII –

SUPLEMENTO AO Nº 55 – QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1993

BRÁSILIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1992.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezoito de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, na sala no. 05 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores Congressistas: Senadores Márcio Lacerda, Wilson Martins, Elcio Alvares, Beni Veras, Jonas Pinheiro e Carlos Patrocínio, Deputados Pinheiro Landim e Nelson Jobim. Deixam de comparecer por motivos justificados, os demais membros. Declara aberta a reunião, o senhor Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, comunicando o objetivo da mesma: mesa redonda sobre "A Federação e o Desenvolvimento Regional no Brasil. Papel dos Diversos Níveis de Governo", tendo como palestrantes a Dra. Aspázia Camargo, Coordenadora Geral do Fórum Permanente da Fundação Getúlio Vargas e o senhor Deputado Federal Nelson Jobim. Em seguida, o senhor Presidente convida os palestrantes para tomarem assento à mesa e passa a palavra ao senhor Relator, Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Relator faz elogios aos palestrantes e comenta sobre o tema a ser debatido. Após, o senhor Presidente passa a palavra a Dra. Aspázia Camargo. Concluída a exposição, o senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Nelson Jobim. Concluída a exposição, o senhor Presidente dá início a fase de interpeleções, onde fazem uso da palavra os senhores Senadores Carlos Patrocínio e Márcio Lacerda. Terminada a fase de interpeleções, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Relator, para fazer comentários finais a respeito da reunião. Em seguida, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores palestrantes, Congressistas e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


SENADOR BENI VERAS

ANEXO A ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO . SENADOR ÉLCIO ALVARES
RELATOR SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Declaro aberta mais uma reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810 de 1991, de autoria do Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

Hoje vamos ter em nossa reunião uma mesa redonda a respeito da Federação e do Desenvolvimento Regional no Brasil, Papel dos Diversos Níveis de Governo. A nossa convidada é a Drª Aspázia Camargo, Coordenadora-Geral do Fórum Permanente da Fundação Getúlio Vargas.

Vou ler o Currículo da Drª Aspázia para efeito de fixação em nossos Anais: Doutora pela Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris; Coordenadora do Fórum Permanente da Fundação Getúlio Vargas, que vem discutindo temas estratégicos nacionais; Coordenadora da Subcomissão - "Repensar a Federação", na Comissão de Reforma Constitucional do Instituto de Estudos e Avanços, da Universidade de São Paulo; trabalho recente para o Colégio do México - "A Federação Acorrentada" no prelo - Editora Fonde de Cultura do México; preparando: "O Federalismo Incompleto - Encontro de Contas da Crise Brasileira". Esse é o currículo, mas a Drª Aspázia Camargo já é figura nacional, altamente respeitada nos nossos meios culturais e por certo vai engrandecer o trabalho que esta Comissão está realizando e que resultará na edição de todas as nossas palestras e que será encaminhada ao Governo do Brasil.

Também registramos, com muita satisfação, a presença hoje do Deputado Nelson Jobim, que tem sido um constitucionalista emérito, com participação muito ativa na Câmara Federal. Neste momento, ele é convidado, juntamente com a Dr^a Aspázia Camargo, para integrar a Mesa, quando daremos início à nossa Mesa Redonda.

Concedo a palavra ao Senador Bení Veras, Relator desta Comissão e que tem sido, na realidade, o grande fomentador dos trabalhos da Comissão Especial.

O SR. RELATOR (Bení Veras) - Tomamos a iniciativa de convidar a Dr^a Aspázia Camargo e o Deputado Nelson Jobim para discutirmos a questão da Federação. É um assunto palpitante que está sendo discutido amplamente no País inteiro e merece, portanto, um exame mais aprofundado. Para isso, nossos convidados especialistas, reconhecidos nacionalmente, como a Dr^a Aspázia, que tem estudado este problema de longa data, certamente darão uma contribuição a fim de que entendamos melhor o problema.

Há questões no País que se situam no âmbito da organização da Federação, por exemplo, as enormes desigualdades de rendas que existem entre diversos estados e diversas regiões. Podemos citar: o Piauí com US\$480 de renda e São Paulo, com US\$4.000 de renda. Então, cria-se uma pirâmide de grandes desigualdades, dificultando realmente a harmonização dessas situações que são muito díspares. Portanto, a Federação sofre essa contestação na sua origem que é a desigualdade extrema por que passa o País, seus Estados e suas Regiões. Existem até mesmo desigualdades muito sérias dentro das Regiões. Esta questão merece nosso exame e estas pessoas que aqui estão são bastante qualificadas para discussão deste tema. Podemos, no desenvolvimento da reunião, buscar melhores esclarecimentos para esta questão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste instante, concedo a palavra à Dr^a Aspázia Camargo para sua exposição inicial.

A SR^a ASPÁZIA CAMARGO - É uma grande honra ser convidada desta Comissão que, realmente, considero como a comissão estratégica mais importante, no momento, do Congresso brasileiro. Isto por uma razão muito simples: porque é exatamente o problema da Federação que constitui o nó górdio da crise brasileira e é por ele que passam todos os constrangimentos e dificuldades que o País vem enfrentando. Estes, em última instância, derivam do fato de que somos um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e que não é fácil, no mundo de hoje, enfrentar os problemas de globalização, que estão aí na ordem do dia, gerindo um território deste tamanho e desta heterogeneidade. É exatamente este o problema fundamental que esta Comissão tem discutido e para o qual tem tentado propor soluções.

Acho que a Reforma Constitucional de 93 é o nosso indicador principal do trabalho que devemos realizar e do consenso que devamos obter dentro e fora do Congresso, porque, na realidade, creio estar claro para todos nós, o Brasil só sairá da crise quando suas elites tiverem construído um consenso básico mínimo em torno dos problemas nacionais e das principais soluções para os mesmos e quando tiverem desenvolvido a capacidade de convencimento junto às lideranças sociais e aos diferentes estados da federação brasileira.

Se não encararmos o problema da crise brasileira sob o ponto de vista da sua heterogeneidade, da diversidade espacial do País e, sobretudo, tendo em vista a absoluta necessidade de criar homogeneidades mínimas que tornem este País governável, teremos que lidar com a possibilidade, cada vez maior, de um grande fracasso.

Acredito que a crise brasileira, de certa maneira, é hoje mais dramática e teatral do que propriamente intransponível. É da ordem das coisas que isso seja assim, quer dizer, levamos muito tempo para maturar os dados, para maturar uma reflexão, mas a solução final dos problemas sempre exige iniciativas politicamente duras, porque, na realidade, a política é um campo muito grande de tensões e, naturalmente, tirar poder de alguns grupos para liberar poder para outros grupos emergentes, não pode ser uma tarefa fácil. Em nenhum país, em nenhum lugar da História isso aconteceu com facilidade. E o nosso País está vivendo a dificuldade de ter que enfrentar uma situação de colapso, não apenas do pacto corporativo que começou em 1930, mas de ter que enfrentar o colapso de três pactos que, historicamente, se articularam ao longo do tempo e que têm mais de 150 anos. Quer dizer, o Brasil evoluiu em várias etapas; numa primeira, através do patrimonialismo, através dos grupos, clãs locais e municipais, geramos assim o pacto territorial que nos garantiu este território através de um governo imperial e centralizado.

Num segundo momento geramos não o federalismo que pretendíamos, mas um pacto regional, que, sem dúvida alguma, foi um progresso, porque conseguiu transformar as regiões em atores políticos. Mas essas regiões não se converteram em atores de uma federação organizada, esses estados comportavam-se como atores regionais e foi isso que a República velha nos deu: um pacto de governadores, uma política de governadores que aí está, mais viva do que nunca, que prestou serviços ao País à medida em que o protegeu da sanha dos interesses municipalistas e locais - nesse ponto Campos Sales foi um grande estrategista político, mas, sem dúvida alguma, esse pacto não foi capaz de implantar uma democracia no Brasil, como o nosso modelo de federalismo americano pretendia, tampouco foi capaz de assegurar ao País o equilíbrio regional, porque, a rigor, o que percebemos é que a partir de 1920 o Governo Federal

ficou a serviço de uma unidade da Federação, que era São Paulo, cuja economia entrou em crise.

De modo que esse comprometimento escandaloso do Governo Federal com uma unidade da Federação gerou a Revolução de 30, gerou também a reação de São Paulo, até certo ponto justa porque também pretendia não deixar morrer a Federação, o que era o objetivo do Movimento do Tenentismo, naquela época. Quer dizer, o Tenentismo pretendia criar um Estado altamente modernizador, mas unitário. E foi a intervenção de São Paulo, em 1932, que permitiu uma conciliação que, na verdade, assegurou a Getúlio Vargas a hegemonia desse processo, pois Getúlio foi aquele que percebeu que o Modelo Tenentista não iria dar certo e que deveria haver uma mediação regional nesse pacto corporativo que estava sendo montado. Então a grande

função de Getúlio Vargas, nisso tudo, foi entrar como um fator mediador junto à Federação e também montar o pacto, que é este que hoje vemos ruindo, da seguinte maneira: vamos concentrar os recursos econômicos numa Região - São Paulo - que é a mais competitiva, que apresenta recursos humanos mais favoráveis; nós não temos condições de criar vários pólos de desenvolvimento neste País, porque matamos, naquele momento, o pólo de desenvolvimento de Pernambuco, jogando os fornecedores de cana contra os usineiros - que eram, potencialmente, os empresários da época - e construímos um grande pólo de desenvolvimento em São Paulo, que foi financiado por todo o País, sobretudo pelos Estados exportadores, como a Bahia, por exemplo, e vários do Nordeste. Clemente Mariani, a partir de 1940, começa a refletir sobre isso em seus famosos relatórios do Banco da Bahia, chamando a atenção para o fato de que a Bahia estava financiando São Paulo.

Celso Furtado vai tomar conhecimento dessas informações de Clemente Mariani e vai transformar a proposta na criação da SUDENE, que foi um momento importante no qual o País se deu conta de que aquele pacto que Getúlio tinha montado era um pacto que não podia funcionar daquela maneira.

E qual era a natureza desse pacto? Se o poder econômico está sendo concentrado numa Região, nós precisamos dar o poder político às Regiões mais pobres, de maneira a contrabalançar os poderes dentro da Federação brasileira.

É exatamente isso que está ruindo agora e, evidentemente, não é fácil desmontar três pactos ao mesmo tempo.

Nós estamos tentando construir uma verdadeira Federação, mas conseguimos a façanha, de certa maneira, de agravar dramaticamente todos os problemas, na medida em que a Constituição de 88 consagra o Federalismo, mas não foi capaz de construir uma engenharia política completa e adequada para encaminhar os problemas que este Federalismo envolve.

Então, neste momento preciso, penso que estamos correndo grandes riscos.

Em primeiro lugar, a possibilidade real de chegar a um entendimento, mas a um entendimento que vai exigir alta capacidade estratégica, alta capacidade de coordenação, o que acredito seja uma negociação que só possa ser feita dentro do Congresso.

Isso exige que nós possamos combinar várias reformas ao mesmo tempo, que nós possamos tratar os problemas econômicos junto com os problemas políticos, da importância desta Comissão, porque ela está preocupada com o problema econômico, no momento em que o Brasil praticamente passa o tempo todo discutindo reformas políticas.

A questão da reforma fiscal, que está gerando tanto constrangimento e tantas dificuldades, é exatamente derivada do fato de que nós não temos uma transparência adequada para ver e examinar esses problemas.

E é exatamente na medida em que essa transparência não existe, em que os atores que disputam os recursos são obscuros, pouco transparentes, que os problemas se agravam, porque as soluções estão sendo procuradas no lugar errado.

E qual é a possibilidade de que esse problema se agrave? Ela é muito grande. Se não houver coragem para enfrentar - a esta altura, eu diria os números - o mapeamento exaustivo de todas as áreas nas quais o Federalismo joga a sua cartada decisiva, vamos ter que começar cada vez mais a lidar com o sério risco de que possamos fragmentar o País.

Essa é uma questão extremamente delicada, e confesso que tenho tratado publicamente dela com grande recato, pela dificuldade que o País tem de lidar com isso, pelos riscos que nós corremos, até mesmo trazendo o problema à discussão, mas estou absolutamente segura de que este é o lugar perfeito para que esses assuntos possam ser discutidos.

Evidentemente, estamos sempre muito ciosos das nossas conquistas, esquecendo de que no bojo de uma grande reestruturação as grandes conquistas podem ser perdidas, também; e que nada na política é definitivo, a não ser que a clarividência de uma elite política, que a clarividência dos governantes, a unidade mínima consensual desses governantes possa tratar do assunto com a seriedade que ele merece.

Anteontem estive num programa de televisão, debatendo com o presidente do comitê central da República Independente dos Pampas, e ele me afirmou, olhando nos meus olhos, assim diretamente, antes do programa, dizendo: "Mas que bom que a senhora é historiadora, porque a senhora está sendo testemunha ocular de

grandes mudanças, e eu lhe garanto que o problema do Rio Grande do Sul não vai ser o único. O País vai se fragmentar e a senhora vai ser testemunha de tudo isso. Convidou-me para participar de um grande encontro que será realizado em abril, dizendo que já existem dois milhões de assinaturas em favor do separatismo do Sul, disse-me também que há, hoje, setecentos municípios, nos três Estados do Sul, que já têm comitês organizados, com cerca de quinze a vinte membros cada um. E quando perguntei a ele qual era a população do seu município, que é Santa Cruz, ele me respondeu de uma maneira extremamente insólita, dizendo que o Município tinha 140 mil germânicos e 10 mil habitantes e que o mesmo acontecia em alguns municípios vizinhos de influência italiana. Ele me informou ainda que era empresário de confecção, que pagava todos os seus impostos, mas que achava absolutamente intolerável continuar pagando esses impostos, que jamais lhe eram devolvidos e que, na verdade, iam alimentar as oligarquias decadentes do Nordeste brasileiro.

A bandeira é muito especial, com nítida influência germânica. Vi no preto um toque de *üppig*. Então, são dados concretos com os quais nós estamos lidando. Evidentemente, o Brasil tem jogo de cintura para poder lidar com o assunto, mas eu não tenho a menor dúvida de que essas questões, se não forem devidamente resolvidas, vão se agravar, e nós temos que levar em conta que um país não acaba apenas porque grupos bélicos em confronto chegam às vias de fato. Um país pode acabar como o Império Romano acabou, pela invasão dos bárbaros, pela lenta e gradual decomposição do seu poder central, coisas a que estamos assistindo tranqüilamente em várias regiões do Brasil. Eu mesma, visitando a Paraíba, pude constatar que, num convento que é do Prê-Memória, que era do Governo Federal, os funcionários estão sendo pagos agora pela cúria, e o Governo Federal é citado e lembrado como uma coisa extremamente remota.

Então, cada parte do Governo Federal que está sendo abandonada por falta de recursos é como se fosse uma espécie de gangrena, lenta, mas inexorável e irreversível, que pode levar a um trágico desfecho. É evidente que não devemos minimizar um fato hoje internacionalmente reconhecido, que esse sistema que está se globalizando, está se pulverizando e fragmentando. Esse não é um privilégio do Brasil. Na reunião dos Verdes, na Conferência de 92, a Escócia tinha um representante autônomo. Não havia mais Inglaterra, havia Escócia. A Catalunha também. Sabemos que a Lombardia também está se dividindo, para não falar na questão da União Soviética que acho extremamente semelhante ao caso brasileiro, com a inserção do fato de que a União Soviética era uma confederação, digamos assim, forçada de etnias, e o Brasil tem, realmente, uma homogeneidade maior, mas, em compensação, não tem o poder militar, não tem a potência econômica e nem os recursos humanos que a União Soviética tinha. Portanto, acredito que essa seja uma comparação que somos obrigados a fazer hoje e que é extremamente importante porque ela revela as fraquezas do nosso País quando procuram, digamos assim, minimizar a importância das questões econômicas e dos reajustes econômicos em favor de uma pauta de reformas políticas. Foi, na verdade, isso que se passou na União Soviética. A *Glasnost* teve absoluta prioridade sobre a *Perestroika*, e foi exatamente o fracasso da *Perestroika* que derrubou a URSS e que pode vir a derrubar também a Rússia.

Se o problema mundial se encaminha nesse sentido da fragmentação, é porque os capitais internacionais trabalham dessa maneira. É muito fácil para um região qualquer do globo hoje, inclusive do Brasil, se autofinanciar do ponto de vista econômico, basta simplesmente que ela tenha algum recurso estratégico importante e que ela tenha um bom comprador, seja na Comunidade Européia, seja nos Países Asiáticos. Portanto, o que está acontecendo conosco é que nós estamos há dez anos em crise profunda e que cada unidade da Federação brasileira começa a fazer uma espécie de cálculo privado, tentando imaginar o que aconteceria se ela não tivesse que carregar uma locomotiva com tantos vagões emperrados e sem combustível, e, se o combustível é pouco, se não é melhor dividir essa locomotiva e que cada um trate de si mesmo.

Evidentemente que dentro desse cálculo - e o Senador Márcio Lacerda, aqui presente, está fazendo este cálculo para várias unidades da Federação - muitos estados, que estão hoje inteiramente inviabilizados, poderão tranqüilamente alçar voo. Começo pelo Rio de Janeiro que é um grande produtor de petróleo, e vende petróleo maciçamente para São Paulo sem receber um tostão de ICMS. O mesmo acontecendo com o Rio Grande do Norte.

Acontecem coisas desse tipo no Brasil. Estamos falando de uma crise que não é uma crise homogênea. O País não é homogêneo, é desequilibrado. A crise também é desequilibrada. Alguns Estados estão sofrendo mais do que outros e alguns não estão sofrendo nada, estão muito bem. Outros estão fazendo as contas e chegando à conclusão que se estivessem sozinhos poderiam estar muito melhor.

Esse é um dado que se encaixa perfeitamente com a lógica do capital internacional. A lógica do liberalismo é exatamente essa. O liberalismo, por exemplo, não se interessa pela Rússia. Pode se interessar por Moscou e adjacências, pode se interessar pelos celeiros da Ucrânia, pode se interessar por aquelas áreas como, por exemplo, Carajás, onde existe ouro que pode ser exportado e viabilizado e que, seguramente, estaria melhor separado do que junto. Aliás, tive a informação de pessoas do Pará de que tanto em Carajás quanto em Ponta de Trombetas, os japoneses estão absolutamente articulados com as elites locais para separar o Estado do Pará. Por quê? Porque ninguém que tem alguma possibilidade de recursos quer dividir com os outros,

nas vizinhanças, que possam ser sorvedouros de dinheiro. É caso do Triângulo Mineiro e de outros mais.

De modo que, assim como há pressão divisionista dentro do Brasil, há pressões divisionistas fora do Brasil. O capital internacional se interessa por essa lógica de decomposição dos territórios. Até porque o estado nacional, hoje, é um problema em todos os lugares do mundo. A crise política não é um privilégio do Brasil, ela afeta, hoje, todos os países. Os que são parlamentaristas - o Deputado Nelson Jobim pode, talvez, confirmar este fato - estão querendo ver se melhoram a situação passando para o presidencialismo; os que são presidencialistas estão querendo mudar para o parlamentarismo. Mas, na verdade, os Poderes Executivo e o Congresso Nacional, em todos os países do mundo, estão vivendo dificuldades muito grandes, pelo simples fato de que o capital internacional passeia globalmente por cima das fronteiras. Na verdade, o estado nacional é um embaraço, pela legislação e pela regulamentação, a esses negócios. Para instalar uma *joint venture*, como acompanhei, por exemplo, no sul da França, o capital internacional tem que lidar com a legislação francesa, com a legislação italiana, da qual a *joint venture* faz parte e com a legislação, por exemplo, de Nice. Tudo isso complica a vida do capital, e ele, quando encontra possibilidade de destruir essas barreiras, tranquilamente, trabalha no sentido de destruí-las.

Separatismo, hoje, no Brasil, obriga-nos a lidar com algo que é muito importante nas discussões nesta Comissão, que são os estados estrategicamente posicionados no sentido de atrair ou de viabilizar grandes projetos internacionais. São eles, a meu ver, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que estão envolvidos com o Mercosul, que é um grande conluio do capital internacional, contra o qual não temos absolutamente nada, a não ser o fato - lembrado por Henry Kissinger - de que não é para valer. Graças a Deus se não for para valer porque, a rigor, no Mercosul existiriam grandes trocas de capitais multinacionais instalados nesses diferentes países, o que, evidentemente, torna extremamente vulnerável o Rio Grande do Sul, tanto no sentido de garantir competitividade, quanto no sentido de poder se integrar a uma região que é culturalmente a sua. Porque é obvio que o Rio Grande do Sul, culturalmente falando, está tão, ou mais, próximo da Argentina ou do Uruguai do que do próprio Brasil. Todos eles tomam chimarrão, a língua que falam é meio espanholada, meio aportuguesada, enfim, há uma série de afinidades profundas entre eles que podem ser levadas adiante, em uma articulação econômica desse tipo.

O outro polo estratégico muito importante é o Norte, porque estamos discutindo também a representação dos Estados dentro do Congresso e isso evidentemente torna esses territórios extremamente vulneráveis.

Não sei se V.Ex^{as} se lembram, mas no dia da votação do *impeachment* todos os Deputados e representantes do Amapá lembraram que as relações do Amapá com o Governo Federal são hoje extremamente remotas, para não dizer inexistentes. A viúva do governador do Amapá que foi assassinado lembrou na ocasião que se sentia profundamente ofendida com o fato de que o Governo Federal não mandou representantes para as exéquias do Governador, e que se a situação continuasse desse jeito - dizia ela - eles iriam acabar querendo voltar para a Bolívia. E todos os Deputados, no dia do *impeachment*, repetiram a mesma coisa: que o Governo Federal não chega até lá.

O Amapá é um Estado onde não existem tribunais, como a OAB lembrou naquela famosa crise em que houve problemas sérios ali de morte de posseiros, etc. Os tribunais não existem, não existe Poder Judiciário nesses Estados, que estão praticamente entregues ao tráfico de drogas, e são evidentemente extremamente vulneráveis pelo fato de que a internacionalização da Amazônia é um velho sonho da comunidade mundial, que hoje volta muito forte com os movimentos ecológicos, com as pressões para a ocupação da região e exploração de seus minérios. Realmente, o problema da Amazônia voltou com força total, e temos que tratar da sua representação e da sua ocupação com uma grande delicadeza pelo fato de ser ela uma região estrategicamente tão importante quanto é o Rio Grande do Sul.

A fragilidade crescente do Governo Federal é algo que nós deveríamos levar em conta, e eu chamaria a atenção de V.Ex^{as} para um fato muito curioso e muito revelador do inconsciente coletivo brasileiro. Nós somos o único estado federativo que considera federação sinônimo de confederação. Quando falamos em federação, imediatamente pensamos nas unidades federadas; não pensamos no Governo Federal, que é a União. Isso não acontece no México, nem na Argentina, nem na Venezuela, nem nos Estados Unidos. Quando se fala em federação, fala-se em governo federal, em União. Isso nos revela muito bem até que ponto resolvemos mal esse problema da relação entre a unidade central e as unidades federadas.

Isso nos obriga a considerar também a importância, digamos assim, do fato de que a administração federal, hoje, está inteiramente esfacelada. Podemos dizer que o maior inimigo do Governo Itamar Franco hoje é a máquina administrativa do Governo Itamar Franco. Ele não pode contar com essa máquina para coisa nenhuma, porque o grande mal que o Governo Collor fez ao País, e que não está sendo suficientemente discutido, é que ele transformou a administração federal em unidade de negócios, nas chamadas *strategic business units*, que são exatamente a forma como as empresas trabalham para dar agilidade aos negócios. As unidades de negócios foram duas: a infra-estrutura, que se reuniu numa só, e a Fazenda, que também se reuniu numa só para facilitar o fluxo do dinheiro e a sua manipulação.

O que resultou de tudo isso foi que a máquina federal está praticamente esfacelada hoje em seus pontos estratégicos, e eu gostaria de lembrar aqui a gravidade desse fato. Em primeiro lugar, porque descapitalizou a legitimidade do Governo Federal. Essa é uma questão extremamente importante de ser levantada, já que criamos uma situação, um impasse muito especial, pois o Governo Federal se descapitalizou e o Congresso Nacional, que começou a se capitalizar com o **impeachment**, não conseguiu ainda alçar vôo.

Estamos numa situação híbrida extremamente grave, em que não temos poder em nenhum lugar, nem temos uma distribuição clara de poderes entre o Executivo e o Congresso Nacional. Essa indefinição certamente trabalha contra o Brasil num momento crucial em que precisamos tomar decisões estratégicas concertadas, articuladas umas com as outras.

No mesmo sentido, gostaria de fazer aqui uma denúncia que o Brasil inteiro precisa ouvir: não vamos contar mais com estatísticas para avaliar o desempenho nem da máquina federal, nem das máquinas estaduais; não vamos mais poder contar com os documentos que esta Comissão está produzindo e que são da maior importância, porque as contas nacionais do IBGE não estão sendo realizadas. E tive notícias aqui de que vários dos estudos que o IBGE vinha fazendo sobre os PIBs dos Estados estão sendo cancelados este mês, de modo que não vamos ter estatísticas para poder comparar sequer a situação, por exemplo, do impacto da crise pré e pós-Cólor sobre os Estados da Federação brasileira. Não vamos ter dados para decidir.

O problema é muito grave, porque estamos trabalhando sem dados, estamos trabalhando com dados errados. O Senador Beni Veras e eu estamos agora confrontando dados até sérios sobre a questão da representação dos Estados. Pode constatar que as diferenças são enormes e que certamente os dados que S. Ex.^a tem são melhores que os meus.

Tenho enfrentado o mesmo problema na avaliação do impacto das mudanças da Constituição de 1988 sobre as transferências de recursos do Governo Federal para os Estados. O próprio José Roberto, que trabalha com o Deputado José Serra, fez dois levantamentos em dois anos diferentes que resultaram em dados inteiramente diferentes. Se compararmos os dados de Rogério Werneck com os de José Roberto, constatamos que também não combinam.

Estamos exatamente como um avião no escuro, voando sem instrumentos e tendo de fazer uma aterrissagem em um destino ignorado. Não temos os dados essenciais para tomar a decisão fundamental de construir o novo pacto federativo.

Esse novo pacto tem de ser baseado na transparência do orçamento e do PIB. Novamente lembro aqui o Senador Márcio Lacerda, que está insistindo sobre isto: o Brasil real vai muito melhor que o Brasil formal; muitas vezes a economia dos Estados vai bem, mas a política, a sua administração, as suas finanças vão mal.

Tudo isso só podemos avaliar concretamente, se tivermos dados que possamos comparar. E esses dados, que já são muito precários, estão sendo absolutamente desmantelados e, a meu ver, de forma definitiva.

Ora, um país que toma decisões estratégicas dessa maneira irracional está destinado a decidir errado. Um dos grandes problemas que está dificultando a tomada de decisões e a criação do consenso é o fato de que os atores políticos essenciais, fundamentais deste País sabem que estão usando dados errados.

Por que estou dizendo isso? Porque, a partir de um determinado ponto, os erros são tão grosseiros e tão politicamente significativos que não posso mais negar a evidência de que essa obscuridade é politicamente construída. Quer dizer, não interessa, aos atores que se beneficiaram desse pacto, às corporações que estão envolvidas com esse velho pacto que está ruindo, trazer a transparência.

Por outro lado, os novos atores que estão bem intencionados muitas vezes temem em trazer o dado certo, porque evidentemente ele pode ser usado de maneira equivocada. Se deixo os meus dados transparentes, mas os meus companheiros ou os outros Estados da Federação brasileira não deixam, é óbvio que o prejudicado serei eu, porque vou expor as minhas cartas, como se fosse um jogo de pôquer, enquanto os demais parceiros vão escondê-las.

Portanto, existe um impasse, que é de caráter absolutamente estatístico e precisa ser resolvido. Estou absolutamente convencida de que, se houver possibilidade de que esta Comissão e esta Casa tragam os dados à Mesa, a racionalidade humana, a inteligência dos seres humanos vão pesar fortemente no sentido de que possamos chegar a muitos resultados positivos e a um consenso muito maior do que este a que estamos chegando.

Existem também outros problemas que precisam ser enfrentados pela reforma de 1993. Em primeiro lugar, existe o fato de que há uma ambigüidade de papéis muito grande, que se traduz em uma distribuição de competências caótica.

Existe já um consenso entre todos nós de que, neste mundo moderno, neste mundo moderno, descentralizado, gerencial e ágil o Município está destinado a exercer a maior parte das funções administrativas. Mas isso não está na Constituição, não está na cultura política, não está na prática da negociação entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios. Quando esse fenômeno está presente, aparece cheio de ambigüidades. Em primeiro lugar, porque o Presidente da República ainda quer ser imperador, ainda quer ter em suas mãos recursos para poder distribuir e mostrar que é grande e poderoso, que elege seus candidatos, que fortalece seu partido.

O Município, por sua vez, é como um menino de dezoito anos, que atingiu a sua maioridade, mas ainda não sabe usar direito o dinheiro da mesada. Ele também pensa que pode pressionar o pai para dar-lhe um pouco mais do que já recebe e em troca de coisa alguma, simplesmente para gastar com o supérfluo.

Existe também a questão da esperteza municipalista de pretender tirar proveito do dinheiro que recebeu sem exercer outras funções. Existem, evidentemente, tensões nos dois sentidos nesse federalismo incompleto: de um lado, uma crise de verticalidade; precisamos definir as funções de baixo para cima e de cima para baixo; de outro lado, há a horizontalidade, porque nessa confusão existe o problema entre os irmãos. Essa família, que tem tantos irmãos, está enfrentando dificuldades porque o caixa diminuiu, o dinheiro a ser distribuído está minguando e o pouco que resta está sendo disputado por todos.

Portanto, o que aconteceu neste País, nos últimos dois anos, foi algo que estava aparentemente encerrado na História brasileira, ou seja, as suscetibilidades entre irmãos começaram a aparecer. O Rio de Janeiro, por exemplo, está brigando com Brasília porque considera a mudança da Capital uma loucura porque custou muito dinheiro e acabou prejudicando o País. O Sul está brigando com o Nordeste. Esse é um fato muito interessante porque se trata de um problema psicanalítico, não é um problema real. Essa relação de tensão entre o Sul e o Nordeste é um problema que não se sustenta nas estatísticas de que dispomos. Evidentemente, nessa competição é importante manter os dados secretos e tentar negociar diretamente com o pai ou com a mãe - e nessa construção simbólica o pai é o Poder Executivo, o Presidente da República, e a mãe é o Congresso Nacional. Assim, o que eu puder tirar do pai e da mãe eu tiro. Eu fico driblando os dois, um não sabe que eu estou tirando do outro. Brigamos também entre nós para ver quem consegue a maior parte. Isso se traduz em coisas muito simples.

Há três dias, eu soube vagamente que estava sendo fechada uma nova rolagem da dívida com os grandes Estados. Nós sabemos que essa rolagem da dívida com os grandes Estados acontece, há vários anos, sempre no bojo da negociação da reforma fiscal. A lógica dos atores é dividir os nichos, os problemas em questão. São Paulo, por exemplo, vai querer negociar escondido a questão dos bancos e gritar em público a questão da super-representação no Congresso. Os que não têm problemas relacionados com os bancos vão gritar por outra coisa, vão tentar tirar da Comissão de Orçamento o que puderem. Cada um vai tentar procurar o seu nicho para tirar o máximo para seu próprio Estado. Evidentemente, todos saem perdendo com isso, porque o Governo Federal é obrigado a seguir esse casuismo e está sendo prejudicado. Esse problema de deslegitimação vai-se agravando, os Estados não conseguem também resolver seus problemas porque ficam nessa relação ambígua de dependência mal resolvida e a negociação se torna impossível.

O que nós gostaríamos de propor à Comissão é a possibilidade de que possamos arrolar uma grande negociação, um grande encontro de contas, no qual todas as torneiras que significam e representam distribuição de recursos regionais fossem devidamente contabilizadas e postas em transparência, de tal forma que todos os atores envolvidos pudessem negociar, em conjunto, esse pacote.

Estou absolutamente segura de que se conseguirmos chegar a esse ponto - e não é difícil -, vamos poder avançar de uma maneira indescritível, pela simples razão de que o que pode ser muito difícil numa negociação isolada pode ser muito fácil numa negociação global. Afinal de contas, o que está em questão é quanto cada Estado da Federação vai receber, seja via Congresso, seja via Governo Federal.

Isso possibilitará que ajustes traumáticos eventualmente feitos no nível da representação, na Câmara, por exemplo, possam ser compensados por ajustes no sentido oposto, na questão das tarifas, dos incentivos, dos subsídios ou do orçamento público.

Há áreas que considero que poderiam ser mapeadas. Alguma região deste País está lucrando com a dívida interna. É uma dívida gigantesca, igual à dívida externa, e há ganhadores nesse pacote. Pelo que pude constatar no exame que fiz, a discussão sobre os incentivos fiscais é inteiramente torta, tortuosa, porque, na verdade, os Estados do Sudeste e do Sul alegam que o Nordeste é o grande impostor, mas os dados nos mostram que 52% dos incentivos globais estão indo para o Norte; 25% vão para o Nordeste, 20% para o Sudeste e 3% para o Sul. É muito mais uma questão de briga entre o Sudeste e o Sul do que propriamente do Sul-Sudeste com o Nordeste. E mais, temos todas as razões para pensar que quem usa esses 52% do Norte são as empresas do Sul e do Sudeste.

Segundo ponto. A briga do Rio Grande do Sul com o Nordeste, nominalmente mencionada, também não tem razão de ser, porque, na verdade, o que os dados mostram - o próprio Rio Grande do Sul está trazendo os dados - é que, por exemplo, dentro do BNDES - é uma grande queixa do Rio Grande do Sul -, o Paraná recebe mais que o Rio Grande do Sul, e não há razão nenhuma para isso. São dois Estados da mesma região, um mais esperto do que o outro.

Evidentemente, a questão Sudeste versus Norte resulta também da super-representação na Câmara. Todos nós somos testemunhas de quanto, durante dois anos, São Paulo se queixou do Nordeste. Podemos pegar os grandes jornais e veremos os seus editoriais sempre insistindo nessa questão do Nordeste, quando, na verdade, a grande super-representação é do Norte, dos Estados recém-criados.

Acho que o problema Norte versus Sul é de psicanálise política, já que há deslocamentos fantásticos de avaliação com relação a quem é o adversário ou o inimigo, o que pode ser esclarecido com dados mais fidedignos e com a possibilidade de uma negociação global.

Finalizando, gostaria simplesmente de dizer que o novo pacto federativo vai passar por uma negociação e uma definição dos novos pólos de desenvolvimento econômico do País. Nos últimos vinte anos, o País se descentralizou, os desequilíbrios regionais - graças a Deus! - se reduziram, mas não o suficiente para tornar o Brasil uma grande Nação.

É preciso que façamos muito mais do que já fizemos - e não foi pouco o que já fizemos. Para isso, temos que usar - é uma sugestão que pode ser imediatamente realizada - o mapeamento estratégico feito pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, o mapa ecológico estratégico do País, que está pronto, mas de que ninguém tomou conhecimento e pelo qual ninguém se interessou, aparentemente. Esse mapa pode permitir justamente que se rediscuta com o Governo Federal esses incentivos - que alcançam 27% da receita e agora estão diminuindo -, que podem ser usados não para proteger setores decadentes de elites regionais brasileiras, mas, ao contrário, como grande alavanca para viabilizar os novos pólos de desenvolvimento econômico. Certamente, a grande parcela de recursos que está sendo canalizada para a Zona Franca, e que é enorme, pode ser usada para impulsionar um grande projeto de biotecnologia, de biodiversidade, de turismo ecológico no Norte do País.

Então, a questão é saber como usar melhor os recursos que já existem, como gerenciá-los melhor, procurando a justiça, o equilíbrio entre as regiões.

Sobre a representação na Câmara, evidentemente a racionalidade manda que cada Estado tenha a sua representação correta, em função do número de habitantes, mas não sei se isso será possível. Penso que quanto mais alargarmos a discussão, mais essas coisas se tornam viáveis, porque as recompensas poderão vir de outro lugar. No entanto, para mim uma coisa é clara: vai ser difícil cortar a seco a representação do Norte, pelas razões estratégicas que mencionei no início. Isso seria realmente uma castração política intolerável no momento em que essas regiões estão fragilizadas, a menos que possamos dar-lhes outras compensações.

E, evidentemente, acho que a questão do Senado se coloca de uma maneira muito clara: por que não simplificar as funções do Senado, dando a ele a força máxima nas decisões relativas à Federação, tanto no que se refere à Federação para fora, isto é, na política externa, quanto à Federação para dentro, isto é, zelando pelos equilíbrios regionais? O Governo Federal e o Congresso Nacional têm obrigação de zelar por esse equilíbrio. Precisamos de estatísticas fidedignas, que nos mostrem como os recursos que o Estado distribui estão sendo utilizados, qual é o desempenho administrativo dos Estados, como esse dinheiro está rendendo.

Isso vale, por exemplo, para a educação. É um absurdo que a educação no Brasil, com tanto dinheiro, seja usada como uma grande cloaca do clientelismo político, ao invés de ser utilizada para justamente reduzir os desequilíbrios gritantes que hoje atingem duramente pontos centrais do Nordeste brasileiro e as grandes megalópoles, que estão carentes de uma legislação especial que poderá vir da reforma constitucional de 1993.

Em suma, essas são sugestões breves para uma discussão que pode se desenvolver, e acredito que o compromisso deva ser fixado muito mais em termos desse grande encontro de contas do que propriamente em cada área específica, porque acho que é da negociação entre os atores estratégicos que pode sair a solução para o nosso País.

Somos um grande País; o separatismo é uma loucura, uma irracionalidade do ponto de vista econômico. A Europa está se construindo como um grande mercado, porque é vantajoso ser um grande mercado. O Japão vai pagar caríssimo por ser uma potência econômica sem território. A grande potência emergente, hoje, é a China, e os países que têm grandes territórios estão minguando. O Brasil, de todos eles, é o mais frágil. Por quê? Porque é o mais pobre, é aquele mais inserido no Terceiro Mundo. E outros, de Primeiro Mundo, estão tendo dificuldades, como é o caso do Canadá. De modo que creio que nunca seria demais insistir que estamos vivendo um momento de grande vulnerabilidade, que poderia ser levada em conta no apressamento, digamos assim, das soluções e das negociações que tornem o nosso federalismo incompleto, afinal, depois de mais de um século, desde que Tavares Bastos lançou a grande bandeira, ou desde antes mesmo, esse federalismo pleno que todos almejamos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - É importante frisar que na exposição da Dr^a Aspázia Camargo há diversos temas polêmicos, alguns dos quais têm sido objeto constante de discussões no âmbito desta Comissão.

Concedo a palavra, neste instante, ao Deputado Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM - Obrigado, Sr. Presidente. Devo dizer a V.Ex^{as} que há grande número de idéias convergentes, e algumas divergentes, com a Professora Aspázia Camargo. Tentarei ser breve, depois de havermos assistido a um extraordinário exercício de racionalidade analítica.

E quero exatamente fazer um contraponto à exposição da Professora Aspázia. Na medida em que há certas correções ou certas identidades na análise e no diagnóstico, gostaria de examinar, a partir da concepção da Federação brasileira, o

racionalidade, porque vamos contar com determinadas circunstâncias, determinados dados daquilo que chamamos de racionalidade política, em que o dado da racionalidade analítica não é o elemento preponderante da decisão política, é um dos elementos - e nem sempre o elemento fundamental - para uma decisão política. Ou seja, a racionalidade da decisão política não é a racionalidade analítica ou, genericamente considerada, a racionalidade acadêmica.

A Federação brasileira nasceu em 1891, com a Constituição de 1891 - embora fosse uma inspiração das províncias do Estado Imperial -, principalmente a partir do manifesto do Partido Republicano inicial, que determinou a queda do Império. É importante ter presente que um dos dados importantes da nossa análise política é que nós saímos, no Império, de um Estado unitário, que foi derrubado não praticamente por um compromisso do Marechal Deodoro, de seu corpo, para a República, mas, sim, de um compromisso do Marechal Deodoro com os interesses do Exército Nacional. A derrubada do Imperador foi algo que caminhou em cima do objetivo principal da quartelada do dia 15 de novembro, qual seja, a derrubada do gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto. O problema básico que deu origem ao movimento de 15 de novembro foi, exatamente, a derrubada do Gabinete de Ouro Preto. Em face disso, e como os republicanos receberam a República no bojo - e eu tenho repetido isso com alguma insistência - do golpe militar contra o Gabinete de Ouro Preto, os republicanos tiveram que afirmar a sua diferenciação com o Império, que precisava ter dois grandes pontos: primeiro, o Império era um Estado fortemente unitário. E é dessa "unitariedade" do Império que nós consideramos as nossas fronteiras.

Comparem, por exemplo, a América Hispânica e a América Portuguesa. A América Hispânica produziu uma imensidade de soberanias regionais ou nacionais, que tinham na base o atendimento da política inglesa na época: a necessidade da internacionalização do Rio da Prata para assegurar a circulação dos botes ingleses na demanda da prata boliviana à Europa. Então, a política inglesa estimulava a divisão regional exatamente para obter essa internacionalização e evitar que se reproduzisse, na América, aquilo que os ingleses não queriam ver e que viram muito fortemente no Reno, qual seja, o pagamento de pedágio aos barões alemães, principalmente, na circulação dos produtos pelo rio Reno, ou seja, pela Europa Central. Portanto, precisamos render a homenagem a D. Pedro por ter assegurado a integridade do território nacional a partir de um Estado unitário fortemente centralizado. A medida que isso aconteceu e à medida que precisávamos nos identificar com critérios distintos e matar, na memória popular, o Império, o que nós fizemos? Os republicanos precisavam ser fortemente federalistas para destruir a imagem unitária do Império, ou seja, o bojo do poder do Império teria destruído pela formação de um Estado federal muito forte - forte, no sentido do privilegiamento das unidades federadas e não do privilegiamento da União federal.

De um lado e de outro era necessário, também, um regime de governo que fosse um regime distinto do regime que o Império havia produzido. A memória de Bernardo Pereira de Vasconcelos teria que ser destruída e, portanto, os republicanos precisavam ser seguramente presidencialistas. Por quê? Porque a visão de um regime de gabinete nos republicanos do fim do século era a identificação nítida de que o parlamentarismo de gabinete nada mais era do que uma acomodação européia com as monarquias. A acomodação européia às monarquias, a manutenção do processo monárquico com um regime de gabinete controlado pela sociedade civil, ou seja, pelo processo eleitoral, para os republicanos era inviável. Daí por que os republicanos eram fortemente presidencialistas. Basta ver que, nas discussões da elaboração da Constituição de 91, tivemos quatro discursos meramente no sentido da manutenção do modelo de gabinete imperial e o resto, a maioria absoluta, esmagadora, era toda ela presidencialista.

Ora, isso determinou uma coisa grave, para o que a Dr^a Aspázia Camargo chamou a atenção. Tivemos, no início do Império, no início da República, uma visão que estava num discurso ou numas notas do apostolado positivista do Brasil, de Miguel Lemos. Vou ler as palavras do apostolado, à época, quando se discutia que federação nós deveríamos ter. Dizia o apostolado que "devíamos instituir uma digna autonomia local de modo a assegurar a concórdia" - e agora eu friso - "das pátrias americanas de origem portuguesa, enquanto não fosse possível transformar o laço político em união religiosa, preparando-se, ao mesmo tempo, cada Estado da Federação brasileira para essa existência futura de completa independência política".

O Apostolado Positivista do Brasil, de Miguel Lemos, sustentava que tínhamos que fazer uma Federação não indissolúvel, tal qual foi feita em 1891. Seria a nossa Federação um caminho para, no futuro, afirmar-se, com autonomia política, aquilo que eles denominavam "as Pátrias americanas de origem portuguesa", que nada mais eram que as províncias do Império.

Essa disputa, que travamos em 1891, reproduz, aqui no Brasil, a disputa que se deu nos Estados Unidos. V. Ex^{as} estão lembrados que o problema americano básico se deu em 1800, quando houve a grande derrota do Partido Federalista nas eleições de Thomas Jefferson, eleito pelo Partido Republicano americano da época.

Devem estar lembrados também que as posições dos federalistas - de Adams e Hamilton - eram completamente distintas das posições dos republicanos - de Jefferson e de Madison -, que frisavam, exatamente, a prevalência dos Estados sobre a

União, problema que os americanos só resolveram com a Guerra da Secessão, e que nós ainda não resolvemos.

É importante ter presente que toda a Constituição política e jurídica, a partir de 1891, era nitidamente de uma prevalência absoluta dos Estados da Federação sobre a União. Temos alguns dados, como, por exemplo: não chegamos à maluquice absoluta, que foi tentada à época, na votação da Constituição de 1891, de proibir que a União tivesse Forças suas nos Estados ou de entregar o comando das próprias Forças federais aos Governadores. Mas ficou a proibição, na Constituição de 1891, de o Congresso Nacional mobilizar polícias estaduais em casos de guerra. V. Ex^{as} devem estar lembrados das famosas Brigadas Militares e das Polícias Militares dos Estados na Primeira República.

Lembro-me do nosso interventor e Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, que comandava uma Brigada Militar no Rio Grande do Sul muito mais forte que o Exército Nacional. Na minha cidade, Santa Maria, houve, inclusive, uma guerra entre o Exército e a Brigada Militar, em que esta última derrotou o Exército, quando da Revolução de 1923. Tudo isso mostra a visão que tínhamos da formação de um Estado radicalmente federal.

O que aconteceu foi que, com isso e na base disso, o pacto republicano, no primeiro momento, era um pacto contra o império unitário. Com isso, formamos determinadas instituições políticas, forjadas dentro do conceito federativo de então, absolutamente desprestigiadoras da União. Esse preço pagamos até hoje. Tudo a que a Professora Aspázia Camargo se referiu é absolutamente verdade.

O problema básico é que não temos uma Assembléia Nacional, temos uma Câmara dos Estados do Brasil - afirmação um pouco radical e da qual alguns colegas meus não gostam. Na medida em que temos uma Câmara dos Estados do Brasil e representações estaduais, cuja reprodução política depende de sua *performance* local e não da sua *performance* nacional, não se tem condições instrumentais de praticar um pacto federal.

O atomismo lógico que baseou a formação da Federação faz com que o Brasil seja igual à soma de todos os Estados da Federação, e que a União Federal irá bem na medida em que os Estados forem bem. Quando examinamos, por exemplo, um dos mecanismos pelos quais asseguramos institucionalmente a não prevalência de uma visão nacional por parte da Câmara dos Deputados - não falo do Senado Federal, porque falaria oportunamente -, podemos verificar isso no modelo do nosso sistema eleitoral e no modelo do cálculo pelo qual se representam e se elegem parlamentares.

Observem que o quociente eleitoral no Brasil é apurado através de um cálculo que leva em conta o número de eleitores no Estado, dividido pelo número de vagas que corresponde a cada uma das unidades federais, vagas essas que, teoricamente, são proporcionais à população. Foi referido aqui o problema da disparidade.

Na medida em que a minha reeleição como Deputado Federal é algo que se explica e se justifica pela minha *performance*, no sentido do atendimento das questões estaduais, é evidente que as questões nacionais são periféricas na cabeça de um Parlamentar que, para se eleger, depende claramente de ser um grande agente dos interesses do seu Estado.

Na tentativa visivelmente distorcida do pacto republicano, de que a União Federal nada mais era do que o produto do entendimento das partes componentes - que era o atomismo lógico que sustenta que a verdade do todo - nada mais é do que uma decorrência da articulação da verdade das partes.

Vemos isso, nitidamente, no nosso sistema eleitoral, no compromisso individualizante. Daí por que podemos afirmar claramente que a República não produziu partidos nacionais. Não há uma preocupação de um partido nacional. Temos seções regionais de partido nacional rigorosamente autônomas na formação das suas políticas. Ou não é verdade? Ou é verdade que o meu PMDB, no Rio Grande do Sul, é completamente dispare no que diz respeito às suas articulações internas com o PMDB, por exemplo, da Bahia, ou PMDB do Rio de Janeiro, ou mesmo o PMDB, de São Paulo? Não temos condições, tendo em vista esse tipo de Constituição e de articulação de termos uma Assembléia Nacional que possa encarar nitidamente a questão federal.

Surge, então, um problema grave. Não é apenas isso. A professora Aspázia Camargo mostra com clareza que a questão da Federação é de distribuição de competências e que as tarefas de infra-estrutura são muito mais competentemente atendidas pelos Estados e pelos Municípios do que pela União Federal. Se isso é verdade - parece uma verdade axiomática - por que a União reclama para si a manutenção de uma série de tarefas infra-estruturais e não de macroeconomia? Porque, a meu ver, a função, a tarefa da União Federal é de natureza macroeconômica: unidade política e unidade econômica.

Mas, não. Qual é a razão disso? É evidente que V. Ex^{as} deixam muito claro que, na medida em que transferirmos tarefas da União para os Estados e Municípios, haverá um imensa burocracia da União que vai se opor a isso, e a justificativa será a existência de uma grande massa burocrática da União que passa pela existência dessas tarefas. Vários colegas Parlamentares que têm a função, exatamente, de agenciamento das ações da União junto aos Estados, não vão concordar, também, com a transferência dessas ações para os Estados. Isso porque a sua tarefa desaparece.

Vou dar um exemplo de uma área menos litigiosa. A questão do Poder Judiciário no Brasil é um dos assuntos que ninguém toca ou fala com periferia.

O Poder Judiciário brasileiro tem uma organização estadual e uma federal. Temos os tribunais superiores, os tribunais dos Estados bem como os tribunais federais nos Estados. Quando instituímos a Federação brasileira - isso foi obra de Rui - analisou-se, claramente, que uma das formas pelas quais poderíamos manter a unidade política do País seria através da sentença judicial, ou seja, através de se assegurar que o Direito federal fosse aplicado nos Estados. O que aconteceu no Brasil? Transformaram-se os tribunais superiores em tribunais de justiça-partes e não tribunais de manutenção da União Federal.

Os recursos, hoje, que engavetam ou que impedem o fluxo do Poder Judiciário federal são os recursos que visam a cada parte, no Estado da Federação, obter uma decisão que lhe interesse e que lhe faça justiça. Desnaturamos as partes bem como a função do Tribunal Federal. Acabamos trazendo para os tribunais federais toda uma massa de recursos que não tem a mínima significação federal, mas a significação das justiça-partes. O Dr. Aurélio Wander Bastos está aqui e conhece bem esse assunto. S.S.^a sabe perfeitamente que temos uma inviabilidade de tentar mudar este quadro. Isso porque, na medida em que tentarmos mudar o quadro para transformar os tribunais federais não em tribunais de justiça-partes, mas em tribunais federais que intervirão, demandando e decidindo questões que importem uma instabilidade federal, teremos uma imensa burocracia contra esse tipo de mecanismo. Quem são esses burocratas? Os advogados de Brasília vão-se opor brutalmente a isso, porque vai diminuir o seu mercado de trabalho no atendimento dos recursos aos Tribunais Superiores. Os próprios Juizes Federais e Ministros vão-se opor a isso, porque importaria num privilegiamento dos Estados federados.

Iniciáramos resolvendo a questão federal, no que diz respeito ao Poder Judiciário, analisando esse problema recursal, que é claramente aquela tentativa da concentração desses mecanismos do poder na União Federal.

Quando temos essa visão, entendemos que, para viabilizar um pacto federal, não basta, pura e simplesmente, a análise racional e absolutamente correta nas suas estruturas gerais expostas pela Professora Aspázia Camargo, mas precisamos identificar os mecanismos políticos que impedem isso como questão prevalente. Quer dizer, inclusive a função do Senado Federal, que deve ser exclusivamente federal, terá oposições não só dos Srs. Senadores, mas também dos Srs. Deputados, que também se julgam, na faixa de sua atuação, algo representativo do Estado, tal qual são os Srs. Senadores.

Quando da Constituição de 88, em que sustentávamos a necessidade de redefinir essas competências, transferir aos Estados essas tarefas, quem se opunha a isso era exatamente a burocracia de Brasília. A burocracia estável dos governos impedia essas transferências por se tratar de um mecanismo de sobrevivência e de uma relação de poder. Não se trata de um problema de racionalidade, mas de estruturas do poder.

Tudo isso nos mostra o imenso trabalho que vamos ter de identificar as questões e, além disso, com lucidez e transparência, os mecanismos pelos quais essas questões podem ser solucionadas. Será nossa absoluta ingenuidade se acharmos que a conclusão geral desta Comissão, Senador Beni Veras, possa ser acatada como algo evidente em si próprio. Não. Temos que ir mais além e encontrar exatamente os mecanismos para esse dado.

Queria dizer também que, em relação à questão separatista do Brasil, não vejo isso tão radicalmente. Creio que a exposição da Professora Aspázia passa também pelo visio pedagógico: a necessidade da radicalização para que a mensagem seja acolhida e acatada pelos seus ouvintes. É uma questão, inclusive, de uma técnica pedagógica.

No Rio Grande do Sul, ela faz referência à questão do movimento separatista. Esse movimento separatista se forja dentro de uma antiga bandeira fascista, ou seja, dentro da borda do antigo Partido de Representação Popular. Inclusive ela se refere à manifestação do chamado líder do movimento separatista na Cidade de Santa Cruz do Sul, que sustenta que o Rio Grande do Sul se compõe de X número de germânicos e 10% de brasileiros.

Na verdade, esse movimento separatista no Rio Grande do Sul é uma das estruturas de base de manutenção do pensamento fascista, que se caracteriza claramente dentro de Santa Cruz do Sul. Trata-se de um movimento que tem base na origem de colonização do Estado pelos unserige, um grupo de colonização basicamente situado em Santa Cruz, junto com os pomeranos e alguns prussianos que vieram da Alemanha no fim da guerra, que mantêm esse juízo. Não é algo que hoje, no Rio Grande, tenha apoio popular.

O separatismo é um discurso de determinado tipo de elite e não tem achego à grande massa da população, mas, sim, a alguns setores da pequena indústria e das microempresas, que entendem que a sua solução é exatamente o abandono da Federação, por entenderem que a transferência das receitas e dos seus tributos aos Estados do Norte e Nordeste, enfim, à União Federal, importa no seu empobrecimento.

Mas quero lembrar que, num debate de que participei, tal qual a Dra. Aspázia se referiu, chamei a atenção para esses mesmos industriais rio-grandenses, e perguntei: Muito bem. Então, vamos fazer a separação. Concorde com os Senhores, mas pergunto aonde vão vender as "tralhas" que os senhores produzem? O grande mercado para eles é exatamente os Estados acima da Região Sul. Portanto, não tem o mínimo

sentido. Quando eles se deram conta de que esse separatismo vai assegurar a manutenção de eventuais e falsos números que eles afirmam dispor, perguntei: Bom, os senhores vão concorrer, então, na exportação nacional com os "tigres asiáticos" no mercado do Mato Grosso, no mercado de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, através de tarifas de importação? E aí se esvazia essa concepção, esse juízo separatista, que mais é um discurso, Aspázia, e mais e principalmente decorre de uma certa insuficiência das administrações estaduais nos últimos anos, em que há necessidade de buscar determinadas bandeiras, tipo Guerra das Malvinas, que tentam uma unidade em cima de determinados fracassos político-administrativos, e vejo claramente esse tipo de bandeira. Basta ver a questão, por exemplo, hoje levantada, da baixa representatividade do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tem 6.0% da população brasileira, em números redondos, e tem 6.1% da representação da Câmara. Somos 31 Deputados representando 6.1%. Temos 0.1% a mais do que temos na população, ou seja, não temos problema de representação. O problema de representação é um problema paulista, que tem um déficit de 10% na sua representação em relação à população, ou seja, o déficit hoje de São Paulo é da ordem de 50 Deputados, considerando-se o marco da Câmara. Agora, se voltarmos a tentar estabelecer uma identidade, tal qual São Paulo refere, uma identidade da sua representação, levando em conta o critério do *one man one vote*, o que vai acontecer? Vamos voltar para o critério da República Velha, ou seja, na articulação que será estabelecida entre São Paulo e Minas Gerais. Minas Gerais, por exemplo, está com a sua representação rigorosamente correta. Os seus percentuais de população são idênticos aos seus percentuais de participação na Câmara dos Deputados.

Então, eu diria - para não me estender demais - que a nossa questão do separatismo brasileiro não tem identidade com os fatos internacionais. Por quê? Vejam, por exemplo, a Espanha. A Espanha tem um problema da Catalunha e dos Países Bascos, que são os problemas que hoje a moderna Espanha está resolvendo por meio do Estatuto das Autonomias. Observem o processo que a Espanha adotou para compor a questão Basca e Catalunha, que são - digamos - etnicamente distintos, com línguas diferentes. A língua catalã e a língua basca são similares, mas são ininteligíveis para os espanhóis do sul. Isso fica muito claro quando entendemos que todas essas partições que se estão dando na Europa partem sempre de diferenças étnicas que nós não temos, diferenças étnicas e de cultura que nós não temos. Temos características regionais e, digamos, idiosincrasias nacionais, mas com uma unidade nacional que parte pela unidade da língua e que parte pela unidade de culturas. Basta ver que isso foi muito nitidamente providenciado quando, após a Revolução de 1930, porque não temos no Brasil, por exemplo, nenhuma data comemorativa da América. Os nossos feriados nacionais não estão vinculados à História da América, estão vinculados à História do Brasil. Somente agora, com as negociações que se estabelecem no MERCOSUL é que nós, que estivemos sempre de costas voltadas para a América Latina, começamos a enxergá-la como um mecanismo na formação de um grande mercado, na formação de blocos. Não creio, Aspázia, que devamos ter uma certa cultura, no sentido da clandestinidade, de que sejam esses mecanismos, os da formação de blocos, algo que seja vinculado àquilo que a senhora nominou no capital internacional. Vejam, por exemplo, o que se passou claramente na Europa: havia um mecanismo de uma necessidade brutal. Qual era? A Alemanha e a França dispunham de determinadas legislações do *welfare state*, nascidas exatamente no desenvolvimento dos partidos socialistas, que asseguravam uma taxa de lucros estável, e todo aumento de produtividade e todo aumento de capacidade econômica era também repassado aos trabalhadores e havia margens de lucro estáveis. Ora, o capital visa lucro. Ninguém vai investir em lugar nenhum se não obtiver lucro. No momento em que se percebeu esse mecanismo, o que aconteceu? Houve a necessidade, para a expansão do lucro e a expansão da capacidade de investimento não repassável aos trabalhadores, de integrar o grande mercado europeu, de forma tal a trazer uma mão-de-obra espanhola e portuguesa, principalmente, mais barata, podendo dar ganhos reais de salário aos portugueses e aos espanhóis e assegurar uma taxa de investimento mais ampla, porque o ganho real de salários assegurava o quê?, assegurava a possibilidade de uma não-transferência absoluta da produtividade integralmente aos trabalhadores.

Vejam como a Europa solucionou o seu problema no século passado, quando havia uma disparidade brutal entre a capacidade produtiva da Europa e a capacidade de absorção de sua população: exportou pessoas. As grandes levas de imigrações latino-americanas no meu Estado, no Paraná e Santa Catarina, vieram disso, que foi uma forma pela qual os europeus solucionaram a disparidade, a incapacidade da sua economia, naquele momento, de absorver aquela mão-de-obra lateral e periférica. Exportou esses personagens e deu essa solução. Solução e fórmulas que não encontramos maque não temos. Então, esse mecanismo é importante de se ter presente.

E diria mais. A Dr^a Aspázia se referiu à posição do Rio Grande do Sul, quanto às questões do Norte, como um problema psicanalítico. Creio que não é tão psicanalítico assim, ela é um problema político de criação de mecanismos que possam evitar as discussões internas. É uma questão política e uma estratégia política de uma tentativa de unificação do pensamento estadual que, hoje, encontra-se muito partido, considerando-se que o Rio Grande do Sul tem um grande divisor de águas que é a BR 290. É uma estrada que liga Uruguaiana a Porto Alegre e divide o Estado ao meio. Na

parte ao sul da BR 290, por questões estratégicas, nunca foi permitida a instalação de grandes indústrias. E por que isso? Pela visão militar, no início do século, no sentido de que não podíamos ter certas fragilidades em relação aos castelhanos, ou seja, em relação aos uruguaios e aos argentinos, principalmente à época de Perón, quando tentava, na mobilização de Corrientes, fazer uma espécie de anexação do sul do Rio Grande do Sul, nas tentativas que foram barradas, principalmente, pelo embaixador Batista Luzardo, que foi enviado por Getúlio Vargas a Buenos Aires, exatamente para evitar as tentativas expansionistas de Perón em relação ao sul do Estado.

No Rio Grande do Sul temos, hoje, basicamente, uma região ao sul do Estado, ao sul da BR 290, caracteristicamente ocupada por brasileiros-portugueses, não colonizadores, e uma região norte do Estado, extremamente desenvolvida, que é a região de Caxias, Bento Gonçalves e outras cidades, em que temos um outro tipo de formação econômica.

Para encerrar, diria que precisamos levar em conta isto que a Dr^a Aspázia Camargo nominou de um acerto de contas, para saber quem está levando o quê de quem. Para saber, por exemplo, que está pagando os déficits do Banco de São Paulo. Quem são os responsáveis? Enquanto o Banco de Alagoas foi fechado, o BANESPA não foi fechado, e as condições dos dois bancos eram as mesmas. Ou seja, quem está pagando essa conta?

Agora, vejam bem. E aqui é uma questão estratégica. Não adianta fazermos o discurso da contra-razão, através da acusação recíproca, porque não vai levar ao pacto. E aí é que vem o ponto. Precisamos não regionalizar a discussão. Isso só é possível se tivermos um pensamento nacional. E só vamos ter um pensamento nacional, na medida em que pudermos nos despir, corajosamente, das tentativas atomizantes que o processo eleitoral brasileiro nos coloca.

Para encerrar eu diria o seguinte. V. Exas. se lembram por que não temos um grande partido nacional? Muito simples. O sistema que foi montado pelo velho José Francisco de Assis Brasil, no Código de 1932, e que ainda reproduzimos esse modelo e que era justificável na época, importa numa individualização, numa atomização de todo o processo político.

Lembram-se os colegas da eleição proporcional. Como se elege um deputado no Rio Grande do Sul, por exemplo? E quando um partido ganha eleição no Estado do Rio Grande do Sul? Vou repetir algo que a Dr^a Aspázia já me ouviu falar várias vezes. Pega-se o número de eleitores e divide-se pelo número de vagas. O coeficiente eleitoral no Rio Grande é 150 mil a 170 mil votos, levando-se em conta o número de eleitores que compareceram às eleições e o número de vagas na Câmara dos Deputados.

Ora, com isso um partido ganhará a eleição de que forma? Todos nós sabemos. Somam-se todos os votos dados aos candidatos do partido e divide-se o resultado pelo coeficiente eleitoral. O objetivo do partido é ter o maior número de votos para seus candidatos. Por quê? Porque temos um sistema eleitoral de voto unipessoal. Logo, a escolha dos candidatos do partido passa seguramente pela capacidade individual daquele personagem de produzir votos nos nichos que o Estado se divide. O presidente do partido, que tem o dever de ganhar a eleição, escolherá candidatos que cumpram esses requisitos.

No meu Estado, todos os partidos dispõem de um candidato, por exemplo, oriundo da Polícia Militar do Estado, porque a Polícia militar tem capilaridade, organização, associações e votos. Portanto, todos os partidos vão atrás de candidatos que sejam maiores, coronéis, enfim, que tenham penetração naquele nicho da sociedade. O mesmo se passa com o sindicato dos professores e uma série de categorias organizadas da sociedade. O que se visa é buscar os votos dessa categoria para o partido. Depois disso, ocorre um fenômeno estranho: uma série de outros candidatos respondem a essas individualidades.

Depois, queremos falar em fidelidade partidária, se na escolha do candidato não se leva em conta a necessidade do partido mas, sim, a capacidade individual de o candidato puxar os votos de uma categoria profissional. E aí ficamos escandalizados quando um deputado eleito pela brigada militar venha sustentar aqui, na Câmara dos Deputados, exclusivamente os interesses da categoria. O que ele tem que fazer é isso mesmo, porque a sua reprodução eleitoral depende da capacidade de manter aquela massa de votos a sua volta, mantendo uma representação corporativa daquele segmento. Portanto, os partidos políticos não têm condições nenhuma de fazer uma grande unidade.

Vejam os nossos programas partidários. Ao pegarmos um programa partidário de qualquer partido, com algumas exceções atômicas dentro do programa, veremos que ele é todo feito rigorosamente de adjetivos. Todos querem o bem-estar do País, da Nação, do povo; todos os discursos são adjetivos e não há nenhum programa nítido administrativo que responda às condições nacionais. Por que isso? Porque a questão nacional não elege ninguém; a solução do pacto federal não é condição de sobrevivência eleitoral.

Tenho feito esse discurso por diversas vezes, e aqui, nesta comissão, tive um atrito com o Governador do meu Estado. Tenho problemas no meu Estado quando começo a sustentar esse ponto de vista, porque entendem que a minha função é exclusivamente vir aqui para atacar os nordestinos, cearenses, pernambucanos, rio-grandenses do norte, o que seria a função da representação.

Proponho a esta comissão uma análise da situação real - naquilo que a Dr^a Aspázia Camargo nominou - no encontro de contas, e, ainda, para verificar os mecanismos institucionais que podem ou não viabilizar o grande entendimento nacional, ou seja, o grande entendimento, que passa pela inversão absoluta.

Não quero com isso dizer que estou de acordo com o modelo eleitoral a ou b. Há um exemplo histórico de um problema dessa natureza. Observem o que aconteceu com a Alemanha Ocidental pós-guerra, que recebeu, por decisão dos aliados, uma federação na Alemanha Ocidental. Qual foi o grande objetivo dos aliados, a grande concepção do fim da guerra? A paz da Europa Central dependia da extinção da Prússia; era o estado prussiano de Bismarck o grande culpado do belicismo e do germanismo. O que fizeram os aliados? Destruíram a Prússia e apagaram-na do mapa. De que forma? Transformando e redesenhando as fronteiras nacionais do fim da Guerra. Königsberg, a capital de Kant, foi para a Rússia branca; Dantzig, uma grande cidade, potentado prussiano, virou Gdansk e foi para a Polônia; Odernisch foi para a divisa da Polônia com a Alemanha Oriental. Lembrem-se de que se discutiu, há dois ou três anos, em uma famosa conferência de quatro por dois, em que se sentavam de um lado a União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra; e de outro lado as duas Alemanhas: a Oriental e a Ocidental, Gorbachev só disse e afirmou que sentaria no acordo internacional desde que houvesse um compromisso de Kohl. Qual era o compromisso? De não mexer na divisa Odernisch, ou seja, a divisa da Prússia com a Alemanha Oriental. Lembrando que os territórios pomeranos e prussianos ficaram grande parte deles incorporados ao território polonês. E por que não queria isto? Porque Gorbachev não queria o retorno eventual da Prússia e da concepção prussiana. Lembre-se que foi uma surpresa internacional aquele quebra-quebra em Berlim quando Kohl aceitou a exigência de Gorbachev. E quem fez o quebra-quebra? Os prussianos e os pomeranos que estavam em Berlim.

Quando os alemães fizeram isto e receberam a divisão da Alemanha - isso é importante ter como um dado histórico - os aliados, depois que romperam com o União Soviética e não encontraram uma solução para a totalidade do território alemão e que dividiram a Alemanha entre a Oriental e a Ocidental, os aliados aplicaram a idéia pulverizante também na Alemanha.

Observem, por exemplo, que as cinco grandes *Laender* germânicas da Alemanha Ocidental, quanto aos seus territórios incorporam regiões que nada têm a ver com os antigos baronatos alemães. Dou um exemplo: A Renânia Palatinato se compõe de três territórios: Bremen, norte da Renânia e parte da Prússia, inclusive com línguas e dialetos distintos. Um dialeto difícil de se entender acaba se reunindo com o alemão, com o alto alemão - Das hohe Deutsch - que nada tem a ver nas suas estruturas de linguagem com os dialetos. Mas os aliados pulverizaram a Alemanha. O grande ponto é que os aliados dividiram a Alemanha em *Laender*, com exceção da Baviera, que não tinha nada a ver com antigas regiões germânicas. Por quê? Pela teoria que dividindo não cria poder. Mas, houve um fato que, lamentavelmente, no Brasil ainda não tivemos: a existência de estadistas que perceberam isto. Os três grandes estadistas germânicos que conseguiram recompor este problema foram: Konrad Adenauer, do Partido Democrata Cristão, Kurt Schumacher e Theodor Heuss, do Partido Socialista. Eles fizeram um grande pacto, transferindo o ônus da nacionalidade aos partidos políticos, criando, portanto, partidos nacionais que estão vinculados com mecanismos institucionais e eleitorais que possibilitaram a independência dos partidos no que diz respeito às questões regionais, a dependência do partido e do voto ao partido às questões nacionais e a posição que os partidos tenham a questões específicas: questão nuclear, questão ecológica, relações com o Oriente. Tudo isto eram questões político-partidárias que produziam ou não produziam votos. Sabemos muito bem que no Brasil nenhuma questão política internacional produz votos. Vejam a dificuldade, a completa desconexão da Câmara dos Deputados com a política internacional do Brasil. Ainda bem que temos o Itamaraty, uma burocracia estável e altamente competente. A dificuldade que temos no Senado Federal, inclusive de termos uma visão de política internacional e por quê? Porque política internacional não é a perda eleitoral nem para partido, nem para indivíduo.

Volto a sustentar, com este exemplo, que precisamos aprofundar muito nitidamente esse trabalho desenvolvido pela professora Aspázia. Analisar exatamente o que ela chama genericamente do chamando encontro de contas e que teria como três eixos: a dívida, o INSS e os incentivos fiscais para ver quem está pagando a conta de quem. E, em cima disso, racionalmente verificarmos que isto tudo é devido não a uma distorção, mas sim a uma brutal adequação desse produto individualizante distorcivo a partir de uma análise acadêmica, mas que é rigorosamente adequado ao modelo institucional que temos. Ou seja, é o modelo institucional que produz essas divergências. Elas não são uma distorção. Isto que estamos vendo que esta Comissão está analisando como absoluta distorção, tem que ser visto também, como adequado a esta distorção, adequada ao modelo que a produz. E só se tivermos a lucidez de mexermos no modelo, não só a lucidez, mas também a habilidade política. Esta habilidade política passa também por uma renúncia muito grande. Qual é a renúncia? A de não identificarmos o tempo histórico de uma Nação. Porque o que esta Comissão está tratando não é o tempo histórico da nossa geração; ela está tratando com o tempo histórico de uma Nação que não se confunde com o tempo histórico individual.

Não iremos, Senador Bení Veras, produzir as soluções na nossa geração. Mas temos o dever de começar a mexer e estabelecer num plano de longo prazo para atingirmos a composição nacional. E criar, agora, os mecanismos institucionais que mudem basicamente isso. E não será, afirmo, esta solução alcançada através de mecanismos como está utilizando o meu Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que é o mecanismo de confronto. E não será também a resposta aos mecanismos de confronto, a radicalização política e a polarização de posições que levaram a isso.

Tenho esperanças e convicção de que é um dever muito grande e um dever da nossa geração, uma geração de políticos, que terá um mecanismo de extinção, porque a nossa geração é de transição democrática, que se esgota. E cada vez mais perdemos o discurso. Na verdade, as indefinições políticas identificadas pela Sra. Aspázia passa por que? Porque não temos visão da transição que queremos.

Esgotou-se aquele discurso lustro que o Bení e eu fazíamos, que o Márcio fazia, que era o discurso da instituição da democracia, o discurso da geração produzida a partir de 1972, que foi a geração da resistência democrática. Esta geração está historicamente morta. Não tem mais função, não tem mais tarefa. A geração de 86, que foi eleita no bojo da Constituinte é uma geração de transição péssima, ruim, porque lhe faltou discurso nítido em termos de sua sobrevivência. Explicávamo-nos porque os militares existiam e não temos nenhum projeto político nítido. Por que? Porque não temos nenhum balanço.

E esta Comissão tem as condições de dar os elementos necessários para o norte nacional, que precisamos assumir, para visar exatamente às intenções de uma grande potência, mas não uma grande potência na concepção dos Estados nacionais soberanos do Século XIX. Não estamos tratando no Século XX mais com as concepções de soberania nacional do Século XIX, que tinha uma explicação política a partir da Revolução Francesa. Estamos tratando, isto sim, de um novo modelo de estado. E que precisamos acreditar nitidamente que é um novo modelo de estado, globalizante e internacionalizante. E se não tivermos a noção disso, nós, que já não estamos no radar do mundo, vamos ficar muito tempo fora desse radar, das necessidades da produção de poupança e resolver as questões do nosso desenvolvimento e da nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Bem, tivemos, pela Professora Aspázia Camargo, um painel magnífico. E agora o Deputado Nelson Jobim, como sempre, de forma brilhante, dá ao debate o brilho da sua inteligência.

Gostaria o seguinte: como é uma mesa redonda e logicamente vamos editar esse trabalho e os temas que estão sendo aqui mencionados, que são da mais alta importância, acho que seria interessante primeiro ouvirmos as perguntas dos interpeladores e depois, então, Aspázia e Nelson retornariam, para fechamento da nossa mesa redonda.

Então, concedo a palavra, neste momento, ao Senador Carlos Patrocínio, que é o primeiro interpelador.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de cumprimentar esta Comissão pela feliz escolha de trazer aqui a Professora Aspázia Camargo. Infelizmente, o dia não é evidentemente mais apropriado - às sextas-feira, o *quorum* nosso esvazia-se inexoravelmente. Mas, de qualquer maneira, cumprimento o brilhantismo com que a Professora Aspázia, de forma brilhante mesmo, analisou, sob o ponto de vista histórico, filosófico, analiticamente esse processo que está agora chamando à colação todos os setores organizados da associação brasileiro.

E quero afirmar que esta Comissão foi instituída na hora oportuna, no momento nacional, quando se questiona a improbidade da administração, quando se questiona se o sistema de Governo estaria correto e quando se questionam e levantam-se vozes no sentido de desagregar a Federação, aquilo que deveria ser chamado efetivamente de Confederação.

Temos que louvar a feliz iniciativa dos Senhores Membros desta Comissão de instalá-la neste momento, porque acho que é o momento oportuno de se estabelecer efetivamente este pacto, que foi tão bem dito pela Professora Aspázia Camargo, que, sem dúvida, se a Comissão pegar para si esse dever, essa obrigação, porque o momento é este, de se propor um pacto nacional, acho que a Professora Aspázia haverá de prestar uma contribuição inestimável a esta Comissão.

Gostaria de também de cumprimentar a brilhante palestra do nobre Deputado Nelson Jobim, que, felizmente, não comunga com o mesmo pensamento que vem sendo expandido pelo Governador do seu Estado.

Existem vários aspectos que eu poderia tratar, mas vou me limitar a dizer que os Constituintes foram felizes quando estabeleceram um número mínimo para a representação dos diversos Estados na Câmara dos Deputados.

Não temos, necessariamente, que acompanhar os modelos internacionais. Devemos aproveitar, de fato, aquilo que deu certo nos outros países, adaptando às nossas características, às nossas nuances. Por exemplo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu que a partilha do bolo orçamentário seria proporcional ao tamanho da população e inversamente proporcional ao PIB, ou seja, a renda per capita de cada Estado. Creio ser isso mais do que justo.

Um aspecto que eu gostaria de salientar também é que, através dos tempos, vimos adotando esse modelo totalmente errado para o desenvolvimento do

nosso País. Em quatro décadas, aproximadamente, invertemos totalmente os locais de moradia de nossa população, criando problemas enormes: em 1950, tínhamos 30% na cidade; hoje, temos 30% nos campos e 70% nas cidades. O exemplo característico é São Paulo, que cria uma periferia de pobreza e miséria semelhante à existente nas regiões Nordeste e Norte.

Torna-se importante instrumentar os nossos municípios para que não venham receber as benesses dos grandes municípios brasileiros e daqui não queiram sair mais. Daí, portanto, a necessidade de uma política voltada para o campo. Esta é uma opinião que eu gostaria de passar aos membros desta Comissão. Temos que colocar energia elétrica em todas as corruelas deste País, assim como implantar pelo menos a educação fundamental, na tentativa de minimizar os problemas das megalópoles e evitar problemas como o da discriminação contra os pobres nordestinos, como ocorre em São Paulo - acham que os nordestinos de hoje são os culpados das mazelas que existem em São Paulo, quando sabemos que foi o Nordeste, além dos europeus, que colonizaram São Paulo e se tornaram, talvez, os seus maiores empresários. Este é um assunto muito importante que deveríamos debater oportunamente.

A professora Aspázia Camargo afirmou que os incentivos fiscais estão mal distribuídos - 52% estariam indo para o Norte. Pergunto-lhe, então: através de que instrumentos, de que instituições isso estaria acontecendo? Seria talvez através do FINAM, do Fundo Constitucional, da SUFRAMA?

A professora também apontou, com toda a propriedade, que alguém estaria ganhando com essa dívida interna que prevalece hoje no Brasil, semelhante à dívida externa. Também gostaria que ela explicasse de maneira clara quem é que está ganhando com essa dívida imensa em nosso País.

Estou perfeitamente de acordo no que diz respeito ao batimento das contas. Efetivamente, quando se tentou rolar as dívidas dos Estados dentro do Senado Federal, houve uma disputa ferrenha. Quase aconteceu um empate, porque alguns Estados que estavam solvendo seus compromissos dentro dos prazos hábeis se insurgiram contra a rolagem da dívida, já que outros Estados, talvez até mais aquinhoados, não estavam procedendo dessa mesma maneira.

De forma mais ou menos sucinta, seriam essas as considerações que eu gostaria de fazer e as perguntas que eu desejaria ver respondidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ASPÁZIA CAMARGO - Concorde inteiramente com V. Ex^a quando fala sobre os critérios de negociação e os arranjos nesse sentido, creio que me fiz, talvez, mal-entender com relação aos comentários do Deputado Nelson Jobim. Na verdade, acho que os arranjos têm que ser políticos. Mas, para construir um arranjo político que tenha poder de convicção, devemos dispor de dados, porque os dados ajudam os diferentes atores envolvidos a negociar segundo a realidade dos fatos, a realidade das situações. Então, às vezes, na obscuridade, fica mais difícil, porque as pessoas escondem - digamos assim - as informações, ou, às vezes, simplesmente não têm informações para decidir corretamente.

Concorde também com a questão da descentralização, de como uma política importante, no sentido de diluir as desigualdades do País e, também, no sentido de esvaziar esse drama da megalópole, que é absolutamente inadministrável.

Quanto à questão dos incentivos fiscais, não quis aqui fazer acusação a ninguém, até porque acho que a grande preocupação, nessa negociação política, é distribuir, digamos assim, as vocações de maneira equilibrada. Acho que o Norte é uma grande região desocupada do nosso País, e isso, num mundo que se globaliza, é extremamente perigoso.

O problema do Nordeste é diferente; ele tem um "Triângulo das Bermudas" de pobreza que precisa ser combatido. E não é tão complicado alocar recursos para combater isso, ao invés de ficar jogando e pulverizando os recursos federais por áreas que, às vezes, não são necessárias. Mas, no cômputo geral, o que a Receita Federal nos passa é exatamente um gráfico que nos mostra que dos recursos fiscais - que correspondem a 1,8% do PIB e a 27% das receitas - 52% vão para o Norte; 25%, para o Nordeste; 20%, para o Sudeste e 3% para o Sul. O que quis levantar aqui é, exatamente, a preocupação oposta ao que, talvez, o senhor entendeu. Acho que essas coisas têm que ser consideradas num pacote único, porque a questão da dívida, por exemplo, quem ganha com dívida? É o capital financeiro. Onde está o capital financeiro, onde ele investe, onde ele se reproduz? Então, temos razão para pensar que é no Centro-Sul, no Sudeste. Essas coisas têm que ser verificadas. E, evidentemente, existe um dado importante também que é a questão das tarifas. Isso, não vamos, jamais, poder contar com precisão o que custou de benefícios para o Centro-Sul, e para o Sudeste sobretudo, o investimento maciço da Federação brasileira, via tarifas. Porque, quando criaram tarifas altas para determinados produtos que, antes, importávamos, os estados que tiveram que comprar esses produtos - cito, aqui, o exemplo do cimento, que está provocando um grande frisson no País, porque o Ceará não está querendo comprar cimento duas vezes mais caro do Centro-Sul, prefere comprá-lo da Hungria. Então, esse tipo de cálculo que estamos começando a fazer hoje, não fizemos durante 50 anos. Houve uma drenagem importantíssima de recursos de algumas regiões para outras. Como contabilizar isso acho que é um desafio grande, mas não é impossível também que façamos um cálculo sobre isso. E também há a questão dos incentivos às exportações, porque os produtos exportados não pagam impostos. O Rio Grande do Sul, num

determinado momento, há alguns anos, uns cinco anos atrás, sofreu brutalmente com isso, porque essa isenção de impostos não beneficiava o Governo do Rio Grande do Sul, beneficiava os exportadores do Rio Grande do Sul. Então, aí vai um outro problema que afligiu muito o setor público do Rio Grande do Sul e que corresponde, também, de uma certa forma, a algum tipo de incentivo. Precisamos, inclusive, rediscutir essa questão do que é incentivo exatamente. E, digamos assim, desagregar, dentro desse bolo, quem está recebendo o quê. E, eventualmente, até rediscutir, dentro de um plano estratégico nacional - o Deputado Nelson Jobim tem toda razão, temos que pensar em todos os mecanismos que fortaleçam de maneira saudável essas novas funções do Governo Federal, e uma delas seria essa, quer dizer, criar na Amazônia uma grande pólo de desenvolvimento que seja muito melhor do que esse que foi uma reprodução perversa do modelo de desenvolvimento do Sudeste brasileiro.

O SR. MÁRCIO LACERDA - O próximo inscrito seria eu e continuo presidindo a Mesa. Como o Senador Jonas Pinheiro também saiu, vou aproveitar a oportunidade, mesmo estando na Presidência dos trabalhos, para, primeiro, comunicar à Dra. Aspázia Camargo que estamos tendo, concomitantemente, uma sessão do Senado Federal para apreciar matérias importantes. Portanto, não é possível termos um universo maior de Senadores e Deputados nesta reunião.

Tenho a impressão de que tanto a Dra. Aspázia Camargo quanto o Deputado Nelson Jobim abordaram questões absolutamente centrais, especialmente com relação à configuração do Estado. Não lançaríamos o discurso liberal que hoje prega a redução, a diminuição da importância do Estado, ou a diminuição da presença do Estado na sociedade. É evidente que ele tem um papel fundamental, não havendo como dirimir ou intermediar os conflitos entre os diversos segmentos da sociedade sem a presença marcada do Estado.

A questão central que vejo no Brasil, hoje, e que também não é um privilégio brasileiro diz respeito ao modelo de Estado que precisamos definir para o País. Na realidade, temos, atualmente, apesar dessa tentativa de descentralização, um Estado unitário no Brasil. É um País que, efetivamente, não é unitário. Por isso, grande parte desse problema que estamos vivendo é que há um conflito entre as políticas nacionais e as realidades regionais. É evidente que o Piauí seco nada tem a ver com o Pantanal cheio e nenhum dos dois com o Rio Grande do Sul temperado, ou com a Amazônia dentro da sua complexidade.

Dentro do Brasil, temos diversos países com vocações diferenciadas (desenvolvimento, possibilidades diversificadas de definição dos seus modelos, da sua política de trocas.) E, a rigor, essa concentração da atividade econômica no Centro-Sul e até com os mecanismos de proteção que se criaram, no sentido de fortalecer a economia nacional, acabaram transformando o mercado brasileiro em mercados cativos das áreas industrializadas que o Deputado Nelson Jobim, por felicidade, colocou para os industriais do Rio Grande do Sul.

Se houvesse, efetivamente, essa separação, essa definição da autonomia do Rio Grande do Sul, o que os industriais gaúchos fariam para entrar no mercado da competitividade? Temos o Nordeste transferindo renda, apesar da colocação dos incentivos que, teoricamente, seriam transferidos para o Nordeste e o Norte. Tanto o Nordeste quanto o Norte são transferidores de renda; ambos têm balanças de pagamento superavitárias; exportam muito mais do que importam, e há a história do Rio Grande do Norte que é o segundo produtor brasileiro de petróleo; a Bahia, o terceiro e o próprio Rio de Janeiro.

Tenho a impressão de que a grande discussão desse momento no Brasil - tento discutir isso já há algum tempo, já participei de uma exposição da Dra. Aspázia Camargo na Fundação Getúlio Vargas - é exatamente porque chegamos a uma situação interessante no Brasil. O que há, na realidade, é uma incompatibilidade, um divórcio completo entre o Brasil real e o Brasil institucional. A meu ver, a demonstração mais evidente disso está no Orçamento da União.

Há pouco mais de um mês, o ex-Ministro Gustavo Krause informou que para cada cruzeiro pago de imposto no Brasil há um sonogado, ou seja, temos uma sonegação fiscal da ordem de 50%. Se levarmos em consideração que a economia brasileira está em torno da metade também do informal - no meu Estado, por exemplo, a economia informal corresponde a três ou quatro vezes o valor do formal e no Rio de Janeiro acredito que seja a mesma coisa - a rigor, temos o Estado brasileiro - e aí está a grande exaustão no raciocínio linear, abrangendo apenas a metade da metade do esforço do País, tendo em vista que a metade está situada na economia informal - 50% - e dos 50% teoricamente formais a metade é sonogada. É evidente que o esforço de um quarto da sociedade não tem como sustentar os quatro quartos que compõem o Brasil real. Esse um quarto abrangido pelo Estado é organizado de uma forma extremamente inadequada que, a rigor, está o Orçamento da União, sendo discutido agora outra vez. Sessenta e sete por cento do Orçamento da União, deste ano, estão comprometidos com a rolagem da dívida pública, portanto, não se pode mexer. Quinze e vinte por cento do Orçamento estão compromissados com as transferências constitucionais, com despesas de custeio etc. Há o remanescente em torno de 4%, que seriam para os investimentos públicos. Esses 4% seriam 4% do PIB formal, isto é, são 4% de um quarto.

Diante disso, gostaria de saber que tipo de governabilidade é possível se fazer nessas condições. Isso reflete nitidamente no cerne da crise brasileira. Se 75% da

atividade do País está um pouco fora do controle do Estado, temos algumas constatações para fazer: ou somos uma Nação de marginais, sonegadores contumazes - e aí o País vai ser informal, anárquico, sem saída, sem solução - ou temos um sistema tributário absolutamente inadequado, incompatível com a realidade do País. É necessário que repensemos ou façamos um reordenamento tributário do País, ou um ordenamento tributário do País que possa ampliar essa base de arrecadação.

Quanto à questão das transferências, por exemplo, essa centralização da atividade econômica no Centro-Sul transformou o restante do País em verdadeiras periferias, condenadas definitivamente à pobreza. Se não houver um reexame do parque federativo, não vejo como poderia haver interesse de um industrial de São Paulo, ou do Rio Grande do Sul em transferir o seu parque para Mato Grosso ou para o Nordeste, enquanto eles têm esse mecanismo de proteção que me obriga, enquanto Estado produtor de matéria-prima, a colocar minha matéria-prima para ser beneficiada nos parques industriais do Centro-Sul. Ao mesmo tempo, condenam-me a ser consumidor desse mesmo produto com valor agregado, produzido nos parques industriais do Centro-Sul. É o caso, por exemplo, de se saber quantas arrobas de algodão em rama tenho que mandar para os parques industriais do Centro-Sul para usar uma camisa de algodão no Mato Grosso; quantos quilos de matéria-prima industrial temos que mandar na mesma direção e sermos, depois, um mercado cativo para o uso de sabonete? Se não pensarmos num pacto, no sentido de desconcentração e de criarmos alguns pólos descentralizadores de desenvolvimento, não teremos saída.

Estive o ano passado em Roraima, onde há um conflito violento entre posseiros, garimpeiros, enfim, trabalhadores rurais e fazendeiros. Roraima é um Estado com, mais ou menos, 240 mil habitantes e 240 mil quilômetros quadrados, ou seja, uma densidade demográfica de um habitante por quilômetro quadrado. A rigor, na cidade de Boa Vista, deve haver 140 ou 150 mil habitantes. Daí por que mais da metade da população do Estado concentra-se na Capital de Roraima, e a zona rural deve ter hoje talvez 30 ou 35% de habitantes. Trata-se de um Estado com uma produção mineral interessantíssima, uma área territorial absolutamente desocupada, com espaços desocupados. No entanto, é um verdadeiro campo de guerra, de conflitos entre diversos segmentos sociais. O que está ocorrendo conosco? A União, na forma como está concebida e com o grau de interferência que tem no nível da problemática regional, acabou sendo um extremo complicador para a solução dos problemas regionais. Acredito que essa é a discussão central que teremos que começar agora a definir.

O País tem feito um esforço violento. A própria construção de Brasília, na realidade, é um esforço que a sociedade brasileira fez para interiorizar o desenvolvimento, para ocupar os espaços vazios e para corrigir esses desequilíbrios regionais. Como não tínhamos uma política nacional de correção desses desequilíbrios, acabou sendo também um fator de gravosidade dessa economia. Toda essa fronteira agrícola que foi criada nos últimos 30 anos para o Centro-Oeste, acabou tendo que ser subsidiada, porque não havia uma política agrícola, de geração de energia, enfim, uma política que criasse efetivamente soluções de desenvolvimento sustentável.

Na minha opinião - concordo um pouco com a Dra. Aspázia Camargo - essa semente do separatismo que concretamente está começando a germinar, acredito que quando o Nordeste perceber que ao invés de ser um mau negócio para o Nordeste ter essa posição crítica do Centro-Sul de São Paulo e do Rio Grande do Sul, seria um grande negócio para o Nordeste se transformar num país. A tendência é que aprofundasse essa proposta de separatismo a partir do próprio Nordeste ou a partir da

Amazônia ou do próprio Centro-Oeste. São todas elas regiões que teriam soluções econômicas satisfatórias, ou muito melhores do que a situação que estão vivendo hoje dentro desse pacto existente.

Concordo que não podemos trabalhar isso na base do confronto, mas que essa discussão precisa ser posta, não há dúvida alguma. Até porque essa concentração acaba não sendo benéfica nem para os Estados desenvolvidos do Centro-Sul. São Paulo detém hoje praticamente 50% do PIB nacional, mas tem 500 mil pessoas morando nas ruas. Quem são essas pessoas? São os nordestinos sem emprego, sem opção, os amazônidas, os goianos, os tocantinenses, que, por falta de possibilidade de sustentar um modelo de desenvolvimento, em áreas extremamente vocacionais para o desenvolvimento, em áreas extremamente ricas como é o Centro-Oeste, o Estado de Tocantins, a própria Amazônia e até mesmo o Nordeste. Se não enfrentarmos a questão da desconcentração do desenvolvimento, de um equilíbrio na distribuição da renda nacional, não vejo saída que não seja a desagregação efetiva do País.

Essa idéia que ainda está havendo no Rio Grande do Sul, ainda muito embrionária - e até concordo com o Deputado Nelson Jobim, de que possa ser uma manifestação de caráter fascista e regional - mas é absolutamente inevitável que se sustente esse grau de injustiça e essa condenação à pobreza dessas regiões, que são hoje periféricas, como são o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia. No cerne da nossa discussão o orçamento da União mostra isso.

Chegamos, na realidade, a um modelo de Estado em que se criou uma situação que não é conveniente para ninguém. Hoje, qual a perspectiva de um trabalhador assalariado do setor público e do setor privado, com recessão? Não salário ou um salário comprimido. Qual a perspectiva do setor privado? Também é a mesma, ou seja, a tendência de adquirir a redução da atividade econômica. Qual é a situação do próprio setor público nas três instâncias? Está aí a União falida, administrando 1% do

esforço nacional; estão aí os Estados falidos e as prefeituras na sua maioria - a não ser aquelas de Municípios que têm uma atividade econômica mais forte - também exauridas.

Ora, se temos uma situação que não convém aos trabalhadores, aos patrões nem ao setor público, qual é o problema de agora começarmos, então, a discutir esse grande pacto, que poderá nos levar a essa solução? Com o reordenamento do sistema tributário, que amplia a base tributária, uma política de distribuição mais razoável que consolide essas regiões, hoje periféricas e condenadas à pobreza, e que lhes permita definir o modelo de desenvolvimento e, sem dúvida nenhuma, vai redundar na consolidação deste País como uma Nação mais forte.

Concordo com a Dra. Aspázia Camargo que o Congresso é o fórum natural dessa discussão. Mas é necessário que tenhamos toda a elite brasileira esteja envolvida na discussão e na formulação do nosso pacto. Esse é um grande momento para isso, pois o País está vivendo sua plenitude democrática, estamos às vésperas de uma revisão constitucional, estamos vivendo uma crise para a qual o Governo está buscando uma solução no bojo de uma normalidade também democrática. Vamos ver se conseguimos engajar o Congresso Nacional e os diversos segmentos da sociedade nesse debate, a fim de que possamos definir o futuro do País.

Éra o que queria dizer. Não se trata de uma interpelação, mas de manifestar algo que vimos debatendo há muito tempo.

Não sei se a Dra. Aspázia ou o Deputado Nelson Jobim gostariam de fazer algum comentário.

A SRA. ASPÁZIA CAMARGO - Parece-me que há concordância quanto à matéria. Tenho aprendido muito com o Senador Márcio Lacerda. Acho que essa é uma visão muito realista do País. Acredito piamente que, no momento em que todos são altamente prejudicados, há possibilidade de todos quererem negociar uma coisa melhor, porque, enquanto pensa que pode levar vantagem agindo sozinha, cada um vai persistir agindo sozinho.

O objetivo fundamental, defendido pelo Deputado Nelson Jobim, é exatamente o fortalecimento do nacional, que, na verdade, foi sempre precário. Esta é a verdade: somos um País do precário, estamos sempre em transição, porque nunca conseguimos realizar a descentralização democrática, nem conseguimos, plenamente, construir a União. Esse Estado que dizem ser muito forte é, na verdade, muito fraco. Onde estão os tribunais do Norte, dessas regiões perdidas? É um gigante de pés de barro, desconjuntado e caro. Entendo que podemos, perfeitamente, melhorar isso tudo.

Gostaria de fazer, rapidamente, dois comentários sobre as observações do Deputado Nelson Jobim.

O primeiro refere-se à questão da racionalidade, que foi meu último recurso. Na verdade, gostaria de insistir em que essas distorções, que procurei defender, talvez com pouca clareza, que hoje nos incomodam muito foram extremamente funcionais no passado. Elas foram resultado de arranjos políticos inteligentes, não necessariamente racionais, do ponto de vista da história, mas certamente racionais do ponto de vista do momento político que o país viveu no passado. Esses arranjos, muitas vezes, eram pessoais.

Estou pensando nesse dado interessante sobre os positivistas, quer dizer, essa maneira de ver que, graças a Deus, foi derrotada na época. No fundo, os que vinham do Império conseguiram impregnar muito mais fortemente a República do que se esperava no início. Enfim, toda a habilidade de Getúlio Vargas faz parte daquilo que ajudou a construir este País. Não podemos falar mal disso, apenas constatar que decididamente não corresponde ao modelo que o Deputado Nelson Jobim expôs tão bem, que tende à globalização, tende a uma redefinição de soberania.

Porém, no bojo dessas redefinição podemos perder-nos. Aí talvez haja um ponto de discordância, porque, na verdade, discutir o separatismo não significa que ele vai acontecer, mas se o Brasil continuar no ritmo que está, ele ocorrerá. Isso posso garantir, porque o Governo Federal é hoje uma casquinha frágil. O Senador Márcio Lacerda trouxe os dados que nos mostra isso, quer dizer, não tem Orçamento, não tem transparência, insiste em funções que ninguém quer que ele exerça mais e não desempenha aquelas que todos gostariam que ele desempenhasse. É uma situação de fragilidade, inclusive simbólica.

Nos últimos tempos, fiquei pensando que o grande milagre da era Vargas não foi apenas o desenvolvimento econômico, mas também a idéia de que a população lhe devia lealdade e afetividade. O povo desenvolveu afetividade com o centro do poder, porque era ele que cuidava dos pobres, era ele que fazia a pouca política social que nós conseguimos fazer, era ele que zelava pelo País inteiro, pela Nação. Isso tudo é um patrimônio, que não podemos, jamais, medir.

O que significa isso?

Os povos lutaram, ao longo da História, por esses momentos gloriosos em que toda a população de um território se identifica com determinado centro, que é a expressão da racionalidade, do todo, afetivamente simbolizada. Se perdemos isso, e, na verdade fomos vítimas, não sei se do destino ou do que seja, mas tivemos o pior Presidente da República Militar junto com um Presidente da República fraco, que tinha a síndrome do vice, e isso durou 11 anos. Depois tivemos a desgraça de ter um presidente eleito que acabou como sabemos. Agora temos a transição, ou seja, o interino do interino. É verdadeiramente catastrófico isso para o Brasil. Há muitas forças políticas, partidos, inclusive, que pensam que este governo está destinado à interinidade,

que ele ficará até 1994 na interinidade. Então, chamaria a atenção nesta Comissão para a gravidade desse assunto: o de criar uma interinidade política, entremeadada de discussões nacionais sobre engenharias políticas parciais, em que se discutem parcialmente problemas que são decisivos, fragmentamos a decisão: partidos, sistema eleitoral, sistema de governo, enfim, tudo isso absolutamente fragmentado, e que resultado isso pode trazer se não formos capazes de acelerar o entendimento sobre o pacto federativo no plano econômico. Isso é viável, porque creio que o Senador Marcio Lacerda está dizendo é extremamente importante. O Senador Beni Veras representa um estado pequeno e pobre da federação brasileira que é um desafio para todos nós, precisamos saber porque ele está dando certo, porque ele está crescendo, mesmo pouco, mas está crescendo. Então, creio que o encontro de contas que estava propondo é bastante amplo. O Deputado Nelson Jobim trouxe um dado novo e temos que juntar neste encontro os fatores políticos: a questão da representação e a do judiciário. Mas no plano estritamente econômico, teríamos a dívida dos bancos, a dívida estadual, de um modo geral, o INSS, incentivos de todos os tipos, o orçamento - o que se distribui via orçamento - as isenções via exportação, as tarifas especiais que muitas vezes estão embutidas em ações governamentais que já são parte da cultura política, mas que existem! Por exemplo: penso que companhias aéreas estão sem subsidiadas indiretamente quando o Estado compra as passagens etc. Como iremos contabilizar isso? Isso, muitas vezes, beneficia nitidamente alguns estados. Créditos do BNDES, por exemplo, do Brasil, Fundo de Participação, que beneficia alguns municípios mais do que outros, alguns estados mais do que outros, e as barreiras tarifárias que serão difíceis contar, mas que também existem e o Deputado Nelson Jobim insistiu sobre isso.

Essa questão do separatismo é difícil de se lidar, porque o Brasil tem uma unidade cultural importante, porque faltam opções regionais consistentes para provocar a fragmentação, é exatamente por isso que estamos inteiros. Mas, sinceramente, nobre Deputado, pergunto-me se seremos capazes de resistir mais uma década, porque os cálculos são assim: não resolvemos agora e só resolveremos em 1997. As coisas são presidencialistas: se o presidente não der certo agora, o próximo só vai poder dar certo em 1997. Pergunto o seguinte: se podemos perder tempo, se podemos esperar mais nesse processo de sangria do Governo Federal, nesse processo de indefinição, de incertezas que, na verdade, alimentam o imaginário coletivo. Gostaria de simplesmente concluir, dizendo o seguinte: o fato de esses grupos serem fascistas, a mim não me tranquiliza em nada; ao contrário, deixa-me mais amedrontada, porque os separatismos e os conflitos estão muito centrados num certo espírito belicoso que o fascismo permite. O que senti no debate na televisão é o seguinte: estamos na etapa 2. Estivemos na etapa 1 em que algumas pessoas sonhavam com coisas impossíveis; agora estamos numa etapa em que as pessoas estão sendo suficientemente levadas a sério e ficarem num programa de televisão e ficarem 40 minutos por lá. Puseram lá para segurar um pouco a loucura; a terceira etapa há de ser mais consistente... Espero que ela não exista. E será simplesmente a etapa que dirá o seguinte: se me juntar com outra coisa no Sul, e a Alemanha austral foi uma coisa abortada pelo Governo Vargas, porque houve uma política estratégica para abortar essa tendência, o que me leva a crer que é o único lugar do Brasil em que há possibilidade de viabilizar um projeto cultural separatista, porque nas outras regiões a coisa é um pouco mais difícil. Seria muito mais por uma ocupação internacional, simbólica etc, do que propriamente pelos aspectos culturais. Evidentemente estamos contando com esse fator favorável, mas o fator desfavorável é o fato de sermos um país de terceiro nível, mundialmente falando. E o fato de que somos economicamente muito frágeis e de que estamos ainda mais fragilizados do que somos nos deixa vulneráveis.

Concluo dizendo que isso não é uma maluquice e que os Estados Unidos agora já estão também enfrentando esse tipo de problema. O Times já começa a noticiar várias matérias falando sobre isso. Existe um problema no Texas que está complicando e o problema da unificação do NAFTA com o México só faz acelerar, agravar, não vai diminuir. Quem vai ser a parte perdedora? O México está achando que pode ganhar e que no final das contas, no apagar das luzes, juntando aquilo tudo, o Texas volta para o México. Fato seja dito que o Presidente do México, visitando o Texas, foi apresentado à população pela Governadora do Texas, que se traiu - o inconsciente deve ter emergido - da seguinte maneira: "Tenho o prazer de apresentar o Presidente do Texas." Então ela própria, Governadora do Texas, apresentou o Presidente Salinas como Presidente do Texas. De modo que essas coisas estão no ar. As fragmentações, a pulverização da modernidade está levando a problemas que são hoje um desafio para os conservadores americanos. Eles estão considerando seriamente o fato de que os democratas são extremamente favoráveis ao culturalismo, aos grupos étnicos etc. e que isso pode engendrar algo que não seria talvez fragmentação territorial, mas que poderia ser já uma fragmentação de fato. Estão praticamente sob o controle do Estado amplas partes do território americano, como as áreas de domínio negro, de domínio porto-riquenho etc. Então, creio que é um problema que não é brasileiro. A tendência mundial é para acelerar a recessão, aumentar o fascismo.

Tenho uma amiga que chegou de Roma ontem e disse que assistiu, no centro de Roma, um movimento fascista, antijudeu. Então, se essa tendência está se disseminando numa Europa que afinal de contas está com indigestão de riqueza, o que não poderíamos pensar deste pobre País, que está sofrendo tanto em consequência de uma crise de 14 anos que evidentemente que está provocando esse tipo de trauma?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Concedo a palavra ao Senador Beni Veras.

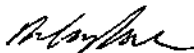
O SR. RELATOR (Beni Veras) - As posições foram muito densas. Portanto, há muitas questões aqui a considerar, a pesar, a examinar, a fim de que aproveitemos todas as idéias para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Contudo, eu gostaria de pinçar a seguinte questão. Vivemos uma situação em que o Poder Central está estiolado. Desde o governo Figueiredo ele vem sofrendo um processo de desarrumação, e o coroamento foi sem dúvida nenhuma esse trator chamado João Santana, um elefante que não é de louça, convindo ao Presidente, que achava que quanto menos informado estivesse o País melhor para ele, para poder praticar as loucuras que praticou. Então o Poder Central desarrumou-se todo. Não se tem estatística confiável para saber como é que as coisas estão. As contas nacionais não são bem medidas, não se tem condições de saber quem recebe o quê, quem ganha ou quem perde na relação federativa. Isso dificulta muito. E falta também, por cima disso, naturalmente, um projeto nacional; ainda estamos sem projeto. Ninguém pensa o País. Tenho procurado alguém aqui no Congresso, com toda a honestidade. Nobre Deputado Nelson Jobim, V. Ex.^a falou muito bem sobre isso. Quem neste Congresso conhece o Brasil? Quem neste Congresso está pensando nos problemas do Brasil? Tivemos recentemente indicações de pessoas para cargos e entidades governamentais. Chocava-me constatar que homens com poder aqui no Congresso indicavam pessoas tão diferentes do perfil necessário para o trabalho naqueles órgãos. Para os órgãos, por exemplo, que conhecemos mais parece que escolhiam ao contrário, mandavam para lá as pessoas mais impróprias para tratar desses órgãos. Por quê? Primeiro por compromissos, segundo por incompreensão do problema nacional. O político, quando faz isso, está causando um grande prejuízo ao país e a ele também, que vive da vida do país, do sucesso do país; ele, indicando mal e trabalhando mal o Poder Público, está estiolando o seu capital e o da população também.

A meu ver, o Senado, por exemplo, é um Senado paroquial. As pessoas pensam no seu espaço. É difícil - os companheiros sabem disso - manter uma discussão a nível do que o País precisa. Imagino que se alguém visse o Brasil de uma distância adequada, imaginaria que seria um País de grande sucesso; tem quase tudo de positivo. Entretanto, a coisa se tornou tão confusa que ninguém é capaz de gerar, para o Brasil,

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 1993.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia três de março de mil novecentos e noventa e três, na sala no. 05 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores Congressistas Senadores: Guibaldy Alves, Aristóto Rollemberg, Elcio Alvares, Beni Veras, Esperidião Amin, Néstor Bittor e Gilberto Miranda, Deputados: Aníbal Cavalcanti, Luiz Girão, Wilson Cunha, Aristóto Holanda, Marco Penafort e Osvaldo Coelho. Deixam de comparecer por motivos justificados, os demais membros. Assume a Presidência o senhor Senador Beni Veras, declarando aberta a reunião. Em seguida, o senhor Presidente informa aos senhores Congressistas presentes, dos trabalhos realizados pela Comissão e sobre o resultado destes, que formam o relatório. Usam da palavra os senhores Congressistas Senadores Esperidião Amin e Gilberto Miranda, Deputados Luiz Girão, Wilson Cunha, Aristóto Holanda e Osvaldo Coelho. Em seguida, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores Congressistas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.



SENADOR BENI VERAS

ANEXO A ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1971-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO : SENADOR ÉLCIO ALVARES
RELATOR : SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

! !

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Houve algumas audiências públicas locais, com o objetivo de conhecer melhor o problema, para as quais convidávamos um empresário, um especialista de nível universitário, uma pessoa ligada ao governo local e, dentro do possível, pessoas especialistas no assunto específico.

As audiências da Amazônia, Belém, bem como as de Cuiabá, Palmas, no Tocantins, e Fortaleza foram muito ricas. A próxima será em Recife, dia 12, encerrando essa fase de audiências.

Concluiu-se que o desenvolvimento das cinco regiões está descompensado: o Sudeste e o Sul têm um desenvolvimento maior; o Centro-Oeste está quase no ponto médio do País; o Norte tem um pequeno atraso, e o Nordeste apresenta um grande atraso, que salta aos olhos. Os números respectivos foram encaminhados à Comissão em relatório.

Isso nos levou a especular sobre a possibilidade de se integrarem as Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, de tal maneira que pudessem se potencializar, viabilizando o desenvolvimento mútuo, sem prejuízo de nenhuma delas. Trata-se de uma ligação viável, conveniente, que interessa às três regiões.

A matéria-prima oriunda do Centro-Oeste tem como ponto de saída o Porto de Santos. Pela via Tocantins-Araguaia, grande parte dessa produção pode dirigir-se para São Luís e, em consequência, para o Nordeste. Da mesma forma, o beneficiamento de matéria-prima daquela região pode ser feito nas grandes cidades do Nordeste, que já estão preparadas para isso.

Nessa discussão quanto às diferenças regionais, nota-se claramente a grande defasagem que existe entre as suas populações. As condições de vida nessas regiões menos desenvolvidas é de muito penúria; são populações que sofrem muito e que estão muito inferiorizadas em relação ao resto do País. O Nordeste, por exemplo, tem 40% da população desempregada e 52% dos analfabetos do País. São números terríveis, que mostram bem o descompasso do nosso desenvolvimento e a defasagem que existe em relação à média do País.

É verdade que faltam recursos para o desenvolvimento dessas regiões, mas não é uma falta absoluta; há alguns recursos disponíveis. O Nordeste, por exemplo, tem recursos significativos, assim como o Norte. Contudo, se examinarmos em profundidade, veremos que esses recursos poderiam ser melhor utilizados, evitando-se o desperdício.

A população da região resiste a esse entendimento, mas há realmente uma certa perda na aplicação desses recursos, que poderia ser corrigida com certa facilidade, se houvesse um pouco mais de senso crítico no exame da questão. Da mesma forma, as instituições locais resistem a isso, alegando que, se se começar a examinar muito, o Governo pode cortar os benefícios que recebem dele. Na verdade, as estruturas que vêm trabalhando com esses recursos são bastante rígidas; criaram uma força que as mantém imóveis, resistindo à mudança do status quo, como é o caso da SUDAM e da SUDENE.

Nessa discussão, houve acaloradas manifestações via jornal. Entretanto, neguei-me a continuar na posição confortável de aceitar o estabelecido como ideal. Achei que nós, da região, devíamos ter a coragem de enfrentar com realismo essa situação regional e começar a examinar esses organismos em profundidade, reconhecendo os erros que cometem, principalmente na estrutura que criam para defender suas vantagens.

Aqueles que se utilizam do FINOR na Região Nordeste entendem que este nosso relatório prejudica os seus interesses. Vejo isso, contudo, como uma resistência muito localizada, restrita a grupos vinculados ao processo, e não da população como um todo. Esta tem a compreensão de que esses incentivos foram feitos para melhorar a condição de vida do povo. E o sistema de industrialização foi uma forma de se chegar ao povo. Mas não buscamos a industrialização em si, mas sim como um meio de chegar ao bem-estar da população.

Não se pode perder de vista um exame desse tipo. Tem que se ir fundo nisso! Os recursos que foram para o Nordeste, por exemplo, não foram capazes de mudar a estrutura daquela Região.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - (fora do microfone)... não foram capazes de reduzir o desequilíbrio inter-regional. E pior: não impediram que fosse agudizado o desequilíbrio intra-regional.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - É verdade! No Nordeste, por exemplo, o FINOR foi muito utilizado para projetos agropecuários, o que contraria os interesses da Região, porque cada vez que se fazia um projeto agropecuário, primeiro desempregava-se; depois, criava-se um emprego que utilizava menos mão-de-obra do que a usada anteriormente no campo. A crítica é muito séria a esse respeito.

Há também outra coisa: o sistema privilegia a empresa e tem utilização intensiva de capital. Fiações, por exemplo, não empregam ninguém e usam muito capital, porque as máquinas são mais fáceis de darem contrapartida ao projeto da SUDAM. Esse foi outro aspecto também deixado ao longo do tempo e não foi examinado politicamente. Isso piorou também a situação das pessoas da Região.

O SR. WILSON CUNHA - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo pelo grande trabalho que V.Exª tem desenvolvido à frente desta Comissão.

Sou Deputado pelo Estado de Minas Gerais, mais especificamente, por uma das regiões mais pobres do mundo: o Vale do Jequitinhonha.

Estou assistindo à sua exposição, inclusive com o aparte do Senador, relativa aos recursos destinados ao Nordeste. Creio que, para essa destinação, é preciso que se faça aquilo que hoje estamos desenvolvendo no Jequitinhonha: a capacitação do homem do campo, porque se não se habilitar esse homem através de um sociativismo, jamais se poderia trabalhar o cooperativismo, que seria produção e comercialização. O homem precisa ser educado para que conheça e saiba receber dinheiro para o seu desenvolvimento. É preciso fazer um trabalho "formiguinha", já que o nosso País é essencialmente agrícola, sem recursos disponíveis para uma industrialização imediata.

Então, teríamos que fazer esse homem, o produtor rural, produzir para sustentar o nosso País.

Hoje, temos, no Jequitinhonha, 1.500 associações comunitárias cadastradas. Dessas associações, criou-se um conselho comunitário chamado SUDECON, para o qual já conseguimos um convênio junto ao Ministério da Agricultura para a capacitação das comunidades. Isso está acontecendo em Montes Claros. Gostaria, inclusive, de aproveitar a oportunidade para convidá-lo e sugerir uma reunião em Montes Claros, já que fazemos parte do Nordeste. Nossa Região, o Vale do Jequitinhonha, em extensão territorial, equivale a quatro Estados do Nordeste. É uma região pobre; muito mais pobre, talvez, que o Nordeste propriamente dito; é miséria, miséria e mais miséria! Sou hoje, talvez, um dos únicos representantes daquela região. Faço parte desta Comissão e gostaria de sugerir uma reunião em Montes Claros, para a qual eu daria as condições necessárias à sua realização.

Sugiro, inclusive, em primeira mão, que, para se conseguir resolver essa desigualdade, não deveria haver injeção imediata de recursos, mas um treinamento do homem brasileiro para recebê-lo, porque se isso não ocorrer, realmente, não saberão o que fazer com o dinheiro e criarão um problema, como diz o Senador, intra-regional, que poderia, em vez de melhorar, sacrificar e piorar a situação dos nossos homens da nossa Região.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Existem nessas regiões subdesenvolvidas situações que precisam ser alvo de uma crítica interna, para que as coisas possam ser melhor utilizadas e para que possamos ter mais força para pleitear melhoria das condições regionais. Mas há uma resistência muito grande das estruturas locais.

Uma coisa ficou muito evidente para mim: a situação mais crítica do Nordeste pelo menos, ou talvez do Centro-Oeste e do Norte também, é a da educação. A educação da população regional encontra-se num atraso descomunal. Ela só pode melhorar através de uma séria modernização, e essa modernização exige certa cultura, uma educação mínima. Quarenta por cento da população nordestina é analfabeta, uma população que não sabe trabalhar com um motor. (O Osvaldo sabe muito bem disso.)

O irrigante, lá em Petrolina, tem esse problema. Em Petrolina existe o irrigante pequeno, a cooperativa e a empresa. A empresa vai muito bem; a cooperativa, mais ou menos; e o irrigante está quebrado. Ele não tem cultura para fazer irrigação. E, note-se, em Petrolina já existe treinamento para esses agricultores. Imagine V.V.exª, no Ceará, por exemplo, onde não há nenhum treinamento para a mão-de-obra que fará a irrigação e não há, tampouco, estrutura para isso.

Há um órgão regional do PRÓ SEMI-ÁRIDO, o DNOCS, que não sabe fazer irrigação com os recursos hídricos que existem no Nordeste. Ora, tem-se que fazer uma prévia nisso. Mais do que recursos, o DNOCS precisa de cultura.

O problema principal, o número um é o educacional, e esse problema tem que ser entretido. Em primeiro, lugar o Governo deveria gastar no Nordeste pelo menos 50% do que gasta com o Primeiro Grau porque lá estão 52% dos analfabetos do Brasil. O segundo grau deveria ter uma parcela de treinamento profissional maior e pelo menos uma, entre três escolas de segundo grau, deveria ser técnica no sentido de profissionalizar o indivíduo. Faz-se necessária a criação uma extensa rede de escolas técnicas, principalmente agrícolas, porque sem elas não mudaremos a situação do campo. Fazer reforma agrária com aquela população que lá está é criar favela rural.

Há pobres incultos que não sabem o que fazer da terra. Eles têm uma cultura agrícola antiga, eles transformam a terra boa em ruim, eles precisam ser

desenvolvidos. Essa população está entregue à sua própria sorte e esse destino precisa ser mudado.

Penso que a educação é a questão básica. Nós, nesta Comissão, deveríamos propor a solução do problema educacional do Nordeste. O Governo tem que enfrentar esse problema mais do que qualquer outro.

A segunda conclusão a que chegamos é que temos que redirecionar a utilização dos incentivos regionais, que estão sendo mal utilizados, desperdiçados até. Fugimos da discussão dizendo: quando o incentivo fiscal foi usado em outras regiões, houve muita perda, o Nordeste perde menos; mas perde. O Nordeste perde valores importantes e o Norte perde valores ainda maiores. O nível de desperdício da região Norte é assustador porque lá os incentivos são muito mal utilizados. Devemos, então, partir para a crítica desse problema. A crítica que me vem à mente, com mais torça, é a seguinte: quem autoriza não paga. Essa é uma lei básica da administração. Se a SUDENE e a SUDAM dirigem o desenvolvimento regional, estudam o desenvolvimento regional, elas não deveriam pagar. O FINOR e o FINAM deveriam ser tratados por outras instituições, de tal maneira que pudesse haver um controle maior sobre o pagamento. E a SUDENE deveria ter mais independência para planejar o desenvolvimento regional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sou autor de um projeto de lei que estabelece critérios para a avaliação do custo/benefício. Adotada essa separação que V.V.ex^a menciona, em princípio, é saudável. O órgão que programou, mas que não pagou, pode começar a fazer a avaliação de custo/benefício do programa, porque ele não pagou.

Agora, quem paga, não pode fazer a avaliação, porque é a terceira parte do binário - isso foi dito por V.Ex^a. Quem programa não paga, e quem paga não controla; porém, quem programa pode controlar.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Essa é uma questão que faz parte de uma problemática muito grande. A estrutura dos órgãos regionais existe há 30 anos e é imóvel por natureza. Os senhores conhecem a teoria de Toynbee, que diz: uma organização se estrutura a partir de uma idéia-força, mas com o tempo ela se torna uma instituição em defesa de si mesma, passa a cuidar-se e a se manter. É o fato que ocorre em nossas instituições regionais. Elas estão muito preocupadas com a sua própria manutenção e estão esquecendo de tratar do problema regional. E o povo, a quem se destina os recursos desses organismos, não está melhorando e, sim, piorando.

Então, alguma coisa está errada. Tenho enfrentado essa questão da educação mas devemos enfrentá-la em conjunto. Temos que enfrentar a questão educacional e fazer uma correção dessa posição institucional dos órgãos, para que possamos cobrar aqui a contrapartida adequada.

O SR. WILSON CUNHA - E principalmente os gestores das ações.

Estamos começando a executar o Projeto de Desenvolvimento de Ação Integrada no Jequitinhonha, elaborado por mim, e conseguimos os recursos, entregues a uma associação comunitária de Vargem Bonita para a irrigação de produtos hortifrutigranjeiros, através da Secretaria Nacional de Irrigação. Essa é uma primeira etapa, experimental, para que depois desenvolvamos o trabalho em todo o Vale do Jequitinhonha. Mas, agora, na última hora, houve mudança na prefeitura e o novo prefeito conseguiu um mandado de busca e apreensão com o juiz e tomou todas as bombas dos irrigantes - porque havia convênio com a prefeitura - e as guardou no depósito da Prefeitura.

O que é preciso mudar é a idéia da execução pela administração pública. É preciso que haja participação do poder público, mas que as obras sejam executadas pelas comunidades, com autonomia. O poder público poderá fiscalizar, mas os recursos devem ser direcionados às comunidades organizadas. Se isso não acontecer, jamais teremos um país desenvolvido. Temos que partir para isso, caso contrário o prefeito só acudirá aqueles que votaram nele; os outros ficarão à mercê da miséria e da discriminação por 4 anos, até que aconteça nova eleição. E o prefeito que ganhar fará a mesma coisa. Então, teríamos 50% da população brasileira discriminada e sofrida, de período em período, e jamais chegaríamos a atingir o nosso objetivo.

Então, seria preparar, realmente, essas comunidades. V. Ex^a falou em educação. Concorro que educação é essencial, mas para que haja educação, é preciso que haja saúde, é preciso que haja homens resistentes, em condições de receber educação. E para que haja saúde, é preciso que haja alimentação. Para isso é preciso que haja produção, senão teríamos um povo desnutrido, doente e sem educação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - É um círculo vicioso. Tem fome, porque não tem instrução para ganhar o seu sustento.

O SR. WILSON CUNHA - Em todo o nosso Nordeste temos 50% de analfabetos praticamente desnutridos e com fome, porque não há alimento. E sem alimentação eles não têm saúde, e sem saúde não têm educação. Então, é preciso começar pela produção, pelo preparo de infra-estrutura organizada. Preparar o homem para fazer o trabalho de "formiguinha". Que evitemos, prontamente, o paternalismo e que propiciemos a esse homem condições de pescar, e não de receber o peixe.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - O FINOR é o Fundo Constitucional do Nordeste somam hoje 800 milhões de dólares/ano para a região. Não é uma soma de

recursos enorme, mas é importante. Em 10 anos significa 8 bilhões de dólares. Se isso for usado adequadamente, pode haver um enorme efeito multiplicador.

Mas acho que ambos estão sendo usados via iniciativa privada, o FINOR para construir empresas e o Fundo Constitucional para financiar. Acredito que eles devam ser redirecionados, uma parte ser utilizada no FINOR e no financiamento de empresas, e a parte talvez mais importante ser utilizada na formação de empresas multiplicadoras, algo de que a região precisa.

A economia regional, às vezes, fica estrangulada em certo ponto, porque faltam indústrias grandes capazes de gerar a matéria-prima que aquela região precisa.

O Nordeste e o Norte sofreram de um enorme mal. O País só construiu as matrizes de matérias-primas no Sudeste. Não temos chapas de aço no Norte. Então, a sua indústria metalúrgica foi completamente prejudicada. E Carajás está produzindo o melhor aço do País. Estamos exportando lingotes de alumínio de São Luís do Maranhão. Esses lingotes deveriam ser beneficiados no Nordeste. Falta uma empresa para fazer isso.

Entretanto, a iniciativa privada não tem dimensão para enfrentar essas empresas. O Governo pode. Pode empreender e passar para a iniciativa privada, num processo natural. Creio que seria uma evolução do FINOR e do FINAM.

Temos o exemplo de SUAPÉ. Pernambuco precisa de capital público forte. O Nordeste precisa de uma indústria siderúrgica de chapas planas; precisa de uma refinaria, construídas pelo Governo, e depois se repassa para a iniciativa privada. Ou se faz associação com a iniciativa privada. Trabalhar todos os recursos via iniciativa privada, não tem lógica, a meu ver.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Assusta-me um pouco quando V. Ex.^a diz que o Governo deve fazer a indústria siderúrgica e repassar para o setor privado.

Creio que poderia ser feito algo semelhante ao que temos na Zona Franca de Manaus: a SUFRAMA, através da qual o Governo dá incentivo à produção. Há várias formas. O BNDES poderia apresentar linhas de desenvolvimento para determinadas regiões e diferentes tipos de empresa, um programa bem direcionado e estrategicamente bem definido.

Assim teríamos condições: conversão de títulos da dívida mais incentivo à produção. Só haveria incentivo logo depois. Se o Governo investir nas indústrias, ele vai fundar a empresa e lá colocar seus executivos, que vão contratar o projeto, comprar o terreno, fazer terraplenagem. E o que acontece nós já sabemos. O Prefeito, o Senador ou o Deputado vai querer indicar, e os preços vão ser completamente diferentes dos que os dá iniciativa privada para fazer a mesma coisa.

Isso determinará se a empresa terá ou não retorno, se o *play back* será viável ou inviável.

Haverá em outubro a revisão da Carta. Creio que é muito importante esse redirecionamento em termos de FINAM e FINOR. Os 800 milhões, nas mãos do setor privado, mas redistribuídos por região podem valer 2 milhões e 400 mil. Entretanto, jogados como estão sendo, podem valer 30%, e é o que está acontecendo. Todos nós sabemos das histórias, por baixo do pano, em consequência do que o dinheiro é mal colocado, mal trabalhado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Eu acredito, por filosofia, que quem sabe produzir é a iniciativa privada. O Governo é um mau produtor e um mau empreendedor, mas é um mal necessário em certas situações.

Numa sociedade muito atrasada, muito subdesenvolvida, a iniciativa privada não tem dinamismo para fazer empreendimentos maiores. Portanto, o Governo pode ser o indutor, pode estimular a criação da empresa e fornecer-lhe o capital básico. E pode fazer isso sem associação com a iniciativa privada e repassar.

Certas empresas do Nordeste não podem ser instaladas pela iniciativa privada, que não tem força, capital nem dinamismo para isso.

Uma indústria beneficiadora de aço, chapas planas, por exemplo, não é possível ser feita pela iniciativa privada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas, Sr. Presidente, durante as décadas de 70 e 80, o BNDES deu dinheiro a 20%. Na época a inflação era de 100% e ele dava dinheiro a 20%. Quem foram os grandes tomadores desse dinheiro? Foram as empresas do Sul, o Sul tomou dinheiro a 20% de correção monetária. Sabe o que é isso? Vai ver o que a Votoratim ou a Villares, por exemplo, tomaram? Foram fábulas de dinheiro.

Vamos definir estrategicamente e vamos criar dinheiro mais barato. É preferível dar dinheiro subsidiado para um projeto real e avaliado pelo banco, do que o Governo próprio fazê-lo. Senão acabaremos com uma indústria que não trará retorno ao investimento. Vai transferir e ele não volta.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - A nossa idéia era sugerir a criação de uma corporação financeira de investimentos. Uma subsidiária do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, que cuidariam da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional e do FINOR.

(Inaudível)

Funcionou no Sudeste; funcionaria lá.

Isso ajudaria as empresas que estão estrangulando a economia. Considero a idéia da corporação importante, algo que poderia existir na região para as empresas de grande projetos.

Os pólos de irrigação, por exemplo, precisam ser tomados pela iniciativa privada, mas ela pode não ter dinamismo suficiente para abarcar todos os pólos. Então, essa corporação financeira seria uma forma de financiamento que permitisse a construção desses pólos agroindustriais.

Acho que é um caminho fecundo, como eu mesmo sugeri.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nobre Senador, não tenho mais dúvida - e acredito que V. Ex.^a também não tem - de que precisamos de ter decisão política, coragem política, para mudar o que está errado. Acho que esta é uma das razões do nosso mandato: consertar aquilo que a nossa consciência já apontou que não há mais condições de continuar da forma como está.

Quem vive no Nordeste brasileiro, particularmente no interior deste Nordeste, e que sente a cada dia que o homem do campo está desgraçado: sem escola, sem emprego, sem treinamento, sem nada, nós vivemos num mundo diferente e que conhecemos o mundo diferente, ficamos, às vezes, até vemos os nossos irmãos brasileiros se preocupar com a Somália, se preocupar com querilha da Borna, e tal, e ainda não tivemos capacidade de resolver os nossos próprios problema. Dói você sentir o quanto de desperdício que existe neste país em todas as áreas. Nós temos obrigação de consertar os desperdícios que existem na nossa área. Nós sabemos que os recursos do FINOR são bastante desperdiçados, e nós não podemos deixar que isso aconteça, sob pena de não podermos dormir tranquilos.

Eu acredito que está faltando a V.Ex.^a apoio político. Esse é o movimento que nós temos que fazer. Nós vamos enfrentar, claro que nós vamos enfrentar problemas. Nós vamos cortar privilégios. Toda vez que se corta privilégio você arranja problema, e nós vamos cortar privilégios. Muitos companheiros nossos aqui têm vinculações profundas com o FINOR, com deturpação de FINOR, com falcatrua de FINOR, e outras instituições, FINAN, etc, nós temos que enfrentar isso. Eu sei que é difícil, mas nós temos que denunciar à Nação como um todo e, se for preciso, mostrar ao povo que isto não é mais possível. Pode até ter sido permitido. Hoje nós não podemos mais permitir isso com o nosso mandato.

Essa sua idéia de fazer com que o FINOR deixe de ser o que é hoje, o instrumento que simplesmente jogou bilhões e bilhões de cruzeiros em projetos agropecuários, principalmente no semi-árido, e que hoje não resta um sequer vivo, eu desafio no semi-árido nordestino. Paraíba. Rio Grande do Norte e Ceará, que eu conheço de perto, praticamente os bilhões de cruzeiros que já foram colocados em projetos de apoio agropecuário lá e que simplesmente não tem nem um rio, não tem nenhum que consiga resistir uma seca sequer.

Então, eu acho que essa é uma obrigação nossa. Não tenho dúvida que nós precisamos reexaminar essa situação dos nossos próprios recursos, da mesma forma como o FNE. Nós não podemos deixar, também, que o FNE que foi concebido como um instrumento capaz de fazer o desenvolvimento seja, hoje, um instrumento que está concentrando mais renda, fazendo com que os capitais sejam aumentados.

Eu só espero que o seu trabalho, o nosso trabalho nessa Comissão possa chamar a atenção da sociedade cearense, da sociedade nordestina, para que nós possamos ter apoio político para mudar essa coisa que nós mesmo não concordamos, deixar como está.

O SR. OSVALDO COELHO - Eu acho que nós precisamos coragem moral

(inaudível)

Tem que começar em casa. Ter coragem de expor isso à luz do sol, brigar em torno disso, depois, então, devemos continuar a luta pela criação dos recursos que possam ajudar a região, mas não deve passar recibo em cima de uma situação injusta que o povo da região está pagando.

(inaudível)

Acho que isso é uma coisa que temos que encarar, ter coragem moral para encarar. Trouxe a para checar com os senhores. Mas são essas as idéias que estão dirigindo o nosso trabalho.

(inaudível)

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Senador, eu gostaria de fazer uma colocação, retomando o tema da educação, mas associada com o segmento ciência e tecnologia.

Nós estamos buscando, nessa Comissão, identificar as causas dos desequilíbrios regionais. Eu defendo a tese que esses desequilíbrios tem a se acentuar à medida que se dá o avanço tecnológico no mundo e no país. Por quê? Porque a grande concentração de conhecimento está na região Sudeste. Esse trabalho que acabei de publicar, aqui na Gráfica do Senado, tem uma ilustração aqui. So para V.Ex.^a ver aqui nesse gráfico, esse gráfico aqui mostra a distribuição, por exemplo, de bolsas de estudo: 90% na região Sudeste,

(inaudível)

e nós ficamos a querer nos destruir a nós mesmos, encontrando defeito onde tem, quando não tem, inventando as oligarquias, inventando reformulações, criar um ministério de irrigação, arranjar outros pilares, ir ao Banco do Desenvolvimento para fazer essas idéias. Nós temos que dividir o nosso pouco ali, etc. Educação, V.Ex.^a tão bem disserta sobre ela, tem a Constituição dizendo aí que se empregue os recursos. e

ninguém trata disso. Agora, nós não estamos aqui reunidos para cuidar de desequilíbrios nacionais, nós estamos tratando do Nordeste.

Eu não sou desta Comissão, frequento sempre, e para falar para os homens do Sul fui uma vez a Porto Alegre, porque toda vez, ela é povoada...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - E é muito bem vindo.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Só para concluir a minha intervenção, eu agradeço os esclarecimentos do Deputado.

Eu só queria lembrar, Senador, que um dos depoimentos mais importantes que aconteceu aqui nessa Comissão foi a do Roberto Cavalcante, quando ele diz que hoje nós temos 45 milhões de brasileiros em estado de pobreza absoluta, ganhando menos de 1/4 de salário mínimo. E eu defendo a tese de que não se distribui renda com analfabetos e desqualificados profissionalmente. O que se distribui aí é esmola. Essa é que é a grande verdade. Nós estamos distribuindo esmola. Nós temos um dado do Ministério do Trabalho, que hoje tem 22 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho porque não sabem fazer absolutamente nada. Precisamos pensar em um outro tipo de escola, uma escola que atinja até analfabetos.

Defendo a tese de que o melhor investimento é o que se faz no homem; a melhor maneira é a educação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Gostaria de sugerir que as universidades regionais dividissem tarefas. Vou estar com o Conselho de Reitores das universidades do Nordeste dia 19 deste mês. Na oportunidade, vou propor que eles se organizem em tempo permanente, ou seja, que haja um conselho de reitores das universidades da região, encarregado de coordenar a divisão das tarefas. A Universidade do Ceará, por exemplo, passaria a estudar o semi-árido; a Universidade da Bahia se dedicaria à análise de outro aspecto. Dessa forma, as universidades, somadas, passariam a ter um poder muito maior de alavancar as secas da região. Hoje, todas elas "chovem no mesmo rogado".

Também estarei em contato, nesta semana, com a Confederação Nacional da Indústria. Tentaremos organizar um encontro regional para que possamos discutir os problemas específicos de cada lugar.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Em relação ao relatório - creio que será transformado em documento político, em proposta a ser apresentada ao Presidente da República -, eu gostaria de sugerir que fosse dado um destaque especial aos segmentos da Educação e Ciência/Tecnologia, principalmente nas Regiões mais deprimidas: o Norte e o Nordeste. No Piauí, não há nenhum instituto de tecnologia; existe apenas uma faculdade de engenharia civil.

Se não atacarmos o problema da Educação, não vamos a lugar algum. O documento, então, há de conter uma proposta bem definida para Educação e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Nessa área, V.Ex.^a irá coordenar a redação.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Era o que eu queria comunicar a V.Ex.^a. Peço o apoio e participação.

O SR. WILSON CUNHA - Vejo esta comissão como a mais importante desta Casa, porque está voltada para as regiões que sofrem adversidades climáticas de toda ordem, como é o caso do Nordeste. Incluo-me, apesar de ser de Minas Gerais, na região abrangida pela SUDENE. Quando surge algum incentivo, algum benefício, o Sudeste e o Sul "passam a mão" nos recursos, e o que sobra para as regiões mais sacrificadas é um percentual muito pequeno.

Ratifico as palavras do Senador, quando S.Ex.^a se reporta à Educação. No entanto, para um homem de 40, 50, 60 anos, do Nordeste, mãos calosas, esse banco de escola não resolverá o problema. São analfabetos de pai e mãe, mas precisam sobreviver e dar sustento às suas famílias.

Repito: a solução seria a capacitação comunitária, ou seja, organizar a nossa população mais pobre em associações, visando a lapidar o homem para que ele possa cuidar da sua própria vida. Assim viria o incremento da produção e, conseqüentemente, da comercialização. Surgiria a agroindústria.

Fui prefeito de uma cidade pequenina, na qual "matavam um hoje e amarravam outro para amanhã". Inaugurei mais de seis escolas na área rural, num município de aproximadamente três mil quilômetros quadrados. Só que as crianças - só a título de exemplo - nada estavam aprendendo, os meninos chegavam chorando na escola dizendo que um pai tinha morrido, o outro estava preso. Então, eu não sabia como fazer. O que fiz? Construí 52 igrejas no Município e levei os jovens para lá, quaisquer que fossem suas crenças. Comecei, então, a organizar grupos jovens, que levaram os pais para rezar. Depois dessas igrejas construídas, o nosso Município conscientizou-se da necessidade urgente de um trabalho e de um ato de confraternização. Aí, sim, o Município começou a produzir e a se educar, realmente, através da fé.

Então, talvez nós tenhamos que usar, para esse tipo de homem, o homem rude do Nordeste, de mão calosa, um outro caminho para a educação. Nós temos, hoje, lá em Montes Claros, um curso com técnicos do ICA e do PNUD, de Recife, capacitando 150 presidentes de ações comunitárias. Esse trabalho é feito por quem? Por trinta técnicos que já foram capacitados por técnicos da Universidade Federal de

Pernambuco. Quer dizer, de cada município, tiramos um ou dois técnicos para capacitar os presidentes de ações comunitárias para cuidar da sua própria subsistência.

Portanto, estou de acordo com V.Ex^a, mas acho que devemos buscar, dentro do nosso meio, daquilo que nós temos a oferecer, uma educação diferenciada.

O Presidente falou em escolas agrícolas. Sou favorável à escola profissionalizante em todas as áreas, porque nós podemos buscar o caminho da irrigação, da produção agrícola, mas podemos buscar também o caminho da profissão em outras áreas. Portanto, acho que o caminho é realmente a Educação, só que através de trilhas diferentes, em áreas diferentes e em regiões diferenciadas.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - A esse respeito, o exemplo de Petrolina é interessante. Petrolina é um projeto de irrigação que foi acompanhado da formação de mão-de-obra (...) que funcionou. Foi um trabalho exemplar.

O SR. WILSON CUNHA - Exatamente. Eu sugeriria, nesta oportunidade, Presidente, que, nessa reunião do dia 12, fosse convidado o Superintendente da SUDENE, ou, se não fosse possível, pelo menos alguém que representasse aquele órgão.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Vai ser um dos expositores principais. A reunião tem a seguinte agenda: Tema 1 - "Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina", cujos expositores serão o Superintendente da SUDENE, Dr. Roberto Cavalcanti e o Dr. Marco Maciel; o segundo tema será "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional"; e o terceiro será "A Questão Regional e a Unidade Nacional". São temas abrangentes, amplos.

O SR. WILSON CUNHA - Quem são os expositores?

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Os expositores do primeiro tema, que é "Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina" serão o Urbano, da CONTAG, o Cássio Cunha Lima, da SUDENE, o Roberto Cavalcanti, que esteve aqui, e o Senador Marco Maciel; "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional", que é o segundo tema, terá o Reis Veloso e o Sr. Emerson Kapaz, de São Paulo; e, para o tema final, "A Questão Regional e a Unidade Nacional" (Inaudível).

Então, era só isso. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

(obs. Alguns oradores falaram fora do microfone. Mapa com o nome dos oradores sem muita clareza.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1993.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de março de mil novecentos e noventa e três, no Auditório da SUDENE, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada em Audiência Pública realizada em Recife-PE, presentes os senhores Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Francisco Rollemberg, Elcio Alvares, Marco Maciel, Beni Veras, Albano Franco, Esperidião Amin, Teotônio Vilela Filho, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro, Dário Pereira e Ney Maranhão, Deputados Luiz Girão, Wilson Cunha, Ariosto Holanda, Osvaldo Coelho, Wilson Campos e Gustavo Krause. Deixam de comparecer por motivos justificados, os demais membros. O cerimonial da SUDENE, convida os senhores Senadores Elcio Alvares, Beni Veras, Albano Franco e Marco Maciel, Dr. Roberto Cavalcanti (Diretor Técnico do Instituto de Altos Estudos - INAE) e Dr. Francisco Urbano (Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG), para tomarem assento à mesa. Em seguida o cerimonial faz referências aos senhores Congressistas, autoridades e demais presentes, passando a palavra ao senhor Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, para presidir a reunião. De posse da palavra, o senhor Presidente cumprimenta todos, faz referências das autoridades presentes e passa a palavra ao senhor Senador Albano Franco, o qual fala sobre "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Senador Beni Veras cumprimenta todos, fala à Comissão e da Audiência Pública que realiza-se na SUDENE. Em seguida, o senhor Presidente convida o senhor Senador Ney Maranhão, para tomar assento à mesa e passa para o "Tema A" da reunião, "Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina", onde fazem uso da palavra os senhores: Senador Marco Maciel, Dr. Cássio Cunha Lima (Superintendente da SUDENE), Senador Ney Maranhão, Dr. Roberto Cavalcanti e Dr. Francisco Urbano. Concluídas as exposições sobre o "Tema A", o senhor Presidente comunica aos senhores inscritos para o

debate, que fará uma pausa na reunião para o almoço devido ao adiantado da hora, deixando-o para parte da tarde. Às quatorze horas e cinquenta minutos o senhor Presidente reabre a reunião, convidando os senhores Senador Beni Veras, Dr. Armando Monteiro Neto (Presidente da FIEPE), Dr. Emerson Kapaz (Presidente da ABRINQ), Governador do Estado do Ceará, Ciro Gomes, Dr. Cássio Cunha Lima e Deputado Ariosto Holanda, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Presidente dá início ao "Tema B" da reunião, "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional", onde fazem uso da palavra os senhores : Dr. Armando Monteiro Neto, Dr. Emerson Kapaz, Deputado Gustavo Krause e Governador Ciro Gomes. Concluídas as exposições sobre o "Tema B", o senhor Presidente comunica a chegada do senhor Governador do Estado de Pernambuco, Joaquim Francisco, convidando o mesmo e Dr. Nilson Holanda (Presidente do IPEA), para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Presidente dá início ao "Tema C" da reunião, "A Questão Regional e a Unidade Nacional", onde fazem uso da palavra os senhores Governador Joaquim Francisco e Dr. Nilson Holanda. Concluídas as exposições sobre o "Tema C", o senhor Presidente dá início à fase de debates, onde fazem uso da palavra os senhores : Deputado Ariosto Holanda, Deputado Osvaldo Coelho, Mariano Andrade Lima (Presidente da Associação Comercial de Pernambuco), César Garcia (Presidente da Associação dos Servidores da SUDENE) e Emerson Braga (Empresário ligado ao Sistema Finor). Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Senador Beni Veras faz comentários finais a respeito da reunião. Em seguida, o senhor Presidente fala que a presença dos senhores Congressistas, mostram uma afirmação de solidariedade ao Estado e à SUDENE. Ato contínuo, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores Congressistas, autoridades e demais presentes. Assumiram também a Presidência da reunião na parte da tarde, devido necessidade do senhor Presidente ausentar-se por instantes, os senhores Senadores Francisco Rollemberg, Teotônio Vilela Filho, Jonas Pinheiro e Beni Veras. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


SENADOR ELCIO ALVARES

ANEXO A ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO : SENADOR ELCIO ALVARES
RELATOR : SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. APRESENTADOR - Srs. Senadores, Srs. Deputados, a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - abre hoje suas portas para mais uma audiência pública da Comissão Especial Mista, criada através de requerimento do Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional do País e a propor soluções.

Vamos iniciar, neste momento, os trabalhos desta audiência pública, com a composição da Mesa. Convidamos o Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão; Senador Beni Veras, Relator; Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Senador Marco Maciel, do Estado de Pernambuco; Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima; Dr. Roberto Cavalcante, Presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos e o Sr. Francisco Urbano, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Esses são os integrantes da Mesa dos trabalhos.

Registramos as presenças, nesta audiência pública, dos Senadores Francisco Rollemberg, do Estado de Sergipe; Garibaldi Alves Filho, do Estado do Rio Grande do Norte; Jonas Pinheiro, do Amapá; Esperidião Amin, de Santa Catarina; Lavoisier Maia, do Rio Grande do Norte; Dario Pereira, do Rio Grande do Norte; Ney Maranhão, de Pernambuco; dos Deputados Federais Ariosto Holanda, do Ceará; Luiz Girão, do Ceará; Wilson Cunha, de Minas Gerais. Contamos, também, com a presença de vários Deputados Estaduais dos Estados do Nordeste, representantes de outros órgãos públicos, representantes classistas, representantes de segmentos diversos da sociedade nordestina, jornalistas do Estado de Pernambuco, de outros Estados do Nordeste e do Sul do País.

Para presidir os trabalhos, passo a palavra ao nobre Senador Presidente desta Comissão, Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste momento declaro aberta a audiência pública da Comissão Especial Mista que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Gostaria de assinalar, mais uma vez, a presença dos Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - passo a ler os nomes - que aqui vêm prestigiar esta reunião: Senador Francisco Rollemberg, de Sergipe; Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte; Senador Jonas Pinheiro, do Amapá; Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina; Senador Lavoisier Maia, do Rio Grande do Norte; Senador Dario Pereira, do Rio Grande do Norte; Deputado Federal Ariosto Holanda, do Ceará; Deputado Federal Luiz Girão, do Ceará; Senador Ney Maranhão, de Pernambuco; Deputado Wilson Cunha, de Minas Gerais; Deputado Osvaldo Coelho, de Pernambuco; Senador Marco Maciel, de Pernambuco; integrando a Mesa, o Senador Beni Veras, Relator. Gostaria de justificar a ausência do Senador Mansueto de Lavor, que está com a grave responsabilidade de ultimar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. S.Ex.^a justificou a ausência, profundamente reconhecida por nós, tendo em vista os relevantes serviços prestados ao Congresso Nacional e ao País.

Vamos, objetivamente, ao início dos trabalhos. Inicialmente ouviremos o Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que nos honra sobremaneira com a sua presença não só pela participação brilhante no Senado da República, mas também pela invejável liderança nacional que hoje detém no setor industrial.

Com a palavra o Senador Albano Franco.

O SR. ALBANO FRANCO - Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares; ilustre Relator, Senador Beni Veras; Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE; nobre colega Senador Marco Antonio Maciel; Professor Roberto Cavalcante, companheiro da CONTAG; Srs. Senadores; Srs. Deputados Federais; companheiro Armando Monteiro Neto, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; companheiro Emerson Kapaz; companheiros empresários; dirigentes da SUDENE; colaboradores da SUDENE; minhas senhoras, meus senhores:

Como filho do Nordeste e Senador por um estado do Nordeste, confesso sentir-me cada vez mais perplexo com essa Região.

Alguns dados recentes revelam que o Nordeste prosperou nesses últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, a pobreza e a miséria continuam chocando, desafiando e envergonhando todos os que têm alguma responsabilidade pública pela Região. Essa contradição leva-me à perplexidade.

Os indicadores econômico-sociais revelam uma razoável elevação da esperança de vida da nossa população, que saltou de 43 anos, em 1960, para 59 anos, em 1990.

Da mesma forma, vê-se que a taxa de alfabetização passou de 44% para 64% naquele período e a renda *per capita* evoluiu de US\$ 397 para pouco mais de US\$ 1000 em 1990 - ao dólar de 1990, ou seja, descontando-se a inflação do próprio dólar.

Em suma, as estatísticas dizem que o Nordeste prosperou. Mas as ruas dizem que o Nordeste continua pobre, pois o povo continua sofrendo. O que está havendo? Quem está certo: o estatístico ou o homem comum? Creio que os dois estão certos.

Tivemos uma atenuação do sofrimento em termos relativos, mas o sofrimento absoluto continua.

Precisamos lembrar que os números partem de uma base extremamente baixa. Em 1960, nossa renda *per capita* não chegava aos US\$ 400. Hoje, ela ultrapassa levemente os US\$ 1100. Estamos contrastando renda de miséria com renda de pobreza. Se levarmos em conta o aumento da concentração da renda, é bem provável que o ganho da grande maioria do nosso povo esteja em torno de US\$ 500 ou 600. Para as grandes massas, pouco mudou. A população, especialmente a mais pobre, aumentou muito. Por isso, os dois - o estatístico e o homem comum - estão certos; os números melhoraram e a realidade piorou.

Daí a importância que tem para todos nós a Comissão sobre o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro que trabalha no Congresso. Daí a relevância dessa reunião para o Nordeste. É preciso destacar, neste instante, que esta Comissão teve a oportunidade de mostrar que o Congresso Nacional trabalha, produz idéias.

Por um dever de justiça, desejo ressaltar o talento do Senador Beni Veras, que teve a determinação, como Relator desta Comissão, de fazer um amplo, minucioso

e profundo estudo sobre a nossa Região. Ele, com sua visão lúcida, é dos empresários, técnicos e políticos que melhor conhecem a Região. Por isso louvo o trabalho fecundo e sério do Senador Beni Veras, como também o do eminente Senador Elcio Alvares que, com a sua competência, com a sua habilidade, muito ajudou para o desempenho que tem apresentado esta Comissão. Louvo também a participação de Deputados e Senadores do Nordeste, que têm dado enorme contribuição. O importante é que hoje, nesta audiência pública, alguns discordarão, alguns incluirão aperfeiçoamentos. Democraticamente, serão analisados e avaliados os trabalhos, os resultados desta Comissão, inclusive algumas das idéias mestras contidas no relatório do Senador Beni Veras.

A solução dos problemas nordestinos, tão antigos quanto dramáticos, passa pelo aumento da eficácia global da economia nacional. Não basta agir no nível macroeconômico da Nação, não bastam os grandes planos econômicos. Os planos que fazem a Nação crescer como um todo podem muito bem preservar os desequilíbrios existentes. Não é isso o que queremos. Queremos uma Nação que se desenvolva de modo harmonioso, atenuando os desequilíbrios e humanizando o crescimento.

Como parlamentares, vimos a Recife buscar as recomendações de quem vive os problemas, de quem estuda suas causas e de quem tem - estou certo - sugestões muito concretas para resolvê-los. Desejo o máximo sucesso a este trabalho.

Como não poderei permanecer na parte da tarde, os participantes deste encontro terão o privilégio de ouvir as palavras lúcidas de um sangue novo no setor industrial nordestino, um homem de preparo técnico e de enorme capacidade prática: meu companheiro Armando Monteiro Neto, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, apesar de os termômetros políticos e sociais anunciarem altas temperaturas, ventos fortes, creio no futuro do Nordeste, acredito no amanhã do meu País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência registra, ainda, compondo a Mesa, as presenças do Dr. Cássio Cunha Lima, Presidente da SUDENE, Dr. Roberto Cavalcante, Presidente do INAE e Francisco Urbano, Presidente da CONTAG.

Concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Caro Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão que estuda os Desequilíbrios Inter-Regionais Brasileiros; Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE; Senador Marco Maciel, Representante de Pernambuco e um dos mais brilhantes do Parlamento Nacional; Dr. Roberto Cavalcante, um dos técnicos mais respeitados do País em questão de política regional; meu caro Francisco Urbano, Presidente da CONTAG; Srs. Parlamentares presentes; Senadores Francisco Rollemberg, Garibaldi Alves Filho, Jonas Pinheiro, Esperidião Aminim - a quem agradecemos por vir de tão longe para participar da nossa reunião -, Lavoisier Maia, Dario Pereira; Deputado Federal Ariosto Holanda, Deputado Federal Luiz Girão, Senador Ney Maranhão, Sr. Deputado Wilson Cunha, Sr. Deputado Osvaldo Coelho, velho companheiro de andanças; Dra. Tânia Bacellar, que nos honra com sua presença; meus senhores e minhas senhoras; funcionários da SUDENE; Srs. empresários:

Esta audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda os desequilíbrios econômicos regionais é a sétima que fazemos, buscando conhecer *in loco* os problemas vividos pelas diversas regiões do País. Foi realizado um extenso inquérito sobre a nova problemática regional, no qual ouvimos economistas, estatísticos, demógrafos, cientistas sociais, políticos, empresários, trabalhadores, buscando avaliar no fórum certo, que é o Congresso, a adequação das políticas atualmente praticadas. Da Comissão fazem parte parlamentares das diversas Regiões do País, e temos o propósito de, ao fim, aprovar no Parlamento medidas que contribuam para a solução dos problemas identificados.

Para mim, esta não é uma audiência comum, pois realiza-se na SUDENE. É mais que uma homenagem à valente cidade do Recife, é uma autêntica volta às origens. Foi daqui que partiram as lutas camponesas de Francisco Julião; foi aqui que o profeta do Nordeste, Celso Furtado, paraibano como o atual Superintendente, nascido em Pombal, e com a face dura e determinada que também expressa o seu notável caráter, construiu essa instituição à sua imagem e semelhança.

Muitos dos que aqui se encontram participaram de movimentos estudantis e populares em defesa deste órgão. Alguns pagaram com suas carreiras, pois a SUDENE sempre teve sua imagem ligada ao nosso desejo de dar ao povo nordestino uma vida diferente daquela que ainda subsiste, tanto nas cidades quanto no interior.

A ligação da SUDENE com os nordestinos foi sempre um caso de profundo amor, mesmo nos momentos negros em que foi vitimada pelo atraso e o obscurantismo de um regime reacionário e autocrático, que desejava um órgão bem comportado, que trabalhasse na manutenção do *status quo* de então e ainda prevalescente.

Não foram poucos os funcionários deste órgão que se sacrificaram na defesa dessa filosofia. O tempo, entretanto, aplacou alguns ideais, e a frase de Rui: "de tanto ver triunfar as nulidades", talvez tenha feito sentido para essas pessoas tão impressionadas.

A discussão da questão regional, antes da criação da Comissão, não encontrava espaço. De um lado, os preconceitos da sociedade brasileira frente à questão regional; do outro, o envelhecimento das instituições e das políticas de desenvolvimento regional. Por trás disso tudo, a permanência de uma sociedade estratificada, desigual e injusta, onde a grande maioria do povo continua vivendo muito mal, e a constatação de que o sistema de incentivos ao desenvolvimento regional não tem sido capaz de alterar essa situação.

Parecem alarmantes os dados de injustiça social prevalentes no Nordeste e se devem ao fato de não ter havido, por um lado, uma crítica nacional construtiva; e, por outro, uma auto-crítica regional, porque não interessa às elites regionais mudar o sistema. Elas conseguem tirar proveito da situação de desigualdade existente. As elites regionais, em acordo com as elites do Sul, têm sido capazes de firmar um pacto de miséria, através do qual se mantém a dominação sobre a grande maioria da população, frustrando seus anseios de desenvolvimento.

As grandes massas continuam tão marginalizadas quanto sempre o foram. É preciso que a elite regional se esclareça, se modernize e seja capaz de promover a transformação de uma sociedade patrimonialista em uma sociedade capitalista moderna, onde todas as pessoas sejam envolvidas e se beneficiem do progresso daí derivado.

Tudo isso passa pela necessidade extrema de uma ação transformadora sobre a realidade regional. Não se deve buscar o desenvolvimento industrial em si, mas, sim, procurar os meios para que a população se beneficie do progresso. O desenvolvimento é um dos caminhos, mas não é o único.

Os incentivos apenas para a economia privada não se constituem no caminho mais eficaz. Há necessidade de uma política muito mais abrangente e mais ligada aos problemas da transformação da sociedade nordestina.

Na experiência de políticas regionais, fica claro que as elites não têm tido um maior compromisso com os grandes problemas da sociedade e da economia. Uma prova é a falta de apoio político para o programa de erradicação da miséria, de apoio ao pequeno produtor, de reforma agrária e, em geral, de transformação da sociedade nordestina. Esses programas nunca conseguiram a continuidade necessária e o apoio público indispensável.

As reuniões da Comissão tornaram evidentes que o País não acha que seja um bom negócio continuar subsidiando o Nordeste: de um lado, por estreiteza de visão - afinal o Centro-Sul se beneficiou de todos os incentivos ao seu desenvolvimento, mas faz questão de esquecer; de outro lado, contudo, porque nós, nordestinos, não fomos capazes de nos livrar dos interesses mesquinhos dos pequenos grupos, de gerarmos políticas coerentes e comprometidas com o desenvolvimento horizontal da sociedade, de forma a integrar o povo nos seus benefícios.

É falsa a idéia de que o Nordeste é um sorvedouro de recursos nacionais, que gasta muito, e mal, a poupança de outras regiões. Nem os recursos são abundantes, nem o seu uso é tão ineficiente quanto se diz. Mas o fato é que, injustamente, existe uma convicção, no Sul do País, de que o Nordeste desperdiça os recursos do País à custa do desenvolvimento das demais Regiões.

Embora falsa, essa percepção é generalizada entre políticos, governantes e na opinião pública das Regiões Sul e Sudeste, chegando até a se transformar em bandeira política, exhaustivamente usada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Dr. Alceu Collares.

Na Comissão, partimos para uma crítica realista da situação nordestina e chegamos a algumas conclusões básicas, em torno das quais precisamos criar na Região algum tipo de consenso:

a - que os incentivos fiscais já não são mais capazes de sequer gerar o desenvolvimento industrial de que a Região precisa. As empresas maiores já não têm interesse neles e sua aplicação, hoje, acha-se, em grande parte, entregue a grupos que são especialistas na utilização desses recursos, sem que contribuam significativamente para a mudança da economia regional;

b - que os órgãos encarregados da administração dos incentivos deixaram que sua visão fosse bloqueada, deixaram de ver o problema regional como um todo. O programa dos incentivos fiscais transformou-se na própria essência do trabalho do desenvolvimento. A Região ficou carente de uma visão estratégica, porque os órgãos perderam a capacidade de ver os objetivos maiores. Como decorrência, os órgãos acham-se agora enfraquecidos, fracionados e preocupados apenas com a sua própria manutenção, como se fossem um fim em si. O nosso compromisso é com a solução dos grandes problemas da Região, não com os interesses corporativos. As instituições são meios que precisam ser adequados aos fins.

c - que, do trabalho pelo desenvolvimento da Região, não nos podemos deixar bloquear, restringindo nossa ação à preocupação de manutenção do *status quo*, quando a Região continua com 52% dos analfabetos do País, 40% da população desempregada e índices de pobreza absoluta e de mortalidade infantil inteiramente incompatíveis com qualquer idéia de justiça. O que falou mais alto foi uma despreocupação latente com problemas como a mortalidade infantil e outros males. Faltou-nos o compromisso na luta contra essa realidade e com a necessidade de mudá-la.

Se nós, nordestinos, queremos encontrar espaço no País para implementar uma política regional adequada, precisamos, antes, revelar capacidade de nos

estruturarmos, com coragem e moral, para identificarmos as feridas que marcam tão profundamente a nossa Região.

d) que, se quisermos motivar o País a fazer um novo e grande esforço pelo desenvolvimento das regiões mais pobres e pela redução das desigualdades regionais, é necessário que mostremos competência, definindo prioridades de forma consistente com os grandes problemas da região e administrando os recursos de maneira eficiente. Precisamos sair do folclore do "pires estendido", recolhendo as migalhas do País, que tanto tem depreciado os nossos políticos e beneficiado as nossas elites retrógradas. Em meio à nossa pobreza, a forma de se mostrar eficiência e desenvolver um trabalho com seriedade está estreitamente vinculada à solução dos grandes problemas nacionais. Não é a pobreza que nos transforma em maus gestores, mas é a falta de compromisso com objetivos bem fixados e perseguidos com firmeza e correção.

Por tudo isso, o trabalho até agora desenvolvido pela Comissão, que incorpora as opiniões de políticos, estudiosos, acadêmicos, técnicos governamentais, de pessoas do povo em todo o País, aponta uma série de sugestões para uma nova política para o Nordeste. Queremos compartilhar esse trabalho com as lideranças políticas, empresariais, sindicais e representativas da sociedade civil do Nordeste, para que, juntos, a partir de uma compreensão adequada do problema, não percamos de vista o objetivo maior da promoção do desenvolvimento sustentado da Região, assim entendido aquele que seja capaz de incorporar toda a população de forma estável, com justiça e com maior eficiência, saíndo desse enorme bolsão de pobreza que nos humilha a todos os brasileiros.

Como nordestino, vejo com ânimo renovado as experiências que estão sendo feitas em Pernambuco, no âmbito empresarial, como Pernambuco S.A. e a formação do MEP. Não posso deixar de lembrar também o pacto Governo/empresários que se exercita no Ceará. São iniciativas que precisam ser secundadas pela participação de sindicatos de estudantes, camponeses, intelectuais, pequenos empresários, enfim, todas as camadas da sociedade nordestina, para gerarmos uma nova plataforma, que pode ter na SUDENE a grande incentivadora desse renascer das esperanças regionais. A juventude do Superintendente, Dr. Cássio Cunha Lima, pode ser emblemática, desde que nos desnudemos do espírito paroquial das quermesses, transvestidas em aparentes disputas interestaduais, e partamos para uma visão altruísta, inovadora e corajosa dos nossos problemas. O momento nos pede grandeza e sugere que nos desvinculemos da defesa dos interesses compreensíveis, porém menores, e partamos para a busca determinada de um novo caminho, que seja marcado de forma profunda pela busca da redenção do nosso povo, que é pobre, analfabeto, sem saúde e marginalizado do processo político. É para ele que devemos trabalhar. Nesse caminho, pernambucanos, paraibanos, alagoanos, sergipanos, baianos, cearenses, piauienses, maranhenses, rio-grandenses do norte, somos todos parte de um valor maior, que é o Nordeste. Não queremos tirar de Pernambuco ou da SUDENE que não sua experiência, competência e saber, visando à transformação do Nordeste e do País.

As notícias não têm refletido até aqui o fato mais importante: de que o debate desta Comissão busca encontrar sugestões e formas que possam enriquecer o relatório que pretendemos apresentar. Não se trata de uma peça acabada; é uma peça em elaboração e, justamente por isso, vimos aqui a Recife, buscar desta Região, buscar das pessoas envolvidas, idéias que possam enriquecer o nosso trabalho e levá-lo a ser parecido com as necessidades que precisam ser implementadas. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência registra, integrando a Mesa, a presença do Senador Ney Maranhão, nosso ilustre colega de Pernambuco. (Palmas.)

Entraremos, agora, na parte de exposição e debates com o tema: "Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina".

Falará inicialmente o Senador Marco Maciel, seguindo-se o debate propriamente dito, com a palavra do Presidente da SUDENE, Cássio Cunha Lima. Portanto, concedo a palavra, neste momento, ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Exmº Sr. Superintendente da SUDENE, Exmº Sr. Senador Elcio Alvares, ilustre colega de representação parlamentar e Presidente desta Comissão do Senado Federal, ao qual dou as boas-vindas ao chegar aqui à nossa terra, ao nosso Estado de Pernambuco. E quero, por extensão, também saudar, neste instante, outros Colegas do Senado Federal que aqui comparecem, contribuindo, assim, com suas presenças, suas idéias, ao debate que se trava hoje em nosso País, no sentido de formular políticas de desenvolvimento regional e nacional. Quero saudar de modo especial o Senador Francisco Rollemberg, ilustre Representante do Estado de Sergipe, meu colega de Congresso Nacional desde os tempos da Câmara dos Deputados; ilustre Senador Lavoisier Maia, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte; ilustre Senador Jonas Pinheiro, que embora seja Senador pelo recém-criado Estado do Amapá, é nordestino de nascimento; ilustre Líder do PDS no Senado Federal, prezado amigo Senador Esperidião Amin; ilustre Senador Dario Pereira, da Representação do Rio Grande do Norte e Presidente da Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal; nobre Senador Garibaldi Alves Filho, da Representação do Rio Grande do Norte, que também participa deste encontro, trazendo a sua contribuição ao debate; Senador Albano Franco, igualmente Presidente da Confederação Nacional da Indústria, que já teve a oportunidade de fazer uma excelente exposição sobre a problemática nordestina; nobre

Senador Ney Maranhão, colega de Representação de Pernambuco no Senado Federal; nobre Relator desta Comissão e autor desse estudo sobre o desenvolvimento regional, Senador Benzi Veras, a quem acabamos de ouvir; Srs. Parlamentares federais que aqui comparecem, como o Deputado Osvaldo Coelho, sempre muito preocupado com as questões regionais e muitos outros Deputados Federais que aqui vejo neste plenário; Sr. Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima; ilustre Presidente da CONTAG, Francisco Urbano; meu prezado colega e ilustre cientista social e grande economista, Prof. Roberto Cavalcante de Albuquerque, a quem saúdo novamente ao vê-lo em Pernambuco; Srs. dirigentes de órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal; empresários; lideranças políticas e comunitárias; técnicos e funcionários da SUDENE; minhas senhoras e meus senhores:

Desejaria iniciar minhas palavras dizendo da satisfação de poder comparecer, mais uma vez, à SUDENE, esta grande catedral de formulação de políticas de desenvolvimento para a Região nordestina e, de modo especial, neste instante em que a SUDENE acolhe uma Comissão do Senado Federal, destinada a estudar a problemática do desenvolvimento nacional, sob a óptica do desenvolvimento das diferentes regiões.

Falar sobre o papel desta Comissão me faz recordar o papel que, a meu ver, cabe ao Senado Federal, de definição da política de desenvolvimento da Região. Aprendi muito cedo, com Pimenta Bueno, nas seu livro *Instituições de Direito Público*, que, no Império, cabia ao Senado exercer o papel de conservador do princípio da nacionalidade e, na República, o papel que hoje estaria destinado ao Senado seria o de ser a grande casa da Federação, e esse é de fato (falha na gravação) a problemática regional.

Digo sempre que o fato de sermos uma Nação multirregional nos faz fazer duas brevíssimas reflexões: faz-nos proclamar, em primeiro lugar, a existência de uma enorme diversidade cultural e isso, a meu ver, em lugar de ser um limitante ao nosso desenvolvimento, talvez seja um fator que enriquece a sociedade brasileira de forma a ajudar a que se consolide cada vez mais, como conseguimos consolidar, a grande integração nacional.

Mas se, de um lado, é positiva a diversidade cultural, que se expressa até em diferentes valores, como nas manifestações folclóricas diferenciadas, temos que confessar que as disparidades econômicas são algo inaceitável.

Uma coisa é, portanto, a diversidade cultural; e outra, bem diferente, são as disparidades econômicas e sociais que marcam o espaço territorial brasileiro. Essa disparidade econômico-social precisa ser corrigida, pois, a meu ver, constitui-se o grande objetivo de todos nós, que nos preocupamos com as questões nacionais e deve constituir-se uma preocupação do Poder Executivo como um todo e, de modo especial, dos órgãos de desenvolvimento regional.

Feita essa abordagem inicial, é evidente que, como consequência disso, teríamos que proclamar que talvez, no Brasil, em que pesem todos os esforços feitos, as adversidades econômicas e sociais continuam a se ampliar. Em que pese toda uma retórica destinada a eliminar essas disparidades, em que pesem muitos esforços - muitos dos quais bem sucedidos realizados nessa direção - essas disparidades continuam.

A meu ver, uma das causas de ainda persistir esse fenômeno resulta do fato de ainda, infelizmente, termos o hábito, no Brasil, de formularmos políticas nacionais, sem antes examinarmos a problemática regional.

Talvez coubesse, agora, enfatizar-se a formulação de políticas nacionais, a partir das políticas regionais, ou seja, a partir do exame de cada região do País, extrair linhas básicas de ação para tentar-se formular uma política que seja nacional, posto que resultado de um amplo exame e acurado estudo dos diferentes espaços territoriais brasileiros, das diferentes regiões do nosso País.

Acredito que, se fizermos isso, seremos mais bem sucedidos na formulação de políticas nacionais, as quais, friso, para serem nacionais precisam, antes, olhar o enfoque regional, examinar, conseqüentemente, a problemática de cada região.

Em última análise, esse é o papel que está cabendo a esta Comissão, e espero que ela seja muito bem sucedida na tentativa de elucidar as causas das disparidades regionais brasileiras.

Ao defender essa visão, não quero deixar de dizer que entendo que esta reflexão cabe, sobretudo no momento em que estamos nos preparando para regulamentar dispositivos constitucionais que tratam, obviamente, de questões que chamaria de regionais nordestinas e regionais brasileiras, por consequência. Um, naturalmente, aquele contido no art. 43 da Constituição, ainda carente de regulamentação; o outro, o art. 174, também ainda carente de regulamentação.

Tenho a impressão de que uma das grandes tarefas da Comissão seria a de, a partir de uma reflexão consistente, de uma política regional brasileira, tentarmos fazer que essas leis complementares, tanto o art. 43, quanto o art. 74, já procurassem expressar essa nova política que desejamos para o País. Uma política construída a partir de uma realidade regional e que se compatibilizasse no todo nacional.

Devo também dizer que essa preocupação com a regulamentação desses dois dispositivos poderia estender-se à própria revisão constitucional. Como é do conhecimento público, o Congresso Nacional, segundo o art. 3º do Ato das Disposições

Transitórias, deve começar, a partir de 05 de outubro de 1993, portanto, daqui a sete meses, a revisão constitucional.

Talvez seja esse o instante, quando se discute a revisão da Carta de 1988, de tentarmos imprimir, na nova Constituição, essa visão da problemática espacial brasileira, de sorte que possamos imprimir novas linhas de uma política de desenvolvimento nacional.

É evidente que falar sobre o Nordeste nos faz recordar, automaticamente, o papel que a SUDENE cumpre no desenvolvimento da região, através de um acertado projeto de planejamento. Falar na SUDENE significa falar num grande órgão formulador de políticas de planejamento e de execução de políticas de desenvolvimento. Isso é algo realmente fundamental que a SUDENE exerce. É válido que - não podemos deixar de reconhecer - a SUDENE foi uma instituição que teve, que deve ter um papel extremamente importante para a região nordestina.

De alguma forma, sinto-me muito à vontade para falar sobre a SUDENE. Vi, como estudante, a SUDENE nascer. Fui para a rua naqueles movimentos em defesa da nova política de desenvolvimento da Região. Ainda estudante, líder estudantil, estive muitas vezes com o Primeiro Superintendente da SUDENE, o hoje ex-Ministro Celso Furtado, conversando sobre a problemática nordestina e sobre a necessidade de um órgão de coordenação de políticas de planejamento e estratégias de desenvolvimento para a região. Sou, portanto, um "sudeniano". Se mais não fosse, todos os laços nordestinos e pernambucanos ligam-me à SUDENE; laços, por ter visto, inclusive, a SUDENE nascer; laços, por ter minha esposa funcionária, se bem que licenciada, sem vencimentos, há muito tempo na SUDENE, mais ainda vinculada ao órgão. Por todos esses motivos, eu diria que falar da SUDENE para mim é algo que me liga muito às raízes da SUDENE e ao papel saliente que ela tem desenvolvido ao longo de todo esse processo de desenvolvimento da região nordestina.

Não posso deixar de confessar que, ao longo desses mais de 30 anos que a SUDENE tem de vida, ela cumpriu um papel muito significativo na promoção do desenvolvimento da região. Aliás, ao completar esse órgão 30 anos, submeti ao Senado, e foi aprovada pela unanimidade dos seus membros, uma proposta para que fizéssemos uma reunião, durante a qual homenageássemos essa data. Acrescentava nesse requerimento que o momento da análise dos 30 anos da SUDENE, ocorrido naturalmente há alguns anos, era não apenas para discutirmos o que a SUDENE já tinha feito em favor da Região Nordeste, mas também aquilo que a SUDENE precisaria fazer para repensar a questão nordestina.

Enfim, ninguém pode desconhecer que, nestas últimas quatro décadas, o mundo mudou. Obviamente, se isso ocorreu, o Brasil mudou, e é natural também que o Nordeste tenha mudado. Não podemos deixar de reconhecer, por exemplo, que coube à SUDENE um papel extremamente importante na formação de novos quadros para o Nordeste. Talvez nenhum organismo regional tenha formado tantos quadros para a região nordestina, tenha permitido a floração de tantos técnicos, não somente no setor público, mas no setor privado, como a SUDENE. Por quê? Porque, além de ter treinado, formado e agregado técnicos, a SUDENE também, através dos incentivos fiscais e creditícios, permitiu o surgimento de um novo empresariado para a região nordestina, que, de alguma forma, hoje, concorre significativamente para o desenvolvimento da região.

Além disso, a SUDENE trouxe e fez consolidar no Nordeste, seguindo, aliás, as pegadas da ETENE, do Banco do Nordeste, políticas de planejamento, ou seja, foi naturalmente algo que se realizou durante um período relativamente longo de tempo, mas foi muito importante trazer para a região a idéia de que a formulação e a execução de políticas passava antes pela existência de planos consistentes, articulados, estudados, que viessem, evidentemente, contribuir para o desenvolvimento da região.

Não podemos deixar de salientar que a SUDENE, em articulação com os Estados e expressando políticas federais, permitiu melhorar muito a infra-estrutura física e econômica da região e examinar alguns de seus problemas mais graves, como esses relativos, por exemplo, à questão do semi-árido nordestino, que ocupa mais de 50% do território da região e que, em alguns Estados, chega a ocupar espaço bem mais significativo do seu território.

Além disso, devo dizer, baseado nos dados que consultei, que a SUDENE contribuiu muito para o desenvolvimento agroindustrial e de serviços da região. Ninguém pode desconhecer que, de 1958 aos nossos dias, o Nordeste melhorou graças, sobretudo, à ação da SUDENE.

Ainda assim, podemos afirmar, sem erro, que ainda há muito o que fazer; conseqüentemente, não podemos considerar que a questão nordestina esteja sequer encaminhada e muito menos resolvida. Urge, portanto, agora, repensar o papel da SUDENE. A SUDENE cumpriu um papel extremamente importante que não pode deixar de ser exaltado. Basta fazer um retrospecto e ver o que era o Nordeste no fim da década de 50 e o que é o Nordeste hoje. Mas, se isso temos que reconhecer, de outra parte não podemos deixar de proclamar que é necessário repensar o papel da SUDENE.

Cabe a esta Comissão do Senado discutir - como está fazendo agora - com a SUDENE, no Nordeste, a problemática da nossa região.

É importante repensar o papel da SUDENE não só em função de uma tarefa que a SUDENE cumpriu e está cumprindo, mas também em virtude de mudanças

muito significativas que ocorreram no mundo, conseqüentemente, no Brasil e no Nordeste.

A realidade internacional de 1950 é muito diferente da realidade da década de 1990, do limiar do século XXI, do início de um novo milênio. Isso nos obriga a parar para pensar ou repensar.

Hoje, no mundo todo, já se discute a integração de grandes blocos: CEE; o NAFTA, partindo, inicialmente, de um grande acordo comercial; o bloco do Japão e dos Tigres Asiáticos. Isso está impondo aos países de maior peso a necessidade de exame dos seus quadros; sobretudo aos países que ainda não se integraram, de forma muito articulada, em blocos específicos. Dentre esses países, gostaria de mencionar três, que, pelo seu peso demográfico e político, naturalmente precisam estudar formas de inserção nesse novo cenário internacional. Refiro-me à China, à Índia e ao Brasil, países que têm um peso demográfico específico e não estão integrados em nenhum desses três grandes blocos.

Obviamente, os desafios são diferentes. Por exemplo, o desafio indiano é ultrapassar as questões religiosas, as etnias, que, de alguma forma, têm obtido algum progresso, mas que tem resolvido muitos dos seus problemas por cissiparidade. Primeiro, perdeu o território que hoje integra o Paquistão. O Paquistão ocidental transformou-se depois em Bangladesh.

A China, com um peso demográfico maior do que qualquer um dos dois países citados, já conseguiu desatar o seu nó econômico. Segundo estatísticas que estive lendo recentemente, em 1992, cresceu a quase 9% ao ano, exportou mais do que qualquer um dos chamados Tigres Asiáticos. Mas a China ainda não desatou o seu nó político, ou seja, as questões políticas e, de modo especial, ideológicas, ainda estão por serem enfrentadas.

Dentro desse quadro, o Brasil tem uma posição mais confortável. No entanto, o desafio no Brasil é diferente mas não menor, porque temos ainda de superar enormes problemas. Dentre eles, eu gostaria de mencionar dois: as disparidades interpessoais de renda, que estão cada vez mais agudas, ameaçando o tecido social brasileiro, e as disparidades interestaduais, que, apesar de todos os esforços, não conseguimos resolver. Isso, sem contar com uma questão que é recorrente no Brasil e, de alguma forma, o desafio no Brasil é diferente, mas não é menor, porque temos ainda de superar enormes problemas, entre os quais gostaria de mencionar dois: as disparidades interpessoais de renda estão cada vez mais agudas, ameaçando o tecido social brasileiro, e as disparidades interestaduais, que ainda que pesem a todos os esforços, não conseguimos resolver. E sem contar uma questão que é recorrente, no Brasil - e sobre a qual recentemente li um estudo muito competente do Professor Cláudio Haddad, que foi Diretor de Dívida Externa do Banco Central - que é a questão da inflação, de alguma forma, ainda um tributo que continua sendo pago pela camada mais pobre da população, que não tem como se defender desse imposto que é um imposto cruel, imposto que - friso mais uma vez - é extremamente injusto sob o ponto de vista social.

Então, se olharmos que o mundo mudou e que dentro do mundo o Brasil terá que buscar cumprir um outro papel, não podemos deixar de reconhecer também que dentro desse papel temos que repensar políticas nacionais e, dentro delas, políticas regionais para o Nordeste.

Eu, obviamente, não teria aqui, numa desastada exposição, a veleidade ou a pretensão de propor já de forma pronta e acabada um novo papel que a SUDENE tivesse que cumprir, ou uma nova política que fosse a mais adequada para o Nordeste. Mas não posso deixar de salientar, por oportuno, que, numa questão que me parece fundamental, toda esta estratégia de desenvolvimento, e de modo especial para o Nordeste, resulta, obviamente numa ênfase, a questão ciência e tecnologia.

Aliás, falando em educação, me perdoem lembrar o óbvio: não podemos ter cidadania nem desenvolvimento sem educação. Isto é: no momento em que o Brasil conferiu, com o nosso voto, o voto ao analfabeto, não podemos deixar de considerá-lo, porque o analfabeto trabalha e vive no espaço territorial brasileiro e concorre, de alguma forma, para a formação da rede nacional; não podemos excluir a sua participação. Mas teremos que ter a consciência de que, ao dar o voto ao analfabeto, asseguramos uma forma de participação - talvez a mais importante - mas não asseguramos o amplo exercício da cidadania, porque o exercício da cidadania só ocorre com o acesso à chamada cultura letrada.

Então, a questão da educação, para mim, é uma questão fundamental enquanto realização democrática e é uma questão fundamental enquanto realização de política de desenvolvimento. E, sobretudo num mundo de final do século que se caracteriza por uma enorme transformação científica e tecnológica, não consigo ver, como nós, brasileiros - especificamente nós, nordestinos - continuamos a não dar prioridade à questão da educação como um todo, a partir, inclusive, do ensino fundamental, e chegando até a análise da questão científico-tecnológica. Até porque, sob o ponto de vista econômico, já foi a época em que a existência de mão-de-obra barata e não qualificada podia ser atrativo para investimentos. Tal não ocorre mais; todos nós sabemos que o mundo cada vez mais demanda - e, de modo especial, os países de maior nível de desenvolvimento - mão-de-obra altamente qualificada. E, sobretudo, em função dessa grande revolução científica e tecnológica.

Então, considero que nesse repensar a SUDENE, talvez uma ênfase fundamental seja discutir a questão de investimentos em recursos humanos, de modo geral, e em educação, de modo especial, chamando a atenção para a variável ciência e tecnologia, que é algo que tende, cada vez mais, a perpassar políticas de desenvolvimento, quer no plano agrícola, quer no plano industrial, quer no plano das atividades terciárias, quaternárias, sobretudo nessas novas pontas de tecnologia, em que a informática, talvez, a microeletrônica, seja a mais evidente. E é bom lembrar, como há pouco expôs o Relator, Senador Beni Veras, que enquanto essa discussão se passa no mundo e chega ao Brasil, se perfunde pelo estado social brasileiro, não podemos deixar de reconhecer que no Nordeste continuamos a conviver com as mais altas taxas de analfabetismo do País. Então, isso é algo que, a meu ver, passa por um repensar esta questão, e repensar esta questão de ênfase na formação de recursos humanos prolonga-se até o problema das novas tecnologias, quer dizer: verificar o papel das universidades, institutos de pesquisas, são questões óbvias, mas, sobretudo, olhando questões em que o Nordeste pode cumprir um papel muito destacado em certas tecnologias, principalmente tecnologia de "pés soltos" que não dependem, necessariamente, da existência de matérias-primas para que sejam localizadas em determinado espaço ou região.

Eu listaria, por exemplo, cinco grandes questões, às quais a nossa comunidade científica e tecnológica, existente nas universidades, já tem condições de responder: o problema da química fina, da mecânica de precisão, da biotecnologia ou engenharia genética, da produção de novos materiais e da informática. Graças ao grande progresso da microeletrônica, citaria, sobretudo, esses cinco grandes segmentos como algo fundamental dentro de políticas modernizantes com as quais conviveríamos.

Obviamente que, dentro desse quadro também - e pretendo encerrar meu pronunciamento, perdoem-me a demora -, precisamos não descuidar de outras questões que são relativas a projetos estruturadores ou reestruturadores da economia, porque a experiência feita com relação a alguns desses projetos foi extremamente positiva para a Região. Eu poderia citar, como exemplo muito importante, o pólo de Camaçari. E já que temos aqui ilustres representantes de Sergipe, como os Senadores Francisco Rollemberg e Albano Franco, lembraria, por exemplo, o pólo cloroquímico ou a questão do Maranhão, de Itaqui etc. E, dentro desse quadro, lembro a necessidade também de não se descurar, de forma consistente, desse assunto - o que talvez importe em reformulações constitucionais e na abertura de novos espaços para a região nordestina.

Por isso, creio que o movimento da revisão constitucional é um momento de tentar abrir espaços para o Nordeste, inclusive aqueles relativos à quebra de determinados monopólios. Quero deixar claro que não sou a favor da privatização da PETROBRAS, mas acho que temos que discutir sobre o monopólio do petróleo, tirando do texto constitucional algo que nunca o integrou. É importante lembrar que a questão do monopólio da PETROBRAS sempre foi lei ordinária, nunca foi princípio constitucional; passou a ser princípio constitucional na última Constituição. Não sei se levantando o monopólio da PETROBRAS não abríamos espaço para a localização de refinarias na Região Nordeste, por exemplo, inclusive em cooperação com a iniciativa privada, com capitais nacionais e, quem sabe, com investimentos estrangeiros. Então, será que isso não seriam fronteiras novas, no sentido de fazer com que pudéssemos alavancar o crescimento da Região?

Finalmente, gostaria de dizer que não podemos deixar de pensar especificamente em políticas a respeito de questões que já são nítidas em relação ao Nordeste. E eu poderia listar apenas três: uma é a questão do Semi-árido. Já temos caminhos e alternativas bastante claras com relação ao Semi-árido, por exemplo, com relação à agricultura irrigada, cujo espaço Petrolina-Juazeiro já é muito evidente - já se fala até numa nova Califórnia - e não podemos deixar de pensar nas culturas para as quais a SUDENE e instituições como a EMBRAPA muito têm concorrido para o esclarecimento de tecnologias com relação a essa questão.

Um outro ponto é o turismo, por exemplo, a cuja opção o Nordeste não pode deixar de se habilitar para explorar cada vez mais; tanto o turismo nacional quanto o receptivo do exterior. E, dentro dessa questão também, não posso deixar de salientar a necessidade de um fortalecimento da infra-estrutura da região nordestina, o que pode e deve ser feito, obviamente, com o concurso dos Estados e dos Municípios, sem prescindir, logicamente, de incentivos do Governo Federal.

Concluo minhas palavras protestando, obviamente, para que possamos discutir melhor esses temas no desenvolvimento da reunião e discutir melhor os temas relativos ao desenvolvimento dos trabalhos da própria Comissão, que está fazendo um trabalho exaustivo em todo o território nacional. Naturalmente que esse trabalho prossegue em Brasília, no Senado da República, e me disponho a continuar acompanhando os trabalhos, de tal sorte que possamos, ao final, fazer com que esta Comissão do Senado, que tem um papel tão importante para a Região, possa oferecer uma alternativa válida não somente para o desenvolvimento do Nordeste, mas também para uma nova política de desenvolvimento do País, porque, no início das minhas palavras, eu disse que considero que só vamos ter uma política consciente de desenvolvimento nacional quando construirmos essa política a partir de uma análise adequada da realidade regional ou da diversidade territorial brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - É com satisfação que a Mesa registra a presença do Deputado Federal Wilson Campos, 1º Secretário da Câmara dos

Deputados; Dr. Airson Lócio, Presidente da CODEVASF; Dr. Sá Vieira, Presidente da Associação de Empresários do Nordeste, Dr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Federação da Indústria de Pernambuco; Deputado João Carlos Paes Mendonça, Presidente do Grupo Bom Preço; Dr. José Mariano de Andrade Lima, Presidente da Associação Comercial de Pernambuco; Dr. Walfrido Salmito Filho, ex-Superintendente da SUDENE, Dra. Tânia Bacelar, da Fundação Joaquim Nabuco; Dr. José Antônio Muniz Lopes, Presidente da CHESF; Dr. Frederico Tomé, do Centro da Indústria do Ceará; Dr. Ari Holanda, da Associação Comercial do Ceará; Dr. Firmo de Castro, do BNB; o Dr. Andreotti, Presidente do Centro de Indústria de Pernambuco.

Dando prosseguimento ao tema, que trata do projeto de transformação para a sociedade nordestina, teremos a oportunidade, agora, de ouvir a palavra do Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima. E, dentro desse ciclo de palestra, ainda nesse segmento, o Senador Ney Maranhão, que também representa Pernambuco e que terá oportunidade de falar. Portanto, a Presidência, neste momento, concede a palavra ao Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA - Exmo. Sr. Senador Elcio Alves, Presidente da Comissão Especial Mista destinada a estudar o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro; Exmo. Sr. Senador Beni Veras, Relator da citada Comissão; Srs. Senadores Ney Maranhão, Marco Maciel e Albano Franco; Sr. Francisco Urbano, Presidente da CONTAG; Dr. Roberto Cavalcante; funcionários da SUDENE; Srs. Parlamentares, Srs. Membros da Comissão; minhas senhoras e meus senhores:

É com muita alegria que a SUDENE abre as suas portas para acolher a última audiência pública, realizada neste instante pela Comissão do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional. Com o formalismo da saudação, eu gostaria de incorporar toda a sinceridade da importância deste encontro, num momento especialmente rico para o Brasil, para o Nordeste e - por que não particularizar? - para a própria SUDENE. Vou tentar assumir uma posição híbrida, na condição de interlocutor, com alguns conceitos arrancados da fragilidade do imprevisto e outros construídos em algumas reflexões de técnicos da Casa, de pensadores e de pessoas identificadas de forma muito viva, Senador Beni Veras, com a realidade dura, cruel e injusta que vive o Brasil e, de forma muito especial, o Nordeste brasileiro.

O sonho de um projeto de transformação para o Nordeste, na verdade, é a grande argamassa que nos une e um dos instrumentos que o País, que a região dispõe, para implementação desta política esperada por todos, e que já possui um precedente histórico, ao qual quero fazer referência.

Dentro da conceituação básica e fundamentada, no dizer do paraibano Celso Furtado, meu conterrâneo, "o que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites, que satisfazem o seu afã de modernização. Quando o projeto social dá efeito, prioridade à melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento."

Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Não é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.

Nos anos 50, nos anos JK, o Presidente Juscelino Kubitschek embaçou a esperança de um novo Nordeste, traçando num perfil de longo prazo o projeto regional, comprometido com a edificação de uma moderna e inovadora base econômica.

Tinha-se, no entanto, a consciência de que isso não era tão-somente pré-condição para uma sociedade superior. A principal marca desse projeto foi a coerência institucional, revelada na força dos seus instrumentos, fartos e extremamente poderosos, e na sua gerência avocada pelo próprio Presidente da República.

Contudo, algumas mudanças vitais, na rota previamente traçada, comprometeram e mutilaram o projeto original.

Para citar rápidos exemplos dessas modificações de rota, podíamos citar a revogação do art. 198 da Constituição de 1946, que pôs fim à principal fonte de recursos para os planos diretores de desenvolvimentos do Nordeste.

Um outro ponto traçado na exposição do Senador Marco Maciel foi a substituição dos planos diretores, com uma componente muito forte, dentro da óptica regional, criados inclusive por lei federal, pelos capítulos declaratórios, os planos nacionais de desenvolvimento - PND.

E, por fim, para restringir os exemplos ao número anunciado de três, a redução de incentivos fiscais e financeiros regionais, em benefício de incentivos setoriais.

Portanto, o resultado dessa ação, inegavelmente, trouxe benefícios.

Só mesmo com uma extrema miopia sectária, poderíamos negar os resultados alcançados com a utilização de alguns instrumentos que foram implementados na nossa região.

Temos alguns dados, que já foram trazidos a debate pelo Senador Albano Franco, a exemplo do crescimento da expectativa de vida do povo nordestino, da diminuição dos índices alarmantes de analfabetismo, com o aumento da renda per capita, com o aumento da oferta de empregos, prefiro, apesar do detalhamento que tenho, não repetir de forma enfadonha os dados estatísticos, porquanto acredito que todos nós somos conhecedores desses dados de forma genérica, e temos como principal imperativo de consciência a certeza de que, apesar dos resultados alcançados, não

atingimos ainda aquilo que a sociedade espera da ação dos gestores públicos e privados desta mesma sociedade, para melhoria da qualidade de vida do povo nordestino.

Neste instante em que quis destacar a oportunidade que temos de trazer uma nova discussão, uma nova avaliação desta dura realidade, parece-me um instrumento fundamental, para que tenhamos a certeza que, de uma forma ou de outra, sem qualquer sentimento de saudosismo ou qualquer postura conservadora, possamos avançar neste processo, que teve um período muito forte de estagnação, e que não tem, óbvio que não tem, nesta Casa, nesta Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste, a única causadora desta estagnação. Até por que a própria SUDENE não poderia ficar isolada de uma crise que atinge todos os setores do País; seria profundamente injusto não realçar, não destacar o que a SUDENE conseguiu, através dos seus instrumentos, implantar, enraizar e consolidar na região Nordeste.

Mas, pecaríamos, pela mesma miopia sectária, se nos conformarmos tão somente com a beleza estatística dos números que são apresentados.

Teríamos uma posição extremamente cômoda se assumíssemos a responsabilidade de gestor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e, simplesmente incorporando toda a carga afetiva, emocional, de 33 anos de lutas desenvolvidas pelos funcionários desta Casa, não percebêssemos que, assim como tantos outros setores do nosso País, a SUDENE também precisa passar por um processo de reformulação.

Nesse processo de reformulação, será fundamental a interação, a participação de toda a sociedade brasileira, da sociedade nordestina, de tal forma que uma nova proposta de um projeto de transformação possa ser exaustiva e amplamente discutido com os diversos segmentos sociais, abraçados numa causa comum, respondendo de forma absolutamente serena, sem passionalismo, as teses subdesenvolvidas do neo-nazismo, da supremacia regional.

Será com tranquilidade - tenho certeza -, será sobretudo com compromisso político com a causa pública, que a SUDENE poderá ser e será, não tenho a menor dúvida, a grande mola propulsora e o desenho de novos horizontes para o nosso País e para a nossa região.

E teríamos que desenhar essa nova proposta em alguns pontos que são fundamentais dentro de uma visão de curtíssimo prazo, de médio e de longo prazo.

Não podemos, sob pena de estarmos cometendo o pecado da omissão, silenciar diante da gravidade com que nos deparamos hoje, com milhares e milhares de flagelados, que estão ainda, após séculos, esperando, paciência, uma ação transformadora da sua realidade econômica e social.

Cidades estão sendo saqueadas! As portas do terceiro milênio, no final do século XXI, crianças, desnutridas, clamam por um pouco de água; mulheres invadem e transitam, como verdadeiros zumbis, pelas cidades, esperando a providência emergencial que possa diminuir os seus sofrimentos. E até quando? Até quando a questão do semi-árido só será levantada enquanto a seca mata, humilha e degrada? Até quando os deserdados do Sol, estarão esperando que possamos reverter a tendência de concentração de investimentos?

E aí vem a primeira crítica às ações desenvolvidas nas grandes regiões metropolitanas. É é inegável a concentração desses investimentos, porque além do desequilíbrio inter-regional precisamos nos preocupar, fortemente, com o desequilíbrio interestadual, com o desequilíbrio intermunicipal; e a estatística está para confirmar, de forma absolutamente transparente, o que quero dizer.

Nos últimos 20 anos, inegavelmente, o Nordeste cresceu na sua participação dentro do Produto Interno Bruto e esse crescimento que oscila, salvo erro de memória, em torno de 3,6% a 4%, pode parecer, sem uma avaliação mais acurada, um resultado extraordinário, mas esse crescimento está concentrado em alguns pólos dinâmicos que foram gerados a partir da própria SUDENE - e posso citar o exemplo clássico do Pólo de Camaçari, que garantiu ao Estado da Bahia, a partir da constituição do pólo petroquímico, um crescimento significativo da participação da região no PIB nacional, somando-se o crescimento do Estado do Ceará, igualmente o Estado do Maranhão. Os demais Estados estagnaram ou regrediram na sua participação.

Daí por que precisamos ter, de forma absolutamente clara, a visão de que os instrumentos que foram concentradores de renda, de investimentos e da ação da própria dinâmica da economia precisam ser reanalisados. E dentro das ações que eu procurava identificar de curtíssimo, médio e longo prazos, a realidade social não pode, obviamente, ser esquecida. A atenção prioritária aos setores sociais, onde o investimento e o custeio respondem prontamente às demandas coletivas, sobretudo no que tange ao trabalho produtivo, e orientam atividades econômicas, particularmente, nos segmentos de construção civil e de serviços.

O segundo ponto, a concentração das forças, na frente de transformação rural, pelo impacto imediato da organização do beneficiário, como processo descentralizado na sustentação geral da economia, que tem na agropecuária o seu elo mais frágil e na reestruturação da sociedade do Nordeste a ascensão dos trabalhadores rurais e a superação do inchaço urbano.

O terceiro ponto, a consolidação e a integração da base econômico-industrial e urbana já plantadas, mediante a instalação de unidades manufatureiras de bens finais que utilizem o lastro da indústria de produtos intermediários em operação, tirando-se, assim, partido em favor da população do Nordeste, das menores exigências

de intensidade de capital e, portanto, maior capacidade de absorção da força de trabalho sem prejuízo de uma ação e de uma visão global de modernização tecnológica do parque industrial instalado.

Em quarto lugar, temos a complementação da estrutura de energia e transportes, visando eliminar os gargalos da atividade econômica, articulação e ordenamento do espaço e ao bem-estar social.

Por último, a intereducação seletiva de instrumentos que nos parecem absolutamente prioritários em dispêndios orçamentários e extra-orçamentários - por que não avançar um pouco mais? - em ciência e tecnologia e na perspectiva da colocação Nordeste na esteira do processo tecnológico mundial.

Essas ações precisam ser ordenadas, e só através da efetiva vontade política é que poderíamos ter a oportunidade de avançar nesses pontos que, de forma muito frágil, devo reconhecer, procuramos apresentar, na oportunidade extremamente rica que nos é oferecida com a reunião desta Comissão.

Voltando um pouco mais para essa avaliação crítica e auto-crítica, podemos assim dizer, eu que passei a conviver com esta imensa Casa - imensa não de forma pejorativa, nos seus espaços físicos generosos, mas imensa na qualidade de seus técnicos, imensa nos serviços prestados à região e, sobretudo, imensa pela potencialidade do que ela pode vir a realizar por esta região.

O que queremos, tão-somente, é a parceria de todos aqueles que efetivamente acreditam que seja possível realizar uma ação transformadora a partir da identificação de problemas gerenciais internos, para que a partir de soluções internas de gestão - aí é bom fixar o conceito de que não podemos atribuir à Instituição os erros gerenciais, dos quais a própria Instituição foi vítima - tenhamos condições de perceber, de forma clara, inevitável, que o grande instrumento de transformação da Região Nordeste continua sendo a SUDENE, dentro de uma visão nova. Estamos tentando essa nova visão, aos poucos, com cautela, apesar de inúmeras incompreensões, ou mesmo falta de avaliação um pouco mais acurada por parte de pessoas que, de forma legítima - devo também reconhecer -, procuram preservar algumas práticas gerenciais consolidadas ao longo desses 33 anos de história, ou até mesmo por falta de um pouco mais de exercício de auto-crítica que, conseqüentemente, criam dificuldades para implementação de inovações, por mais singelas que sejam.

Temos que reconhecer uma realidade que me parece patente: o criador não pode jamais se envergonhar da criatura. A SUDENE criou, inegavelmente, por todo o Nordeste, um capital intangível que está distribuído entre os governos estaduais, as universidades, as fundações de amparo à pesquisa, as prefeituras e técnicos que hoje conseguem pensar a Região tão bem quanto a própria SUDENE e, ao contrário do que acontecia há 30 anos, quando havia uma imensa carência de pensadores, de técnicos que pudessem planejar, direcionar, apontar os caminhos da nossa Região, é fundamental, imperioso, que possamos abrir nossas portas trazendo para dentro de um processo de discussão, bastante avolumado, a participação interativa e - aquilo que tenho defendido com insistência - o planejamento interativo com os governos estaduais, com os governos municipais, com a sociedade civil organizada ou não.

Estamos agora, por exemplo, e tenho certeza que o Presidente da CONTAG fará referências específicas, talvez no seu posicionamento, ao processo de renegociação do PAP onde, de forma incompreensível, algumas pessoas estão tendo o entendimento do que a SUDENE está sendo ainda mais esvaziada, quando, de forma muito ousada, numa postura de absoluta vanguarda e consciente do objetivo que queremos atingir, estamos descentralizando as ações, estamos procurando redistribuir responsabilidades e, sobretudo, tentando encurtar os tradicionais e longos caminhos burocráticos que, geralmente, as ações governamentais enfrentam para a sua execução prática. De forma descentralizada, sem que isso represente, de forma alguma, renúncia do papel fundamental que a SUDENE possui e sobretudo tentando encurtar os tradicionais e longos caminhos burocráticos que geralmente as ações governamentais enfrentam para a sua execução prática; de forma descentralizada, sem que isso represente, de nenhuma forma, a renúncia do papel fundamental que a SUDENE possui, de planejadora regional, de articuladora das ações regionais.

Estamos procurando melhorar algumas metodologias carcomidas - desculpem-me a força da expressão - e que, na prática, comprometem o resultado de algumas ações importantes. É dentro dessa visão que vamos avançar em uma série de outras ações, tendo em vista a nova visão que o Nordeste espera ter, em pouco tempo, da própria SUDENE.

O Senador Beni Veras tem, dentro desse contexto, uma responsabilidade muito grande. Na condição de Relator de tão importante Comissão, em pouco tempo, S. Ex^a estará apresentando um relatório que será, inegavelmente, de grande valia para todos nós.

Um fato me preocupa e me preocupa profundamente: como podemos amesquinhar e diminuir discussão tão importante ao simples controle operacional, administrativo de um fundo de incentivos? Não podemos, sob pena de comprometermos todo o nosso discurso (Palmas), sob pena de restringirmos todas as nossas ações, descentralizar tão importante, talvez histórica, oportunidade, na discussão menor - e esta, tenho certeza, é a consciência do Senador Beni Veras em relação ao controle por esta ou aquela instituição de instrumento de incentivos fiscais.

É óbvio que tanto o Senador Beni Veras como todos os membros desta Comissão estarão deixando claro ao público e já o fizeram em outras oportunidades. Já tive oportunidade de receber esse testemunho do próprio Senador, de que não é esse o único e grave problema da região. Em primeiro lugar, precisamos fixar conceitos onde teremos ampla liberdade de exteriorizar a nossa posição; o conceito básico, doutrinário até, daqueles que acham e que encontram no sistema de incentivos fiscais um bom instrumento para reordenar as disparidades regionais como, por exemplo, já foi exteriorizado pelo próprio Senador Albano Franco, ou daqueles que com muita justiça também - devemos respeitar - não vêem no instrumento de incentivo fiscal uma arma eficaz para resolver a questão dos desequilíbrios regionais.

A partir dessa discussão conceitual e doutrinária é que teríamos que, eventualmente, sem qualquer concentração de discussão, debater os meios operativos dos instrumentos e preservados. Haverá uma instância final de decisão soberana que será o Congresso Nacional, já que todas as políticas que são desenvolvidas na nossa região e no Brasil como um todo, necessariamente, passam pelo crivo dos legisladores do nosso parlamento que haverão de externar o seu posicionamento em relação a diversos temas.

Portanto, no momento oportuno, tenho certeza de que os nossos parlamentares estarão com seus votos, com os seus posicionamentos, em primeiro lugar, exteriorizando o seu conceito doutrinário sobre a preservação ou não dos instrumentos.

A segunda e conseqüente etapa será, com certeza, e já estamos trabalhando dentro dessa realidade, já que temos, ainda hoje, vários problemas nas mais diversas vertentes da atuação da SUDENE, estamos apenas fazendo aquilo que qualquer instituição deseja que o seu gerente realize: a modificação da forma de utilização do instrumento. Sou daqueles que defendem a preservação do instrumento, da ferramenta, e assim vejo como uma ferramenta, mas não me conformo tão-somente com a forma de utilização dessa ferramenta. Para que essa ferramenta seja melhor utilizada, não é necessariamente imperioso que ela mude de mãos. Basta apenas darmos, na reorientação administrativa, uma nova visão aos instrumentos que possamos dispor para que dentro do cumprimento rigoroso de um planejamento estratégico, possamos utilizar de forma adequada os instrumentos que estão à disposição da nossa região.

Vou fazer - talvez já na fase conclusiva da minha posição - muito genérica em alguns pontos ou em quase todos eles - referência a um dos graves problemas que enfrentamos hoje no nosso País, problema esse que também chega à SUDENE. Volto a frisar, a SUDENE nunca esteve protegida por uma redoma de vidro das crises ou da crise crônica que o País enfrenta, na absoluta falta de planejamento estratégico no nosso País, por uma razão muito simples, muito óbvia. Há vários anos, estamos concentrando toda a nossa capacidade intelectual no tratamento das emergências. Os nossos planejadores sequer tiveram tempo de pensar e desenhar um Brasil para os próximos anos. As nossas melhores cabeças sempre foram requisitadas para o tratamento emergencial da inflação que estava chegando aos 90%, da inflação que volta a crescer. E no tratamento da emergência você deixa num plano secundário, duradouro ou permanente e isso compromete conseqüentemente o futuro dessa Nação. Essa realidade também chegou à SUDENE. E exatamente o que estamos procurando com muitas dificuldades, com todos os problemas, e sobretudo com as inúmeras incompreensões com que esta Casa tem sido vista, reverter essa tendência. É o único caminho que podemos traçar e trilhar para a retomada de uma política efetiva de transformação da sociedade nordestina. Sabendo ter a postura dos justos em reconhecer os inúmeros serviços prestados e tendo também a estatura do indignado que não se conforma com a realidade cruel que ainda hoje nos deparamos.

Portanto, ao encerrar as minhas palavras, respeitando o tempo que me foi estabelecido, com folga, para que esta importante reunião tenha prosseguimento, e dentro da importância da reunião, neste instante, devo reconhecer que o meu papel torna-se secundário porque sou da Casa e estarei aqui na linha de frente, permanentemente, tratando dos assuntos que estamos buscando para tentar renovar e trazer de volta as esperanças que não desapareceram apenas aqui dentro, desapareceram, talvez, em todos os quadrantes desta imensa Nação.

Dessa forma, aguardando a realização de tantos outros valiosos trabalhos, vamos procurar vencer a inércia, vencer uma força abstrata, oculta, invisível, mas permanentemente presente em todos os setores da administração pública no Brasil, que não se conformam com algumas alterações e vamos, com certeza, pelo menos vencer no primeiro passo dessa longa caminhada que o Nordeste espera que nós tenhamos a iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência convida o Deputado Ariosto Holanda para compor a Mesa.

Registramos também a presença do Dr. Emerson Kapaz, Presidente da Federação das Indústrias de Brinquedos e que vai participar da segunda parte do nosso turno dos expositores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, da representação de Pernambuco no Senado Federal.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima; meu caro companheiro, Senador Elcio Alvares, Presidente desta

Comissão; Senador Beni Veras, meu caro amigo Relator; companheiro Francisco Urbano; meus Colegas Senadores Garibaldi Alves Filho, Francisco Rollemberg, Lavoisier Maia, Jonas Pinheiro, Esperidião Amin, Dário Pereira; Sr. Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco; Srs. Empresários; Deputado Osvaldo Coelho; Deputado Wilson Campos, Primeiro-Secretário da Câmara; meus senhores e minhas senhoras:

Antes de dar a minha opinião, a minha posição com respeito a este debate e ao relatório do eminente companheiro Beni Veras, gostaria de dizer que, na sessão de instalação, quando alguns Governadores teceram algumas considerações, chamou-me atenção a opinião de um determinado Governador, com a qual concordo plenamente. Por coincidência, é a do Governador do Ceará, terra do nosso Senador Beni Veras, o Relator deste projeto.

Vou ler alguns trechos e fazer algumas considerações a respeito das palavras do Governador Ciro Gomes, que abdicou da leitura de sua palestra escrita para um depoimento apaixonado:

"O problema do desequilíbrio econômico inter-regional reside principalmente no gravíssimo problema de falta de planejamento estratégico de toda a economia nacional. Eixo central da miséria absoluta, as regiões periféricas detêm quadros incompatíveis com os decantados números de oitava economia do mundo.

O Brasil - afirmou Ciro Gomes - tem três vezes a renda per capita da China. Entretanto, lá não se encontra nenhum quadro de pobreza comparável com o nosso, registrando a postura de coitados que sempre predominou nas relações da Federação para com as Regiões menos desenvolvidas".

O Governador Ciro Gomes lembrou o cuidado com que as outras nações, até continentes, trataram seus problemas da mesma natureza. Foi assim nos Estados Unidos, com relação à Califórnia, e em tantos outros países. Lembrou, ainda, as medidas que a Europa tomou para garantir o apoio à Península Ibérica, antes de promover a sua integração.

Os fatos provam que as correntes migratórias criadas pelos desníveis econômicos contribuem negativamente nos dois lados do seu pólo. Enquanto isso, o Brasil continua sem buscar medidas que lhe garantam equilíbrio, sem a qual é vã qualquer tentativa, pelo menos real, de busca do seu desenvolvimento.

Meu Superintendente da SUDENE, Cássio Cunha Lima, ouvi atentamente as suas palavras e as do Governador do Ceará. S.Ex.^a falou aqui na Europa, e temos que nos lembrar que ela emergiu das cinzas de uma guerra encruenta, e, coincidentemente, hoje, os países que fizeram parte do Bixo, aliado ao Japão, coincidentemente, estão com economias de primeira grandeza, em termos de desenvolvimento mundial, o mesmo ocorrendo na Europa como um todo. Por quê? Todos nós lembramos do Plano Marshall: dinheiro, muito dinheiro a fundo perdido, mas com a convicção de um projeto a longo prazo.

A China popular, a China comunista é um país com que este Senador trabalha há seis anos, com afinco, e no qual apostou para fazer parceria com o Brasil. Na última viagem que fiz à China popular, chefiando uma delegação de Senadores e Deputados, estive mais de uma hora com o Chefe do Partido Comunista Chinês, o Sr. Jiang Zeming, que foi reeleito novamente e que é o Chefe de Governo. Ele tem grande interesse em estreitar a amizade, a parceria com o Brasil. Disse-me ele o seguinte: "Senador, somos o país de maior população da Ásia e do Globo, um dos maiores países da Terra e o maior país da Ásia; o Brasil é o maior País da América do Sul e o que tem maior população. A China é o grande laboratório para o Brasil."

A China é um país, meus Senhores, que tem apenas 18% de seu solo constituído de terras agricultáveis, porque as suas terras ricas, que formavam a Mandchúria, com dois milhões e meio de quilômetros quadrados, foram tomadas pela União Soviética. E para os Senhores terem uma idéia, 16% do solo da China é plantado, é aproveitado para a agricultura. Isso significa apenas 7.8% da agricultura do planeta. E esse país, como diz Ciro Gomes, alimenta 22% da população da Terra.

E nós, aqui no Nordeste? Nós, no Nordeste, meus Senhores, ainda ouvimos as palavras proféticas do grande Ministro José Américo de Almeida, paraibano como V.S.^a, meu companheiro e amigo, Presidente da SUDENE. Quando Ministro de Viação e Obras Públicas de Vargas, ele dizia: "O Nordeste não precisa de esmolas. O Nordeste precisa apenas viabilizar o rio São Francisco, seus açudes e seus barreiros, para molhar suas terras calcinadas pela seca e tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo".

Se tivesse acontecido, daquela época para cá, nos orçamentos da União, o que aconteceu na Europa com o Plano Marshall, com os planos quinquenais, não teríamos apenas 500 mil hectares irrigados, teríamos 10 milhões de hectares irrigados. E não precisaríamos sofrer o que dizia, com a sua sanfona, o grande cantor que todos nós respeitamos, Luiz Gonzaga, na música que sai do coração travado do sertanejo, Asa Branca. Aquilo de que precisamos, meus amigos, é um planejamento sério.

Temos o exemplo de Formosa, um país menor que a Paraíba e que tem hoje a maior reserva cambial do mundo, proporcionalmente à sua população, 94 bilhões. E este Senador, em parceria com o Governador Joaquim Francisco, apostou nos investimentos chineses no Nordeste - e o que interessa a eles não é somente

Pernambuco, é o Nordeste. Este Senador, consciente desses problemas, apresentou um projeto, que está na Comissão de Economia, já com parecer favorável, e que deve ser votado a qualquer momento, para facilitar os investimentos dos micro, pequenos e médios empresários.

Na China, em Formosa, o capital destinado ao microempresário é de 50 a 200 mil dólares. Ao pequeno empresário, 200 a um milhão de dólares e o médio empresário já ganha a empresa, nesse país: 4 milhões de dólares.

Isso vem para Pernambuco. Isso vem para o Nordeste, mas desde que tenhamos que regulamentar esses investimentos de capital estrangeiro. Onde, meus amigos? Na China Popular, porque eu copiei exatamente o projeto que está acontecendo na China Popular, que, nos seus art. 24 e 25, no terceiro volume de investimentos na China comunista, diz, textualmente: para o investidor estrangeiro, o seu lucro poderá ser remetido para fora do país sem nenhum problema e nos investimentos há uma série de vantagens.

Ainda estamos para regulamentar isso aqui neste País, então precisamos de cabeça fria e pé no chão.

Nos anos 60, senhores, eu era Deputado Federal e alertava o Brasil para as ZPEs, que, no meu entender, hoje, pela experiência que tenho nessa área chinesa, nessa área asiática, não serão o que todo mundo está pensando.

Nós tínhamos que abrir o País, como abriu a China, nos anos 60, para as ZPEs, para aproveitar a mão-de-obra barata do Nordeste, a mão-de-obra sem especialidade, como quando as indústrias rústicas na costa oriental dos Estados Unidos, do México e nos tigres asiáticos começaram as ZPEs e está aí o resultado.

Nós ainda estamos com o carro na frente dos bois. Estamos começando a montar as ZPEs, que vêm, para o Nordeste mas que são indústrias altamente sofisticadas, porque com a sofisticação e com a competitividade é que temos que vencer.

Eu pergunto: qual é o operário altamente especializado que temos no Nordeste hoje, para essas indústrias?

Se isso tivesse acontecido nos anos 60, esses operários e os seus filhos estariam altamente especializados e, hoje, nós teríamos os tigres asiáticos ou a grande nação desenvolvida dos anos 90.

Portanto, meus amigos, eu quis fazer esse preâmbulo da minha opinião e como sou um Senador que diz o que sente, o que eu sinto e o que eu penso eu não tenho rodeio nas coisas, eu tive o cuidado de colocar por escrito o meu pensamento, a minha opinião a respeito desse grande debate e, principalmente, concernente ao relatório do meu ilustre amigo, companheiro, do grande respeito que nós temos pelo seu trabalho incessante, que ele está fazendo como grande representante do Ceará no nosso Senado Federal.

Nesta oportunidade, desejo expressar novamente a minha satisfação e alegria em compartilhar com tão ilustre figura da vida pública brasileira, em mais uma reunião da SUDENE, órgão pioneiro, de foro privilegiado e próprio para a discussão dos graves problemas das desigualdades regionais e inter-regionais que tanto infelicitam nosso País.

Preliminarmente, desejo expressar meu reconhecimento pelo ingente esforço do Senador Beni Veras na elaboração do relatório e parecer da Comissão Especial Mista do Congresso Nacional sobre o Desequilíbrio Inter-regional Brasileiro.

Quero, desde logo, sem entrar no mérito das descrições dos modelos teóricos, fazer algumas considerações que muito me preocupam e que, talvez, abram uma discussão objetiva sobre as propostas de solução para os problemas do Brasil e do Nordeste.

A primeira delas diz respeito aos dados e informações em que se baseou meu colega, o Senador Beni Veras, para tirar as suas conclusões e fazer as recomendações em seu parecer para o Congresso Nacional.

O mais grave é que quase todos os dados estatísticos mencionados e adotados pelo meu eminente colega datam de 1988 para trás, portanto com cinco anos de atraso.

Talvez esse fato possa comprometer todo o trabalho sob o ponto de vista da atual realidade, o que não é sua culpa, porquanto o próprio Congresso Nacional ainda não se aparelhou para dispor de dados atualizados.

Essa colocação é feita em virtude da velocidade e dinâmica dos fatos. Por exemplo: há pouco mais de dois anos o muro de Berlim ainda estava de pé. A ideologia ainda prevalecia sobre a racionalidade nas tomadas de decisões.

Hoje, com os meios de comunicação existentes, que transformaram o mundo em uma aldeia global, informações de ontem já estão defasadas e não servem para tomada de decisão.

Por isso, aqui quero fazer uma autocritica, visto que nem o Congresso Nacional dispõe de informações atualizadas e reais para o processo de tomada de decisões.

Se o Senado Federal dispusesse de tais informações atualizadas, tenho certeza de que o eminente colega, Senador Beni Veras, teria se valido delas para nos apresentar um relatório consistente e calçado na realidade.

Abriendo parênteses, aproveito a oportunidade para solicitar ao eminente colega, membro da Comissão Diretora do Senado Federal, para ser portador desta

preocupação da sociedade brasileira, a fim de que o Congresso Nacional ultime a atualização das informações necessárias, para que o processo de tomada de decisões seja baseado em dados da realidade, sobre dados atuais, fidedignos.

Quero parabenizar o Ministro da Integração Regional, Senador Alexandre Costa, que, constatando a inexistência de informações confiáveis e atualizadas, está implementando esforço em cooperação com o governo francês para montagem de uma matriz de informações com atualização permanente, que não só servirá para o Ministério, mas para toda a República.

Creio firmemente que essa será a grande marca da passagem do Ministro Alexandre Costa por aquele Ministério. Aliás, estou sabendo que o Ministro solicitou a colaboração de todos os governos, prefeitos e universidades brasileiras para tão importante tarefa de interesse nacional, que está sendo coordenada por competentes técnicos dos quadros.

Está aqui essa documentação, que é uma radiografia que o Ministro está pedindo em todas as áreas sociais e econômicas, faculdades, em todos os setores da Nação - é este pedido que estou mostrando aqui aos senhores - porque com isso, como falei anteriormente, ou seja, um convênio com a França, nós vamos ter a atualidade dos dados para as grandes discussões.

Minhas senhoras e meus senhores, mesmo não tendo formação jurídica, tenho doutorado na escola mais exigente do universo: sou formado na escola da vida, com experiência de mais de trinta anos de vivência no trato dos interesses da sofrida gente do meu Brasil, especialmente do meu Estado de Pernambuco, e, por isso, quero enfatizar que os problemas inter-regionais estão umbilicalmente ligados aos problemas da economia nacional como um todo.

Segundo, os problemas regionais somente serão resolvidos por intermédio de políticas nacionais destinadas a desenvolver e a favorecer o desenvolvimento das áreas carentes, como foi o caso da criação da SUDENE e os mecanismos indutores para atrair investimentos.

Terceiro, a unanimidade de que não existe poupança interna para promover o desenvolvimento que seja capaz de resgatar a dívida social, ou seja, que seja capaz de gerar renda e emprego para a nossa gente.

Concordamos que precisamos modernizar a SUDENE e dar-lhe maiores recursos para que ela possa desempenhar ainda melhor o seu papel.

Sobre as políticas nacionais que desencadeariam o surto de crescimento de nossa economia em geral, com reflexo altamente positivo sobre o Nordeste, destacamos:

- o desmonte do Estado naquelas áreas em que a iniciativa pode atuar;
- a legislação rigorosa contra os monopólios, oligopólios e cartéis;
- legislação que possa atrair a poupança estrangeira e nacional para ajudar o nosso crescimento, gerando emprego e renda;
- legislação nacional privilegiando o Nordeste;
- políticas nacionais de associação com parceiros internacionais que apóiem poupança, como é o caso dos países asiáticos;
- uma reavaliação do MERCOSUL, pelos seus efeitos maléficos sobre a economia nordestina e brasileira, cujos danos já assinaléi no Senado Federal em discurso pronunciado na última semana.

No que diz respeito à política para resolver os problemas nordestinos, destacamos:

- fortalecimento da SUDENE;
- uma redefinição do FINOR, a fim de que ele possa atender as pequenas e médias empresas;
- destacar parte da arrecadação do IPMF para ser aplicada na irrigação do Nordeste, para solucionar o problema da fome e gerar riqueza e emprego para nossa gente - nesse particular, comunico que apresentarei emenda à lei complementar do IPMF;

- legislação sobre capital estrangeiro que incentive os empresários internacionais a investirem no Nordeste, em associação com médios e pequenos empresários - também nesse particular tenho projeto de lei com parecer favorável.

Por último, Senador e amigo Bení Veras, digo que filosoficamente não concordo com a tese de que a simples mudança administrativa resolverá a desigualdade regional. Precisamos sair da emergência e atacar o problema de frente; precisamos acabar com a indústria da seca; precisamos fortalecer a SUDENE, mantendo o FINOR, com aperfeiçoamento. (Palmas)

Dentro dessa linha, pergunto a todos os senhores e a esta Comissão: teremos condições de informar qual foi o impacto no ano de 1989 e de 1992 do FINOR, sobre:

- a) emprego na região nordestina;
- b) emprego no Ceará e em Pernambuco;
- c) da irrigação, no ano de 1991, em cada estado da região;
- d) quanto foi gasto em 1991 e 1992 a título de emergência em cada Estado nordestino e quantas famílias foram atendidas;
- e) quais os indicadores sociais da Região em 1990 e 1992;
- f) qual o impacto do MERCOSUL sobre a Região;

g) qual o impacto dos investimentos chineses sobre o Nordeste; Ainda não temos dados atualizados para responder essas questões. Portanto, senhores, concluo as minhas considerações certo de que precisamos fortalecer a SUDENE, manter o FINOR, com os aperfeiçoamentos necessários.

Era o que tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alves) - Sobre o tema Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina, falará o Presidente do INAE, o Dr. Roberto Cavalcante.

O SR. ROBERTO CAVALCANTE - Sr. Presidente, Senador Elcio Alves; Senador Beni Veras, competente e dedicadíssimo Relator desta Comissão; Superintendente da SUDENE, Sr. Cássio Cunha Lima; Srs. Senadores Marco Maciel e Ney Maranhão; Sr. Presidente do CONTAG, Sr. Francisco Urbano; Srs. Senadores, Srs. Deputados, empresários, técnicos, Senhoras e Senhores:

O tema Um Projeto de Transformação da Sociedade do Nordeste é muito amplo. Vamos nos concentrar em três pontos. Primeiro, qual é o problema? Segundo, quais são os caminhos? Terceiro, quais são os meios e quais são os obstáculos?

Qual é a problema? A questão regional do Nordeste comporta uma dimensão econômica, uma dimensão social e uma dimensão político-institucional. Essas três dimensões estão intimamente inter-relacionadas no processo global indivisível de desenvolvimento.

Na dimensão econômica, o Nordeste carece de base produtiva, ou seja, somos quase 30% da população do País e produzimos menos de 15% do Produto Interno Bruto. A produtividade média do nordestino é, portanto, metade - ou menos - da do brasileiro, que, por sua vez, é cerca de 1/10 da produtividade média de um País altamente desenvolvido.

Na dimensão social, o Nordeste revela um processo de exclusão social de mais de metade de sua população. Os dados do Sr. Senador Ney Maranhão são de 1990; não há dados mais recentes, infelizmente. A pobreza regional atinge 51% da população do Nordeste - 40% da população urbana e cerca de 70% da população rural - quase 22 milhões de pessoas.

Finalmente, na dimensão político-institucional, a despeito do Nordeste ter lideranças políticas respeitadas e de projeção nacional, a região verbaliza e reverbera com honrosas e crescentes exceções, diga-se de passagem, ainda verbaliza um discurso regional equivocado, de pouca eficácia comunicacional, ainda adota práticas políticas anacrônicas e algumas das suas principais agências do Estado, não só da União, como dos Estados e dos Municípios, algumas dessas agências padecem de progressiva esclerose institucional, de um lado, e revelam baixa capacidade executiva.

Se esse é o problema em três dimensões, quais são os caminhos para um projeto de transformação na sociedade do Nordeste?

Creio que essa região enfrenta um triplice desafio: que é econômico, que é social e que é político institucional.

O desafio econômico somente será vencido através de um esforço muito grande de reforço da base econômica regional e de sua integração.

Isso não quer dizer apenas mais investimento, não quer dizer apenas mais produção, quer dizer, sobretudo, transformação produtiva com o crescimento da produção certamente, com o crescimento da produtividade, mas a partir de três vetores principais de transformação estrutural do mix produtivo da região.

Quais são esses três vetores?

O primeiro deles é um esforço de reestruturação e de reposicionamento industrial. A região precisa de uma política industrial que envolva um gradual domínio de tecnologias mais avançadas, características de um terceiro estágio da revolução industrial, na qual o mundo já entrou desde o final dos anos 70; a região precisa de mais competitividade, portanto, de mais produtividade, de modo que se insira dinamicamente, seja dentro do país, seja no comércio exterior. Diga-se de passagem que o Nordeste ainda é uma região economicamente com um grau pequeno de abertura para fora, não se beneficia dos influxos e das vantagens de uma inserção mais dinâmica no comércio, seja inter-regional ou seja internacional.

O segundo vetor da transformação produtiva é a modernização da agricultura com a integração agroindustrial e, evidente, que no caso do semi-árido a base desse processo é a irrigação, para que se vença de uma vez o grau de incerteza que preside a produção do semi-árido e para que se obtenha com a integração agroindustrial elos de transmissão e articulação produtivas entre a cidade e o campo.

O terceiro vetor, parece-me ser o turismo em massa, tanto interno como externo, o que envolve, primeiro, a construção do que nós podemos chamar de **hardware** do turismo, a infra-estrutura de apoio. Segundo, o desenvolvimento dos mecanismos de **software**, ou seja, uma rede estruturada de serviços, inclusive de promoção do turismo, que são **hardware** e **software**, fundamentais para que ganhe dimensão o turismo como atividade importante na região.

Esse esforço de transformação produtiva, é importante mencionar, ele envolve a idéia de competitividade sistêmica. Não se trata de ter núcleos competitivos, enclaves industriais competitivos; trata-se de buscar a competitividade do sistema produtivo como um todo, o que envolve uma infra-estrutura eficiente, o que envolve o domínio de tecnologias de uso geral nas atividades produtivas, como é o caso da

eletrônica e da informática, o que envolve novas técnicas de **management**, novas técnicas de gestão da empresa e um novo clima de relacionamento dentro da empresa entre capital e trabalho, caracterizado pela cooperação, pela aliança, pela parceria e não pela oposição e pelo confronto. Através da criação, na região, de uma base científico-tecnológica articulada à matriz nacional e internacional de geração de conhecimentos e integrada ao sistema produtivo.

O segundo desafio envolve uma reforma social, cujo objetivo deve ser reverter o processo socialmente excludente de mais da metade da população do Nordeste, dos benefícios de desenvolvimento e de níveis condignos de bem-estar. Transformar esse processo excludente num processo socialmente inclusivo, a partir de dois vetores principais.

O primeiro deles é combate à pobreza endêmica, que não será eliminada apenas em decorrência do crescimento. A chave para o combate à pobreza endêmica é a superação de barreiras sociais, e se traduz na idéia de acesso. No meio rural, é acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e ao mercado; no meio urbano, é acesso ao mercado organizado de trabalho, ampliação de oportunidades produtivas, acesso aos bens de serviços, indispensáveis ao nível de vida minimamente adequado.

O segundo vetor da reforma social é, indubitavelmente, a educação básica universalizada com aquisição daquelas competências mínimas para o trabalho numa economia moderna. É a dimensão da competitividade embutida numa educação básica eficaz. E, também, daquelas competências mínimas ao exercício da cidadania, é a dimensão de participação.

Conduzindo essa educação básica, a autonomia intelectual, como base de um processo continuado de aprendizado, gerará, finalmente, uma nova atitude do homem perante o mundo, uma atitude de confiança na sua capacidade de transformar a sua realidade.

A moeda norte-americana tem escrito: "Em Deus confiamos". Na moeda brasileira está escrito: "Deus seja louvado".

Nas mentes dos nordestinos pobres, embora inteligentes, está escrita aquela idéia: seja o que Deus quiser. A idéia do fatalismo, a idéia da submissão um tanto passiva aos fenômenos da natureza e não aquela idéia de que o homem é capaz de transformar o seu mundo pelo esforço produtivo, pela capacidade de realizar, transformar o seu mundo e, ao mesmo tempo, conservá-lo na idéia do desenvolvimento sustentável.

Só para mencionar, o problema da educação básica tem uma centralidade crucial no caso do Nordeste. Os dados são de 1990. Temos apenas 74% da população formalmente alfabetizada. Temos apenas 30% da população funcionalmente alfabetizada, ou seja, com até quatro anos de escola, e temos apenas 15% da população com oito anos ou mais de escola, isto é, aquela população que seria alfabetizada, caso a escola fosse eficaz, a base para gerir uma economia moderna e para participar eficazmente de uma sociedade aberta e democrática.

O terceiro grande desafio é o da modernização política institucional. Isso significa uma mudança de postura política e renovação institucional, a partir de três vetores principais. O primeiro vetor, é preciso criar um novo discurso regional - e hoje esse discurso está sendo praticado aqui, nesta reunião - capaz de transmitir com eficácia uma imagem positiva da região, uma imagem de oportunidades e não apenas de problemas. Seria enfatizar a convergência de interesses entre o Nordeste e o resto do País - entre o Nordeste e o Brasil - capaz de propor soluções que envolvam uma nova racionalidade, não apenas técnicas, factíveis, mas soluções também econômicas, isto é, que usem melhor os recursos e soluções socialmente desejáveis e politicamente viáveis. É fundamental fomentar um consenso regional básico sobre o que quer e o que pode a região no caminho do seu desenvolvimento.

O segundo vetor diz respeito a novas práticas políticas, condizentes com os novos tempos. Isso significa menos dependência do Estado e, sobretudo, menos dependência da União. Deve-se mostrar realmente como a União pode atuar para compensar os desequilíbrios regionais - e há certamente espaço para isso -, mas, sobretudo, buscar na transmissão inter-regional do desenvolvimento os mecanismos para esta transformação e buscar uma autonomia dos atores regionais na condução de seus projetos dentro de níveis e eixos decisórios articulados. Quais são esses eixos decisórios? Eles são fundamentalmente dois. O primeiro deles é o Estado, através do planejamento, atuando articuladamente como eixo decisório. Por Estado entendo União, Estados e Municípios. E o segundo deles é o mercado. Em outras palavras temos o mundo do poder político de um lado e o mundo dos negócios do outro. É importante buscar uma articulação entre eles, na medida em que o eixo decisório no Brasil deve caminhar do Estado para o mercado num processo de liberalização, de pluralização de decisões que caracteriza os tempos modernos.

Finalmente, é preciso incorporar aquele terceiro mundo da pobreza ao mundo do Estado e do mercado, porque aquele terceiro mundo da pobreza nem participa do Estado na condição de cidadão pleno, nem participa do mercado na condição de produtor e de consumidor. Essa integração de três mundos dentro de um mesmo espaço regional significa a disseminação de um processo de convergência social e de integração de desenvolvimento.

O terceiro ponto é a importância de novas instituições públicas e privadas. Não significa criar novas instituições necessariamente, significa transformar as existentes, adequá-las aos novos tempos. É preciso haver um novo conceito de empresa privada - já mencionei este ponto. É preciso atentar para o papel estratégico de três atores públicos no processo de transformação da sociedade no Nordeste. Quais são esses três atores? São os Estados, a SUDENE e o Banco do Nordeste.

Qual é a chave para que estes três atores atuem em convergência? A chave seria a transferência de lealdades. É preciso que os Estados transfiram lealdade para a região. (Palmas)

É preciso que a SUDENE transfira a sua lealdade natural de instituição também para a região; é preciso que o Banco do Nordeste faça a mesma coisa, isto é, defina objetivos comuns, esquecendo os particularismos, as suas culturas institucionais para pensar a região no seu conjunto.

Quais são os meios, finalmente? Quais são os obstáculos? Um projeto desse porte envolve investimentos da ordem de doze a quinze bilhões de dólares anuais. Isso é mais do que a região pode poupar, porque representa mais ou menos 25% do PIB regional. A metade terá que vir de fora. Imagino que possa ser recursos públicos ou privados. Tem que haver um mecanismo de transferência induzida de recursos, tanto públicos como privados para a região. Os mecanismos de incentivos fiscais fizeram isso no passado em maior grau do que fazem hoje. É preciso repensá-los de forma a que eles se transformem nesse mecanismo de transferência.

Nesse contexto creio que surge um novo papel para a SUDENE e para o Banco do Nordeste, talvez integrados a partir de um conselho único, um conselho de governadores. Talvez a região não precise ter doze bancos públicos; talvez possa haver uma integração, pelo menos operacional do sistema financeiro público na região para que se tenha um mecanismo financeiro capaz de alavancar 4 a 5 bilhões de dólares anuais, que é o que a região precisa para ter condições de superar o seu atraso, num período de 10 anos, investimentos da ordem de 120 a 150 bilhões de dólares.

A SUDENE, parece-me, deveria concentrar o seu esforço, primeiro, na coordenação, na articulação dos mecanismos de convergência, de transferência de lealdade para a idéia da região que tem dimensão. Os Estados não têm dimensão estratégica para serem um núcleo importante de produção e desenvolvimento, em cinco áreas fundamentais: primeiro, na área de reestruturação industrial; segundo, na área de modernização da agricultura; terceiro no turismo; quarto, na ciência e tecnologia e quinto, não menos importante, na reforma social.

Para concluir, indagaria: tudo isso é um sonho impossível, tudo isso é um devaneio? Não, não é. Estou convicto disso. É o que chamo utopia concreta, ou seja, é aquela idéia que mobiliza as pessoas, que, acreditando nelas, criam a possibilidade concreta do resultado. É preciso pensar o futuro, certamente, mas é preciso criá-lo, e este é o grande desafio que as sociedades e o homem enfrentam. Vamos fazer isso, através da ação convergente.

Creio que esta Comissão está prestando um grande serviço ao País quando busca, com debates como este, o que chamo de uma ação política consequente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - Encerrando a parte expositiva do tema: "Um Projeto de Transformação para a Sociedade Nordestina", vamos ter o prazer de ouvir agora o Presidente da CONTAG, Francisco Urbano, a quem concedo a palavra.

O SR. FRANCISCO URBANO - Sr. Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, Senador Elcio Álvares; Senador Beni Veras, Relator desta Comissão; Sr. Superintendente da SUDENE; Senador Marco Maciel; Dr. Roberto Cavalcanti; Srs. Senadores; Srs. Deputados; demais membros deste Plenário:

Primeiro, V. Ex.s. vão ver uma diferença muito grande desta Mesa, que até agora falou dos intelectuais do Nordeste ou dos membros, de uma forma ou de outra, das elites nordestinas ou intelectual ou da elite do poder. E vai falar agora um dos excluídos desse processo de desenvolvimento do Nordeste, que é um camponês, trabalhador rural, sem-terra e sem a oportunidade de estudo, de educação; mas com grande vontade de lutar e trabalhar pela sua classe e pelo Nordeste.

Segundo, agradeço o convite feito pelo Senador Beni Veras, pela oportunidade de um trabalhador rural como este, poder participar e apresentar suas preocupações numa questão importante como esta. Gostaria de dizer da nossa alegria de ver o Congresso Nacional discutindo efetivamente a chamada política de desenvolvimento do Nordeste, ou inter-regional. Com todos os erros e defeitos que possa ter, com as críticas à conduta política em nosso País, a essência do processo democrático está no Parlamento efetivamente, não está no Executivo. É ele que tem a obrigação de discutir e formular políticas para que o Executivo possa, efetivamente, executá-las. É o Legislativo que discute, que aprova leis, que aprova o Orçamento. Então, parece-me que o fato de o Senado Federal estar discutindo essa questão é fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, assim como a participação da sociedade civil.

Vou fazer algumas colocações sobre o processo de desenvolvimento sob o ponto de vista dos trabalhadores da região nordestina. Há muita crítica por parte de outras regiões do País sobre o volume de recursos que é destinado para o Nordeste e é desviado. Aí, temos a defesa por parte das elites nordestinas afirmando que não são destinados grandes recursos para o Nordeste e que esses não são desviados.

Na nossa opinião, há um verdadeiro pacto das duas elites: da elite nordestina e das elites do Centro-Sul do País. Primeiro, porque não vão tantos recursos assim para o Nordeste, mas as elites do Sul criticam muito a dotação desses recursos. Mas, essas elites do Sul se apropriam de boa parte desses recursos porque elas vão para o Nordeste, implantam as suas empresas lá com aqueles mesmos recursos que elas tanto criticam. Depois, levam de volta o núcleo e o que poderia ser produzido lá.

Portanto, elas não estão fora da situação. As elites fazem críticas para não serem destinados tantos recursos para o Nordeste, mas, os recursos que vão para lá, elas tentam absorver implantando as suas empresas. As poucas empresas que são do Nordeste têm que comprar matéria-prima ao Centro-Sul do País.

De maneira que, é uma falácia essa discussão de que vai muito recurso para a região nordestina - não estou discutindo que haja desvio também. Quero dizer que, na nossa opinião, essas duas elites estão perfeitamente afinadas para a sobrevivência delas mesmo, mantendo seus privilégios em detrimento da sociedade brasileira.

Um dos mais importantes instrumentos do desenvolvimento do Nordeste foi o FINOR, os outros foram paternalistas ou foram projetos que, de certa forma, complementavam o apoio às elites nordestinas na sua concentração de riqueza, na sua concentração de poder, excluindo o povo, a sociedade como um todo.

O FINOR, com todos os seus incentivos, encontrou pessoas aqui para elogiá-lo e defendê-lo como política de desenvolvimento. Mas para o setor rural foi um dos programas mais dramáticos, mais perversos contra os trabalhadores rurais nordestinos.

Na cidade, quando se começa discutir um setor industrial, ou implantação de uma indústria, começa-se por se criar alguma oportunidade de emprego na construção da própria indústria. No campo, o FINOR começou demitindo. Começou colocando para fora os trabalhadores que antes eram meeiros, parceiros ou arrendatários para fazer um novo projeto adequado ao sistema FINOR.

O FINOR abandonou, expulsou esses trabalhadores - não estou defendendo que eles tinham que manter o resto da vida parceiros, ou rendeiros, estou dizendo que o programa começou a botar para fora os trabalhadores que antes tinham uma ocupação.

O FINOR, no setor rural, aumentou a concentração da propriedade, já altamente concentrada na mão do latifúndio. O FINOR começou, também, por incentivar o latifúndio que ficou com uma grande soma de hectares, ou de terras do Estado sem utilização para transformá-la numa propriedade produtiva, explorada com projeto, mas antes expulsando a mão-de-obra ocupada.

Quem não conhece a soma enorme de conflitos agrários no Nordeste, por expulsão de trabalhadores, que antes eram meeiros, assalariados, arrendatários para dar lugar a um projeto agropecuário? Antes, havia uns cinquenta, cem homens na propriedade; depois, ficaram quatro ou cinco vaqueiros no projeto agropecuário.

O FINOR foi extremamente danoso, perverso para com os trabalhadores e para com a sociedade porque ele pôs mais um faminto, ou mais um mendigo nas ruas a precisar de apoio do Estado, ou a criar dificuldade para as próprias políticas sociais na cidade.

Mais do que isso, insatisfeito com a política do FINOR, o Governo criou o chamado FINOR Alimento, cujas características exigem um processo de organização de empresas do qual é impossível pequenos e médios empresários poderem participar. Só os grandes empresários, os grandes grupos econômicos tinham possibilidade de operar com o FINOR. O objetivo era incentivar pequenos e médios produtores rurais. Houve logo uma avalanche de críticas, que diziam que era impossível atender esses produtores, porque não tinham capacidade gerencial, não tinham capacidade operativa. Logo, arranjaram um jeito de financiar os mesmos grupos econômicos nos projetos de incentivo do chamado FINOR Alimento, com irrigação, com atividade de alta produção. Os mesmos grupos econômicos que tinham um projeto anterior, agropecuário, criaram um outro projeto, numa outra região, do FINOR Alimento.

Então, aumenta, a cada dia, a concentração da riqueza e da terra nas mãos dos mesmos e se exclui a maior parte da população desse processo.

Existiam vários outros projetos: o projeto Chapéu de Couro, o projeto Nordeste etc. E se chegou à conclusão de que havia vários projetos, com diferentes administrações, e gastava-se grande quantidade de recursos nesse processo. Era preciso fazer um grande projeto único, que iria dar apoio aos pequenos produtores. Então, criou-se o projeto Nordeste e dentro dele haveria o PAP.

Em primeiro lugar, nesse projeto, começou-se por impedir a participação dos trabalhadores na discussão da distinção de critérios de política, mas conseguimos uma participação nesse processo com a chamada Nova República, à medida que se começou a democratizar a Nação.

Quando começou a dar certo, o Governo Sarney criou um outro programa, o programa São Vicente. E o fez com uma lógica que era a participação da comunidade. Começou a dar certo o projeto, com os trabalhadores participando, transformando-o em projeto produtivo. Mas não podia dar certo, porque a classe política, as elites brasileiras começaram a dizer que se não houvesse a mão do prefeito, do vereador, o projeto não poderia ir para a frente. Diziam eles: "Não podemos admitir

que em projetos dessa natureza o poder político não determine qual é o local, qual é a comunidade escolhida." Foi muito fácil! O Governo tirou o dinheiro do orçamento e aquilo acabou. Matou-se o que estava dando certo.

O PAP começou a se estruturar - estou falando sempre no setor agrário, no setor dos trabalhadores rurais -, começou a dar certo, começou a haver participação efetiva dos trabalhadores e o Governo desmontou o PAP. Porque ele estava dando certo para os trabalhadores. Conseguimos, numa articulação muito grande no Senado Federal, no Congresso Nacional, na Constituição de Orçamento, repor recursos para que o PAP continuasse a existir.

O Governo matou-o a conta-gotas. Atrasava as verbas, a liberação de recursos e os projetos não podiam se desenvolver. O projeto era aprovado num dia e o dinheiro saía seis meses, um ano depois. Não poderia dar certo. Além do mais, não havia correção monetária, o dinheiro não vinha corrigido, vinha com o mesmo valor.

Tudo isso porque estava dando certo e favorecia os trabalhadores. As elites não permitem que os trabalhadores se incorporem ao processo, ou participem das definições políticas.

Veio o FNE. Também está clara a sua importância para o micro, o pequeno produtor e o pequeno empresário. Foi aprovada, no Conselho Deliberativo, norma determinando a aplicação desses recursos tal como definia a Lei. O Banco do Nordeste foi enfático em dizer: "Não cumprimos essa determinação. Por quê? Porque os pequenos agricultores não têm capacidade gerencial, nem capacidade de iniciativa". Não divulgou, naquele momento, as normas, para que a sociedade as conhecesse. Logo, as pessoas não podiam procurar obter os recursos, porque não tinham informações. E destinou aos mesmos médios e grandes empresários os recursos, deslocando, inclusive, os previstos para uma determinada área, que foram aplicados em outra. Foi dito isso nesse Conselho, as atas estão aqui para registrar e as gravações também. Na época, eu participava do Conselho Deliberativo.

Essa prática política das oligarquias e das elites nordestinas, políticas ou empresariais, tem levado à exclusão da grande massa da população do chamado processo de desenvolvimento. E só é possível

Essa prática política das oligarquias e das elites nordestinas, sejam políticas ou empresariais, é que tem levado à exclusão da grande massa da população do chamado processo de desenvolvimento. Só é possível mudar esse quadro à medida que se mude essa prática oligárquica, essa prática das elites que dominam sobre a posição dos demais segmentos da sociedade.

Tal afirmação dói muito porque até agora os pontos de vista estão muito intelectualizados. Com jeito, vou apresentar a forma como o camponês vê a questão. V. Ex^{as}. podem não concordar, mas é a nossa visão. (Palmas)

A rigidez dessas políticas tem aumentado, como já disse, a miséria do Nordeste, a expulsão dos camponeses da roça, a diminuição brutal da produção de alimento, o aumento da concentração de renda e o aumento do analfabetismo. Não é possível educar alguém se não há o que comer. É possível que alguém vá para uma sala de aula se não tem alimentação nem para ele nem para o filho? É possível que ele aprenda o be-a-bá se não tem alimentação e nem água para beber?

É preciso criar uma política de emprego, para que essas pessoas tenham condições mínimas de sobrevivência, a fim de que possam ir para a escola. As mesmas elites que discutem aqui a educação são as mesmas que obrigam as crianças de sete a oito anos a trabalhar na lavoura, cortar cana, trabalhar com agrotóxico, envenenam essas crianças e ainda falam que elas têm que ir para a escola.

É preciso que tenhamos consciência desse novo processo de que tanto se fala: que o mundo mudou, que o Brasil mudou. O mundo tem mudado, efetivamente, mas o Brasil continua do mesmo jeito. É possível mudar essa qualidade de vida, se mata um camponês porque ele reclama do 13º salário ou porque ele reclamou a diferença de salário que não lhe foi pago no final da semana? O gerente sai armado com revólver e lhe dá um tiro na cabeça. É possível mudar, se se assassina um advogado ou dirigente sindical porque ele entrou na Justiça para cobrar diferença de salário? Essas práticas precisam ser mudadas para poder se pensar na incorporação desses milhões ou mais da metade da população excluída do processo de desenvolvimento do País.

Entretanto, isso leva tempo! Leva tempo para que essas elites mudem seu procedimento político. Mas é possível mudar. Eu acredito que, com grande pressão popular isso pode acontecer. E trabalho para isso: para dar conscientização aos nossos companheiros, para exigir, para provocar indignação contra esse estado de coisas, para provocar a revolta, não, porque a revolta não serve para nada, porém, a indignação contra o que aí está. Devemos exigir do poder público ou do setor privado uma posição mais adequada de cidadão, de direito, de garantia de vida de todos quantos vivem na região.

Estou dizendo isso não porque sou um camponês revoltado. Vou dizer algumas coisas acerca da minha experiência no Conselho Deliberativo da SUDENE.

Pela primeira vez, na história desta Casa, foi permitido que um trabalhador participasse do Conselho Deliberativo. Na primeira reunião de que participei, em que havia quatro governadores nesse Conselho, pediram a expulsão deste analfabeto ou desses histéricos que vinham levantar questões, pois eles não tinham legitimidade devido a não terem sido eleitos pelo povo.

Naquela época, fui até meio agressivo e disse: Não sou governador, senador; nunca fui candidato a nenhum desses cargos; não sei se tenho mais votos do que os que foram eleitos, mas fui eleito por todos os meus companheiros nordestinos e trabalhadores rurais da minha classe, como dirigente sindical. Portanto, sinto-me também com legitimidade, tanto quanto os outros, para defender as questões.

O que me causava estranheza era ver aqueles eleitos pelo povo defenderem a aprovação de um projeto que expulsava cem famílias da propriedade para implantar um projeto agropecuário. Nesse caso, os votos dados não tiveram a menor importância para aqueles que se diziam legitimamente eleitos pelo povo. E foram realmente legitimamente eleitos porque concorreram às eleições.

Pediram a minha expulsão porque pedi vista de um processo para reexaminar melhor, a fim de que aquelas cem famílias não fossem postas para fora. Conseguimos também o apoio para que eu não fosse expulso; permaneci. Houve um governador que nunca mais participou da reunião do Conselho Deliberativo até que no último dia em que estive nesta Casa como membro do Conselho.

Naquela época, consegui aprovar algumas propostas, com o apoio de vários representantes do Governo Federal e alguns governadores. Em seguida, um dos membros do Governo mandou trocar todos os componentes do Governo Federal que vinham para as reuniões, porque estavam votando com os camponeses no processo. Foram trocados literalmente. Não vou dizer o nome de quem fez isso porque é desagradável, mas todos sabem que perdemos muitas das medidas porque, literalmente, não eram aceitas as propostas. E algumas propostas que conseguimos aprovar para minorar a expulsão dos camponeses dos projetos agropecuários não eram, depois, executadas.

Conseguimos uma coisa que considere fantástica, ou seja, que em cada projeto agropecuário aprovado, 10% da área aproveitável se destinasse à lavoura de subsistência dos empregados. Mas, é claro, os empregados não poderiam implementar aquele projeto se não tivessem apoio. Não conseguimos regulamentá-lo na SUDENE para que ele obtivesse algum tipo de apoio, de financiamento, ou para que o Estado, de outra maneira, viesse a apoiá-lo na forma de política agrícola. Foi letra morta. E era importante, pois havia projeto em que 500 hectares de terra ficavam disponíveis.

Outra coisa extraordinária que conseguimos relaciona-se aos projetos de complementação ou de modernização. Para obterem novos incentivos, os empresários teriam que provar que tinham cumprido a legislação trabalhista, os acordos, os contratos coletivos de trabalho. Isso só se realizou durante dois meses. Os empresários e os governadores conseguiram derrubar essa condição dizendo que ela era um entrave ao processo de modernização e de agilização da política de desenvolvimento do Nordeste.

Descumprir a legislação, não pagar o 13º terceiro salário, não cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho, esse é o processo de modernização e desenvolvimento que está posto neste País, especialmente aqui, no Nordeste.

Sei que alguns companheiros da SUDENE que estão aqui dizem que estou sendo injusto, porque conseguimos alguma coisa. É claro que conseguimos, mas as mais importantes não foram implementadas depois.

Conseguimos algo extraordinário: nenhum projeto seria implementado enquanto não se resolvesse a situação dos posseiros, uma vez constatado que havia posseiros lá. Eles não seriam expulsos sem que se resolvesse a sua situação. Foi um avanço que conseguimos naquele momento.

Outra constatação da nossa participação no Conselho Deliberativo. Logo que começou o Governo que acabou há pouco - não é preciso dizer de quem, todo mundo sabe - imediatamente nos afastaram do Conselho. A CONTAG não participa mais do Conselho Deliberativo da SUDENE. Fomos literalmente afastados dele.

A Câmara dos Deputados votou como o Governo quis. Conseguimos que o Senado rerepresentasse a proposta de participação dos trabalhadores. Temos de fazer justiça, neste caso, ao Senado. A Câmara disse não. Como a emenda era do Senado, ela manteve o afastamento dos trabalhadores do Conselho Deliberativo. Incomodava governadores, empresários, alguns ministros um homem que não conhece a língua portuguesa, não sabe fazer concordância, que não usa uma linguagem intelectualizada estar presente no Conselho. Era um incômodo esse homem estar presente nesse Conselho. Logo, essas elites não estão preocupadas com o povo efetivamente; estão preocupadas em manter os seus privilégios, os seus poderes, em manter-se, realmente, como grande comandante da política no Nordeste.

Desculpem-me por ultrapassar o tempo, mas esses projetos de que falei, o Sr. Vicente liquidou, acabou.

E, quero deixar claro aqui, agora, que apesar de usar óculos, não tenho miopia, não sou sectário, conservador, e nem sou centralizador. Gosta de centralizar quem tem poder. Não tenho poder nenhum, vou centralizar o quê?

Apesar de usar óculos, não tenho miopia. As mudanças que se introduzem no PAP, hoje, não são uma questão de meramente descentralizar da SUDENE para os Estados, mas de, literalmente, liquidá-lo como política de apoio ao pequeno produtor, para que ele fique novamente sujeito à manipulação do Estado e da prefeitura, sem a participação dos trabalhadores. (Palmas)

Criaram o fantasma da comunidade. Dizem que a comunidade vai participar. Como, se ela não está organizada ainda? Quem vai organizá-la, senão as

lideranças sindicais que a representam, que discutem com ela para, aí sim, ela organizar a sua comissão?

Quem vai determinar isso é autoridade municipal. Não tenho nada contra o prefeito. Sou democrata. O prefeito é importante, mas ele deveria ser um elemento no conselho municipal, em uma comissão paritária de iguais. Não apenas ele determinar.

O que quero dizer é que, novamente, as elites do Nordeste arranjam um jeito de impedir a participação da sociedade organizada, de impedir o chamado contato direto.

Eu que sou o poder - estou falando em caricatura -, vejo aquele desassistido precisar do apoio desse chefe político, chefe do poder no município para representá-lo porque ele é incapaz, é incompetente, não tem capacidade gerencial e precisa de alguém que o leve.

E são esses que produzem para os mesmos que estão lá nas suas grandes fazendas. Então, ele é competente para trabalhar 12 horas por dia e receber metade do salário-mínimo, mas para que ele gerencie a sua própria atividade, aí não tem competência.

Antes de pensar num projeto para o Nordeste tem-se, primeiro, que ter consciência de que é um projeto efetivamente nacional. É preciso que as elites do sul tenham consciência da necessidade de um programa ou de um projeto para o Nordeste como elemento incorporado ao País, sem o chamado favoritismo ou clientelismo. (Palmas)

Nós não concordamos com essa coisa clientelista. Nós queremos um programa ou um projeto que pense no Nordeste como um elemento que compõe o País numa integração nacional. É necessário, também, que as elites nordestinas mudem efetivamente a sua postura política de dependência e de submissão (Palmas). Porque esse pacto das elites não corresponde ao sul, pois ele sobrevive do mesmo jeito, mantém suas alianças de sobrevivência, seus acordos de sobrevivência política, mantendo-se no jogo. É a mesma relação entre o grande capital internacional e o capital brasileiro.

Hoje, não se tem mais o chamado capital nacional brigando contra o capital internacional. É como se houvesse um acordo do tipo "Você ganha aqui desde que ganhamos lá." A mesma relação existe entre o Sul e o Nordeste, com as elites entre elas. Na minha opinião, não há nenhum programa para o Nordeste que consiga resolver os problemas se as elites nordestinas não decidirem diminuir ou acabar com a prática clientelista de favoritismo de grupo políticos - nada contra os políticos, sou favorável ao processo político, ao parlamento - e assumam que esse problema de pobreza do Nordeste só é possível ser resolvido se elas aceitarem abrir mão de parte de seus privilégios. Não é abandonar os seus direitos, mas abrir mão de parte dos seus privilégios para que se incorporem à maioria da população.

E vou dizer por que: os projetos agropecuários que aprovamos aqui, em todos eles - é só pedir à SUDENE - 80% dos empregos previstos - não garantidos - era de mão-de-obra temporária. Então, como pode-se incorporar à sociedade um processo desse, se 80% dos empregos previstos eram de mão-de-obra temporária? Onde estava o processo de desenvolvimento? O resto dos 20%, que era de emprego permanente, diluía-se ao longo dos 3 ou 5 anos, conforme o projeto. Não havia, sequer, garantia de emprego imediato desses 20%. Está nos projetos, quem quiser me contestar que pegue os projetos que estão todos arquivados na SUDENE.

Além do mais, não havia nenhuma exigência de que esses empresários cumprissem, efetivamente, a legislação para receber a segunda ou a terceira quota. Os aspectos sociais eram ignorados. É o mercado que resolve. É a boa vontade, é a boa fé.

Eu costumava dizer que, de boa vontade - desculpem a expressão - o inferno está cheio, tem muita gente batendo, mas não dá mais para entrar. É preciso que se tenha posição clara e definida nesse processo.

Como o Estado dá dinheiro - e era praticamente de graça - a alguém para implantar um projeto e não exige a contrapartida social? É possível isso? Para provar, fiz uma proposta, neste Conselho Deliberativo, que foi aprovada na reunião. Na segunda, foi colocada novamente em votação e foi retirada. Propus o seguinte: que pegassem, em sorteio, 10 projetos dos Estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais - Estados objetos de projetos agropecuários de maior quantidade de hectares: 8, 10 e até 15 mil hectares -, mais outros 10 projetos dos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí - de 5 a 10 mil hectares - e mais de outros Estados - de 0 a 2 mil - para fazer uma pesquisa por órgãos não vinculados ao Governo, ao Estado ou à SUDENE, para se examinar os efeitos que aqueles projetos proporcionaram à comunidade. Do ponto de vista econômico, não haveria problema, havia dinheiro e a terra era boa. Só se a pessoa fosse incompetente demais. Então, é claro, o projeto teria um resultado econômico.

Agora, eu perguntava o seguinte: sobre aquela região que eu sabia que era pobre, melhorou o nível de emprego? Melhorou o nível de renda da população, da comunidade? Não, não foi aprovado, só houve um resultado concreto: a melhora da qualidade de vida do dono do projeto. Eu tinha certeza disso. Se fosse bom o administrador, o projeto estaria perfeito.

Mas, na comunidade não houve nenhuma alteração e está aí o resultado - não sou eu quem diz, são as pesquisas que os senhores acabaram de mostrar -, mais da metade da população está excluída do processo de desenvolvimento. Se se quiser mudar, se se quiser pensar nesse processo, tem-se que encarar essas questões além de uma outra

ética: não é possível mudar o quadro do Nordeste se não se intervir na estrutura agrária perversa que existe na região nordestina, tem-se que fazer a reforma agrária no Nordeste - repito -, e é preciso haver uma política diferenciada de apoio ao pequeno produtor. Não é possível querer que o pequeno produtor pague o mesmo custo do dinheiro que paga o empresário já estabilizado! Ou você acredita nisso, pensa nisso, ou, então, diga: "Esses, aí, são para acabar a pobreza, sim, mas é para liquidar a pobreza, então, deixe-os lá."

Sei que o tempo está por demais curto e existem outras questões que poderiam ser aqui levantadas. Mas, Srs. parlamentares, o que disse já é o bastante para incomodar os ouvidos daqueles que não gostam de ouvir essas coisas e também servirá para os ouvidos daqueles que gostam de ouvir.

Tenho certeza de que o Sr. Relator terá a preocupação voltada para esses pontos levantados no seu relatório final. Tenho certeza, também, de que outros parlamentares irão incorporar essas discussões e essas preocupações dos trabalhadores rurais no chamado Novo Processo de Desenvolvimento do Nordeste. Penso que devemos fazer isso ou não haverá sinceridade e nem haverá o que o senhor citou: a necessidade de haver lealdade entre a SUDENE e o Estado, e o Estado e a SUDENE. É preciso haver lealdade com esse povo à medida em que se encara os principais problemas da sociedade.

Muito obrigado. Desculpem minha maneira de falar. (Palmas.)

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Meus senhores, devido ao adiantado da hora, faremos uma pausa para o almoço e acumularemos o período que era destinado ao debate para o período seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alves) - Tivemos a oportunidade de nos reunir e apresentarmos uma sugestão. Temos uma lista de inscrição para o debate - que continua aberta - composta pelos Srs. Senadores Garibaldi Alves Filho, Lavoisier Maia, Esperidião Amin e pelos Srs. Deputados Ariosto Holanda, Wilson Cunha e Osvaldo Coelho. Então, convencionamos o seguinte: agora faremos uma pausa para o almoço e vamos reabrir com os debates já na segunda parte.

Chamo a atenção dos senhores, também, para a segunda parte das exposições que serão realizadas no segundo turno, na parte da tarde. Teremos um tema que estava marcado para as 14 horas, mas quero assinalar que, logo após o término do almoço, retomaremos os debates.

Voltaremos à pauta que já foi agendada com o tema "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional." Pela ordem, estão inscritos os expositores: Armando Monteiro Neto, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, que deverá falar, aproximadamente, às 14 horas; Dr. Emerson Kapaz, às 14 horas e 20 minutos; o ex-Ministro e atual Deputado Federal por Pernambuco, Gustavo Krause, às 14 horas e 40 minutos, e também teremos, fechando esse ciclo da "Inserção do Nordeste na Economia Nacional", a palavra do Sr. Ciro Gomes, Governador do Estado do Ceará.

Após as exposições, teremos debates sobre esse tema.

Finalmente, para encerrar o terceiro segmento, teremos "A Questão Regional e a Unidade Nacional". Nesse painel, serão expositores: o Presidente do IPEA, Sr. Nilson Holanda, mais ou menos às 17 horas e 5 minutos; às 17 horas e 35 minutos, o Governador de Pernambuco, Sr. Joaquim Francisco; e, finalmente, às 17 horas e 50 minutos, faremos a leitura da Carta de Recife.

Portanto, neste momento, suspendo a audiência pública e, logo em seguida ao almoço, retomaremos essa reunião com o debate referente ao primeiro segmento.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Audiência especial da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 810, de 1991, do Congresso Nacional, de autoria do Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

Convido, para integrar a mesa, o Dr. Armando Monteiro Neto, presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco e o Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, ABRINQ, Sr. Emerson Kapaz.

Convido o Superintendente da SUDENE, Sr. Cássio Cunha Lima, a integrar a Mesa na segunda fase dos nossos trabalhos.

Também é convidado, e já se encontra presente no recinto, o Governador do Ceará, Ciro Gomes.

Convido, também, o Deputado Ariosto Holanda para compor a Mesa.

Encontra-se presente a esta audiência especial o Senador Teotônio Vilela Filho, de Alagoas, a quem saudamos neste momento.

Solicitamos aos presentes que estejam interessados na fase de debates que façam as inscrições na Secretaria, porque nós já vamos prosseguir ao segundo tema da audiência pública e depois englobaremos os debates para efeito conclusivo. Teremos agora o tema "D", que é a inserção do Nordeste na economia nacional.

Concedo a palavra, para falar sobre este tema, ao Dr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO NETO - Exmº Senador Elcio Alves, Presidente da Comissão sobre Desequilíbrios Inter-Regionais; Senador Beni Veras, Relator da Comissão; Dr. Ciro Gomes, Governador do Ceará; companheiro Emerson

Kapaz; Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE; Srs. Parlamentares aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores:

Falar da questão da inserção da economia nordestina na economia nacional remete-nos a uma primeira consideração: a questão nacional é uma questão que, em si mesma, não existe. O conceito de Nação é um conceito sociológico e político. Na realidade, a Nação não existe. Existem regiões, existe um quadro de diversidade regional do qual a Nação resulta. A Nação é, neste sentido, produto das diferentes configurações regionais.

Discutir, de forma muito oportuna, através da iniciativa desta Comissão, a inserção da economia do Nordeste é algo mais importante ainda, na medida em que a sociedade brasileira e, mais do que ela, a Federação brasileira, está ameaçada por um processo de desintegração que decorre exatamente das desigualdades que têm produzido um quadro de iniquidades que deve ser enfrentado pela sociedade brasileira, sob pena de este País desintegrar-se e sucumbir à tentação dos discursos separatistas que já existem hoje no Brasil.

Assim, não há como dissociar e imaginar que a questão do Nordeste, a questão regional, é um apêndice. A questão regional é um ângulo e uma dimensão da questão nacional. Portanto, não há como formular políticas públicas no Brasil sem que se incorpore a visão regional.

Falar da inserção da economia do Nordeste nos remete a fazer uma breve análise histórica. As concepções que inspiraram o modelo que resultou na criação da SUDENE eram muito marcadas, na época, pela própria realidade da nossa economia, que era uma economia de base eminentemente agropecuária.

Nesse sentido, a concepção que inspirou esse modelo inicialmente era marcada por um certo viés autonomista, uma certa idéia de que nós deveríamos ter um desenvolvimento autônomo em relação ao resto do País, dentro de um modelo autárquico. E a experiência histórica desses trinta anos revelou que a economia do Nordeste, ainda que de forma insatisfatória, foi, pouco a pouco, se articulando, de modo crescente, com a economia nacional. Não se pode mais, hoje, falar de uma economia nordestina considerada como uma economia autônoma. O setor industrial dá bem a medida do quanto a nossa base econômica industrial se interliga com a base nacional.

A indústria regional, que também se inspirou naquele modelo de substituição de importações, fez com que produzíssemos aqui bens importando matéria-prima, mas dependendo fortemente dos mercados das outras regiões. Então, o grande desafio que se coloca hoje é o desafio de fazer com que essa região readquirir dinamismo, de modo a superar a sua defasagem estrutural, em meio a um país que não cresce, que está estagnado há mais de dez anos.

Como se dará o novo padrão de inserção da economia regional diante também desse novo cenário econômico internacional? Hoje, a economia brasileira vai também definir um novo padrão de inserção na economia internacional. E esse novo padrão de inserção da economia brasileira no cenário internacional irá, fatalmente, determinar um novo padrão de inserção das economias regionais.

O Nordeste, portanto, vive o desafio de produzir uma reestruturação da sua atividade econômica, da sua base industrial, de forma que possa manter uma inserção dinâmica no quadro da economia nacional. E quais seriam, numa análise superficial, esses vetores dinâmicos do novo processo de inserção da economia regional? Indiscutivelmente, nós teríamos que considerar algumas vocações naturais da Região Nordeste e algumas vantagens comparativas de que dispomos em relação ao aproveitamento de alguns recursos naturais existentes na região.

Nesse sentido, os pólos agroindustriais e os complexos industriais de base têm que assumir um papel de crescente importância nesse novo desenho que a economia brasileira vai ter. De outro modo, a economia nordestina precisa assumir uma posição de maior extroversão no sentido de ter relações externas com os mercados internacionais, de modo a que possamos ampliar a nossa atividade exportadora.

Este é o grande desafio: como fazer esse novo padrão de inserção diante desse novo quadro econômico.

O desafio de conduzir o Nordeste a recuperar esse dinamismo implica centrarmos essa discussão em algumas questões que considero fundamentais: primeiro, como mobilizar e obter recursos para que o Nordeste, que tem uma taxa de poupança interna modesta, possa efetivamente recuperar o seu crescimento e, mais do que isto, reduzir, em termos relativos, a diferença que o separa das demais regiões do País?

Nesse sentido, acho que o setor privado da região tem que assumir um papel novo e isso não implica, de forma alguma, diminuir a importância das políticas públicas, mas acho que o debate, às vezes, tem se deslocado para questões menores, questões que considero, até certo ponto, adjetivas, ou seja, a discussão, neste momento, de alguns instrumentos ou mecanismos de administração de fundos públicos na região parece-me algo menos importante do que, por exemplo, definir qual a postura que a classe política do Nordeste vai assumir diante da cobrança dos recursos que derivam até mesmo do preceito constitucional que assegurou-lhe, no caso dos recursos do orçamento da União, uma dotação correspondente ao da população da região?

Parece-me que o grande desafio que se coloca é no sentido de que a classe política possa efetivamente cobrar políticas públicas dentro do conjunto das ações ordinárias que o Governo Federal empreende, de modo a que o Nordeste possa ser contemplado com aquilo a que tem direito. E, de outro modo, a classe empresarial

precisa assumir uma postura nova, no sentido de ela própria também forjar novos caminhos, identificar novas fontes supletivas de poupança, utilizar modelos de associação de capitais absolutamente indispensáveis.

Nesse sentido, é preciso que o empresário mude um pouco a sua cultura e que possamos, realmente, mobilizar capitais externos e poupança do setor privado de outras regiões, para que, através de soluções de mercado e do aproveitamento de oportunidades e potencialidades aqui disponíveis, possamos realmente impulsionar o nosso processo de crescimento.

Creio que esta é a questão fundamental: não podemos debitar a um instrumento como a SUDENE, que cumpriu nesses trinta anos o seu papel. É importante, por exemplo, que se diga que toda a soma dos incentivos fiscais que foram alocados para a região Nordeste representa pouco mais de 9 bilhões de dólares. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que esses investimentos gerenciados pela SUDENE e, de algum modo, pelo setor privado, - na medida em que o modelo é de estímulo à investimentos privados - produziram resultados significativos.

Se não mudamos a face cruel da nossa realidade social foi porque não podíamos, com milhões de dólares de recursos, mudar substancialmente a nossa realidade. É preciso que entendamos que o Brasil tem o velho cacoete de, ao invés de discutir as distorções políticas, querer debitar aos instrumentos certas mazelas que, na realidade, têm que ser debitadas às políticas inadequadamente formuladas e mal executadas, muitas vezes por conta da alienação das nossas elites.

Entendo que a SUDENE tem que ser fortalecida, tem que ser prestigiada. O desafio é como ampliar as fontes de recursos que possam ser colocadas à disposição da região. Esse é o grande desafio para a região Nordeste: como encontrar fontes de recursos ampliadas para o atendimento das nossas necessidades?

O Professor Roberto Cavalcante, hoje pela manhã, pôde dar a medida do que representa o desafio de mobilizar poupança para que o Nordeste possa superar esse gap que ainda nos separa das outras regiões. O Nordeste, dizia o professor Roberto Cavalcante, para crescer a taxas diferenciadas em relação ao restante do País, precisaria mobilizar recursos, anualmente, equivalentes a 30% do seu PIB. Isso corresponde a mais ou menos 13 bilhões de dólares ano. Essa seria uma taxa de formação bruta de capital fixo para que o Nordeste pudesse novamente crescer a taxas superiores ao restante do País.

Ora, quando verificamos que todo o elenco de incentivos fiscais à disposição da região representa 800 milhões de dólares, então, podemos ter a exata medida do nosso desafio. Parece-me que não devemos perder muito tempo com esta questão meramente instrumental e adjetiva: discutirmos mecanismos de administração do Fundo de Investimento do Nordeste. O grande desafio para as elites da região é conseguir soluções de mercado, através da iniciativa privada assumindo uma postura mais agressiva, no sentido de que se possam mobilizar poupanças externas. O desafio da classe política é de cobrar certas políticas públicas que não agravem as disfunções verificadas ao longo do tempo e que terminaram por produzir todo esse quadro de desequilíbrio inter-regional.

Na realidade, estamos num círculo vicioso. Precisamos fazer uma política compensatória, porque existem disfunções nas políticas públicas ordinárias.

Não seria mais barato reduzir as disfunções, atenuá-las no âmbito das ações ordinárias do Governo Federal do que termos sempre que ampliar esses mecanismos de política compensatória para fazer face a essas disfunções? Parece-me que a questão central é essa.

Não creio se deva, por exemplo, desprestigiar ou mutilar a SUDENE. A SUDENE tem uma experiência rica decorrente dos erros que acumulou ao longo do tempo. Não se faz um programa de desenvolvimento regional dessa dimensão num espaço físico tão extraordinariamente complexo, do ponto de vista fisiográfico, como no Nordeste, sem que erros sejam cometidos. Mas esses erros de enfoque, conceituais, de gerenciamento têm que ser corrigidos, e a SUDENE precisa ser fortalecida para que continue a cumprir o seu papel, que é extremamente relevante. (Palmas)

Eu não gostaria de me estender muito, mas concluirei dizendo que há também um outro desafio: o desafio de que as elites políticas, empresariais e técnicas do Nordeste possam encontrar um novo discurso diferente do velho discurso da comisseração que apresenta a questão regional como sendo um problema regional e apela sempre para o sentimento de comisseração. Também não poderá ser o discurso agodadamente reformador ou panfletariamente reformador que pretende desprestigiar e, mais do que isso, macular o conceito de certas instituições que constituem hoje um patrimônio para a Região Nordeste.

Precisamos encontrar, sim, um novo discurso que não seja escamoteador da nossa realidade, até porque são tantas e tão grandes as nossas mazelas que nós não podemos escondê-las. O novo discurso deverá ser marcado por uma postura nova, pragmática, utilitária, responsável, e que apresente o Nordeste, não como um problema, mas sim como uma oportunidade para empreendedores que se movem por interesse econômicos e não por sentimentalismo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero convidar para tomar assento à Mesa o Dr. Nilson Holanda, Diretor do IPEA.

Devo acrescentar que o Dr. Nilson Holanda representa a Sra. Ministra do Planejamento, Yeda Crusius.

Concedo a palavra agora ao Dr. Emerson Kapaz.

O SR. EMERSON KAPAZ - Boa tarde. É um prazer enorme estar discutindo com todos os senhores uma política de tamanha importância no contexto nacional. Devo agradecer ao Senador Beni Veras, ao Senador Elcio Alvares, que coordena a Comissão, ao Governador Ciro Gomes, ao meu amigo Armando Monteiro Netto, ao Sr. Cássio Cunha Lima, ao Sr. Nilson Holanda e aos demais componentes da Mesa esta oportunidade.

A minha responsabilidade na exposição que vou fazer é grande, porque sou o único representante do empresariado de São Paulo aqui. Não é fácil discutir questões deste nível: incentivo, SUDENE, regionalização da economia e a questão extremamente importante e bem colocada neste momento do papel do Nordeste no desenvolvimento brasileiro. Mas é o momento certo para discutirmos isso. E, novamente, Senador Beni Veras, é o momento de começarmos a nos preparar para encaminhar, na reforma constitucional, soluções embasadas na discussão ampla com todos os segmentos da sociedade, o que vai de fato trazer um grande benefício para o empresariado da região, para a população da região e, de uma forma geral, para todos nós brasileiros.

O tema "A Inserção do Nordeste na Economia Nacional" precisa ser abordado dentro de um conceito de globalização da economia mundial e de um outro conceito que é extremamente discutido nos países mais desenvolvidos, mas nos países menos desenvolvidos ainda é discutido com um certo preconceito.

Nós estamos vendo a internacionalização da economia em todos os principais países do mundo. O Brasil, muito recentemente, começou a discutir com força a abertura do Brasil para a economia internacional. E, infelizmente, esse tema entrou no Brasil pelo viés da modernidade, modernidade usada como um panfleto, onde é muito importante para nós a abertura, porque vamos poder comprar a geladeira, a televisão, o videocassete. Mas no fundo o que está por trás dessa grande discussão da internacionalização da economia, da globalização, não é a questão de abrímos ou não abrímos o Brasil para uma economia internacional. "Modernidade" foi colocada como abrir ou não abrir o Brasil para a economia internacional, quando a grande discussão é, na verdade, a que velocidade devemos abrir o Brasil para uma economia internacional?

Não está mais em tese, em discussão, se o Brasil vai ou não participar de uma economia internacionalizada. Não tem outra saída para nós. Se quisermos, de fato, fazer com que este País tenha um dia a possibilidade de se integrar, crescer, com uma distribuição de renda e com justiça social, isso só será possível dentro de um contexto de globalização da economia.

Portanto, a primeira barreira que precisamos romper, em cima desse discurso, é abrir ou não o Brasil para a economia internacional. Isso já é passado. O problema que deve ser discutido hoje é qual a velocidade dessa abertura? Quando colocamos a tese da discussão em cima da velocidade da abertura, vem para nós outra pergunta: em relação a quê comparamos essa velocidade de abertura? A velocidade vem para uma comparação em relação a alguma coisa. Para entendermos qual a importância de uma maior ou menor velocidade, temos que fazer uma outra pergunta, nós mesmos, empresários: o empresariado brasileiro hoje tem instrumentos adequados e em igualdade de condições para enfrentar a competitividade internacional?

Aí, entra a discussão da velocidade. A velocidade necessária é aquela capaz de implantar os instrumentos necessários para a modernização, competitividade em relação ao capital/trabalho nas nossas empresas, se essa velocidade é, destes instrumentos implantados, maior do que a velocidade de abertura, de fato estamos inserindo com responsabilidade o Brasil na economia internacional.

Se a velocidade de implantação desses instrumentos é menor do que a velocidade de abertura, estamos, aí sim, desindustrializando o Brasil.

Existe um risco muito grande de desindustrialização do Brasil, caso essa velocidade não seja levada em consideração, porque os instrumentos necessários para a nossa competitividade passam, primeiro, por uma reforma fiscal e tributária - não do IPMF, que foi aprovado a toque de caixa para resolver o problema do Governo -, mas uma reforma fiscal e tributária ampla, abrangente, que transforme o número de impostos em um número minimamente satisfatório para gerenciar qualquer empresa no Brasil hoje e que se coloque o Governo e o Estado no seu devido lugar em relação às despesas que tem a cumprir em função do que arrecada da economia formalmente.

Essa é a verdadeira reforma fiscal e tributária que não foi feita até hoje e que nós vamos ter uma última chance de fazê-la na reforma constitucional. Esse é um instrumento extremamente importante de competitividade para nossas empresas.

O segundo ponto extremamente importante é a economia de escala que está afundando um País como o Brasil, há dez anos, numa crise recessiva, por trás de um discurso "de que é melhor cortar a demanda do que ampliar a oferta", que só vem provocando mais miséria no Brasil e menos competitividade.

Não existe uma empresa brasileira que tenha condições, com ociosidade de 40, 50%, de se dizer competitiva em relação ao mercado internacional. É preciso que ela tenha escala de produção, e escala de produção é função de crescimento econômico,

é função de recuperação de uma economia que aumenta a sua oferta em vez de cortar a sua demanda.

Terceiro, instrumento fundamental: linhas de financiamento a médio e longo prazo com juros compatíveis com o mercado internacional. Quando digo "linhas de financiamento" isso é um pouco mais profundo. Na verdade, não temos uma estrutura financeira no Brasil que nos permita crescer, que esteja aliada em parceria com o crescimento produtivo. O nosso sistema financeiro é usurário da crise - ele não é a mola propulsora do crescimento econômico -, repito - ele é usurário de um sistema perverso de taxa de juros altas e escala de produção cada vez menor para investimento no próprio mercado financeiro.

Enquanto não houver uma reformulação do sistema financeiro buscando financiamentos a médio e longo prazos, que possam permitir, não só o crescimento da economia, mas também o financiamento da dívida pública, não vamos sair, inclusive, do impasse inflacionário.

O que vem sendo discutido ultimamente, e foi bem colocado pelo ex-Ministro Paulo Haddad, ou seja, a necessidade de compatibilização de um título com uma moeda forte é exatamente o caminho de que precisamos. É o caminho de se ter um título que permita o financiamento da dívida pública e da iniciativa privada a médio e a longo prazo numa moeda estável, uma moeda que permita ao Banco tomar recursos do mercado ao longo prazo e financiar, com esses recursos, o crescimento econômico e a própria dívida pública.

É uma falácia imaginar que o Brasil sai da crise sem uma estrutura financeira adequada para esse desenvolvimento.

Entre os quatro instrumentos fundamentais está a reforma estrutural. Não adianta uma empresa competitiva, a nível nacional, ter uma produção extremamente eficiente, se o frete, no Porto de Santos, por uma questão de infra-estrutura, tem um custo dez vezes maior, em média, do que o custo do frete em Roterdã e Amsterdã. Isso inviabiliza completamente a exportação e diminui a competitividade com o mercado internacional.

Portanto, a reforma dos portos, das hidrovias, e todas as reformas estruturais são instrumentos fundamentais para a recuperação da economia e da competitividade brasileira.

Isso que colocamos como instrumentos formam aquilo que hoje todos queremos buscar: competitividade sistêmica ou global. É inviável a competição pontual ou unilateral.

Aí vem um ponto fundamental da minha exposição, que é a questão da interdependência. A palavra chave em todo esse processo é que ninguém resolve ou faz nada, no mundo de hoje, sozinho. A interdependência entre Governo e sociedade, entre empresários e trabalhadores, entre iniciativa privada e sistema financeiro, entre países no mundo vai ser fundamental para a nossa sobrevivência. E a questão da interdependência está intrinsecamente ligada ao problema da regionalização do desenvolvimento brasileiro.

Quando falamos nessa globalização e no papel do Brasil nessa competitividade internacional, de fato, estamos falando na descoberta da vocação brasileira. A questão é: que vocação o Brasil tem para atuar numa economia globalizada?

|)

E, ao se discutir qual é a vocação, não se vai definir uma vocação. Vamos chegar à conclusão de que a vocação do Brasil é a vocação para a agricultura, ou é a vocação para a indústria, ou é a vocação para a agroindústria. Vamos chegar à conclusão de que, no Brasil, um país que é continente, há várias vocações.

Na verdade, essas várias vocações vão ser definidas em cima das regiões e dos segmentos econômicos brasileiros. Quando formos discutir a vocação em nível regional, vamos perceber a importância que o Nordeste tem na discussão de um projeto de desenvolvimento globalizado e de um projeto de desenvolvimento que leve em consideração a busca da vocação do Brasil.

Estive visitando algumas plantações de frutas no vale do Açu, no vale do São Francisco - tenho muito amigos empresários aqui no Nordeste -, e perguntei-lhes: como é possível o Chile, um país pequeno, com uma população menor do que a do Estado de São Paulo, conseguir exportar onze vezes mais frutas do que um país tropical como o Brasil? Como é possível isso acontecer? Responderam-me que um dos maiores problemas é a questão da pouca importância que se dá a essa questão da agricultura, da fruticultura, da plantação, da tecnologia incorporada à produção, que também relegamos também a um terceiro e quarto planos. Não imaginamos o que poderíamos conseguir em termos de tecnologia implantada, até para resolver o problema do Nordeste, porque existem mananciais enormes de água aqui que, na verdade, única e exclusivamente, poderiam ser puxados por um processo tecnológico importado de Israel, que transformou o deserto em grama, numa região fértil.

Então, o problema todo está na vontade política de olharmos - nós, brasileiros, empresários, sobretudo os do Sul - essa questão da região do Nordeste.

Uma audiência pública como esta deve ser feita também em São Paulo, onde precisamos discutir abertamente isso que tenho ouvido aqui com empresários de São Paulo, devido ao preconceito existente naquela cidade em relação à questão do

incentivo, em muitos casos por um absoluto desconhecimento de como funciona e da importância da questão do incentivo. (Palmas)

Essa é uma sugestão que faço, inclusive oferecendo a minha ajuda para que se possa discutir essa matéria no centro de uma região que olha o Nordeste como se fosse, na verdade, um outro país. A miséria nordestina não é apenas do Nordeste, mas é a miséria de cidadãos brasileiros que estão dentro de um mesmo país. Este é um grande problema para enfrentarmos: o preconceito que surge quando se começa a entender que o melhor seria, de fato, separar o Brasil em dois ou em três. No Sul, já se fala na região Nova Iguaçu formando um Estado, a região Central e o Nordeste. Deixem o Nordeste para cima, deixem que eles resolvam seus problemas.

Imaginem os senhores que solução maravilhosa seria essa, quando o mundo inteiro se integra, nós, dentro de um País, vamos procurar o separatismo.

A questão do incentivo, tão levantada pelos empresários, a nível nacional, principalmente, em São Paulo, eles sabem que, na economia internacional, os principais países do mundo que tiveram uma política industrial de crescimento não cresceram sem aplicação de incentivos. O problema não está nos incentivos. Primeiro, o problema está na diferenciação entre o que é incentivo e o que é subsídio. Sou contrário à questão do subsídio, quando se coloca o incentivo sem um prazo determinado de vigência. Porque não se provoca a competitividade naqueles setores que estão recebendo incentivo, uma vez que eles não têm a menor preocupação, já que não têm um prazo definido, com a vigência daquele incentivo.

Então, essa é a primeira coisa de extrema importância.

A segunda, é que o incentivo, de fato, traz benefícios às regiões que estão em descompasso de crescimento em relação a outras regiões do Brasil. O problema está numa oligarquia, não só na região Norte/Nordeste, mas no Brasil, que administra esses incentivos em função da produção e da continuidade de uma miséria da população nessas regiões. É preciso que essa miséria continue, caso contrário, os incentivos não serão direcionados a essas regiões.

Então, aí entro na questão fundamental que é a da discussão da SUDENE e de como esse processo poderia ser avançado ou melhorado.

Acredito que, na verdade, existe um desafio maior do que deixarmos as coisas como estão e aplicarmos, única e exclusivamente, uma política de melhoria dos recursos que viriam à região. Existe um desafio maior que essa elite que, na verdade, lida com tudo isso - não é uma elite econômica, mas é uma elite política, é uma elite empresarial, é uma elite jurídica, é uma elite sindical, que tem condições de interferir nesse processo - tem que perceber que é hora de mudar. Tem que perceber que o País está correndo um sério risco e nós, como elite, corremos um risco maior ainda, apesar de imaginarmos que não vamos afundar dentro do mesmo navio, atirando no comandante ou botando todo mundo para trabalhar na casa de máquinas. Estamos no mesmo barco, não temos condições de inverter isso.

Essa discussão passa, no meu modo de ver, por uma descentralização, aumentando a competência do gerenciamento desses recursos, sem que se tenha, necessariamente, de romper com a estrutura que existe hoje.

A idéia do Senador Beni Veras me parece bastante aproveitável, no sentido de que a SUDENE vai continuar a exercer um papel extremamente importante. E pode exercer um papel mais importante ainda, fazendo parte da CPI, por exemplo. Vai exercer um papel extremamente importante na busca, já colocada, da vocação da região Nordeste. Vamos precisar definir essa vocação em conjunto com uma política de desenvolvimento e uma política industrial, onde a SUDENE é o instrumento fundamental para a elaboração desse projeto de desenvolvimento regional.

A descentralização, a amplitude e a incorporação, inclusive, de outros segmentos da sociedade nessas decisões são saudáveis e dariam condições, inclusive, na minha opinião, de trazerem mais recursos para a região, em função do aumento da credibilidade que provocaria nas outras regiões do País. Porque a resistência maior sempre vai ser dessa visão vesga, míope, estrábica, que não consegue entender a importância da recuperação da economia não na Região Sul, mas na Região Nordeste. Porque enquanto tivermos pólos de riqueza, eles estarão sempre cercados de miséria ao seu redor. Isso acontece a nível mundial. É um problema que a Alemanha enfrenta hoje, é um problema que a cidade de Nova Iorque enfrenta, que os principais países do mundo enfrentam, através de uma política que eles estão tentando fazer de bloqueio de entrada de vizinhos de países pobres. Porque enquanto existir um modelo que concentre poder, que concentre economia e que concentre riqueza, em troca de um aumento da miséria em nível geral, essa miséria tem a tendência e vai sempre caminhar no sentido de buscar o local onde exista a maior riqueza. Estará sempre tangenciando e vivendo à margem desse processo, impedindo qualquer tipo de melhoria e de qualidade de vida para todos nós como cidadãos.

Temos de chegar à conclusão de que essa mudança que queremos não é boa só para o Nordeste. Ela é boa para o País e para cada um de nós, como cidadãos. A discussão é mais ampla do que uma questão regional. Ela é uma discussão do nível de qualidade de vida, de modelo de desenvolvimento sustentado que nos permita, no mínimo, deixar deixar para os nossos filhos, ou para os nossos netos, um país diferente deste que estamos enfrentando hoje.

Encerro cumprimentando-os por esta oportunidade, pois a inserção dessa discussão numa economia globalizada, como estamos vendo, passa por uma vontade política de cada um de nós como cidadãos.

Volto a citar o que o Dr. Roberto Cavalcante colocou, na parte da manhã, e achei muito interessante, sobre a existência de um misticismo, um fatalismo até, no Brasil, que, no fundo, está incorporado um pouco em cada um de nós, na nossa moeda: "Seja o que Deus quiser", "Vamos tocar" e "É assim mesmo".

Precisamos começar a entender que "não será o que Deus quiser", mas o que nós realmente quisermos e tivermos vontade política e coerência entre discurso e prática para realizarmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste instante, concedo a palavra ao Deputado Gustavo Krause, que disporá de vinte minutos para a sua exposição.

O SR. GUSTAVO KRAUSE - Sr. Senador Beni Veras, Governador Ciro Gomes, Superintendente Cássio Cunha Lima, demais componentes da Mesa, Senadores, Parlamentares, Srs. técnicos, funcionários da SUDENE:

Tive o privilégio de ser testemunha do nascimento desta Comissão, que foi fertilizada na idéia do Senador Beni Veras. Lamentavelmente, as peripécias do destino retiraram a possibilidade de que eu desse uma contribuição mais efetiva a esse esforço de discutir a questão nordestina sob uma ótica nacional. É eis que, agora, meu caro Beni Veras, darei uma contribuição muito periférica, muito superficial, pouco original, mas esse é o espaço que me sobra, e espero compensar, expiar um pecado involuntário, que foi o de não participar mais efetivamente desta Comissão.

Quero registrar esse trabalho notável, feito pelo Parlamento Nacional, através de sua Câmara Alta, como uma resposta, principalmente aos incredulos, àqueles que não imaginam do quanto é capaz de construir o Parlamento Nacional.

Quando se fala em Nordeste, fala-se, necessariamente, em desigualdade, em pobreza e em miséria. Exatamente por isso, por se falar em questões estruturais, é importante, ao se abordar o Nordeste, não se perder de vista, seja a organização da sociedade, sejam as suas opções estratégicas de desenvolvimento, sua evolução demográfica. Em síntese, para se tratar a Região Nordeste, tem-se que "desregionalizar" a questão.

Essa é uma preliminar fundamental, associada à inserção na economia nacional e, mais do que isso, numa grande agenda nacional. Parece-me que essa agenda contempla a construção de um triplice objetivo, que pode ser identificado, de um lado, pela consolidação da democracia política no País, a consolidação da face da liberdade política, de outro lado, a consolidação da eficiência econômica, uma economia baseada na economia de mercado, e, como terceiro objetivo, ainda que simultâneo, a construção de padrões sociais que venham dignificar uma nação civilizada e que se pretenda grande.

Vou exonerar-me da obrigação de discorrer sobre cada um desses três grandes objetivos, mas gostaria de fazer um breve balanço em relação a cada um deles.

Se pudéssemos constatar de forma muito objetiva o que de positivo foi feito em relação a cada um desses grandes objetivos? Em relação à questão da democracia política? Como eu já disse, exonero-me de uma crônica, de uma longa e acidentada transição política, mas diria que, numa coluna de conquistas, numa coluna de fatos positivos, eu elencaria, nesse balanço, no campo dos avanços institucionais, em primeiro lugar, a instituição de uma democracia formal. Existe, no Brasil, realmente, funcionando em moldes de uma democracia liberal burguesa, estabelecida na Constituição brasileira e estabelecida num pluripartidarismo, numa sociedade plural, numa mudança, numa rotatividade freqüente de poder etc. etc. etc. Isso não deixa de ser um avanço, e esse modelo está sendo testado numa prática social.

Em segundo lugar, e no meu entender é um fato de extrema relevância, é a emergência de uma sociedade civil e o amadurecimento dos seus atores políticos. Essa é uma constatação, no meu entender, extremamente importante e que representa um grande avanço na construção da democracia política e representativa, da democracia com tinturas participativas, neste País.

Um terceiro elemento também importante nesse balanço é a recomposição de valores éticos.

O cataclismo que existiu no Brasil, o grande saque nacional, o grande butim, teve um lado muito importante, que foi o renascimento dos valores, a tentativa, o esforço coletivo de recomposição dos valores éticos.

Há um dado que também é importante salientar, o papel exercido pela imprensa. Este apresenta, com muito realce, o que Pope chama de "valores de uma sociedade aberta", que é a discussão e a liberdade de opinião. Descontado um exagero pequeno ali, outro aqui, o papel da imprensa, nesse quadro de amadurecimento político, merece um destaque no balanço dos fatos positivos da consolidação da democracia política no País.

E os retrocessos? E os recuos, ou os não avanços, como queiram identificar. Eu diria que há uma prevalência do que chamo de os sismos do atraso. Continuam, no Brasil, alguns sismos entranhados e de difícil exorcização. Refiro-me ao populismo, que reflete a não complementação de uma institucionalização de uma democracia de massas e o segmento de uma tradição brasileira, o populismo, e o patrimonialismo como estilo de fazer política no Brasil. Ou seja, a grande promiscuidade

entre o espaço público e o privado, que tem filhotes diletos e notáveis. E, aí, é importante que nós, políticos, prestemos atenção a essa questão da promiscuidade entre

o espaço público e o privado, e os seus diletos filhotes, que são o fisiologismo, o clientelismo, e podemos encher a boca para falar nisso, no País, especialmente na Região Nordeste. Há, no estilo de fazer política, no Brasil, uma marca profunda de relações patrimoniais que precisam ser enfrentadas por vetores que são, entre outros, as lideranças emergentes que precisam exercer um papel didático e transformador.

Domingo, fiquei impressionado - e me tocou mais profundamente quando constatei que era um homem que tem uma cosmovisão invejável - lendo a entrevista de Jeffrey Sachs no Estado de S. Paulo, onde ele, um observador e um participante de ajustes macroeconômicos mundo afora, disse o seguinte: "O Brasil ainda é uma sociedade com poderosos grupos de interesses que conseguem dinheiro público em benefício próprio e em detrimento da sociedade."

Como Ministro da Fazenda, quero dizer aos Senhores que me sentia, às vezes, um samurai com um saco vazio nas costas que as pessoas apelidam de tesouro. E no Brasil o Tesouro não tem aliados, ele não consegue ter aliados, as corporações os têm, os sindicatos também, e os políticos são aliados uns dos outros, mas o "Tesouro" é um substantivo abstrato para uns e extremamente concreto para outros.

O que aconteceu neste País no plano econômico - isso é um bosquejo, é evidente que ainda se poderia detalhar mais os avanços e retrocessos, mas vou respeitar o tempo de que disponho - o que aconteceu que podemos registrar como avanço?

Primeiro, a criação de um mercado potencial, apesar de uma modernização conservadora, feita de cima para baixo, etc., mas é um mercado potencial. Há um consciência poupadora nesse País bastante interessante, até mesmo a dano do confisco não chegou a inviabilizar essa consciência poupadora, há uma razoável, embora decadente, infra-estrutura física, mas modernização conservadora, principalmente nos últimos 30 anos, criou essa herança de uma excelente infra-estrutura física, e há uma cultura empreendedora e gerencial bastante razoável e em moldes capitalistas.

Imagino como será difícil para a Rússia empreender a sua transição econômica quando essa cultura não existe. Como será difícil! Temos essa cultura em relação à qual a crise foi pedagógica: os conceitos de competitividade e produtividade - estava ouvindo Emerson Kapaz falar da questão da abertura da economia -, então, há uma cultura instalada e empreendedora.

Lembro-me que há um personagem na história econômica da União Soviética chamado Caio Batse? que incorporou valores capitalistas muito antes da glasnost. É uma figura admirável, Vladimir Caio Batse.

E no plano econômico? Temos a permanência de alguns "ismos", continuam os "ismos" como, por exemplo, o vazo do protecionismo. Protecionismo que faz sentido em alguns momentos, faz sentido em alguns setores e não faz sentido em outros.

Ontem, vi no Congresso Nacional perder-se a oportunidade de discutir, de forma urgente, urgentíssima, um projeto fundamental por três votos - 249 contra 28 - e gritos de "Viva o Brasil", o maior respeito pelo nacionalismo político desse País. Era o projeto de marcas e patentes. Chega a me agredir, quando alguns supostos políticos modernos procuram jogar na lata do lixo um movimento que galvanizou e mobilizou esse País, o nacionalismo.

Agora, não é possível gritar "Viva o Brasil", porque se perdeu de discutir marcas e patentes no Congresso Nacional, por 249 votos contra 28. Isso é xenofobia mesmo, isso é estrabismo mesmo. Isso existe e está aí contrastando com alguns elementos que hoje compõem esse quadro tão positivo.

Um pouquinho mais adiante, quando falarmos na questão social, gostaria de dizer que, no plano econômico, o aspecto mais negativo é que ele foi montado em dívidas. Montar um crescimento econômico em dívidas, em princípio, não é nada de mais. Mas é, quando não sabemos, neste momento, o que irá acontecer com mil crianças nascidas neste País - é uma dívida social - ou quando observamos que existe uma sociedade apartada no Brasil - e fazemos parte disso -, e que as pessoas não podem andar nas ruas, não podem fruir a sua riqueza legitimamente conquistada. É essa dívida entre pessoas e entre regiões que precisa ser olhada de uma forma mais ampla.

Invoco, dentro dessa linha - estou quase concluindo -, e recomendo, sobre essas desigualdades e sobre esses indicadores, uma leitura interpretativa do trabalho mais profundo, feito recentemente, sobre as desigualdades entre o Nordeste e as outras Regiões. Trata-se de um trabalho coordenado pelo talentoso pernambucano Roberto Cavalcante, feito pelo IPEA, que usa cerca de 90 indicadores econômicos e cria alguns indicadores sintéticos, como o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, o IDR - Índice de Desenvolvimento Relativo, o INV - Índice de Nível de Vida e o IGD - Índice Geral de Desenvolvimento. Para não entrar em números, gostaria de fazer rápidas leituras para as conclusões.

O impacto desse estudo leva a algumas conclusões:

A primeira é que a desigualdade brasileira é de tal complexidade que exige uma abordagem pluridirecional, supera o simplório dualismo de dois Brasis. É importante, por isso procuramos colocar desde o início aquela preliminar de que é fundamental que se observe o Nordeste dentro de uma visão muito mais complexa da sociedade brasileira.

A segunda é que, nos anos 70, foi registrado um desenvolvimento econômico que operou avanços sociais expressivos, ainda que insuficientes. Mas o crescimento econômico na década de 70 demonstra que houve avanços expressivos, inclusive no campo social.

A terceira é que, na década de 80, a ausência do crescimento sustentado ampliou os níveis de pobreza. Aparecem truísmos, mas só que esses truísmos estão comprovados por um profundo estudo e pela aplicação de indicadores cuja utilização no exame da questão regional não é frequente.

E, finalmente, nesses estudos é interessante notar que, na década de 70, enquanto que o PIB per capita do Sudeste cresceu 5,4, o do Nordeste cresceu 6,7; em 80, quando o PIB do Sudeste decresceu 1,4, o do Nordeste cresceu 1,5. Essa constatação é importante, porque algumas outras conclusões podem ser tiradas. A primeira é que o crescimento sustentado é fundamental à estabilização econômica do País e para que possamos avançar em termos regionais, senão a discussão irá ficar da seguinte maneira: FINOR é melhor, FINOR é pior, FINOR fica aqui ou FINOR fica acolá.

Então, a estabilização econômica e o crescimento sustentado são pressupostos para que as regiões avancem. E o que demonstra isso? Demonstra, incrivelmente, que o Nordeste teve um crescimento per capita maior que o Sudeste, e não decresceu quando o Sudeste decresceu, o que significa que o Nordeste tem um razoável dinamismo próprio, diferente de algumas Regiões, como é o caso do Centro-Oeste, extremamente atrelado ao Sudeste.

Vale dizer, para acabar com essa confrontação estéril, que se o Sudeste cresce, o Nordeste cresce. Isso se opera em círculos concêntricos, só que não devemos esperar por essa espontaneidade. Vamos pegar alguns instrumentos indutores nessa linha.

Então, a estabilização e a retomada do crescimento são fundamentais para avançar nas questões das desigualdades regionais. O crescimento da Região Sudeste opera efeitos concêntricos sobre a Região Nordeste.

Terceiro: esses efeitos concêntricos são mais fortes em relação ao Centro-Oeste, isto é, tanto cresceu mais o Centro-Oeste quanto regrediu, enquanto que o Nordeste e o Sul demonstraram um dinamismo mais expressivo.

Quarto: essas constatações são indicativas da necessidade, mais do que nunca, de uma inserção do Nordeste na economia nacional.

Quinto: os efeitos do crescimento econômico serão tanto mais significativos quanto mais induzidos, é não contar com a espontaneidade.

Sexto: essa indução comporta uma visão estratégica que responde às seguintes perguntas:

1º) Quem será a mola propulsora dessa retomada no Nordeste? Será que vamos imaginar que o Estado continua com o mesmo vício, com a mesma capacidade de propulsão ou é preciso, mais do que nunca, que exista uma articulação e um modelo cooperativo entre Estado e iniciativa privada? Não tenho resposta. Estou mesmo só perguntando.

2º) Qual ou quais serão as prioridades estratégicas? Será que induzir o investimento do setor privado é mais ou menos importante do que investir no capital humano? Será que é válido concentrar recursos apenas nas novas oportunidades de investimento bem identificadas em cada um dos Estados? E o capital humano? Como é que fica? E o cólera? E a saúde? Será que há apenas uma prioridade estratégica? Será que o conduto desse desenvolvimento se limita, nesse novo momento, a estimular apenas as novas oportunidades de investimento no campo econômico?

E quais os mecanismos adequados? Devemos pensar isso sem emoção, pensar isso grande! Será que os mecanismos institucionais, há trinta anos utilizados, devem prevalecer? Será que não chegou exatamente a hora de pensar nisso? Será que não é importante, na revisão constitucional, redefinir o federalismo brasileiro em moldes profundos? Não me parece que um País deste tamanho possa ser gerido, senão dessa forma. Se existem alguns sintomas, alguns sinais de um lamentável separatismo, ainda que seja uma histeria coletiva ali, outra aqui, mesmo que isso possa ser obra de uma histeria, a unidade nacional é obra de uma vontade política e de uma construção política. E ele não fica juntinho, esse "presunto" - como disse o Ministro Delfim Netto - não fica em separado assim porque é uma grande herança imperial, e porque os portugueses tiveram a genial idéia de copiar dos romanos uma coisa chamada município. Então deixa como está, porque ele vai ficar inteirinho. Não vai! Será que não chegou a hora de se imaginar um federalismo com instrumento?

Será que os bancos estaduais vão ter que continuar sendo o que são, desatrelados da política de fomento, com uma linha articulada do ponto de vista regional?

Será que a SUDENE vai ter que continuar como é, desprestigiada, sem força política, confundida com uma parte, quando ela é o todo? Não sei.

Acredito, todavia, que, para que essas respostas sejam dadas, algumas coisas devem ser separadas como mitos e verdades.

Vou concluir exatamente agora.

No meu modesto entender, o que é mítico nessa discussão sobre o Nordeste? Diz-se que "no Nordeste o desenvolvimento sustentado é impossível! O

Nordeste é uma Região problema." É mentira isso! Não é verdade, Sr. Emerson Kapaz! (Palmas)

O SR. EMERSON KAPAZ - Concorde.

O SR. GUSTAVO KRAUSE - Outro mito: "Lá no Nordeste os recursos públicos são malbaratados. Bateu lá, a turma "traça". Não! A safadeza nacional bruta é um agregado que não foi distribuído muito desigualmente, ele não é muito assimétrico, não existem grandes desigualdades regionais na apropriação da safadeza nacional bruta, nem da taxa per capita da patifaria. Não! Não, é verdade! É algo mais ou menos equilibrado; o que muda são os valores.

Terceiro: "O semi-árido inviabiliza a agricultura." Também não é verdade. O Governador Ciro Gomes sabe disso, mais do que ninguém, com a competência dele.

Não é uma população que se degrada, diferentemente das outras. Se houver investimento correto, ela cresce. O guabiru não fica daquele tamanho porque quer, nem se degrada diferentemente dos outros. São questões míticas, projetadas e que geram uma imagem dramática.

Agora, o que é verdadeiro? Nós, políticos nordestinos, lideranças, elites, temos uma retórica equivocada, durante muito tempo; uma retórica melosa, apequenada, de pedir com base no mito de região-problema. Pede-se uma esmolinha aqui, outra acolá. Trata-se de uma retórica equivocada, uma imagem distorcida, falta de altivez muitas vezes. Isso é verdadeiro.

Os memoriais, a exposição de motivos, o querer nordestino precisa ser apresentado; e o nordestino tem massa crítica, tem inteligência para isso e tem consciência política para apresentar de forma articulada e convincente.

A seguir, há o equívoco da confrontação. Devemos tirar São Paulo, o Sudeste da cabeça. Sim, acabar com esse colonialismo, essa confrontação, por favor! Os números não indicam isso; por essa razão fiz questão de trazê-los. Quem tem consciência - e isso cabe a nós construir - sabe que não é possível resistir uma qualidade de vida razoável com essa migração. Quanto custa ao Governador Fleury e quanto custa ao empresariado paulista uma migração nordestina? E essa confrontação está equivocada política e economicamente.

Vemos, então, o atraso nos padrões políticos. Quando falo nos padrões políticos do ponto de vista teórico, temos que reconhecer que a região pobre estimula o clientelismo. Felizmente há brotos, há florações políticas no Nordeste muito importantes. Precisamos identificar isso, que é uma renovação notável no Nordeste, com uma rapidez que não é dada a todas as regiões. Quero dizer em relação ao Nordeste o que Roberto Michellis disse em relação às aristocracias: "A História é um cemitério de aristocracias." Quer dizer, o Nordeste será um cemitério de oligarquias. (Palmas)

Finalmente, a alteração dos instrumentos de fomento. Essa questão, no meu entender, é verdadeira. Essa necessidade é fundamental para que a eficiência social do sistema possa ser atingida com a alteração dos instrumentos de fomento.

Caro Senador Beni Veras, eram essas as minhas alinhavadas contribuições ao seu grande relatório.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra ao Sr. Governador do Ceará, Dr. Ciro Gomes.

O SR. GOVERNADOR DO CEARÁ (Ciro Gomes) - Sr. Presidente, Senador Beni Veras; caro Ministro e Deputado Gustavo Krause; caro Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco; caro Dr. Cássio Cunha Lima, Superintendente da SUDENE; Dr. Nilson Holanda, Diretor Presidente do IPEA; caro Dr. Emerson Kapaz; Srs. Parlamentares aqui presentes; Srs. técnicos, servidores da SUDENE; pessoas que se interessam por este assunto; meus amigos;

Avaliem se não fossem alinhavadas as palavras do Deputado Gustavo Krause, quão maravilhados não estaríamos, mais do que estamos, e quão dispensado eu já não estaria de dar, eu sim, a minha contribuição desarrazoada. Se não vale pela originalidade, vale pela renitência no repetir alguns argumentos e afinidades, porque talvez seja esse mesmo o sentido dessa discussão absolutamente aberta, franca, entre camaradas, concidadãos, preocupados com uma questão absolutamente grave e, como é natural nessas discussões, pontuada aqui e ali pela emoção. Todos portamos no peito um coração apaixonado, um coração zangado, um coração machucado por muitas mazelas que nos ofendem a consciência - para alguns cristã, para outros meramente humanista. Todavia, em um plano e em outro, isso é fundamental.

Antes de refletir alto sobre minhas inquietações e sobre algumas questões que tenho procurado postular como quem faz disso uma vocação de vida, gostaria de fazer uma proclamação que é fruto do que tenho acompanhado. Vejo, desde o seu nascedouro, esta Comissão Mista do Congresso Nacional debruçar-se sobre esse problema. Posso dizer, não só em face do que já testemunhei, mas também em face do estágio em que se encontram os trabalhos desta Comissão, que, sem dúvida, esse é o esforço mais consistente, mais notável, mais denso, mais plural, mais aberto, mais avançado, de que tomei conhecimento, para debater o desequilíbrio do desenvolvimento brasileiro sob o ponto de vista regional. Isso justifica essa discussão que ora ocorre.

O segundo ponto, para mim, é fundamental porque, preliminarmente, permeou todos os depoimentos. Temos obrigação, particularmente alguns de nós, de fazer convergir, de forma aberta, todas as opiniões, todas as idéias, todos os valores. Em

face do relevo da responsabilidade pública que conjunturalmente cada um de nós tem, gostaria de dizer que não vejo como inimigo nenhuma pessoa que sustente sobre essa questão grave, delicada, sensível e complexa, opiniões diferentes da minha. Ao contrário, abro meus olhos e aguçei meus ouvidos, com a maior atenção, para ouvir, com a maior sensibilidade, todas as opiniões. Se, com respeito mútuo, analisarmos as melhores idéias, os maiores talentos, as maiores emoções - é nas emoções que testamos o nível de envolvimento real das pessoas com os problemas -, e considerarmos todas as contribuições relevantes, chegaremos a um consenso, a uma convergência, a uma sinergia de valores e, finalmente, poremos mãos à obra para resolver a questão.

Como tenho o adestramento do raciocínio estratégico, gostaria de pontuar metodologicamente esse depoimento, formulando algumas indagações: Onde estamos? Sobre que objeto estamos debruçados? Para onde queremos ir? Que objetivos nos orientam para sairmos dessa dimensão assemelhada ao caos, em que muitas vezes nos encontramos e discutir com coragem, com franqueza, os caminhos onde estamos e os pontos aonde pretendemos chegar?

Sei que é fácil consertar, metodologicamente, mas é aí que reside, fundamentalmente, a questão que nos obriga, de forma intensa, a um processo fraterno de discussão até convergirmos para o consenso desejado, sem o que seremos um grupo de forças, um conjunto de vetores, cuja resultante será nula e, portanto, sancionará, por mais que não o desejemos, o *status quo*.

Permito-me pedir desculpas, porque quero apenas repetir truísmos, verdades absolutamente conhecidas, eloquentes, que, creio, valem ser repetidas pelo reforçamento da convicção disso. Estamos numa região que concentra um terço da população brasileira em números redondos.

Essa é uma questão concreta - parece um truísmo - que não está, sequer, no nível de verdade mínima contemplada no planejamento estratégico do Brasil. Em nossa região está um terço da população brasileira. Quarenta e dois habitantes por quilômetro quadrado é a nossa densidade demográfica. Portanto, precisamos ver claramente que essa é uma questão popular, não é uma questão dos políticos nordestinos, e como tal deve ser considerada em todos os foros, em todos os planos, em todos os momentos, por todos os brasileiros honestos.

É ótimo esse conceito de taxa de picaretagem *per capita*. Vou incorporá-lo para reforço do argumento.

Que população é essa? É uma população que tem uma expectativa de vida cerca de quinze anos menor do que a expectativa de vida do brasileiro médio, que já tem, pelas estatísticas falaciosas, um impacto, fazendo com que esse número seja ainda menor. É um povo que ganha, como renda *per capita*, um terço do que ganha o centro dinâmico da economia brasileira e a metade, em números redondos - não sou muito dado à especialidade de estatística, mas o que importa é extrair desses números as conclusões corretas -, do que ganha o brasileiro médio.

Trata-se de uma região onde 65 crianças, de cada mil que nascem, morrem antes de completar o primeiro ano de vida. É uma região que tem a metade mais 2% de todos os analfabetos do Brasil. Quer dizer, de cada dez nordestinos, quatro vão chegar às vizinhanças do século XXI, trinta e tantos anos depois que o homem pisou na lua, sem conseguir ler o manual prescritivo de manipulação de uma máquina, sem conseguir ler a bula de um remédio, sem poder informar-se politicamente, sempre vítima potencial da manipulação política mais odiosa, mais perversa, mais mistificadora, do que aliás não temos o monopólio, pois todo o povo brasileiro é, de alguma forma, vítima desse processo.

Talvez devesse encerrar aqui uma descrição que só tem a intenção de repetir e pontuar metodologicamente isso. Se assim é, se temos um terço da população e se a população tem esse perfil sócio-econômico em questões fundamentais de educação básica, de saúde básica, de renda *per capita*, enfim, para ficar nesses graves indicadores de mortalidade infantil, certamente poderíamos estabelecer um consenso imediato. Parece óbvio, mas infelizmente não o é. Mesmo entre nós esse consenso não orienta a conduta moral, a atitude prática de todos nós, pelo corte violento, extremo, de classe que vivemos, sob o ponto de vista de distribuição de renda no espaço intra-regional.

Entretanto, entre nós deveria ser estabelecido um consenso. Como está, não é possível! Como está, não aceitamos! Não toleramos conviver com essa realidade com ouvidos moucos e de braços cruzados ou de boca aberta, apenas para financiar o nosso remorso, fazendo a denúncia moral tonitruante, como se cada um de nós não tivesse alguma coisa a ver diretamente com essa realidade.

Se conseguíssemos, logo na convergência, concordar neste ponto - como está, não é possível ficar - não quer dizer que vamos negar tudo o que existe hoje - eu me refiro às instituições, às pessoas, aos processos, aos mecanismos, aos valores - e colocar algo novo no lugar. Falo do resultado. Como resultante do processo, como está, não é possível ficar. Quem for sadio civicamente, quem for cristão, quem for, o mínimo, respeitoso aos foros de dignidade humana, precisa concordar que, como está, não é possível ficar.

Isso nos remete à tarefa de dizer para onde queremos ir. Essa questão também parece simples, mas não o é, porque a convergência real, pragmática, utilitária, para usar o mesmo encadeamento de valores que ouvi do Presidente da Federação das Indústrias, é a consequência no gesto concreto, rotineiro, desse consenso. Para onde queremos ir? O que desejamos ser?

Aí, certamente, as questões começam a ficar complexas. Se ficarmos no emblema de dizer que queremos ser uma região desenvolvida, teremos anunciado uma palavra, teremos anunciado uma retórica balofa e não teremos dito rigorosamente nada. Precisamos ser seletivos.

Essa é uma imposição da nossa miséria, da miséria do Brasil, da precariedade da nossa poupança, do desarranjo central da nossa economia, da inexistência, para o povo, de uma moeda. Como se considera uma moeda? O povo brasileiro não tem uma moeda. O padrão de trocas no Brasil não existe. Chegamos à suprema heterodoxia de construir uma moeda para o povo trabalhador, para o povo pobre, que é o conhecido cruzeiro, e dar a todos quantos consigam um mínimo de poupança financeira outra moeda. Nesse caso, quebramos uma lógica universal - já quebramos várias - que está em todos os manuais. Para que houvesse um sistema de troca, um sistema de referência, o Brasil precisaria ter apenas uma moeda.

Sabe-se que os que têm poupança financeira gozam de moedas protegidas do processo inflacionário - CDB, LFT ou BBC. O Deputado Gustavo Krause deve conhecê-las melhor do que eu, em razão da sua passagem pelo Tesouro.

Precisamos ser seletivos. Não podemos viver da utopia do desenvolvimento integrado, do mundo sadio, educado, de pleno emprego, não pela lógica da produção primária cujo valor agregado é muito menor do que os valores agregados que a economia pós-moderna oferece. Refiro-me à economia de serviços, à economia industrial, aos setores sofisticados como a telemática, a cibernética, a robótica. Há, no mundo de hoje, alternativas sobre as quais podemos pensar, simplesmente rompendo o preconceito do apequenamento das nossas expectativas, do amesquinhação das nossas atitudes diante do futuro, do discurso do pedinte chorão que acha que a denúncia de uma grande e doída miséria vai comover vetores reais de poder no plano da política, das finanças e de movimento de capital.

Ora, não temos mais o monopólio da pobreza. Ser um miserável na periferia do Rio de Janeiro dói mais do que ver um miserável no sertão do Nordeste. Ver um miserável na periferia de São Paulo dói mais do que ver um miserável na periferia de Sobral, de Campina Grande ou de Mossoró. Portanto, esse argumento não nos fará colocar diante da questão da desigualdade perversa o estágio de desenvolvimento econômico.

A nossa região experimenta vis-a-vis o estágio de desenvolvimento que outros centros dinâmicos da economia brasileira experimentam, mesmo depois de dez anos de crônica estagnação econômica, de superinflação, que avilta, que infirma a vida de todos, com exceção dos que se prepararam para ganhar dinheiro com a inflação e serem sócios dela. A estes não interessa que o processo inflacionário seja debelado.

Qual é a lógica, então, de abandonar o ideal de uma região sadia, educada, desenvolvida, de pleno emprego? A lógica é sabermos como se orientam os fluxos de desenvolvimento econômico, apropriando experiências brasileiras, copiando modelos estrangeiros do passado ou contemporâneos.

Reconheço que tenho repetido essas teses. Ainda há poucos dias, o nosso estimado Senador Alexandre Costa acusou-me de ter um discurso acadêmico. Creio que, nesse caso, S.Ex.^a foi gentil, porque não se deprecia um discurso acadêmico. No entanto, esses valores não são acadêmicos; são muito práticos, orientam ações muito concretas num pequeno espaço da região nordestina, com resultados extraordinários que podem ser apurados e que se devem ao esforço coletivo de uma população que encontrou um norte, fixando alguns valores fundamentais, sobre os quais deveríamos especular.

O desenvolvimento será sempre consequência. Temos de tomar muito cuidado, hoje, com os brasileiros, porque, cansados da recessão, cansados da estagnação econômica, são vítimas de uma nova urdidura: a elite política brasileira. Quero excepcionalizar os grandes valores morais, intelectuais e de seriedade que há no espaço político brasileiro. No entanto, sempre que há um problema, mistifica-se a população brasileira com uma nova utopia. Atualmente, a utopia é a retomada do desenvolvimento e fim das taxas de juros. Como se isso não fosse mais um truismo, eu queria saber quem não é a favor da retomada do desenvolvimento?

Como todos sabem, nunca fui simpatizante do Presidente Collor, mas ousaria falar, sem medo de estar cometendo nenhuma imprudência, que ele não teve diante de si um copo de desenvolvimento e outro de recessão, para, perversamente, maltratando aposentados, servidores públicos e empresários, servir-se do copo de recessão. Não creio que isso tenha acontecido. Desenvolvimento é consequência de um silogismo, e, se me permitem repetir, é mais uma verdade muito simples, uma verdade absoluta, nada tem de original.

Só existirá desenvolvimento se houver investimento; só existirá investimento se houver poupança. Quem falar em desenvolvimento deve falar imediatamente, por questão ética, em poupança. Olhemos a poupança pública brasileira e veremos que é negativa há onze anos, desde quando quebramos o nosso crédito internacional e expusemos uma matriz fiscal deficitária. De lá para cá, não conseguimos esconjur esse problema. Chegamos até a sofisticar: colocamos o povo para repetir que, no Brasil, há imposto demais.

Reconheço que há muitas taxas, grande equívoco do sistema tributário brasileiro, mas, sob o ponto de vista do resultado, o Brasil tem hoje a menor receita pública de toda a sua História. A participação relativa da receita pública do Brasil é de 22,6% do PIB; na década de 60, foi de 30%.

Na América do Norte, onde o Estado é irrelevante para a vida do povo, não se conhece miséria como se conhece aqui. O Estado tem 30% do PIB, da receita pública. As providências primeiras do Presidente Clinton referem-se à incrementação da receita para um índice de 31, 32% do PIB.

Na Europa, essa receita situa-se em torno de 40%, sendo que na Suécia é de 53%. No Japão, é 34%. Em nosso País está em torno de 22,6%.

Temos proclamado o direito universal à educação, o direito universal à saúde, o direito universal ao meio ambiente sadio, que implica saneamento básico e outras inversões importantes do setor público.

A nossa cultura exige uma infra-estrutura capaz de garantir produção industrial. O perfil de consumo desejado impõe-nos sofisticados e onerosíssimos investimentos na área de infra-estrutura energética, de transporte, de telecomunicações. Há um grave estoque de problemas que a decomposição generalizada da nossa infra-estrutura ocasionou. Na área da educação, destruíram as nossas universidades, eliminaram os melhores espaços da inteligência brasileira na questão da ciência e da tecnologia; sucateou-se o ensino público como nenhum criminoso perverso ousaria fazer por deliberação própria.

A rede pública de saúde é um insulto. Quebrará ruídosamente se não tomarmos providências urgentes - o orçamento nominal deste ano só será suficiente até junho. Sabe-se que esses procedimentos não são pagos senão com três ou quatro meses de atraso e quase sempre com preços absolutamente irrisórios que estimulam e aceitam a ladrocinagem, a safadeza, a química daqueles que ainda querem se adaptar fazendo consignador de barriga por apendicite e vendo se salva os hospitais do País. Enfim, todos somos brasileiros e sabemos que em qualquer plano estamos vivendo isso. Fundo de Desenvolvimento, portanto, é poupança.

Primeiro fundamento do desenvolvimento: poupança. Como vai a poupança privada? Sobre a pública já fiz aqui uma breve, mais do que longa descrição.

A poupança privada no Brasil está extraordinariamente comprimida por 10 anos de paralisia econômica; uma parte dela, por desconfiança, posta no estrangeiro; e volumosíssima quantia - espero que não se invente, não tenho vocação para delegado de polícia, mas para conhecer a realidade -, bilhões de dólares de brasileiros, postos no estrangeiro por desconfiança da economia nacional.

O mercado imobiliário de Miami tem hoje como principal fluxo de financiamento poupança privada brasileira. Aí está uma prova para delegado de polícia pesquisar as raízes desse processo. A outra parte, aquela que não migrou para o estrangeiro, está aqui toda ela financiando um único credor, que não quebra, que não fecha e que, como precisa desesperadamente honrar esse serviço para poder tomar mais, precisa pagar juros exorbitantes; impõe-se o pagamento de juros exorbitantes, não é deliberação política. É pior: obriga-se a encurtar os prazos desses papéis a ponto de na Itália a dívida mobiliária ser 100% do PIB e girar em 40 anos. No Brasil essa dívida não ser mais do que 28, 29, 30% do PIB, mas gira em 54 dias. E para girar, paga juros elevadíssimos.

No primeiro minuto em que o Brasil administrar juros negativos, teremos um colapso do financiamento da dívida mobiliária e como seqüela imediata uma esterilização de parte imponderável das nossas reservas cambiais, que são reservas especulativas e estão aqui porque o capital americano, japonês, alemão etc, encontram nesses juros, muito acima do juro internacional, um bom ambiente. E sabemos que assim se movimentam os capitais: não têm coração, não têm outra razão senão buscar aqueles ambientes em que se proliferam com maior fecundidade. É isso que está acontecendo no Brasil.

Pensando assim no Brasil, situemos a questão do Nordeste, sendo que aqui para nós a questão é um pouco mais sofisticada. A velha matriz de que desenvolvimento se constrói com mão-de-obra, matérias-primas e capital, hoje se sofisticou de forma absolutamente complexa. E concluímos que, ou nos apropriamos desses valores, ou simplesmente ficaremos discutindo o sexo dos anjos ou assistindo aquilo que é fruto da valentia, da coragem, do arrojo de muitos, da esperteza de outros.

O Nordeste está crescendo a taxas interessantes, mesmo na recessão. Pode-se fazer uma estatística otimista de dizer quantos por cento do ICMS recolhidos hoje geram de projetos financiados pela SUDENE. Assim, vamos estar nos enganando a nós próprios e pronto. As coisas, por gravidade, vão acabar acontecendo. Em 10, 20, 50, 100 anos, juro que o Nordeste vai ser uma Região desenvolvida. Não tenho a menor dúvida disso, porque as pessoas aqui gostam de trabalhar, têm arrojo, talento, coragem, valor, competência e vão fazendo. Só que pensamos aqui que poderíamos abreviar esse tempo. Para isso temos que introduzir necessariamente alguns conceitos.

No plano do capital: definir claramente que o nosso universo deve ponderar com muita clareza a nossa ânsia de desenvolvimento. O nível de desenvolvimento que queremos ver acontecer no Nordeste vis-à-vis a realidade brasileira em todos os seus traços: a política, a cultura e todas as questões que envolvem a resultante do processo do Brasil, não tenho nenhuma expectativa de que o Poder Público, sozinho, seja capaz de honrar. Isso nos remete a um outro valor: a questão de assentar de forma planejada, não dirigista, que o quinhão do nosso modelo de desenvolvimento, do nosso projeto, da nossa idéia de desenvolvimento é tarefa da poupança privada.

Antes de viajar para cá, em Fortaleza, chequei este dado: hoje, no mercado financeiro de Fortaleza, giram 2 trilhões e 200 bilhões de cruzeiros de poupança financeira de cearenses.

Creio que essa é a realidade das grandes capitais e, na sua proporção, é a realidade de todo o Nordeste. Se convergissemos essa poupança financeira para um esforço associativo de capitalização de empreendimentos muito bem pensados, daria para fazer uma coisa muito boa também nessa área. Só que necessitaríamos, mais uma vez, fazer desta uma questão nacional, porque com especulação, com juro alto, etc, ninguém vai ter intenção nenhuma, como é certo, de investir para não ter mercado, para ter problemas ou para fazer caridade. Não vai acontecer.

Segundo: em relação à poupança pública, acho que - perdoem-me, tenho muito medo de ser mal-interpretado - o dinheiro público que vem para o Nordeste é perverso, desigual e muito menos do que temos direito. É da responsabilidade das elites políticas realmente mobilizarem-se, arrastarem para cá o que está no Orçamento Nominal da União, que é uma peça de ficção que só lê quem não tem o que fazer. O Orçamento da União é uma ficção, uma bobagem que só temos quando não temos o que fazer. Quando estamos com insônia à noite, pegamos o Orçamento e vemos as pessoas brincando de Deus, inventando estrada ligando nada a coisa nenhuma, etc. E aí, na brincadeira de execução, sobram 4% de todo o fluxo do Tesouro Nacional, de todas as responsabilidades. Não me dou a essa perda de tempo. Por isso mesmo, não vou a nenhum ministério em Brasília, pois não acredito nisso.

Dito isso, e para partirmos dialeticamente de onde estamos para onde queremos chegar, vemos claramente que o Nordeste, hoje, tem 800 milhões de dólares no plano de fomento às atividades produtivas - logo mais, quero falar novamente nas políticas públicas -, numa hora de poupança negativa, de desinvestimento no País, sendo que: 300 milhões de dólares são do FINOR e 500 milhões de dólares do FNE. Certamente, eles têm mil méritos. Volto a dizer, com todos os cuidados e delicadeza que isso às vezes importa, que eles têm mil méritos. Não se poderá desmerecer nunca esses instrumentos. Mas têm deméritos também, não adianta mentir. Os processos são absolutamente vulneráveis, até sob o ponto de vista moral. Sei que às vezes firo susceptibilidades, mas, se queremos consertar isso como irmãos, a minha sensação é de que os instrumentos, os processos deles são vulneráveis sob mil argumentos, inclusive sob o ponto de vista moral, o que nos fragiliza. As pessoas sérias do Nordeste sentem vergonha de defender, de peito aberto, sem estabelecer umas condicionantes antes, esses instrumentos. Essa é a realidade.

Mas 800 milhões de dólares, postos num Plano Plurianual - trouxe os papéis aqui para isso, porque essa é a matriz de planejamento que praticamos junto com os cearenses -, que tem o universo estratégico de cinco anos - que é em cima do qual trabalhamos - e que tem a sofisticação de regionalizar cada uma das intervenções setoriais fisiograficamente, de maneira a ter uma matriz de acompanhamento, de estabelecer metas e objetivos, o que desejamos, de acordo com o que estamos fazendo (supervisão, controle e apuração de resultados) dá 4 bilhões de dólares em cinco anos. Mas não precisamos ter tanta pressa; podemos fazer isso em dez anos. Isso dá 8 bilhões de dólares. Foram 9 bilhões de dólares nos últimos 30 anos - foi essa a informação que tive.

Teremos, nesses próximos dez anos, conservando as coisas - mas não devemos só conservar, precisamos buscar muito mais -, 8 bilhões de dólares. É uma quantia muito pequena frente aos nossos direitos, aos direitos que nosso povo tem, sem dúvida; mas é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo. Perdoem-me - quero repetir isso - é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo!

Esses 8 bilhões de dólares, postos num universo estratégico de dez anos, para financiar um modelo de desenvolvimento que seja obediente às evidências dos modelos de desenvolvimento exitosos, que hoje se têm no mundo, muda estruturalmente as condições no Nordeste.

Sair do varejo, do espontaneísmo individual das forças de mercado, respeitando, tendo como parceiro, mas assumindo um papel indeclinável em universo de miséria aguda como este nosso, um papel de Estado absolutamente despido de qualquer preconceito ou religião. Não tenho o menor apreço por aquelas idéias de que o Estado deveria ser o monopolizador dos fatores de produção. Considero, hoje, uma discussão desagradável pela eloquência da negação dessa visão. Aprecio, nessas pessoas, a indignação moral contra a miséria. Eu também insisto em enfrentar com muita acidez esse discurso pernóstico, "modernoso", mistificador que ganhou a mídia brasileira a partir do recente Governo Federal do ex-Presidente Fernando Collor, que é a proclamação das virtudes do neoliberalismo. Esse "tatcherismo" mofado, mal transplantado, já revelou a sua ineficiência, sem se falar nas suas perversões no plano dos valores na própria América do Norte, na Inglaterra e em todos os lugares do mundo.

Portanto, não estamos mais obrigados, esta é a maravilha da nossa geração, a preconceitos; podemos construir um modelo de Estado que seja Estado necessário. Se este não tem papel para cumprir no Sudeste brasileiro, porque a indústria siderúrgica já está com as suas bases assentadas, o aparato de energia já está com as suas bases fundamentais assentadas, as universidades já estão sofisticadamente apropriando os avanços científicos e tecnológicos e adaptando ao fluxo produtivo, muito bem; privatização, sai do meio o Estado porque vira um estorvo. Quase sempre, na cultura

política brasileira, o Estado traz o populismo, a demagogia, a corrupção, a ineficiência. Mas, num universo de 30 milhões de miseráveis, 40% de analfabetos, pobreza, aridez de infra-estrutura terrível, é criminoso se falar em neoliberalismo, que o papel do Estado moderno não é investir na economia. Olha que bobagem suntuosa, mas essa é hoje a dominante.

Vá conversar no BNDES, que é o que deveria ser (esse "N" aí é nacional), pasmem, não aplica uma pataca no Nordeste. Fala-se de distorção do FINOR. Agora, vou dizer a canalhice que se fez no BNDES, dá de dez a zero na canalhice que se fez no FINOR também. E não aplica hoje, até por uma coisa engraçada - e os Senadores precisam ter bem consciente isto: Um belo dia, deu-se uma crise no financiamento de Itaipu, que, como todos sabem - já disse isso - fica na fronteira do Piauí com o Maranhão, a Itaipu binacional. Levantou-se um dinheiro no Banco do Nordeste para financiar a crise de financiamento de Itaipu, via FINAME; Itaipu não pagou o Banco do Nordeste, que, hoje, está proibido de operar com o FINAME, que é o insumo fundamental no plano do financiamento industrial, porque está inadimplente com o BNDES, em função da inadimplência de Itaipu com o Banco do Nordeste.

Dizem que gosto, e vou repetir: tenha paciência. E o Tesouro vai ter que pagar - evidentemente, é sempre ele que tem que pagar; toda conta é do Tesouro, porque parece que é uma coisa sem dono em nosso País.

Falar nisso, então, é absolutamente necessário. O que quero dizer? É preciso planejamento. Uma das características da destruição do Estado brasileiro - consequência sentida no desestímulo dos servidores públicos, no aviltamento dos salários, na eliminação do mérito como fator de promoção profissional - tem como símbolo mais eloquente a perda total da função de planejamento no nosso País.

Hoje, no mundo, não é dirigismo, não é estatismo; no mundo inteiro, ninguém faz nada com a sofisticação da globalização dos mercados, com a sofisticação instantânea das relações econômico-financeiras no mundo; ninguém mais hoje enfrenta a sua realidade econômica, senão com forte planejamento capaz de um plano de orientar horizontes, de outro plano de dimensionar corretamente seus recursos e, noutro plano, de avaliar no processo o desenvolver das ações pretendidas.

O Brasil, hoje, é como a figura do cowboy cego, atirando a esmo - diz-se "cego em tiroteio" - e recebendo bala de todo lado, porque não tem a menor sinergia, não sabe com que recursos conta. Quantas vezes assistimos a expressão vulgar disso no anunciado grandiloquente de grandes obras, grandes investimentos, dinheiro para o combate ao cólera. Os funcionários da SUDENE devem ter-me visto assinar, pelo menos, uns vinte convênios, dinheiro que nem cabe nos cofres do Senado, e até hoje não chegou um tostão. É isso que ocorre: o PAP vai e volta, um tal de PIN-PROTERRA, é uma conversa fiada monstruosa, e, no fim, o PIN-PROTERRA vira Cr\$ 500 mil, chega lá sem atualização alguma. Isso é a defesa da política e, algumas vezes, não se deve deixar de notar a boa intenção das pessoas; não é que seja desonesta, mas quase sempre o é. Esta é a realidade.

Então, fundamentalmente, deveríamos ter resgatado ao nível central do Brasil, e aí temos que estar junto desse processo de planejamento. Este poderia ter um universo estratégico. O que já tem para fazer? US\$ 8 bilhões em dez anos. Como vamos fazer? Em que direção vamos atirar? Todos os projetos macroestruturantes pensados, no Estado do Ceará, importam em US\$ 1 bilhão e 200 milhões, e o Ceará dá um salto violento nas suas potencialidades econômicas, se estes US\$ 1 bilhão e 200 milhões forem assentados ali.

| |

Pernambuco, você sabe o que deseja. É melhor financiar bodega em Sobral, no interior do Ceará, cem bodegas, ou mil bodegas - estou fazendo uma caricatura sem querer depreciar - no Nordeste, do que concluir o complexo industrial portuário de Suape, que é imperativo para o Brasil; é imperativo para o Nordeste pensar nesse salto de desenvolvimento. Voto no complexo industrial portuário de Suape sem medo de estar errando, sem estar cometendo nenhuma perversão social, sem nenhum medo de enfrentar a discussão de que estamos concentrando rendas em projetos macroestruturantes. Na verdade, estamos abrindo o caminho para a geração de um salto de desenvolvimento em bases sustentadas que precisamos ou, então, vamos ficar fazendo o que estamos fazendo todos os dias.

Segundo, é preciso incorporar esses valores todos que já foram perpassados aqui, precisamos ganhar a visão clara de que mão-de-obra barata, hoje, não interessa. O que interessa é mão-de-obra qualificada, recursos humanos absolutamente qualificados e bem treinados e, neste sentido, a questão da ciência e tecnologia, para nós, começa com o bê-a-bá, e, aí, são políticas públicas que têm que ter um nexo de coerência, têm que ter uma articulação regional e nacional, mas essa é mais uma tarefa nossa, para erradicarmos o analfabetismo do Nordeste num espaço de tempo que os técnicos serão capazes de dimensionar, fixando objetivamente metas, recursos, quantificando estratégias etc.

No plano da saúde, também, que faz parte da qualificação de recursos humanos, como exigir produtividade de um homem que tem uma taxa de nutrição absolutamente insultuosa aos foros de civilização que desejamos. Não é possível ter que garantir esses insumos básicos de educação, de saúde, de infra-estrutura, de saneamento, incorporando o valor do recurso humano, apostar nas pessoas. Eu mesmo, depois de discutir, entre financiar empresa e estimular um agressivo processo de mudança nas

condições estruturais do viver da população no plano de morar, de saneamento básico, da educação e da saúde, votaria pela segunda opção. Mas ela não precisa ser excludente, temos os orçamentos dos Municípios, dos Estados, da União, diretamente, que poderão ser interligados em programas estruturais objetivos, sérios, seletivos, para não termos a ilusão de que dá para fazer tudo ao mesmo tempo e que não é possível fazer.

Enfim, temos uma faca de dois gumes que o tempo nos dá: a questão do universo global em que hoje se organizam as forças econômicas. Isso é uma faca de dois gumes que tem extraordinários potenciais e vetores positivos. Qualquer planejamento econômico no Nordeste pode perfeitamente olhar para o mundo como o seu mercado. Pode tranquilamente, pois temos, como já foi referido, a questão da fruticultura. Podemos chegar no inverno europeu com frutas tropicais de primeira qualidade, colhidas no campo, quarenta e oito horas atrás, porque estamos praticamente a seis horas de avião de distância do continente europeu a partir da costa do Nordeste.

Podemos avançar em outras questões, como os minerais não-metálicos, que também possuem hoje um mercado fantástico no mundo. O Japão, por exemplo, impôs uma legislação que obriga o revestimento liso de todos os prédios, que não podem ser mais porosos, como o concreto aparente. O granito e o calcário, que são tidos como praga no subsolo do Nordeste, podem ser riquezas extraordinárias. E quero pontuar os caminhos pelos quais estamos caminhando e vendo que são verdadeiros. Há vinte e quatro meses atrás não havia nenhuma fábrica de granito no Estado do Ceará e hoje há quatorze fábricas exportando granito, ganhando "rios" de dinheiro e sofisticando os empregos industriais que precisamos para a nossa população. Quem produz acerola no Ceará, hoje, vende um quilo por um dólar. Tudo quanto produz antecipadamente é vendido para o Japão e há uma disputa por mais produção. Assim é a realidade do Vale do Rio São Francisco; assim, enfim, a realidade dos centros de excelência que vão surgindo. Só para provar, dialeticamente, que esse caminho tem absoluto jeito.

Agora, isso também não pode ser feito de forma ingênua pensando que a globalização da economia é o caminho. Esse é o lado positivo. Temos uma fronteira na indústria de calçados. Esta migrou, ao longo de toda a história, para as regiões de adiestramento de mão-de-obra menos qualificada e mais barata. Migrou o tempo todo. Já saiu de Taiwan, está na China; saiu dos Estados Unidos e foi para Taiwan. Agora, as condições objetivas nos dão um horizonte estratégico fantástico: produzir sapatos é tecnologia de nada. Estamos testando isso e está funcionando também de forma absolutamente clara. São nichos de mercado por onde vamos tatear, sem esquecer que poderíamos ter uma indústria de informática, onde a questão do momento-transporte é nula. Pelo excesso de valor agregado, produzir softwares no Nordeste é absolutamente factível, lembrando sempre que estamos a onze dias de navio do mercado norte-americano, duas semanas a menos do que as Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Mas há o outro lado da questão: isso também tem que ser planejado. Em alguns setores, suportamos entrar na competição internacional, instantaneamente; em outros, não podemos fazer senão com uma política industrial de comércio exterior rebatida, se a política nacional também não tem uma visão regional nordestina. Não podemos fazer tendo como exemplo o Pólo Petroquímico da Bahia sofrendo um drama terrível, sofrendo mesmo um risco de destruição pela precoce exposição aos padrões internacionais de produtividade e de qualidade, que nós aqui não temos.

Peço perdão, meu caro Senador e Dirigentes da Mesa, porque, também com emoção, sempre me apaixono ao dar esses depoimentos. Mas creio que o mérito de quanto ouvi aqui justifica um pedido de desculpas pelo excesso de tempo que ocupei de todos. Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - A riqueza da contribuição de V. Ex^a justifica o alongamento de seu depoimento que foi muito bom.

Passo a palavra ao palestrante seguinte, Dr. Nilson Holanda, Presidente do IPEA, que, neste momento, representa a Ministra do Planejamento, Dr^a Yeda Crusius.

O SR. NILSON HOLANDA - Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, Exm^o Sr. Governador do Estado do Ceará, Exm^o Sr. Superintendente da SUDENE, demais membros da Mesa, Srs e Srs.:

Tenho aqui honroso, mas difícil, encargo de representar a Exm^a Sr^a Ministra-Chefe da Secretaria de Planejamento, que, até a última hora, pretendia participar desta reunião, mas foi obrigada a permanecer em Brasília.

Como fui designado de última hora, peço desculpas por não ter podido preparar uma exposição como estava prevista no programa.

Vou me permitir apenas fazer alguns comentários e algumas reflexões que, acredito, representam não apenas opiniões pessoais, mas refletem, também, o pensamento da Sr^a Ministra, a política da SEPLAN.

Temos assistido a uma discussão bastante ampla a respeito dos problemas de inflação no Brasil e sobre o programa de ajustamento do Governo Federal.

Isso tem obscurecido o fato de que, logo no início do Governo, foi preparado, ao lado de um programa de ajustamento de curto prazo, inicialmente sob a coordenação do Ministro Gustavo Krause, um programa de diretrizes de longo prazo, sob a coordenação do Ministro Paulo Haddad. Esse programa de longo prazo continua perfeitamente válido e oficial, a despeito da mudança do Ministro da Planejamento.

Nesse programa, que é um documento de natureza estratégica, estão traçadas algumas linhas gerais que definem a política regional do atual Governo. Vou me permitir ler alguns trechos desse documento, onde se diz o seguinte:

"A estabilização da economia e a retomada do crescimento constituem pré-requisitos para que os desequilíbrios se atenuem mais rapidamente.

Os anos 70 demonstraram que o crescimento econômico acelerado não induz, necessariamente, à redução das desigualdades regionais. Embora se tenha observado um impacto positivo da crescente integração inter-regional pela projeção do dinamismo do principal centro produtivo do País, o Sudeste, sobre as regiões periféricas, notadamente, o Centro-Oeste, foi a ação do Governo que garantiu um favorável desempenho econômico das regiões mais pobres.

Já a década de 80 revelou que, quando o pólo central da economia brasileira enfrenta uma recessão, ainda pode haver uma redução de desigualdades, mas à custa do crescimento em todo o País, e o que é mais grave, da ampliação da pobreza.

É necessário, portanto, induzir maior inserção das regiões periféricas no processo global de desenvolvimento nacional, reforçando os mecanismos de transição inter-regional existentes."

Essas afirmações, de certa forma, constituem uma declaração da filosofia do Governo no sentido de que a correção das desigualdades regionais deve constituir uma prioridade básica no seu programa de trabalho.

E mais ainda, para alcançar essa redução de desigualdades não podemos confiar simplesmente nos mecanismos de mercado. Embora, em determinadas circunstâncias, como foi mencionado, no caso do Centro-Oeste, haja um impacto positivo nas regiões periféricas no crescimento das regiões desenvolvidas, naquelas regiões mais afastadas, particularmente, Nordeste e Amazônia, foi a ação do Estado e deverá ser esta que assegurará a tão desejada redução de desigualdades.

Com relação ao Nordeste, observ-se o seguinte: no Nordeste e na Amazônia ainda será preciso criar fontes autônomas de crescimento, seja pela ação direta do Estado, seja pelo estímulo aos investimentos privados.

No caso do Nordeste, esse tratamento prioritário justifica-se pela grande disparidade de desenvolvimento ainda existente entre a Região e o País. A estratégia para essa Região envolve três dimensões intimamente ligadas: o reforço e a integração de sua base econômica; o combate à pobreza e a revisão da gestão da política regional.

Assim, observa-se que o objetivo final será alcançar maior agilidade e eficiência na administração dos recursos direcionados para a Região, inclusive pela implantação das sugestões contidas no relatório preliminar da Comissão Especial do Congresso Nacional Sobre o Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro.

Isso significa, então, que esse trabalho extremamente importante realizado pela Comissão Especial, de que é Relator o Senador Beni Veras, já foi considerado como um dos elementos básicos para a reformulação e o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento regional do País.

E eu me permitiria mencionar alguns pontos do relatório-síntese dessa Comissão que considero importantes. Creio que um primeiro ponto a ressaltar é aquele em que se reconhece que a questão regional não deve ser tratada de forma isolada, mas como parte integrante da estratégia do desenvolvimento nacional, e aquela em que se procura mudar a postura reivindicante por uma política de identificação do potencial da Região, ou seja, o desenvolvimento regional é parte do desenvolvimento nacional. E, ainda, a programação e a política de desenvolvimento nacional devem incorporar uma dimensão regional como parte integrante de sua formulação.

Dentre as propostas apresentadas pela Comissão, ressaltaria algumas que apresentam coincidências com o plano de trabalho da SEPLAN. A primeira delas eu diria que já foi concretizada com a própria recriação da SEPLAN. Na desastrosa reforma administrativa do Governo passado, foi feita a fusão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Nessa fusão, naturalmente, ocorreu aquilo que sempre se suspeitou ocorreria, ou seja, a função "planejamento" simplesmente desapareceu. No momento em que fundimos, num País como o nosso, com a dimensão e a complexidade de problemas do Brasil, os problemas de curto prazo com os de longo prazo, naturalmente, a prevalência do urgente vai eliminar toda e qualquer possibilidade de planejamento a longo prazo. Essa fusão resultou, assim, no coroamento de todo um processo de enfraquecimento do sistema de planejamento nacional com reflexos sobre o sistema de planejamento nacional.

Outra sugestão relacionada à anterior é a que diz respeito ao fortalecimento do sistema de planejamento. Aqui, faço minhas as palavras do Exm^o Sr. Governador do Estado do Ceará quando ressaltou a necessidade de planejamento para o adequado equacionamento dos problemas nacionais. Diversos oradores aqui mencionaram requisitos indispensáveis para uma estratégia de desenvolvimento regional. E eu diria que o primeiro requisito fundamental é exatamente a formulação de um projeto de desenvolvimento.

O Brasil se encontra, nos últimos 10 anos, sem rumos definidos do ponto de vista daquilo que desejamos, seja o País a longo prazo. Depois de uma experiência de desenvolvimento econômico das melhores do mundo, desde o início do século, entramos numa grave crise na década de 80, por todos conhecida como a "década perdida". A partir daí, o País perdeu o rumo. O que falta, portanto, é a formulação de um projeto de desenvolvimento nacional, a partir do qual todas as demais decisões de natureza administrativa, todas as demais reformas de natureza institucional, todos os demais instrumentos pró-desenvolvimento serão incorporados. Para a formulação desse projeto nacional, precisamos restaurar o sistema de planejamento, e é essa perspectiva...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Interrompo rapidamente o palestrante para anunciar a presença do Governador Joaquim Francisco. Convido S.Ex.^a a fazer parte da Mesa. (Palmas)

Pode prosseguir, Dr. Nilson Holanda.

O SR. NILSON HOLANDA - Então, a recriação da SEPLAN, embora não garanta, abre uma perspectiva no sentido de que se possa trabalhar para a restauração de um sistema de planejamento que apresente aquelas características sugeridas pela Comissão: um sistema democrático, participativo, integrado nos seus diversos níveis - nacional, regional - e descentralizado.

O Brasil tem uma experiência bastante ampla de planejamento, com erros e acertos, como tem acontecido em toda a América Latina. Temos condições hoje de refletir criticamente sobre essa experiência e reconstruir um sistema de planejamento que seja mais eficiente, que funcione efetivamente como um instrumento para a melhoria da eficiência do processo decisório na esfera governamental. Para tanto, temos de corrigir alguns erros e defeitos do passado.

Há cerca de dois anos, o IPEA/SINDEC patrocinou um seminário sobre experiências de planejamento na América Latina, e um dos palestrantes mostrou que, na América Latina, existiam pelo menos três grandes problemas, ou três erros em relação às experiências de planejamento. O primeiro deles era o formalismo, o fato de que o planejamento descambou para o exercício puramente formal, para a elaboração de planos que representavam intenções e que não se traduziam em instrumentos efetivos de ação governamental. Trata-se de um problema que esteve muito presente na experiência brasileira e que precisamos corrigir.

Um segundo problema é o que ele chamou de voluntarismo utópico, ou seja, a formulação de planos e projetos desvinculados da realidade, ignorando as graves restrições de natureza financeira, institucional e gerencial que inviabilizavam a sua implementação.

Um terceiro problema era aquilo que ele chamava de reducionismo econômico, ou seja, a tendência para encarar o processo de desenvolvimento como sendo um processo em que a única variável relevante era a econômica. Hoje, estamos conscientes de que o processo de desenvolvimento é bem mais complexo e integrado e que envolve várias dimensões, e não apenas a política, como a dimensão ambiental, a social, além da própria dimensão econômica.

Eu diria que um quarto problema, não mencionado pelo autor, mas bem característico da experiência brasileira, foi a inconsistência macroeconômica. Os planos brasileiros sempre sofreram de graves deficiências na sua formulação macroeconômica; quase sempre representaram meros somatórios de projetos superpostos, sem um exercício sério, equilibrado, da sua compatibilidade do ponto de vista macroeconômico, da compatibilidade entre métodos globais e setoriais, da compatibilidade entre necessidades e recursos de modo a que ele pudesse ter consistência na sua conformação global.

Esses defeitos terão de ser sanados nessa tentativa de recriação do sistema de planejamento.

Outra sugestão da Comissão é de que nessa reformulação do sistema seja feita uma revisão da estrutura de órgãos que são extremamente importantes para a sua implementação, particularmente o IPEA, no plano nacional, e a SUDAM e a SUDENE, no plano regional. Ao definir as linhas estratégicas para a correção dos desequilíbrios regionais, o relatório da Comissão também enfatiza alguns tópicos que coincidem, basicamente, com aqueles definidos na estratégia de desenvolvimento do atual Governo. Em particular, a ênfase em educação básica e ciência e tecnologia; a ênfase nos estudos de recursos naturais voltados para o Semi-árido e para o desenvolvimento de projetos de irrigação e de agro-indústrias; a ênfase na abertura para o exterior e em política de emprego e na identificação de setores que possam gerar emprego em larga escala, como é o caso do turismo.

Dessa forma, as grandes diretrizes que estão fixadas no relatório coincidem, de um modo geral, com as estabelecidas na programação do Governo. Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para ressaltar a importância desse trabalho, particularmente porque vem da área política, onde a questão regional é discutida não apenas no âmbito restrito dos quadros técnicos, mas também onde sempre é mais fácil chegar-se a um consenso com relação às soluções propostas. É particularmente na área política que as controvérsias surgem com mais frequência.

Outro aspecto importante que gostaria de ressaltar nesse relatório é a sua postura crítica em relação aos instrumentos existentes. Nós todos temos salientado, com muita frequência, que, a despeito de suas limitações, os instrumentos de

desenvolvimento regional aplicados no Nordeste têm sido os mais eficientes dentre todas as experiências regionais no Brasil. A despeito disso, estamos convencidos de que precisamos dar um salto qualitativo, a fim de analisar criticamente sua eficiência ao longo do tempo e descobrir novos mecanismos e novas formas de ação que nos permitam utilizar de forma mais eficiente e com maior produtividade os escassos recursos disponíveis.

Foi mencionada aqui, pelo Governador Ciro Gomes, a situação de graves dificuldades financeiras que atravessa o País, em particular a União. A descentralização de receitas, o aumento das transferências fiscais para Estados e Municípios - uma aspiração de todos nós - a vinculação de receitas, a existência de despesas incompreensíveis, tudo isso limitou de maneira drástica a capacidade de manobra do orçamento federal. Os recursos disponíveis para novos investimentos, particularmente os recursos disponíveis para que a União possa exercer uma ação redistributiva no plano regional, ficaram extremamente limitados.

Temos que formular um projeto de desenvolvimento regional tendo em vista essas limitações, o que significa dizer que só poderemos alcançar os nossos objetivos regionais se resolvermos o problema mais amplo de solução da grave crise econômica nacional como um todo. Para tanto, como foi dito, precisamos, primeiro, implementar um plano de estabilização bem sucedido, que crie as condições mínimas do ponto de vista macroeconômico para a retomada do desenvolvimento, e a partir daí estabelecer um círculo vicioso de crescimento, em que o próprio crescimento gere novos recursos que vão representar novas poupanças para financiar novos investimentos. Enquanto não conseguirmos resolver o círculo vicioso de estagnação e elevada inflação em que estamos envolvidos, dificilmente poderemos ter uma estratégia de retomada do desenvolvimento que possa ser bem sucedida a longo prazo.

Para concluir, eu queria trazer a palavra da SEPLAN, no sentido de que todas essas preocupações que estão registradas no relatório da Comissão e aquelas que foram manifestadas pelos diversos oradores que nos antecederam coincidem com as preocupações da SEPLAN, particularmente do seu principal órgão técnico, o IPEA.

Estamos interessados numa aproximação cada vez maior com os órgãos regionais, para que juntos possamos formular novas estratégias e novas políticas, a fim de resolvermos com eficiência e com soluções de consenso os graves problemas de disparidades regionais que ainda nos afligem. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Houve necessidade de se promover algumas alterações na dinâmica dos trabalhos no decorrer do dia.

Assim, comunico aos que se inscreveram para o debate que ouviremos o Governador Joaquim Francisco, que se ausentará em seguida, pois compromissos o aguardam em palácio. Em seguida, daremos início aos debates.

Com a palavra o Sr. Governador Joaquim Francisco.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO - Exm^o Sr. Presidente dos trabalhos, Senador Jonas Pinheiro; Senador Beni Verás; meu caro amigo Ciro Gomes, Governador do Ceará; Sr. Superintendente da SUDENE, Cássio Cunha Lima; Dr. Nilson Holanda, representante da Ministra Yeda Crusius; Srs. Senadores, Srs. Secretários de Estado, senhores ex-superintendentes da SUDENE, prefeitos, deputados estaduais e federais presentes, funcionários do corpo técnico da SUDENE:

Em primeiro lugar, ressalto a importância da realização deste encontro da Comissão Mista que estuda os desequilíbrios econômicos inter-regionais. Não poderia deixar de dar a minha contribuição, de dar a opinião do Governo de Pernambuco, sobretudo neste momento difícil da vida nacional; por isso mesmo um momento que exige de todos nós união, espírito público e participação efetiva na discussão dos problemas sociais.

Tenho a oportunidade de ler, agora, um pronunciamento para os participantes deste importante evento, a fim de deixar firmada a minha opinião e a dos que fazem o Governo de Pernambuco.

Os debates que na SUDENE hoje se processaram, iluminados pelas inteligências de Gustavo Krause, de Elcio Alvares, de Beni Veras, de Ciro Gomes, de Cássio Cunha Lima, de Marco Maciel, de Reis Veloso, de Emerson Kapaz, de Armando Monteiro Neto e tantos outros, não merecem um encerramento, posto que haveremos de prosseguir em permanente diálogo sobre questões nordestinas, encerrando apenas este encontro, que é a etapa de um processo, como quem marca um ponto significativo de uma longa caminhada.

Discutiram-se aqui três questões fundamentais, de acordo com a visão plural da comunhão do Nordeste na unidade nacional: um projeto de transformação para a sociedade nordestina, a inserção do Nordeste na economia nacional e a questão regional e a unidade nacional.

Sem ater-me especificamente a um desses temas, todos de igual importância e oportunidade, peço vênias para tecer algumas considerações relativas à problemática regional nordestina. Vivemos um momento especial da história do País, seja na sua construção política, seja na sua vivência social; momento em que a Nação, mobilizada, quer menos inflação e mais crescimento, quer menos inflação e mais emprego; quer menos inflação e mais justiça. Vivemos um momento delicado do esforço produtivo do Nordeste, ainda reiteradamente assolado por uma estiagem que expõe a miséria humana de milhões de nordestinos; ainda repetidamente afetado por uma seca

que também mostra a incapacidade política do País de resolver os seus males extensos e mais graves problemas sociais e econômicos.

Diante de mais essa quadra crítica, estamos autorizados a indagar: por que não somos capazes de equacionar a questão do crescimento do Nordeste? E, no Nordeste, o que nos impede de resolver o problema da seca? Vivemos um momento importante da experiência da SUDENE, não completamente vivida, não integralmente esgotada, porque quase sempre interrompida, porque muitas vezes adiada. Na verdade, a SUDENE precisa fortalecer-se e fortalecer os seus instrumentos, entre eles, evidentemente, o FINOR; renovar-se e renovar seus objetivos; aprofundar-se e aprofundar sua ação criativa e transformadora.

Esta reunião é um testemunho dessa aspiração, ao reunir o empenho político e o conhecimento técnico, ao congregar a decisão empresarial e a vontade da população. Esta reunião demonstra que as lideranças regionais estão atentas ao que se passa aqui, voltadas ao trabalho continuado de patrocinar investimentos produtivos e que se recusam a compactuar-se com a estagnação econômica na região. A recusa à estagnação econômica é o primeiro dos emblemas deste encontro. Esta reunião reflete também o grau de conscientização que alcança a sociedade civil para a urgência de se modernizar estruturas sociais, políticas e econômicas do Nordeste, com a atualização dos competentes instrumentos legais. É imperativo que o façamos já, de modo a intensificar o combate à pobreza rural, a acentuar a luta contra a marginalidade urbana, a melhorar o perfil da distribuição da renda regional entre os poucos que muito têm e os muitos que nada têm. A resistência à injustiça será outro dos símbolos desta reunião. Este encontro distingue igualmente o fato reconhecidamente relevante que temos de partir unidos, que temos de trabalhar unidos, que temos de estar unidos, sob pena de enfraquecermos a causa e inviabilizarmos a realização de nossa tarefa. Temos que continuar unidos, os Estados entre si, a sociedade e as lideranças regionais, os partidos políticos e as entidades empresariais, todos sob o lema comum do Nordeste e apoiados em consensos básicos relacionados com o crescimento e a justiça, a justiça e o crescimento regionais. A união política de todos os nordestinos, ainda que separados por visões específicas da economia e da sociedade, pode ser o terceiro emblema desta reunião.

Estas são as nossas premissas políticas e os pressupostos de ação: recusar a estagnação econômica, resistir à injustiça e permanecer politicamente unidos. É com base nesses conceitos que temos de formular e construir, que haveremos de pensar e fazer. Na realidade, a questão do Nordeste não é só intra-regional, mas é sobretudo inter-regional e principalmente nacional, porque diz respeito, acima de tudo, à superação dos desníveis entre as regiões e à integração dessas regiões num conceito nacional de desenvolvimento equilibrado. É evidente que existem problemas relacionados com o papel institucional a ser desempenhado pela SUDENE, de forma a cumprir, fielmente, os objetivos para os quais foi criada; relacionados com a eficiência social dos incentivos fiscais, de modo a bem utilizar, em favor dos mais necessitados, a renúncia tributária do Estado; relacionados, também, com a distribuição interna dos frutos do crescimento entre os Estados da Região, de maneira a garantir, tanto quanto possível, o seu crescimento homogêneo.

Mas o fator que mais seriamente afronta o Nordeste, o fator que mais drasticamente o penaliza está fora da Região. É uma variável política operada além dos seus limites, é uma política nacional de caráter diferenciado, fixada não na sede da SUDENE, mas estabelecida na Capital do País.

O efeito que tem prolongadamente obstaculizado o avanço do Nordeste na direção de seu crescimento é a ausência de uma política firme nas metas e continuada no tempo, de natureza diferenciada, em benefício da Região. Uma tal política, formulada consistentemente com os objetivos nacionais e desdobrável em horizonte temporal definido, estará articulada às necessidades regionais e contemplará o estímulo oportuno às suas vocações produtivas.

Não podemos contribuir para a fragilidade institucional do Nordeste, promovendo a disputa entre a SUDENE e o BNB, nem para a distância entre um e outro. Temos mais é que fortalecer politicamente o Nordeste no plano da Federação e, por essa via, alargar a ação criadora da SUDENE e do BNB.

E por todos os contatos que tive com os que participaram da reunião, ao longo do dia inteiro, pude perceber que essas premissas foram fielmente obedecidas durante os debates, criando a saudável posição de união em torno das questões prioritárias do Nordeste.

Não podemos nem devemos acentuar eventuais diferenças entre dois instrumentos expressivos para o incremento da produção regional, complementares entre si, a SUDENE, como entidade de coordenação, e o BNB, como agência de fomento.

Temos mais é que fortalecer economicamente o Nordeste no conjunto da Federação, não apenas porque não existirá uma Federação forte com um Nordeste fraco, mas para que, a partir daí, a SUDENE e o BNB aprofundem suas funções estratégicas no processo de desenvolvimento regional.

Temos mais é que trazer, de fora para dentro de nossa Região, apoio institucional para a SUDENE e o BNB e recursos para financiar os programas essenciais definidos pelo planejamento regional. Unidos internamente, temos mais é que trazer para a Região a decisão política de transformar social e economicamente o Nordeste.

Nessa perspectiva, quero defender a formulação e a execução de um plano decenal de desenvolvimento para o Nordeste, com a determinação de metas anuais. O plano contemplaria as diretrizes de uma política industrial descentralizada, através da qual seriam instalados complexos industriais, conforme as vocações de cada Estado, de forma a melhor distribuir no território a base produtiva.

Abrangeria, como fonte de financiamento, não somente recursos orçamentários e de incentivos fiscais, como dotações de crédito em caráter regionalizado e agências federais, como o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Envolveria, também, dois tipos especiais de orientação: a política social compensatória, visando melhorar na Região os indicadores sociais de saúde, educação, saneamento e habitação no decênio, e a política para ciência e tecnologia, visando promover a especialização científica e tecnológica em Estados do Nordeste, de acordo com as suas aptidões produtivas nos próximos dez anos.

Creio que, desta maneira, será possível concretizar o esperado objetivo de desenvolver a Região com a participação solidária, crescente e indispensável da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil.

Precisamos de um plano regional que se inspire em um grande projeto nacional, um projeto do Brasil; um projeto de assomos continentais, um sonho realista de peregrina busca de realizar um destino.

Dispersamo-nos demasiado em querelas particularistas. A política nacional dilui-se, freqüentemente, em miudezas maquiavélicas e, assim, a vida pública de um grande Estado, de um grande País perde-se ao enveredar por labirintos tortuosos e sem saída.

As raças nascidas a beira-mar, dizia Rui Barbosa, não têm licença de ser míopes, a enxergar no espaço correspondente, a antever no tempo. Somos, como é notório, este povo que nasceu do mar, que brotou de uma extraordinária experiência de saga marítima. E foi na nossa imensa costa litorânea que surgiram os marcos de fundação de um novo país. Entretanto, temos sido um arquipélago de divisões, furados por rancores provincianos, perdidos na mesmice da falta de horizonte. Deveríamos ter avenidas e temos becos às vezes, e daí para os impasses, para as soluções de compromisso, a favelização da vida pública, a estreiteza das perspectivas.

Assim, um plano para o Nordeste requer uma reforma fundamental, nascida de uma revolução das consciências, para consubstanciar um autêntico projeto nacional com o mais alto sentido de missão e de responsabilidade histórica.

E ao dizer estas palavras nesta casa, na SUDENE, a velha e sempre atual SUDENE, que aprendi a admirar desde os tempos de Secretário do Trabalho e Ação Social até a função de Ministro de Estado, reafirmo que este órgão tem de ser fortalecido. Tem de haver uma decisão política, meu caro Superintendente Cássio Cunha Lima, que, com a sua juventude, a sua ousadia, a sua inquietação, tem demonstrado que é possível unir a vontade política do Nordeste em torno desse órgão. As experiências vividas pela SUDENE, ao longo de todos esses anos, desde a sua criação, são válidas. A conclusão a que chegaram todos os relatórios de avaliação da SUDENE indicam esse caminho.

Tenho a certeza de que teremos sucesso com a contribuição das inteligências que opinaram durante este encontro, com a contribuição da vontade decisiva do Presidente Itamar Franco de priorizar as ações da nossa Região. Nós, governadores - aqui está o Governador Ciro Gomes, uma das mais lúcidas inteligências do País - temos demonstrado, através da ação administrativa, política, econômica e social das nossas administrações, que não estamos pedindo uma mão única, estamos trabalhando em caminhos de mão dupla, correspondendo à expectativa na administração dos nossos Estados, para que possamos nos credenciar, como temos feito, à participação efetiva do Governo Federal, como decisor político, e à participação do Congresso Nacional.

Quero, portanto, saudar a todos que promoveram, através da lucidez, da criatividade, da ousadia os trabalhos desta Comissão e dizer que, em Pernambuco, permanecemos unidos, com esse espírito de apoio, de trabalho conjunto dos Estados do Nordeste, para que esta velha nova Casa reingresse no novo período de fertilidade, de produtividade, à luz de todas as experiências vividas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Comissão agradece a presença e a participação do Governador Joaquim Francisco, essa colaboração valiosa, essa atitude de deixar seus afazeres e vir até aqui e suspende os trabalhos momentaneamente, enquanto S.Ex.^a apresenta as despedidas. Convido o Senador Beni Veras para assumir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Neste momento, declaro reaberta a audiência pública da Comissão Especial Mista que estuda o Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro.

Na parte final dos nossos trabalhos, vamos ter os debates, e de acordo com a nossa lista de inscrição, o primeiro debatedor será o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Sr. Senador Elcio Alvares, Sr. Relator, Sr. Nilson Holanda, Presidente do IPEA:

A minha intervenção, neste momento, é mais para fazer uma reflexão sobre o que foi dito aqui. Buscamos as causas dos desequilíbrios regionais e ouvimos depoimentos importantes do ponto de vista do diagnóstico das causas; ouvimos

indicações do que devemos fazer, mas a minha preocupação é, dentro desse elenco do que fazer, definir o como fazer.

O Professor Nilson Holanda disse muito bem que estamos cheios de planos. É preciso que partamos para o nosso plano de trabalho e não fiquemos só na carta de intenções. Definindo o como fazer, estamos definindo um plano de trabalho para depois conquistar o poder fazer. Aí sim, o poder fazer deve derivar do poder político.

Vou lhes apresentar um índice, para mostrar o quanto estamos distantes de outras regiões. É o índice de trabalho de Roberto Cavalcanti, o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano -, que tem como base a expectativa de vida, a renda e o analfabetismo. Numa escala de zero a um, o Nordeste está em torno de 0,5; o Rio Grande do Sul, em torno de 0,9; e a Região Sudeste em torno de 0,85. Esse é o nosso distanciamento.

Por outro lado, também defendo a tese de que, com o avanço tecnológico, esse distanciamento tende a aumentar, na medida em que não for equacionada para a região a política correta da educação, da ciência e da tecnologia. Todos os oradores falaram da importância da educação, da ciência e da tecnologia, mas não foi dito como fazer.

Atualmente, de acordo com números coletados por esta Comissão, temos uma população de 45 milhões de pessoas em estado de pobreza absoluta, ganhando 1/4 de salário mínimo, e 50% desses brasileiros estão aqui no Nordeste. Dados do Ministério do Trabalho indicam que 22 milhões de brasileiros estão fora do mercado de trabalho, porque não sabem fazer absolutamente nada.

Com isso, quero enfatizar quão importante é a educação. De todas as propostas aqui apresentadas, de todos os diagnósticos, se fizermos uma análise, a raiz de tudo está na educação. Tenho consciência de que, sem educação, ciência e tecnologia, não vamos a lugar algum.

Por isso, cabe aqui, neste momento, refletir não sobre o trabalho importante da SUDENE durante esses anos, mas destacar onde ela foi ausente. Na minha visão, isso aconteceu porque ela não conseguiu definir estratégias para vencermos a barreira do analfabetismo e desenvolver uma política científica e tecnológica para a região.

Se a SUDENE tem como objetivo o desenvolvimento - aquele desenvolvimento voltado para o homem e o seu meio -, entendo que isso deve se dar de maneira equilibrada, visando a uma melhor distribuição de renda. Mas tenho a convicção de que não se distribui renda com analfabetos e desqualificados profissionalmente; o que se distribui é esmola, que é o que estamos fazendo neste País. É a esmola do leite, da cesta básica, da merenda escolar - tudo isso para mim é esmola.

O discurso da distribuição de renda torna-se inócuo e inconsequente enquanto não resolvermos o problema da educação. Temos que inventar a nossa educação - não essa que aí está; temos, também, que buscar uma qualificação até para o analfabeto, porque temos uma população que deveria ser economicamente ativa e está fora do mercado de trabalho, porque não sabe fazer nada, porque não há tempo de colocar essa população num banco escolar para passar oito anos e sair sem saber fazer nada. Por isso, temos que inventar a nossa educação.

Por outro lado, se o desenvolvimento da nossa região deve se dar no setor primário, na agricultura, na indústria e no comércio, esses setores, para serem competitivos, têm que agregar uma coisa chamada tecnologia; é por isso que estamos distantes desse processo.

Se tirarmos do cenário do Nordeste o Pernambuco, que tem o ITEPE; o Ceará, que tem o NUTEC; a Bahia, que tem o CEPED, qual é o outro Estado que tem algum instituto de tecnologia?

Tentamos, há mais ou menos dez anos, fazer com que a SUDENE se envolvesse com esse processo; e foi o que aconteceu; as indústrias que foram implantadas no Nordeste passaram a ser indústrias-comércio e não indústrias-desenvolvimento. A preocupação maior era o comércio da matéria-prima, a operação das máquinas e o comércio dos produtos.

Indústria-desenvolvimento é aquela que, além disso, se preocupa com a inovação tecnológica, com o controle de qualidade, com a capacitação dos recursos humanos, aquela que investe no homem.

Só para dar um exemplo: existe no País uma associação chamada Associação Nacional de Pesquisa das Empresas Industriais - ANPEI. Sabem quantas empresas estão associadas? Setenta. Quantas do Norte e Nordeste? Nenhuma.

Então, ou equacionamos a política de educação, ciência e tecnologia ou não vamos a lugar nenhum, porque estamos na era do conhecimento. Existem cinco fronteiras do conhecimento, que já foram citadas aqui, que estão ditando as normas de desenvolvimento do mundo: a informática, a química fina, a engenharia genética, a biotecnologia e novos materiais.

Estamos distantes disso. E o que vemos na região são compartimentos estanques in comunicáveis. De um lado, o setor produtivo, de outro a universidade e os institutos de tecnologia. Temos que romper essa barreira. Daí o papel importante da SUDENE nesse momento.

Fico aqui com a nossa proposta no sentido de sensibilizar a SUDENE para esse problema; para que a SUDENE defina uma estratégia na busca do conhecimento tecnológico. Não tem sentido que dos recursos que vêm para a região - 800 milhões de dólares por ano -, nada se destine à ciência, tecnologia e educação.

Por isso é que não acredito nesse desenvolvimento. O melhor investimento para o "capital chama-se homem". Se não investirmos no homem não sairemos desse estágio de subdesenvolvimento.

A SUDENE também foi violentada - é importante que façamos uma reflexão sobre isso - nos seus princípios, nas suas diretrizes traçadas pelo GTDN, que enfatizava que o desenvolvimento deveria começar no campo, a partir da irrigação, da agroindústria, da mineração; que o movimento fosse do campo para a capital e o que aconteceu foi o inverso. Esvaziaram um departamento chamado DNOCS, que tinha armazenada uma grande quantidade de água, para partir para uma política de irrigação de agroindústria, enfatizaram e reforçaram a política de concentração de investimentos na capital. E o que é que aconteceu? Ao investir na capital, empresas intensivas em capital, o interior ficou esperando chuva para praticar uma agricultura de subsistência. Veio o êxodo rural e aí estão os problemas sociais graves na periferia das nossas capitais. Temos que refletir sobre isso.

Nós temos que inventar uma escola para o Nordeste, temos que inventar o nosso desenvolvimento tecnológico. Quando éramos Secretário de Indústria e Comércio do Governo Tasso Jereissati, tentamos inovar nisso. E vou apresentar à SUDENE uma proposta de que seja criado aqui um programa, que criamos no Ceará, de fábricas-escolas, de liceus de artes e ofícios e de videotecas profissionalizantes. A fábrica-escola é uma escola com cenário de fábrica, onde o rural vai aprender a trabalhar metendo a mão na massa. E ela atinge o analfabeto. O liceu de artes e ofícios transfere conhecimentos na área de serviços, e as videotecas passam para uma linguagem de vídeo o que foi gerado nas universidades, nos institutos de tecnologia, dentro de uma perspectiva de como fazer. E aí se atinge a quem? Ao analfabeto. Por isso é que tem que ser uma nova escola. Temos que qualificar esse homem para o trabalho.

Já me estendi demais sobre o tema. Por isso, Senador Beni Veras, quero colocar como proposta concreta para a SUDENE a implantação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da região; que se abra uma linha de crédito que permita criar institutos de tecnologia nos Estados que ainda não os têm; uma política que integre a universidade com o setor produtivo e que encampe a idéia dessas fábricas-escolas, dos liceus de artes e ofícios e das videotecas profissionalizantes.

São essas, meus senhores, as minhas preocupações. E quero dizer que devemos partir para fazer o nosso plano de trabalho, porque nós estamos cheios de planos-livros enfeitando prateleiras, todos dizendo o que fazer, mas nenhum deles dizendo como fazer. Para que lutemos pelo poder fazer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - O próximo debatedor é o Deputado Wilson Cunha.

Não se encontrando presente o Deputado Wilson Cunha, passo a palavra ao Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO - (FALHA NA GRAVAÇÃO)

...trazia um calhamaço enorme para anunciar da necessidade da proporcionalidade da representação brasileira no Congresso Nacional a nos solicitar, possivelmente uma representação ... (falha na gravação) - equilibrar São Paulo com os poderes que ele não tem e exatamente precisar ter para receber um troco, naturalmente o Norte e o Nordeste devem a ele. Graças a Deus que este assunto não é assunto do momento, ele está transferido para a revisão constitucional. Lá, naquela oportunidade é que nós vamos conversar sobre isso.

Mas eu queria, vamos falar um pouco e vou ter noção até do pouco tempo que tenho. O São Francisco, o Ariosto fala que a água armazenada do DNOCS não tem os recursos para irrigar a terra e produzir os alimentos. Com o São Francisco nós não temos problemas de armazenamento de água. A água foi armazenada por Deus e pela natureza. No Jalba, hoje, no norte de Minas, que é Região Nordeste, há uma expectativa imediata de irrigação de 80 mil hectares, cada hectare, em princípio, são um ano e meio de trabalho, dez já está em operação, no Jalba propriamente dito são três, no Gorutuba são mais quatro e mais o restante de irrigação particular. Essa primeira fatia já está funcionando. O resto dos recursos já existe disponibilidade do governo japonês e do Banco Mundial e o projeto, então, está em marcha de ser implantado em 80 mil hectares.

Mais adiante, no Vale do Rio Grande, na Bahia, em torno de Barreiras, já são 22 mil hectares irrigados. Já são mais de duzentas unidades de pivô central funcionando e as esperanças e as expectativas de desenvolvimento ali são muito boas. No pólo Petrolina-Juazeiro são 100 mil hectares, onde já se usa uma tecnologia satisfatória, já se chegou à produção de produtos conceituados na mesa brasileira e na mesa dos estrangeiros, Europa e Estados Unidos, queremos alcançar o mercado japonês e graças ao FINOR, a estes recursos, que são cerca de 73% esforço dos empresários e 27% de esforço das debêntures, que poderão ser conversíveis, desses recursos que ainda oferecem atrativos por ali se instalam empresas que vêm fazer a consagração e a consolidação do pólo para que o São Francisco seja realmente ali exemplificado para o

crescimento do Nordeste, para páginas novas do Nordeste. Se descermos o Vale do São Francisco, são mais dez mil hectares de irrigação produzindo arroz e outras coisas. Lá, no Ceará, uma grande expectativa de produção através do Vale do Apodi e do Vale do Jaguaribe. Região que eu visitei e me convenci de que estamos, ali, realmente, às vésperas de uma detonação de um grande projeto de irrigação com terras de muito boa qualidade.

Esse foi um discurso que pronunciei ontem, no Congresso Nacional. Mas tem a outra página, que conhecemos, todos, a seca, o flagelo, a fome, a corte de miséria, o analfabetismo. Eu participo do ponto de vista do Deputado Ariosto Holanda, com o analfabeto, nós não vamos chegar a desenvolvimento algum. Não adianta que eu diga apenas isso. Eu quero dizer aos Senhores que eu sou autor de um dispositivo constitucional do art. 60, das Disposições Transitórias, que diz o seguinte: "dos 18% que o governo deve aplicar em educação, no país, pelo menos metade para o ensino fundamental". Mas eu quero dizer a V. Exas. que nunca encontrei governo algum que participasse da elaboração do orçamento obediente a este dispositivo. Governo algum, o Congresso nunca emendou estas providências, estas idéias, esta compatibilização da Constituição com o orçamento. E todos os anos eu vou às barras do Supremo Tribunal Federal reclamando o cumprimento da Constituição e ministro algum do Tribunal abre seus ouvidos a estes reclamos.

Então, nós, realmente, temos uma aversão enorme ao problema do Ensino Fundamental para todos os brasileiros. Ninguém por isso se interessa. Então eu acho, como o Deputado Ariosto que tudo o que vamos fazer são pelos caminhos mais tortuosos, mais difíceis, mais cheios de obstáculos e nunca vamos chegar a resultado algum com esta massa enorme de analfabetos. Veja V. Exa. o que disse o Dr. Roberto Cavalcante, que somente 15% dos brasileiros nordestinos têm oito anos de escola. Quem não tem oito anos de escola, na minha visão e na visão da Unesco, não está preparado para absorver tecnologia nenhuma e para viver em lugar nenhum.

Então, nós somos muito perversos com nossas populações, quando não lhe criamos condições de acesso ao desenvolvimento, aos bens, ao bem-estar, etc. Aí está um grande problema nosso.

Mas eu também queria falar um pouco das nossas dificuldades fora do Nordeste. Dessas que falei, estão dentro do Nordeste. Nós, em vez de ficarmos nesta autoflagelação, nesta posição autofágica de querer os próprios instrumentos que nós conquistamos. Ao invés disso, nós devemos buscar recursos outros para complementar as nossas necessidades. Por exemplo, o Ministério da Irrigação. Quem não sabe que ele foi feito voltado para os interesses do Nordeste? Ele desapareceu e ninguém reagiu. Estamos, agora, engatinhando em termos de irrigação, quando devíamos já estar, só no Ceará, não com 100 mil hectares, mas quem sabe 200 mil hectares irrigados. O rio São Francisco tem 3 milhões de hectares e pouco mais de 200 mil irrigados.

Realmente, temos condições climáticas e de toda a ordem para sermos ricos e prósperos. O Nordeste não tem barreira nenhuma que limite o seu desenvolvimento. Essa história de dizer que o sol é causticante e mata; o sol é energia, é benfazejo. Onde não tem água, levamos a água; convivemos com as dificuldades climáticas.

A EMBRAPA, só em Pernambuco, identificou uma mancha de 6 milhões de hectares próprios para o plantio do capim buffel. Isso significaria 6 milhões de cabeças de gado. Mas vamos dividir isso pela metade, seriam 3 milhões; vamos cortar outra metade, seria 1,5 milhão. Se produzíssemos 1,5 milhão de hectares de capim buffel, próprio, adaptado, provado e comprovado nas áreas semi-áridas, não seríamos importadores de 80% da carne bovina que consumimos.

Os nossos caminhos já são todos conhecidos.

Sou da Comissão de Orçamento. Brigo para pertencer àquela Comissão. Aprendi por ali que, enquanto ficamos nos arrelhando em relação à SUDENE, aos fundos de desenvolvimento, os companheiros dos outros Estados tiram as grandes fatias do orçamento da União, para resolver os seus problemas.

Temos que agregar mais recursos e fazer tudo isso com muita pressa, mas com muita pressa mesmo. Entendo que só não há revolução porque o povo está morto de fome. Se o povo não estivesse morto de fome, a revolução já tinha vindo. Porque faminto como eles se encontram, não têm capacidade de reagir, as pessoas que estão assim tão maltratadas.

Essa convivência dos que têm e dos que não têm nada não é mais possível. Não é mais possível adiar-se esse estado de coisas dessa natureza. Mas é preciso esclarecer que o problema do Nordeste não é problema nordestino. O fórum de discussão das questões do Nordeste não é aqui não, é em Brasília. Esse problema é nacional.

Enfim, Senhores, ainda gostaria de lhes dizer que o café sempre foi plantado, erradicado, queimado, subsidiado, a juros baixos, na região Sul, por cem anos, e ninguém nunca reclamou que esses subsídios infelicitassem São Paulo ou Paraná. A indústria automobilística foi feita com o dólar oficial a Cr\$ 18,00, quando o dólar livre já era Cr\$ 200,00, mas era para formar um pólo dinâmico, metalúrgico, um setor de automóveis, e o Brasil todo batia palmas.

Esses incentivos e esses estímulos nunca envergonharam São Paulo nem os Estados que deles se beneficiaram, para que seus habitantes tivessem emprego e

condições econômicas favoráveis. Dos subsídios no Brasil, 16% são claros, são do FINOR, aprovados por esta Casa, mas o restante é embutido e pertence a outras regiões do sul, através da importação, do IPI, ou de outras possibilidades.

O Governador Ciro Gomes falou aqui que o Banco do Nordeste emprestou a Itaipu e que este não o pagou; e o Banco do Nordeste deixa de ter o FINAME, que, então, não satisfaz os interesses dos industriais nem da economia nordestina. Por causa de quem? Da Itaipu Binacional. Mais do que isso, Senhores, a Caixa Econômica Federal é credora do Estado de São Paulo há muitos anos. Outro dia, ouvi o Presidente da Caixa Econômica Federal dizer aos funcionários o seguinte: "Olhem, São Paulo disse que agora vai pagar".

Votamos uma lei no Congresso Nacional, apagando uma dívida de US\$ 5 bilhões de São Paulo, que a sua distribuidora de energia não pagava Itaipu, que também não pagava a ELETROBRÁS, que ficava sem recursos para as nossas hidrelétricas do mundo todo.

Então, nós, do Nordeste, é que estamos infelicitando a nossa região.

Para terminar, vou contar uma história para V.Ex.s. Quando cheguei na Câmara dos Deputados, o Deputado Walfredo Siqueira - poucos conheceram - falava do negrinho do circo. O circo tinha um negrinho, pretinho. Tudo o que era malfeito, pau no negro. E um dia, o negro estava se lembrando de que apanhava muito. Estava defronte do camarim onde encontrava a vedete mais importante; e de uma frestazinha, viu que a vedete estava grávida. Aí o neguinho disse: "É agora que o neguinho vai apanhar mesmo, vai cair no pau".

Falou-se tanta coisa aqui do Nordeste, das suas dificuldades, e esta Casa, a SUDENE e o FINOR eram os responsáveis, eram o "neguinho do circo".

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Concedo a palavra a Sr. Mariano Andrade Lima, Presidente da Associação Comercial de Pernambuco.

(Palmas)

O SR. MARIANO ANDRADE LIMA - Exmº Senador Elcio Alvares, Presidente da Mesa, demais autoridades, minhas Senhoras e meus Senhores:

Hoje estamos aqui para uma audiência pública a respeito do desequilíbrio econômico inter-regional.

Naturalmente, esse desequilíbrio passa também pela problemática dos incentivos fiscais. Mas, cuidado! Muita gente falou hoje a respeito dos incentivos, acredito que até mais do que se devia.

Então, resumimos o assunto no seguinte fato: houve uma Comissão que, exaustivamente, estudou a problemática dos incentivos fiscais, dirigida pelo Senador Mansueto de Lavor e com o Deputado José Múcio, como Relator. Essa Comissão, depois de várias audiências e estudos meticolosos, chegou à seguinte conclusão - somente para nos fixarmos em alguns pontos -: os incentivos fiscais, que são um investimento, na verdade, hoje já recebem mais de 4 a 5 vezes de volta em impostos do que aquilo que colocam na região. Se apenas a frustração de projetos que não chegaram a ser implantados chega a 4,1% dos valores do FINOR e, possivelmente, se as verbas tivessem chegado nos momentos devidos, esses 4,1% se reduziriam à metade.

Então, hoje, fiquei mais satisfeito quando vi o representante da ilustre Secretária do Planejamento dizer que as verbas, em termos de incentivos, mais bem aplicadas neste País foram as do Nordeste.

A conclusão que temos é que a SUDENE, com todos os seus percalços, com a tentativa que houve há 2 anos, de transformá-la, com demissões políticas, de esvaziá-la, com tudo isso, ela tem cumprido, absolutamente, o seu papel. É o que tem ocorrido, na verdade, é que cada vez que se repensou a SUDENE se tirou um pedaço dela para os incentivos setoriais. Foi assim com a Transamazônica, PIN, PROTERRA, PESCAN etc; e lá vai a SUDENE sendo repensada e rebaixada. Então, toda vez que se fala "vamos repensar os incentivos e a SUDENE", fico com medo de nova fatia ser destacada da SUDENE.

Vamos torcer para que esse trabalho sério que foi feito e apresentado à Câmara dos Deputados seja aprovado nos moldes em que estão para, pelo menos desta vez, o reexame não signifique outra fatia a ser tirada.

Como esta Comissão pretende subsídios, o primeiro que eu daria seria o seguinte: tentar coadunar os estudos desta Comissão com o que já está proposto, para que o Nordeste saia lado a lado e não frente a frente. Se apresentamos à Câmara dos Deputados um estudo e, em seguida, outra Comissão apresenta um outro estudo, no sentido de substituir seja o que for, ou de retirar do Banco do Nordeste a sua função de gestor da parte financeira do FINOR, ou de retirar da SUDENE a sua função de gestora da parte técnica e de acompanhamento de projetos, seria uma agressão a qualquer uma dessas instituições, à cultura formada através desses 40 anos da formação de técnicos, da exportação de técnicos. A SUDENE e o Banco do Nordeste têm prestado ao Brasil um serviço enorme, porque têm sido exportadores de técnicos para todas as regiões do Brasil; têm sido uma verdadeira escola de desenvolvimento. E por que vai-se agora sustar, parar essa escola para se tentar formar outra, fazendo com que todo esse know how fique perdido?

Então, meus companheiros, no capítulo de incentivos fiscais, a mensagem da Associação Comercial de Pernambuco é a de que a Comissão que procura agora, num estudo maior, verificar toda a parte do desequilíbrio naquilo que toca os incentivos, procure marchar paralelamente a esse relatório, que foi feito anteriormente, juntos, como diria Caxias, "ombro a ombro e nunca frente a frente". Vamos lutar juntos por esta aprovação desta Comissão. (Palmas)

Em seguida, vamos a um desígnio maior desta Comissão, que são os aspectos dos desequilíbrios inter-regionais.

O Deputado Osvaldo Coelho disse bem: isso não se procura aqui; isso se procura em Brasília. Realmente, se se procurar saber onde o Exército brasileiro faz todas as suas compras; onde a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil fazem as suas compras; se se procurar comparar, por exemplo, quando os governadores do Centro-Sul querem aumentar a sua proporcionalidade na Câmara. Mas nenhum deles fala em aumentar a proporcionalidade dos gastos para obedecer o preceito constitucional, como dizia Armando Netto há pouco tempo, entre os gastos proporcionais à população. Aí não se fala em proporcionalidade jamais. Gasta-se no Centro-Sul - atualmente, virando um pouco a balança para o Centro-Oeste - quatro ou cinco vezes mais do que se gasta aqui e no Norte. E aí não há proporcionalidade nenhuma a ser buscada. (Palmas)

Fala-se muito em planejamento. Mas planejamento tem meta. Planeja-se para quê? Para se chegar aonde? E até aqui só tenho visto planejamento para aumentar o colonialismo dos Estados ricos para com os Estados pobres, a começar pela reforma tributária, que é perversa com a criação de um imposto, que procurava imitar a França, mas que para nós, de um País Federativo, ele absolutamente não se aplicava. A perversidade maior chega, atualmente, aos contribuintes quando ainda se fala em imposto sobre valor agregado, quando você tem apenas 7% para creditar e paga 17% nas vendas, ainda assim se continua a falar em imposto sobre valor agregado.

Mas o pior é quando se fala que podemos juntar 800 milhões de dólares por ano como se isso fosse uma grande coisa para uma região miserável como essa.

E ainda há uma consideração que quero fazer aos senhores: disponho de estatísticas do Banco do Nordeste, do qual o Senhor foi Presidente, que provam - antes, é verdade, da Constituição de 1988 e do Fundo de Participação do Nordeste; então, podemos aí talvez tirar 500 bilhões de dólares -, que o Nordeste é exportador de capital para as demais regiões do País, portanto, para o Centro-Sul de, aproximadamente, 1 bilhão por ano; isso vem variando entre 800 milhões, 1 bilhão e 200 milhões. Então, o Nordeste é exportador de capital, absorvendo tudo o que vem para o FINOR, tudo o que vem sob todas as formas, e tirando também tudo o que daqui sai; sob todas as formas, o Nordeste é exportador de capital.

Então, como se falar em planejar, acumular 800 milhões de dólares se continuamos a ser exportadores de capital para o Centro-Sul? Isso não é invenção minha; foi estudo realizado pelo Banco do Nordeste, registrado em um livro que possuo; está lá na tabela, variando de 800 milhões de dólares e 1 bilhão e 200 milhões de dólares; apenas foi exatamente até, se não me engano, o ano de 86; portanto, não estariam ainda consignadas essas verbas da Constituição de 1988. Mesmo assim, continuamos exportadores de capital em aproximadamente 500 milhões de dólares.

Então, minhas senhoras e meus senhores, não adianta discutir a miudeza do problema. O que temos que fazer, analisando-se o problema inter-regional, é procurar, em Brasília, fazer valer os direitos da nossa população, para que, com as verbas devidas, com os gastos aqui devidos, com o fortalecimento da SUDENE - só é preciso que o Governo Federal, em parte, atualize seus débitos, inclusive, ninguém sabe a quanto chegam. Somente, em 1990, de diferença de reajuste, foram mais de US\$ 100 milhões.

O que precisamos realmente é fazer ver os nossos direitos. E à Comissão eu diria que o melhor que tem a fazer é procurar os grandes instrumentos e os grandes buracos que temos na nossa região, no sentido de trazer para cá as verbas a que temos direito, fazendo com que, cada vez mais, o Nordeste se fortaleça, mas sabendo, acima de tudo, que não se pode botar fora toda essa cultura construída através desses 40 anos, aqui nesta Casa. Qualquer problema de desenvolvimento no Nordeste tem que passar aqui pela SUDENE. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) O penúltimo debatedor será o Dr. César Garcia, Presidente da Associação dos Servidores da SUDENE.

O SR. CÉSAR GARCIA - Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares; Sr. Superintendente, Dr. Cássio Cunha Lima; Dr. Nilson Holanda, meu conterrâneo do Banco do Nordeste; minhas senhoras; meus senhores e companheiros da SUDENE:

Inicialmente, devo, até, revelar que fiquei bastante contente, durante todo o dia, porque tinha sido criado um clima, por parte da imprensa - talvez por algum ranço corporativista que ainda exista nas instituições - levando a crer que a reunião se limitaria, ou pelo menos daria destaque, a uma discussão mesquinha sobre a disputa do controle da administração do FINOR. Felizmente, isso foi deixado de lado e a reunião teve um alto nível, as exposições foram riquíssimas, cheias de propostas e de idéias, como raramente se vê nessas ocasiões.

Acredito que o Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima, tenha um desafio enorme pela frente, qual seja, aproveitar todo esse imenso conjunto de

sugestões, propostas e idéias que foram trazidas aqui, para dar corpo a uma nova proposta de desenvolvimento regional, que deverá ser coordenada pela SUDENE.

Penso que, nessas discussões, tem-se revelado, sobretudo, que aquela abordagem excessivamente regionalista está perdendo adeptos. Essa é a grande novidade.

Creio que a abordagem regionalista levou-nos a muitos equívocos. Pode parecer estranho para algumas pessoas que um técnico da SUDENE seja contra uma abordagem regionalista; mas é exatamente isso. Acredito que a abordagem regionalista prejudica a lucidez da SUDENE. Essa é a verdade.

Para começo de conversa, a própria expressão "desigualdades regionais" já me parece equivocada. As pessoas que se autoproclamam defensoras dos interesses regionais nem conseguem definir o que seriam as igualdades regionais. Vamos supor - não custa nada - que tivéssemos os mesmos indicadores sociais em todas as regiões do Brasil. Vamos supor que os indicadores sociais do Nordeste fossem os mesmos em todas as regiões do Brasil. Não teríamos desigualdades regionais. E os defensores dos interesses regionais teriam ainda alguma coisa a dizer? O País todo seria homogêneo quanto aos indicadores sociais, mas, evidentemente, esses indicadores sociais são escandalosos, revelando a concentração da riqueza nas mãos de uma camada, de uma minoria da população brasileira.

Podemos até perguntar: "Se todas as regiões brasileiras tivessem os indicadores sociais de São Paulo, estaríamos satisfeitos com essa situação?" De jeito nenhum! O que está em jogo, o problema fundamental, a real questão a ser enfrentada é a desigualdade social existente no Brasil. É claro, sei que, no Nordeste, os indicadores sociais são piores, mas isto não significa que a questões fundamentais possam ser atribuídas unicamente às desigualdades regionais.

Por que se diz que as causas da miséria no Nordeste são as relações entre este e São Paulo, entre o Nordeste e o Centro-Sul? Serão os nordestinos menos inteligentes que os outros brasileiros? Não. Eu acho que não é apenas um equívoco, e-ai é que está a importância desta discussão. Acredito que esta seja uma forma de desviar a atenção do problema fundamental, que é a desigualdade social existente em todo o Brasil, para as desigualdades regionais.

O que seria a igualdade regional?

Haveria alguém tão estúpido a ponto de propor que cada município tivesse uma siderúrgica, uma fábrica de automóveis, uma central de informática, um sistema de comunicações igualmente desenvolvido, uma indústria de eletrodomésticos, etc? Não. Temos, também, um parque industrial. Agora, nós observamos, em todo o nosso País, uma escandalosa concentração da riqueza nas mãos de uma pequena minoria da população. (Palmas.)

Não é adotando esta abordagem espacial - esta denúncia das desigualdades regionais - que colocaremos a questão claramente, que chegaremos às consequências, às conclusões e às propostas de intervenção que, realmente, levem a, pelo menos, uma redução das desigualdades sociais.

Já caminhamos muito por todas as exposições que foram feitas aqui. Acredito termos já caminhado por uma boa parte do que é preciso caminhar. E mais: acho que, a partir desta reunião, estejamos talvez iniciando um processo de restauração da capacidade da SUDENE de intervir na sociedade brasileira que habita esta parte do País. Cabe à SUDENE encaminhar soluções, a fim de que possa cumprir o seu papel fundamental, que é o da tentativa de reduzir as desigualdades sociais e o da tentativa de acabar com a miséria existente no Nordeste brasileiro.

Acredito, portanto, com otimismo que, desta vez, com tantas idéias novas e com uma compreensão mais moderna do problema, possamos dotar a SUDENE de instrumentos mais adequados a enfrentar um problema muito mais amplo do que o de um pequeno número de empresários, que desejam investir e ampliar suas empresas aqui. O FINOR foi excelente nesse tipo de ajuda a esses empresários, mas isto não significa que tenhamos resolvido, tenhamos, pelo menos, amenizado a questão social do Nordeste.

Pelo contrário, nós temos, hoje, uma situação muito pior do que há 30 anos. A SUDENE, portanto, é mais necessária do que nunca, mas não a SUDENE reduzida a isto. Nós temos uma realidade muito mais ampla, que está necessitando de uma atuação mais efetiva da SUDENE, do Governo Federal, através de órgãos competentes, dotados dos instrumentos capazes de intervir em todos os níveis da sociedade, para que os problemas sejam, realmente, enfrentados.

Alguns dos oradores se referiram à necessidade de se pensar nas necessidades mais concretas e mais elementares do povo. O Governador Ciro Gomes falou nisto, o Dr. Roberto Cavalcante também o fez e disse ser preciso enfrentar esse problema diretamente. Mas não é mais possível esperar-se que estimulando, incentivando os empresários, o povo do Nordeste acabe se beneficiando tanto, a ponto de desaparecer a miséria da nossa região.

É preciso que se ataquem diretamente essas questões de quais são as necessidades do povo. Tenho dito isto em todas essas ocasiões, e posso até parecer repetitivo, mas não resisto à tentação de repetir porque considero isto parte da responsabilidade que tenho como cidadão brasileiro. É necessário, portanto, enfrentar-se diretamente o problema da habitação popular, do saneamento e de coisas

elementares como a simples pavimentação de ruas, a coleta de lixo, o transporte urbano, a saúde e a educação.

A SUDENE vai cuidar disto? E por que não? É claro que não vai fazer isto diretamente, mas pode ter um papel importante na coordenação, na discussão, na formulação de diretrizes, na convocação dos governadores e prefeitos e na criação e coordenação de programas que atendam diretamente as necessidades dessa população.

Agradeço a oportunidade de transmitir, mais uma vez, essas preocupações. Penso que estou representando as preocupações, se não de todos, de boa parte dos servidores da SUDENE.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Como último debatedor, vamos ouvir o Sr. Emerson Kapaz, empresário ligado ao sistema FINOR.

O SR. EMERSON KAPAZ - Exm^o Sr. Superintendente, Srs. Parlamentares, companheiros empresários, funcionários da Casa:

Já fomos aqui representados pelos nossos companheiros Armando Neto e Mariano Andrade Lima. Tivemos a casa cheia de companheiros empresários, mas minha alma pediu que eu aqui não deixasse de fazer um registro.

Estamos habituados a ouvir discursos de políticos, de técnicos e eles estão, repetidamente, proferindo as mesmas palavras, como se o conhecimento das causas das desigualdades nordestinas ou dos problemas nordestinos já fossem, há muito tempo, conhecidos.

Gostariamos de parabenizá-los pelo conhecimento, mas nos cansamos, as vezes que encontramos, repetidamente, um assunto tão conhecido, com soluções cada vez mais difíceis.

Nossas reuniões de empresas são rápidas, objetivas, e queremos soluções. Nossos profissionais são obrigados a colocá-las para que possamos discutir nosso destino.

Hoje, fomos sobressaltados pela imprensa dizendo que nesta Casa iria ser discutido o destino do FINOR. Evoco aqui o pensamento brilhante do Superintendente desta Casa, quando diz que discutir FINOR aqui, onde fica, é muito pequeno para os problemas que temos enfrentado e queremos resolver.

Ouvi, também, parlamentares dizendo que os problemas do Nordeste, do Brasil, iniciam-se em Brasília. Lembramos a S.Ex^{as}, que os problemas de Brasília a eles confiamos. Os problemas do Nordeste são resolvidos aqui, no Nordeste, pelo voto direto que confiamos aos parlamentares.

Assim, pedimos a S. Ex^{as} a consciência de defesa dos nordestinos, não como um homens humildes, mas como brasileiros, brasileiros cansados de ser discriminados. (Palmas.)

Quero, neste momento, dizer que, com muito orgulho, faço parte do sistema FINOR, de cabeça erguida. Nunca usufruí de vantagem. Sempre fui muito à frente das respostas, dos incentivos que tenho recebido. Acredito na minha terra, acredito na SUDENE.

Esta Casa hoje é um patrimônio intelectual intangível. Esta Casa formou técnicos de uma capacidade moral e intelectual que ninguém pode desacreditar. Esta Casa hoje é o único fórum do Nordeste para debate livre.

Esta audiência pública, coisa nunca vista, penso eu ser uma oportunidade única de nós nordestinos, nós empresários, nós políticos refletirmos não só o destino do Nordeste, mas o destino do Brasil.

Lembro que, nesta Casa, o Governador de Sergipe reclamou da discriminação que surgia por parte do Governador do Rio Grande do Sul, o Movimento Separatista. Isso é falta de patriotismo! Nós, nordestinos, nos orgulhamos de sermos brasileiros. Nós, nordestinos, queremos o retorno e a igualdade que nos é devida. FINOR, hoje, não é esmola. Ele dá muito mais do recebe. É uma história que deu certo e que não pode ser mexida. Admitimos que o FINOR possa ser melhorado, tem que evoluir, mas não pode ser mexido, sob pena de comprometer não só o Nordeste mas o Brasil como um todo. (Palmas)

Finalizando, quero citar um pensamento: "Vamos todos rezar como se tudo dependesse de Deus. Vamos todos trabalhar como se tudo dependesse de nós, para que os nossos filhos não sofram o que estamos sofrendo!"

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Antes de proferir as palavras finais da audiência pública, concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares; meu caro Superintendente da SUDENE, Dr. Cássio Cunha Lima; Dr. Nilson Holanda, meus senhores, minhas senhoras, funcionários da SUDENE, empresários:

Em primeiro lugar, quero agradecer, de maneira sincera e franca, a acolhida que tivemos nesta Casa, como sempre cordial, simpática e aberta à discussão dos problemas que a nossa região enfrenta, dando-nos a oportunidade de confirmar a impressão que sempre tivemos, de que esta Casa é, realmente, a sede onde os problemas nordestinos podem ser melhor tratados, porque falamos a mesma língua, temos os mesmos sentimentos. (Palmas) As nossas intenções são comuns, não há nenhuma discrepância quanto ao nosso espírito de filhos da região, dedicados ao seu desenvolvimento, sentindo quando ela está atrasada, quando sofre desigualdades e

dispostos, acima de tudo, a dar o melhor do nosso esforço para que ela possa ter uma situação compensada, uma situação vista pelos poderes públicos, de tal forma que o Nordeste receba o que lhe é devido.

Nesta reunião, fomos antecidos por alguns comentários que não correspondiam realmente à realidade dos fatos, conforme se verificou aqui.

Nossa posição é a mesma do Congresso, qual seja, a de buscar usar aquela Casa no sentido de que ela possa fazer por nossa região o que precisa ser feito.

Oswaldo toca-me profundamente quando fala, tal a sinceridade com que se expressa, a força da sua argumentação, a sua vibração e o seu entusiasmo. Nós, nordestinos, não podemos perder essa nossa condição na ação política, porque é necessário que se esteja constantemente lembrando ao País o que precisa ser feito pela Região Nordeste; outros não o farão por nós.

O companheiro disse que a solução dos problemas nordestinos está no Nordeste. Eu diria que está parcialmente no Nordeste, e muita coisa podemos e devemos fazer aqui. É em cima dessa parte que nos cabe, que me sinto encorajado a fazer uma análise crítica de todos os fundamentos da política regional, porque creio que não podemos deixar de encarar essas questões como questões que precisam ser resolvidas, não podemos escondê-las em baixo do tapete.

O funcionamento do sistema em relação à região também deve merecer de nós uma crítica construtiva e objetiva que busque, acima de tudo, adequá-la aos interesses da área.

Mas uma parte importante do problema do Nordeste encontra-se no centro do poder do País. Ali, temos que funcionar e trabalhar no sentido de encontrarmos os caminhos que nos faltam autonomamente e que não podemos resolver por nós mesmos.

Então, Parlamentares que somos, lá no Parlamento devemos trabalhar pensando na nossa região, no nosso mundo, pensando no País como um todo, mas, dentro disso, pensando muito no Nordeste.

O companheiro Presidente da Associação dos Funcionários lembrou bem: o problema econômico existe no Nordeste, mas, muito mais grave do que esse, é o problema social. Nossa população é sofrida, com mil sofrimentos. Não vou reprisar aqui o que todo mundo já disse. Inclusive, no meu discurso inicial já falei a respeito.

Portanto, é uma situação que precisamos enfrentar, e enfrentaremos. Vamos tentar convencer o País, cada vez mais, não só nesta Comissão, mas na próxima e na próxima e na outra, tentando lutar, cada vez mais, para que se encontre um jeito de que o Nordeste saia dessa situação de miséria social em que se encontra. Se fosse meia dúzia de pessoas, daríamos apenas uma esmola, uma ajuda, mas são milhões de pessoas. No Nordeste, temos milhões de marginalizados.

Há poucos dias, ouvia o Cristóvam Buarque, pernambucano brilhante, professor da Universidade de Brasília, dizer que temos uma situação semelhante à da África do Sul. Temos aqui um apartheid. Uma parte da população brasileira é separada do centro de decisão. No Nordeste, há, talvez, cerca de 30 milhões de pessoas que não participam de nada, não têm participação política porque não são educados, não têm instrução, não têm alimentação. São problemas tão prementes que ele não condição de ter sequer a situação política registrada.

Então isso nos revolta e nos dá a determinação de lutar com a maior força; eventualmente, em meio a incompreensões, essas são questões que, em família, se resolve. Nós, nordestinos, conversando entre nós, encontramos a maneira de estarmos juntos, buscando a melhoria das condições de vida da região.

Não tenho medo de me expor. Acho que uma queimação, um mal-entendido, essas são questões muito pequenas em relação ao grande problema que a região tem que enfrentar. Eu, como Senador merecedor do apoio do povo do Ceará - não sei se por engano, não sei se sinceramente, não sei se acreditando ainda - mas, de qualquer modo, essa delegação foi recebida e lutarei o mais que possa para levá-la até o fim.

Acredito que, a partir dessa reunião, possamos manter com a SUDENE, com o empresariado de Recife, com o povo de Recife, com a população dessa cidade, um diálogo mais fácil, de tal maneira que encontremos objetivos comuns a serem palmilhados juntos.

Acredito que outras oportunidades de estarmos juntos virão. Muito obrigado pela atenção de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Membros da Mesa, meus Srs. e minhas Sras.

Inicialmente agradeço a todos aqueles que permaneceram aqui até agora, apesar de realmente ter sido fascinante alguns debates realizados entre os expositores.

Na esteira do pronunciamento do Senador Beni Veras, gostaria de deixar claro que a nossa presença hoje aqui, em Pernambuco, pretendeu ser, acima de tudo, uma afirmação de solidariedade a este Estado e à SUDENE. Se alguma interpretação houve, no sentido de querer deslocar para o FINOR o objetivo principal desta audiência pública, ela não foi correta.

Gostaria de dizer que, nesta audiência de hoje, estiveram presentes 13 Senadores da República, que fizeram questão de, juntamente com o Senador Beni Veras, desfazer qualquer tipo de mal-entendido. E mais ainda: de dizer a Pernambuco e a Região do Nordeste que estamos conscientes de todos os seus problemas.

Situo-me de uma maneira muito informal, muito delicada até. Sou representante de um Estado da Região Sudeste, o Espírito Santo, e não gostaria, neste momento, diante de todos os problemas que assaltam o Nordeste, de fazer apologia do Espírito Santo. Quando fui Governador, já nos idos de 1975 - e como o tempo passa! - éramos o último Estado da Federação, atrás do Piauí, em matéria de arrecadação.

O Espírito Santo viveu muitos problemas, inclusive o problema gravíssimo que foi a erradicação do café. Éramos monocultores, só acreditávamos no café e, de repente, o café desabou e a economia do Espírito Santo também. Os problemas sociais foram terríveis.

Hoje, podemos nos orgulhar dos resultados, porque foi luta de todos, inclusive dos empresários, daqueles que trabalhavam no Espírito Santo. O Estado do Espírito Santo atualmente está entre os três Estados brasileiros que nada devem ao País. Estamos com as nossas contas rigorosamente em dia; temos o maior complexo portuário do País; possuímos um parque industrial extraordinário; e estamos caminhando para frente, fazendo da confiança e do otimismo nossas alavancas fundamentais.

Pernambuco tem uma história, uma história que é muito importante. Pelos pronunciamentos que ouvi hoje aqui, desde aquele que falou em nome dos homens do campo, do Presidente da Associação dos Funcionários da SUDENE, dos empresários, percebo que lateja dentro de cada pernambucano a vontade imensa de enfrentar os problemas e de resolvê-los.

Vamos ter essa compreensão. Esta Comissão Mista Regional, foi uma idéia magnífica do Senador Beni Veras, ele teve muito cuidado e muita habilidade na composição de seus membros. Ele não quis falar em Nordeste quando criou a Comissão, porque ele sabia, conforme tem ocorrido em algumas outras ocasiões, que quando se fala em Nordeste, infelizmente, no País, as autoridades maiores entendem que o Nordeste vem sempre chorar ou lamentar-se de suas desditas.

Beni Veras viu o outro lado e buscou exatamente um Deputado do Rio de Janeiro, um Senador do Espírito Santo, para ocupar os cargos principais na Comissão, na certeza de que, ao cogitar do desequilíbrio inter-regional brasileiro, iríamos ter uma noção exata dos problemas, principalmente dos graves problemas do Nordeste.

Hoje sou Senador pelo Estado do Espírito Santo, mas quero declarar aos senhores neste momento, face à realidade que tive oportunidade de constatar durante as exposições, que sou mais um Senador do Nordeste também, trabalhando para que possamos obter os resultados de que esta região necessita. (Palmas)

Portanto, recebam os senhores aqui estão presentes a nossa vinda, esta audiência pública como uma homenagem a Pernambuco e ao Nordeste. Muito mais ainda quero falar ao Superintendente Cássio Cunha Lima, que daremos à SUDENE todo o prestígio necessário, para que esse órgão saia sempre vitalizado e não perca nunca a sua expressão dentro do contexto geral. (Palmas efusivas)

São essas as minhas palavras, palavras de profunda compreensão.

Acho que deve haver uma necessidade imperiosa de os Senadores se deslocarem de Brasília para conhecer os problemas brasileiros in loco e formarem, então, um grande painel, que vai ajudar não só o Senador Beni Veras, mas os Senadores Marco Maciel, Mansueto de Lavor, Ney Maranhão e todos os outros que estão ligados à problemática do Nordeste, a dar soluções compatíveis principalmente com a dignidade da pessoa humana. Não adianta resolver problemas econômicos se a criatura cada vez vive pior. O homem se sente aviltado diante do seu contexto social.

Reafirmo, portanto, neste momento, ao representante da Ministra Yeda Crusius, o Dr. Wilson Holanda, da SEPLAN, a nossa convicção, o nosso pensamento irredutível, do Congresso brasileiro, de trabalhar dedicadamente em favor dessa Região tão sofrida do Brasil, mas que vai se afirmar pelo valor dos seus filhos e pelo trabalho de cada um.

Vamos dar, no Congresso, o respaldo necessário para que sejam encontrados os projetos e os planos necessários também, para que o Nordeste tenha o seu verdadeiro lugar dentro do contexto nacional.

Ouvimos, aqui, as palavras de dois governadores - Joaquim Francisco, de Pernambuco, e Ciro Gomes, do Ceará - que compreendem muito bem que a realidade brasileira, de uns tempos para cá, mudou completamente. Não vamos viver de palavras, não vamos viver de papéis. Neste momento, o povo brasileiro quer muito mais, diante de uma nova realidade. E esses dois governadores sabem muito bem que a linguagem a ser falada neste momento é a linguagem da realidade nacional.

Quero fazer um registro, que notei, até certo ponto, a empatia, muito grande, do Deputado Federal Gustavo Krause à fala dos pernambucanos na colocação de seus problemas. Foi uma pena que Gustavo Krause deixasse o Ministério da Fazenda. Acho mesmo, eu levei muita esperança na ação dele, por ser exatamente uma pessoa identificada com a realidade do povo brasileiro. A maneira de falar, a colocação objetiva dos seus conceitos chamou a nossa atenção, e acho que o nosso ex-Ministro da Fazenda seria, por certo, um colaborador muito importante dentro dessa caminhada tão difícil.

Os senhores sabem muito bem, e quero reafirmar neste momento, votei a favor do IPMF, uma medida que não é simpática, que representa um ônus terrível, e quero dizer, neste momento, que estamos preocupados exatamente com a credibilidade do País, com a governabilidade de Itamar Franco.

O, nosso Presidente é uma criatura impulsiva, nós todos, inclusive os Deputados que aqui estão presentes, sabemos muito bem, mas, perante o povo de Pernambuco e perante o Nordeste, vamos reiterar aquilo que sempre nos moveu na execução do mandato: dar ao Presidente a solidariedade necessária. Numa hora crítica como esta, temos que estar presentes para ajudar a construir alguma coisa em favor do Brasil.

E nessas soluções que vão brotar a partir de agora, não tenho dúvida, vamos reclamar, também, ao lado dos Senadores que representam essa Região, em favor de soluções mais humanas e compatíveis com a dignidade de cada um.

Portanto, neste momento, agradecendo a todos aqueles que foram expositores, agradecendo de uma maneira muito especial ao Dr. Wilson Holanda, que aqui representou a Ministra Yeda Crusius, quero dizer aos pernambucanos, aos nordestinos que até agora vieram conosco, o nosso muito obrigado e que seja, neste momento, esta reunião em audiência pública no auditório da SUDENE uma profissão de fé, uma profissão de esperança e um toque de reunir de todos para resolver de maneira efetiva as grandes soluções em favor do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado e boa noite. (Palmas)

ATO DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1993.

Às onze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de maio de mil novecentos e noventa e três, no Auditório da FIESP, reúnem-se a Comissão Mista acima especificada em Audiência Pública realizada em São Paulo - SP, presentes os senhores Congressistas: Garibaldi Alves, Elcio Alves, Beni Veras, Esperidião Amin, Jonas Pinheiro, Gilberto Miranda, Ronan Tito e João Calmon, Deputados Pinheiro Landim, Luiz Dirão e Osvaldo Coelho. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Declara aberta a reunião, o senhor Senador Elcio Alves, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, convidando os senhores Senador Beni Veras, Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira (Presidente da FIESP), Paulo Maluf (Prefeito da Cidade de São Paulo), Patrus Ananias (Prefeito da Cidade de Belo Horizonte), Dra. Eliana Abaurre Ferrari (Representante do Governador do Estado do Espírito Santo), Senadores Esperidião Amin, Ronan Tito, Jonas Pinheiro, Garibaldi Alves e Gilberto Miranda, Deputados Osvaldo Coelho, Luiz Dirão e Pinheiro Landim, Vicente Paulo da Silva (Sindicalista), Empresários Olavo Setúbal, José Mindlin e Mário Amato, Alcides Lopes Tápia (Presidente da FEBRABAN), José de Alencar (Presidente da FIEMG), Professor Luciano Coutinho e Professor Antônio Kandir, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Senador Beni Veras cumprimenta todos os senhores presentes, agradece pela atenção em terem atendido ao convite da Comissão e fala a respeito dos desequilíbrios existentes no país. Em seguida, o senhor Presidente comunica a chegada do senhor Hélio Garcia, Governador do Estado de Minas Gerais e passa a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira. De posse da palavra, o Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira cumprimenta todos os senhores presentes e comenta ser uma honra para a FIESP, poder acolher a Comissão para debater assunto tão importante. Em seguida, o senhor Presidente passa para o Tema "O Sudeste e a Unidade Nacional", onde fazem uso da palavra os senhores: Prefeito Paulo Maluf, Governador Hélio Garcia, Prefeito Patrus Ananias, Dra. Eliana Abaurre Ferrari e Vicente Paulo da Silva. Concluídas as exposições sobre o Tema acima citado, usa da palavra o senhor Senador Esperidião Amin. Em seguida, o senhor Presidente registra as presenças dos senhores Max Schrape (Vice-Presidente da FIESP), Paulo Hartung (Prefeito da Cidade da Vitória-ES) e Dra. Aspásia Camargo. Ato contínuo, o senhor Presidente passa para o Tema "Bases para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado", onde fazem uso da palavra os senhores José de Alencar, Mário Amato, Luciano Coutinho e Senador Ronan Tito. Em seguida, o senhor Presidente registra a presença do senhor Senador João Calmon e faz uma pausa na reunião para o almoço. Às quinze horas e vinte minutos, o senhor Presidente declara reaberta a reunião, retornando ao Tema "Bases para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado", onde fazem uso da palavra os senhores Deputado José Serra e Empresário Antônio Ermírio de Moraes. Concluídas as exposições sobre o Tema acima citado, usa da palavra o senhor Senador Beni Veras. Em seguida, o senhor Presidente passa para o Tema "Políticas Regionais e seu Financiamento", onde fazem uso da palavra os senhores Antônio Kandir e Alcides Lopes Tápia. Concluídas as exposições sobre o Tema acima citado, usam da palavra os senhores Deputado Pinheiro Landim,

Senadores Garibaldi Alves e Gilberto Miranda. Em seguida, o senhor Presidente passa para o Tema "A Reforma Constitucional e a Federação", onde fazem uso da palavra os senhores: Luís Eulílio Bueno Vidigal, Dra. Aspásia Camargo, Dr. Ives Sandra, José Mindlin e Olavo Setúbal. Concluídas as exposições sobre o Tema acima citado, usam da palavra os senhores: Deputados Luiz Girão e Osvaldo Coelho, Senadores João Culmon e Jonas Pinheiro, Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco (Diretor da FERRONORTE S.A.), Senador Beni Veras e Dr. Max Schrape. Em seguida, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores Congressistas, Empresários e demais presentes. Assumiu também a Presidência da Comissão, devido a necessidade do senhor Presidente ausentar-se por instantes, o senhor Senador Jonas Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Amalberto de Menezes Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


SENADOR ÉLCIO ALVARES

ANEXO A ATA DA 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO : SENADOR ÉLCIO ALVARES
RELATOR : SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Sr^{as} e Srs., neste momento, a Comissão Especial Mista que estuda o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro inicia a audiência pública referente à Região Sudeste.

Convido para comporem a Mesa: o Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da FIESP; o Prefeito Paulo Maluf, da Cidade de São Paulo; o Prefeito Patrus Ananias, de Belo Horizonte; a Dra. Eliana Borges Ferrari, representante do Governador Albuino Azeredo, do Espírito Santo; os membros da Comissão, Senadores Esperidião Amin, Ronan Tito, Jonas Pinheiro, Garibaldi Alves Filho e Gilberto Miranda e os Deputados Osvaldo Coelho, Luiz Girão, Pinheiro Landim e Vicente Paulo da Silva; os Srs. Olavo Setúbal, José Midlin e Mário Amato; o Presidente da FEBRABAN, Alcides Lopes Tâpias; o Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, José de Alencar; o Professor Luciano Coutinho, e o Professor Antônio Kandir.

Solicito aos demais integrantes que tomem assento à Mesa e aos demais lugares para que possamos iniciar os trabalhos.

Neste instante, constituída a Mesa, e já presentes os integrantes da Comissão, passo a palavra ao Senador Beni Veras, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Exm^o Sr. Prefeito Paulo Salim Maluf, da Cidade de São Paulo, Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da FIESP, que colaborou de maneira excepcional, com uma boa vontade extraordinária, para a realização desta reunião, Sr. Prefeito Patrus Ananias, de Belo Horizonte, Dra. Eliana Ferrari, Subsecretária do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo, Sr. Presidente Elcio Alvares, Srs. Senadores Esperidião Amin, Ronan Tito, Jonas Pinheiro, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Srs. Deputados Osvaldo Coelho, Luiz Girão, Pinheiro Landim, Srs. convidados, Srs. empresários:

Em princípio, nossos agradecimentos pela atenção em atender ao nosso convite e estarem aqui.

O Parlamento nacional é, no País, o ambiente que dispõe das melhores condições para a discussão dos problemas nacionais. Sua peculiaridade de incorporar representantes de toda a Nação lhe dá condições de compor uma visão, montar um mosaico diversificado e colorido de nossa realidade. A convivência de representantes das mais diversas origens, cada um vinculado ao seu Estado ou município, leva, através do debate e do conflito de idéias e interesses, a um caldeamento de grande utilidade para o estabelecimento de prioridades políticas e econômicas para o País.

Eventualmente, grupos importantes da população são levados a julgar que o Congresso não é capaz de entender seus pleitos e projetos, perdendo de vista que esta

Instituição, fruto gerado preponderantemente da cultura política da velha Inglaterra, é a melhor forma de conciliar as diversidades e diferenças de grandes massas populacionais. Não vejo bem que outra forma de instituição poderia manter juntos elementos tão dispares quanto os que compõem a sociedade brasileira.

Atualmente, há uma certa moda em agredir o Parlamento e a vida parlamentar. Vejo nisso uma grande miopia, pois ninguém é capaz de sugerir, mesmo utilizando toda a cultura política da humanidade, uma forma alternativa, mais capaz de edificar uma convivência civilizada de populações tão diferentes quanto as que vivem em Tarauacá, no Amazonas, por exemplo, e as que vivem em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

O Parlamento é um espaço onde o conflito pode ser administrado, sem jamais chegar ao ponto de ruptura. Os Srs. sabem bem a dificuldade de se estabelecer o consenso quando interesses importantes estão em jogo.

Conhecendo bem todo o País, sempre fomos partidários de que se buscasse uma forma de construir uma nação mais justa. Convivem na mesma cidade de São Paulo aparatosos palácios com as favelas de papelão do Morumbi. Da mesma maneira, convivem as mansões da Aldeota, em Fortaleza, lado a lado com a miséria mais abjeta da favela do Genibaú.

Esse milagre institucional, que permite a convivência sem conflitos de tamanhas desigualdades, é, em grande parte produto das instituições que criamos e que têm no Congresso seu ponto mais alto. Partindo de uma visão maior, não podemos deixar essa situação se tornar nosso ideal de organização política, mas temos que aproveitar o tempo dessa trégua social, para edificarmos uma sociedade mais justa.

É a partir dessa compreensão que sugerimos ao Congresso a formação de uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, para somar informações sobre as desigualdades entre as diversas regiões do País e procurar formas que nos permitissem a construção de uma nação mais equilibrada.

Ouvimos as inteligências mais expressivas de todo o País, realizando audiências públicas em Porto Alegre, Cuiabá, Palmas, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e, por fim, estamos aqui em São Paulo, buscando registrar a atual realidade do nosso País, evidenciar as grandes linhas que presidem essa relação de convivência entre situações tão dispares, avaliar até que ponto essa convivência tão desigual será estável e, acima de tudo, procurar identificar grandes linhas de ação política, capazes de encaminhar este que nos parece ser o maior mal de nossa sociedade, que é a imensa desigualdade prevalecente.

Os Senhores receberam um jogo de informações que revelam a extensão das desigualdades que nos cabe enfrentar e espelham um grande problema que não podemos desconhecer.

Ao organizar esta audiência pública em São Paulo, somando personalidades daqui, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, sob a Presidência desta, que é uma das personalidades mais dignas do Congresso, Senador Elcio Álvares, do Espírito Santo, pretendemos ouvir a inteligência desses quatro Estados que formam a Região Sudeste. Não por acaso a mais desenvolvida do País, embora sofrendo fortemente, por ser a mais industrializada, os efeitos do que se convencionou chamar de a década perdida, e que procuramos evitar que venha a ser duas décadas perdidas.

Como nordestino, tenho feito uma crítica constante às nossas elites regionais, que me parecem muito indiferentes aos problemas que caracterizam a realidade econômica do nosso Estado. *Mutatis mutandis*, há no País um consenso de que a Região Sudeste, aqui representada, funciona um tanto como as nossas elites, detentoras que são de um território que recebeu as bênçãos de Deus, quer pelo seu solo dádivo, quer por sua população com bom nível educacional, quer por ter partido mais cedo em seu processo de desenvolvimento, tendo podido contar com importantes recursos oriundos de todo o País para montar seu exuberante parque industrial, quer por ter podido operar com o mercado de todo o País daquela fase em que seus produtos industriais custavam caro e eram de má qualidade.

Dois fatos me parecem relevantes para colocar sobre os ombros do Sudeste uma grande carga na luta pelo estabelecimento de uma nação mais equilibrada: o primeiro é o nível de seus recursos humanos, extremamente mais preparados que os do restante do País, contando com centros de excelência como a USP, a UNICAMP, a FGV, a UFMG e tantas outras instituições líderes do nosso espaço científico e tecnológico.

O segundo é a vitalidade e a potência do seu mundo empresarial, aqui tão bem representado. A soma desses dois fatores impõe a essa Região que ela assuma o papel que lhe cabe na liderança das transformações que o País está a exigir. Os espaços que os Senhores ocupam tornam obrigatória uma posição política menos regional e mais globalizante.

É preciso que se pense o País, e o caminho mais adequado para resolver os problemas do Sudeste passa pelo desenvolvimento das demais Regiões. O crescimento de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro depende mais da incorporação do Centro-Oeste, do aproveitamento das potencialidades do Norte, do desenvolvimento do Nordeste do que parece a uma visão apressada. O problema de megalópoles como São Paulo e Rio de Janeiro estão diretamente ligados ao desenvolvimento de Recife e Fortaleza, por exemplo.

Sem dúvida, pode-se argüir da inoportunidade do tema dos desequilíbrios e que o quadro de vicissitudes por que passamos requer como primeira prioridade o combate à inflação, isto é, resgate da moeda, condição essencial para a retomada dos investimentos, fator da geração de emprego e renda - o que é, afirmo, inegável e urgente. Mas esta lógica, no passado, e em que pese aos extraordinários índices do nosso crescimento de então, foi comprovadamente insuficiente para romper os ciclos das desigualdades. Crescemos sim, porém mal e perversamente. Não podemos reincidir em tal erro; de onde sua correção deve dar-se agora, aqui, e não mais adiante.

Senhoras e Senhores, um processo de revisão de um pacto constitucional não se inicia nem se encerra no embate legislativo. Neste momento, nesta audiência estamos promovendo-a, e o produto do nosso trabalho será, acredito, peça importante da revisão que se avizinha. Porém se o novo pacto é ainda futuro, presente é a crise e a ela deve alcançar o nosso olhar. Essa convivência do Parlamento com a realidade viva da Nação é que seria importante para que nós abríssimos portas e caminhos para discutir essa questão melhor, chegarmos melhor a esse entendimento no meio parlamentar.

Numa crise de dimensões como a que subsiste há mais de uma década, todos, sem exceção, vamos mal - indivíduos, empresas, Estados e Regiões. Mas, como os primeiros, essas últimas representam uma diversidade interna, fruto do repatimento e da agressividade da crise sobre as estruturas e as distorções precedentes. É inequívoco o peso da crise que se abateu sobre o Sudeste, em especial sua indústria de base, suas metrópoles, com inimagináveis degradações das condições de vida, segurança e trabalho, sobrepondo-se aos efeitos da saturação precedente da produção de bens e serviços. O Sul pagou na mesma moeda, via redução dos seus índices históricos de crescimento. A estagnação do Rio Grande do Sul, móvel do separatismo incipiente que lá germina, e do recuo de suas exportações. Norte e Centro-Oeste, canalizadores da poupança sudestina dos anos 80 e seguintes, apresentam sérias dificuldades em compatibilizar seu crescimento com a ambiência natural que lhes é peculiar, além de um dinamismo muito aquém do necessário, face às suas potencialidades.

Por último, o Nordeste, berço e imagem da questão regional em nosso País, é a mais frágil e complexa dentre elas - por não ter a pujança de umas ou as potencialidades exuberantes de outras. O Nordeste se despedaça entre os pólos de modernidade gerados em suas entranhas pelo sonho da SUDENE, dos incentivos e da integração com o Sudeste e o oceano de desassistidos, cuja seca recente serve de dramática e monótona epígrafe, quando não epitáfio.

Exemplo maior do agravamento e das tensões, o pacto federativo é posto à prova, emergem disputas e ressentimentos entre Unidades da federação, alcançando, assim, os mais elevados níveis os riscos de uma secessão, a qual logramos, a duríssimas penas, contornar no passado. Sem sombra de dúvidas, distorções existem e devem ser corrigidas, com destaque para a sub-representação de São Paulo no Congresso Nacional.

Entretanto, como nos ensina a professora Aspásia Camargo, à equação política devem articular-se e mesmo sobrepor-se outras, de cunho social, econômico e nacional, o que é devido a São Paulo, politicamente, por exemplo, é igualmente devido ao Nordeste, em termos econômicos e sociais. Pois, sem sombra de dúvida, é amparado em dados que afirmam ser o Sudeste e o Sul o destino privilegiado da poupança pública.

E que, a assim prosseguirmos, contratamos o ressentimento nacional ao darmos a São Paulo o que lhe é devido de direito, no plano político, de onde a idéia de que há um novo pacto federativo. No plano político, necessitamos, igualmente, de um pacto que conduza à redução das desigualdades espaciais e de rendas. É esta audiência é um convite para que juntos o esboçemos já.

Senhores e Senhoras, das audiências anteriores trago algumas propostas, não um receituário, é certo, mas contribuições ao debate, as quais passo em exame, para assim concluir esta intervenção.

Em primeiro lugar, a redução dos desequilíbrios deve ser uma preocupação permanente, e não a posteriori, em uma política de estabilização na reconstrução do Estado ou, ainda, na retomada do crescimento. É falso o dilema de estabilizar ou reduzir desigualdades, pois a verdadeira estabilização imprescindente de uma visão espacial num país de dimensões continentais como o nosso, com a sociedade dual e heterogênea que temos.

Em segundo, é preciso ter uma visão global e ao mesmo tempo diferenciada do nosso País nos estabelecimento de políticas públicas, em especial nas áreas de ciência e tecnologia, infra-estrutura e serviços sociais.

O regional deve ser uma componente, um ângulo das políticas globais, não apenas a subpolítica compensatória, de correção assistencial das distorções como tem sido até aqui.

Em terceiro, necessitamos urgentemente de uma ampla revisão no sistema de coordenação e planejamento do Estado, danificado e posteriormente destruído no governo anterior. E precisamos adaptá-los aos nossos tempos, às novas experiências. Se ele deve reduzir suas funções, deixando espaço para o setor privado, no Sul/Sudeste, seu fortalecimento nas demais Regiões, em especial no Norte/Nordeste, é dramaticamente decisivo para o desenvolvimento das mesmas.

O que nos leva ao quarto ponto: como financiar a redução das desigualdades? Isso será tema de debate a seguir. Mas permito-me fixar num ponto: o modelo de transferências de recursos está esgotado, tanto na ponta da captação, como

de sua aplicação - unidades produtivas. As regiões menos desenvolvidas necessitam de condições permanentes da atração de capitais, e não mais transitórias, de onde a imprescindibilidade de investimentos na sua infra-estrutura e seus recursos humanos.

Para tanto, requer-se a centralização dos diversos fundos hoje existentes em um único, por região, com amplas possibilidades de consorciar-se a fundos internacionais e privados, orientando-os para o financiamento de projetos estratégicos e estruturadores. É um crime pulverizar recursos ou mal aplicá-los - o que dá no mesmo. Em minha região, apesar dos pesares, os empresários vão levando, mas o povo vive muito mal!

Em quinto e último, necessitamos de credibilidade, o que demanda um pacto interelites em defesa da modernidade e da cidadania. Os esquemas de financiamentos do desenvolvimento das regiões periféricas encontram-se desmoralizados pelos escândalos quase diários, reflexo da captura desses fundos por oligarquias em associações com burocracias corruptas e peremptas, de onde a sociedade, com justa razão, se questiona no sentido e valor de mantê-los. Faz-se necessário o controle público de tais fundos, sua efetiva transparência, sem o que, breve, não mais disporá de sustentação societária suficiente, em prejuízo dos que dele necessitam. A regulação pública desses fundos, porém, requer discernimento, coragem e, sobretudo, renúncia a estereótipos.

Se é verdade que existem elites retrógradas e aferradas a privilégios seculares em nossas regiões - mesmo aqui no Sudeste - igualmente real é a existência de elites outras - e cito o meu Estado como exemplo - portadoras de futuro e de modernidade e compostas por trabalhadores, empresários, igrejas, acadêmicos etc. Só a união das elites modernas daqui, do Sudeste, e as de lá, na reforma constitucional próxima, dará oportunidade à real mudança social, econômica e política, derrotando o autêntico pacto de miséria em que se ceavam os que desta dependem.

Esta, Senhoras e Senhores, a nossa ordem do dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Já se encontra no recinto o Governador Hélio Garcia, de Minas Gerais, que integrará a Mesa, tão logo acabe as entrevistas que está concedendo na sala ao lado.

Neste instante, vamos ter a honra e a satisfação de ouvir a palavra do Presidente da FIESP, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

O SR. CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA - Exm^o Sr. Governador Hélio Garcia; Exm^o Sr. Dr. Paulo Salim Maluf, ilustre Prefeito do Município de São Paulo; Exm^o Sr. Dr. Patrus Ananias, ilustre Prefeito do Município de Belo Horizonte; Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão; Senador Beni Veras, Relator da Comissão; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Dr. Olavo Setúbal, ex-Prefeito do Município de São Paulo; Exm^o Sr. Vicente Paulo da Silva, digno Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema; Dr. Alcides Lopes Tapias, Presidente da FEBRABAN; companheiro Mario Amato, Primeiro Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Dr. José Alencar Gomes da Silva, ilustre Presidente da Confederação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Dr. Carlos Alberto Vogt, Reitor da UNICAMP; Dr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Reitor da PUC; companheiros industriais; minhas senhoras e meus senhores:

Para a Federação e Centro das Indústrias, é uma honra muito grande poder acolher, em nossas instalações, para esta audiência pública, esta importante Comissão do Congresso Nacional e também os ilustres homens públicos já nominados, para debater assunto tão relevante e ao mesmo tempo tão delicado.

Tenho a certeza de que será uma reunião extremamente profícua para toda a Nação brasileira, que não quer desequilíbrios, que não quer continuar com o quadro que temos hoje, que deseja a integração e a unidade do nosso território, que não aceita separatismos, divisionismos, radicalismos e regionalismos equivocados e inconseqüentes.

Esta oportunidade é muito grande para todos nós, empresários de São Paulo, tendo em vista um maior entrosamento com o Congresso Nacional, especialmente em uma hora tão importante, quando já se esboça a revisão da nossa Constituição. Desejamos o desenvolvimento harmônico e achamos que a prioridade fundamental deveria ser a educação.

Essas são as poucas palavras que gostaria de dirigir a todos os presentes, manifestando a honra e a satisfação que a Federação e o Centro das Indústrias têm em acolhê-los nesta oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Entraremos, agora, no Painel nº 1 propriamente dito, cujo tema é "O Sudeste e a Unidade Nacional".

Antes, porém, gostaria de prestar um esclarecimento aos senhores sobre a importância desta Comissão, que estuda o desequilíbrio inter-regional.

Os trabalhos estão praticamente em fase de conclusão, dependendo, evidentemente, da opinião de São Paulo e de todos os Estados que integram o Sudeste. Depois do relatório feito, será a primeira vez que o Congresso brasileiro irá levar ao Poder Executivo uma proposta concreta sobre o desenvolvimento nacional, visto dentro de um plano geral.

Portanto, esta Comissão é muito importante, na medida em que dará origem a um ato oficial do Congresso brasileiro de colaboração com o desenvolvimento do País. Além do mais, todas as opiniões contidas nos debates que tivemos, em Brasília e em várias capitais brasileiras, serão examinadas e colocadas em uma projeção que será entregue ao Governo Federal.

Acho que talvez esta seja a contribuição mais importante que estamos tendo. É importante frisar que aqui se encontram empresários, trabalhadores, lideranças políticas, governadores, enfim, pessoas de todos os segmentos que nos fornecerão uma visão muito ampla do que é o pensamento nacional a respeito do desenvolvimento.

Gostaria de dizer isso porque a abrangência deste trabalho não se limita somente a uma comissão. Há também um projeto de desenvolvimento que considero ser o melhor momento que o Congresso está vivendo em termos de relacionamento com o Governo Federal.

Neste momento, registro, com muita alegria, a presença do Governador Hélio Garcia, a quem saudamos. (Palmas)

Entraremos, agora, no tema "O Sudeste e a Unidade Nacional". A presença dos Governadores e Prefeitos dão bem a dimensão do entendimento desta Comissão.

Gostaríamos de dar a palavra, neste instante, ao nosso Prefeito anfitrião, Dr. Paulo Salim Maluf, que irá falar agora durante esta audiência pública. Portanto, com a palavra o Prefeito Paulo Maluf.

O SR. PAULO MALUF - Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da FIESP; Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Hélio Garcia; Sr. Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão; Sr. Senador Beni Veras, Relator da Comissão; Sr. Senador Esperidião Amin, Presidente do PTB; Sr. Senador Ronan Tito; Sr. Senador Gilberto Miranda; Sr. Senador Garibaldi Alves; Sr. Senador Jonas Pinheiro; Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias; Sr. Prefeito de Vitória, Paulo Hartung; Sr. Alcides Tápias, Presidente da FEBRABAN; Sr. Olavo Setúbal, ex-Prefeito de São Paulo e um dos grandes expoentes do empresariado paulista; Sr. José Alencar, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; Dr. José Mindlin, outro expoente das indústrias de São Paulo e membro desta Casa; Srs. Deputados Federais Osvaldo Coelho, Luiz Girão e Pinheiro Landim; Sr. Reitor da UNICAMP, Carlos Vogt; Sr. Vicente Paulo da Silva, futuro Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Exm^a Sr^a Dr^a Eliana Abaurre Ferrari, Secretária do Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo; Sr. Mário Amato, ex-Presidente da Federação das Indústrias; Sr. Raul Julgman, Assessor do Senador Beni Veras; autoridades aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Dentro do tempo de quinze minutos que nos é concedido, gostaria de dizer aos senhores que essa disparidade regional existente no Brasil começou, na realidade, há mais de um século.

Esta cidade - da qual tenho orgulho de ser Prefeito pela segunda vez, e que Olavo Setúbal também administrou com toda a eficiência, competência e honestidade - era, há um século atrás, a décima segunda cidade, em número de habitantes, do Estado de São Paulo. Itu, Sorocaba, Santos, Campinas eram maiores que São Paulo.

O Censo de 1870 dava para São Paulo exatamente 20 mil habitantes. Quando tivemos a Proclamação da Independência, o Rio de Janeiro tinha 170 mil habitantes, São Paulo tinha 10 mil habitantes e Salvador, 130 mil habitantes. No censo de um século atrás, 1890, São Paulo tinha 50 mil habitantes; em 1900, já passou de 50 mil para 250 mil; em 1940, quando estudava minha Geografia nos bancos do primário, São Paulo tinha 1 milhão de habitantes. No censo de 1970, quando fui Prefeito pela primeira vez, São Paulo tinha 5 milhões e 800 mil habitantes.

Pois bem, no Censo de 90, vinte anos depois, a Grande São Paulo tem cerca de 17 milhões de habitantes. Então, o que aconteceu nessa região? Segundo o grande sociólogo Gilberto Freyre, em conferência feita na Associação Comercial de São Paulo, quando eu era presidente daquela entidade, o crescimento de São Paulo se deve a dois fatores: primeiro, a instalação da energia hidrelétrica, com a Light, no fim do século passado; segundo, a imigração estrangeira que veio para cá para suprir o trabalho escravo, principalmente a imigração italiana, no fim do século passado. Eis que, naquela época, mais da metade da cidade de São Paulo tinha sangue italiano nas veias ou, então, por estoque congênito.

São Paulo teve, portanto, a partir do começo do século, com a instalação da energia elétrica e com a imigração e migração, um aumento demográfico que fez com que houvesse, em primeiro lugar, um investimento na agricultura, principalmente no café.

Em 1910, apenas São Paulo era responsável por metade da produção de café do mundo. A partir da Primeira Grande Guerra, tivemos uma industrialização, principalmente no setor têxtil, e, a partir da Segunda Grande Guerra, tivemos outra grande industrialização nos setores de papel, celulose, siderurgia e metalurgia, que se intensificou principalmente com a instalação da indústria automobilística aqui em nosso Estado.

Para os senhores terem uma idéia, o Brasil - que era praticamente monoprodutor e monoexportador do café -, entre 1946 e 1966, exportou um pouco mais de 1 bilhão de dólares por ano, sendo que cerca de 70% dessa exportação era

basicamente café. Ou seja, o café representava qualquer coisa em torno de um bilhão de dólares por ano.

Pois bem, somente a indústria automobilística, que foi instalada aqui a partir de 1957, produz hoje cerca de quase um milhão de veículos, entre automóveis, tratores, caminhões, picapes e ônibus, a uma média de 18 mil dólares um pelo outro. Ou seja, só a indústria automobilística de hoje produz 18 bilhões de dólares de produto, praticamente dezoito vezes o que há anos produzia o café.

É por isso, Sr. Governador de Minas Gerais, que quando, em 1980, recebi a visita de dona Sarah Kubitschek em meu Gabinete, solicitando um auxílio para a construção do Memorial JK, em Brasília, tive a oportunidade de, como Governador, enviar à Assembleia Legislativa de São Paulo uma exposição de motivos, dizendo que São Paulo fazia questão de contribuir com cerca de 50 milhões de cruzeiros da ocasião, que equivaliam a cerca de um milhão de dólares. Por quê? Juscelino Kubitschek tinha sido o maior e o melhor Governador que São Paulo tinha tido. E por quê?

Meus amigos, hoje está provado e comprovado que a criação de um emprego custa um investimento em torno de 50 mil dólares. Se se trata da construção de um porto de areia, quem sabe esse investimento vai gerar um emprego com 5 mil dólares; se se trata de uma indústria informatizada, quem sabe um emprego se cria com 200 mil dólares de investimento; mas se nós, meu caro Senador Beni Veras, fizermos uma fiação e uma tecelagem no Ceará, investindo 50 milhões de dólares, com certeza estamos criando em torno de mil empregos.

Pois bem, qual é, portanto, o grave problema brasileiro? O grave problema brasileiro é que temos que enfrentar um fato, como a lei da gravidade: se deixarmos este copo cair sozinho, ele cairá, porque a lei da gravidade não pode ser revogada. O que acontece hoje no Brasil, segundo todos os censos que temos, é que existe uma geração de crianças, ou seja, um aumento demográfico equivalente a 2% anual sobre 150 milhões de habitantes. O fato é este: temos três milhões de crianças que nascem todos os anos e que precisam não só de alimentação, precisam de proteína até os seis anos de idade, precisam de escola, precisam de saúde pública, precisam de moradia, e quando eles tiverem 20, 21 anos de idade vão precisar de emprego.

O Brasil não deve tentar combater os efeitos e as consequências; temos é que combater as causas.

Hoje, infelizmente, existem meninos de rua na Praça da Sé, e não adianta querer acolhê-los num asilo, ou numa creche, ou numa OAS, ou numa SOS; temos, sim, que colocá-los dentro das suas próprias casas, gerando emprego para o seu pai ou para a sua mãe. No momento em que criarmos emprego para o pai e para a mãe desta criança iremos eliminar pela causa a existência dos meninos de rua.

O Brasil de hoje, segundo os números que eu tinha na minha cabeça, até uma semana atrás, deveria ter um produto interno bruto de 400 a 450 bilhões de dólares. O Fundo Monetário Internacional, em publicação desse fim de semana, diz que deveríamos ter, por outros tipos de medição, qualquer coisa em torno de 700 bilhões de dólares. Mas a verdade é a seguinte: temos que criar dois milhões de empregos por ano, porque são dois milhões de pessoas que nasceram em 1970 e que hoje estão vindo para o mercado de trabalho. Esses dois milhões de empregos por ano, a 50 mil dólares por emprego, exigem um investimento estatal, ou pela livre empresa, ou por empresas privadas estrangeiras, exigem um investimento de 100 bilhões de dólares; ou seja, ou o Brasil se convence que tem que gerar poupança interna ou atrair poupança externa para investir em torno de 100 bilhões de dólares por ano ou, então, não criará os dois milhões de empregos que necessita para eliminar essas disparidades regionais. Essas disparidades poderão ser eliminadas levando a cada Estado brasileiro a investimentos de acordo com sua vocação.

Diz-se, por exemplo, que existe seca no Nordeste. Eu conheço bem o Nordeste, penso que representa um grave desafio para os governos eliminar a seca através, por exemplo, de projetos de irrigação. Quando vamos desde o Vale do Guruguia, desde o Alto Parnaíba, que fica a meio caminho entre o Oceano Atlântico e Brasília, nas divisas dos Estados do Piauí com o Maranhão, e vemos que existem, lá, 1.400 km de rio perene, e se sobrevoarmos este rio nos seus 1.400 km, que demora três, quatro horas para ser sobrevoado num teco-teco, sequer verificamos a existência de um só projeto de irrigação. Os projetos de irrigação do rio São Francisco também são poucos. E vamos - o que já disse inclusive ao nosso Senador Beni Veras - ao nosso querido Estado do Ceará. Fui visitar o maior açude do Brasil, o açude de Orós, construído por Juscelino há mais de 35 anos, e o sobrevoei mais de uma vez e não encontrei, basicamente, nenhum grande projeto de irrigação à margem daquele lago, daquela verdadeira Baía de Guanabara, que foi criada homem. Então, temos lá bilhões e bilhões de metros cúbicos que estão indo todos os anos para o Oceano Atlântico. E o que temos, infelizmente, numa região fertilíssima do País, que é o Nordeste, como que uma mera questão contemplativa; contemplam-se esses açudes, mas não se financiou aquilo o mais necessário, no meu entender, que seria a motobomba, com a competente irrigação do lago.

Portanto, há Estados cuja vocação é agrícola, outros cuja vocação é da agroindústria, é a colocação do valor agregado da produção agrícola para criar-se produtos industriais; há Estados cuja vocação é industrial, outros que, por uma questão universitária, são de alta tecnologia. No meu modo de entender, os Estados podem receber investimentos em todos os setores, desde o setor primário até de o altíssima

tecnologia, para que o homem, através da fixação à terra, com a oportunidade de uma vida digna, seja impedido de migrar.

Quero que os Senhores saibam que se não fosse a migração, eu que sou imigrante de primeira geração, não teria nascido aqui, nós nos orgulhamos dos imigrantes de todos os países, dos que vieram do Líbano, do Japão, da Itália, de Portugal, da Espanha, da Alemanha. E, ainda recentemente, numa obra que estamos fazendo, onde há 1.200 trabalhadores, mandei fazer uma enquete onde ficou constatado que o maior número de imigrantes é de Minas Gerais, em segundo lugar de Pernambuco, terceiro lugar da Bahia. No total ganha o Nordeste, mas por Estado é Minas Gerais.

Nos orgulhamos de todos esses homens que aqui vieram construir conosco o progresso de São Paulo. Mas a verdade, como disse o nosso Senador Beni Veras, aqui temos, infelizmente, a convivência da avenida paulista, com seus caixilhos de alumínio, com seus vidros fumê, com seus elevadores de alta velocidade, com favelas que temos aqui ao lado do Morumbi, como Paraisópolis, como na Cidade Universitária, como as favelas mais antigas na zona leste, como também as favelas lá de Interlagos e outras tantas; temos quase, infelizmente, um milhão de favelados que para aqui vieram a procura de um emprego, porque não encontraram emprego no seu Estado de origem.

Por isso, meus amigos, a contribuição que deixo, dentro do tempo que me é disponível, é a seguinte: ou o Brasil se convence, na próxima revisão constitucional, que devemos dar um valor muito grande para o setor econômico, para o setor fiscal, ou nos convencemos que temos que liberalizar a economia deste País, ou estaremos instalando, de maneira perversa, novamente a escravidão neste País. São tantos os corporativismos que estão instalados, que hoje temos uma massa muito grande da população presa para trabalhar para uma massa muito pequena de indivíduos que tem todos os tipos de vantagens, de regalias e de direitos.

Portanto, como tenho absoluta convicção de que esses direitos, que essas regalias, politicamente, serão absolutamente impossíveis de serem revogadas, faço um apelo para o sentido positivo dos investimentos, para que os investimentos, facilitados, tanto externos como internos, tanto governamentais como privados, tanto como sociedades de economia mista como de multinacionais, que esses investimentos sejam facilitados para a criação de empregos, porque ou nós continuamos a pedalar - a economia é uma bicicleta - ou corremos, infelizmente, o risco de tomar um tombo. Para que o Brasil não tome um tombo, para que o Brasil não seja um exportador daquilo que ele tem de melhor, que é a nossa juventude, para que não haja neste momento, quando se comemora a vinda dos imigrantes japoneses para o Brasil, para que não haja a migração ao contrário, nossos nisseis, nossos sanseis, já 170 mil trabalhando lá, para que não existam 1 milhão e 200 mil brasileiros, como hoje existem, nos Estados Unidos, para que, infelizmente, pudessem trabalhar aqui os 800 mil que hoje estão na Europa. Para que possamos um dia dizer que lugar de brasileiro é aqui no Brasil é que devemos, nessa revisão constitucional, facilitar, estimular, motivar os investimentos de geração de emprego, para assim perpetuar o homem no local onde nasceu, mas com dignidade, com bom salário, com boa qualidade de vida, onde ele possa ter uma escola para o seu filho e assistência médica para a sua saúde.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alves) - Em seguida, teremos a honra de ouvir a palavra do Governador de Minas Gerais, Dr. Hélio Garcia.

O SR. HÉLIO GARCIA - Exm^o. Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da FIESP; Exm^o. Sr. Senador Beni Veras, Relator da Comissão; Exm^o. Sr. Senador Elcio Alves, Presidente da Comissão; Exm^o. Sr. Senador Esperidião Amin; Exm^o. Sr. Senador Ronan Tito; Exm^o. Sr. Senador Garibaldi Alves; Exm^o. Sr. Senador Gilberto Miranda; Exm^o. Sr. Senador Jonas Pinheiro; Exm^o. Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias; Sr. Alcides Lopes Tápias, Presidente da FEBRABAN; Exm^o. Sr. Paulo Hartung, Prefeito de Vitória; Sr. José Alencar, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Vogt, Reitor da UNICAMP; Exm^o. Sr. Deputado Osvaldo Coelho; Exm^o. Sr. Deputado Luiz Girão; Exm^o. Sr^a. Eliana Ferrari, Subsecretária do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo; Exm^o. Sr. Olavo Setúbal, ex-Prefeito de São Paulo; Sr. Mário Amato, ex-presidente da FIESP; Sr. Vicente de Paulo Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Sr. Assessor do Senador Beni Veras; Exm^o. Sr. Deputado Paes Landim; Sr. Presidente:

Ao longo de sua história, o Brasil consolidou sua base territorial e sua unidade como Nação. Este imenso território, com suas riquezas naturais e ocupado por uma população laboriosa e empreendedora, foi condição necessária para que o Brasil se incluísse entre as maiores economias mundiais.

O crescimento econômico brasileiro, até o início da crise, foi superior à média do crescimento da América Latina e superior ao crescimento dos países mais desenvolvidos. Este crescimento teve, contudo, uma face negativa: não foi suficiente para eliminar as desigualdades sociais e regionais.

A busca de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, que seja capaz de garantir igualdade de oportunidades a todos os brasileiros e que permita a utilização racional das potencialidades de todas as regiões, é o grande desafio que se impõe à sociedade brasileira neste final de século.

Urge a construção de um projeto nacional que seja capaz de contemplar e articular os interesses e objetivos econômicos, políticos e sociais das distintas regiões.

Um projeto nacional que fortaleça o federalismo - condição essencial para a edificação de uma nação ao mesmo tempo rica e justa.

A realização, na Região Sudeste, da última audiência pública desta Comissão do Congresso Nacional tem uma significação singular. O Sudeste combina a maioria das características naturais do Brasil. Sua população reúne os traços das populações das demais regiões, não só por sua origem como, também, pela salutar fusão migratória ocorrida historicamente. Por ter características de síntese nacionais, esta região tem a responsabilidade histórica de contribuir para a consolidação da unidade nacional.

Espero que deste Encontro e do Relatório Final dos trabalhos desta Comissão possam emanar diretrizes básicas à construção de um projeto nacional, visando a busca do desenvolvimento mais equilibrado, do ponto de vista social e regional.

Entendo que, para essa finalidade, urge seja revisto o papel do Estado brasileiro. O momento da revisão constitucional é oportuno para se efetuar uma reforma fiscal profunda que defina, com clareza, as funções das diferentes esferas do poder: União, Estados e Municípios. Que, como consequência, estabeleça a estrutura de gastos e, por fim, uma estrutura tributária e compatível com as funções e os gastos das diferentes esferas do poder. Isso sem perder de vista a função essencial e inalienável do Estado brasileiro em estimular o crescimento e promover a busca da equidade com uso adequado dos recursos públicos.

Ademais, caberá ao setor privado, através de seus investimentos, promover a geração de emprego e renda em espaços econômicos, atualmente vazios, mas de grande potencial de crescimento, como contrapartida de oportunidade de negócios e mercado.

O estímulo do crescimento econômico e o fortalecimento dos mecanismos de mercado são condições essenciais à sustentação de um projeto de desenvolvimento nacional integrado.

Enfim, a construção de um projeto nacional adequado às condições atuais: com um estado forte e eficiente e uma economia competitiva. É, sobretudo, a construção de um projeto nacional que consolide a unidade nacional e fortaleça o regime federativo.

Essa é uma tarefa para toda a sociedade brasileira. É a tarefa que, espero, estamos financiando aqui nesta reunião.

Sr. Governador, Sr. Prefeito Paulo Maluf, Sr. Prefeito Olavo Setúbal, ouvi atentamente suas palavras quando dizia sobre o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, que foi o melhor governador de São Paulo. Era projeto dele industrializar São Paulo, criar riquezas em São Paulo, pelas suas condições, pelo que já havia nesse Estado. Desejava voltar à Presidência da República para também ajudar o seu Estado, Minas Gerais.

Por essas e outras razões é que V.Ex.^a afirmou aqui que o maior índice migratório de São Paulo vem de Minas. Esses dois Estados sempre estiveram unidos e assim continuar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Mesa gostaria de registrar a presença do Dr. Max Schrappe, Vice-Presidente da FIESP, que é a casa anfitriã hoje, a presença também do nosso prefeito da capital de Vitória, Dr. Paulo Hartung, que nos honra também no nosso Estado e, de uma maneira muito carinhosa, a professora Aspásia Camargo, cuja contribuição tem sido muito importante para os trabalhos que essa Comissão vem desenvolvendo.

Neste instante vamos ouvir a palavra do Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS - Exm.^o Sr. Dr. Hélio Garcia, Governador do meu Estado, Minas Gerais; Exm.^o Sr. Senador Elcio Alvares, Presidente desta Comissão; Exm.^o Sr. Senador Beni Veras, Relator desta Comissão; Exm.^o Sr. Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da FIESP; Exm.^o Sr. Dr. Paulo Salim Maluf, Prefeito de São Paulo; Exm.^{os} Srs. Senadores Esperidião Amin, Ronan Tito, ilustre representante também do meu Estado no Senado Federal, Garibaldi Alves, Gilberto Miranda e Jonas Pinheiro; Exm.^o Sr. Alcides Tápia, Presidente da FEBRABAN; Exm.^o Sr. Paulo Hartung, Prefeito de Vitória; Exm.^o Sr. Dr. José Alencar Gomes, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; Exm.^o Sr. Carlos Alberto Vogt, Reitor da UNICAMP; Exm.^a Sr.^a Eliana Ferrari, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo; Exm.^o Sr. Olavo Setúbal, ex-Prefeito de São Paulo, a quem aqui presto uma homenagem fraterna e de gostosas reminiscências na pessoa do saudoso escritor Paulo Setúbal, que muito contribuiu para tornar mais leves e mais prazerosos os anos da minha infância, especialmente com o livro de poesias chamado "Alma Cabocla", que li com muito carinho, além de tantas outras obras; Exm.^o Sr. Mário Amato, ex-Presidente da FIESP; Exm.^o Sr. Vicente Paula da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Exm.^o Dr. Raul, assessor do Senador Beni Veras; Exm.^o Sr. Dr. José Mindlin, empresário, Diretor da FIESP, a quem também rendo as minhas homenagens pelas suas históricas ligações com a cultura e por ter me permitido conhecer em reprodução idêntica à revista Verde dos modernistas de Minas Gerais, do ano de 1924, feita em Cataguases, e que a sua generosidade cultural permitiu que pudéssemos conhecer em perfeita reprodução, que guardo com muito carinho; Srs. Deputados presentes, Deputado Luiz Girão, Osvaldo Coelho, Pinheiro Landim; demais

autoridades presentes, são tantas, Parlamentares, empresários, lideranças sindicais, intelectuais, Professora Aspásia Camargo:

Venho, com o sentimento grande de modéstia, não uma modéstia que expressa, muitas vezes, na sua outra dimensão, arrogância e orgulho, modéstia que me acompanha desde que recebi o convite para participar deste encontro e sobre o qual venho pensando: qual pode ser minha contribuição? Dentre tantas possibilidades, dentre tantos temas, reconhecendo os meus limites, optei por dar um depoimento. Falar com o coração sobre o meu País, envolvendo o meu Estado, a minha cidade, mas uma contribuição eminentemente espontânea, porque penso que neste momento devemos, sobretudo, trazer essa contribuição muito pessoal.

Em primeiro lugar, quero saudar a Comissão e a FIESP por abrir esse espaço, possibilitando o encontro de idéias e de pessoas. Existe algo que precisamos hoje no Brasil para resolver o desequilíbrio regional e social e para colocar de vez este País no lugar que lhe cabe por destinação histórica no contexto das nações. Existe algo necessário: nós, brasileiros, devemos aprender cada vez mais o exercício difícil, mas fundamental, do diálogo. Onde os homens não conversam, impossível construir espaços e possibilidades coletivas.

Venho de uma geração que lutou pela conquista das liberdades democráticas, que enfrentou o período da repressão e da violência; depois de tantos anos é preciso constatar que nós, brasileiros, desaprendemos, principalmente depois de 64, e mais gravemente ainda, depois de 68, desaprendemos a arte de dialogar e de pensar de forma conjunta e coletiva sobre o nosso País. Vivemos num país desigual nas suas regiões. A Região Sudeste, por si só, é extremamente desigual, e eu diria mesmo que o meu Estado, aqui representado pelo Governador Hélio Garcia, pelo Senador Roman Tito, pelo Dr. José Alencar, Presidente da FIESP, e tantos outros Secretários de Estado, diria que o nosso Estado é extremamente diferenciado.

Entre o Jequitinhonha e o Triângulo Mineiro, entre o Sul e o Norte de Minas, entre o Vale do Rio Doce e o Vale do São Francisco, há diferenças econômicas e sociais e até mesmo culturais. As diferenças e as desigualdades do nosso País que podem comprometer-lo podem também, se bem trabalhadas, sedimentar uma grande nação. As diferenças regionais do Brasil não podem, de acordo com a minha opinião e o meu modo de ver - e penso que traduzo aqui o sentimento e a inquietação de muitas outras pessoas - ser dissociadas das diferenças sociais. O maior desafio que se coloca hoje para o Brasil, para vencer as possibilidades trágicas do separatismo, é resolver o problema da miséria absoluta, que atinge grande parcela da população. Mais de 30 milhões de brasileiros vive a condição de indigente, de pedinte, de mendicante, de suplicantes das coisas mais necessárias à sobrevivência de um ser humano.

Em face desse quadro, não me assustam as idéias separatistas tais como colocadas hoje; assusta-me, sim, o sentimento crescente de perda do sentimento nacional, um sentimento crescente de perda da idéia de pátria, de unidade do Brasil. E não se constrói um sentimento de pátria dissociado da idéia de justiça e de igualdade, em termos de oportunidade e pátria. Suspeito de qualquer simpatia esquerdista. Resgato aqui uma declaração do ex-Presidente da França, General De Gaulle, nas suas memórias, quando fala do direito inalienável de toda criança francesa frequentar uma escola decente e de boa qualidade. Naquele momento, o General De Gaulle falava de um sentimento de um país, de uma nação, e nós estamos, no Brasil, antes mesmo de consolidar esse sentimento e essa realidade nacional, correndo o risco, a meu ver, de vê-la esvanecida ou ameaçadoramente comprometida.

Para repor a questão da unidade nacional, não de maneira meramente formal, mas como algo que diga respeito ao sentimento mais profundo de cada brasileiro, como algo que unifique todas as regiões, todos os setores, todos os grupos e todas as classes sociais, é fundamental que todos tenhamos certeza de que vale a pena participar desse todo. Se de um lado a idéia de nação se constrói com símbolos, com sentimentos, com valores éticos, históricos e culturais, ela se constrói também permanentemente a partir do atendimento às necessidades básicas das pessoas.

Não há por que falar de pátria, de nação, do Brasil, para aquela pessoa que não tenha o seu prato de comida e que, como no verso de João Cabral de Mello Neto, "dispute cada dia, a vida de cada dia cada dia hei de comprá-la". Não há sentido falar de pátria para quem não tenha uma casa própria, para quem não tenha emprego, para quem não tenha acesso aos bens básicos da educação e da saúde.

Coloca-se, então, uma questão fundamental: como enfrentar o desafio das desigualdades sociais e regionais no Brasil?

Já foi mencionada aqui a palavra "projeto nacional". O que se coloca hoje é um desafio envolvendo todos os setores vivos da sociedade brasileira para a construção de um projeto nacional, um projeto que nasça da coletividade e não um projeto que vá-se fazendo, perversamente, a partir de falsos projetos.

Aqui, gostaria de enfatizar e talvez seja o ponto onde eu possa dar a minha contribuição mais viva. Estou falando de um projeto para o Brasil, construído com políticos, com o Congresso Nacional, com os partidos, com as entidades sindicais representativas dos trabalhadores, com os empresários comprometidos com o interesse público, com o bem comum e com todos os setores da sociedade. O Brasil vive hoje uma questão muito delicada, muito séria. Os projetos são definidos de fora para dentro. E aqui se coloca uma questão, a meu ver, grave. Estamos superando, hoje, a dicotomia do "privatismo versus estatismo". A discussão hoje se coloca em um outro nível, não me

interessa se é privado ou público, ou se é do Estado. O que interessa é a produtividade, a qualidade da prestação do serviço e a distribuição dos bens e dos serviços.

Precisamos enfrentar seriamente, também, um outro tema: quem define o projeto nacional. Assistimos, há poucos dias, a aprovação pelo Congresso Nacional, e digo isto com todo respeito, com todo compromisso e apreço que tenho por aquela Casa Legislativa, mas o Orçamento que foi aprovado, segundo dados da *Gazeta Mercantil*, em várias e reiteradas publicações, o foi com dez bilhões de dólares a mais do que dispõe o País para aplicar. Esse orçamento foi feito a partir de uma grande discussão nacional? Não. Isso vale para os orçamentos estaduais, para os orçamentos municipais. Em muitos casos, são orçamentos construídos a partir da vinculação com interesses específicos, quando não com interesses privados. Recursos viabilizados para garantir obras, previamente acertadas, muitas vezes com efetiva participação de setores privados.

Ora, o que se pretende do setor privado, da iniciativa privada, dos empresários que querem construir este País como um país digno, decente e justo é uma abrangência muito mais ampla. É a discussão de um grande projeto nacional, onde os recursos, os nossos poucos e sofridos recursos, estejam vinculados ao atendimento destas prioridades nacionais, defendidas nos grandes fóruns da nacionalidade: no Congresso, nas Assembléias, nos encontros, nos simpósios e nos espaços privilegiados como este; e não retalhar o País, como muitas vezes temos feito, nos últimos anos, em projetos específicos e determinados, não vinculados ao um grande projeto nacional.

Por último, penso que precisamos estabelecer as bases para esse grande projeto nacional. Primeiro, a democracia. Precisamos consolidá-la em nosso País. Difícil, se não impossível, manter um regime democrático nas condições sociais em que estamos vivendo. Difícil manter a democracia com tantos milhões de excluídos, privados da cidadania e, portanto, descomprometidos com qualquer ideal democrático. Porque não são beneficiados pelos valores da democracia. A democracia é fundamental e é um valor permanente. As nossas divergências, as nossas diferenças, as nossas concepções têm de ser tratadas democraticamente. E isso no Brasil é um grande desafio porque não temos uma tradição democrática consolidada.

Comecei a minha exposição falando da importância do diálogo. Não temos também uma tradição de diálogo porque não temos uma tradição democrática. É um grande desafio.

O segundo desafio é a questão da ética. Afastamos um Presidente da República. Este País cresceu naquele momento; houve uma liberação de energia das mais promissoras, das mais anunciadoras, que não pode ser reprimida e muito menos negada ou esquecida. Não se constrói uma nação fora das bases éticas e morais, resgata um grande pensador católico de minha predileção. A crise é econômica, mas é também e, muitas vezes, sobretudo, moral. Na discussão da ética no Brasil, teremos que fazer, sem nenhum preconceito, um exame muito profundo que perfaça esse debate "estatismo versus privatismo". Uma discussão muito profunda das relações do público com o privado no Brasil para que não tenhamos orçamentos criados para atender obras de setores específicos da sociedade, mas que não podem viabilizar suas obras fora de um projeto nacional.

O terceiro ponto é a idéia do desenvolvimento. O Brasil precisa crescer; retomar o caminho do desenvolvimento; gerar empregos, como foi dito aqui pelo Prefeito Paulo Maluf; abrir possibilidades de trabalho para toda essa geração nova que está surgindo. Agora, vamos superar também uma idéia: desenvolvimento econômico por si só não promove o bem comum, não garante uma razoável, senão uma amorosa, pelo menos uma racional, distribuição dos bens e das riquezas. O desenvolvimento que precisamos repor na ordem do dia do País, na agenda nacional, é o desenvolvimento anunciado pelo Papa Paulo VI na sua Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos, que completou, no ano passado, vinte e cinco anos. Essa Encíclica foi baseada na obra de um teórico chamado Padre Louis Joseph Lebrez, que amou profundamente o Brasil, esteve várias vezes aqui em São Paulo e em Belo Horizonte, foi um grande estudioso dos países pobres e subdesenvolvidos à luz do Evangelho. "Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente? Problemas Fundamentais de nossa Civilização" é um livro permanente e há ali uma denúncia vigorosa de obras faraônicas, de obras que muitas vezes atendem mais ao ego de governantes do que ao interesse da maioria dos governados. O desenvolvimento que precisamos construir no Brasil é um desenvolvimento econômico, sim, mas também social, também político e, sobretudo, cultural e ético. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Teremos oportunidade, agora, de ouvir a palavra da Dr^a Eliana Borges Ferraz, que é a Secretária do Planejamento do Estado do Espírito Santo. Depois, a Mesa presta homenagem ao sindicalista Vicente Paulo da Silva, ex-Presidente do Sindicato de Diadema, no ABC, e candidato à Presidência da CUT. Está em campanha eleitoral e aquiesceu ficar aqui conosco para participar deste debate.

Vamos ouvir agora a Dr^a Eliana Borges Ferraz, falando em nome do Estado do Espírito Santo, como trata do ciclo dos Estados do Nordeste, e vamos, então, prestar homenagem ao Vicentinho, que está em plena campanha eleitoral. Nós, que somos políticos, sabemos muito bem que o tempo é muito importante quando se está disputando uma Presidência tão importante como é a da CUT.

Portanto, concedo a palavra à Dr^a Eliana Borges Ferraz, falando em nome do Estado do Espírito Santo.

A SRª ELIANA BORGES FERRAZ (Secretária do Planejamento do Estado do Espírito Santo) - Exmo. Sr. Presidente da FIESP, Dr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão Especial Mista, Senador Beni Veras, Relator desta Comissão, Sr. Paulo Maluf, Prefeito de São Paulo, Sr. ex-Prefeito Olavo Setúbal, Sr. Patrus Ananias, Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Paulo Hartung, Prefeito de Vitória, demais autoridades aqui presentes, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Estamos aqui, representando o Governador do Estado do Espírito Santo que, por motivo de força maior, não pôde ausentar-se do Estado nesta segunda-feira.

Queremos ressaltar a iniciativa da Comissão Especial Mista que estuda o Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro e dizer que estamos com esperança de que os resultados desse estudo possam orientar a política de desenvolvimento nacional, observadas as potencialidades regionais deste imenso Brasil.

O Estado do Espírito Santo vem realizando uma política estratégica de desenvolvimento pautada na sua vocação de Estado exportador e com base nas potencialidades regionais existentes nas áreas de agroindústria, pesca, mineração, turismo e outras.

Como orientador do processo de integração regional ao modelo de desenvolvimento em curso, foi concluída, recentemente, proposta de estratégias de interiorização de desenvolvimento e descentralização de investimentos no Espírito Santo. Esse documento foi elaborado através de um convênio com a Universidade Federal, alguns órgãos do Estado e grandes empresas. Consideramos esse documento, mesmo que na sua versão preliminar, como uma contribuição para a equipe técnica de apoio à Comissão e gostaríamos de passá-lo às mãos do Presidente desta Comissão, Senador Elcio Alvares, para as providências cabíveis. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Como Senador pelo Espírito Santo, faço um agradecimento especial ao Prefeito de Vitória, Paulo Hartung, pela presença nesta reunião. Quero dizer a S.Exª que esse documento está exatamente dentro do espírito da Comissão. Com muita alegria, a Mesa passa o documento às mãos do Senador Beni Veras.

Eu gostaria, ainda, de fazer outro registro: não se trata de um elogio apenas pela formalidade. O Senador Beni Veras está realizando um dos trabalhos mais notáveis do Senado e do Congresso à frente da Relatoria desta Comissão. Não tenho dúvida nenhuma de que as sugestões do Espírito Santo à problemática do Estado, nas mãos do Senador Beni Veras, serão tratadas com a maior seriedade.

Neste momento, deixo uma sugestão a ser discutida principalmente pelos expositores que vão participar da próxima etapa do trabalho: estava previsto encerrarmos o Painel 1 com um almoço. No entanto, adiantamos praticamente uma hora em relação ao que esperávamos. Seria conveniente realizarmos o Painel 2 antes do almoço ou almoçaríamos e emendaríamos com os outros painéis? Fica a questão para ser discutida a posteriori, de acordo com a conveniência dos senhores.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Vicente Paulo da Silva que, como sindicalista, vai trazer sua contribuição, representando principalmente o SUDESTE.

O SR. VICENTE PAULO DA SILVA - Senador Elcio Alvares, antes de mais nada, eu queria esclarecer que não estou em campanha para a Presidência da CUT. Sou um pré-candidato interno para o ano que vem, ainda dependendo de um grande debate que será realizado, um debate de alto nível, para que a CUT empreenda, de fato, um projeto que proporcione o crescimento do País. Não é ainda o momento, agora. Agradeço a homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Fica feita a ratificação, com as homenagens e os votos de uma boa campanha.

O SR. VICENTE PAULO DA SILVA - Agradeço a V.Exª.

Srs. Governadores, Srs. Prefeitos, Srs. empresários, Senador Beni Veras e demais autoridades aqui presentes:

Eu gostaria de justificar que, embora não esteja em campanha para Presidente da CUT, tenho ação permanente de dirigente sindical junto às fábricas. Visito, portanto, várias empresas. Amanhã haverá uma eleição que dispensa campanha: a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Trata-se de um sindicato grande, que vai ficar maior em função da unidade que tem havido, uma vez que estamos preparando o futuro debate sobre política industrial, sobre contratos coletivos e sobre a nossa responsabilidade perante a situação por que passam hoje os trabalhadores.

Confesso, com a alma fragilizada - sou nordestino, saí do Rio Grande do Norte em 1976, fugindo da seca, querendo trabalhar - que é grande a miséria no Nordeste. Voltei àquela Região ao participar da "Caravana da Cidadania", do companheiro Lula. Estive em Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Confesso - repito - que nunca vi tanta miséria em toda a minha vida. Trata-se de um verdadeiro desrespeito à pessoa humana. O que mais me emocionou foi o fato de que as pessoas, apesar do sofrimento, tinham orgulho e de esperança. Pessoas que não pedem esmola, que querem trabalhar. Encontrei pessoas, especialmente metalúrgicos, que vieram para São Paulo e que voltaram; mulheres que, para poderem ter um filho, tiveram que abortar quatro, cinco ou seis vezes. Vi seres humanos comendo palma, um espetáculo horrível. Não sei

da minha cabeça a história de uma mãe que, ao relatar que seu filho faleceu, perguntava se no céu tinha comida. É uma destruição absoluta do tecido social.

Ficamos em São Paulo nessa luta, por exemplo, pelo salário mínimo. Quero confessar aqui a dificuldade de dizer se o valor do salário mínimo é baixo ou não - sabemos que Cr\$ 3.300.000,00 não significa nada - porque, naqueles lugares, nem se ganha o salário mínimo. Acho que, cada vez mais, devemos assumir a responsabilidade da solução desse problema, consequência não do desequilíbrio regional, mas do desequilíbrio social. A situação é muito perversa, ainda mais quando sabemos que a produção de alimentos no Brasil é suficiente para o nosso povo, que o problema do Nordeste não é a seca, mas sim a cerca. Cansamos de ver, nas estradas, uma vastidão de terra seca mas, de vez em quando, uma fazenda com poços artesianos, cercada por jardins. Enfim, a situação é extremamente grave.

Aqui em São Paulo, na periferia, a juventude está-se matando todo dia. São garotos e garotas com 15, 16 ou 18 anos entregues à prostituição, envolvidos com drogas. São filhos de operários, pessoas que poderiam ser a pedra fundamental, a base desse crescimento. Desculpem-me por esse desabafo porque, para mim, é um sentimento de profunda crueldade assistirmos a essa realidade.

Todos sabem que brigamos, xingamos, protestamos, vamos para as ruas, fazemos greve. O Sr. Carlos Eduardo deve estar cansado das nossas negociações que chegam até a madrugada, e por um longo período. Mas quero dizer aos senhores que devemos aqui assumir essa co-responsabilidade pelo crescimento econômico. Mesmo porque se lá existe a miséria absoluta, ou na periferia, essa miséria começa a ser prevista quando se percebe que a classe média está-se proletarizando, quando se percebe que a base industrial está-se enfraquecendo e quando se constata, ao sair do País, que existe uma competitividade injusta e que devemos, efetivamente, assumir uma tarefa no sentido deste País ser digno, grande e potente.

Estou dizendo isso aos senhores porque acho que esse debate é muito mais amplo do que apenas uma discussão, com base nessa consequência, hoje, de que querem criar um País diferente. Dói-me muito essa história da discriminação que existe aqui no SUDESTE, em São Paulo, com os nordestinos que vieram para cá fazer riqueza, fazer portos, fazer estradas, construir prédios. E, agora, são olhados meio de lado, estimulados por uma maneira ou direta ou sutil de quem tem comunicação com a sociedade. Estou profundamente preocupado com essa deterioração do tecido social. Podemos impedir que ela ocorra. Penso que quem é um representante do povo, quem assume responsabilidades, pode muito bem buscar saídas comuns. Daí, uma atitude como a nossa, tomada recentemente nesse acordo feito com a FIESP, e que envolveu uma perspectiva de futuro, de geração de empregos, de aumento de produção. Como é possível buscarmos saídas comuns sem que se fira princípios, sem que ninguém capitule? Acho possível. Não consigo conceber a idéia de que este País vai ficar na mão dos ricos, com ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Não consigo conceber a idéia de que um rico é feliz, sabendo que tem de morar rodeado de favelas, tendo que prender seu filho ou sua filha em grades, com cachorros. Essa situação precisa ser revertida urgentemente. Senão, não poderemos nem mais brigar para garantir a cidadania, tão importante. O nosso povo está perdendo a esperança. Isso é uma coisa extremamente séria.

Por isso é importante a reflexão e esse debate que o Congresso está realizando, que o Senado faz, in loco, discutindo seus problemas. Entendo que só será possível acabar com esse desequilíbrio econômico e regional quando pusermos fim a esse desequilíbrio social. Quando se sai do Nordeste para São Paulo, é para morar em favela, ou para arrumar qualquer emprego. Ninguém sai de lá por prazer. Todo mundo sabe. Os operários que represento, não sofrem apenas por causa do pouco salário, sofrem de saúde da sua cultura, da sua terra, de seu povo.

Por isso é muito importante o projeto das multinacionais, discutido recentemente com os empresários japoneses e americanos. Eu dizia a eles: se vão trazer carros para cá, então tragam a indústria e instalem-na no Nordeste e em outras partes do País, porque temos potencial e condições de crescer, de comprar e de produzir. Agora, para isso é preciso haver uma coisa que considero muito importante. Não acho que o debate hoje seja ideológico, pode ter até uma certa dosagem; mas é preciso extrair dos governantes, gente séria, gente com credibilidade; dos empresários, gente séria, gente com credibilidade; dos trabalhadores, gente séria, gente com credibilidade. Tenho a impressão de que podemos dar passos concretos nessa perspectiva, e essa constatação passa a ser vital.

Os senhores que me conhecem, sou de uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores, sou de um sindicato que tem uma história de brigas que, infelizmente, no Brasil, não é essa a realidade do movimento sindical brasileiro. Talvez essa experiência faça com que venhamos lhes dizer, Srs. Senadores, Srs. empresários, que a nossa predisposição para a briga continua. No entanto, além de brigarmos, apresentaremos propostas para que nosso País saia da crise.

Por outro lado, sabemos que o problema não é apresentar um projeto que viabilize a vitória nas eleições dos próximos 3 anos, o benefício não pode ser pessoal. Precisamos - isso sim - buscar cidadãos que possam, com muita dignidade, com ética, fortalecer o processo mediante o qual o Brasil será um grande País, único, forte.

Muito obrigado.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Bem, a Mesa entendeu, já que o almoço está programado, realizar agora o Painel 02, cujo tema é: Bases para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado.

A Comissão registra que está realizando uma reunião de audiência pública. É como se estivéssemos no Senado. Há um detalhe importante que vale salientar: o Senado está se deslocando. Fomos ao Nordeste, fomos a várias regiões brasileiras. A medida é necessária, pois estamos realizando um trabalho em nível econômico e político; preocupa-nos também a revisão constitucional. O Senado deve ter presença. Por essas razões, não pode o Senado ficar em Brasília, esperando que as pessoas o procurem. Vamos iniciar, portanto, debate muito amplo, importante neste momento da vida brasileira.

Faço questão de registrar novamente as presenças com as quais contamos nesta audiência: Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina; Ronan Tito, de Minas Gerais; Jonas Pinheiro, do Amapá; Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte; e Gilberto Miranda, do Amazonas. E ainda: Deputado Osvaldo Coelho, de Pernambuco; Luiz Girão, do Ceará; e Pinheiro Landim, do Ceará. Como vêem, há representantes das mais diversas regiões do País, o que caracteriza o caráter amplo e aberto que pretendemos imprimir a esta Comissão.

A Mesa gostaria de fazer um outro registro: fica facultada aos Srs. Senadores e Srs. Deputados a palavra nos painéis que iremos agora iniciar.

O primeiro orador inscrito, a convite da Presidência, como os demais membros da Comissão, é o nobre Senador Esperidião Amin. Cada parlamentar da Comissão fará - se quiser - uma exposição. Em seguida, realizaremos painéis com os expositores convidados pela Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, representante de Santa Catarina, Presidente de um partido político de expressão, que nos honra, neste momento, com a presença do Prefeito Paulo Maluf.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Desejo, em primeiro lugar, saudando o Sr. Presidente da FIESP, Carlos Moreira Ferreira, e o Prefeito Municipal de São Paulo, Presidente de Honra do meu partido, Paulo Maluf, pedir que todos se considerem saudados.

Já foi aqui estabelecida uma série de reflexões que, praticamente, abrem o tema: Bases para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado.

Os fundamentos podem ser obtidos através do resumo das observações do Prefeito Paulo Maluf e do Prefeito Patrus Ananias. Por isso, quero apenas pontuar a questão.

Primeiro, é um consenso o fato de que as bases para um desenvolvimento nacional equilibrado devem assentar-se sobre um processo democrático. A ninguém ocorre patrocinar a elaboração de um projeto nacional sem fundamento democrático.

O segundo ponto eu reúno das palavras do Prefeito Paulo Maluf: o conhecimento e o reconhecimento das possibilidades e das vocações regionais têm sido o principal esforço desta comissão, e há de ser a melhor das contribuições. E o esforço que o Congresso Nacional faz, visitando regiões, conhecendo a opinião e a experiência da representação das forças vivas de cada estado e de cada região do Brasil.

E, finalmente, o terceiro pilar para essas bases é o projeto nacional, o projeto de desenvolvimento. E aqui não há dúvida nenhuma - principalmente em função das observações muito bem enraizadas, com um conteúdo de sentimento muito profundo, do sindicalista Vicentinho - de que a falta de um projeto nacional está representando não somente, localizadamente, essa iminência de ruptura do tecido social, prático; é o tecido nacional que está sendo esgarçado pelo empobrecimento do País, como um todo, e pelo aumento escandaloso das desigualdades interpessoais.

Por isto, nesta breve intervenção, eu gostaria de fazer referência a dois tópicos, tendo em vista o que viria a ser a base de um processo de desenvolvimento nacional equilibrado.

O primeiro é essa questão do separatismo, que não pode ser tratada como tabu. Há um sentimento de escândalo, diante de pesquisas que vêm sendo publicadas não apenas no sul do País, apurando o sentimento da opinião pública acerca dessa palavra.

Eu não tenho dúvidas de que o pior de todos os separatismos não é o físico, o geográfico - é o social. Aquilo que foi descrito pelo Prefeito Paulo Maluf, que percorreu áreas onde existe o principal recurso de que carece a Região mais sofrida do País, que é o Nordeste - o recurso hídrico, sem o seu aproveitamento nas áreas adjacentes, sem um projeto de promoção econômica e social, que respeite a vocação da Região. Vai se consolidando na minha visão - enriquecida pela minha participação nesta comissão, tão bem presidida pelo ilustre companheiro Elcio Alvares e pelo idealismo do companheiro Beni Veras, um dinamismo - isto que está escrito num livro muito atual, *O Colapso da Modernização*. Se não houver uma resposta da sociedade - porque nós queremos uma resposta democrática - as zonas de exclusão - é isso que está acontecendo com o colapso da modernização, não só no Brasil, mas no mundo - vão se cristalizar, vão se desnacionalizar, vão se transformar em verdadeiros países - ou, se quiserem, guetos assumidos de exclusão - assumidos.

Então, não é uma questão de um ponto cardinal do Brasil; é uma questão nacional combater com inteligência, com coesão, com solidariedade, esta palavra que nos horroriza, a palavra "separatismo".

E o segundo ponto que eu gostaria de incluir, para a formação de uma base eticamente defensável de um projeto de desenvolvimento nacional equilibrado, é a questão de avaliação permanente do custo/benefício econômico e social dos mecanismos que têm sido utilizados pela União, para tentar equilibrar o desenvolvimento nacional.

Historicamente, pelo menos nos últimos 35 anos, qual tem sido o mecanismo que a União, ou seja, a tutora do País, tem utilizado para tentar compensar os desequilíbrios inter-regionais? Tem sido através de renúncias de receita, genericamente chamadas: incentivos fiscais, subsídios, políticas de desenvolvimento regional, que têm sido empregadas com resultado não conhecido - do ponto de vista da avaliação de custo/benefício social.

Sabe-se que determinada região teve um aumento da sua renda *per capita* até maior do que outras regiões mais desenvolvidas. Contudo, as desigualdades intra-regionais - ou seja, interpessoais - naquela região têm sido agravadas. Nem existem os recursos necessários para uma política que lidasse com os números tão bem lembrados pelo Prefeito Paulo Maluf: primeiro, uma política social que elimine os porquês e os "para quês" de todas as formas de separatismo; segundo, uma política permanente de avaliação de custo/benefício econômico e social de todas as ações que o Estado Federal, principalmente a União, a tutora da Federação, com a atuação ativa, evidentemente, de todos os seus outros componentes, deva e possa fazê-lo.

Concluindo, - até para que a minha participação não exorbite, se é que já não exorbitou no tempo - esses são os dois elementos que, julgo, irão ajustar a pedra angular de sustentação, de base para um processo de desenvolvimento nacional equilibrado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e Deputados que podem ser feitas as inscrições depois para os vários painéis, cada um dentro de um painel, para nós, então, termos oportunidade de ter um Parlamentar e o grupo de expositores.

Então, nesse primeiro painel, "Base para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado", falou o Senador Espíndio Amin.

Esclareço também aos nossos colegas da Câmara dos Deputados que o Adalberto tomará a inscrição. Então, nós teremos a oportunidade de ouvi-los.

Neste instante, nós vamos prosseguir com o segundo painel, com o tema um, "Base para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado", ouvindo a palavra do grande empresário mineiro José Alencar, que é o Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ ALENCAR - Ilustre Senador Beni Veras, que nos honrou com um convite para participar deste encontro, em seu nome quero cumprimentar a todos os organizadores; ilustre companheiro Moreira Ferreira, Presidente da FIESP; ilustre Prefeito de São Paulo, Dr. Paulo Salim Maluf; ilustre Prefeito de Belo Horizonte, Professor Patrus Ananias; Srs. Senadores e Deputados Federais aqui presentes, eu os Srs. Senadores e Srs. Deputados Federais aqui presentes, cumprimento-os, em nome do Senador Ronan Tito; excelentíssimas autoridades aqui presentes; minhas senhoras, meus senhores:

Realmente, estamos participando de uma reunião que traz informações muito importantes, porque aqui estamos empresários, parlamentares, também representantes do campo sindical, governadores de estado, prefeitos. Então, é uma reunião muito significativa e importante para os tempos em que estamos vivendo.

Ouvi atentamente a abertura feita pelo Senador Beni Veras, assim como a participação do ilustre Senador Elcio Alvares, do ilustre Prefeito Paulo Maluf, do nosso Governador Hélio Garcia, do nosso Prefeito Patrus Ananias, do nosso companheiro, Presidente da FIESP, do Vicentinho, do Senador Esperidião Amin, de todos, e concluí que o problema nacional, além de regional, é também social - é claro. Então o desequilíbrio regional, que é o tema para este encontro, traz naturalmente à tona os problemas ligados ao desequilíbrio social.

Obviamente que esse desequilíbrio social tem como origem o subdesenvolvimento em que vivemos, num País que jamais poderia ser classificado como país, fora daqueles chamados do Primeiro Mundo.

Primeiro, pelas suas riquezas naturais e pelas suas riquezas de recursos humanos - por que não? Brasileiro é inteligente, pacato, trabalhador, ordeiro, versátil.

Pelo nosso território, pela nossa bacia hidrográfica, pela nossa extensão territorial, pelas nossas riquezas minerais, pela nossa costa de quase 8.000 km, que, com as suas 200 milhas de mar territorial, eleva a nossa área em mais de 11 milhões de quilômetros quadrados.

Somos um país que importa apenas 5% do PIB, incluindo petróleo; país que se coloca em terceiro lugar do mundo em superávit de balança comercial.

Então, temos tudo para sermos um país de Primeiro Mundo. Passou a ser moda falarmos no desenvolvimento, por exemplo, do Chile, quando exportamos o PIB do Chile. Então, o que precisamos é colocar sobre este território que Deus nos deu uma Nação de Primeiro Mundo. E temos de compreender que a única forma de se distribuir renda é através da educação, não há outra. E nós nos esquecemos da educação. Não estamos investindo em educação. O sistema nacional de educação está falido - este, sim.

Tivemos recentemente o início do afastamento do Estado. Só que se confundiu: o afastamento do Estado que se desejava era o seu afastamento como empresário, porque o Estado como empresário realmente não deu certo. Mas o Estado não deveria se afastar das suas funções básicas, especialmente as ligadas ao setor de educação e saúde, principalmente educação e, especialmente, o ensino básico.

Alvin Toffler nos ensina que estamos na era do conhecimento. Vivemos uma verdadeira nova revolução industrial, diferente da Revolução Industrial do Séc. XVIII, porque aquela se fez com o tear mecânico, com a máquina a vapor, e esta se faz com a participação da informática, da eletrônica, da robótica.

E nós estamos realmente comprometidos, por força de políticas equivocadas, inclusive - e hoje todos concordamos - a política da informática, que nos atrasou muito neste setor. Então, precisamos aprender que não é através de problemas ligados à ideologia, como falou muito bem o ilustre Prefeito de Belo Horizonte, Professor Patrus Ananias, que vamos solucionar os problemas nacionais, que precisam ser resolvidos através do crescimento, não há outra forma. O objetivo é sempre social, é o bem comum, mas é preciso que compreendamos o papel da empresa. Ela não é importante apenas porque gera empregos ou porque paga impostos, é importante porque é uma fração da economia como um todo. Qualquer economia, seja estatal ou privada, seja ela agrícola, primária, secundária ou terciária é a empresa que a representa em todos os seus setores. Há recursos minerais, organizam-se empresas para transformar esses recursos em riqueza; há oportunidade de investimento na área da indústria, organizam-se empresas para desenvolver esse setor. Então, a empresa obviamente é uma fração dessa economia. Quando admiramos um país como o Japão, que sem recursos naturais alcançou níveis de grande desenvolvimento social, esquecemo-nos de que isso foi alcançado através da educação e da valorização da empresa. Se queremos uma economia forte, próspera, independente, como aquela, é preciso que as frações dessa economia no Brasil sejam fortes, prósperas e independentes. É por isso que acreditamos na empresa, ela não tem que, necessariamente, fazer filantropia para provar sua preocupação social, precisa sim ser eficiente, próspera, rica, independente, forte, e ela estará contribuindo na consecução dos objetivos sociais. Sabemos, também, que o crescimento da economia, o retorno dos investimentos, o desenvolvimento de forma sustentada exige o declínio da inflação, não temos como esperar desenvolvimento em alto nível no Brasil, enquanto não fizermos declinar a inflação. Não acreditamos em milagres e estamos escaldados com eles, mas precisamos de uma política séria, firme, que esteja comprometida, principalmente, com o equilíbrio orçamentário, porque a inflação tem como base, como todos nós sabemos, o desequilíbrio orçamentário, em nível de União, Estados, Municípios, empresas estatais, previdência social. Tudo isso gera o chamado déficit do setor público, responsável pela inflação que provoca, obviamente, esta recessão em nome de seu combate e que, por sua vez, agrava o índice de desemprego, de fome e de miséria, num país como o nosso. Se ouvimos de vários oradores que precisamos buscar a causa dos males que nos afligem e esta causa, Srs. Senadores, aqui presentes, e Srs. Deputados, é a inflação, temos que torcer para que o Brasil consiga resolvê-la. É claro que ela traz, também, uma certa dose de origem psicossocial, comportamental. São tantos anos que estamos convivendo com ela que, de certa forma, agimos de modo inflacionário, porque as expectativas são inflacionárias. Obviamente todos nós procuramos nos defender dessa expectativa inflacionária. No tempo em que era Ministro da Fazenda o ilustre Embaixador Marçílio Marques Moreira, nós o recebemos em Belo Horizonte, e tive oportunidade de dizer a S.Ex^a que se obtivesse o declínio, ainda que de meio ponto percentual ao mês, porém de modo sustentado por 3, 4, 5, 6 meses seria suficiente para reverter a expectativa inflacionária e afastar esta causa de origem psicossocial e comportamental, o que ajudaria muito no combate à inflação.

As empresas privadas brasileiras se ajustaram. Os balanços de 1992 já mostram empresas capitalizadas que estão fazendo investimentos apenas com os recursos que geram, porque têm medo da inflação, de cair no curto prazo com taxas de juros que chegam a 30% reais ao ano, contra 3 a 4% nos chamados países do Primeiro Mundo. É claro que não estou aqui fazendo apologia do tabelamento das taxas de juros, estou apenas constatando que somos competitivos, e prova disso é o nosso nível de exportação; prova disso é que a queda das alíquotas que protegiam a indústria nacional não a desfaleceu. Ao contrário, fizeram-na ajustar-se para competir e ela está competindo galhardamente, porque tem condições de competir. Agora, é claro que essa competição se faz em nível desigual, porque, no momento em que não temos moeda estável e moeda conversível, é óbvio que o principal instrumento de competição nos falta. Há tempos, conversando com o Presidente Itamar Franco, eu disse que precisávamos de uma moeda estável e conversível. Então, S.Ex^a me perguntou: "O que é que você chama, Alencar, de moeda conversível?" Eu disse assim: "Presidente, quero chegar a Paris, no Champs Élysee, entrar num bom restaurante, pedir um Steak au Poivre, um Boujolois, se o café estiver bom de prego, quem sabe, um Bourgogne de boa safra, pagar com uma nota de cruzeiro, de preferência com a efígie do Juscelino, e o garçom me pedir desculpas porque irá me dar de troco uma moeda menos nobre do que a nossa. E nós estamos competindo com países que possuem esse privilégio. Então, não podemos também ser ingênuos de achar que podemos escancarar as nossas fronteiras econômicas aos competidores internacionais enquanto nós não dermos às empresas brasileiras o tratamento igualitário. E o tratamento igualitário não significa subsídio, não

significa nem mesmo determinados incentivos, significa moeda confiável e estável, e nós não somos responsáveis por ela. Nós empresários, que militamos em setores altamente competitivos, não vendemos nossos produtos pelos preços que desejamos, vendemos pelo preço que o mercado paga. É diferente. É claro que tem que haver controle sobre setores "oligopolizados", sobre setores "cartelizados", porque eles contrariam o princípio que defendemos, que é o princípio da economia de mercado. Mas a grande maioria das empresas vive disputando um mercado num verdadeiro cipoal de competição. Então, elas não podem ser responsabilizadas de forma alguma pela inflação em função de preços.

Temos, por exemplo, que falar em disparidades regionais. Tenho alguma proposta para trazer a esta reunião: o salário mínimo deve ser fixado, infelizmente ainda, no Brasil de forma menos vil e diferenciado regionalmente. Não podemos, de forma alguma, pensar que o Brasil possa ser tratado de modo igual, do ponto de vista salarial, porque é apenas uma utopia. O salário mínimo que pode ser muito bom no sertão de Pernambuco é uma miséria, por exemplo, nas grandes metrópoles brasileiras ou nos estados principais do País, do ponto de vista econômico. Então, esse tratamento há que ser diferente.

O Brasil é um continente, há regiões diferentes, e precisam de tratamento diferenciado. Veio a experiência da SUDENE e da SUDAM, que obviamente foi uma experiência válida. Só quem não conheceu o Nordeste antes e depois da SUDENE não compreende a validade do esforço daquela agência de desenvolvimento. Mas, hoje, as coisas mudaram. Então, penso que bastaria, para atender ao desenvolvimento do Nordeste, que houvesse um tratamento diferenciado apenas no que diz respeito ao Imposto de Renda, preservando-se todo o recurso do FINOR para atividades básicas, como, por exemplo, a irrigação, a educação, a formação profissional etc. E as empresas receberiam um incentivo, por estarem numa região carente, teriam isenção de Imposto de Renda sobre todo o lucro reaplicado em forma de crescimento empresarial na região. São propostas que acho que devem ser examinadas com carinho, porque não haveria dispêndio de recursos para as empresas diretamente. Apenas o lucro reinvestido em forma de desenvolvimento seria isento. E o lucro distribuído em forma de dividendo seria tributado como se a empresa estivesse sediada na Praça da Sé.

Penso que bastaria esse tipo de incentivo, pela experiência que tenho, para que o Nordeste se industrializasse de forma muito mais eficaz, porque as empresas não seriam instaladas com o objetivo de lucro na implantação, mas de lucro na operação - o que é bem diferente.

Outro assunto que quero trazer a esta reunião é o testemunho do que estamos realizando em termos de interiorização de desenvolvimento. O nosso Estado também é um pequeno continente e tem regiões diferentes, como, por exemplo, o Vale do Jequitinhonha, o Norte e o Noroeste de Minas, que são regiões também carentes. Pois bem, desde o momento em que assumimos a presidência da Federação das Indústrias e, portanto, do SESI e do SENAI, começamos a carrear os benefícios dessas instituições para o interior, para estimular a criação de empresas no interior. Assim é que hoje estamos em todos os pontos do território mineiro com uma atividade do SESI, com uma atividade do SENAI, a exemplo do que fez o nosso grande amigo Mário Amato. Nós não inventamos, copiamos o programa do Mário Amato, que também levou para o interior o Centro de Atividades do SESI, as escolas do SENAI. Só que Minas tem um interior mais diferenciado do ponto de vista climático. Então, isso tem que ser feito visando uma maior distribuição de recursos às unidades mais modestas para que possamos atender a todo o Estado, que tem 756 municípios.

Todas essas idéias que estamos apresentando, Senador Beni Veras, devem ser objeto de debate em reuniões como estas, onde o diálogo seja a tônica maior para que a Nação brasileira não seja surpreendida com decisões que não consultem o seu objetivo superior. É preciso que todos nós aprendamos a lutar por tudo aquilo que signifique objetivos superiores e repugnemos a defesa de objetivos subalternos, que às vezes têm presidido ações em todo este País.

Queremos que esse tipo de reunião se realize mais amígd com a participação de parlamentares, para que estes tomem conhecimento do que estamos realizando em nossas empresas. É preciso que haja oportunidade para que o Parlamento brasileiro conheça o trabalho realizado nas empresas de um modo geral. É um trabalho importantíssimo. Se não aprendermos a condecorar o lucro, a premiar a vitória, seremos um país que tem somente um discurso maravilhoso, que pode ser aplaudido por todos, porque é um discurso que pugna pelo social, só que o faz de modo absolutamente incapaz de atingir esse objetivo social. É muito fácil dizer que o problema não é apenas econômico, mas é preciso que nós nos imbuamos dessa consciência de que, se não houver uma economia forte, próspera, independente, rica, não teremos, de forma alguma condições de alcançar o bem comum.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Dentro do tema "Bases para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado", vamos ter a satisfação de ouvir, agora, a palavra do ex-Presidente da FIESP, o empresário Mário Amato.

O SR. MÁRIO AMATO - Sr. Presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Senador Elcio Alvares, Senador Beni Veras, Prefeito Paulo Maluf, meu

prezado e querido amigo José Alencar, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Tomei a liberdade de alinhar o meu pensamento, dado que esta reunião é de tal importância que eu teria medo de, no improviso, não dizer tudo aquilo que me vai na alma, com referência ao tema que me foi dado.

Estou certo de que esta Comissão, que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional e que se tem deslocado a todas as regiões do País, significa um esforço dos representantes do povo no Congresso Nacional para encontrar a solução adequada para os problemas que afligem a população brasileira em sua totalidade. Cumprimento, por isso, os 28 Srs. Senadores e Deputados Federais que a integram.

O Brasil tem vivido em estado de crise permanente. No entanto, não se trata de uma crise única, mas de várias crises simultâneas, que se abatem sobre diversos setores da vida nacional. A crise é econômica, porque a inflação, anula todo o trabalho em prol do progresso nacional. A crise é política, porque a ausência de partidos com grande autenticidade e representatividade impede a formulação de políticas de real interesse para o País. A crise é social, porque a recessão provoca desemprego em massa, e é também moral, porque a corrupção atingiu tais níveis que abalou a moral nacional, levando as pessoas dos mais diferentes grupos sociais a pretenderem tirar vantagem de tudo o que fazem ou deixam de fazer. Logo, não há que se pretender combater todas as crises ao mesmo tempo. Mas é urgente que se escolha algumas prioridades a serem atacadas e, por meio delas, abalar a estrutura das crises que se interligam. Para mim, a prioridade maior é a educação fundamental.

O empresário brasileiro desde há muito compreendeu que os gastos com a educação não podem ser contabilizados como despesas, mas como investimento de retorno indiscutível.

Essa compreensão precisa ser difundida, pois a educação fundamental não pode ser o resultado do esforço de poucos voltado principalmente para os centros urbanos. Ela terá que ser levada aos mais distantes rincões e adaptada às necessidades de cada região e de cada localidade dentro da mesma região. Assim há que se conhecer a diversidade das vocações - indústria, agricultura, pecuária ou de serviço -, para desenvolver o ensino fundamental voltado para o progresso regional. Essa é a forma de eliminar o dualismo básico que, segundo a Organização da Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, está dividindo os brasileiros em uma minoria da sociedade que opera um parque industrial e tecnológico moderno, com uma renda per capita de 4 mil dólares, por uma sociedade representada pela maioria dos brasileiros que operam uma economia primitiva, com renda per capita inferior a 400 dólares.

O ponto de partida para a eliminação dos desequilíbrios regionais e para a consecução de um desenvolvimento nacional equilibrado está, portanto, em saber encontrar, na diversidade de interesses econômicos e políticos de cada região, a unidade que represente o interesse maior, que é o de fazer progredir a região como um todo, sem distorcer a vocação de cada localidade dentro da mesma região.

Evidentemente, isto demanda mobilização de setores mais ativos das comunidades regionais, repetindo-se essa mobilização nas localidades mais distantes e, por menores que sejam, envolvendo representantes dos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário -, dos setores produtivos, quaisquer que sejam eles, dos sindicatos de trabalhadores, da Igreja, seitas religiosas, dos clubes de serviços, onde houver, enfim, uma mobilização geral capaz de impedir desvios ideológicos e políticas de campanário que tanto têm bloqueado o desenvolvimento desta Nação.

Temos que corrigir a deformação cultural que faz com que só se entenda a educação como um instrumento de formação de doutores. Precisamos considerar o que nos ensina a história e a experiência do progresso registradas em diversos Estados brasileiros que receberam imigrantes europeus, a maioria deles pessoas de poucas letras, muitos mesmo analfabetos, mas que traziam consigo a secular cultura adquirida com o trabalho manufatureiro. Eles sabiam fazer alguma coisa. Sabiam costurar, martelar, preparar alimentos. Tinham, portanto, uma educação voltada para o trabalho, sem a qual o crescimento de uma região ou de uma nação se torna impossível, devido à má qualidade da mão-de-obra.

Não se poderá esquecer que qualquer esforço para eliminar os desequilíbrios inter-regionais e promover um desenvolvimento nacional equilibrado, a partir do conhecimento das vocações de cada unidade política, terá que se basear na existência ou mesmo na criação de micro, pequenas e médias empresas, que têm características próprias que precisam ser observadas, a fim de que tais empreendimentos se integrem no processo de desenvolvimento como agente econômico e aprendam a agir em conformidade com as leis de mercado. Naqueles localidades que, por pequenas, não comportam empresas independentes, o programa elaborado para dar-lhes impulso econômico há de ser ousado no sentido das iniciativas. Se em uma determinada localidade as pessoas não se apresentam ou não se mostram aptas, por exemplo, a tocarem sozinhas uma gleba de terras, será necessário organizá-las em cooperativas de forma que uma mesma máquina seja posta a serviço de todos. É preciso salientar aos senhores membros da Comissão Especial Mista, que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, que a economia que deverá surgir após o fim dos desequilíbrios inter-regionais será incompatível com o grande número de pessoas incultas e despreparadas para o desempenho do trabalho a ser executado. É indispensável operar, o mais rapidamente possível, uma mudança de mentalidade, particularmente nas regiões economicamente mais atrasadas, de modo que todos se convençam de que a mão-de-

obra desqualificada não contribui para o progresso regional. O homem só se realiza pelo trabalho, portanto, deve estar preparado para bem executá-lo, a fim de que possa receber remuneração condigna e desfrutar de um padrão de vida digno de sua condição humana.

Ao batalharmos pelo fim do desequilíbrio econômico regional, não devemos perder de vista a necessidade de mudarmos, concomitantemente, o quadro hoje existente nas regiões mais prósperas, nas quais se encontram altos índices de produtividade agrícola por pessoa em um número selecionado de municípios. Isto é bom, mas é necessário generalizar, fazendo com que esse êxito agrícola, hoje minoritário, se transforme numa performance nacional, para equilibrar o progresso do País. Não se conseguirá essa transformação sem técnica agrícola largamente difundida, e não se difundirá nenhuma técnica entre pessoas analfabetas. Daí ser preciso desenvolver o ensino fundamental, aliado ao ensino técnico-profissional, de modo a qualificar a mão-de-obra de acordo com as necessidades regionais do País.

O país que assume um compromisso com a educação fundamental está assumindo um compromisso com o futuro. A atual Constituição, promulgada em 1988, assegura em seu art. 205 que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O trabalho é a base fundamental de tudo. Descuidar, pois, da educação é deixar de cumprir o preceito constitucional, colocando-se contra o futuro do Brasil.

Ao sustentarmos a necessidade imperiosa de desenvolver o ensino fundamental, não estamos, de forma alguma, pretendendo que seja reduzido o gasto com os ensinos de 2º Grau e universitário. Ao contrário, o ensino de 2º Grau e as universidades precisam de recursos para se aperfeiçoarem, pagando melhores salários aos professores e ampliando a área de pesquisas em função dos interesses da sociedade.

O que não pode continuar, meus senhores, é o quadro descrito por Hélio Burgos Cabal, quando assegura que o Estado, dividido nas três esferas do Governo, gasta 10 bilhões com o ensino público, sendo que 85% desses recursos são despendidos com o ensino universitário, dos quais 92% são consumidos com o salário de pessoal, que atendem apenas 30% dos alunos de curso superior do País.

Continuando, Burgos Cabal acrescenta: "Esse quadro catastrófico só é superado pelo abandono do ensino primário e de 2º Grau: 30 milhões de analfabetos e 60% da força de trabalho constituída pela massa semi e inteiramente analfabeta. Nos centros urbanos de maior importância econômica, os empresários da indústria e do comércio assumiram a responsabilidade de colaborar efetivamente para ampliar o ensino de 1º Grau.

O meu querido companheiro e competente Presidente da Federação de Minas, Dr. Alencar, já discorreu sobre o assunto, do interesse, da necessidade de o empresário estar se organizando para dar essa colaboração.

Senhores, estamos às vésperas do terceiro milênio e a nossa maior preocupação ainda é de desfazer desigualdades regionais, quando, na verdade, deveríamos estar nos ocupando com a correção de distorções ocorridas no curso do desenvolvimento nacional. As desigualdades, todos sabemos, são decorrentes de um processo cultural deformado, que não permitiu a modernização das estruturas de várias regiões e é a causa do grande desequilíbrio hoje existente entre elas, o qual todos têm interesse em eliminar, para que este País grande que é o Brasil venha a ser, de fato, um grande país.

Se no mundo atual, educação e tecnologia são os dois principais elementos que permitem a distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, no Brasil de hoje o ensino fundamental é o instrumento válido para acabar com as desigualdades regionais, porque funcionará como um processo capaz de formar e também de alterar consciências, agindo diretamente sobre a vontade dos indivíduos de modo a torná-los aptos ao exercício da cidadania e de integrá-los ao esforço produtivo do País.

Com consciência e vontade de chegarmos ao século XXI com um Brasil em grande ebulição, procurando, por todas as formas, reformar as suas estruturas econômica, política, social e cultural, sei que não podemos sequer pensar em nos tornarmos parceiros de países desenvolvidos e jamais viveremos no centro dos acontecimentos, mas sempre na periferia, olhando para os países ricos como mariposas ofuscadas pela luz e pelo poder que todos eles emanam.

Uma referência se faz necessária ao sério problema demográfico. Os resultados preliminares do recente recenseamento de 1991, realizado pelo IBGE, indica uma queda no número de brasileiros, que seriam de 146 milhões de habitantes, ou seja, quase oito milhões a menos dos 153, da projeção, como todos trabalhamos, durante décadas. Ledo engano. No entanto, há que destacar o fato de que se a população diminui nas regiões econômica e culturalmente mais avançadas, onde o conhecimento dos métodos anticoncepcionais é maior, nas regiões Norte e Centro-Oeste, para onde se estão encaminhando as fronteiras agrícolas do Brasil, a taxa demográfica é mais alta.

Nos últimos doze anos, segundo o censo do IBGE, o crescimento populacional das novas fronteiras apresentou taxa de 3,9. No Norte, 3; no Centro-Oeste, 1,68; no Sudeste, 1,36; no Sul, a taxa média brasileira foi de 1,89. Mesmo no Nordeste, a taxa de crescimento demográfico, além de ficar mais baixa 2%, pode indicar maior infertilidade nas mulheres, devido a crescentes dificuldades econômicas. Todavia, o

índice demográfico não significa uma exata compreensão da necessidade de reduzir o tamanho das famílias, como forma de assegurar uma paternidade responsável. Milhares de famílias, ainda, em todas as regiões do país, acreditam ser bom ter muitos filhos, porque, ao crescerem, eles ajudam a complementar a renda familiar e enquanto pequenos, dão aos pais o direito de receber o salário-família. Isso quer dizer que ainda é preciso realizar, em certos setores da sociedade, principalmente na periferia das grandes cidades, campanha em favor de um planejamento familiar, mostrando aos casais a conveniência de ter menos filhos, para que possam criá-los, educá-los, tornando-os cidadãos úteis.

O Brasil completou a transição para a plenitude das liberdades políticas, com a conquista do voto direto para todos os cargos eletivos. A sociedade brasileira, todavia, dá claros sinais de que isso não basta, anseia por conquistas na esfera econômica que garantam plena cidadania para toda a população. É intocável, num país com os recursos de que dispõe o Brasil, ainda existir tantos indivíduos em regiões incapacitadas de desenvolver o seu potencial econômico e de usufruir de um nível adequado de consumo. A necessidade de reformas na área econômica, que materializem potencialidades e sintonizem o Brasil com os novos tempos, é imperiosa e inadiável à extinção dos desequilíbrios inter-regionais. É condição indispensável para a realização de um desenvolvimento nacional equilibrado. Portanto, seria sintonzar o Brasil com o século XXI.

Quero, finalmente, louvar os que se ocupam da versão preliminar do relatório final desta comissão, ao reconhecer que a questão regional não deve ser tratada de forma isolada, mas como parte integrante da estratégia do desenvolvimento nacional. Ele procura mudar a postura reivindicante de uma política de identificação do potencial de cada região, ou seja, o desenvolvimento regional é parte do desenvolvimento nacional. E o desenvolvimento nacional deve ser, tanto quanto possível, global e integrado, a fim de que as metas estabelecidas para alcançá-lo não se sobreponham umas às outras, retardando o processo.

Quanto a esse aspecto da globalidade e da integração, não poderá jamais ocorrer nacionalmente, a não ser uma relação de uma ou outra meta, mas ele é possível a nível regional do município, ou de uma simples localidade.

Meus Senhores, a observância deste caráter de globalidade e integração do processo de desenvolvimento nacional deverá, pois, estar presente, na estratégia da existência de um projeto nacional de longo prazo, e essa comissão se propõe a elaborar o que esperamos seja o mais breve possível. Todos os homens têm o maior amor ao que eles próprios produzem: a infra-estrutura direcionada, com a possibilidade para educar o homem ao trabalho, física e intelectualmente o coloca de tal sorte que somente almeje aquilo que pode conseguir através do trabalho. Estimular o brio profissional, repugnar aquilo que recebe sem merecer, que o humilha, daí nasce a cidadania e o amor à pátria.

Para que isso aconteça, é preciso saber que a função do governo não é dar, e sim prover meios de conseguir na Constituição vigente Saúde, Educação, Habitação, Reforma Agrária consciente, consentida, enfim, meios de sobrevivência através do trabalho.

Está comprovado que, à medida que crescem os anos de escolaridade, diminui a natalidade, dando-se o maior problema brasileiro, que é o da explosão demográfica.

A divisão de renda estará ligada à capacidade de produzir, pois não há como consumir o que não se produziu.

A prodigalidade, meus Srs., das instituições governamentais é a de dar infra-estrutura para que o homem se realize através, sempre através da dignidade do esforço próprio do trabalho. Portanto, há necessidade de equilibrar a vida, que não é feita somente de atividades mas também de repouso e lazer, daí a necessidade de ativar características locais, que é o folclórico, através do esporte, incentivando-o, conquanto isso emerge a cultura de um povo com os seus hábitos, usos e costumes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares). - Estamos praticamente no último expositor do tema-base para um desenvolvimento nacional equilibrado.

Dentro da organização das nossas audiências públicas, em seguida, o nosso querido Senador Ronan Tito, de Minas Gerais, fará uma avaliação das palestras feitas até agora.

Eu gostaria de alertar também os nobres companheiros que se deslocaram de Brasília para cá que o tema a ser debatido será "Políticas Regionais e seu Financiamento". Farão a avaliação pela Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho e o Deputado Pinheiro Landim. A Reforma Constitucional e a Federação ficarão com a análise do Deputado Luiz Girão, e o Deputado Osvaldo Coelho examinará o IV tema que diz respeito aos Desequilíbrios Regionais e à Questão Social.

Portanto, pediríamos a atenção dos Colegas, dentro desse segmento, para que pudéssemos fazer uma avaliação a nível da visão do Congresso Nacional.

O Senador Jonas Pinheiro, inclusive, escolherá também o tema de sua preferência e poderá encaminhá-lo à Mesa; S.Ex.^a já foi consultado a esse respeito e, tão logo o tenha, teremos grande satisfação em ouvi-lo. S.Ex.^a sempre nos honra com sua presença nas audiências públicas. Os ilustres Senadores e Deputados já determinaram os temas de sua preferência.

Completando o ciclo de expositores de base para um Desenvolvimento Nacional Equilibrado, ouviremos, agora, o Professor Luciano Coutinho. Em seguida, o Senador Ronan Tito fará uma avaliação geral das exposições aqui realizadas.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma satisfação muito grande estar presente nesta audiência pública.

Certamente, abreviarei muito a minha exposição, em função do adiantado da hora, mas quero dizer que, com algum otimismo, poderemos começar a ver uma luz no fim do túnel do Brasil.

Poderemos começar a vê-la, porque, em reuniões como esta, começamos a perceber que, por meio de uma certa consciência, convergência e até impaciência em encontrar um projeto, o País começa a emergir de todos os lados; começa da classe trabalhadora, das lideranças empresariais, dos setores políticos.

Vou mais adiante: não é simplesmente uma questão da subjetividade das lideranças da sociedade. Trata-se de três condições objetivas que nos permitem pensar hoje que a crise brasileira pode ser superada. Primeira condição: a dívida externa e o setor externo brasileiro estão numa situação, objetivamente, bem equacionadas. O Brasil dispõe de reservas; o Estado brasileiro pode esfriar qualquer especulação cambial. Não pode mais ser chantageado por qualquer retenção de exportações que afete gravemente o equilíbrio cambial brasileiro; os juros internacionais estão baixos, a liquidez mundial é farta, e assim por diante. Temos uma situação objetivamente resolvida nessa área.

Temos também outro ponto, outra dimensão importante, a do plano microeconômico. Nele, as empresas líderes - especialmente as brasileiras - reestruturaram-se. Elas estão, hoje, concentradas nas linhas mais competitivas, são enxutas, estão trabalhando como um *break even point*. Estão preparadas, não só para sobreviver, mas, novamente, para investir. A crise já queimou boa parte do capital mas, hoje, temos condições de retomar o investimento pelo mesmo plano do cálculo microeconômico. Por esse lado, houve um avanço importante.

Terceiro fator objetivo: manter-se um consenso com relação à necessidade de superar - de uma maneira definitiva - o desequilíbrio no financiamento do Estado brasileiro, e a necessidade de recuperar a sua capacidade ordenadora macroeconômica. Vejo que, certamente, esse terceiro ponto é o mais difícil. Sentimos, porém, que existe um consenso, formado pelo menos entre os meus Pares - economistas das mais diversas tendências - em torno da necessidade de remontar o padrão de financiamento do Estado e a sua capacidade ordenadora.

Por isso, sou otimista. A crise amadureceu, ela pode ser superada, por um sintoma muito nítido, muito claro.

Pela primeira vez, em muitos anos, as soluções de curto prazo são também as de longo prazo. Durante esses doze anos de crise, as soluções de curto prazo contrariaram as de longo prazo. Agora, não, e até por imposição feliz da revisão constitucional, vai obrigar-nos a pensar questões estruturais. Fico contente quando vejo as lideranças empresariais pensando em uma reforma tributária e estrutural: como condição para resolver a curto prazo a questão da inflação. Esse é o sintoma de que há uma unificação das soluções de curto e de longo prazo e que a crise pode ser resolvida. Quero me estender um pouco sobre esses pontos e enfocar, especificamente, os problemas que dizem respeito às questões regional e federativa.

Com relação à reforma tributária e estrutural, que tem sido defendida por essa Casa, essa não é uma área polêmica. Não vamos inventar um sistema tributário, não há espaço, mas vamos, sim, copiar o sistema tributário mais moderno, praticado pelos países pioneiros. O Brasil foi pioneiro no passado. Vamos imaginar um sistema tributário que não tenha impostos em cascata, em que a repartição de níveis de impostos por níveis de Governo seja coerente, em que não haja a união do imposto de renda em suas diversas modalidades - e, eventualmente, algum tipo de imposto sobre o valor agregado -, e que aos Estados caiba o principal imposto sobre consumo.

Nesse sentido é importante pensar no ICMS, no destino e não na origem, para aproximar o verdadeiro valor a um custo sobre consumo final. É importante pensar que aos municípios cabem os impostos sobre a propriedade. Enfim, um sistema tributário moderno. Não vou me alongar sobre isso. É uma área de consenso importante.

Há, sim, um certo dissenso a ser discutido, com coragem, sobre como combinar uma carga tributária microeconômica reduzida, razoável e simplificada - e não o absurdo de hoje - com a carga tributária macroeconômica suficiente para as tarefas do desenvolvimento. Creio que precisamos realizar essa engenharia de combinar uma carga microeconômica mais reduzida a nível das empresas com a carga macroeconômica mais alta, porque o Estado brasileiro, com 25% do PIB em carga tributária, é insuficiente.

Não sei do quanto mais precisamos, mas isso faz parte da discussão de substância sobre o próprio projeto de desenvolvimento. A questão federativa - vejo a minha companhia Aspasia Camargo, que se tem dedicado a respeito - concerne diretamente a esta Comissão. A reforma da Constituição, Srs. Parlamentares, é uma grande tarefa com a qual esta Comissão deve cooperar. É preciso que a partilha de impostos seja correspondente à partilha de responsabilidade por esfera de Governo. Proponho, e certamente a União deve concentrar as tarefas essenciais de gestão monetária, cambial e tributária, para acabar com guerras fiscais, de gestão do crédito e

da dívida pública. Essas são as tarefas macroeconômicas centrais. O governo da União precisa ser forte, precisa ter capacidade de coordenar.

Mas é preciso também reduzir e, aí, há ainda um trabalho a ser realizado, qual seja, reduzir nas infra-estruturas mais importantes. Essa é a função integradora que deve descentralizar. Deve-se repensar o papel da União.

Por exemplo, com relação à energia elétrica é preciso repensar todo o papel do sistema ELETROBRÁS, imaginar-se um sistema - talvez a idéia do grid único de distribuição de energia - em que ele centralize, inclusive a geração do setor primário, e descentralize, permitindo a privatização da distribuição. Mas isso significa repensar a política para toda uma área de infra-estrutura, coerente com a reforma tributária.

É preciso repensar, por exemplo, a questão do transporte rodoviário e ferroviário. Existe um enorme mapa de rodovias federais que não tem sentido, estadualizar e restringir as rodovias federais a um conjunto de troncos fundamentais, enfim, repensar toda a política rodoviária federal.

Estou dando um exemplo, porque é profunda a questão da partilha de atribuições e responsabilidades. É preciso, por exemplo, repensar o sistema de telecomunicações, que precisa ser centralizado: a que núcleo do sistema de telecomunicações deve pertencer? São perguntas importantes: que núcleos podem ser descentralizados para os estados e para a iniciativa privada? São essas as questões essenciais que não estão resolvidas e que precisarão sê-las, até o momento da revisão constitucional.

Aos Estados e Municípios, decerto, a centralização se impõe, implicando que a educação e a saúde sejam de vez descentralizadas; que os transportes sejam descentralizados; que parte da energia elétrica seja descentralizada; água, saneamento, enfim, todos os segmentos. É preciso que haja uma descentralização forte e coerente, uma descentralização efetiva de atribuições, coerente com a partilha tributária. Essa é uma tarefa central para esta Comissão.

Penso também que a relação entre o Estado e o setor privado, que foi discutida aqui com tanta maturidade pelo Sr. Prefeito de Belo Horizonte, precisa ser repensada. É preciso, em primeiro lugar, para haver a viabilização dessa relação, recuperar, com solidez, as tarifas públicas, sem o que não haverá nem privatização, nem qualquer possibilidade de novos títulos financeiros para financiar os investimentos públicos de novas áreas.

Há necessidade também de se repensar o sistema de financiamento. Vejo, aqui, o Presidente da FEBRABAN. É preciso se pensar em poupança barata, incentivada, de longo prazo, fundos de pensão. Devemos dotar o País de um sistema de financiamento verdadeiro, permitindo que se sustente o esforço do investimento para o futuro, enfim, devemos pensar em novos instrumentos financeiros. Enfim, não vou me alongar sobre isso.

Mas creio que essa agenda de reformas que diz respeito ao desenho do Estado, a sua compatibilidade com a partilha de responsabilidades, com as formas de financiamento dos diversos níveis de governo é uma tarefa essencial da revisão constitucional, para a qual esta Comissão deverá e poderá prestar uma colaboração. Nós, nos amplos estudos que estamos realizando no grande projeto da UNICAMP, teremos contribuições sobre quase todos esses itens. E estou à disposição para repassá-las a esta Comissão.

Mas há um outro aspecto fundamental, que vai além dessa questão, a questão do sistema político brasileiro. É preciso uma reforma política de envergadura, porque a questão da representação política brasileira está resolvida de maneira precária, faço esta afirmação com a tranquilidade de quem é nordestino.

O Sudeste está sub-representado. No Sul, no Nordeste e no Centro-Oeste não há tanta disparidade. É preciso que o princípio do voto do cidadão seja respeitado, e o aperfeiçoamento do sistema distrital misto está aí para ser realizado. Há necessidade, também, de se fazer uma reforma política que mude e reforce o sistema partidário, modificando o seu financiamento.

Sem uma modernização política não teríamos condições de pactuar nenhum entendimento que pudesse recuperar o País. Então, esta também é uma recomendação importante para esta Comissão: pensar a reforma política.

Quero falar um pouco sobre o Sudeste, que é o foco desta reunião. O Sudeste perdeu um pouco de posição com a crise, mas ele ainda significa 60% da renda nacional, contra 13% do Nordeste, 3 ou 4% do Norte e 17% do Sul. O Sudeste representa 60% da indústria nacional. Portanto, cabe a ele, na verdade, uma responsabilidade muito maior.

Do Sudeste deve-se cobrar as soluções para a crise brasileira, e não ao contrário. Outras regiões poderiam até reivindicar vocações.

Ao sudeste cabe pensar e encaminhar soluções para a crise brasileira. Lá, certamente, está o núcleo da indústria, a indústria mais fragilizada. Pensar em uma política para o Sudeste significa pensar em uma reestruturação industrial, em uma política de competitividade, para salvar os grandes complexos brasileiros que estão mais debilitados, especialmente na área mecânica, de bens de capital, automobilística etc.

É preciso pensar no Sudeste também como núcleo de integração nacional, bem como na sua relação com o Sul e o Mercosul, que é essencial, significa repensar o

sistema de transporte, a infra-estrutura, a relação do Sudeste com o Centro-Oeste, que absorveu boa parte da produção agrícola brasileira e que está desconectada do Sudeste.

O Brasil, com a soja, tem uma produtividade fantástica no Centro-Oeste, para a qual migrou boa parte da produção, mas não tem conexão rodoviária nem ferroviária adequadas. É preciso ser pensar na relação do Sudeste com o Nordeste, porque este não pode correr o risco de ficar - especialmente o Nordeste setentrional - separado do resto do Brasil, cujo centro de gravidade com o Mercosul tende a se deslocar para baixo. Por isso, é preciso pensar nessa relação.

Entretanto, creio que ao Sudeste cabe - como disse - uma responsabilidade muito maior, pois lá está a massa de renda, de inteligência, de força política e social. Estão lá os *price makers*, também estão aqueles que tomam decisões referentes ao futuro da economia do País.

Quero dizer que fico emocionado quando ouço, por exemplo, no depoimento do Vicentinho, que não está aqui, a idéia simples de que gente séria, com propósitos sérios, de todos os lados do espectro político e social, que pode resolver a crise brasileira, e o Sudeste pode ser o carro-chefe dessa solução.

Acredito que a inflação brasileira pode ser enfrentada, e com chances de sucesso, até para sustentar o crescimento que o Sudeste tanto precisa e que os empresários tanto querem, até, num certo sentido, de uma maneira *wishful thinking*, pensar que esse crescimento pode se sustentar com uma inflação tão alta. Mas podemos sustentá-lo se conseguirmos montar uma agenda de grande envergadura de reformas no País e impedir que a gestão da política econômica brasileira caia no varejo, dando oportunidade ao Ministro da Fazenda - homem de grande envergadura - e não permitindo que ele seja tragado pelo varejo da gestão de curto prazo.

Precisamos estabelecer essa agenda e acredito que a reforma brasileira, no campo da política econômica, passa por um entendimento muito amplo, uma vez que não existe solução heterodoxa. Não é por congelamento ou choque - essas medidas estão desmoralizadas -, mas também não existe solução ortodoxa para o Brasil. O Ministro Marcílio Marques Moreira esteve perseverante e brilhante, manteve taxas de juros, por exemplo, por meses a fio.

Um País, com indexação abrangente, enraizada, profunda, como temos, não vai pelo caminho ortodoxo. É preciso combinar as duas coisas, tirando o que há de bom na austeridade, nas contas públicas, que a ortodoxia prega, fundamental para estabilizar. Mas é preciso se encontrar soluções consensadas.

Creio que a única âncora que o Brasil pode ter para estabilizar a inflação não é a âncora cambial nem a monetária, mas a do desenvolvimento futuro, é a sua renda futura, que pode garantir, hoje, o entendimento nacional. Os ingredientes ortodoxos e os heterodoxos devem ser parte de um entendimento que permita uma desinflação programada da economia brasileira. Avalio que isso é possível.

Não vou me alongar porque este não é o momento. Mas reafirmo que ao Sudeste cabe, sim, a responsabilidade de mover o País para a frente, com soluções concretas e com resultados. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Registramos a presença do Senador João Calmon, do nosso Estado, cujo trabalho no Congresso Nacional tem-se caracterizado pela luta indomida em favor da Educação.

Gostaria de dizer a S.Ex^a que o empresário Mario Amato proferiu uma palestra muito interessante sobre o aspecto do ensino dentro dessa problemática do desenvolvimento. Houve uma convergência entre Calligari e Mario Amato, e isso tem sido muito importante, considerando-se que o Senador João Calmon tem sido, como falei, indomido na luta em favor da Educação.

Registramos, pois, com prazer, a presença desse ilustre Senador, que vai nos honrar nos debates, logo após o almoço. É uma alegria tê-lo aqui, porque há a dupla condição de S.Ex^a ser representante do nosso querido Espírito Santo e ser da região nordeste.

O Senador Ronan Tito fecha esta parte dos debates, da exposição, fazendo uma análise, evidentemente, do tema básico para o desenvolvimento nacional equilibrado.

O SR. RONAN TITO - Sr. Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Dr. Carlos Alberto Moreira Ferreira, não precisa ter medo, porque na saudação de improviso do Prefeito de Belo Horizonte ele quis colocar o nosso José de Alencar como Presidente da FIESP, e nós, mineiros, protestamos energicamente, porque não só o queremos como Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, mas, também, estamos nos preparando para postos que vão exigir ainda mais dele. De maneira que foi só um lapso, dizem que o subconsciente é a quinta coluna do consciente, mas nesse momento o que houve foi mesmo um lapso de memória.

Não farei uma apreciação de cada orador, de cada debatedor, porque, verdadeiramente, mais importante do que todas as palestras - que foram importantíssimas - foi o acontecimento em si.

O Congresso Nacional que, costumam dizer, tem paredes de vidro e não tem nem portas, aonde todos podem ir a qualquer momento, sendo todos bem-vindos e convidados, nesse momento sai dessas paredes de vidro uma comissão extraordinária, visitando as diversas regiões do Brasil e trazendo o debate dos temas mais candentes de nosso País.

É o meu cumprimento efusivo ao Senador Beni Veras, ao Senador pelo Espírito Santo, meu amigo querido, Elcio Alvares, e a todos os senhores que estão participando desta reunião. Mesmo porque tenho certeza de que, se legarmos a cada região deprimida a solução de cada problema, esses problemas não serão resolvidos nunca. O problema do Nordeste não é um problema do Nordeste. O problema do Nordeste é um problema brasileiro, nacional.

Agora quero retificar aqui o teor das homenagens feitas ao Juscelino Kubitschek. Ele não foi só o melhor Governador para o Estado de São Paulo, foi o melhor Governador para o Nordeste, também, porque naquele momento não se podia fazer mais do que ele fez quando da criação da SUDENE, que era um órgão agregado à Presidência da República, e não um "orgãozinho" situado lá no centro, para atender a quem dizia que "o problema do Nordeste a SUDENE resolve".

Ele foi também o melhor Governador para o Norte do País quando fez a Belém-Brasília, integrando o Norte a Brasília. Ele foi o melhor Governador do Centro-Oeste, porque, na verdade, mostrou para o Brasil e para o mundo que o Brasil não era apenas o litoral, mas também tinha o seu interior, que deveria mostrar a sua pujança e que tinha muito para contribuir. Ele foi também o melhor Governador dos Estados do Sul. E é a isto que nós damos o nome de estadista: é aquele que atende ao Estado, de uma maneira generalizada. Vou questionar apenas alguns conceitos, é evidente, sem querer ser a palavra final, apenas dando também a minha opinião.

Falou-se aqui, por exemplo, na questão do Orçamento, do qual foram extrapolados 10 bilhões de dólares. Depende da maneira que se olha o Orçamento. Se colocarmos como sua base a arrecadação do ano anterior, verdadeiramente, houve essa extrapolção. Mas como havia um crescimento da arrecadação, e ela persiste crescente, é que se estimou um Orçamento de 10 bilhões, que hoje já está superado, porque se continua a arrecadação da maneira como ela vem caminhando, e também as diminuições de despesas acontecendo como estão acontecendo, teremos, dentro em breve, o nosso Presidente da República remetendo ao Congresso Nacional saldos de arrecadação, para a melhor alocação dessas sobras de tributos.

Foi falado aqui também sobre a ética na política. Acho insuficiente. Por que ética na política? A ética, ou ela contamina toda a sociedade, ou então será despreciada, não se tendo necessidade dela. Ética na política. E a imprensa? Não precisa ter ética nenhuma? A empresa, o Judiciário, as entidades de classe.

Muitos dizem que nós vivemos uma crise na política e outros dizem que é uma crise de economia. Nós vivemos uma crise da sociedade como um todo. E se pensam os senhores que os políticos estão aptos para resolver esta crise da sociedade, afirmo que não estamos. Ou a sociedade como um todo assume esta crise, ou vamos ficar de crise em crise. Podemos até tomar um fôlego e respirar um pouco, e termos até algum crescimento da economia, mas ela voltará, se nós, como sociedade, não assumirmos esta crise.

A crise da imprensa. Este debate não poderia estar acontecendo, por exemplo, numa cadeia de televisão, digamos, num horário de 20 às 22h, que é sempre freqüentado pelas "porno-novelas"? No Brasil, discutir os problemas do país virou pornografia: só acontece - quando acontece - depois das 23h30min. No entanto, assistimos a todas as "porno-novelas" - com toda a sua libertinagem - acontecerem durante o dia, à tarde e à noite.

Os problemas brasileiros parecem não ser importantes, importante é criar o imaginário coletivo, para depois se fabricar o segundo turno, que convém aos donos da mídia, em especial da mídia eletrônica. Não estou fazendo nenhuma inconfidência, mas o Dr. Roberto Marinho falou - na Sorbonne -, na presença do Lula, que ele fabricou o segundo turno e que, depois, foi muito fácil criar o espantalho da esquerda para eleger o candidato que ele pretendia. Isso não foi muito noticiado, mas um jornal acabou noticiando esse fato.

O imaginário foi criado com as novelas que antecederam as eleições e, depois, era só assumir aquele papel deixado e, a partir daí, foi fácil eleger aqueles que interessavam aos donos da imprensa. Ética na empresa. Não sou de nenhum sindicato de trabalhadores. Fui até vice-Presidente de uma federação no meu estado, com muita honra. Fui lá um pequeno empresário do interior, homenageado pelos grandes empresários, os quais me colocaram em uma das vice-presidências da federação. Mas as empresas também precisam encarar a ética de frente. É evidente que o lucro é o objetivo principal da empresa.

Outro dia, ouvi de um presidente de uma enorme corporação de aviação dos Estados Unidos da América do Norte, ao ser indagado sobre qual o seu objetivo primeiro, responder que o que ele buscava em primeiro lugar era o lucro. Eles replicaram: "Não é a segurança do passageiro?" Ele retorquiu: "Sem o lucro não tenho como investir na segurança." Evidente, pois, que a lucratividade é a seiva da empresa.

Também foi dito, e muito bem dito, que as corporações têm que ser fiscalizadas. Por isso, não me agrada quando se diz que queremos um Estado mínimo. O Estado tem que ser sempre soberano, porque, em determinados momentos, a empresa necessitará - e muito - de um Estado soberano. Por exemplo: falamos, introjetamos aqui um discurso externo, segundo o qual há um liberalismo total. Entretanto, o nosso suco de laranja está sendo supertributado, bem como o nosso calçado, o nosso aço etc. Os professores, os pregoeiros da liberdade total de mercado, na verdade só pregam a liberdade para fora, mas, interna corporis, procedem de uma outra maneira.

Temos que pensar em uma ética para o Judiciário. Um Judiciário que leva quinze, vinte anos para dar uma sentença, e depois tangencia o problema, para, no final, não dar uma decisão, dela escapando quase sempre. E, quando tarda, prolata uma sentença e prejudica quem verdadeiramente tem razão. Quem se beneficia? O réu. Quanto mais demora houver, mais se beneficiará o réu.

Há que haver ética nas entidades de classe. Elas têm um papel muito importante. Sou oriundo de uma delas, porque fui presidente da Associação Comercial e Industrial da minha cidade por dois mandatos. Elas têm, pois, que sair do limite do seu corporativismo e começar a pensar no Brasil. Porque a corporação, inicialmente, poderá aparentar que vai bem, mas, depois, será envolvida por uma sociedade. Ninguém é uma ilha dentro da sociedade.

Falando também sobre ética - na questão das empresas, na questão da arrecadação, do pagamento de tributos - observo, muitas vezes, empresários acusando o Governo Central de não cumprir com o seu papel básico, que é o de dar saúde, educação etc. E, no entanto, posso dar um depoimento a V.Ex^{as}, como Presidente da CPI da Evasão Fiscal, que esta é superior a 50%. Para cada 1 cruzeiro que se arrecada, há 1 cruzeiro sonegado. E essa injustiça não se faz somente com a sociedade, que poderia se beneficiar desse tributo, se faz também com as empresas corretas, que pagam seus tributos corretamente e que, depois, não têm como competir. No ano passado, perdemos três departamentos de multinacionais, que saíram deste País. Brinques, inclusive, com um dos seus diretores, dizendo a eles que estavam correndo da recessão. Enquanto estava tudo bem estavam todos aí. Ele me respondeu: "Não, estamos correndo da sonegação. Estamos muito acostumados a perder dinheiro por cinco, seis anos." E ele me mostrou um balanço em que confessava uma tributação de 36% sobre suas vendas, enquanto o balanço de uma sua concorrente acusava o pagamento de 21%.

Concluindo, ele me disse: "Quinze por cento é uma diferença que não consigo suportar, porque, principalmente, forneço meus produtos ao Governo Federal e aos governos estaduais, e estes compram pela via da concorrência pública, e 15% são demais para se poder competir."

O Brasil arrecadou, durante muito tempo, 19% do PIB. Os países mais ricos do mundo não conseguem rodar a sua máquina com 16% do PIB. Gastamos 4% para rolar a nossa dívida interna, e 1% para girar a nossa dívida externa e, depois, vamos cobrar do Governo. Essa situação lembra-me bem aquela anedota antiga, que pode ser aplicada no momento. O homem reclama: "A minha mulher é terrível, pede-me um milhão de cruzeiros todos os dias. O outro interlocutor pergunta: "O que ela faz com tanto dinheiro?" O outro responde: "Não sei, nunca dou."

Assim está o Estado Brasileiro. Felizmente, algumas medidas foram tomadas. Não aceito aquela desculpa de que não se paga imposto porque vão roubar lá em cima. Essa é a ética do ladrão e não a ética do empresário. Não posso aceitar essa ética. Se ficarmos salpicando ética na política, o Brasil vai continuar na adolescência política, transferindo toda a responsabilidade para os outros, sem assumirmos o nosso papel dentro da sociedade. Afinal, estamos ou não numa democracia? Democracia, como entendo, é a responsabilidade de todos na condução do Estado.

Não pretendo estender-me mais, pontilhando onde deve ficar a ética. Ou a ética existe como uma cultura dentro da sociedade ou, senão, vamos ficar cobrando sempre a ética do outro. Penso também, nobre Professor, caro amigo Luciano Coutinho, que, emendando um pouco o discurso do Prefeito Paulo Salim Maluf com um discurso proferido por V. S^a, exato, correto, científico, carregado de esperanças - da qual estamos precisando -, o Brasil precisaria, neste momento, de um novo Juscelino, cuja maior obra foi semear a esperança pelo Brasil inteiro.

Estamos vivendo na porta do inferno de Dante. A nossa condição financeira é muito superior à dos Estados Unidos da América do Norte. Nós todos sabemos disso. No entanto, irrito-me profundamente quando, em entrevistas, indagam-me se o Brasil tem solução. Será que importamos esse discurso? É claro que existe solução, e esta passa por todos nós.

Certa vez, quando o Professor Henri Guitton esteve na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, no auge do milagre brasileiro, ao ser solicitada a sua opinião sobre o desenvolvimento brasileiro, respondeu que o Brasil não tinha desenvolvimento, mas ilhas de progresso.

Se formos analisar verdadeiramente o que existe no Brasil encontraremos sempre ilhas de progresso. Desenvolver significa tirar o que está envolvendo. Progresso é muito diferente de desenvolvimento. Prefiro até o vocábulo espanhol, *desarrollo*, *desarrollar*, para que todos se potencializem. Precisamos parar de pensar em ilhas de progresso e começar a pensar em desenvolvimento realmente.

O Presidente da Federação das Indústrias e o vice-Presidente do meu Partido, em Minas Gerais, falaram sobre moeda forte. Na verdade, não temos moeda. Qual a moeda que temos? OTN, RTN, BTN, UFIR, cruzado, cruzeiro de um mês atrás, de ontem, de hoje pela manhã ou de tarde? Certa vez disse ao Ministro Márcio Marques Moreira que não entendia como ele conseguia administrar a Pasta da Fazenda e a Economia deste País sem moeda. Moeda é uma referência.

Em debate com o ex-Ministro Roberto Campos, no Senado Federal, propus o financiamento por equivalência, a fim de facilitar para o pequeno agricultor, que quase sempre é ludibriado quando se coloca a correção monetária para o dinheiro,

para os juros, para os adubos, para os insumos, mas quase nunca para o produto agrícola final.

Apresentei, portanto, esse projeto, que foi rejeitado apenas pelo ex-Ministro Roberto Campos. S. Ex.^a indagou-me se eu pretendia voltar ao escambo, ao que lhe respondi que a agricultura brasileira é que visa chegar ao escambo. Creio que o grande problema do nosso País é termos que trabalhar pela moeda.

Quanto ao separatismo, penso que deva ser reprimido com a mesma virulência com que está aparecendo. Ninguém tem o direito de falar em separatismo. (Palmas) Este País foi construído por mais de 20 gerações e com o sacrifício de muitas pessoas. A integridade do nosso solo não está em leilão. De repente, surge essa onda de separatismo, justamente no momento em que as fronteiras estão se apagando no mundo inteiro, justamente no momento em que a Europa está discutindo a unificação da sua moeda e da sua economia. Lembro-me até de uma frase bíblica muito forte, que diria para esse líder do separatismo: "Não te é lícito tratar desse assunto."

Professor Luciano Coutinho, o painel foi muito bem encerrado por V. S.^a. Precisávamos falar um pouco de economia. Verdadeiramente, creio que amadurecemos dentro da crise. Essa é a expressão correta.

As finanças públicas têm melhorado substancialmente. A luta agora é para desencadear, não o progresso, mas o desenvolvimento. Esse não é um problema que pertença às regiões que sofreram com a depressão. Lembro-me, por exemplo, de que a irrigação da Califórnia foi urdida dentro da maior recessão dos Estados Unidos. Foi durante o new deal que se pensou na canalização do degelo de Nebraska, levando-o para a Califórnia, que hoje é um estado sustentável.

Apresentei, inclusive, um projeto no Congresso Nacional no sentido de desviar as sobras do rio São Francisco, bombeá-las para o Nordeste, perenizar os rios, criar, verdadeiramente, um caudal capaz de irrigar aquela região. O solo é extraordinário, fértil, mão-de-obra abundante, tecnologia de prateleira, tudo que os mercados esperam. Nós estamos com a água, com a laranja, com o açúcar, com o gelo para fazer a laranjada. Contudo, jogamos a laranja fora e ficamos misturando a água.

A fome não é o problema. O problema é não ter o que comer. E o problema da falta d'água não é só na questão da irrigação. Falta água para beber, e a água tem que estar no local em que o cidadão se encontra.

Contra o separatismo, diria que temos que fortalecer a idéia do MERCOSUL e partir já para a integração do mercado latino-americano. Cabe ao Brasil criar moedas para que outros países comprem de nós. O colosso da Argentina, que assustava os gaúchos, principalmente, foi que, em treze meses, com a abertura, beneficiamo-nos com um saldo de um bilhão e setecentos milhões de dólares. Os outros países têm moeda para comprar, e nós temos muito para vender. A Bolívia tem o gás, mas a quarta maior reserva de gás do mundo está no Peru. No norte da Argentina há reservas de gás não prospectadas até hoje.

Temos que ampliar o nosso mercado em vez de restringi-lo. Temos que pensar grande, como a Alemanha, em 1959. Muitos contestam essa alternativa, porque o Brasil terá que financiá-la. Isso é óbvio, visto que será o maior beneficiário. A Alemanha assim pensou e assim o fez. O Mercado Comum Europeu beneficia todos os europeus, mas principalmente a Alemanha, na sua luta de mercado contra os Estados Unidos e o Japão.

Estendi-me mais do que devia. Resta-me apenas agradecer a todos pela atenção com que me ouviram. Peço desculpas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Após a competente, ampla e abrangente avaliação feita pelo nobre Senador Ronan Tito, encerramos esta primeira etapa do nosso encontro e vamos para o almoço, que ocorrerá aqui mesmo na FIESP, no 16º andar.

Retomaremos os nossos trabalhos em 40 minutos.
(Está suspensa a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste momento, declaro reaberta a audiência pública da Comissão Especial Mista que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

O primeiro tema refere-se a "Bases para o Desenvolvimento Nacional Equilibrado". Dentro desse painel, vamos ouvir a exposição do Deputado José Serra.

Lembro aos ilustre Colegas da Câmara e do Senado que, após os expositores realizarem o trabalho de desenvolvimento das suas teses, daremos oportunidade de fazer uma avaliação através de um Deputado e de um Senador integrantes da Comissão.

Portanto, neste instante, passo a palavra ao Deputado José Serra, integrando o tema: Bases para o Desenvolvimento Nacional Equilibrado.

O SR. JOSÉ SERRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, apresento os meus cumprimentos à Comissão, ao Presidente e ao Relator, não só pela qualidade do trabalho desenvolvido, mas também pela idéia de promover essas audiências públicas em diferentes lugares do País. Isso realmente mostra o propósito de se produzir um trabalho, no Congresso Nacional, que tenha uma finalidade, não apenas de divulgação, de chamar a atenção para os problemas, mas também de encontrar e equacionar soluções, ouvindo os diferentes setores da opinião pública nacional e de diferentes regiões.

Eu gostaria de fazer alguns comentários, dada à exiguidade do tempo, com base nos três relatórios que me chegaram às mãos e encaminhados pelo meu amigo e colega de Partido, Senador pelo Estado do Ceará, Beni Veras. Fiz uma leitura atenta dos três documentos e tenho a impressão de que seria mais interessante fazer alguns comentários, não tanto sobre o que eles contêm, mas também sobre o que eles não contêm.

Em primeiro lugar, vou referir-me a elementos que talvez deveriam merecer uma análise no documento. O documento faz uma análise histórica boa da origem, das condições dos desequilíbrios regionais, das iniciativas institucionais e de políticas econômicas adotadas desde os anos 30, especialmente desde os anos 50; faz um balanço genérico dessas iniciativas, dos problemas existentes; radiografa as diferenças que persistem, tanto no campo econômico quanto no social, entre as regiões, e aponta medidas e critérios que deveriam nortear uma política para o futuro.

Há duas omissões que precisariam ser melhor tratadas no documento, inclusive porque fazem parte de uma política de correção de desequilíbrios regionais bastante firme, que se tem seguido no Brasil. Refiro-me à parte tributária e à parte de financiamento, de crédito para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A parte tributária merece ser aqui analisada, uma vez que faz parte daqueles instrumentos que podem conscientemente ser objetos de uma política. Por exemplo, é muito difícil se ter uma política econômica num espaço de uma economia integrada, com liberdade de movimento de capitais, de mercadorias, e, a partir daí, evitar desvios ou canalização de investimentos privados de empresários do Norte e do Nordeste para a Região Sul, transferência de poupanças e tudo mais. Isso é extremamente complexo, porque faz parte das regras do jogo do mercado. Quando pensamos efetivamente em política econômica, a parte tributária é efetivamente administrada. Há aí uma relação de causas e efeitos, eu diria, razoavelmente clara.

A parte tributária, que não está bem analisada no documento - depois posso dar até números e contribuições por escrito com relação a esse aspecto -, mostra que, na verdade, houve um esforço, nos últimos vinte e cinco anos, de desconcentração e de redistribuição muito forte da receita tributária em benefício das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Vamos analisar dados a respeito das administrações estaduais, pois são elementos mais fáceis de se medir do que as municipais. Os números com os quais trabalho não são muito divergentes, se analisarmos o conjunto das administrações municipais por região.

A minha definição de receita líquida tributária é aquilo que o governo do Estado dispõe para gastar, exclusive operações de crédito. Portanto, incluo as transferências recebidas do Governo Federal e deduzo as transferências feitas de cada Estado para os seus Municípios, por exemplo, na arrecadação do ICM. Este é o conceito mais correto.

Em 1968, os Estados das Regiões menos desenvolvidas, ou seja, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, detinham 18,4% da receita estadual líquida. As mais desenvolvidas, como é óbvio, 81,6%, cabendo, 67%, aproximadamente 2/3, ao Sudeste e 14,5% ao Sul.

Em 1988, essa distribuição tinha-se alterado, saltando, no caso das Regiões menos desenvolvidas, para 30,4%, ou seja, de 18,4% para 30,4%. Refiro-me às administrações estaduais. A das regiões mais desenvolvidas, evidentemente, caiu para cerca de 70%; caindo de 81,6 para 69,6%, sendo que a do Sul cresceu de 14,4 para 15,2%.

Portanto, praticamente toda a perda relativa foi concentrada no Sudeste, cuja participação passou de 67,2% para 54,4%. Não gosto muito de citar números em exposições porque confunde um pouco. Por favor, se alguém quiser algum esclarecimento, pode perguntar. Posteriormente, vou fornecer a tabela.

São Paulo detinha, em 1968, 58,3% das receitas estaduais, ou seja, a receita estadual do Governo de São Paulo era de 58,3% da receita estadual nacional. Essa porcentagem caiu para 33% em 1988. Se chegamos até 1991 incorporando três anos pós-constituente - 89, 90 e 91 - essa evolução continua.

A participação das regiões menos desenvolvidas passou de 30,4% para 32,9%. A das regiões mais desenvolvidas, de 69,6% para 67,1%. Nesse triênio - digamos assim, porque em 1988 foi igual a zero, portanto, é o movimento de três anos - caiu mais. A participação do Sul caiu de 15,2% para 3,9%; a do Sudeste, de 54,4% para 53,2%, e a de São Paulo, de 33,5% para 31,4%.

No agregado, é interessante, considerando-se a média, mostrarmos que de 1968 a 1991, portanto, no espaço de 23 anos, a receita tributária dos estados nas regiões menos desenvolvidas cresceu 8,4% ao ano e nas regiões mais desenvolvidas, 4,8% ao ano. Portanto, uma diferença de 3,6% ao ano, que é um percentual poderosíssimo na acumulação. Parece ínfimo, mas na acumulação, ao ano, é gigantesco.

Por curiosidade, a região menos desenvolvida que mais ganhou foi a região Norte, com 11,6% ao ano nesse período; a região Centro-Oeste, em segundo lugar, com 8,1% ; e em terceiro lugar a região Nordeste, com 7,6%. No caso de São Paulo, o crescimento foi de 2,8% entre 1988 e 1991. Observa-se aí um estreitamento considerável de diferenças no plano tributário. Há uma redistribuição muito significativa que a Constituinte acentuou, porque aumentou bastante os fundos de participação dos estados e municípios.

Fundo de Participação é uma transferência do Governo Federal, da União para estados e municípios, baseada na arrecadação do IPI e do Imposto de Renda.

Aproximadamente são 44% de Imposto de Renda e mais ou menos 40% de IPI, digamos assim, grosso modo, para raciocinarmos, próximo de 50% desses impostos que são transferidos.

Antes da Constituição, o percentual de transferência dos fundos era muito menor e foi consideravelmente elevado. Por outro lado, a nova distribuição do fundo de participação também favoreceu as regiões menos desenvolvidas, ou seja, a maneira como o fundo era distribuído antes e como é distribuído depois, além do fato de que aumentou, passou a favorecer mais.

Antes da Constituinte, 70% do Fundo de Participação dos Estados era destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Depois da Constituinte, a partir de regulamentação feita pelo Congresso Nacional, passou para 85%, ou seja, desse bolo, 85% é destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para a maioria dos estados como Santa Catarina e São Paulo, o que é transferido do fundo de participação é erro de arredondamento.

Quando eu era Secretário em São Paulo, em geral esquecíamos de incluir no Orçamento o Fundo de Participação, que desaparecia quando se arredondavam os números. Isso, evidentemente, é menos verdade para outros estados. Entretanto, o Fundo passou a ser mais insignificante no que se refere aos estados.

Por outro lado, houve uma diminuição das alíquotas interestaduais para o Norte e Nordeste. Alíquota interestadual é aquela parte do ICM que fica com o estado consumidor. No caso do Nordeste, essa alíquota foi mais reduzida e é 6% atualmente, e o ICM de 17% ou 25%, ou seja, 6% ficam com o estado produtor. Antigamente era meio a meio e na região Sudeste tende a ser assim também. Houve, através de resolução do Senado, uma diminuição da alíquota interestadual das vendas, que não é a mesma na volta, ou seja, o produto paga 6%, fica 6% no estado de origem, mas quando vem de lá para cá mantém o percentual que, se não me engano, é de 12%.

Na verdade, o processo de redistribuição prosseguiu. Acho que falta incluir no relatório. O relatório alcança fatores importantes de desigualização do desenvolvimento, mas deveria apontar também, Senador Beni Veras, há a parte de equalização que tem havido. Do contrário, isto é, se não se reconhece os pontos positivos nessa redistribuição, pode-se provocar um tipo de radicalização que não convém, uma vez que baseada na não análise de aspectos muito importantes.

A segunda omissão do relatório se refere ao Fundo Constitucional para Investimentos. Quero dizer, só a título de curiosidade, que na Constituinte fui relator da parte tributária. Houve subcomissões de tributação, orçamento e finanças e fui o relator das três. Portanto, essa redistribuição do Fundo de Participação fez parte do meu relatório, em amplo acordo com as bancadas ali representadas.

Criou-se, também, o Fundo Constitucional de Financiamento, que, no caso, contou com minha participação direta, uma vez que colaboramos - a minha influência não foi suficiente, mas foi necessária e decisiva - para que esse fundo fosse destinado ao financiamento de investimento privado. Queriam levá-lo para a área pública ou para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em cujo caso a utilização seria duvidosa do ponto de vista de investimentos produtivos.

Esse fundo, que também não está convenientemente analisado e enfatizado no relatório - o que é uma surpresa -, é de uma importância extraordinária. Ele pega uma fatia de 3% do Imposto de Renda e do IPI a cada ano, o que é considerável. Essa quantia vai para o Banco do Nordeste e para o Banco da Amazônia, segundo uma proporção dividida. Agora, essa fatia vai também para um Banco do Centro-Oeste - que penso que não era necessário criar, mas a pressão para que isso acontecesse foi grande. O fundo é empregado para o financiamento do investimento, entrando, mas não retornando para nada; é um fundo que vai se acumulando no banco regional a cada ano. Para se ter uma idéia, esse fundo é da ordem, segundo a arrecadação, de 600 a 700 milhões de dólares por ano. Trata-se de uma torneira que injeta, em organismos de crédito regionais, 600 a 700 milhões de dólares por ano para financiar o investimento local. Não são taxas de juros negativas, mas são taxas de juros, certamente, favorecidas.

Com isso, é fácil de analisar - já o fiz há uns dois anos. Penso que a conclusão não muda: dentro de cinco ou seis anos, esse fundo será mais importante que o BNDES.

Senador Beni Veras, meu companheiro, amigo e colega de Partido, acho surpreendente que esse mecanismo não esteja analisado. Se, por exemplo, eu trouxesse um técnico da Islândia para o Brasil - um amigo meu professor islandês -, para estudar a problemática regional brasileira, a partir do relatório, ele ficaria sem saber a respeito da importância desse fundo ou dos mecanismos de redistribuição no plano tributário.

Nada disso invalida outras questões, tais como problemas de crédito. Não estou anulando, com isso, outros aspectos de desigualização regional; pretendo apenas notar aqueles que são de igualização.

Lembro, inclusive, que, o Fundo de Participação redistribui os tributos arrecadados. Mas de onde sai a arrecadação que alimenta o Fundo de Participação? Tenho aqui os dados, mas peço a paciência dos senhores, porque só tive vinte minutos para apanhar todos os números que estou lhes mostrando agora.

Tenho em mãos elementos que mostram que aproximadamente metade da arrecadação tributária federal provém do Estado de São Paulo e a outra parte - evidentemente um percentual mais elevado - provém das Regiões Sul e Sudeste. Na

prática, temos, aproximadamente o seguinte: metade da arrecadação para o Fundo de Participação está concentrada, porque, se metade do IR e do IPI saem de São Paulo, essa metade será redistribuída para o resto do País. No caso dos Estados, 85% são do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas, evidentemente, se incluímos os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, esse percentual é muito mais significativo. Inclusive, é um fenômeno curioso - aqui está presente o Senador Esperidião Amin -, porque o Estado de Santa Catarina, apesar de ser diferente em termos de tamanho, em relação a essa matéria tem um perfil bastante parecido com o perfil paulista.

A arrecadação regional dos principais impostos, em 1992, ficou da seguinte forma: dos impostos federais, 49% são arrecadados em São Paulo; 75%, no Sudeste; e 12%, no Sul, ou seja, 87% são arrecadados nas Regiões Sul e Sudeste.

Na verdade, o Governo Federal organiza um grande mecanismo de redistribuição.

O outro elemento também diz respeito à arrecadação estadual. Se analisarmos os estados como um todo, verificaremos que o papel de concentração, antigamente atribuído ao ICM, desapareceu, especialmente depois da Constituinte, por causa das alíquotas interestaduais etc.

Atualmente, São Paulo, que nos anos 60 arrecadava 60% do ICM nacional, arrecada 38%. De alguma maneira, a distribuição do ICM é proporcional à participação na renda do País. Não há mais qualquer espécie de mecanismo concentrador de receita tributária na figura do ICMS.

Uma questão muito debatida era a de que o ICM teria concentrado mais receita nos estados mais ricos, comparativamente ao chamado Imposto sobre Vendas e Consignações. Empiricamente isso já não se constatava; hoje se constata menos.

De alguma maneira, essa situação tem contrapartida do ponto de vista social. Refiro-me à questão da carga tributária por região. No caso de São Paulo, a carga tributária total, ou seja, o total de arrecadação de impostos estaduais, federais e municipais dividido pelo PIB do estado é de 30%, enquanto no Nordeste é de 17%. A carga tributária em São Paulo é mais parecida com a dos países desenvolvidos.

Foi difícil calcular na região Centro-Oeste, porque os dados estão distorcidos pela arrecadação exagerada em Brasília. Brasília, para quem trabalha com contas nacionais, é um grande problema. Pode ser um problema de outra natureza para quem analisa política, economia etc., mas para quem vive de conta nacional é um problema definitivo. Todo o Imposto de Renda sobre lucros é arrecadado em Brasília, e isso dá uma distorção muito grande.

Esse é o meu primeiro grupo de observações com relação ao relatório. O segundo grupo se refere a teses que estão no relatório e são discutíveis. Eu queria mencioná-las a título de exemplo.

Uma é a questão da Zona Franca, SUFRAMA etc. Na verdade, essa questão regional já foi analisada e, apesar das análises separadas, no tratamento posterior fica tudo mais ou menos parecido. Quero confessar, com orgulho até, que aprendi muito, lendo nesse relatório a evolução na década, a evolução entre as diferentes regiões. Recomendo a sua leitura porque está muito instrutivo em relação à evolução de cada região.

O mecanismo da SUFRAMA, inclusive a partir das reformulações recentes, não tem nada a ver com a problemática nordestina e traz para o conjunto do País um prejuízo, que é tão grande ou pior para o Nordeste do que para São Paulo e as regiões mais desenvolvidas, em termos relativos. A SUFRAMA foi criada com a finalidade de desenvolver pólo exportador. Sabemos que isso não aconteceu. Ela tornou-se um pólo importador, com uma importação aproximadamente dez vezes superior às exportações.

Posteriormente, com maior abertura da economia e com a diminuição das alíquotas de importação, é evidente que a produção da SUFRAMA ficou prejudicada porque tinha um grau de internalização muito pequeno da produção vendida para os mercados do Sul e Sudeste. E, nessa medida, houve uma crise porque a liberalização das alíquotas de importação foi contraditória. A Zona Franca vivia do protecionismo no resto do País.

Houve uma modificação no Congresso Nacional - estou à vontade para dizer isso, porque me opus com muita clareza naquela ocasião -, ainda no Governo Collor, que eliminou índices de nacionalização, introduziu um processo produtivo básico. Isso, na minha avaliação - não que houvesse problemas no sistema anterior -, acabou abrindo caminho para a organização de uma zona de importações subsidiadas. Ou seja, importa-se e vende-se para o resto do País sem IPI, enquanto a atividade do País produz com IPI, inclusive a do Nordeste, e as importações feitas no resto do País também pagam IPI, só para ficar nesse exemplo, sem falar do Imposto de Renda.

Na prática, já havia antes um mecanismo de perda de receitas tributárias. Quando se deixa de produzir algo que paga IPI, metade desse IPI deixa de ir para as regiões mais pobres do País. É uma relação de causalidade simples mas que, às vezes, é pouco compreendida. Quando a receita tributária cai no Sul e Sudeste, cai a receita federal, diminuem as transferências, cria-se crise fiscal em todos os estados do País. Esse é um mecanismo pouco compreendido.

A questão da SUFRAMA agora se torna muito mais grave, porque não há empregos que beneficiem a Amazônia sequer e não há geração de impostos. Gerar

imposto é progressista, positivo para o País. Nós precisamos ter um sistema tributário racional. Gerar imposto é fundamental. Não há país no mundo que viva sem geração de impostos, senão há déficit público, não se pode atender à educação, não se pode dar incentivos regionais e tudo o mais.

E o documento passa por cima dessas questões. Acredito que um bom documento, para analisar a questão regional, tem de adotar isso. Quer dizer, a fórmula para a Amazônia é atual? Uma zona de importações subsidiadas, única no mundo? Isso vai dar tese de mestrado e doutorado no exterior. Ela é única no mundo. Isso não é bom para o Norte, Nordeste, sequer para a Amazônia.

Essa questão deveria ser analisada em uma estratégia regional. O documento passa a idéia de uma coisa boa. Pelo menos, não há propostas, ou análises mais críticas nessa direção, em benefício da Amazônia. Recomendo todos os vice-secretários de Fazenda estaduais de todos os estados do Brasil. Eles são ótimos para analisar a questão fiscal que envolve este problema, até o do Estado do Amazonas, porque eles sabem como sofre com algo que, na verdade, acaba não rendendo impostos para financiar os gastos.

O segundo é um problema político: o tamanho das bancadas. O documento repousa a partir do Epitácio Pessoa; as origens da questão do tamanho de bancadas etc. Eu lembraria que a Federação brasileira está organizada da seguinte forma: a Câmara dos Deputados representa o povo, o Senado, a Federação. Quer dizer, existe a proteção dos estados mais fracos, menos populosos, com relação aos mais fortes através do Senado, seguindo o modelo americano.

A questão do tamanho de bancadas coloca um problema político no País. Há uma tese defendida no seguinte sentido: as regiões mais desenvolvidas têm poder econômico e precisam ter menos poder político, e vice-versa. Isso é discutível, porque o tamanho de bancadas no Congresso Nacional não se traduz necessariamente em questões de transferências ou não de recursos; envolve questões políticas mais amplas. E há questões também que, sendo políticas, são de unidade nacional, de solidariedade e não geração de antagonismos, porque cada fator de conflito cobra o seu preço em outras áreas. O desequilíbrio político não favorece a solução das questões econômicas. Essa questão terá que ser enfrentada. Ela, aliás, devo dizer, não afeta a Região Nordeste, cuja representação é proporcional à população. Os desequilíbrios são de outra natureza e precisam ser abordados, na minha opinião, como uma questão fundamental neste momento.

Algumas questões, a meu ver, são um pouco exageradas e precisariam de um outro tipo de análise. Por exemplo, parece-me uma análise demasiada ousada dizer que o MERCOSUL beneficiaria a Região Sul do País e prejudicaria as Regiões Norte e Nordeste. Alguém preocupado com a região Sul e Sudeste poderia até advogar o contrário, ou seja, que pelo menos as Regiões Sul e Sudeste não ganhariam, uma vez que a produção agrícola dos países do Prata é concorrente com a produção agrícola do Sul do País, uma vez que há uma exigência dos outros países ao Uruguai e o Paraguai - com todo o respeito que me merecem - que são entrepostos comerciais, são *duty free*. Portanto, será ótimo para eles se a tarifa for negativa; será extraordinário, se houver também subsídio para importar. A Argentina renunciou a um projeto de industrialização, formalmente. Portanto, uma integração que nos nivele a esses países com exigência de tarifa externa comum zero pode trazer não só golpes mais fortes nas principais regiões vitimadas pela abertura econômica - é necessário ser desigual, mas é preciso também medir os custos delas -, mas também problemas futuros gravíssimos.

Isso tem implicações regionais, mas certamente diferentes das aqui apontadas, inclusive porque as regiões mais distantes têm mais proteção para efeito do custo de transporte, por exemplo.

A questão do MERCOSUL deve ser analisada com equilíbrio e com mais profundidade; e sugiro que seja realmente tratada no documento como merece.

Farei, agora, algumas observações mais gerais.

Em primeiro lugar, é importante considerar o fato de que as diferenças regionais econômicas vêm se estreitando. O último dado do censo, infelizmente, é de 1985. Aliás, um sinônimo da desagregação do Estado brasileiro, da desmoralização, do seu esborçamento é o fato de que no ano de 1990 não se fez censo no Brasil. Foi uma das piores e mais vergonhosas omissões por parte do Governo Collor, porque a responsabilidade foi diretamente do Poder Executivo naquela ocasião. Isso também é uma dor de cabeça para quem trabalha com contas nacionais, porque a última mais rigorosa estimativa de renda regional é de 85. Depois há estimativas feitas por economistas, técnicos heróicos que procuram encontrar variáveis aproximadas para estimar rendas de diferentes estados e regiões em 1990.

De toda maneira, é interessante ver que a participação do Nordeste na renda nacional subiu de 12 para 14% entre 70 e 85. A de São Paulo caiu de 39 para 35%. A do Norte subiu muito mais e a do Centro-Oeste foi a que mais cresceu. O Estado do Mato Grosso do Sul é a segunda renda *per capita* do País, depois de São Paulo; inclusive deslocou Santa Catarina que até há alguns anos era a segunda do País e hoje é a quarta ou a quinta.

É interessante ter isso presente porque essa tendência se acentuou na segunda metade do ano de 1990. Pelo menos em São Paulo, é seguro que a renda caiu muito mais aquém de 35%, em função dos problemas que estão afetando o desenvolvimento. É importante citar que, na verdade, as diferenças têm se estreitado.

Em segundo lugar, é preciso entender algo que vale também para a distribuição da renda. Evidentemente, a maior igualdade regional deve ser, aliás, como reza a nossa Constituição, o objetivo do nosso desenvolvimento. Por quê? Por alguma abstração de natureza chauvinista local? Não, porque a desigualdade regional é fundamental para explicar a desigualdade social. Qual a finalidade de um processo de desenvolvimento? Aumentar o bem-estar da população e aumentar a igualdade. Isso é desenvolvimento. Podem fazer a teoria que quiserem. No Brasil, a igualdade não vai aumentar, a desigualdade regional não vai diminuir, porque ela é uma dimensão da desigualdade social. Basta fazer uma análise disso. Vejo sob esse ângulo. O problema não é ter nascido aqui ou ali, é questão de olhar o País como um todo. Essa a importância da questão regional.

É evidente que se redistribui renda mais facilmente quando se está crescendo. Quando o jogo é de soma zero, ou é de soma negativa, redistribuir renda é mais difícil, custoso e ineficiente porque tem que se tirar de alguém - tirar em termos absolutos - e isso obviamente provoca perda de eficiência. Isso vale também no campo social. Por exemplo, se um engenheiro ganha 100 e o operário ganha 10 e eu tiro do engenheiro 20 para dar ao empregado, que ganhará 30, é meritório, pois estarei estreitando a diferença; mas se o engenheiro ganha 80 vai ficar chateado, vai passar a render menos. Se o engenheiro continuar ganhando 100 e eu der o incremento da renda para o operário é possível que o estímulo persista.

Quero chamar a atenção para esse aspecto. Às vezes, a impressão é que a discussão sobre a desigualdade regional parte de uma ótica de soma zero. Por quê? Porque tem que se pensar na compatibilização com um conjunto do desenvolvimento do País. É fundamental que o Sul e o Sudeste continuem crescendo, porque é de onde sai, inclusive, a receita tributária que redistribui. Sem isso não tem o que investir do ponto de vista, pelo menos, da área pública. Essa é uma ótica importante para se levar em consideração. Eu poderia dar muitos outros exemplos concretos, mas me estenderia demasiado.

Um terceiro aspecto que considero importante é o seguinte: até que ponto essas desigualdades se explicam apenas pela política da União e do Governo Federal? Penso que é limitado. Passa um pouco a idéia de que tudo vem da política Federal. Não. Há mecanismos de mercado, há mecanismos comportamentais de natureza social, ligados inclusive à elite brasileira - em parte nordestina e em parte não. Sabemos que, por exemplo, no caso da SUFRAMA, todos os proprietários de empresas, todos os importadores, os verdadeiros produtores moram no Morumbi, em São Paulo, e não em Manaus. O problema não é de origem, é da elite brasileira como um todo. Mas tenho que olhar isso para explicar essa desigualdade e também tenho que olhar os governos locais da mesma maneira que em outros estados.

O Sr. Gustavo Krause tem uma intervenção - eu li todas - no segundo documento que fala sobre esse ponto. De repente, parece que é só no Nordeste que há desperdício de dinheiro. Não é. A administração pública no Brasil é ruim em todas as partes. Mas, sem dúvida, tenho, em se tratando da questão regional, de olhar em cada parte. Volto aqui não para puxar brasa para minha sardinha política, no caso, o Ceará. Lá, realmente, fiz um artigo comparando a administração de São Paulo passada com a administração anterior do Ceará: a do Sr. Tasso Jereissati e a do Sr. Orestes Quêrcia. Podemos ver quando é uma administração e quando não é.

A questão da administração local tem uma importância enorme. Outro dia, assisti, em Nova Iorque, o Ceará ganhar um prêmio na UNICEF por diminuir a mortalidade infantil, a partir de uma ação boa de um governo local. Claro que os recursos são importantíssimos. Não estou tirando a importância disso mas apenas dizendo que falta também no documento a questão endógena - usando uma palavra que não gosto de usar. Há menções aqui e acolá de oligarquias disso ou daquilo mas nunca uma análise. Então, qual é o problema, quais são as reformas necessárias, quais são os pontos a abordar? Faltam, a meu ver, algumas coisas quanto à questão de incentivos. Sou a favor de mantê-los e de que eles sejam melhor utilizados.

Volta-se aí a um tipo de cálculo. Gostaria de sugerir ao relator que, por favor, capitalize, quando se somar incentivos. Em geral se diz: foram 8 bilhões pelo FINOR - por hipótese, não me lembro do número -, só que estou somando quantias que vêm do começo dos 60 até o final dos 80. Para ter a magnitude do recurso, tenho que capitalizar. Isso é uma coisa banal em contabilidade, porque não posso dizer que foram 8 bilhões - aliás, foram mais. Se imagino que esse dinheiro ficasse aplicado, rendendo, na verdade o volume seria maior. Ou seja, para analisar a economicidade e a eficiência - isso é análise de projeto - não se pode somar quantias, mesmo em valores reais, de tempos diferentes. Tenho que compatibilizá-las com taxas de retorno possíveis, alternativas, por pequenas que sejam.

Sinto falta também - e sei que o relator tem uma posição, na minha opinião, boa, a esse respeito - de propostas para efeito de como funcionar esses incentivos de reformulações etc. Às vezes fica difícil discutir. Eu me lembro de que durante a Constituinte, em uma entrevista, falei sobre os incentivos, na linha do Professor Osmundo Rebouças, que era Deputado Federal do PMDB pelo Ceará. Li a sua tese, repetindo-a - infelizmente S.Ex.^a não voltou para o Congresso - e isso pareceu que eu era contra o incentivo, apenas porque disse que era necessário uma reformulação, no sentido de estudar-se uma maneira de melhor direcioná-los. Ninguém

melhor do que os intelectuais e políticos sérios das regiões para encaminharem essas propostas. Gostaria muito de conhecê-las para poder contribuir na discussão.

São esses os comentários. Não me referi aqui às partes positivas do documento, porque o que gera discussão são os problemas, os aspectos com os quais eventualmente não concordamos e aqueles em que possamos aprofundar uma análise.

Fiz as minhas colocações com bastante franqueza e com espírito construtivo, não apenas como político mas também como economista e cidadão preocupado com o Brasil. Talvez, como político, muitas vezes não convenha enfatizar esse ou aquele ponto, mas realmente aqui me despi dessa condição para efeito de colaborar na discussão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Sem dúvida, as suas contribuições serão consideradas com toda boa vontade, aproveitando-se do que elas têm de criativo e verdadeiro com relação ao problema.

A questão da Zona Franca de Manaus merece um exame mais profundo.

Sugerimos que o Fundo Constitucional e o FINOR sejam reformulados de maneira profunda. Propomos que seja criada uma corporação financeira para a região, que incorporaria esses dois fundos e os aplicaria de forma bancária: em investimentos novos, em empreendimentos geradores de indústrias. Enfim, seria uma aplicação controlada e o sistema de corporação financeira teria o caráter de um BNDES-PAR. Sairia desse sistema antigo que está altamente prejudicado.

O SR. JOSÉ SERRA - Sou muito mais simpático à idéia da participação.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - É o que estou imaginando. A questão da Zona Franca de Manaus realmente merece um exame mais profundo. Sobre as demais considerações que o senhor levantou, verificariamos todas elas e tentaríamos mensurá-las e incorporá-las.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência pretende dar uma certa norma aos trabalhos, para que possamos cumprir rigorosamente a nossa agenda.

Temos aqui ainda depoimentos que dão relevância aos trabalhos desta Comissão e que considero de mais alta importância. Cito entre os presentes: Antônio Ermírio de Moraes, Antônio Kandir, Alcides Lopes Tápia, Aspásia Camargo, Luiz Eulálio Bueno Vidigal e Olavo Setúbal.

Estamos fazendo uma abordagem geral e, obviamente, os Srs. Parlamentares terão oportunidade, no final, de fazer uma apreciação.

Neste instante, complementando, agora em caráter definitivo, o tema básico para o desenvolvimento nacional equilibrado, vamos ouvir a palavra de Antônio Ermírio de Moraes.

O SR. ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES - Senadores Beni Veras e Elcio Alvares, Srs. Congressistas, Senhores e Senhoras, o Deputado José Serra disse que tenho 20 minutos para ler e analisar o documento para um desenvolvimento equilibrado para o País. Mas acabo de recebê-lo. Sinceramente, peço desculpas, porque talvez eu tenha subestimado o convite que recebi e aceitei, via telefonema por parte do Senador Beni Veras, para comparecer à Comissão. Estou vendo agora que a reunião aborda o tema de maneira mais profunda do que eu esperava.

Não obstante, se os senhores me permitirem, vou resumir, nesses 10 minutos que me foram dados para usar da palavra.

Resolvi fazer algo bem sintético. Acredito que nunca se usou tanto no Brasil a expressão "melhor distribuição de renda". É o que mais se escuta neste País. No entanto, a meu ver, só pode existir melhor distribuição de renda no momento em que há empregos.

Isso não acontece no Brasil no momento. É evidente que, com essa taxa de juros de 30%, o empresário se sente inibido. Claro. Qualquer pessoa que tenha 4 ou 5 anos de aritmética sabe fazer o cálculo de que, hoje, se empregando ganha-se muito menos do que na chamada ciranda financeira.

Estou aqui ao lado do Dr. Alcides Lopes Tápia, mas não pense os Senhores que estou querendo culpar os bancos. Quero dizer bem claramente - isso defendendo há mais de 10 anos - que a grande culpa foi exatamente do sistema ditatorial, que fez todas as expansões do Brasil sem nenhuma poupança, tudo com capital emprestado. O que aconteceu? Enquanto perdurou naturalmente o período de carência, o Brasil cresceu e tudo era uma maravilha. Na hora em que venceu essa carência, em 1982 - eu estava, por acaso, com o Dr. Olavo Setúbal, em Nova York, numa reunião do Banco Itaú, onde fui fazer uma palestra sobre o uso do carvão vegetal para os minérios de Carajás -, acabou-se a história. O Banco do Brasil não conseguiu pagar a conta.

Como disse o antigo Ministro da Fazenda, o ativo mobilizado das empresas estatais ligadas ao Tesouro Nacional importa hoje cerca de 150 bilhões de dólares. Se amanhã os nosso embaixadores procurassem os bancos credores, tanto no exterior como internamente, poderíamos negociar essas ações preferenciais ou ordinárias, para que pudéssemos diminuir a responsabilidade das estatais e assim elas pudessem, amanhã, ser solváveis, porque hoje não adianta. Se amanhã, colocarmos o Dr. Olavo Setúbal, que, para mim é um dos melhores administradores que temos na nossa terra, para administrar uma empresa hoje endividada, tipo COSIPA, por exemplo, é evidente que nenhum de nós vai fazer coisa alguma. Depois, a dívida dela é muito maior do que o que ela tem, dependendo de alguns serviços de faturamento de algumas empresas.

Parece-me que temos que resolver esse problema o mais rapidamente possível, para que possamos ter uma queda razoável na taxa de juros. Vamos privatizar. Aí preciso defender o Governo Itamar: no passado, fui acusado até de incoerente, quando disse que era contra a privatização da USIMINAS, porque aquilo para mim não foi privatização, foi doação. Doação é uma coisa, privatização é outra. A doação desmoraliza-nos a médio e longo prazos, é tudo de presente sem nenhuma responsabilidade. Mais ou menos o que aconteceu com a nossa Constituição quando os estados e municípios receberam muito mais sem a obrigação respectiva. Então, sempre recebe mas não paga nada.

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional não foi realizada no valor devido, mas, de qualquer maneira, houve uma melhoria no que diz respeito a entrada de recursos em cruzeiros. Até a entrada do Governo Itamar, de todas as privatizações, apenas 1,1% entrou em cruzeiros e 89,9% deu-se realmente sob a forma de papéis podres. Isso é lamentável, afinal o Governo entregou e não recebeu nada, quer dizer, recebeu uns papéis, mas não pode fazer nada com eles.

Muito bem. Recentemente, nesse último plano do Governo, um dos pontos que queria destacar é o apoio que se quer dar à agricultura. Normalmente sou contra subsídio, porque acredito que é um vício que nunca mais sai, mas que deveria ser aplicado realmente para se resolver os problemas de infra-estrutura no Brasil. Por exemplo, fala-se muito que São Paulo é a maior cidade nordestina do Brasil, mas é preciso lembrar que há quarenta anos nós, de São Paulo, mandávamos caminhões e mais caminhões para buscar mão-de-obra no Norte e Nordeste, porque ela não existia lá. Esses homens - isso chamou-me atenção -, quando ouviam a primeira notícia de chuva em suas terras, voltavam para o interior do Ceará, do Piauí, do Maranhão. É uma verdade, era uma mão-de-obra que vinha e retornava tão logo surgisse uma oportunidade de plantio.

Parece-me que o nordestino é um homem arraigado a sua terra e, se houvesse um programa mais sério de irrigação neste País, poderíamos manter os homens do Norte em seu território, produzindo e sendo eficiente para o Brasil. O mais estranho que existe é que, na época de recessão, todo mundo procura o Sul e, aqui chegando, vai encontrar não um emprego, mas um subemprego e aí, coitado, começa a verdadeira peregrinação desse pessoal que, via de regra, é muito esforçado. Ainda, vejo, hoje, nos campos de açúcar, nos campos de cana, empresas que contratam firmas do Norte para vir aqui exclusivamente cortar cana, porque são os mais eficientes, são os que mais trabalham e os que mais conhecem a matéria. Depois, retornam para o Norte.

Como solução citarei apenas um número: no mundo inteiro, existem cerca de 270 milhões de hectares irrigados, para uma área cultivada de 715 milhões, ou seja, 38% do plantio no mundo é feito através de irrigação. No Brasil, temos, no máximo, 3 milhões de hectares irrigados para uma área plantada de 45 milhões, o que significa 6%. Então, vai-se comparar que a nossa produção agrícola é apenas de 4%, quando a área plantada no Brasil em relação à plantada no mundo é de 6%. Há, realmente, uma deficiência notória no que diz respeito à ineficiência da nossa irrigação. E com uma vantagem: hoje, aprendemos com o fracasso da irrigação, porque em certas áreas dos Estados Unidos da América e muitas áreas da Rússia, o excesso de água fez com que o lençol freático se elevasse e, depois, com a evaporação, evidentemente, resultasse na salinização da terra.

Sabemos disso, já aprendemos com isso. Então, podemos corrigir os efeitos da irrigação mal feita, da irrigação imediatista e fazer a coisa corretamente.

Creio que, talvez, esta seja uma das maneiras melhores para fixarmos o homem no seu próprio estado. É evidente que seria até utopia falarmos nisso, mas um dos pontos - o Deputado José Serra sabe melhor do que eu - que mais nos aflije no momento é realmente o alto índice de sonegação em nosso País. Há pessoas que afirmam que a sonegação no País já é de 25 para 30%, no que acredito. Hoje, o que vemos com bastante frequência são as firmas sérias sendo substituídas por aqueles que são apenas, vamos dizer, trapezistas, homens que se instalam, não pagam impostos e, depois, mudam o nome da firma e passam para outra e assim por diante.

A sonegação, hoje, é um fato realmente lamentável em toda a Nação brasileira. Não conheço bem o setor no Norte, mas, aqui, no Sul, infelizmente, a coisa é séria. Tenho a impressão de que o problema ocorre no Brasil inteiro. Para vocês terem uma idéia, os benefícios pagos até cinco salários mínimos representam 93% do total de benefícios do INSS, no entanto, o que se arrecada até cinco salários mínimos é apenas 32%, o que significa que há, realmente, uma distribuição de renda. Arrecada-se, até cinco salários mínimos, 32%, e distribui-se em benefícios 93%, o que demonstra que há uma melhoria da distribuição nesse aspecto.

Por outro lado, a aposentadoria no Brasil - parece-me que no meio empresarial há um consenso - não pode ser mais por tempo de serviço, pois o INSS não resistirá a médio e longo prazos. A aposentadoria tem de ser por idade, como em todo país civilizado. Evidentemente, não se pode penalizar aqueles que estão no meio do caminho, mas, como uma escala gregoriana, a cada dois anos aumenta-se, por exemplo, um ano de idade para aposentadoria e, então, chegaríamos ao ano 2.000 com uma idade média de aposentadoria de 63 anos, o que seria bastante razoável.

Dessa maneira, teríamos um aumento da receita da Previdência que, naturalmente, tem um aspecto social extremamente importante e poderia exercer melhor essa função, com uma melhor distribuição de renda.

Finalmente, entendo como um dos pontos a que deveríamos prestar o máximo de atenção o seguinte: o empresário só está feliz quando consegue lucrar e empregar. Houve uma redução das tarifas, a qual não sou contrário, pois ou reduz-se tarifas, ou não adianta chamar os empresários em Brasília para dizerem que são bonzinhos. Se for na base de 0%, quem é competente vence, quem não é vai para casa. Isso é importante. Não adianta virmos a Brasília fazer juramento perante o Congresso de que seremos bonzinhos dali para frente. Isso não funciona. Quem tem competência fica, quem não tem deve arranjar outro tipo de negócio.

Parece-me que o problema mais sério que temos, baseado nisso tudo, no desemprego, é o do planejamento familiar. Planejamento familiar é básico neste país. Semana passada discutia com o líder da Igreja Católica do Rio de Janeiro e ele disse-me que está muito bom o planejamento familiar no Brasil, pois a taxa de natalidade caiu para 2%. Ponderei que os 2% precisam ser analisados em detalhe, pois é a média geral, mas dentre aqueles que não tem bom poder aquisitivo, a taxa cresce a 4% e dentre aqueles mais afortunados gira em torno de 0,5%; até menor do que a média.

Temos que analisar isso com muita atenção, com muito detalhe. O planejamento familiar, para que possamos dar emprego a todos, tem de ser comedido.

Ainda, na semana passada, em conversa com o Governador do Paraná, Roberto Requião, S. Ex.^a disse-me que o índice de natalidade no estado era de 0,7%, o que significa que no Paraná não há problemas nas áreas de educação e saúde, e o que banco do estado estava recheado de recursos, não sabendo o que fazer e já começando a fazer a equivalência/produto na agricultura. Esse é um aspecto importante, porque a equivalência/produto não é simples de ser feita e que funcione, mas me parece de inteira justiça, até para os bancos, pois ninguém vai emprestar dinheiro para ter prejuízo.

É preciso que haja uma taxa - que parece já foi definida em relação à TR - e aí entra o subsídio do Governo de uma maneira indireta para irrigação, para a equivalência/produto. Parece-me que se fizessemos isso, teríamos melhores condições de fixar o homem na terra.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Tema 2: políticas regionais e seu financiamento.

Vamos recuperando o horário, que terminou no primeiro tempo com uma margem grande, e vamos ter oportunidade, após as exposições, de ouvir o Senador Garibaldi Alves Filho e o Deputado Pinheiro Landim, como apreciadores das exposições que serão feitas.

Em primeiro lugar, dentro do tema "política regional e seu financiamento", tem a palavra o Professor Antônio Cândido.

O SR. ANTÔNIO KANDIR - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de parabenizar os membros do Congresso Nacional que, através desta iniciativa de vir às mais diversas regiões para fazer essa discussão a respeito de desequilíbrio macroeconômico, estão conseguindo fazer com que as instituições democráticas fiquem cada vez mais livres e com isso estão dando uma contribuição para o processo de construção nacional.

Gostaria, também, de agradecer pessoalmente aos Senadores Elcio Alvares e Beni Veras por esta oportunidade de vir fazer algumas considerações a respeito do tema "política regional e seu financiamento". Vou ser bastante objetivo e pontual para obedecer aos quinze minutos estabelecidos.

Inicialmente, gostaria de fazer uma afirmação bastante taxativa: o fato de que não tem, no meu ponto de vista, o menor sentido qualquer discussão de política regional e seu financiamento em abstrato. É absolutamente fundamental que discutamos a questão da política regional e seu financiamento tendo em consideração as condicionantes estruturais de cada conjuntura. Digo isso de início porque penso que os anos 90 e o próximo milênio terão determinações, do ponto de vista da política regional e do seu financiamento, completamente diferentes dos últimos quarenta anos.

Nos últimos quarenta anos, tínhamos basicamente o quê? Em primeiro lugar, um estado com uma facilidade de financiamento muito maior do que iremos ter daqui para frente. Em segundo lugar, a União particularmente forte do ponto de vista financeiro. Em terceiro lugar, e talvez o ponto mais importante, estávamos nos marcos de uma economia relativamente fechada. Isso faz uma diferença brutal. Por quê? Porque numa economia relativamente fechada era natural que alguns setores produtivos, particularmente alguns setores de bens de capital e de insumos, obtivessem uma situação favorável para o seu desenvolvimento. Uma economia fechada, num certo sentido, acaba criando uma dinâmica de concentração dos frutos do desenvolvimento e do conhecimento numa região e com poder relativo em relação às demais regiões, tornando-as, do ponto de vista econômico e financeiro, dependentes em relação a um determinado centro.

Uma economia fechada criava um centro dinâmico e aí havia necessidade de compensações, a nível da representação política, ou seja, na medida em que os frutos do crescimento econômico, numa economia fechada por definição, acabam se concentrando numa região, há a necessidade de, através de uma representação política compensadora, haver uma política regional de caráter compensatório através da distribuição de recursos, por meio dos diversos mecanismos.

Quando se abre a economia - e estamos exatamente no processo de abertura da economia, passando de alíquotas médias de importação de 40% para 17%,

no próximo mês de julho, e assim por diante -, isso muda radicalmente a maneira de pensar a política regional. Quero destacar que nos anos 90 e no segundo milênio teremos o quê? Em primeiro lugar, o estado muito mais fragilizado financeiramente; em segundo lugar, conforme dados muito bem colocados pelo Deputado José Serra, a União muito mais enfraquecida, e, em terceiro lugar, a abertura econômica, num certo sentido, criando o potencial de novas parcerias por parte das demais regiões para fora.

Vou exagerar na argumentação, mas a abertura significou a libertação das regiões periféricas em relação à dependência financeira, econômica e empresarial do centro.

O que quero dizer muito objetivamente - esse é o ponto primeiro que gostaria de colocar em reflexão - é que uma economia aberta, ao libertar as regiões periféricas para fazerem parcerias com as economias externas, diminui a necessidade de compensação que ocorre numa economia fechada. Política regional é uma dimensão de compensação numa economia fechada; política regional, numa economia aberta, tem que ser pensada de uma maneira completamente distinta.

Aliás, esse é o aspecto que devemos deixar muito claro porque essa questão do separatismo, apesar de ser completamente contra essa tese, temos que reconhecer não é simplesmente uma expressão episódica e anedótica de uma determinada região. Estou absolutamente convencido de que, infelizmente, a questão do separatismo irá crescer cada vez mais do ponto de vista do debate, porque ela tem um substrato econômico social real. De um lado, o poder central se decompondo na sua capacidade de resposta e de outro, as regiões não centrais criando solidariedade com regiões de economias externas. Ou seja, para várias regiões, a relação custo-benefício de separar a curto prazo vai tender ser cada vez mais favorável. O problema é ver se nossas elites irão ter uma visão "curto-prazista" ou se iremos ter uma visão de mais longo prazo.

Estou absolutamente convencido de que os custos da administração de uma não-separação, no curto prazo, são muito menores do que os benefícios de longo prazo, enfim, para o País.

O processo de abertura econômica cria um potencial de desenvolvimento da questão separatista, pelo enfraquecimento do poder central, de um lado, e pelas potenciais solidariedades que se criam entre as antigas regiões periféricas. O que, diga-se de passagem, coloca um desafio extraordinário para a região Sudeste. Nós, de São Paulo, talvez não estejamos percebendo quão revolucionária é essa questão da abertura econômica.

Então, eu diria, em primeiro lugar, que, do ponto de vista da política de financiamento do desenvolvimento regional, a própria abertura cria oportunidades fantásticas. Para enfatizar um ponto colocado pelo Dr. Antônio Ermírio de Moraes, eu diria que hoje - refiro-me aos anos 90 e ao início do milênio - há um potencial de desenvolvimento de parcerias nas demais regiões, de relações, em termos de contratos de exportação de longo prazo, tanto no campo da agroindústria como no campo mineral, que permite, através da securitização de contratos longos de exportação, uma base de financiamento para o desenvolvimento de infra-estrutura fundamental. Aliás, penso que se há um ponto que precisa ser examinado, do ponto de vista da regulamentação - e que é fundamental para o financiamento do desenvolvimento -, é, realmente, aquele que abre, de um lado, oportunidades de concessão de serviços públicos para que possam ser pensadas formas de financiamento da infra-estrutura regional a partir do estabelecimento de contratos longos de exportação, particularmente nos campos da agroindústria e mineral, na medida em que força parcerias entre governos locais e o capital externo. Há uma infinidade enorme!

Desejo enfatizar que hoje, mais do que nunca, o planejamento, como busca de vocações regionais, vocações pensadas a partir dos interesses e potenciais do capital externo para forjar contratos longos de exportação, é a forma mais objetiva de permitir o financiamento da infra-estrutura baseado em projetos de concessão de serviços públicos. Era essa a primeira observação de caráter prático que eu queria deixar aqui.

O segundo ponto que quero enfatizar é que, na reforma do estado, uma das peças fundamentais, hoje, é a reforma da previdência. Não há dúvida de que garantida uma previdência pública básica, a partir dela devem se desenvolver mecanismos de previdência privada complementar. E não só isso, mas também descentralizar, do ponto de vista administrativo, a previdência, vamos dizer assim, pública, ou seja, dos funcionários públicos; não só descentralizar, mas privatizar a sua atuação. Isso abre potencial para a formação de fundos de financiamento com base em previdência privada, descentralizada, que, formando blocos regionais, abre espaço para um financiamento importante.

Desejo enfatizar nessas duas informações que abertura econômica e revisão do estado recolocam os termos do processo de desequilíbrio econômico que uma economia fechada e com presença do estado marcante colocava. É óbvio que não basta só isso. Há regiões bastante pobres, em que as vocações regionais não são claramente identificadas. Há necessidade de fundos de compensação, sim! Só que, usando as palavras do Senador Beni Veras, é absolutamente fundamental que esses recursos públicos voltados para a integração e o desenvolvimento não sejam desperdiçados. Desse ponto de vista, a minha sugestão é que se examine a possibilidade de concentrar os recursos para a integração e o desenvolvimento regional num único fundo, com base em uma alíquota de Imposto de Renda, fundo esse que deveria ser administrado com

base em projetos. Ou seja, constituir-se-ia uma espécie de comitê diretor do Fundo de Desenvolvimento e Integração, que deveria ser chefiado pelo Ministro do Planejamento, ouvindo os diversos secretários de planejamento, que proporia projetos técnicos para exame por parte do Congresso Nacional, que, do meu ponto de vista, deveria restringir seu ao veto a essas propostas. Esse fundo deveria ser administrado por um órgão como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e contar com órgãos regionais como repassadores. Então, resumindo as minhas observações, em primeiro lugar acho que uma economia aberta modifica radicalmente a forma como se dá o processo de desequilíbrio.

Em segundo lugar, há um espaço para o desenvolvimento do financiamento da infra-estrutura regional com base em contratos longos de exportação, na base da securitização.

Terceiro, deve-se aproveitar o processo de revisão da Previdência para pensar fundos regionalizados.

E, em quarto lugar, descentralizar os recursos, do ponto de vista do desenvolvimento, para as regiões mais pobres, num único fundo, com supervisão do Ministério do Planejamento e das secretarias e ouvindo o Congresso Nacional, e uma administração técnica do tipo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Estamos abordando o tema dois, Políticas Regionais e seu Financiamento. Vamos ouvir em seguida o Dr. Alcides Lopes Tápias, da FEBRABAN.

O SR. ALCIDES LOPES TÁPIAS - Senador Beni Veras, muito obrigado pelo convite. Gostaria de parabenizar a Comissão por ouvir, de maneira singular, lideranças que não as do Parlamento, o que é uma experiência muito interessante para todos nós.

O desenvolvimento, num País com as dimensões do Brasil, precisa estar baseado num conhecimento muito claro das vocações regionais. As diferenças e as potencialidades geográficas, climáticas, sociais, culturais e econômicas são condicionantes a serem exploradas de forma inteligente se quisermos aproveitar bem os escassos recursos financeiros de que o País dispõe.

Temos assistido, nos últimos anos, aqui e no exterior, a seguidas tentativas de impor padrões de desenvolvimento que ignoram as vocações, as potencialidades e as diferenças entre as diversas regiões de um mesmo País. O resultado é uma relação custo/benefício extremamente baixa do ponto de vista econômico e social. Assim, acaba-se criando empreendimentos pouco competitivos, com escassos benefícios para a população local, e que provocam, algumas vezes, muito desperdício.

A capacidade de atração de um pólo de desenvolvimento regional depende basicamente de dois fatores: da existência de condições mínimas de infra-estrutura e da competitividade que a produção local terá. Essa competitividade dependerá, inclusive, da adequação dos empreendimentos à efetiva vocação da região. Nesse sentido, competitividade não pode ser entendida apenas em relação ao Brasil, mas também aos mercados internacionais. Numa economia que evoluiu rapidamente no sentido da integração dos mercados, ignorar o contexto mais amplo da concorrência internacional pode significar uma condenação antecipada das políticas de desenvolvimento e dos empreendimentos regionais.

E preciso também ter sempre em mente que os esforços para o desenvolvimento de políticas regionais devem ser compartilhados por toda a comunidade nacional, a fim de que não se gerem sentimentos conflitantes entre os habitantes das diversas regiões do País.

Os recursos para o financiamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento regional dependem substancialmente do Estado, pois só podem ser obtidos de três fontes: receita tributária, financiamento de organismos internacionais ou dos grandes fundos públicos, se o Governo puder assegurar o seu retorno. Será preciso evitar sempre episódios como o do FGTS, em que prefeituras e Estados não conseguem pagar as dívidas contraídas com esses recursos.

A medida que a política de privatização permitir ao Estado concentrar-se em áreas essenciais, o Governo disporá de mais recursos para apoiar políticas de desenvolvimento regional, direcionando investimentos nas áreas de saúde e educação, saneamento e habitação. Nesse aspecto, gostaria de ressaltar a importância da educação nos projetos de desenvolvimento regional, tanto para garantir maiores oportunidades de emprego às populações locais, evitando a sua migração, quanto para suprir de profissionais capazes os empreendimentos, assegurando a sua viabilidade econômica.

Também consideramos fundamental que se entenda o fenômeno da estatização da poupança financeira interna. A partir dos anos 70 e, em especial, dos anos 80, a presença estatal no sistema financeiro ampliou-se. Hoje, mais de 70% da poupança financeira circula, direta ou indiretamente, pelas instituições oficiais de crédito. Os títulos públicos também constituem o principal ativo financeiro do País.

Por isso mesmo, o BNDES vem sendo a única instituição financeira em condições de operar linhas de financiamento de longo prazo no País. Os bancos têm atuado em conjunto com essa instituição através de repasse às empresas. Dessa forma, distribuem os recursos para as empresas investirem nas suas respectivas regiões, assumem o risco de crédito das operações e acompanham o desenvolvimento do projeto.

A presença local das instituições bancárias, sejam elas públicas ou privadas, tem sido um fator fundamental para a execução da política desenvolvida pelo BNDES nos últimos tempos. Acredito que a liberdade de escolha do empresário em relação à instituição que lhe fará o repasse de recursos deve ser preservada. Bancos públicos e privados devem concorrer, em condições de igualdade, no atendimento aos empresários. Cabe aos tomadores escolher, entre os mais de 230 bancos comerciais e múltiplos brasileiros, aqueles que forem mais eficientes para atender às suas necessidades.

Os sistemas financeiros público e privado têm uma atuação complementar, que pode ser muito bem sucedida, como demonstram diversas experiências recentes, entre as quais destaca-se a do pólo de Camaçari, na Bahia. Os bancos canalizam, hoje, para esse empreendimento, recursos vultosos provenientes dos mercados financeiros e de capitais, internos e externos.

O mercado de capitais tem, a nosso ver, um potencial muito grande a ser explorado no sentido de se obter recursos estáveis e a custos compatíveis para a implantação de empreendimentos em pólos regionais de desenvolvimento. A instabilidade da economia brasileira tem sido um obstáculo difícil de superar para que possamos explorar essas potencialidades, como vêm fazendo inúmeros países. Ainda assim, temos conseguido bons resultados, mesmo em circunstâncias adversas.

O Brasil conseguiu construir, ao longo dos últimos anos, um mercado financeiro moderno e completo, que pode funcionar como peça essencial da integração regional e nacional. Sua presença, capilarizada com agências situadas em diferentes pontos de todas as regiões do País, viabiliza operações financeiras seguras e instantâneas entre as diversas praças, independentemente de suas diferenças. Além disso, garante os recursos necessários para as atividades de produção e comercialização, captando-os em praças onde estão disponíveis para atender localidades carentes onde existam iniciativas viáveis economicamente.

Era o que tínhamos a dizer. Ficaremos à disposição para o debate que se seguirá. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - O tema 2, Políticas Regionais e seu Financiamento, fecha o ciclo de expositores. Ouviremos, no prazo de cinco minutos, os membros integrantes desta Comissão, o Deputado Pinheiro Landim, do Ceará, e o Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte.

Lembro que o tema que vem logo a seguir, pela sua importância e, evidentemente, pela sua ligação estreita com o Congresso brasileiro, já conta - temos a satisfação de constatar - praticamente com a presença de todos os expositores, e será A Reforma Constitucional e a Federação.

Com a palavra o Deputado Pinheiro Landim, membro da Comissão Mista que estuda o desequilíbrio regional brasileiro.

O SR. PINHEIRO LANDIM - Sr. Presidente, solicito a permissão de V.Ex.^a para cumprimentar neste instante este seletor auditório em nome de alguns agricultores anônimos da minha terra que hoje passam por dificuldades imensas nas suas vidas, no seu dia-a-dia e que as passarão no seu futuro.

Gostaria também de perguntar a V.Ex.^a se realmente devo prender-me só a comentar os oradores que me antecederam, ou se poderia tratar de assunto que não se relacionasse diretamente ao que foi falado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - V.Ex.^a, evidentemente, como membro da Comissão, tem toda a liberdade para fazer a abordagem de temas que for mais conveniente à sua apreciação, nobre Senador. Apenas chamaria a atenção de V.Ex.^a para o tempo.

O SR. PINHEIRO LANDIM - Sr. Presidente, serei breve. No que se refere ao que disse o Deputado José Serra, meu companheiro de Congresso e de Câmara, por quem tenho todo o respeito, pela sua competência, tenho que dele discordar em muitos pontos e concordar em poucos. Quando o Deputado abordou a questão do Fundo de Participação dos Municípios, por exemplo, para distribuição, ele se referiu somente aos Estados. Com relação aos Municípios não há nada de novo; quanto aos municípios, a distribuição, na realidade, não traduz a necessidade real do País. Por quê? Porque temos uma desigualdade imensa.

Fiz um levantamento em todo o território nacional, em todos os municípios, e tive oportunidade de fazê-lo por intermédio das Secretarias de Fazenda de todos os Estados; constatei que há uma discriminação brutal dentro do País, no Fundo de Participação. Por quê? Porque temos municípios, e são muitos, que têm uma arrecadação própria muito grande; a verba do Fundo de Participação representa, às vezes, 1, 2% da sua arrecadação total. E há municípios - e é a grande maioria - para os quais Fundo de Participação representa 95% do total da sua arrecadação.

Essa distorção não tem cabimento e é até um desrespeito à população das regiões mais pobres do País. Foi cometido um erro muito grande na época da elaboração da Constituição. Existem municípios pobres em todo o Brasil, não apenas na minha região. O Estado de Minas Gerais, região Sudeste, possui municípios tão pobres quanto nas regiões Norte e Nordeste. O Estado de São Paulo tem regiões mais pobres e mais ricas. A discriminação e a disparidade, por esse motivo, são grandes. Em função de um erro, porque realmente faltou uma discussão maior, falta apoio para algumas regiões mais pobres do País.

Infelizmente, as leis no Brasil são feitas de uma maneira direta, sem se fazer uma análise profunda da situação dessa ou daquela região. Se interessa a uma determinada região, faz-se a lei; o resto não interessa mais discutir.

São esses os erros que penso devemos corrigir na revisão constitucional.

O ICMS também dá uma proteção muito grande à região produtora, e a região consumidora realmente fica desprovida de um percentual maior desse imposto para promover o desenvolvimento e para prestar assistência social à população carente.

Com relação à representação popular - sobre a qual o Deputado José Serra falou - realmente é um problema polêmico que precisa ser discutido. Confesso que a minha região Nordeste, se for feito aquilo que defende o Governador Alceu Collares e muitos outros políticos, não perderá nenhum Parlamentar. O Nordeste não vai perder em termos de representação parlamentar, pelo contrário, talvez acrescentemos um parlamentar na Câmara dos Deputados. O Sul do País perderia um Parlamentar, por sinal o Rio Grande do Sul seria prejudicado com a diminuição de um Deputado na Câmara, isso segundo a tese defendida pelo Governador Alceu Collares. O Norte e talvez o Centro-Oeste é que iriam perder representação popular.

Agora eu pergunto: quem irá representar na Câmara Federal os interesses de 50% do território brasileiro? O Norte é uma área rica, que pode ser o futuro das gerações que não de vir, uma área que não é somente dos nortistas. O norte do País é do povo brasileiro, do gaúcho, do paulista, de todos nós. Até porque a ocupação mais recente do norte do País está sendo feita muito mais pelos gaúchos do que pelos nordestinos e nortistas. O grande desenvolvimento agrícola e ocupacional de Rondônia, de Roraima e do Acre está sendo desenvolvido pelos paulistas, principalmente no Acre. Será que aquela área não precisa de alguém para representar ou defender o patrimônio que é brasileiro, que é nosso?

Não vejo a coisa da maneira como muita gente analisa, querendo apenas examinar eleitor por eleitor e deputado por deputado. Trata-se de um assunto bem mais complexo do que a imprensa e alguns parlamentares têm colocado à discussão, tanto dentro quanto fora do Congresso Nacional. A questão deve ser vista de maneira diferente; devemos analisar os problemas que possamos vir a ter no futuro, e determinação da necessidade que teremos de uma área para ser ocupada e desenvolvida pelo povo brasileiro de um modo geral, não só pelo nortista, que representa um contingente muito pequeno, mas também pelo paulista, gaúcho, mineiro etc., que vão precisar muito mais do Norte do que os próprios nortistas. E num futuro próximo. Aliás, isso já está acontecendo.

Ninguém deseja o empobrecimento do Sul ou do Sudeste. De maneira nenhuma, pelo contrário, desejamos o enriquecimento, o crescimento. Se se trata de uma parte do território brasileiro, é importante que haja desenvolvimento para que haja distribuição de riqueza para todo território nacional. Seria uma visão muito distorcida da realidade se alguém neste País pensasse e quisesse crescer em função da pobreza ou do empobrecimento de alguém. Queremos crescer, mas queremos que as outras regiões também cresçam e sejam mais respeitadas.

Com relação ao que comentou o Dr. Antônio Ermírio de Moraes, S.S.^a faz colocações mais ou menos dentro da nossa visão de irrigação, de desenvolvimento que o Nordeste brasileiro pode ter.

Sem dúvida nenhuma, todos nós brasileiros temos que admitir que erramos ao longo da História. Houve dois governantes no Brasil com a preocupação clara, cristalina, de tentar resolver o problema do Nordeste através da irrigação: Epitácio Pessoa, na década de 20; e Juscelino Kubitschek, na década de 50.

O Presidente José Sarney criou o Ministério da Irrigação com a finalidade de iniciar uma cultura de irrigantes no Brasil, principalmente no Nordeste. E, realmente, isso começou a acontecer.

Gostaria só de lembrar a história de uma barragem que o Brasil todo conhece, construída no Ceará no fim dos anos 50: a barragem de Orós. Essa barragem rompeu-se e Juscelino mandou construí-la de novo. E por causa desse problema, o Brasil todo conhece essa história. A barragem de Orós foi construída com a finalidade de irrigar, de melhorar a condição de vida da população.

Depois de Juscelino, 20 anos depois - acho muito tempo - mas vinte anos depois o Ministro Andreazza foi lá, apertou o botão e conseguiu colocar uma válvula para fazer funcionar e perenizar o rio Jaguaribe. Esse fato demonstra claramente o descaso, o abandono de tudo que ocorreu com relação às necessidades básicas de se desenvolver uma agricultura ou uma irrigação no Nordeste brasileiro.

Acho que chegou o momento de se discutir essa questão. Não é o momento oportuno, porque o tempo é muito pouco e não dá para entrarmos nos detalhes; mas essa é uma discussão que deve ser feita com a sociedade brasileira, principalmente aqui em São Paulo, porque daqui a grande imprensa joga os fatos para a opinião pública; às vezes joga informações distorcidas, que não traduzem a verdade e não trazem nenhum benefício para a sociedade brasileira como um todo, muito pelo contrário: trazem diferenças e muitas vezes as contradições, como hoje estamos acompanhando e assistindo com relação a esse problema referente ao separatismo.

Muita gente imagina que se houvesse a separação, seria ruim para o Nordeste; não seria não. A nós não interessa a separação, mas ela não seria ruim. Os senhores podem ficar certos de que quem mais perderia com a separação, sem dúvida nenhuma, seria São Paulo. Não seria o Sul nem o Norte, seria São Paulo, porque São

Paulo produz e vende para o Brasil todo. No momento em que acontecesse a separação, evidentemente que os estados mais pobres passariam a ser países e iriam importar do Japão, e não de São Paulo. Iriamos ter, sem dúvida nenhuma, um prejuízo muito grande para São Paulo.

Gostaria de lembrar rapidamente, como exemplo, que vejo a imprensa criticar demais a SUDENE. A SUDENE tem seus erros, tem seus pecados, tem seus defeitos, assim como todos nós. Toda a sociedade pública os tem. Todo homem público ou comete erros e tem seus defeitos.

Eu faria uma leitura rapidamente, Sr. Presidente, se V.Exª o permitir, lembrando a nossa economia no Estado do Ceará. Estado pobre, sofrido, sua agricultura ainda hoje é praticada ao nível da agricultura indígena; nós ainda trabalhamos no tempo da pedra lascada. Ainda usamos enxada, esperamos que chova - uma chuva que não vem. Isso é um defeito gravíssimo, tem sido um erro grande dos governos estaduais, municipais e do Governo Federal ao longo da história. Frutas tropicais, por exemplo, que deveríamos exportar cem vezes mais do que o Chile, exportamos dez vezes menos. O Nordeste teria condições de ser o carro-chefe da exportação de frutas tropicais do mundo todo e ter explorado esse mercado há mais de cinquenta anos, o que nós não fizemos. É evidente que estamos começando, estamos dando um passo razoável, e vamos chegar lá, se Deus quiser.

Gostaria de fazer algumas observações com relação ao FINOR.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Sr. Deputado, perdoe-me a intervenção, mas estamos preocupadíssimos com o horário, porque todos os expositores, de maneira geral, têm compromissos. Então, gostaria que V.Exª encerrasse a apreciação.

O SR. PINHEIRO LANDIM - Vou concluir, Sr. Presidente.

Com relação ao FINOR, quero dizer o seguinte: sou empresário, mas não tenho nenhuma firma do FINOR e nem pretendo ter. Mas sou responsável para dizer o que acontece no Nordeste.

Por exemplo, no Estado do Ceará, 75% da arrecadação do ICMS na área industrial é oriunda de empresas que foram criadas pelo FINOR. Se não fosse o FINOR, o que seria o Estado do Ceará?

Os dados relativos ao FINOR demonstram claramente que o Nordeste não é nenhum sorvedouro de verbas públicas, vez que o retorno do FINOR, através dos tributos das empresas incentivadas, vem revelando que ultimamente só as empresas incentivadas restituem anualmente, em tributos, cinco vezes o valor do orçamento do FINOR por ano; ou seja, o que é pago de imposto pelas empresas criadas por ele representa cinco vezes a verba destinada para o FINOR pela SUDENE.

Merece, pois, cautela a afirmação de que o FINOR está superado ou que os recursos são desviados.

O que seria do Ceará sem o pólo têxtil, sem o pólo de confecções, sem a siderúrgica, sem duas fábricas de cimento, sem a produção de exportação de castanha de caju que representa 100 milhões de dólares anuais e emprego no campo e na cidade? O que seria do Ceará sem a pesca industrial e frigorificada e suas exportações anuais com mais de 100 milhões de dólares apoiadas num estaleiro moderno e também incentivado? Sem a moderna avicultura cearense, que é uma das mais modernas do País? Sem a pecuária intensiva de leite e suas seis usinas de pasteurização de leite para alimentar a população? Sem as fábricas de calçados, sem as indústrias mecânicas e metalúrgicas modernas e competitivas? E o Ceará sem o turismo, sem os hotéis que hoje são todos financiados pelo FINOR?

Portanto vamos com cautela. Nem o Nordeste é um sumidouro de dinheiro e nem seus empresários são atrasados.

Enfim, Sr. Presidente, concluo dizendo que tudo isso que existe no Ceará produz ICMS e empregos que lá existem por causa do FINOR. Sem o FINOR, acreditem, nada disso existiria, e acredito que isso ocorre no restante do Nordeste brasileiro.

Eu teria que falar sobre outros assuntos, entretanto o momento não é oportuno porque o tempo é curto. Mas gostaria de dizer a V.Exª que vou solicitar ao presidente da FIESP que permita que a Comissão da Seca, da qual sou o Relator, faça uma reunião aqui neste auditório, para tratarmos do problema da seca que considero sério e que não deve ser um problema apenas do Nordeste, mas brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, representante do Rio Grande do Norte, onde o povo é de uma brevidade absoluta quando tem oportunidade de participar de uma reunião como esta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Srs. componentes da Mesa, vou levar em conta que o elogio do Sr. Presidente, que foi mais uma advertência do que um elogio.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Eu gostaria de frisar que temos pelo Senador Garibaldi Alves Filho um grande apreço, porque é um dos profundos conhecedores da problemática do Nordeste. Sua palavra é aguardada com muito interesse por nós.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ganhei mesmo um elogio.

Sr. Presidente, as exposições feitas em primeiro lugar pelo Dr. Antônio Kandir, e em segundo lugar pelo Dr. Alcides Lopes Tâpias, da FEBRABAN, lançam a questão do desenvolvimento regional sob uma nova óptica.

Até agora, no Congresso Nacional, tivemos duas comissões preocupadas com esse problema. Uma das comissões já concluiu os seus trabalhos e examinou detidamente a questão dos incentivos regionais. Essa comissão concluiu, como disse o Deputado José Serra, pela continuidade dessa política de incentivos, baseada na conclusão levantada pelo Deputado Pinheiro Landim de que no caso, por exemplo, do Nordeste - e isso poderia valer também para a Amazônia e para o Espírito Santo -, só para recordar, a arrecadação do ICMS e do IPI gerado pelas empresas industriais incentivadas tem representado, nos últimos anos, quatro a cinco vezes a soma dos recursos destinados anualmente ao FINOR.

Após a análise dessa comissão de incentivos, tivemos a preocupação de instalar uma comissão que formulasse uma política de desenvolvimento regional dentro de uma visão muito mais ampla. E esta comissão está hoje recebendo subsídios muito importantes como esses que foram levantados.

Na verdade, não podemos deixar para trás toda uma cultura, toda um tradição de políticas de desenvolvimento regional levadas a efeito até agora. Não podemos efetuar uma ruptura do dia para a noite, mas devemos ter em conta que essa abertura do mercado que se está processando hoje, abertura lembrada pelos palestrantes, deve levar a que essas regiões, até então beneficiadas por esse tipo de política, possam identificar melhor as suas vocações. E, através da identificação dessas vocações, possam viabilizar de melhor maneira as suas políticas de desenvolvimento regional, tudo isso inserido dentro de um contexto nacional.

Vale aqui chamar a atenção, dentro do pouco tempo que me resta, para um aspecto: essa transição deve ser observada com cuidado. No tocante a nossas indústrias, por exemplo, ainda temos um perfil frágil. Esse modelo de política de desenvolvimento regional levado a efeito realmente transformou o perfil das nossas indústrias tradicionais em indústrias de transformação. Mas isso não se faz do dia para a noite.

Então, Sr. Presidente, no pouco tempo que me deram - os expositores vão me perdoar - não foi possível lançar luzes, até porque não tenho essas luzes todas, primeiro sobre a questão do separatismo regional, mas a Professora Aspázia Camargo vai discutir esse tema de maneira abrangente; reconheço que a questão hoje é muito viva e preocupa bastante a todos nós que vivemos em cada região do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, dentro dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência agradece a compreensão do Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. RONAN TITO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RONAN TITO - Sr. Presidente, houve uma expressão aqui, e sendo de quem partiu - por quem tenho o maior respeito, e que o Brasil todo aprendeu a admirar e a respeitar - eu gostaria que fosse melhor explicada: "papéis podres".

Não entendo bem esse negócio de "papel podre". Veja-se o exemplo que foi dado da USIMINAS. O Governo lançou as debêntures da SIDERBRAS para captar recursos. Esse recurso era podre ou era recurso bom? Toma-se esse recurso e aplica-se na USIMINAS. Continuo: esse recurso é podre ou é recurso bom? De repente a USIMINAS pode ser vendida, mas não podemos receber o papel que é chamado podre. Aí é que está toda a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Presidência solicita a compreensão do expositor. É sempre cumpridora rigorosa do horário. No entanto, a intervenção dos Senadores Ronan Tito e Gilberto Miranda também foram pertinentes; o Deputado José Serra fez algumas colocações que atingiram, evidentemente, o seu pensamento em relação à Zona Franca de Manaus.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda, para fazer sua colocação, com a brevidade necessária, em face do pronunciamento do Deputado José Serra. E logo em seguida teremos oportunidade de ouvir o primeiro expositor do painel, Dr. Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, sobre A Reforma Constitucional e a Federação.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, em primeiro lugar quero dizer que tenho grande respeito pelo Deputado José Serra; lamentavelmente eu não estava aqui quando S. Ex^a fez sua explanação, mas anotei alguns pontos que me transmitiram.

Fico muito preocupado, porque estou vendo há anos o Deputado José Serra simplesmente criticar a Zona Franca de Manaus. Eu gostaria que S. Ex^a apresentasse sugestões para o problema da Zona Franca de Manaus.

Em segundo lugar, preocupo-me muito quando vejo o PSDB no comando da economia a partir de agora; acredito no Ministro Fernando Henrique Cardoso, porque há próprio Senado também outro grande opositor à Zona Franca de Manaus, o Senador Mário Covas.

O industrial Mário Amato, que tem indústrias na Zona Franca de Manaus, sabe que a Zona Franca de Manaus só tem esse nome, porque ela é a zona franca de paulistas. Estão lá os empresários paulistas: Afonso Henna, Léo Crisá, Mário Amato;

participam do parque industrial amazonense a PHILCO, a PHILIPS - todas de São Paulo.

Na verdade, São Paulo manda para o Amazonas 2 bilhões de dólares por ano, de vendas de partes e de peças, e o Amazonas interna sua produção em São Paulo e no resto do Brasil.

Fico muito contente, e ao mesmo tempo apreensivo, quando vejo o Dr. Antônio Kandir falar em separatismo. O Amazonas faz parte do Brasil e é muito importante para o nosso País. O que o Brasil deve decidir é se quer o Amazonas ou não.

As leis do IBAMA, com relação ao Amazonas, dispõem que lá não se pode derrubar árvores, não se pode mexer no solo. Qual é a prioridade no Amazonas? O homem ou a natureza?

Nós temos 2,5 a 3 milhões de habitantes. O Amazonas, com suas riquezas minerais, florestais, petróleo e tudo o mais, tornando-se independente, transformar-se-ia em país exportador muito rapidamente.

Então, o que temos que saber é se continuamos com o BNDES no Sul. Por que o BNDES na Cidade do Rio de Janeiro? Por que não o BNDES no Nordeste, juntando o BASA e o Banco do Nordeste, e sendo um grande banco de desenvolvimento?

Se formos analisar, até hoje 90% dos recursos do BNDES financiaram, única e exclusivamente, o Sul. Por que no Amazonas não há outro tipo de desenvolvimento? Porque no Amazonas não há recursos. Os recursos da população do Amazonas são poucos; a poupança no Amazonas é muito menor do que no restante do País. Ou o Governo federal dá prioridade para o Zona Franca de Manaus, ou o Amazonas, efetivamente, não tem o que fazer.

É só analisarmos como foram feitas as hidrelétricas no sul do País. Com incentivo de quem? Do Brasil inteiro. Como foi feita a indústria automobilística no País? Com incentivos do Governo federal.

O Presidente Itamar Franco quer reviver o Fusca, o carro econômico com zero de pagamento de imposto, o que é um absurdo, porque é a classe média que compra carro. Pobre não vai comprar carro e se a classe média quer comprar carro, que pague o imposto e o Governo aloque esses recursos em outras áreas prioritárias.

Acredito que poucas pessoas nesta sala saibam que hoje a indústria automobilística importa motor, câmbio e mais uma dezena de partes do Omega com uma alíquota zero de imposto dessa importação. Considero isso um absurdo. Estão subsidiando para quê?

Fiquei sabendo na sexta-feira que, no final de abril, o Poder Executivo mandou para o Congresso um projeto terrível contra os Estados do Sul, um projeto em regime de urgência, para ser aprovado, no sentido de que a indústria automobilística, para cada dois dólares exportados, tenha direito de importar um dólar, com 95% de redução no primeiro ano de Imposto de Importação. E no segundo ano - pasmem os senhores - 98%. Não só para partes e peças como para máquinas em geral. Onde ficam as indústrias de São Paulo? Qual o deputado, qual o senador que vai começar a defender São Paulo?

Sou do Amazonas e também tenho casa em São Paulo, sou o maior defensor do Estado de São Paulo. Vimos o Ministro Eliseu Resende ir à tribuna do Senado e não vimos ninguém de São Paulo se preocupar com a indústria de base desse Estado.

O Brasil entrou numa concorrência e deu 209 milhões e 500 mil dólares para a CBPO fazer a hidrelétrica de Pichi Picun Leufú. Havia a contrapartida para a indústria paulista de 180 milhões de dólares de turbinas. O Governo argentino não cumpriu, o Governo brasileiro não cobrou, e deu, em contrapartida, a indústria de Miranda, em Minas Gerais, 150 milhões de dólares, sem concorrência, para a PESCARMONA da Argentina. Que pensam eles quanto a essas medidas?

Então, é muito importante que a sociedade brasileira saiba que o Amazonas está abandonado. V.Ex^{as} nunca ouviram falar em corrupção no Amazonas, por parte de qualquer órgão do Governo Federal. Sabem por quê? Porque o Governo Federal não investe na Região Norte.

O Dr. Ermírio de Moraes tem indústria na região da SUDAM e sabe o quanto a SUDAM é rígida e é séria. Casos errados há na SUDAM, na SUDENE, na SUFRAMA, no Brasil inteiro. Agora, se analisarmos, dizem que hoje 30% a 50% da população não paga imposto. Eu tenho certeza de que não é no Amazonas. Por quê? Porque no Amazonas há uma Zona Franca de Manaus, aprovada em 1967 como forma de ocupação dessa parte do Território. Então, devemos parar de lamentar essa isenção fiscal e aproveitar agora, na revisão constitucional, para optar quanto à existência ou não da SUDENE, da SUDAM e da SUFRAMA. Se queremos, vamos realocar os recursos do BNDES, pensar no Brasil como um todo e ver se o Governo federal ajuda a levar um pouquinho de corrupção para o Amazonas; faça um investimento no Amazonas. No Amazonas não há corrupção assim como não há também em outros Estados do Norte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste momento, mais ou menos dentro do horário, vamos entrar no tema três, que praticamente encerra essa audiência pública - a Reforma Constitucional e a Federação.

Concedo a palavra ao Sr. Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

O SR. LUÍS EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL FILHO - Sr. Presidente,

Sr. Senador Elcio Alvares, Sr. Relator, Senador Beni Veras, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores:

Inicialmente gostaria de agradecer aos Srs. Senadores pela gentileza e honra do convite para aqui comparecer e trazer modesta contribuição sobre o problema do desequilíbrio regional no Brasil.

Tendo em vista o que os ilustres expositores já disseram sobre o tema, vou ficar um pouco mais no geral, em vez de discorrer especificamente sobre o subtítulo de Reforma Constitucional e Desequilíbrio Regional.

Para explicitar melhor minhas idéias, vou ler minha contribuição neste importante painel sobre a questão das desigualdades regionais.

Estamos vivendo um dos períodos mais críticos de nossa história. De um lado, um quadro de forças e uma estrutura produtiva lutam para tirar o País do círculo de crises em que está há décadas mergulhado. De outro, deparamo-nos com uma cultura viciada, um quadro de imensas desigualdades sociais, uma máquina do Estado desaparelhada e inerte, imensos bolsões de pobreza nas periferias urbanas, mais as famílias que são expulsas dos campos pela escassez de chuva e as secas intermitentes.

As crises se sucedem e formam uma cadeia de problemas conjugados, a crise social exhibe índices assustadores de miséria e pobreza absoluta. A crise política aponta para velhos riscos de acomodação, adensamento dos territórios e repartição do poder, entre ilhas de interesse.

A crise econômica assinala a febre do processo inflacionário, que corrói o sistema produtivo e desmotiva investimentos.

A crise tecnológica joga parte considerável do nosso parque produtivo na obsolescência.

As crises integradas paralisam o País e ameaçam constantemente a estabilidade institucional.

Senhores, o economista Edmar Lisboa Bacha criou o termo "belíndia" para definir dois brasis, o da pobreza e o da riqueza, uma desigualdade mensurável entre as regiões brasileiras.

Só para citar alguns dados: 60% da população economicamente ativa do Nordeste recebem um salário-mínimo, enquanto no Sudeste esta margem só atinge 25% dos trabalhadores. Na área dos serviços públicos esse aviso também é detectado, sendo que apenas 48% das casas da região nordestina recebem água tratada, índice que sobe no Sudeste para 85%, uma diferença que pesa na qualidade de vida da população.

Ao que tudo indica, quanto mais o Brasil se aproxima do ano 2000, mais vai se distanciando do sonho de se consolidar como um país moderno e sem desigualdades sociais.

O anuário do IBGE, de 1992, apontou que em 1991 a renda per capita no Brasil foi de 5,6%, mais baixa do que a apresentada no ano anterior, sendo que de 250 milhões de brasileiros, só 30 milhões estão dentro do mercado consumidor. E pior, 8,4% dos trabalhadores não têm salário, trabalham em troca de comida e moradia, e 2,8% de crianças, entre 10 e 14 anos, estão no mercado de trabalho, porcentagem que rivaliza com os primeiros e desumanos tempos da revolução industrial.

Esses fatores levam a um quadro de pobreza e fome que é alimentado pelo baixo poder aquisitivo da população, gerado pela má distribuição de renda. No Brasil 10% dos mais pobres detém 1% da riqueza, enquanto 10% dos mais ricos abocanham 48% do bolo.

O Brasil está criando a etnia da fome, levando 2/3 da população brasileira, principalmente do Nordeste e periferia das grandes cidades, a gerar uma sub-raça de nêgros, uma situação só detectável nos países mais pobres da África. Hoje, o brasileiro come menos de 30% de feijão que sua média histórica de consumo, uma realidade mais visível nos Estados mais pobres.

Pesquisas apontam que a subnutrição prejudica o aprendizado e o trabalho, tanto que bóias-frias bem alimentados têm sua capacidade de trabalho aumentada entre 20 e 30%. Já está provado, matematicamente, que só a partir de uma renda de 2 salários-mínimos per capita é possível combater a subnutrição, que atinge 40% da população brasileira. E que os problemas alimentares no País só atingem parcialmente os segmentos mais carentes.

O Brasil, além de ter poucos recursos, entrega de mãos abertas os que tem. Prova disso tem sido as verbas destinadas ao combate à seca no Nordeste. Foram construídas centenas de açudes, mas as áreas irrigadas são muito restritas. Os dramas da população do Polígono da Seca continuam cada vez mais graves, enquanto a Índia, com um território similar ao do Nordeste, tem 40 milhões de hectares irrigados; o Nordeste possui apenas 1 milhão.

O Nordeste que é considerado a maior e mais populosa região subdesenvolvida do País, e o contraponto mais perfeito ao Sul e Sudeste, ambos com o mesmo espectro territorial, apresenta um quadro social grave. A pobreza, a miséria e a má qualidade de vida atingem 48,6% dos nordestinos - índice que sobe na zona rural para 68%.

A política de desenvolvimento regional encontra nessa região seu grande desafio, motivado principalmente pela indústria da seca, movimentada por subsídios, crédito a fundo perdido e rolagem de dívida, que não atinge os necessitados. A concentração de prioridades rurais não permite mudanças na relação do trabalho e, conseqüentemente, melhora nas condições de vida da população.

Na década de 90 o Brasil está fadado a apresentar uma mancha de pobreza similar à detectável no País há 30 anos, se nada for feito para estabilizar e melhorar o padrão de vida dos trabalhadores, padrão que caiu na década de 80 em relação ao de seus pais, segundo pesquisa do professor José Pastore.

A saída para os miseráveis do Norte e Nordeste não passa pela migração para o Sul e Sudeste, opção que continua sendo escolhida por um contingente de 1 milhão e 500 mil brasileiros que deixam o campo pela cidade, pelo simples fato de que o crescimento econômico não é mais proporcional à mão-de-obra desqualificada que chega atrás de uma chance de sobrevivência e que, décadas atrás, funcionava como paliativo às desigualdades regionais.

Um país onde o problema básico é a falta de alimentos não se pode dar ao luxo de desperdiçar 1/3 da safra que planta, um drama que começa com a erosão do solo e que, dispersas as sementes, segue pelo uso inadequado de técnicas agrícolas, falta de armazéns para acondicionar a safra e termina com o descumprimento do preço mínimo para os produtos do campo.

Em 1992, os agricultores perderam nada mais nada menos do que 1 bilhão de dólares, porque o Governo não cumpriu a política do preço mínimo garantida pela lei.

Em suma, faltam, em todas as regiões do País, crédito, investimento em tecnologia e infra-estrutura para que o produto agrícola que tem um peso decisivo sobre a inflação tenha uma produção condizente com o consumo e o bolso da população.

A política de desenvolvimento regional deve levar em conta a vocação de cada região. O Norte e o Centro-Oeste, que ocupam, respectivamente, 42% e 22% do território nacional, precisam ter um programa de ocupação racional e de desenvolvimento auto-sustentado que garanta a preservação do meio ambiente da maior reserva ecológica do planeta, que reúne a bacia Amazônica, o Pantanal e o Planalto Central.

Nessas duas regiões, o incentivo à ocupação do solo seria fator fundamental para o desenvolvimento, expandindo-se a produção agropecuária e agrícola, e procedendo à organização econômica da floresta para evitar a ação depredadora dos madeireiros ou das mineradoras.

Uma política mineral deve privilegiar o incentivo à pesquisa e à produção racional, planejando-se metas para além das exigências de curto prazo. A organização de cooperativas de produção e comercialização de produtos primários, além de incentivos ao transporte ferroviário e fluvial, serviriam de mola propulsora.

Urge que, com base na nova Lei de Reforma Agrária aprovada pelo Congresso, o Governo retome o programa de assentamentos, que prevê apoio técnico e financeiro aos colonos, resgatando assim a função social da terra e fixando o homem à sua região. Paralelamente, é preciso reestruturar a agricultura da região aumentando a irrigação, para que o acesso à água atinja o pequeno agricultor.

Voltando à questão da vocação regional, o Nordeste, na verdade, é bastante diversificado. A Bahia, por exemplo, fez sua opção por um parque petroquímico, mas o avanço industrial nos outros Estados é bem mais tímido. Para ampliar o emprego e a renda da população, os recursos do BNDES para a região poderiam ser voltados para a consolidação de pólos agroindustriais, novos complexos químicos e petroquímicos, parque metal mecânico e pólo têxtil. Seria uma forma da intervenção governamental unir resultados econômicos e sociais, pois sem o crescimento econômico da produção não há empregos, os salários minguam e os problemas sociais sofrem abalos significativos.

A integração das economias regionais à nacional não é uma meta fácil de ser atingida. Vai exigir, antes de tudo, vontade política para a sua concretização.

Num país com ampla oferta de terras agriculturáveis como o Brasil, a política nacional de alimentos deve oferecer condições para a expansão das safras de arroz, feijão, leite, óleo e açúcar. É preciso descentralizar o problema, levando cada microrregião a estabelecer o que a população come, para que se possa produzir essa demanda, elevando a oferta de alimentos e barateando os preços que não vão embutir transporte e ação dos atravessadores.

O crescimento da produção rural é essencial para aumentar a oferta de bens de consumo e o nível de nutrição das populações mais carentes do Brasil, que se encontram principalmente no campo.

A luta contra as desigualdades regionais tem muitas frentes e exige políticas de desenvolvimento que sejam interativas. Ao investir na produção, no aprimoramento tecnológico e no preparo da mão-de-obra seletivamente, isto é, privilegiando as regiões mais carentes sem deixar de levar em conta o desempenho, o Brasil estará aumentando a produtividade e a competitividade da indústria, da agricultura e do setor de serviços, ação que resultará no aumento de renda, conseqüentemente, num salário maior para cada trabalhador brasileiro, já que o desenvolvimento econômico promove o desenvolvimento social. Quanto mais o bolo cresce, mais e maiores fatias podem ser distribuídas, diminuindo as desigualdades. Esse esforço não é isolado, deve unir Governo Federal, Estados e Municípios num programa para induzir a produção através de estímulos fiscais entre outros. A economia brasileira precisa de investimentos, não só do setor privado, mas também do público, que minguaram à medida que se observa uma queda da receita tributária e a deterioração dos preços das tarifas.

É preciso fazer crescer novamente a poupança interna pública, para servir de combustível ao crescimento, reduzindo as desigualdades regionais e possibilitando um desenvolvimento articulado entre o campo e a cidade, tornando a fisionomia econômica do Brasil mais homogênea e preparada para ingressar no terceiro milênio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Como este é o último painel, os Deputados Osvaldo Coelho e Luiz Girão bem como os Senadores João Calmon e Jonas Pinheiro terão acesso à palavra, no final do debate, para efeito de registro no relatório final que está sendo elaborado pela Comissão.

Concedo a palavra, com muita alegria e satisfação, à Professora Aspásia Camargo, que tem sido uma valerosa e permanente participante dos nossos trabalhos.

A SR^a ASPÁSIA CAMARGO - Senador, tem sido um privilégio para mim acompanhar este trabalho importantíssimo, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista acadêmico. Na verdade, o que o Congresso está fazendo é honrar as suas funções e permitir que o Brasil se reconcilie com os seus representantes, porque a crise é profunda e os descontentamentos com a classe política são muito grandes.

O trabalho do Senador Beni Veras, assim como de toda a Comissão, está destinado a ter uma importância política muito grande pelo que representa no sentido de busca de soluções para o problema da crise brasileira.

Estou convencida de que a crise não é apenas de esgotamento do modelo de desenvolvimento. Ela é também uma crise de esgotamento de um pacto federativo, que durou pelo menos mais de um século, mudando às vezes de forma, mas permanecendo no seu conteúdo. A forma mudou, porque às vezes descentralizamos o poder e às vezes centralizamos exageradamente o poder. Mas por trás dessas duas manifestações opostas, a rigor, o que havia era uma certa maneira patrimonial de fazer política, que representou um momento histórico e nos permitiu consolidar a nacionalidade - esta é a verdade. Não fossem essas cumplicidades familiares, essas cumplicidades de clãs, o Brasil não seria uma nação unificada.

Na verdade, a crise que estamos vivendo é de crescimento, uma crise de maioridade, como foi lembrado aqui hoje. Porque é exatamente a impossibilidade de permanecer distribuindo com o mesmo número de pessoas, hoje os eleitores representam mais de 60% da população, usando critérios que usávamos quando o número de eleitores era de 1,5%. A crise é de representação, é uma crise de modelo federativo.

O Senado, tomando a liderança, como tem tomado com esta Comissão, está de certa maneira nos sinalizando um primeiro item, a meu ver, da reforma constitucional, que seria tentar definir melhor as diferenças e as funções da Câmara e do Senado.

Parece-me que o Senado é extremamente sacrificado, porque funciona como uma câmara revisora, e isso de certa maneira o distrai das suas funções fundamentais que são as de exatamente zelar pela Federação, tanto no sentido da representação externa, quanto no sentido da preservação do equilíbrio regional. Não há mais nobre função para o Senado do que essa, que poderia ser desenvolvida através de um fortalecimento das suas funções técnicas e de um trabalho, de um estudo muito mais acurado das formas como esses recursos regionais se distribuem.

Nós tivemos aqui, durante o dia, várias contribuições importantes no sentido de sinalizar trocas, formas distribuidoras de recursos que ora beneficiam alguns Estados, ora beneficiam outros.

Eu tenho me dedicado, nos últimos tempos, a fazer esse inventário e cheguei à conclusão de que há pelo menos sete torneiras que estão abertas, distribuindo recursos entre a Federação brasileira, que ora beneficia uma parte da Federação ora beneficia outra. Seria recomendável que esses estudos pudessem ser feitos, se tivéssemos censo; como bem lembrou o Deputado José Serra, estamos andando no escuro; somos, na verdade, um avião andando na escuridão sem aparelho e sem saber onde vai descer, porque nos faltam dados, instrumentos, para dizer exatamente o que está acontecendo.

Se é verdade realmente que em termos de tributos, de orçamento, de arrecadação, a distribuição é fortemente favorável aos Estados mais pobres, em outros itens dessa agenda as coisas não se passam exatamente dessa maneira e há muitos itens que não são sequer arrolados como significativos. Isso é muito importante, porque a questão dos incentivos é um outro item importante, que estaria referido na questão da reforma da Constituição.

Em que medida devemos aceitar incentivos vitalícios? É próprio do Estado patrimonial que as coisas passem de pai para filho e que os direitos são eternos. Temos que rediscutir isso. Deveríamos ter programas fixados. O Senado seria o órgão perfeito para fazer um sério acompanhamento de como esses programas são aplicados, como os resultados são distribuídos.

Lembro, aqui, a questão da educação, que foi mencionada por praticamente toda a liderança empresarial. Na verdade, falamos muito sobre a questão da educação, tudo mais ou menos errado, porque os dados estão errados. Nós choramos o tempo todo a falta de escolas, a evasão escolar, quando esse é um fenômeno que não existe; as crianças passam oito anos e meio na escola, com exceção de um triângulo rural nordestino que escapa um pouco a essa lógica. Por que é que estamos chorando a evasão se não existe evasão, se o que existe de fato é repetência?

Este é um simples exemplo para mostrar que, com dados errados, fazemos diagnósticos errados e, evidentemente, se o diagnóstico está errado, a política vai estar errada também. A boa maneira de fazer as coisas é tratar de considerar a Federação como responsável pela geração de dados fidedignos que nos permitam discutir essas torneiras. Eu, pessoalmente, estou convencida de que quando conseguirmos contabilizar todas elas, inclusive a questão das tarifas - que o Dr. Kandir lembrou aqui -, tenho a ligeira impressão de que vamos poder chegar a um número zero. Na verdade, trocamos de um lado para outro freneticamente, mas o resultado final pode ser zero.

A pergunta que me faço aqui é a seguinte: Será que não é mais prático mudarmos de modelo, estabelecermos algum critério mais equitativo, mais democrático, mais transparente, e a partir daí verificarmos onde estão os desequilíbrios? Como fazer para acomodar as diferenças e ajudar cada região a encontrar a sua vocação, a encontrar o seu destino?

O segundo ponto que menciono é que há um item do pacto federativo que já está resolvido e ele tem também implicações constitucionais - é a questão da descentralização em favor do município. Esse é o único item sobre o qual, podemos dizer, há um consenso nacional. Todos os brasileiros concordam que o município é o grande protagonista da Federação. A própria Constituição já inseriu o município como um ator federativo, como um ente federativo. Este é um dado extremamente importante e rico de consequências. Ele está, de certa maneira, se inspirando na Constituição alemã e nos leva a atribuir à prefeitura muito mais do que o protagonismo do processo.

O que estamos querendo discutir é qual o papel da sociedade civil nisso tudo. Do lado da prefeitura, existe uma questão importante, o que caberia à prefeitura e o que caberia à sociedade civil ou às unidades básicas. Para dar um exemplo, na questão da educação, penso que muito mais do que dar dinheiro ao prefeito, é dar dinheiro à diretora da escola e que o Estado, sim, exerça um controle sobre esses recursos e como eles são gastos.

Esse consenso é tão grande que no Congresso houve uma consulta importante, feita pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos, e os dados que temos é que 70% dos Congressistas concordam que as transferências negociáveis deveriam ir todas para o município e não para o Estado. Esse é um dado extremamente importante, porque revela um esvaziamento da instância intermediária, que ninguém sabe exatamente o que deve fazer, e um fortalecimento do município. É exatamente por isso que devíamos pensar na contrapartida para equilibrar esse processo descentralizador, numa revisão do que seriam exatamente as funções do Governo Federal.

Temos quatro artigos da Constituição que determinam as funções federais, dois deles sobre competências comuns ou concorrentes, e a situação é de absoluto caos gerencial. São 89 funções que o Governo Federal tem e, evidentemente, não vai cumprir, porque não são cumpríveis. Em consequência, muitas funções, as três instâncias competindo e realizando ao mesmo tempo. O resultado são coisas absolutamente extraordinárias, como um fato ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em que um grupo de empresários tinha que escolher se seria punido pela prefeitura, pelo Estado ou pelo Governo Federal, porque as legislações eram diferentes e ele, escolhendo a primeira, ia ser punido pela segunda instância, e escolhendo a segunda, ia ser punido pela primeira. Coisas que acontecem, para não falar no enorme desperdício de recursos, que é outro ponto importante.

A crise da Federação brasileira é uma crise gerencial, porque o País é muito grande; é óbvio que se as funções estão mal definidas e se os processos de controle são muito grandes, o que acontece naturalmente é o que acontece com qualquer empresa normal, a confusão ou o imobilismo vão prevalecer. E, no nosso caso, infelizmente, estamos tendo as duas coisas: muita confusão e muito imobilismo.

Portanto, acho que um item importante da reforma seria este: repassar competências para os municípios, já que houve uma transferência de recursos e não houve essa transferência de competências. Ao mesmo tempo, eu gostaria de alertar para o perigo da simplificação. Dizer que tudo vai ser resolvido, porque vamos descentralizar, não é verdade. O Brasil é extremamente desigual, e já sofremos, na República Velha, esses mesmos males: tivemos a surpresa de ver que, muitas vezes, uma descentralização que pretende ser um reencontro com a sociedade civil, na verdade, acaba sendo um desencontro fatal, em que os interesses coroneísticos, os interesses menores predominam sobre o interesse público.

De modo que eu chamaria a atenção para o fato de que deveríamos ter um tratamento especial para esses municípios, lembrando, inclusive, que vivem praticamente de fundos federais. Acho que tem que haver uma reforma de tratamento diferenciada e uma forma de acompanhamento diferenciada, até porque existe, muitas vezes, uma certa cultura política que se cria, à margem desse processo, extremamente perdulária e irresponsável, porque as pessoas simplesmente não sabem o quanto custa, não sabem de onde vem o dinheiro e, infelizmente, ele nem sempre vai para aqueles que efetivamente precisam.

Por isso, acho que pensar numa forma legítima, numa forma cuidadosa, mas também responsável de transferir esses recursos seria um ponto importante para garantir a continuidade desse processo de transferência.

Um outro ponto muito polêmico é a questão da sub-representação de São Paulo. Na verdade, acho que não podemos descurar as suas origens históricas. O Estado centralizador brasileiro temeu gravemente que um Estado muito rico, mas muitíssimo mais rico do que todos os outros, pudesse ser absolutamente incontrolável; se ele, além

disso, tivesse muito poder político - porque ele também é o Estado mais populoso da Federação brasileira.

Na verdade, aconteceu uma coisa um pouco perversa: São Paulo está tão acima de todos os outros, em termos de população e em termos de renda, que se criou uma situação muito favorável a um certo maquiavelismo do Governo Federal. Essa é a verdade. O que se montou, em 1930, foi uma espécie de cinturão de segurança em torno de São Paulo, quando disseram que seria beneficiado com muitos recursos, porque a crise do café já estava, na verdade, provocando esse tipo de situação, mas que, em compensação, o Estado seria comportado e não faria muita política. Agora, eu gostaria de fazer aqui um grande apelo aos paulistas, no sentido de que façam muita política, mas muita política, tão bem quanto os nordestinos, porque, a rigor, isso nunca foi importante para São Paulo. Na verdade, São Paulo come barriga, como se diz.

Eu gostaria de trazer aqui uma evidência disso, ou seja, uma pesquisa que acabou de ser feita no Congresso Nacional sobre o comportamento de São Paulo. Ela mostra que aquela cidade é muito mais querida do que se imagina. E, na verdade, 58% do Congresso Nacional acha que a situação de São Paulo é injusta. Eu gostaria, portanto, de comunicar esse fato. Que os paulistas tomem consciência de que existem 38% dos Congressistas que estão achando que São Paulo está injustiçado; ao contrário do que os paulistas costumam pensar.

Um outra notícia interessante é que pelo menos 41% acham que pode haver um acerto tanto no teto quanto no piso do número de Deputados. Isso significa que dá para negociar o número mínimo de 8 e dá para negociar o número máximo de 70, que, na verdade, é de 60 hoje. Seria um bom exercício de democracia saber como poderíamos montar esse número ideal, esse número perfeito que combine a questão da representação da população com a questão do tamanho do território, até porque parece que São Paulo dá um pouco de azar de vez em quando.

Esse deslocamento para o Centro-Oeste e para o Norte é natural. Essa é a verdade. É natural no sentido de que são zonas desocupadas que estão agora crescendo, em termos econômicos e populacionais - como foi muito bem lembrado aqui. O Rio Grande do Sul está oferecendo um enorme fluxo de migração. Então, se assim é, acho que é bom que nos habituemos, porque vai haver pressão para aumentar o número de Estados; é óbvio!

Quando olhamos para o mapa do Sul do País, lembramos um pouco o mapa do mundo. Vemos hoje áreas do mundo inteiramente fragmentadas. E são áreas muito desenvolvidas, como, por exemplo, as da Europa. Depois, vemos outras, enormes, como as Américas do Sul e do Norte, que são continentais, são impérios. A Rússia é uma coisa colossal! Acho que o Dr. Kandir estava coberto de razão. Penso que a tendência da abertura do sistema internacional é para diminuir, agilizá-lo. Esse é o perigo do separatismo. O maior perigo vem de uma estrutura econômica. Não é má intenção de ninguém, e sim uma fatalidade do processo econômico, que tende a privilegiar unidades pequenas e ágeis. Se o gigante é muito grande e muito lerdo, ele vai ter que pagar o preço. E espero que não pague. Estou aqui falando há algum tempo, até correndo algum risco, para que efetivamente não haja esse tipo de problema.

Outra questão importante: na reforma constitucional, nós poderíamos negociar essa representação de São Paulo pela questão dos desequilíbrios regionais. Não acredito que este País seja governável com essas diferenças de renda espacialmente determinadas. Acho que isso é um fator de ingovernabilidade plena. Não é possível. Qualquer pessoa que esteve no poder sabe que não é possível fazer uma política econômica para um País onde a diferença entre o maior e o menor salário é de 70 vezes! E obviamente isso vem do fato de que existe um exército de reserva que permitiu esse desenvolvimento com baixíssimos salários e com enormes desigualdades espaciais. Então, devemos fazer uma coisa certa.

A SUDENE foi criada dentro de um projeto altamente sofisticado. O Brasil não foi digno dele. Jogamos fora esse projeto e transformamos a SUDENE numa caricatura. Acho que o modelo não vai ser mais SUDENE. A Comissão está propondo algo muito inteligente através de um sistema de bancos com créditos, etc. Mas penso que temos que ser muito enérgicos, porque, caso esse processo não se reduza, obviamente que essas questões levantadas pelo Dr. Kandir vão se agravar, porque o Nordeste vai querer ser simplesmente um pólo exportador - o que ele pode ser - e não vai querer pagar o preço do mercado interno. E, na verdade, o que fez a unidade deste País, o que consolidou essa unidade, herdada do Império, foi o mercado interno brasileiro.

Por isso, penso que estamos num momento privilegiado para refazermos a Federação, porque não há mais aquela estória do primo pobre e do primo rico, da cigarra e da formiga. Estamos todos em crise, e a crise é feroz em São Paulo, onde vemos, por exemplo, os *skin heads*. Precisamos aproveitar esse momento de humildade geral para negociar tudo; negociar tanto as desigualdades regionais quanto a representação.

A proposta que acho deveria ser seguida é a da simplificação. Não acredito que possa haver Direito sem simplificação. Quanto mais enrolamos, quanto mais a Constituição aumenta o número de artigos, mais complicado fica, até que se chega realmente a um colapso.

A meu ver, a reforma fiscal é fundamental nesse processo. Mas eu gostaria de propor aqui uma reforma que pudesse ser, ao mesmo tempo, constitucional e política.

Creio que temos que fazer uma caravana; consultar todos os governadores e todas as regiões deste País. Tivemos a oportunidade de ouvir aqui queixas muito profundas sobre o destino de regiões inteiras. Acho que não se deveria mexer nessa reforma sem fazer essa consulta, até porque ela já pode representar um diagnóstico.

Há um estranho consenso em torno da reforma fiscal, porque todos concordam com ela, mas, na hora de votá-la, penso que há pessoas aqui muito credenciadas que podem nos dizer que ela não acontece, porque, politicamente, não está sendo trabalhada. E não está sendo trabalhada, porque essas torneiras a que me referi não estão sendo computadas e cada um faz as contas escondido. Essa é a verdade. O Brasil trabalha com contas ocultas, contas escondidas; e as regiões deste País e os Estados vivem um pouco dessa obscuridade, dessa opacidade que permite a cada um negociar em separado e sem que ninguém saiba.

Lembro aqui, por exemplo, que existem as estatais, investindo nos Estados; existem os créditos bancários de vários títulos; existem as dívidas estaduais; existem as tarifas; existem os subsídios, o orçamento e o INSS. Portanto, temos que fazer essa conta de forma conjunta, para agirmos mais e chorarmos menos. Essa é a minha proposta.

Finalmente, creio que a questão do separatismo é grave e depende muito do Sudeste; depende também da generosidade de São Paulo como depende da vitalidade do Nordeste. Acho que existe hoje uma geração reformista no Nordeste brasileiro que tem que ser o grande interlocutor dessa reforma constitucional. Não podemos mais dar sobrevivência à elite decadente do Nordeste, nem do Sudeste. Temos que fazer uma aliança que seja definitivamente um ponto de ruptura da Federação brasileira. Até aqui, estamos ainda na República Velha, no sentido de que existem alianças regionais: o Norte contra o Sul, o Sudeste contra o Nordeste, etc.

Penso que, daqui para a frente, precisaremos ter alianças programáticas, em que todos os Estados da Federação brasileira e todas as regiões possam ser protagonistas. Creio que este País tem uma enorme competência para sair da crise; a descentralização econômica é fundamental e tem que haver uma desregulamentação enérgica. A meu ver, a desregulamentação é muito mais importante do que a privatização. Essa desregulamentação tem que atingir o município, porque é dessa forma que as alterações e os negócios vão acontecer.

Os consórcios municipais têm que ser criados; deve haver, nas sub-regiões, todas as formas possíveis de parcerias inteligentes. E quero crer que o grande desafio nosso é saber se seremos capazes de criar tantas parcerias e tantas cumplicidades dentro do nosso território quanto, certamente, seremos capazes de criar fora dele.

Muito obrigada!

O SR. LUÍZ GIRÃO - Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem. É exatamente o que está faltando: crise gerencial, porque, quando há uma boa administração, tudo prospera e vai bem. E eu queria dizer à senhora que, nos seis anos em que estive como Presidente da Federação das Indústrias, jamais falei em paulistas; sempre falei em brasileiros de São Paulo. Uma capital quem tem 3 milhões de nordestinos e onde não há discriminação. O Vicentinho falou em discriminação, mas ele é Presidente e Líder de uma categoria; não o seria se houvesse discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Concedo a palavra, por uma questão de ordem, ao Deputado Luiz Girão.

O SR. LUÍZ GIRÃO - Sugiro, Sr. Presidente, que debatêssemos mais o tema antes de o Professor Yves Gandra falar, para que pudêssemos esquentar mais esse debate que está tão bom... Foi importante demais a participação da Dra. Aspásia Camargo. Acredito que poderemos fazer com que esta Comissão traga realmente uma contribuição muito maior para esse extraordinário trabalho que está sendo feito por V.Exª e pelo Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Bem, resolvendo uma questão de ordem que não é uma questão de ordem; é uma sugestão. Temos dois grandes expositores aqui, não só pelo respeito que a Comissão tem por eles, mas também pela vasta experiência na abordagem de problemas nacionais. Trata-se exatamente dos Drs. José Midlin e Olavo Setúbal.

Quero deixar claro que tenho pelo Professor Yves Gandra Martins uma admiração muito profunda, não a nível de vida pública, mas como modesto colega que sou, conhecendo-o na sua grande envergadura de jurista e constitucionalista de escol. A sugestão de S.Exª, portanto, tem cabimento. Ouviremos os expositores pela ordem e deixaremos, então, o Professor Yves Gandra encerrar o debate.

O SR. YVES GANDRA MARTINS - Eu queria dizer apenas que eu havia prevenido o Senador Beni Veras, que me ligou, na quinta-feira, sobre uma reunião que tenho, às 18h30min, na João Cachoeira, e uma palestra, às 20h, como os senhores devem ter lido ontem nos jornais, na Associação de Recursos Humanos. Eu até iria pedir, fazendo uma exposição, que V.Exªs permitissem a minha retirada, porque eu não teria condições de permanecer, até porque fui alertado à última hora e não quis deixar de comparecer. Posso mandar por escrito o meu projeto sem precisar fazer qualquer manifestação, porque eu não teria condição de permanecer além das 18h15min.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A Comissão quer deixar claro que restam praticamente os últimos expositores. Temos um respeito profundo pelo Dr. Olavo Setúbal, velho companheiro das lides iniciais do PP, e pelo empresário José Midlin, que é uma das figuras, realmente, que honra o Estado de São Paulo. Então,

vamos ouvir agora o Professor Yves Gandra Martins, cuja importância é tão grande que está sendo cogitado, a nível de Senado ou de um grupo de Senadores, um assessoramento muito estreito dele em relação a todos aqueles que terão a obrigação de fazer a revisão constitucional, a exemplo da Professora Aspásia.

Passamos agora a palavra ao Professor Yves Gandra, cientes da sua premência de horário, e lamentamos que ele não faça o encerramento de um tema tão importante.

O SR. YVES GANDRA MARTINS - Lamento não poder ouvir os meus grandes amigos José Midlin e Olavo Setúbal.

Minha exposição vai ser também bastante singela e eu deixaria com V.Ex.^a a proposta de revisão constitucional, em que compactamos os 315 artigos da Constituição atual para 170. Mesmo assim, não é o projeto ideal. Se os senhores lerem o prefácio, vão verificar que gostaríamos de reduzi-lo ainda mais, mas fica como colaboração à Comissão.

Eu gostaria de colocar também, muito rapidamente, apenas para entrar no assunto da Federação e da revisão constitucional, que, quanto mais estudo, mais comento a Constituição Federal com o Professor Celso Bastos. Já lançamos oito volumes com 3.600 páginas publicadas e só comentamos 90 artigos. E quanto mais comentamos, mais encontramos problemas e divergências. E aquela obra que tínhamos contratado, dois anos antes, com a Saraiva, para seis volumes, já está programada para 30 volumes, se continuarmos com os 315 artigos.

Se temos dificuldade, e só vivemos com isso, posso imaginar a dificuldade que o brasileiro terá para conhecer se um fato é ou não constitucional. Eu diria até mais: mesmo reconhecendo os inúmeros erros que os governos federal, estadual e municipal cometem, pergunto-me se, se eu fosse governante, também não incidiria em inúmeras inconstitucionalidades, porque raro é o dispositivo e rara é a lei que não violenta um ou outro dispositivo da Constituição. Sempre se encontrarão teorias para justificar as inúmeras constitucionalidades.

Então, parece-me que deveremos ter uma Constituição de princípios gerais. Cabe à lei complementar e à lei ordinária definir quais são os rumos, até para poder adaptar aqueles princípios gerais à conjuntura. Uma Constituição é feita para permanecer no tempo, e não para solucionar o problema do óleo diesel em relação ao ISS ou em relação ao IVV, como se fosse uma forma permanente de o óleo diesel, durante duzentos anos, ser o único combustível existente para receber uma imunidade constitucional.

O primeiro aspecto, de extrema relevância, é que, se quisermos fazer uma revisão constitucional, deveremos pensar, num País com a dimensão do Brasil, numa compactação. E esta tem que ser fundamentalmente pensada em nível de reduzir o custo político da Federação. Quando falo em reduzir o custo político da Federação - e tenho a impressão que vou entrar agora num terreno cheio de minas, cheio de armadilhas - é porque estou convencido que o Brasil não aguenta o custo da Federação atual - e vou colocar alguns dados para os senhores:

Em relação ao meu amigo Kandir, tive com ele algumas divergências no passado; porém, quanto mais tenho lido os seus artigos, mais sinto que temos convergido mais do que divergido.

A sensação que tenho é que esse custo político da Federação é insuportável para Brasil. O que chamo de custo político da Federação? A multiplicação de Estados e Municípios em decorrência de um projeto político e não de uma necessidade nacional. O Brasil é um País que tem uma origem centralizada. Se procurarmos um país, cuja origem é de um certo centralismo político, mas de um descentralismo administrativo, econômico e financeiro, encontraremos Portugal. São 800 anos de história de um país que só é continental, não por uma experiência do século passado, mas por uma herança portuguesa que nos permitiu ser uma Nação continental.

Portugal, quando foi criado, era o único país na Europa que tinha um rei forte com nobres fracos. Todos os países europeus viviam com reis fracos e senhores feudais fortes. E graças a esse poder central do rei português, eles enfrentaram inimigos fortes, como os árabes e os espanhóis, e conseguiram derrotá-los sempre, porque eles eram sempre povos e reinos divididos.

Portanto, graças ao gênio português, tivemos no Brasil uma nação continental. O Brasil é uma Nação continental como uma grande herança da genialidade portuguesa, porque os espanhóis criaram a América Latina e esta se subdividiu, como eram subdivididos os reinos espanhóis e como a Espanha, até hoje, vive o processo de divisão interna.

Estou convencido de que o separatismo não tem apelo no Brasil porque os nossos 800 anos de história sinalizam para uma nação continental. Mesmo as tendências de Amador Bueno, em 1641, ou de Tiradentes, na verdade foram movimentos tão localizados que não tivemos essa contração, essa divisão, essa separação do Brasil, a ponto de o nosso País ser governado por um rei português, na sua independência, e ter sido metrópole - e Portugal apenas colônia -, de 1808 a 1821, quando D. João VI governava Portugal das nossas terras.

Então, estou convencido de que o poder centralizador, que, de um lado, fez com que nos tornássemos um País continental, de outro lado também fortaleceu as estruturas municipais. Os municípios foram sempre uma realidade brasileira, de tal ordem que somos a única Federação do mundo que dá ao município o status de

entidade federativa. No Canadá, na Austrália e na Suíça, o município pertence àquele espaço geográfico: província, cantão, estado, mas não tem autonomia federativa. Esta é a razão pela qual temos que pensar numa federação autêntica.

O que é federação autêntica? Municípios que realmente possam existir como municípios e estados que possam existir como estados. A multiplicação de estados e municípios, na minha opinião, ao invés de fortalecer a federação, enfraquece-a, porque aumenta o custo político. Cada vez que se cria um município, a mesma população terá que sustentar duas estruturas políticas e as estruturas políticas criam desenvolvimento; mas elas também lutam para a detenção do poder, e a luta para se deter o poder, para se ter o poder gera um custo político que, na verdade, não proporciona tanto desenvolvimento quanto necessário e pode representar um custo que a Nação não pode pagar.

Na Alemanha, em 1968 - o Senador Elcio Alvares sabe dos nossos comentários, e sempre começamos cada artigo examinando o Direito Comparado, o que, sobre aquela matéria, as outras constituições do mundo cuidaram, e de que forma o nosso Direito anterior também tratou da matéria -, eles chegaram à conclusão de que o custo político da federação alemã, em nível de municípios sem autonomia política, era de tal ordem que só havia uma solução para a Alemanha: reduzir o número de municípios. E começaram a fazer isso.

O que vimos aqui no Brasil? Criamos quase 20% de municípios de 1988 para 1993. E essa criação gerou o quê? Gerou o empobrecimento de alguns municípios, que perderam estrutura, e a criação de estruturas políticas em novos municípios - alguns ricos, realmente com condição de sobrevivência. Mas isso gerou também, no Fundo de Participação dos Municípios - já que cada município criado passou a ter agora a garantia de uma cota mínima -, uma redução dessas cotas.

Lembro-me de um telefonema de meu amigo, o Governador Edison Lobão - o Maranhão foi um dos Estados que menos criou municípios -, querendo que eu entrasse com uma ação direta de inconstitucionalidade, porque o Maranhão, pelo fato de ter criado poucos municípios, perdeu receita no Fundo de Participação, e ele estava sendo contestado no Maranhão. Eu disse que, infelizmente, não caberia uma ação direta de inconstitucionalidade, porque esse critério, não colocado na Constituição, transferindo para a legislação e as negociações entre os políticos, levou efetivamente o Maranhão, por ser austero, por não pretender multiplicar estruturas políticas, a perder receita.

De outro lado, um aspecto que me preocupa muito nessa colocação é o que diz respeito àquilo que foi apresentado pelo nobre Deputado, e que deve ser examinado com muita cautela. Quantos municípios recebem transferências e vivem de transferência, porque se negam a exercer a sua competência impositiva? Quantos municípios no Brasil não cobram IPTU, enquanto em São Paulo somos obrigados a gerar essa receita pelo simples fato de que estão asseguradas as transferências municipais? Quantos municípios efetivamente só existem para receber transferências? Esses municípios não devem permanecer.

Em fins de abril, dava uma palestra em Salvador, e dizia um professor, Diretor da Faculdade de Economia, um brilhante economista, que gostaria que Salvador, na verdade, recebesse transferências de um município rico como São Paulo. E eu dei alguns dados (Inaudível) que o Deputado tem: segundo os dados que me foram fornecidos pelo Secretário de Finanças Amir Khair, 99,7% da receita federal de São Paulo vai para outros municípios; só 0,3% fica no Município de São Paulo. E São Paulo tem uma Fortaleza e meia de miséria, num anel de favelados em torno da cidade. Eu dizia: Eu ficaria muito feliz no dia em que São Paulo tivesse a condição de vida que hoje os senhores têm em Salvador, que os senhores têm em Fortaleza, porque São Paulo, como o Rio de Janeiro, por não poder manter parcela dessa receita aplicada na cidade, perdeu consideravelmente em condição de vida.

Esse cidadão americano, que há pouco esteve aqui, quando visitou as favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro, disse: "Os senhores vivem, efetivamente, num vulcão, porque se um dia essas pessoas que vivem em extrema miséria na Cidade de São Paulo - 1,5 milhão a 2 milhões - resolverem invadir a cidade, que transfere 99,7% da receita federal para outros municípios, não há exército capaz de sustentar isso".

Então, temos que pensar numa maneira de resolver isso.

No nosso projeto, que apresentei ao Senador Elcio Alvares, colocamos que pelo menos 50% da receita de cada município deve ficar no município de origem; os outros 50% devem ser transferidos para o bem do Brasil, o que levará, necessariamente, ao fenômeno alemão de compactação de municípios. Os municípios existirão enquanto realmente valermem.

Mais um dado que gostaria de trazer para a reflexão dos senhores: não vejo por que a competência impositiva que os municípios têm, em certos estados, não ser exercida. Se a Constituição colocou IPTU, ISS e os municípios podem viver com o rendimento desses tributos, por que não fazê-lo? Há políticos, em alguns desses municípios, que dizem: "Nós não lançamos IPTU, porque queremos favorecer a população". Eles não lançam IPTU, porque estão assegurados nas transferências, e com isso fazem política a custo daquilo que se arrecadou em outros municípios, que vivem com grandes dificuldades.

Então, uma das idéias seria exigir, na incompetência impositiva, o que chamo de "teoria do poder-dever". A "teoria do poder-dever", que o Senador Elcio

Alvares também, como jurista que é, conhece perfeitamente, é uma faculdade que não pode deixar de ser exercida. Com isso, todos teriam que cobrar e, assim, todos os brasileiros seriam iguais, morando em São Paulo ou morando em qualquer outro lugar. Assim, todos aqueles impostos que dizem respeito à terra, evidentemente teriam que ser pagos e não se poderia fazer política a custa de outros municípios e de outros cidadãos brasileiros.

No nosso projeto, pretendemos compactar. E é um projeto um pouco ousado, porque pretendemos transformar toda a receita tributária numa receita de competência impositiva da Federação. Por que da Federação? Porque a Federação tem o Senado, que a representa, e a Câmara dos Deputados, que representa o povo.

A capacidade arrecadativa - não a competência impositiva -, no nosso projeto, seria compactada para um único imposto sobre a renda, um único imposto sobre circulação de bens e serviços, um único imposto sobre o patrimônio imobiliário e um regime único no comércio exterior. Assim, na categoria dos quinze impostos, compactando para quatro, nós daríamos aos municípios o imposto sobre o patrimônio imobiliário; a circulação de bens e serviços para os estados, que têm uma máquina fiscalizadora maior; e comércio exterior e imposto sobre a renda para a União. Por quê? Porque sendo toda a competência impositiva da União, ninguém poderia deixar de cobrar e o Senado fixaria as alíquotas máximas e mínimas de todos os quatro tributos, porque o Senado seria a Casa da Federação e todos teriam que repassar receita para que ninguém pudesse ser apenas receptor e todos pudessem ser fiscalizados por todos os cidadãos.

Temos, hoje, no Brasil uma carga tributária de 25%. Quando depunha na CPI dirigida pelo eminente Senador Ronan Tito, com o Senador Elcio Alvares, Senador João Calmon, eu dizia que 25% de um PIB representa, sobre o produto privado bruto - se pudessemos analisar esse tipo de categoria -, mais de 50%, porque o Estado, como custo político, na verdade, e custo produtivo, representa mais de 50% do PIB, e como o Estado praticamente não paga tributos, cabe ao setor privado, de certa forma, suportar em quase 50% o PIB.

Isso traria como consequência, o quê? Como disse o Secretário da Receita Federal, de cada cruzeiro arrecadado, um é sonegado. Portanto, se todos cumprissem o pagamento dos 15 impostos, da quase uma vintena de contribuições, da quase uma centena de taxas, o setor privado teria uma carga tributária superior a 110% do que produz, o que, vale dizer, a carga tributária seria absolutamente insuportável. Por quê? Porque a legislação é complexa, não há possibilidade de fiscalização e nós sabemos que há, efetivamente, uma sonegação que, em grande parte, é uma sonegação de sobrevivência; não é uma sonegação de má-fé.

Portanto, parece-me que a simplificação do sistema nos permitiria fortalecer a Federação.

Vou encerrando, porque, infelizmente, também estou com outro compromisso. Tenho ainda uma série de outras idéias e me coloco inteiramente à disposição dos senhores.

Mas parece-me que o fundamental é simplificar o texto constitucional. Tudo que for matéria de legislação ordinária deveria ser deixado para o Congresso.

Impressionou-me nos Estados Unidos, dando uma vez uma conferência, em 1981, numa universidade em Cleveland, quando, no almoço que ofereceram a mim e a uma delegação - nesse dia eu falava sobre Direito Constitucional -, um dos professores apresentou-me seu filho e disse: "O meu filho está com treze anos e ele sabe a Constituição de cor". É uma constituição de sete artigos, que pode ser ensinada no colégio e todos sabem seus direitos. Com uma constituição de 315 artigos, se eu perguntar ao melhor dos constitucionalistas brasileiros se ele conhece a constituição de cor, ele dirá não; e se disser sim, estará mentindo.

Temos que fazer uma constituição que o povo possa, efetivamente, cumprir. Creio que, através do sistema tributário, nós poderemos fazê-lo. Teremos que analisar e, talvez, com esse mecanismo dos 50% de receita tributária, ficando no próprio município, os municípios teriam que se compactar, como aconteceu na Alemanha. E com uma federação menor, certamente nós criaremos uma sociedade maior.

Era o que eu tinha a dizer, e peço mil perdões por ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Concedo a palavra ao empresário José Mindlin.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Gostaria de fazer um registro.

Em 1967, compusemos no Ceará um grupo de empresários que buscava novos caminhos. Optamos por discutir a reformulação do País, o renascimento democrático e queríamos ouvir uma pessoa que pudesse nos inspirar, dar luz no tratamento da questão. Convidamos o Dr. José Mindlin a ir a Fortaleza.

Ele foi lá, conversou conosco sobre a democracia, e pediu que nós, como empresários, trabalhássemos nesse sentido, estimulou-nos a agir.

Quis fazer esse registro porque, realmente, é algo muito peculiar da personalidade do Dr. Mindlin. Apesar desse ar manso e cordato, é um leão.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Antes de conceder a palavra ao empresário José Mindlin, gostaria de registrar a presença de Alexandre da Fonte, que é Diretor da FIEP, de Pernambuco, e que muito nos honra nesta oportunidade.

Concedo, portanto, com muita satisfação, a palavra ao Dr. José Mindlin.

O SR. JOSÉ MINDLIN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, agradeço a referência do Senador Beni Veras. Realmente, foi um episódio muito gratificante em minha vida a oportunidade que tive, em companhia do Cláudio Bardella, de conversar com um grupo de jovens e empresários sobre os problemas nacionais. Tinha começado a falar em abertura na hora em que fechou, em 1968, mas não me colocando numa posição de ser contra o governo militar incondicionalmente. Quando achava que havia coisas a elogiar, eu apoiava; e quando achava que deveria criticar, criticava, mas nunca em termos de interesse pessoal. De modo que consegui manter um relacionamento bastante civilizado, muito cordial com as autoridades militares, apesar de ser nitidamente contra o regime.

Quando fizemos o Documento dos Oito, em São Paulo, pedindo a abertura política, tivemos esse convite e estabeleceu-se um contato que nós honra e orgulha até hoje. Estava achando - e continuo achando - que é uma grande desvantagem falarmos a essa altura, numa reunião como esta, em que praticamente tudo já foi dito - essa é a minha impressão.

Ouvindo a Aspásia e o Gandra, verifiquei que nem tudo tinha sido dito. Mas, agora, depois dos dois, não vejo mesmo muita coisa que se possa acrescentar. Foram duas apresentações extremamente estimulantes.

Gostaria só de responder a uma indagação que o senhor fez sobre se os incentivos devem ser permanentes ou não. A meu ver, eles devem ser temporários e decrescentes. Mas, no momento em que eles são concedidos, eles devem ser concedidos apenas a empreendimentos que possam ser viáveis a médio ou longo prazo, independentemente de incentivos. Isto é uma coisa que deve ser verificada no momento da concessão, porque senão pode ser inviável - a paralisação do incentivo quebra a empresa e se desperdiça todo o esforço feito.

Eu falaria sobre desequilíbrios regionais, quando o Beni me telefonou e disse que já havia publicado o meu nome no Painel de Reforma Constitucional e Federação. Por isso, improvisarei um pouco a exposição que vou fazer, mas que será uma coisa rápida.

Aceitei a sugestão de falar neste Painel, porque, no fundo, os temas são interligados. A reforma constitucional e os desequilíbrios regionais são temas muito relacionados entre si e, quando se fala na questão social, a questão social também abrange não somente as regiões menos favorecidas. Infelizmente, não é um privilégio apenas de algumas regiões. A questão social é um problema que atinge todos no País.

Apreciei o convite e vim com muito prazer, porque uma reunião como esta é um exercício de cidadania, o que é coisa rara no Brasil. Infelizmente falta esse exercício de cidadania na sociedade em geral. Essa iniciativa do Senado proporcionou a todos nós oportunidade de exercermos uma parcela de cidadania.

Na questão do desequilíbrio regional têm acontecido coisas parecidas com as ocorridas em governos recentes em relação à inflação e aos demais problemas que enfrentamos, com a busca de bodes expiatórios e de culpados.

Na realidade não é esse o caminho. O assunto tem de ser tratado sem emocionalismo. Não tenho a menor dúvida de que não existem problemas exclusivamente regionais. Eles são de nós todos. É responsabilidade da sociedade brasileira reduzir os desequilíbrios regionais existentes. Isso é da essência da Federação e da unidade nacional, que queremos preservar. Se admitíssemos que algumas regiões do País devem ter problemas sociais e desequilíbrios, enquanto outras regiões têm condições melhores, estaríamos condenando a unidade nacional a se fragmentar.

Falou-se bastante em separatismo. Gostaria de deixar claro que, para mim, a unidade nacional é um de nossos principais patrimônios e temos de conservá-la. Não devemos aceitar a idéia da fragmentação, sem entrar em detalhes a respeito das vantagens e desvantagens na hipótese de separação parcial.

O que posso dizer, depois de tudo que vi - aprendi bastante com as coisas interessantes que vi -, é que há muitas dificuldades em todo o País e ninguém está bem. Nenhuma região pode gabar-se de estar muito bem em relação a outras que enfrentam grandes problemas.

Acredito que posso trazer uma mensagem de otimismo no futuro. Temos de examinar bem esse problema. Vamos olhar mais especificamente o desequilíbrio do Nordeste e indagar se ele é uma fatalidade histórica, com a qual temos de nos conformar, ou se é algo conjuntural, que pode ser modificado.

Ao analisar a questão social, em que a fome e a seca constituem dois grandes problemas, devemos indagar se a seca é uma fatalidade ecológica irremediável ou não. Eu responderia que nem uma coisa nem outra são fatalidades irremediáveis. Historicamente, o desequilíbrio regional, até meados do século passado, era favorável ao Nordeste. São Paulo estava numa posição menos favorável. O *turning point* ocorreu, creio, quando se verificou que a escravatura ia mesmo ser abolida. Então, São Paulo adotou a solução econômica de promover a imigração, e o Nordeste não se preocupou com esse assunto. Assim, em São Paulo, surgiu a mentalidade empresarial que lhe permitiu enfrentar a transição. Os filhos dos fazendeiros de São Paulo estudavam nos Estados Unidos, na Universidade de Cornell, e adquiriram mentalidade empresarial. Os filhos de muitos fazendeiros do Nordeste, educados na Europa, estudavam Humanidades - o que aprecio muito - e não desenvolveram a mentalidade empresarial.

Com a imigração em São Paulo, as oligarquias paulistas perderam força. No Nordeste, elas se mantiveram por muito mais tempo. A geração do Senador Beni

Veras representa o fim das oligarquias. Há grande esperança de uma mudança completa no tratamento dos problemas do Nordeste.

Esperando não ferir suscetibilidades e analisando a situação pelo lado mais histórico do que qualquer outro, diria que o Sudeste adotou soluções econômicas para seu problema, enquanto o Nordeste adotou soluções políticas. Isso se revelou inviável. Todavia, se mudarmos isso, o Nordeste, que já teve supremacia, poderá voltar a ser uma região perfeitamente desenvolvida.

O próprio Ceará está demonstrando que pode reagir contra uma situação desfavorável, mediante boa administração e esforço e seriedade.

Temos de pensar sobre o assunto. Tenho ouvido falar muito na SUDENE. Tenho a impressão de que há um grande equívoco na SUDENE. Uma agência de desenvolvimento era necessária e tinha importância fundamental para o País. Porém, parece-me que o equívoco ocorreu quando se começou a queimar etapas. O desenvolvimento deveria iniciar-se pela agricultura, passando para a agroindústria e para as indústrias de mão-de-obra intensiva e não de capital intensivo. Assim, o resultado poderia ter sido outro. Sei que estou mexendo em vespeiro, mas essa é uma tese que pode ser largamente discutida, não hoje. Eu teria muito prazer em participar de uma discussão sobre esse tema. Queimar etapas não foi favorável.

Não sei se o Nordeste ainda importa muitos alimentos do Sul; acho que sim. A produção de alimentos para a população do Nordeste seria uma necessidade fundamental. Essas são coisas que podem ser discutidas e acertadas. Não vejo isso como fator de desânimo e de desencorajamento. Sei que a situação está ruim. Há o desequilíbrio regional. Entretanto, a questão social não é privilégio das regiões desfavorecidas. Em São Paulo, ela talvez seja mais aguda do que em outras regiões. Temos, todos, de trabalhar com espírito de brasilidade e procurar soluções de conjunto. Temos condições de resolver isso.

Costumo dizer que o Brasil não é um país lógico, mas funciona. Costumo dizer também que as dificuldades que estamos enfrentando são acidentes de percurso, embora amigos meus digam que é um percurso de acidentes. Continuo a achar que são acidentes de percurso. Não tenho dúvidas quanto ao potencial brasileiro. Temos todos os ingredientes para a retomada do desenvolvimento e temos de trabalhar para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Encerrando o tema "Reforma Constitucional e Federação", vamos ter a grande honra de ouvir a palavra do Prefeito Olavo Setúbal.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, é importante frisar que todo esse debate está sendo gravado. O Senado vai editar, à margem das conclusões do relatório da Comissão, um trabalho, no qual teremos oportunidade de fazer um retrato da inteligência brasileira nas discussões da problemática do desenvolvimento. Portanto, tudo que foi dito aqui, evidentemente patenteados pelos elementos que vão fazer o trabalho, será publicado numa obra que marcará a presença da Câmara dos Deputados e do Senado dentro do espírito da Comissão.

Com muita alegria, encerrando, brilhantemente, esse ciclo de exposições, concedo a palavra ao Dr. Olavo Setúbal.

O SR. OLAVO SETÚBAL - Sr. Presidente, a Constituição brasileira, no art. 1º, reza:

"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios..."

Essa afirmativa vem da primeira Constituição republicana, escrita sob a influência da constituição americana. Entretanto, em termos históricos, o Estado americano nasceu da união de Estados regionais preexistentes, enquanto que o Brasil Colônia era uma unidade administrativa unitária, e mesmo no Império a descentralização foi muito limitada. Na República, apesar de a Constituição ter ampliado os poderes dos Estados, na verdade, isso foi sempre uma ficção jurídica. Ao se tornar efetivo o federalismo brasileiro, faz-se necessária a existência de um mecanismo de poder capaz de corrigir as distorções regionais e de criar condições para resolver desigualdades sociais. Só o Poder Federal pode dispor desse mecanismo. Portanto, para evidenciar um federalismo equilibrado entre as unidades estaduais, é necessário resolver o problema do Estado Nacional. Isso implica extraordinário conjunto de medidas para equilibrar as finanças públicas, modernizar a máquina governamental federal, torná-la mais eficaz, diminuir a influência dos interesses corporativos em prol dos objetivos nacionais de fortalecer mecanismos de equilíbrio regional capaz de corrigir as distorções regionais e as desigualdades sociais.

Entre esses conflitos, sem dúvida, os desequilíbrios econômicos inter-regionais tomam posição central. Embora tenha afligido a Nação durante muito tempo, esse problema tem sido minorado ao longo dos últimos anos. Tabela publicada pelo IBGE mostra claramente a evolução das diversas regiões.

Lerei apenas os dados mais significativos:

No Norte, o produto bruto evoluiu de 2%, em 1975, para 3,5% em 1990; no Nordeste, evoluiu de 11% para 13%; no Sudeste, caiu de 64% para 60%; no Sul, caiu de 17% para 16%; no Centro-Oeste, evoluiu de 4% para 5,5%.

É extremamente interessante verificar que um dos Estados que mais caíram nesse período, Rio de Janeiro, teve uma evolução negativa de 1,15% ao ano, enquanto que o Rio Grande do Sul teve um crescimento de apenas 0,18%. Esses dois

Estados, evidentemente, estão em crise. O separatismo acentua no Rio Grande do Sul, que teve um desenvolvimento econômico muito ruim na década 80/90. O Rio de Janeiro teve crescimento negativo de 1% ao ano, por causa dos dramáticos problemas da Baixada Fluminense, da insegurança, da criminalidade e do tráfico de entorpecentes. Deve-se notar que o Brasil teve uma taxa de crescimento decrescente, de forma dramática, nesses anos. De 1970 a 1975, o PIB per capita no Brasil cresceu 7,42% ao ano; de 1975 a 1980, cresceu de 7,52%; de 1980 a 1985, a famosa década perdida, decresceu 1,5% ao ano e de 1985 a 1990, 0,2% ao ano.

A melhoria da distribuição regional decorreu da criação da SUDENE, da SUDAM, do Ministério do Desenvolvimento Regional e de políticas adotadas pela maioria dos órgãos públicos do Brasil, especialmente pelo BNFI, BNDES e Banco do Brasil, que sempre procuraram investir segundo matriz mais favorável ao desenvolvimento regional do que a matriz de captação de recursos.

A Constituição de 1988 enfraqueceu o poder econômico da União em benefício dos Estados. Portanto, enfraqueceu a capacidade de o Governo Federal atuar diretamente, fazendo transferências voluntárias dentro de um plano de desenvolvimento, com o objetivo de acelerar a diminuição das desigualdades intra-regionais. Infelizmente, essas transferências foram, em grande parte, aplicadas no aumento do número e da remuneração dos funcionalismo dos Estados e, especialmente, dos Municípios.

Isso se reflete claramente na distribuição do PIB entre 1985 e 1990. Apesar de os dados fornecidos por V.Ex.^a serem oriundos de uma projeção e haver aqui a informação de que o IBGE ainda não os publicou, devo informar que em março deste ano o IBGE publicou esses dados. Portanto, verificamos uma situação paradoxal: entre 1985 e 1990, na vigência da Constituição de 1988, foi invertido o processo de melhoria da distribuição regional de renda. Assim, a renda do Norte, que era 4,1%, em 1985, diminuiu para 3,5% em 1990; a renda do Nordeste praticamente ficou igual - 13,6%, contra 13,3%, em 1990; a renda do Sudeste cresceu de novo de 59,1% para 60,9%; a renda do Sul caiu de 17,1% para 16,7% e a renda do Centro-Oeste caiu de 6% para 5,5%.

Portanto, as transferências não tiveram efeito multiplicador do desenvolvimento dos Estados mais pobres nem das regiões menos desenvolvidas, porque elas foram aplicadas de acordo com os interesses locais, especialmente no caso de aumento do funcionalismo público, em número e orçamento. Isso ocorreu em detrimento de planos de interesse para o desenvolvimento nacional.

Por isso, na revisão da Constituição de 1988 devemos enfrentar, com muita clareza, esse processo de aumento das transferências do Governo Federal para os Estados e Municípios sem levar em conta os interesses mais amplos que poderiam ser obtidos por um processo de aumento da receita do Governo Federal.

Evidentemente, diminuir as transferências para Estados e Municípios é processo político extremamente difícil. Todavia, se ele não for executado, é provável que o aumento de melhorias locais, bem como a capacidade de multiplicação da economia nacional e de diminuição das diferenças intra-regionais sejam menores do que se houvesse um programa centralizado, capaz de atuar sobre uma região e não apenas sobre um município ou um lugar específico. Pelo menos há uma indicação de que o aumento das transferências diretamente aos Municípios, com o enfraquecimento da capacidade de o Governo Federal atuar sobre os desequilíbrios, não se concretizou entre 1985 e 1990.

| |

A solução das desigualdades regionais não é, a meu ver, problema básico da Constituição, mas de governo. Os governos, atuando sobre os organismos de que dispõe, poderão atuar sobre esse assunto. Isso, a meu ver, só será obtido se, na revisão da Constituição de 1988, fizermos uma reforma política capaz de fortalecer politicamente o Governo Federal. Precisamos de um Governo Federal com apoio político consistente, até para resolver problemas que conflitem, muitas vezes, com os interesses de uma região em favor de outra.

Portanto, não acredito que a reforma da Constituição de 1988 seja fundamental do ponto de vista econômico. O Deputado José Serra já mostrou que caminhamos muito na linha da transferência das rendas tributárias. Já caminhamos muito numa série de outras medidas de investimento, como o Fundo de Investimento, para as regiões menos desenvolvidas.

Portanto, a meu ver, o ponto fundamental para a reforma da Constituição de 1988 é o fortalecimento político do Governo. O Governo, no Brasil, precisa ser politicamente forte para que possa implementar reformas, transferências e programas eficazes de interesse nacional, não se deixando envolver por uma política de interesses paroquiais, locais. Estes devem mantidos a nível de municípios, talvez, a nível de Estado.

Esse é o comentário que posso fazer nesta ilustre Comissão, que muito me honrou com o convite.

Muito obrigado.

| |

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Encerrado esse ciclo magnífico de exposições, vamos aos comentários dos Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Girão, do Ceará, para iniciar a fase avaliação dos membros da Comissão a respeito dos trabalhos aqui realizados desde às 10h.

O SR. LUIZ GIRÃO - Meu caro Presidente da Comissão, Elcio Alvares, meu caro Senador Beni Veras, Relator desta Comissão, Srs. Parlamentares:

Tenho dito, no meu Estado, que a minha vitória na eleição para Deputado Federal foi a facilidade que não fiz e que esta Comissão tem sido a pós-graduação que também não fiz.

Hoje, aprendi lições que não havia aprendido durante toda a minha vida não. São os conhecimentos novos, trazidos pela Dr^a Aspásia Camargo e pelo Dr. Antônio Kandir, principalmente quando falam sobre a urgente necessidade de se pensar nessa Federação e nas novas relações que iremos ter com o mundo.

Isso já começa a acontecer. O meu Estado do Ceará, depois do MERCOSUL, já tem relações comerciais com a Argentina, que está viabilizando um parque industrial de avicultura, competitivo com outros de caráter internacional.

É importante que se diga, ao se falar em reforma da Constituição, que o problema não é constitucional. A Constituição atual, em seu art. 43, determina:

Art. 43 - Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um número complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Portanto, a Constituição atual é boa, fortalece a Federação, protege uma verdadeira política de desenvolvimento regional. Ela precisa, no entanto, de regulamentação. Muitos dispositivos contidos na Carta garantem a diminuição do desequilíbrio regional. Precisamos de decisão política, de gerenciamento austero, sério, determinado, dos recursos colocados à disposição das regiões menos favorecidas.

Aproveitando a oportunidade da revisão constitucional, poderíamos aperfeiçoar o Fundo Constitucional, que tem sido um instrumento extraordinariamente importante para o desenvolvimento das regiões carentes, principalmente pela brilhante gerência que tem exercido o Banco do Nordeste.

É necessário também que se diga uma verdade: não é apenas o número de nossos representantes a nível federal que faz o desenvolvimento. Precisamos ensinar São Paulo a fazer política para que o paulista possa ensinar o nordestino a negociar, a montar um negócio. Como já dizia o José Mindlin, nossas elites antigas estudavam muito mais a ciência política e a ciência humanitária do que a elite paulista, que praticamente estudava sobre como realizar negócios. Isso tem sido realmente uma grande diferença.

Como disse, há mais de dez anos, o companheiro Oswaldo Coelho, chegou o instante de dar solução ao problema nordestino, sem maiores discussões, sem alimentar polémicas estéreis e posicionamentos doutrinários, que divergem, contestam, explicam, justificam, questionam, mas não resolvem, não decidem e não fazem. O que esta Comissão precisa é mostrar para o País que o desenvolvimento, que os investimentos necessários para a concretização do que falta ainda para o Nordeste, só vem trazer um bem-estar extraordinário para o País como um todo e a manutenção desta Federação.

Precisamos, realmente, de poucos recursos, ainda que poucos recursos, para terminar todas as nossas obras hídricas, principalmente no semi-árido nordestino. Vemos agora, por exemplo, que só o Paraná está gastando 1 milhão de dólares numa ponte, quando, com 1 bilhão de dólares bem aplicados numa região do Nordeste, simplesmente já resolveríamos todo o problema de água. É claro que a solução para o problema da água não resolve todo o problema do Nordeste. O problema do Nordeste é muito mais sério, porque envolve estruturas, condições estruturais, e são necessários vinte ou trinta anos de investimentos pesados.

Quero parabenizar a Confederação Nacional das Indústrias, quando o expositor da FIESP falou que a nossa base é realmente reafirmar a educação fundamental. Quanto a isso, no meu entender, não há mais dúvidas, ninguém tem mais dúvidas de que a educação fundamental tem que ser injetada de recursos extraordinários, principalmente para a Região Nordeste. Temos que fazer um mutirão, como bem se disse aqui, de estadistas, para que possamos, dentro de vinte ou trinta anos, erradicar de vez o analfabetismo na Região Nordeste e no País como um todo, e então a solução para o problema se tornará muito mais fácil. E precisamos, sim, da cooperação de todo o País. E se faz necessário que se mantenham as prerrogativas constitucionais que nos foram dadas em 1988. Que se fortaleçam os incentivos. Até admito que se modifique a estrutura da SUDENE, do FINOR, mas que os recursos remetidos sejam aumentados, em mãos dignas e honestas, para que possamos realmente desenvolver o Nordeste, a partir de investimentos corretos, sérios e determinados.

Este País não pode mais continuar sua existência sem um planejamento estratégico global. Não há mais condições de se governar este País sem o planejamento de médio e longo prazos, sem saber onde investir o dinheiro público. Acho que esta Comissão tem a obrigação de deixar claro que este País precisa ter um planejamento estratégico de médio e longo prazos. Não se admite mais que cada governante que assume o governo modifique aquilo que era prioridade no governo anterior. Temos que fazer um plano plurianual capaz de manter seqüência nos investimentos públicos, para que não sejamos obrigados a conviver com obras paradas, com obras mal-acabadas e com obras que não tiveram o devido retorno para a população como um todo.

Esta é a minha participação, e quero dizer que confio nesta Comissão. O Senador Elcio Alvares disse, com muita razão: "Nunca, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, se fez ou se está fazendo um trabalho tão sério para mudar este País

como este trabalho que está sendo feito nesta Comissão, para diminuir os desequilíbrios regionais."

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Antes de dar prosseguimento, quero fazer uma observação rápida, de ordem técnica. É que nós, desde o primeiro momento, estamos falando na "Comissão do Senado", e, por uma questão de justiça, devo dizer que, na verdade, é uma Comissão Mista - de Senadores e Deputados. O que talvez tenha induzido a um equívoco é que, normalmente, na Comissão Mista, quando o Presidente é do Senado, o Relator geralmente é da Câmara. E, neste caso, o Presidente e o Relator são do Senado. Talvez este tenha sido o fato gerador desse engano. Inclusive, era o ex-Deputado César Maia o Presidente, e se cumpria, então, o que era normal.

Mas, para dar continuidade à apreciação feita pelos Parlamentares, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Deputado Osvaldo Coelho, veterano, valeroso e digno representante do Estado de Pernambuco.

O SR. OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores:

Realmente, peço emprestado os ouvidos de V.Ex^{as} para uma memória que talvez nos ajude a compreender o problema das disparidades regionais do País.

Eu era muito moço, lá com os meus 13 anos, e meu pai, ousadamente, me mandou do Nordeste para ser estudante em São Paulo, no Colégio São Bento. E aí foi um choque enorme, eu não sabia se estava no mesmo país. Daí em diante, curiosidades, para identificar as disparidades.

Hoje, eu queria comentar com os senhores. No Estado de São Paulo, chove uma média de 2 mil milímetros, aqui e acolá chove 1.500 milímetros, as chuvas são regulares. Aqui, os senhores têm solos profundos e a famosa terra roxa, que dava muito café, que o Palheta veio aqui e fez a sua divulgação. Os senhores têm o Tietê, o Rio Pinheiros, o Rio Paraná, o Rio Paranapanema, o Rio Grande, o Estado todo generosamente abençoado pela natureza.

Lá pelos idos de 1808, chegam os primeiros imigrantes. A imigração foi promovida pelo Governo da União e chegaram 1.625 suíços. Eles aqui tinham o direito, para os seus filhos, a professores em duas línguas, a língua deles e a língua do Brasil. Eles tinham direito a 1 franco suíço durante um ano; no segundo ano, meio franco suíço. Eles tinham direito a 200 braças de terra, que são quase 100 hectares. Eles tinham isenção de tributos durante dez anos. E o Governo da União continuou promovendo a imigração. Já em 1920, eram mais de 3 milhões de imigrantes, sendo que, logo depois da 2ª Guerra Mundial, ainda vieram 200 mil imigrantes, de setenta profissões, e todos eles vieram se instalar, graças a Deus, aqui no Sudeste; graças a Deus, aqui em São Paulo.

Então, os senhores tiveram a natureza e os recursos humanos, todos preparados, por alguns séculos, na Europa e também no Oriente. Quando se instalam aqui no Sudeste, especificamente em São Paulo, o Governo Federal resolve promover a instalação das chamadas estatais, e mais de 70 ou 80% das estatais brasileiras estão instaladas aqui, ou na beirada mesmo de São Paulo. Ao lado disso, vem a indústria automobilística, que foi importada com dólar, de 18 ao par, quando o dólar já era 200, e vieram fábricas boas, e vieram sucatas das fábricas, e o Brasil todo batia palmas para isso, porque o importante era a industrialização do Brasil, o importante era que São Paulo crescesse, porque não poderíamos continuar naquele estágio de atraso geral, que eu não chamava nem de desenvolvimento.

Depois, os senhores identificaram as terras roxas para o café, e foram financiados hectares e hectares de café, e depois "desfinanciados", porque foi erradicado, foi plantado e replantado, aquela ciranda doida do café; mas era só em São Paulo, um pouquinho em Minas Gerais e no Paraná e um pouco no Estado do Rio. Havia limites para isso.

Depois, vieram as estatais dos aço planos, todas elas instaladas também por aqui, de onde surgiu a indústria metal-metalúrgica para favorecer esta pátria brasileira aqui do Sul. E, se mais adiante nós formos, vamos ver que uma pesquisadora do BNDES diz o seguinte: O equivalente a 3 bilhões, e 200 milhões de dólares, em 1º de janeiro de 1989, acabaram sendo doados pela União ao setor privado nacional, sendo que, dessa parte, somente 14 para o Nordeste, os outros aqui em São Paulo e na beirada de São Paulo. Mas quem diz isso não sou eu, não; é uma senhora economista da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Sheila Neigbergzen.

Então, São Paulo soube conquistar essas coisas todas, e ainda dizem que São Paulo é ignorante, politicamente. Acho que, em São Paulo, houve papas da política, porque, bendito ou maldito, bendito o político, bendito o Estado que sabe trazer os imigrantes, que sabe trazer as estatais, que sabe plantar e replantar o café, que sabe buscar o dinheiro, que sabe dizer "fica proibida a importação de trator e de automóvel de 1957..." - até Collor, até 90. Mas não é dificultar, não, fica proibido, para que o País todo fosse cativo da indústria paulista.

Mas não estou reclamando disso, não, estou achando isso muito bom. Isso foi muito bom para o Brasil. Agora, não quero acreditar que, depois de tudo isso que encorajou o desenvolvimento de São Paulo e do Sudeste, como encorajou o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, cerca de 600 mil hectares irrigados de arroz, obra realizada no Governo Getúlio Vargas, aqueles diques, aqueles grandes canais, em terras públicas e particulares - coitado do Deputado Inocêncio Oliveira -, isso tudo no

Rio Grande do Sul, para promover o desenvolvimento. Tudo isso foi feito. E aqueles homens eram considerados pioneiros e heróis, e os capitães da indústria automobilística, que se beneficiaram de todos os estímulos, de todas as vantagens de um dólar a 18 cruzeiros, quando o dólar valia duzentos. E foram esses capitães da indústria que promoveram o desenvolvimento do Brasil.

Por terem acontecido todos esses fatos, não queremos acreditar que uma era dessas esteja prescrita para o Nordeste. Imaginem V.Ex^{as} o seguinte: eu venho do Nordeste. V.Ex^{as} sabem que no meu município vizinho choveu este ano 20 milímetros e no outro só 10? Queria que V.Ex^{as} imaginassem se em São Paulo, durante um ano, a natureza se esquecesse de comparecer com a chuva. O que aconteceria? E se a estiagem se prolongasse não por um ano mas por três anos, como entre nós está acontecendo?

O meu apelo é para uma fraternidade. Acho uma pilhéria - e desculpem-me todos os que falaram sobre o tema - essa história de separatismo. Este País é bonito assim mesmo: um crescendo mais, outro crescendo menos. Mas um dia vamos entender que somos patrícios. O interesse é o de que todos cresçam.

Essa discussão nacional é muito oportuna. Não é possível que persista tamanha ignorância a respeito da realidade brasileira. Nós ignoramos a vida dos outros. Dizem que quem leu dez livros e não viajou, não saiu do primeiro. Creio que estamos, a toda hora, cercados dessas pessoas que não viajaram, que não saíram do primeiro. Dão lições de tudo, falam sobre tudo e qualquer assunto. Aqui falaram - os nossos falam até por ingenuidade - dos desvios do dinheiro, da indústria da seca. A que chamaríamos aquele propalado negócio do café? O que acharíamos do negócio da indústria automobilística? Do negócio do Rio Grande do Sul? Acreditamos que foi certo. E ficam com esse clichê velho, antigo, surrado, nos jornais, sobre a indústria da seca. A seca só é anunciada, há mais de dez anos, depois que os órgãos detectam que não choveu efetivamente. E quando os recursos vão para lá são administrados pelos padres, pelos prefeitos, pelos sindicatos rurais, patronais, de trabalhadores, pelas Câmaras de Vereadores. Não tem nada mais que seja tão transparente. Mas V.Ex^{as} aqui cresceram muito e com V.Ex^{as} cresceu a imprensa. A imprensa de São Paulo, que faz a opinião pública brasileira, devia estar a serviço da solidariedade que os nossos patrícios estão a merecer neste instante, não essa imprensa irresponsável, leviana, caluniadora, que não entende de nada e fica pensando em um lapso aqui, outro acolá, e ocupando as páginas de todos os jornais para informar erradamente.

Chegou a hora de acabar com esse rasga-rasga; está na hora de novos rumos, de nova postura. Com que desagrado, com que tristeza vi domingo passado, num programa de televisão, um nordestino saído de Fortaleza num ônibus, um rapaz talvez de 17 anos, bem triste; de vez em quando pegava uma latinha onde trazia farinha, carne, que a mãe havia preparado, comia na hora do almoço, comia na hora do jantar... Uma vida de pobreza, uma vida realmente indigna!

Ao invés de uma grande campanha de solidariedade, de conhecimento dessas fatos, a imprensa vem com aquele clichê: "É indústria da seca!" É muito fácil ficar dizendo que é a indústria da seca, é muito fácil falar dos "coronéis". Meus amigos, os "coronéis" têm que ter outro nome, hoje. Eles substituíram os antigos nomes das sesmarias. O coronelismo já acabou por lá. Se hoje existir, tem outro nome. V.Ex^{as} precisam saber dessas informações.

E aconteceu no Rio Grande do Sul um tal de programa chamado PROCAL. Dizem que fizeram uma coluna de 10 ou 20 centímetros de cal no Rio Grande do Sul, tudo irregular, e tudo isso não é corrupção; foi lapso. Corrupção aconteceu em Floresta do Navio, onde, um dia, um camarada resolveu fazer um desvio, promovido pelo próprio Banco do Brasil, sob sua própria responsabilidade, o chamado "Escândalo da mandioca". Isso é que parece ser o centro da corrupção, que saiu de lá e já chegou ao minuano. Deus me livre, os ventos desses acontecimentos vão daqui para lá. Não achamos certo nem errado, nem cultivamos nada disso.

Agora, queremos nos dar as mãos, para o estudo do nosso problema. Que V.Ex^{as} nos visitem. Não fazer como o homem do livro. Deixem o livro de lado, vamos ver a realidade para podermos ser, realmente, leitores de dez livros.

Quero dizer uma outra coisa para V.Ex^{as}. Acredito muito pouco em reforma constitucional e em tudo isso que estamos fazendo aqui, se não houver fortes investimentos na educação fundamental. Não creio em nada sem esse alicerce.

Tenho o privilégio de ser amigo do Senador João Calmon, que é o que eu chamaria de meu guru, meu orientador. Ele é o autor do art. 212 da Constituição, que diz que 18% da receita resultantes de impostos serão aplicados no ensino. Eu, com seus aplausos, com seu encorajamento, propus, nas disposições transitórias, que metade desses recursos teriam que ser, obrigatoriamente, destinados ao ensino fundamental. Mas devido ao corporativismo deste País, das suas universidades, devido à insensibilidade de quantos são executivos neste País, nunca os 18% - o ensino fundamental receberia 9%, não recebeu sequer 2% - foram aplicados.

Fico satisfeito porque, aqui, como uma só voz, todos falaram do ensino fundamental. Mas não podemos nos restringir a este fórum, a estas quatro paredes. Penso que a Federação das Indústrias tem de fazer disso uma grande bandeira. Mesmo porque, sem alfabetização, não vai haver consumo, não vai haver qualidade de produto, não vai haver qualidade de operário, não vai haver competição, modernidade, não vai haver nada.

Então, meus amigos, não tenho propostas. Prometi a V.Ex^{as} que ia contar uma história já conhecida, revigorar uma memória. Creio o conhecimento das coisas do Nordeste já chegou a um ponto satisfatório e o que é preciso fazer agora é investir, é conversar menos conversa; é estabelecer uma baliza, é estabelecer metas. E estamos nos esquecendo disso e queremos discutir o sexo dos anjos no Nordeste.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Com satisfação, concedemos a palavra ao Senador João de Medeiros Calmon.

O SR. JOÃO CALMON - Nobre Presidente, Senador Elcio Alvares, eminente Relator, Senador Beni Veras, Senador Jonas Pinheiro, demais Parlamentares presentes:

Depois de ouvir atentamente lições inesquecíveis desta reunião, que se deve à visão dos dirigentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, experimentei, em determinados momentos, a sensação de ser um extraterreno.

Ouvi aqui pronunciamentos da mais alta importância, feitos por líderes das nossas classes produtoras, a começar pelo nosso Mário Amato, pelo nosso Mindlin, pelo nosso Olavo Setúbal, por toda essa liderança empresarial da qual todos nós nos orgulhamos; ouvimos também a palavra de Aspásia Camargo, que é uma estrela da cultura do nosso País; o nosso Kandir - receio tentar citar todos e não conseguir.

Mas, com exceção de algumas referências, creio que não focalizamos as causas número um, número dois e número três de toda essa situação brasileira que nos leva ao limiar de uma convulsão social, por isso é que senti essa impressão de ser um extraterreno.

Trouxe este livro que tenho exibido, inutilmente, no Brasil há mais de dez anos, entregando a cada Presidente da República, a cada ministro da Educação que toma posse, e o gesto é inteiramente inútil. É verdade que não é fácil entregar a todos os ministros da Educação, porque, a partir da data da fundação do Ministério da Educação, em 1930, até 1993, passaram por essa Pasta apenas 64 ministros, contando, obviamente, aqueles que exerceram função de ministro em caráter de interinidade. É alta rotatividade.

Se a potência mais importante deste planeta, Estados Unidos da América, fez uma avaliação profunda sobre Educação e chegou a conclusão de que a nação norte-americana estava em perigo, penso que não há a menor dúvida de que a grande prioridade deste País seja também a educação do povo, educação da classe política. Só através dessa prioridade, vamos tirar este País dessa situação extremamente aflitiva que estamos enfrentando. Realmente, o tempo dedicado à Educação foi um pouco reduzido.

O nosso Deputado Osvaldo Coelho, um homem extremamente modesto, apenas passou de relance por uma iniciativa meritória que tomou na Constituinte, que, no entanto, não passa de letra morta.

Fala-se muito no art. 212 da Constituição. Antes falava-se da chamada Emenda Calmon, que restabeleceu a vinculação de um percentual mínimo da receita de impostos federais, estaduais e municipais para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Mas o nosso Osvaldo Coelho decidiu colocar um artigo nas Disposições Transitórias só para ter vigência durante dez anos, a partir de 1988. Letra morta. Ninguém tomou conhecimento ou não levou a sério esse artigo da Constituição. Todavia, Osvaldo Coelho, um bravo nordestino, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação, dirigiu-se à Procuradoria-Geral da República - gentilmente convidou-me para acompanhá-lo -, e o Sr. Aristides Junqueira tomou conhecimento do recurso, declarando que o Orçamento da República viola a Constituição. Poucos dias depois, colocou no papel o seu parecer e fez subir os autos à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Lá o parecer do Dr. Aristides Junqueira encontrou uma montanha de processos que haviam dado entrada na Supremo Corte antes. Decorreram dois ou três anos, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal deu o seguinte despacho: "Como já transcorreu o ano objeto desta representação, archive-se." Nunca será proclamada a inconstitucionalidade do Orçamento. Cada ano aprovamos, embora com grande atraso, um Orçamento que vale pouca coisa, que Orçamento é uma lei meramente autorizativa. O Poder Executivo não é obrigado a cumprir o que nós, no Congresso, elaboramos. É a situação continua dramática.

Não quero falar em salários de professores que ganham a metade, um terço de um salário mínimo, ainda, no interior do Nordeste. Na Bahia, o ex-Governador do Estado, Roberto Santos, declarou que algumas professoras chegam a trabalhar de graça, para receber os benefícios da Previdência Social, enquanto outras trabalham para ganhar meio salário mínimo. Professorinhas chegam a trabalhar ganhando meio salário mínimo para terem os benefícios da Previdência Social; outras trabalham de graça, alimentando a doce esperança de um dia serem incluídas na folha de pagamento.

Esse é o quadro; um quadro dramático. E não é só no Norte, ou no Nordeste. Todos aqui presentes conhecem, pelo menos de nome, um "sol" da educação brasileira, Professora Guiomar Lemos De Melo, que foi Secretária de Educação do ex-Prefeito Mário Covas; ela revelou, na Comissão de Educação do Senado - sob a minha Presidência - que na periferia da Capital de São Paulo - megalópole que é o orgulho de todos nós - havia escolas de 1º grau com três, quatro, e até cinco turnos. As crianças não ficavam na escola mais de uma hora e meia. Esse dado estarrecedor, partindo de uma educadora como Guiomar Melo, obviamente tem que ser levado em consideração.

Comentei, em uma entrevista à Rede Bandeirantes de Rádio - em horário de notívagos - que o nosso Colega Sólton Borges de Melo, uma figura notável, também na luta em favor da educação, tentou contestar esses dados. A Deputada Irma Passoni, em um aparte, disse: "Posso confirmar que essa informação de Guiomar Melo é inteiramente verdadeira, porque fui professora de uma dessas escolinhas". Meus amigos, isso acontece na periferia da megalópole da qual tanto nos orgulhamos.

Portanto, então, esse quadro brasileiro é realmente muito preocupante. Agora há um fato novo: assumiu a pasta da Fazenda o Senador Fernando Henrique Cardoso, que apenas deixou um umbigo lá no Rio de Janeiro, mas considera-se, com toda razão, orgulhosamente, paulista. Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda depois de ter tomado a iniciativa de criar, no Senado Federal, uma comissão parlamentar de inquérito sobre evasão fiscal; foi ele quem tomou essa iniciativa.

Hoje, está na Presidência dessa Comissão o Senador Ronan Tito, que é um dos Parlamentares mais corajosos, mais admiráveis, mais perseverantes da nossa Casa. Ele está levando adiante uma tarefa ingrata, procurando comprovar - e não há dúvida nenhuma, já foram prestados dezenas de depoimentos - que os índices de sonegação de impostos neste País são apenas aterradores, e os sonegadores sempre ficaram e continuam impunes.

Se não resolvermos o problema do pagamento correto dos impostos, não vamos tirar o nosso País dessa crise, uma das mais graves em toda a sua existência. As vezes, me pergunto: - Por que ainda não começou uma convulsão social no Brasil?

Cito sempre o nosso Senador Elcio Alvares, que é o orgulho da vida pública do Brasil e que representa o nosso Estado; ele sabe que isso não ocorre só no Piauí, Maranhão, Bahia, ou em Alagoas. Há coisas aterradoras na área da educação: escolas funcionando - como eu vi, no meu município natal - num açougue. Os pais dos alunos tiravam os quartos de boi pendurados no açougue, levavam para o armazém vizinho e colocavam as carteirinhas para os estudantes sentarem. Revelei isso na televisão. Fiquei traumatizado. A Professora Ana Maria Bernardes telefonou logo para mim: "Senador, V.Exª ficou espantando por isso? Tenho um episódio mais chocante". Disse-me ela que quando era Governador do Espírito Santo o nosso querido Colega, Senador Gerson Camata, recebeu a informação de que uma escola funcionava na capela de um cemitério, na cidade de Muqui. Comunicou o fato ao então Governador, Gerson Camata e ele providenciou logo recursos para tirar aquela escolinha da capela de um cemitério.

A situação da educação no Brasil é apenas calamitosa. Ainda não entraram em colapso as universidades brasileiras, porque não se cumpre o artigo de autoria do Deputado Constituinte Osvaldo Coelho. Se o art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias fosse cumprido - talvez não fosse a solução exequível -, evitávamos esta situação que é extremamente preocupante.

Já abusei bastante da paciência de todos os senhores. Mas, gostaria de lembrar que, se o Brasil não despertar para a extrema gravidade da situação da educação em nosso País, vamos viver momentos de pesadelo. Temos uma das mais injustas distribuições de renda deste País. Se não educarmos o povo e, ao mesmo tempo, não educarmos a classe política, criando ao lado de cada partido, como impõe um artigo da Lei Orgânica dos Partidos que foi introduzido por iniciativa minha, teremos mais cedo ou mais tarde neste País uma convulsão social. Ninguém se iluda sobre isso.

Essa advertência é feita aqui na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que, sem querer fazer aqui nenhum elogio que possa ser considerado exagerado, tem dado demonstrações de ser dotada de um invejável espírito público. A Federação das Indústrias de São Paulo, sob a Presidência de Mário Amato e de tantos outros líderes que tanto honram o capitalismo brasileiro, preocupa-se com esse problema de tal maneira que está promovendo, aqui, neste momento, um debate desta extraordinária importância.

Há poucos dias, viajei para a Índia para participar de um congresso de parlamentos em Nova Délhi. Aproveitei para fazer escalas no Japão, na Coreia do Sul, em Taiwan, em Cingapura antes de chegar a Nova Délhi.

Como é muito tarde, eu não ousaria fazer um relatório sobre o que vi em todos esses lugares e a necessidade de o Brasil despertar para a altíssima prioridade que deve ser dada à educação sob pena de mais cedo ou mais tarde termos de enfrentar uma convulsão social. Vi no Japão, na Coreia do Sul, em Taiwan, em Cingapura, a revolução que está se fazendo na área da educação, deixando de lado preconceitos que ainda existem no Brasil.

Eu temo, e temo sinceramente, que está na hora - espero que não seja tarde - de fazermos uma mobilização geral neste País em favor da educação do povo em todos os níveis e da educação da classe política. Já há um partido político neste País, chama-se Partido dos Trabalhadores, que obteve, legalmente, uma colaboração da então República Oriental da Alemanha e instalou aqui em São Paulo, em Cajamar, o Instituto de Formação Política e Sindical. Depois, conseguiu auxílio, também legalmente, de sindicatos italianos e instalou o Instituto de Formação Sindical e Política no Estado que é tão brilhantemente representado pelo Senador Ronan Tito, estão levando avante, com a bravura que o caracteriza, depois do afastamento temporário do Senador Fernando Henrique Cardoso, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Evasão Fiscal, que tem colhido elementos estardecedores sobre o índice

de sonegação de impostos em nosso País. Como creio, estou profundamente e cada vez mais convencido de que o empresariado brasileiro, com as raras exceções inevitáveis na miserável condição humana a que pertencemos, tem um alto sentido de brasilidade, de patriotismo. Levada adiante esta CPL, e obtendo resultados concretos, vamos mostrar à Nação que realmente essa sonegação é decorrente da pesadíssima carga tributária que incide nos meios de produção neste País. Se não tivermos êxito nessa iniciativa do atual Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, poderemos viver momentos dramáticos em nosso País.

A educação é a base de tudo, a educação do povo, a educação da classe política, a educação da classe empresarial, que, por sinal, tem uma brilhante tradição de líderes, orgulho de todos nós brasileiros.

Perdão, Sr. Presidente Elcio Alvares, por ter me excedido na utilização do tempo, mas o seu capixabismo o levou a esta generosidade.

Fica aqui, portanto, não uma advertência, mas uma palavra de ponderação sobre a necessidade de ser dada a máxima prioridade a esta preocupação: educar o povo, educar a classe política. Na área empresarial, temos algumas das figuras mais notáveis deste País, dotadas de espírito público invejável, e creio que contaremos sempre com a colaboração da liderança empresarial não apenas de São Paulo, orgulho de todos nós, mas também das demais Unidades da Federação. Porque ou resolveremos esse problema da educação, em todos os níveis, ou ninguém poderá evitar, mais cedo ou mais tarde, uma convulsão social no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Encerrando os comentários dos Parlamentares que integram a Comissão Mista, da Câmara dos Deputados e do Senado, para estudar o Desequilíbrio Inter Regional Brasileiro, ouviremos a palavra do Senador Jonas Pinheiro, do Amapá.

O SR. JONAS PINHEIRO - Serei breve.

Não comentarei mais os temas aqui apresentados, porque já o foram de maneira que até excedeu o que mais e melhor pudéssemos imaginar.

Faço uma referência ao que vemos hoje aqui, e que me impressiona formidavelmente, a presença de pessoas da maior importância para a vida econômica do País; homens ocupadíssimos que dedicam o dia inteiro à discussão de problemas que afligem nosso País. Isso é extraordinário porque não é mister dos senhores. A Comissão está fazendo o seu trabalho, esse é o nosso mister. Fazemos isso por obrigação e os senhores o fazem voluntariamente, por brasilidade, por consciência cívica.

É essa impressão que recolho desse encontro, e saio daqui muito satisfeito com essa convivência, honrado mesmo com as grandes lições que aqui aprendemos, que ouvimos. Alguns não puderam dedicar o seu dia inteiro, mas a presença de qualquer um dos senhores, durante uma hora, já foi extremamente gratificante.

Presto essa homenagem aos senhores afirmando que comungo com o pensamento do Dr. José Maria Midlin. Temos tudo para, o mais rapidamente, sairmos da crise.

Um ano na vida de uma pessoa pode até operar transformações, mudanças, ser muito significativo, mas na vida de uma nação nem tanto. O futuro de uma nação não pode ser resolvido em um ano, mais em muitos. Estamos resolvendo isso com muita celeridade. Estamos debatendo os problemas; nunca tínhamos pensado no impeachment. A maturidade política está vindo a galope e tenho a certeza de que aquela lacuna, criada pela revolução, rapidamente será preenchida, e teremos de novo um Congresso rico de homens e mulheres valorosos, dedicados a seu mister: o trabalho pela melhoria da qualidade de vida da Nação brasileira, pelo desenvolvimento político, social e econômico do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PINHEIRO LANDIM - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - V.Ex.^a tem a palavra.

O SR. PINHEIRO LANDIM - Na hora em que falei, esqueci-me de um detalhe. Peço aos que aqui se encontram, que comprem o jornal O Estado de S. Paulo, e leiam, à página dois, uma reportagem - que muito me surpreendeu - sobre a seca.

Fiquei um pouco atordoado depois de ler esse artigo. Sou Relator-Geral da Comissão da Seca na Câmara dos Deputados e da Lei de Imprensa. Fiquei sem saber como enfrentar os dois problemas, porque um é totalmente conflitante com o outro. Um é o Jornal que dá uma opinião totalmente perversa, mentirosa, incoerente, quando sei que o problema da seca é muito mais sério do que aquilo que o Jornal escreve.

O que foi dito aqui com relação à posição da imprensa é um problema muito sério que precisamos discutir no Estado de São Paulo.

Convido os senhores aqui presentes, uma vez que desejo fazer uma reunião como Relator da Lei de Imprensa, aqui em São Paulo, e não quero discutir o problema só com a imprensa, quero discuti-lo com os homens de responsabilidade deste Estado e deste País. O assunto é muito sério, e teremos de enfrentar alguns problemas para mudar esse estado de coisas.

Não posso deixar de dar minha posição totalmente contrária a do Dr. Ives Gandra, com relação ao problema da proposta dos impostos federais, de serem mantidos os 50% nos municípios. Isso significa a continuação de um sistema tributário

muito mais perverso do que o existente. Porque só há imposto federal onde existe riqueza.

Precisamos aprofundar o estudo do problema da desigualdade regional, discutir com o Professor para que S.S.^a sinta que o quadro não mudará, pelo contrário, vai piorar com a tese que defende.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - O comentário final sempre pertence ao Relator da Comissão, Senador Beni Veras, a quem concedo a palavra.

O SR. MÁRIO AMATO - Sr. Presidente, poderia usar brevemente da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Pois não, V.S.^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO AMATO - Estou realmente muito satisfeito por estar aqui presente.

Gostaria de lembrar Raymond Barre que, quando fez uma palestra aqui era candidato à presidência na França, disse: "Quando a situação social se agrava, o empresário, até por uma questão de sobrevivência, precisa tomar conhecimento e, seja qual for o governo, providenciar para que seja atenuado e melhorado".

Entendo que é a consciência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - hoje sou da Confederação Nacional da Indústria e não da Federação, que está aqui muito bem representada pelo Max Schrappe - e o meu Presidente Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que aqui esteve, está dirigindo a casa no mesmo sentido, de uma harmonia entre capital e trabalho.

Ao invés de ficarmos debulhando com rosário, contra estados em que há tantas fadas como cá, se pudéssemos realmente educar. Sou um profundo admirador do Senador João Calmon, S.Ex.^a sabe disso, procuramos, em vão, fazer aquilo que o passarinho quis ao tentar apagar o incêndio de uma floresta colocando gotas de água com seu bico, mas vamos continuar com as gotas de água.

Se houvesse um ato de contrição, esquecendo o passado e trabalhando para o futuro, porque se ficarmos atirando pedras nesta ou naquela posição, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, da seca, não chegaremos a coisa alguma. Só a parte passional e emocional farão com que se deteriore aquilo que é mais importante e o Brasil precisa.

Por isso é que, num ato de contrição, faria um apelo, que descarreguemos armas, desarmemos os espíritos, e façamos algo para o futuro, que talvez nasça nesta reunião.

O SR. ROBERTO PARANHOS - Havia solicitado a palavra, há algum tempo, para fazer uma pergunta, mas, pela hora, não há tempo para uma resposta. Desejo, portanto, fazer algumas observações e sugestões.

Gostaria de comentar com o nosso amigo, Senador João Calmon, que, graças a Deus, o Brasil ainda, até pelas questões de sangue, é unido. O próprio paulista Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tem sua mãe amazônica. Eu mesmo tenho raízes baianas. Somos todos nós, no fundo, integrados e brasileiros.

O que o nosso Presidente Mário Amato acaba de dizer é da maior importância, pelo fato de olharmos para o futuro. Quero destacar que o passado significa uma experiência que não podemos jogar fora.

Também li o trabalho da Comissão, condensado pelo nosso Senador Beni Veras, e reparei alguns pontos.

Não me estenderei porque a hora se faz tarde, mas, em primeiro lugar, gostaria de lembrar o aspecto demográfico salientado pelo nosso Presidente Mário Amato e, depois, pelo Dr. Ermírio de Moraes. Também considero da maior importância, não só na questão do desequilíbrio regional, mas do mundo.

Infelizmente, não há seriedade, por razões que não valem a pena nos estendermos aqui, para discutirmos profundamente esse assunto. Entretanto, já que há a maior importância, como o Senador Beni Veras e alguns presentes bem sabem, tenho presidido ao longo dos últimos oito anos uma associação dos que investem na região, buscando oportunidade, uma coisa importante, mas sempre atraídos para mimorar o desequilíbrio regional. Tenho participado do Conselho da ABIP, outra entidade que atua igualmente quer no Nordeste, quer no Norte. E temos tido muito mais proximidade com o sistema e com esse desequilíbrio. Não bastasse a minha profissional, tenho participado muito mais, ao longo dos anos, das áreas comerciais das empresas onde tenho estado, ainda estou ligado aos seus conselhos, empresas que investem nessas regiões, como a BRASMOTOR. Hoje até me orgulho; apesar do tiroteio de Manaus, a BRASMOTOR está executando dois novos projetos. Quem os levou para lá fui eu, porque acreditava que a vocação estaria lá, e o primeiro projeto era uma questão de vocação.

Dito isso, considero que o aspecto do desequilíbrio regional, lembrado pelo próprio Senador João Calmon quando falou da educação, e qualquer outro aspecto que o Estado tem que oferecer, se não for discutida realmente com seriedade a questão de natalidade, não digo o controle ou não, mas a questão deve ser discutida ou nunca teremos recursos para atenuar esses desequilíbrios.

Por outro lado, a oportunidade de discussão nesta Casa é importante, muito embora muitos dos companheiros às vezes não dão essa importância, alguns que enxergam a oportunidade de investir em outras regiões pelo Brasil afora. As correntes migratórias vêm para o Sul ou Sudeste. Os ricos gráficos e dados estatísticos, distribuídos no início da reunião, não apresentam de maneira direta, mas indireta ou

subliminar o índice de mortalidade infantil, muito maior no Norte e Nordeste. É claro que há correlação com subnutrição e dificuldades, mas também porque lá existe o maior índice de natalidade do País.

É da maior importância essa discussão, porque, ao mesmo tempo, como o Vicentinho colocou pela manhã, a nossa mão-de-obra em São Paulo hoje, graças Deus, em grande parte é constituída de nordestinos que souberam ajudar a desenvolver a riqueza. São eles mesmos e seus próprios filhos que hoje, às vezes, voltam-se contra a migração para o Sudeste, por uma mera questão, já aqui discutida, da pobreza, da recessão. Se falta emprego, quanto mais gente vier, mais pessoas serão marginalizadas nesses centros.

Não haverá dinheiro, esforço, nada que se possa fazer para resolver problema de educação e tudo o mais que foi discutido, se não fizermos uma análise da questão demográfica e da natalidade. Até a questão ambiental, tão séria, e que o mundo esperava tivesse sido discutida no Rio de Janeiro, não foi com a profundidade que se deseja.

Faço uma sugestão concreta, que ficou nas entrelinhas do Antônio Ermírio de Moraes, nessas estatísticas, que sejam feitas análises regionais, ou até por Estado, como existe aqui com a população de indigentes. Existe até o número de indigentes por Estados. Por que não se ter também o da natalidade? A meu ver, de acordo com o que foi dito aqui e que todos sabemos, ajudaria, em termos numéricos, para termos uma visão correta do índice de natalidade em cada Estado, em cada região. Isso para se ter, de fato, um plano estratégico, um plano de desenvolvimento regional para conduzir a Educação em nosso País. Essa a sugestão concreta.

A outra questão que observo, é que, nesta convivência, ao longo desses anos, vejo com profunda preocupação os modelos de incentivo fiscal. A Associação de Empresários da Amazônia trouxe o Senador Mansueto de Lavoura, com sua sensibilidade, para uma audiência pública aqui em São Paulo para avaliação do modelo de incentivos fiscais. Hoje, há uma proposta de lei; no entanto, ela não só passa pelo aspecto do separatismo do Brasil como também por qualquer outro tema regional, por um espírito emocional muito intenso. Seria necessário fazer um profundo esforço para separar as coisas; é natural que isso esteja acontecendo, mas temos que fazer esse esforço. Ocorre que vemos até governadores e políticos dizerem que se deve acabar completamente com o nosso sistema de incentivo fiscal. No trabalho desta Comissão, a não ser sugestões macrocorretas - mesmo hoje, aqui, falando o próprio Deputado José Serra - não vi ninguém oferecer uma alternativa concreta para o dia-a-dia que vivemos.

A sugestão que eu desejaria trazer para esta Comissão, para o Nordeste, é no sentido de que todos devemos olhar o fato de que se deve fazer algo nessa discussão - o que é comum - para não matarmos o que está em franco desenvolvimento.

Quando a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, então assessora do Secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, na gestão do Ministro João Sayad, participou de uma Comissão de Incentivos Fiscais, ficou notório que os melhores projetos foram aqueles que tinham os próprios donos ou os sócios investindo. A ex-Ministra da Economia, agora, quando lá esteve, também, ressaltou - apesar de ter praticamente falido muitos dos projetos em muitas regiões - que também foi uma atitude intempestiva. De um lado, pode-se discutir, porém, que se dê uma alternativa para os que estão convivendo no meio do caminho. Muitos foram embora; foi-se até a parte agrícola para uma pressão urbana. Mas o importante é que ali ficou ressaltado que os projetos de incentivos fiscais, seja só com isenção ou com o FINAM e FINOR, em que atuam os próprios donos, foram os melhores.

Neste ano, vamos estar com a comissão em que V.Ex.s atuam, discutindo a questão do desenvolvimento regional. Isto passa juntamente com a comissão do Senador Mansueto de Lavoura, tendo como Relator o Deputado José Múcio Monteiro, para uma nova proposta de lei do incentivo fiscal. Que não se faça realmente de forma atropelada, emocional e intempestiva, uma mudança abrupta. Ontem, eu falava a respeito de não jogarmos fora, no caso - se não me falha a memória - 31 anos da experiência adquirida da SUDENE para o Nordeste; no caso do Norte, da Amazônia a SUFRAMA e a SUDAM, com 26 anos de experiência em desenvolvimento regional. Foi custoso, levou tempo; foi por meio de tentativas e de erros que conseguimos muitas vocações em diferentes regiões. A nossa própria associação fez um trabalho sobre os pólos. Alegou-se que deveria ser uma questão mais amazônica, pólos mais consolidados.

Chamo a atenção para que, em primeiro lugar, se consolide uma política, uma visão no sentido de que principalmente os projetos que estão hoje vivos, em andamento, mais uma vez, nessa discussão, não venham a ser levados à falência.

Quanto ao modelo existente, chamo a atenção de que esta seria a coisa mais importante que esta comissão poderia também fazer no quadro do aspecto de incentivos e recursos, trazendo outra vez à baila a conversão de dívida. Ainda que se fale tanto na questão inflacionária, mas que se dê realmente uma solução, talvez, para minorar aquilo que o Nordeste e a SUDAM apresentam; no caso da SUDENE levar-se-iam, talvez, 12 anos ou mais para poder, se não aprovarem mais projetos, pôr em dia os projetos já existentes; no caso da SUDAM, 8 anos.

No que diz respeito a essa questão, caberia outro apelo, o de não deixar aprovar projetos do art. 5º. Não me vou estender acerca desse assunto. Talvez, só garantir projetos do art. 9º, que são os que asseguram o recurso até que se tenha um

novo quadro e um novo modelo. Nesse meio tempo - é uma sugestão que faço a esta Comissão - exigir-se-ia que fosse feito, ou então contratasse - estamos à disposição, e acredito que a FIESP também estaria - fosse feito um estudo do balanço. Temos economistas, empresas competentes. A SUDENE e a SUFRAMA também os têm; a SUDAM não se tem atualizado, porém, gerou tantos empregos. Qual a receita que isto gera? O importante é um balanço para que, nessa análise da discussão, tanto do desenvolvimento regional quanto da Lei de Incentivos Fiscais, esta emocionalidade seja em grande parte diminuída se tivéssemos esse balanço correto. E não é difícil fazê-lo. O mais importante é que ele tenha uma fonte com credibilidade, sem questionamento. A SUDENE tem dados competentes, como volto a dizer, mas alguns duvidam e dizem: "não, mas é do interesse dela afirmar que são esses os números". Então que venha alguém, uma empresa como a Trevisan, por exemplo, ou um auditor, e faça esse trabalho.

Por último, quero observar que a proposta da própria Comissão de criar um novo órgão, uma nova entidade, eu a considero um desperdício. Perdoem-me por dizer isso, já temos os instrumentos e os órgãos necessários para realizar essas tarefas.

O modelo BNDES foi, ao longo dos anos, um modelo que sempre defendemos. Forçamos a vinda da CVM, para que de fato o mercado tivesse transparência, para que houvesse credibilidade do sistema de incentivo fiscal. Hoje, para o pequeno e para o microempresário isto é uma penalização bárbara. Estamos agora tentando minorar esse aspecto.

O importante é que haja a credibilidade. E isso é muito fácil de se obter com um modelo exatamente igual ao do BNDES, ou seja, com auditorias externas, fiscalizações externas e principalmente com a aprovação dos projetos; projetos que mereçam credibilidade, que tenham seriedade.

O fundamental é que os senhores peçam, exijam um balanço para que de fato tanto o Norte quanto o Nordeste mostrem o que houve ao longo desses anos. E, tenho certeza, foi um balanço positivo.

Por último, espero que haja a exigência no sentido de que o Governo zele pela credibilidade - já que o próprio governo também deseja que o modelo possa existir - respeitando as leis. Espero, também, que a Receita Federal e o Tesouro observem a correção monetária quando repassarem os incentivos fiscais; que inclusive forneçam os dados que não estão disponíveis - o Senador Mansueto de Lavor fez um ofício solicitando os dados da Receita Federal, e estes não foram fornecidos -, para que, então, tenhamos uma visão correta, exata da situação dos incentivos no País.

Em nome do mercado de capitais - está aqui a nossa FEBRABAN - devo registrar, também, que há dois anos não se cumpre o repasse dos certificados de investimentos de ações.

Se estamos discutindo um modelo de desenvolvimento regional - e eu não acredito que seja possível discutir esse assunto sem de fato haver algum tipo de renúncia fiscal ou estímulo de incentivos tributários -, o modelo atual tem que ter alguma seriedade e algum respeito.

São essas as observações que desejava fazer. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Agradecemos a intervenção do Dr. Roberto Paranhos do Rio Branco, Diretor da FERRONORTE - FERRO-LIGAS NORTE DE MINAS S.A.

Com a palavra o Senador Beni Veras para o comentário final da parte referente à Comissão Mista constituída por Deputados e Senadores.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Senhores, ao iniciar estas palavras quero, de uma maneira muito especial, agradecer à Federação das Indústrias; aos senhores empresários de São Paulo, que aqui estiveram com tanta boa vontade; aos convidados; aos nossos amigos Parlamentares, todos, enfim, pela boa vontade de estarem conosco até esta hora.

Tivemos a intenção, aqui, de ampliar a base de conhecimento sobre a qual estamos elaborando este relatório. Era fundamental conhecer o que pensava a inteligência de São Paulo a respeito dos problemas que foram colocados.

Realmente, a reunião foi extremamente rica e deveremos tirar daqui tudo o que pudermos no sentido de encontrarmos uma forma adequada de encaminhar esse problema.

Temos a certeza de que todos nós desejamos a mesma coisa: chegarmos a um resultado que ajude o País a melhorar.

A prosperidade de São Paulo, seu progresso, convém a toda a Nação. A Nação não estará bem se São Paulo estiver mal. Convém a nós que São Paulo esteja bem e, assim, poderemos juntos encontrar os melhores caminhos para o País inteiro.

Creio que isso é evidente e aqui ficou mais do que comprovada essa realidade.

Muito obrigado a todos os senhores e até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Concedo a palavra ao Dr. Max Schrappe, vice-Presidente da FIESP, que aqui está representando o atual Presidente.

O SR. MAX SCHRAPPE - Eu queria justificar a ausência do presidente, que teve que comparecer a outras reuniões, inclusive na segunda-feira. Por esse motivo, ele não pôde estar aqui.

A FIESP-CIESP se orgulha pela realização deste evento se coloca à disposição de todos, como o fez nesta audiência pública, tantas vezes quanto for solicitada.

Senador Elcio Alvares, Senador Beni Veras, Srs. Senadores, Deputados, Governadores e Prefeitos, aqui presentes, Srs. palestrantes;

A Casa agradece a cooperação neste debate, que sem dúvida traz a oportunidade do exercício da democracia, da qual fazemos parte e temos obrigação de participar.

Com isso, gostaria de agradecer e convidar a todos para um coquetel que está-se realizando no décimo-sexto andar, em comemoração ao Dia da Indústria, 25 de maio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Antes de encerrar, peço aos Srs. Deputados e Senadores que examinem a conveniência da visita ao Governador Luiz Antônio Fleury Filho, visto que alguns Deputados e Senadores já estão com horário marcado.

De uma forma geral, declaro encerrada a audiência pública da Comissão Mista que estuda o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro.

Agradeço ainda a presença de todos que aqui vieram, principalmente Deputados e Senadores que se deslocaram de Brasília até São Paulo.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1993.

Às dez horas e quarenta minutos do dia trinta de junho de mil novecentos e noventa e três, na sala no. 02 (dois) da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os senhores Congressistas - Senadores Francisco Rollemberg, Elcio Alvares, Beni Veras, Magno Bacelar, Esperidião Amin, Nabor Júnior, Gilberto Miranda, Jonas Pinheiro, João Rocha, César Dias, Mário Covas e Aureo Mello, Deputados José Dutra, Pinheiro Landim, Wilson Cunha, Paulo Delgado, Euler Ribeiro, Átila Lins, Beth Azize, Pauderney Avelino e Ricardo Moraes. Deixam de comparecer por motivos justificados, os demais membros. Declara aberta a reunião o senhor Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, comunicando o objetivo da mesma debate sobre a "Zona Franca de Manaus". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Relator, Senador Beni Veras. De posse da palavra, o senhor Relator cumprimenta todos os senhores presentes e comunica que por motivo de Audiência com o Excelentíssimo senhor Presidente da República, para tratar da Política Salarial, terá que ausentar-se retornando logo que possível. Em seguida, o senhor Presidente comunica que irá ausentar-se, por ter também que comparecer a Audiência na Presidência da República, convidando o senhor Senador Nabor Júnior para assumir a Presidência. Ato contínuo, o senhor Presidente Senador Nabor Júnior, passa a palavra ao senhor Deputado José Dutra. De posse da palavra, o senhor Deputado José Dutra solicita ao senhor Presidente que faça uma pausa na reunião, retornando no período da tarde. Em seguida, o senhor Presidente comunica que de acordo com entendimento mantido com o senhor Relator e diante da solicitação do senhor Deputado José Dutra, fará uma pausa na reunião, retornando às quatorze horas. Às quatorze horas e quarenta minutos, a convite do senhor Relator, assume a Presidência da Comissão o senhor Senador Gilberto Miranda, declarando reaberta a reunião e convidando os senhores - General Luciano Phaelante Casales (Representante do Ministro do Exército e EMFA) e Dr. José Alves da Fonseca (Representante da Receita Federal), para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Presidente convida o senhor Senador Nabor Júnior para assumir a Presidência e passa a palavra ao Dr. José Alves da Fonseca. De posse da palavra, o Dr. José Alves da Fonseca fala sobre a "Reforma Fiscal e a Zona Franca de Manaus", tendo a ajuda do Dr. Raimundo Elói de Carvalho (Técnico da Receita Federal). Em seguida, o senhor Presidente Senador Nabor Júnior, passa a palavra ao Dr. Nelson Cavalcante Braga (Secretário Executivo do Conselho Nacional das ZPE). De posse da palavra, o Dr. Nelson Cavalcante Braga fala sobre "A Harmonização das Zonas Francas em Operação no Mercosul". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Frederico Andrade (Superintendente da SUDAM). De posse da palavra, o Dr. Frederico Andrade fala sobre "A Zona Franca de Manaus e a Política de Desenvolvimento da Amazônia". Em seguida, o senhor Presidente convida o senhor Senador Gilberto Miranda para assumir a Presidência e passa a palavra ao senhor Deputado José Serra. De posse da palavra, o senhor

Deputado José Serro fala sobre "Os Problemas da Zona Franca de Manaus". Em seguida, o senhor Presidente Senador Gilberto Miranda, passa a palavra ao General Luciano Phaelante Casales. De posse da palavra, o senhor General Luciano Phaelante Casales fala sobre "A Zona Franca de Manaus e a Ocupação da Amazônia". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Flávio Lira (Técnico do PEA). De posse da palavra, o Dr. Flávio Lira fala sobre "A Zona Franca de Manaus". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Nelson Freire (Presidente da ABINEE). De posse da palavra, o senhor Nelson Freire fala sobre "O Futuro da Zona Franca de Manaus na Perspectiva do Setor Privado". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Célio Freitas Batalha (Vice-Presidente da ANFAVEA). De posse da palavra, Dr. Célio Freitas Batalha fala sobre "O Futuro da Zona Franca de Manaus na Perspectiva do Setor Privado". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Manoel Rodrigues (Superintendente do SUFRAMA). De posse da palavra, o Dr. Manoel Rodrigues fala sobre "Situação Atual e as Perspectivas da Zona Franca de Manaus". Durante as exposições, usaram da palavra os senhores: Manoel Rodrigues, Senador Beni Veras, Flávio Dutra (Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Deputados José Dutra, Beth Azize, Pauderney Avelino e Ricardo Moraes, Senador Gilberto Miranda, Nelson Azevedo (Moto Honda) e Nelson Freire. Em seguida, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores Congressistas, Expositores e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Pintas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


SENADOR NABOR JÚNIOR

ANEXO A ATA DA 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO : SENADOR ÉLCIO ALVARES
RELATOR : SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Declaro aberta mais uma reunião da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro.

Conforme os eminentes colegas da comissão e os presentes sabem, este trabalho está prestes a ser concluído, o qual tem tido no Senador Beni Veras um notável Relator, dando a esta comissão uma dinâmica que, em mais de um ano de trabalho, em várias audiências públicas no Brasil, conseguiu fazer um levantamento que consideramos da mais alta importância, não só para o Senado da República, mas também para todos aqueles que querem um planejamento integrado no Brasil.

A reunião de hoje, última do ciclo das reuniões que realizamos, objetiva discutir, evidentemente, a Zona Franca de Manaus, com todos seus problemas e apreensões. Esse é o debate que nos propusemos a fazer a partir deste instante. Portanto, está aberta a reunião da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro, especificamente sobre o tema Zona Franca de Manaus.

Quero registrar, também, a presença do General de Divisão Luciano Casalis, Vice-Chefe do EMFA, que tem quarenta anos de serviço na ativa e é a primeira vez que comparece, para nossa honra, ao Congresso Nacional, exatamente para participar de um debate desta monta.

Registro, com satisfação, a presença do Senador Gilberto Miranda, a nossa direita, representando o Amazonas, e do Senador Nabor Júnior, representante do Acre, que são figuras expressivas da sua região.

Quero assinalar também a presença dos ilustres representantes federais do Amazonas, do Acre e do Amapá, que se encontram aqui presentes.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Beni Veras, nosso Relator, para dar início aos trabalhos sobre a Zona Franca de Manaus.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Senador Elcio Alvares, Presidente da Comissão para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro; Srs. Parlamentares; General Luciano Casalis; Senador Gilberto Miranda; Senador Jonas Pinheiro; Senador Esperidião Amin; Sr. Presidente da SUDAM, Dr. Frederico Alberto de Andrade; Sr. Presidente do Banco da Amazônia; demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores:

Fizemos, no andamento dos trabalhos desta comissão, um levantamento a respeito da situação das várias regiões do País. Estivemos no Amazonas e realizamos uma audiência pública em Manaus, o que nos deu condições de nos identificarmos com os problemas da região.

No entanto, ficou uma lacuna, pois não foi examinado em profundidade o problema da Zona Franca de Manaus. Acharmos que a questão não foi discutida suficientemente, em termos aprofundados, de tal forma que pudéssemos conhecer bem a adequação da Zona Franca, para a solução dos problemas da Amazônia, e do que se apresenta, em termos de esforço do País, para o desenvolvimento da Região. Se esse é o esforço correto, certo, se está rendendo os resultados esperados; enfim, há muitos questionamentos a esse respeito.

Para que os fatos não ficassem subentendidos, convidamos pessoas da Região, responsáveis por áreas importantes, de tal maneira que pudéssemos conhecer melhor o problema. Gostaríamos de obter informações que nos ajudassem a conhecer a adequação da Zona Franca, a sua contribuição para o desenvolvimento da Amazônia e do País, se essa é a forma mais adequada para abordar o problema daquela Região. Enfim, todos esses questionamentos. A reunião tem esse sentido e os convidados correspondem a esse objetivo.

Houve um fato superveniente. Fomos convidados para uma reunião no Palácio do Governo, eu e os Senadores Elcio Alvares, Esperidião Amin e Jonas Pinheiro, para tratar da política salarial, agora, às 11 h. Permanecerá aqui o Senador Nabor Júnior. Voltaremos logo que termine a reunião.

Houve, também, uma alteração no programa, pois o Deputado José Serra, que deveria falar hoje pela manhã, falará às 16 horas.

Iniciaremos a reunião convidando o Presidente da Zona Franca de Manaus, Dr. Manuel Rodrigues, a fazer sua exposição.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Estou de posse de um temário com os respectivos expositores. Gostaria de saber o que nele está mantido para que eu possa nortear minha ação, uma vez que tenho a Presidência da Comissão de Justiça, lá na Câmara. Gostaria de saber, exatamente, se está mantido esse temário, as disposições, os horários, para que eu possa nortear o meu tempo.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Há algumas alterações. Por exemplo: achamos que, depois de elaborado o roteiro, o Dr. Manuel deveria ser o primeiro a falar, em virtude de ser o que tem a visão mais próxima da Zona Franca de Manaus. O resto seria mantido. O Dr. José Serra passaria para as 16 horas.

O SR. JOSÉ DUTRA - Então o primeiro expositor é o Superintendente da SUFRAMA?

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Exato. Depois voltaremos à ordem.

O SR. JOSÉ DUTRA - O Dr. Osires Pontes está confirmado, o Dr. Antônio Sérgio está viajando...

O SR. RELATOR (Beni Veras) - O Dr. José Alves da Fonseca está representando aqui o Dr. Osires Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - A única alteração é, portanto, a inversão do Dr. Manuel Rodrigues, cuja exposição estava prevista para às 15h45min. Então ele falará em primeiro lugar, ocupando o espaço deixado momentaneamente pelo Deputado José Serra, que falará às 16 horas.

Concedo a palavra ao Dr. Manuel Rodrigues.

Convido o nobre Senador Nabor Júnior para assumir a Presidência, tendo em vista que agora temos um compromisso na Presidência da República.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Voltaremos tão logo que possamos, talvez em uma hora, uma hora e meia.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra V.Exª.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de registrar, por princípio, o enorme interesse que especialmente o Senador Beni Veras vem demonstrando, no sentido de que sejam discutidas, debatidas, encontradas as soluções para os problemas mais graves, as aflições mais sentidas por que passam as regiões do nosso País.

Mas, apesar do esforço e do interesse do Senador Beni Veras, do Presidente da comissão, do nosso Senador Nabor Júnior, parece-me que o objetivo desta reunião de hoje não irá ser cumprido, meu caro Senador. O que objetiva a comissão? Exatamente informar aos membros desta comissão, isto é, Deputados e Senadores, a real situação da Zona Franca de Manaus, que vem sofrendo terríveis acusações, enorme oposição, dentro do contexto brasileiro.

Estou de posse, por exemplo, de uma manifestação do meu ilustre colega, Deputado José Serra, feita em São Paulo, na última reunião, quando faz uma afirmação que não se ajusta, não se casa com a verdade, quando diz, por exemplo, que a SUFRAMA foi criada com a finalidade de desenvolver pólo exportador. Isso não está escrito em lugar nenhum. Na exposição de motivos feita pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco ao Congresso Nacional, em 1967, não está escrito isso.

Meu caro Presidente, na minha visão, é preciso que haja efetivamente uma fluência de Parlamentares, para que possam se identificar a respeito da Zona Franca, na linha que irá ser colocada pelo seu Superintendente, o Dr. Manuel Rodrigues.

Sr. Presidente, em face disso, eu propunha que suspendêssemos essa reunião, convocássemos para um horário posterior o seu início, chamássemos os companheiros, Deputados e Senadores, para que ela tenha a repercussão que, tenho certeza, o Senador Beni Veras imaginou, para informar a todos os membros desta comissão o que significa, na verdade, a Zona Franca de Manaus para o contexto da economia brasileira, para o contexto da segurança deste País, lá no Norte. Porque, graças à Zona Franca de Manaus, estamos ocupando aquela região e, portanto, promovendo a defesa da nossa segurança.

Sr. Presidente, esta é uma proposição que levanto, porque me parece que não se cumprirá a finalidade desta reunião com apenas dois ou três Parlamentares, todos eles vinculados à Zona de Manaus. O que nós queremos é transmitir para os demais membros desta comissão o que significa para o País, para o Amazonas e para a Amazônia a Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - De acordo com entendimento mantido com o Relator desta comissão, Senador Beni Veras, e diante da solicitação formulada pelo Deputado José Dutra, vamos, então, transferir esta reunião do período da manhã, para que tenha início às 14 horas. Isso em virtude da reunião que será realizada logo mais, no Palácio do Planalto, com a presença das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

O Presidente da comissão, Senador Elcio Alves, teve que se ausentar para participar dessa reunião. O Senador Beni Veras também vai participar da reunião no Palácio e, conseqüentemente, esta reunião vai ficar esvaziada.

O Deputado José Dutra tem inteira razão. Vamos, então, transferir a reunião para as 14 horas e, nesse ínterim, iremos fazer contato com todos os membros da comissão para que compareçam aqui, a fim de termos o número necessário para ouvirmos a exposição, não só do Superintendente da Zona Franca de Manaus, mas também do Superintendente da SUDAM, que aqui se encontram, bem como dos demais palestrantes.

Diante deste entendimento, suspendemos os trabalhos da comissão e convocamos para as 14 horas o início da nova reunião.

Muito obrigado a todos os presentes.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Deputado José Dutra, sem dúvida que as fitas serão gravadas e ouvidas cuidadosamente. Acredito que o trabalho não seria perdido, mas acho sua ponderação justa.

Então, se pudermos voltar às 14 horas, aproveitaremos melhor as exposições.

Pego desculpas aos senhores, mas a razão foi completamente involuntária, pois fomos convocados pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está aberta a reunião.

Dando seqüência à reunião da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro, queremos convidar, para sentar à Mesa, o Sr. General Luciano Ailante Casali, representante do Ministro do Exército e do Estado-Maior das Forças Armadas.

Convidamos o Dr. Moacir Elói de Medeiros e o Dr. José Alves da Fonseca, representantes da Receita Federal, para falarem sobre renúncia fiscal e Zona Franca de Manaus.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Estou aqui representando o Dr. Osires de Azevedo Lopes Filho, que, em função de um compromisso inadiável, não pôde comparecer.

Dirijo a Coordenação do Sistema de Arrecadação da Receita Federal, que é o órgão dentro da Receita que realiza as estimativas de renúncia fiscal, para apresentação da proposta orçamentária.

Vou colocar aqui alguns números que talvez pareçam ser, de certa forma, contundentes, mas gostaria de dizer que o papel da Receita Federal aqui é simplesmente mostrar os números. Ela não tem o objetivo de achar, ela não vai dizer se é bom ou ruim, se tal renúncia está boa ou ruim para a região; ela só irá mostrar os números que temos disponíveis nessas estimativas de renúncia fiscal, dos dados que temos de arrecadação.

Realmente, no caso da Zona Franca de Manaus, é a região onde há a maior densidade de renúncia fiscal por metro quadrado no País. Isso, efetivamente, é verdade. Ela representa, na Zona Franca de Manaus, 33% do total da renúncia tributária do País. Ela provém principalmente da área do IPI, na isenção de produção interna de mercadorias, na isenção na entrada de produtos nacionais na Zona Franca de Manaus, na isenção para produtos nacionais consumidos ou utilizados na Amazônia Ocidental, na isenção para produtos elaborados com matérias-primas agrícolas extrativas-vegetais de produção regional e na manutenção de crédito de IPI incidente sobre matérias-primas. Então esse conjunto aqui representa o total de isenções e de renúncia fiscal na área do IPI.

Essa renúncia, na área do IPI, é a principal de todas e significa 0,26% do PIB e 4,14% do total de impostos. Dentro do próprio tributo, do próprio IPI, ela representa 12,64%.

Na área do Imposto de Importação, temos três tipos de isenção: isenção do imposto de entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca; isenção sobre mercadorias importadas da Zona Franca e internadas em outros pontos do território nacional para consumo - no caso, bagagem de passageiros; e redução de 88% na alíquota do Imposto sobre Mercadorias Industrializadas na Zona Franca de Manaus, com matérias-primas ou partes componentes importadas e internadas para consumo em outros pontos do território nacional.

Esse conjunto de mais três isenções constitui o total de isenções na área do Imposto de Importação. Esses benefícios representam cerca de 0,10% do PIB, 1,55% do total dos impostos e 25,73% do total do Imposto de Importação. Juntando-se o total das isenções na área do IPI e do Imposto de Importação, teremos 33% do total das renúncias, a nível do País.

Para se notar ainda a importância dessa renúncia, fizemos também um quadro comparativo com a arrecadação da Delegacia da Receita Federal de Manaus e com o que se concede de renúncia fiscal à Zona Franca de Manaus, que se localiza na área da Delegacia.

O que se renuncia de imposto na Zona Franca de Manaus é cerca de sete vezes maior do que o total que se arrecada naquela região, na área da Delegacia da Receita Federal de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de dizer que os que quiserem fazer qualquer pedido de esclarecimento poderão fazê-lo enquanto o palestrante estiver falando, ou seja, da forma mais informal possível.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Gostaria de saber qual o ano a que essas informações se referem.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Estamos, hoje, preparando a proposta para o orçamento de 1994, mas a informação da qual dispomos aqui se refere ao ano de 1993.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - O senhor tem uma codificação em cruzinhos disso?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Sim, eu tenho. Essa renúncia significa, a preços de abril de 1992, que foi o que constou da proposta orçamentária, 3,1 trilhões de cruzinhos. Mas como é difícil sintonizar esse valor a preços de abril do ano passado, nós o convertimos em dólar, para se ter idéia do que foi essa renúncia em dólar. No total, a renúncia significa 1,4 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Peço aos que quiserem pedir esclarecimentos que se identifiquem, para que conste da gravação.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Flávio Dutra. Gostaria de pedir um esclarecimento. Essa renúncia, por esses dados, como o senhor disse, é uma projeção do Orçamento da União?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Não, elas são projeções, mas não são feitas no espaço; são usadas como dados, com base em projeção com relação à arrecadação da época. Nós temos...

O SR. FLÁVIO DUTRA - Mas não é um dado estatístico?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - É um dado estatístico. É tirada, por exemplo, do valor das importações. Ali, ficamos sabendo, então, a quanto se renuncia no total daquelas informações. Conhece-se a base de cálculo e aplica-se a alíquota referente àquelas importações que entraram. No caso, por exemplo, da renúncia de mercadoria internada, também conhecemos as saídas dessas mercadorias e, em cima desse valor das estatísticas de saída das mercadorias, aplicamos a alíquota e chegamos ao cálculo da renúncia. Então, não é simplesmente uma projeção; é um cálculo feito quase de forma direta.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Gostaria de um esclarecimento. Estou de posse de um estudo comparativo da Receita Federal no meu Estado, o Amazonas, que me informa que, em 1987, só na Delegacia da Receita Federal de Manaus, foram arrecadados 185 milhões de dólares; em 1988, 163 milhões de dólares; em 1989, 231 milhões de dólares; em 1990, chegamos ao ápice: 405 milhões de dólares, o que representa 46,50% de toda a arrecadação dos tributos federais na Amazônia Legal.

Gostaria, para que pudesse me convencer dessa informação, que o senhor nos fornecesse o que se imagina ter de receita para comparar-se com o incentivo fiscal. O senhor tem esses números, em milhões de dólares, para que eu possa, por exemplo,

convencer-me do contrário do que estou vendo aqui, que são dados extraídos da Receita Federal em Manaus?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Os dados de que disponho aqui informam que o total da renúncia é de 1,4 bilhões de dólares. Não tenho aqui, em mãos, essa informação de quanto foi o total da arrecadação de Manaus, mas essa renúncia significa 701% do total da arrecadação de lá. Então, fazendo a conta aqui fica fácil: 1.416, sete vezes mais...

O SR. FLÁVIO DUTRA - Teria que haver uma renúncia de dois bilhões e oitocentos milhões...

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - A arrecadação que estou levando em conta aqui, da Delegacia lá, deve ser algo em torno de 250 milhões de dólares.

O SR. FLÁVIO DUTRA - No ano de 1991, foram 307 milhões de dólares de arrecadação. Então, para se ter sete vezes mais, precisaríamos de uma anistia de 2 bilhões e cem milhões de dólares. O senhor está me dizendo que é de 1 bilhão e 400; portanto, as contas não estão batendo.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Não, está certo. Não tenho a informação desse dado de arrecadação aqui agora, mas posso fornecer ao senhor. Foi tirada efetivamente do valor da arrecadação do último ano, porque fizemos essa comparação com o último ano.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Gostaria de receber para poder comparar. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Eu queria dar apenas mais um exemplo. Essa produção da Zona Franca de Manaus é mais atingida, em termos de renúncia, no setor de eletrodomésticos, principalmente aparelhos de som, rádio e televisão. Então, o que estamos arrecadando, hoje, de imposto na produção de eletrodomésticos é apenas 10% daquilo que deveria entrar. Se toda a produção nacional de eletrodomésticos estivesse pagando impostos, teríamos que arrecadar dez vezes mais. Então, esse é um dado adicional. Então, a alíquota efetiva que temos na tabela para eletrodoméstico é de 12,6%, uma alíquota média, mas a alíquota efetiva, o que estamos conseguindo arrecadar, é apenas 1,5%. Assim, na realidade, 90% da produção de eletrodomésticos do País está sendo produzida com os benefícios desses incentivos da Zona Franca de Manaus.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Esse valor já se acha incluído na faixa de serviços fiscais.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Sim. Estou, inclusive, apresentando aqui um trabalho por escrito, que deixo com a Mesa, em que constam esses cálculos. Algum esclarecimento a mais, a Secretaria da Receita está à disposição para fornecer.

O SR. FLÁVIO DUTRA - O senhor não considera nesse dado, então,...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Eu pediria que se identificasse, por favor.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Flávio Dutra, da Federação do Amazonas. O senhor não considera nesse dado também a sonegação fiscal no restante do País como um todo, quer dizer, credita essa diferença, única e exclusivamente, à renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Não, no caso, isso não é verdade. Nesse caso, dei apenas um exemplo. Esse dado sobre eletrodoméstico que citei é de outro trabalho em que se tenta quantificar a evasão no País. Não credito isso, totalmente, à Zona Franca de Manaus, porque pode estar ocorrendo também em função de outros fatores. Foi apenas um exemplo, em passant. Não estou dizendo - repito - que tudo aquilo se refere à isenção.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Gostaria que V.S.^a fizesse um retrospecto dos minutos finais de sua fala, pois não compreendi bem essa questão do eletrodoméstico.

Pelo que entendi, em vez de se recolher a taxa média da alíquota de 12,3, está-se recolhendo 1,5. É isso?

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - É. Como esclareci, isso não pode ser creditado ao fator renúncia. No total, estaria incluída também a evasão. Não estaria, totalmente, creditado a esse fator.

Esse dado não está no trabalho que estou passando à Mesa. Ele faz parte de outro estudo de quantificação de evasão. Referi-me ao eletrodoméstico apenas para dar um exemplo da magnitude dessa renúncia. Entretanto isso não significa que ela seja na proporção de um para dez; ela pode ser um para seis ou para cinco com relação à produção.

Como há pagamento de IPI, nesse montante de recolhimento estão incluídas também as empresas do Sul que fabricam eletrodoméstico e pagam imposto integralmente.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Manuel Rodrigues, Superintendente da SUFRAMA.

V.S.^a poderia dar-nos uma idéia da sistemática da apuração desses valores? Evidentemente, deve haver uma metodologia de trabalho.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Existe, existe uma metodologia de cálculo.

Não tenho em mãos a informação a respeito dessa metodologia, mas vou pedir ao técnico que a elabora que preste esclarecimentos a V.Ex.^a

O SR. ELSON BRAGA - Sou Secretário Executivo do Conselho das ZPEs.

Quero apenas retomar essa questão da metodologia de cálculo da redução fiscal, para esclarecimento. Evidentemente, não discutimos os detalhes metodológicos, mas imagino que se calcula uma base e sobre ela se aplica um percentual.

Há o pressuposto implícito de que se aqueles itens não fossem produzidos em Manaus, eles seriam produzidos em outros locais do País e, em consequência, pagariam imposto lá.

Entretanto, existe forte razão para supormos que se esses produtos eletrônicos não fossem fabricados em Manaus, certamente não seriam fabricados em nenhuma outra parte do País. Eles seriam simplesmente varridos pela importação ou, pelo menos, não seriam produzidos integralmente no País. Por consequência, entendo que esses cálculos da renúncia fiscal deveriam ter um desconto, para levar em conta precisamente esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de sugerir que, para não perder a objetividade da exposição, aproveitássemos esse período para esclarecer as dúvidas e deixássemos para fazer o julgamento mais tarde.

O Dr. Raimundo Elói, técnico que faz essas estimativas de renúncia fiscal, vai explicar ao Superintendente da SUFRAMA, rapidamente, a metodologia usada para fazer esse cálculo.

S.S.^a tem a palavra.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Na verdade, como já foi dito, a obtenção desses dados para cálculo de renúncia, em alguns casos, é um pouco difícil, mas, especificamente, no caso da Zona Franca e com relação ao IPI, o que temos como base é o valor de entradas na Zona Franca vezes uma alíquota média de setores e o volume de saídas. Principalmente isto: entradas e saídas de mercadorias e aplicação direta de uma alíquota média calculada de cada setor. No caso do imposto de importação, temos um sistema interno que registra, que é o sistema lince, e dele tiramos quase que direto isso aí. Às vezes, não temos essas informações atualizadas, ou seja, para 1993 eu já não tenho esse valor efetivo do mês anterior ou do ano anterior, mas tenho de um período mais longo. Eles, na verdade, sofrem atualização. Mas ela é com base no valor de entrada, valor de saída, vezes a alíquota média. Basicamente, essa é a metodologia utilizada.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Não se leva em consideração a produção do ano anterior? É basicamente pela entrada daqueles itens?

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Exatamente, daqueles itens.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Para o orçamento de 1994 V.S.^a está levando em conta provavelmente 1993.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Isso. Exatamente isso.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Evidentemente deve estar levando em consideração a diminuição das alíquotas, com relação ao imposto de importação que, a partir de amanhã, já entra numa nova estrutura de alíquota.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Também. Temos, inclusive, uma equipe que está agora elaborando - é elaborado especificamente na divisão que gerencia, a Coordenação de Arrecadação - e até para fazer essa elaboração temos que entrar em contato com o pessoal da SUFRAMA, com base em listagens que o pessoal dispõe, de entradas efetivas. Eles têm, inclusive, o nosso apoio nessa área, os contatos nessa área que, quando da realização, se leva em conta esse dado. Faz-se até em conjunto, com dados que a própria SUFRAMA dispõe, qual valor das mercadorias que entram e quais são isentas.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Seria muito bom, porque temos todo um programa de computador que registra todas as mercadorias em trânsito.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Perfeito.

O SR. MANUEL RODRIGUES - E os nossos dados - decorrentes de estudos técnicos que elaboramos dentro da SUFRAMA - mostram basicamente a metade do que V.S.^a está apresentando, em termos de renúncia. Em termos de IPI e II, levando-se em consideração que temos detalhado ao máximo todos os insumos, inclusive a maioria deles hoje na área eletrônica, tem praticamente zero de alíquota; a alíquota média poderia prejudicar.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Exato. Era isso o que eu queria colocar. Talvez o problema esteja em se definir qual a alíquota média, porque os dados, na medida do possível, tentamos fazer em conjunto com quem os registra. Evidentemente que lançamos mão do maior volume possível de informações, e nessas informações da SUFRAMA constam os nomes das pessoas que vamos contactar e basear esse trabalho. Pode ter aí alguma divergência em como verificar essa alíquota média. No orçamento de 1994, que a equipe já está em fase de elaboração, deve haver esse contato. É evidente que, como ele colocou, nós também discutimos algumas coisas como, por exemplo, o que seria efetivamente renúncia fiscal. Em alguns casos, se não houvesse aquele dado ali, será que haveria o imposto? Isso, internamente, se discute. Mas, esse cálculo é feito como se imposto houvesse normalmente.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Gostaria de fazer uma última intervenção, fazendo a seguinte pergunta: a partir do momento em que o Governo Federal zera uma alíquota, seja ela de IPI ou II, existe também o cálculo de renúncia fiscal para aquele determinado produto que teve a sua alíquota reduzida?

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Existe.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Por exemplo, para essa nova sistemática de alíquotas que entrarão em vigor a partir de amanhã, creio que deva haver uma renúncia fiscal.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Exatamente. Para qualquer redução, temos um elenco de itens. É um livrete que, para cada tributo, nos diversos itens, são colocados tanto em termos de isenção como redução de alíquota e dedução do imposto também. Colocando, aqui, mais especificamente a Zona Franca, mas para todos eles, na medida em que há uma redução, tentamos calcular a renúncia que isso aí provoca.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Posso entender, também, que os *freeshops*, o reembolso postal, em tudo isso está sendo apurada a possível renúncia fiscal.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Não, tenta-se medir toda isenção legal, toda redução legal. Evidente que é um trabalho que vem sendo aperfeiçoado, vamos - não só nós, outras áreas serão envolvidas para definir o que vai entrar ali -, mas hoje, normalmente, toda isenção, toda redução do imposto, tudo isso está entrando no cálculo.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Poderíamos ter - sem querer polemizar, sou servidor público como os senhores - uma idéia do que significa a renúncia fiscal das importações por bagagem acompanhada originárias da Ciudad del Este, no Paraguai, daqueles quase mil ônibus que lá chegam todo fim de semana?

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Não, não temos.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Obrigado.

O SR. RAIMUNDO ELÓI - Apenas complementando. Nesse caso, por exemplo, a nossa quantificação pode omitir alguma coisa, mas ela é quase total. Apenas para se ter uma idéia: não é a região Norte que é a maior usuária de incentivos fiscais. Se analisarmos isso por região, veremos que é a região Sudeste a maior usuária de renúncia fiscal. Das renúncias fiscais do País, 45,8% são originárias da região Sudeste. A região Sul, tem 4,8%; a Centro-Oeste tem 1% e a Nordeste tem 9,6%. A região Norte, comandada principalmente pela Zona Franca de Manaus e SUDAM, contribui com 38,8% do total de incentivos.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Qual é o número relativo ao Nordeste?

O SR. RAIMUNDO ELÓI - O percentual é de 9,6%.

Vou passar à Mesa esse trabalho que realizamos. Qualquer esclarecimento poderá ser feito junto à Secretaria da Receita, onde poderemos dar informações mais detalhadas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. José da Fonseca, gostaria de pedir, com a intenção de colaborar com esta Comissão, que a SUFRAMA em contato com a Receita Federal, se possível, fizesse esse estudo mais apurado, conseguindo mais detalhes sobre a evasão fiscal e uma série de outros itens que poderíamos colocar para que se tivesse uma informação mais precisa, inclusive com relação à renúncia. Quando o Senhor diz da renúncia, abaixou a alíquota de 15% para 10%, gostaria de saber quanto pagamos e que valor, qual o volume. Enfim, sugiro que sejam dados maiores esclarecimentos para que esta Comissão tivesse dados mais precisos. Seria essa a sugestão.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Esse tipo de trabalho envolve a participação da Receita em contato com muitos órgãos e qualquer sugestão, qualquer colaboração que vier nessa área é sempre muito bem vinda para a Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Gostaria de agradecer ao Dr. José Alves da Fonseca...

O SR. EUCLIDES CAMARGO - Euclides Camargo, representante da Ghia Motors.

Apenas um esclarecimento. O Senhor disse que o imposto de importação representa 25%, quer dizer a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus representava 25% do total de imposto de importação - corrija-me se estiver errado -, mas pelo meu raciocínio, como a Zona Franca de Manaus importa mais ou menos 1 bilhão de dólares por ano e o total de importações do País fica em torno de 25 bilhões de dólares, esses 25% do total de importação representariam mais ou menos 6,5 bilhões de dólares. Quer dizer, seis vezes o total da importação da Zona Franca de Manaus e nós não temos impostos que sejam dessa magnitude: 600%.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Foi dito que esse percentual se refere ao total de imposto de importação referente ao Brasil. Desse total que o Senhor citou sobre dados de importação do País, uma pequena parcela é que paga imposto de importação.

Por exemplo, a importação de petróleo não paga, quer dizer está pagando agora nessa situação em que há esse imposto; mas não pagava. Esse percentual é sobre o total referente ao Brasil. Não tenho como lhe mostrar esses dados agora mais detalhadamente, mas podemos lhe fornecer todas essas informações, pois isso é obtido a partir de dados efetivos de nossos registros contábeis que existem dentro da Receita.

O SR. EUCLIDES CAMARGO - Verificado o valor da renúncia com base naquele mês que foi citado, aqui - abril de 1992 - comparado com o que se estimava, também para 1993, do Imposto de Importação/Brasil.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - O que foi dito aqui, a renúncia do Imposto de Importação da Zona Franca de Manaus representa um total de 25% do total do Imposto de Importação do País.

O SR. EUCLIDES CAMARGO - Colocados naquela mesma base.

O SR. JOSÉ ALVES DA FONSECA - Porque se o Senhor considerar que a Zona Franca de Manaus importou apenas 1 bilhão de dólares, contra um total de importação pelo País de 25 bilhões de dólares, isto daria uma renúncia fiscal de 6,5 bilhões de dólares, o que é quase sete vezes maior do que o total de importação da Zona Franca de Manaus. E o Imposto não é desse tamanho. Não entendi, como é que chegamos nesse número?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o que ele está explicando é que no caso do petróleo e outros produtos tem-se alíquota zero. Consequentemente, não conta. Então, essa renúncia, efetivamente, é só daquilo que tem alíquota de importação.

A Comissão, no final, após o término dos trabalhos, usará as fitas como Relatório e, consequentemente, com os documentos passados pelo representante da Receita Federal, fará chegar, depois, aos Senhores um Relatório de tudo o que foi a reunião. Acredito que assim todos os Senhores terão dados mais precisos, inclusive com esse que a SUFRAMA poderá fornecer, depois, junto com a Receita.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra V.Ex^a.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a minha última intervenção, nesta fase dos debates. Mas eu não posso deixar de revelar o meu estarecimento diante de uma informação trazida pela Receita Federal, através dos dois eminentes representantes, a respeito da impossibilidade de se evidenciar, de se medir, de se mensurar a renúncia fiscal que ocorre em Ciudad del Este. Por que este estarecimento? Porque eu estou consciente, amazonense que sou, índio nascido lá no beiradão de um rio, e sabe a influência que tem este comércio, através de Ciudad del Este, para destruir as esperanças do meu povo, porque este comércio destrói o comércio da Zona Franca de Manaus. É destrói por quê? Porque lá não se tem, sequer, notícia de possibilidade de mensuração dessa renúncia fiscal. E eu gostaria, sabendo que os companheiros não têm culpa nisto, mas eu gostaria que os Senhores encarassem esse problema por esse ângulo, o ângulo do prejudicial, do prejuízo flagrante que se impõem à Zona Franca de Manaus com esta impossibilidade de mensuração da renúncia fiscal na Ciudad del Este. Eu gostaria de deixar isto à consciência dos Senhores, como brasileiros que são, que estão vendo o esforço que estamos fazendo lá no Norte para tentarmos ocupar aquela região economicamente; e, de uma hora para outra, temos os passos emperrados exatamente por essa impossibilidade de o Governo coibir o contrabando na região da Ciudad del Este.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - A propósito, Sr. Deputado, eu estive duas vezes na Ciudad del Este, e por duas vezes procurei fazer uma estimativa grosseira dos valores envolvidos naquela região. Pareceu-me que aquela cidade vende para o Brasil alguma coisa próxima a 4 bilhões de dólares/ano. Para que os Senhores tenham um parâmetro de avaliação, poderíamos fazer um confronto, mas acredito que é algo por aí - não acrescenta nada para o País. Tudo é vendido no Paraguai. Agora, o Paraguai está cobrando lá o ICM - imposto parecido com o ICM. Isto é uma perda total.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Elcio Braga, Secretário-Executivo do Conselho Nacional das ZPEs, que irá dissertar sobre o tema "Harmonização das Zonas Francas em Operação no MERCOSUL."

O Conferencista dispõe de 15 minutos.

O SR. ÉLCIO BRAGA - A questão da harmonização das Zonas Francas no MERCOSUL vem sendo objeto de preocupações frequentes em várias oportunidades. Para que os Srs. tenham uma idéia, desde abril do ano passado, o Grupo Mercado Comum já recomendava a necessidade de se fazerem estudos para avaliar exatamente o impacto do funcionamento das Zonas Francas dentro do MERCOSUL. Depois, em julho, foi criado, através de uma Portaria Interministerial, um grupo para tratar também dos reflexos do MERCOSUL na Zona Franca de Manaus na antiga SDR. Depois, em outubro, foi realizado um seminário em Manaus sobre as ZPEs e as Zonas de Livre Comércio. No mês de maio haveria também um seminário em Buenos Aires para tratar da mesma questão.

Esse é definitivamente um problema que está na ordem do dia de todos aqueles que se vêm preocupando com a questão da operacionalidade do MERCOSUL. Cheguei a elaborar um documento exatamente para tratar dessa questão e tentar abordar duas questões: uma para gerar alguns elementos para que viessem subsidiar posteriormente a montagem de uma posição brasileira a respeito dessa questão nas discussões que se realizam dentro do MERCOSUL e, em segundo lugar, para tentar também sugerir alguma maneira de compatibilizar ou de harmonizar o funcionamento das Zonas Francas dentro do MERCOSUL. Ficará claro, logo em seguida, por que esta questão precisa ser tratada de uma forma muito consistente e urgentemente.

O primeiro ponto a ser destacado na nossa discussão aqui é a respeito do que estamos falando essencialmente. O próprio Tratado de Assunção no anexo tem um item que trata especificamente do funcionamento das Zonas Francas dentro do MERCOSUL. O que estamos entendendo por Zonas Francas? No âmbito do Tratado, são o conceito mais genérico de determinadas áreas onde as mercadorias estrangeiras nelas depositadas não são consideradas como estando dentro do território nacional do ponto de vista de aplicação do Imposto de Importação e da política comercial. Com essa definição, classificaríamos como Zonas Francas não só a Zona Franca de Manaus, no

Brasil, mas também a Zona de Processamento de Exportação e as Áreas de Livre Comércio que existem hoje na fronteira nos Estados amazônicos, no Norte. Estariam incluídas nesta definição as Zonas Francas, obviamente, do Uruguai - existem algumas zonas francas no Uruguai - e na Argentina, aquelas áreas francas que existem não apenas no sul da Argentina, mas também em vários outros locais, hoje, ao longo do território argentino.

Esse é, definitivamente, um problema, mesmo porque a tendência que existe hoje em todos esses países é de expansão, de aumento do número dessas áreas em que predomina um tratamento preferencial, do ponto de vista político comercial.

A primeira questão é: que tipo de problemas são colocados pelas Zonas Francas que requerem algum tipo de disciplinamento ou de harmonização dentro de um mercado comum, como é o MERCOSUL? As várias consultas e reflexões sobre esse tema levaram-me à conclusão de que apenas dois assuntos requerem um tratamento técnico mais detalhado, a respeito dessa questão. E são dois. O primeiro é o que diz respeito às condições de intermediação de produtos fabricados ou transitados por essas Zonas Francas. Quer dizer: quando os produtos que saem dessas Zonas Francas para dentro do território comunitário, de que maneira esses produtos são tratados?

A segunda questão é saber qual a natureza e qual a importância relativa dos incentivos que são concedidos por essas zonas excepcionais para atrair capital? É óbvio que esses incentivos que são concedidos - essas são áreas de incentivos - e eles, evidentemente, atuam ou influenciam a rentabilidade relativa dos investimentos. Por consequência, é um poderoso fator de redirecionamento dos investimentos dentro do espaço comunitário.

Se um determinado país utiliza incentivo mais forte do que outro, ele pode tranquilamente provocar uma reordenação, uma realocação dos incentivos. É preciso que isso fique bastante claro porque, evidentemente, tem que ser uma questão que precisa ser tratada, levando-se em conta todos esses aspectos.

O que fiz, essencialmente, para tentar atacar essas questões? Para não reinventar a roda, utilizei-me de um material que foi gentilmente fornecido pelo Itamarati sobre o funcionamento das Zonas Francas que existem no Mercado Comum Europeu. Lá, a comunidade econômica é um mercado comum do tipo do MERCOSUL que estamos implementando aqui na América do Sul e, na verdade, desde a Idade Média, eles têm conceitos parecidos com Zonas Francas, mas só mais recentemente, na década de 60, começaram a normatizar essas questões. Por consequência, eles têm mais de 20 anos de experiência de como normatizar o funcionamento das Zonas Francas, dentro de um contexto de espaço comunitário. Fiz uma análise exaustiva sobre a evolução do tratamento dado pela Comunidade Econômica a essa questão. Depois examinei também como ficou essa questão, sendo tratada no âmbito do Nafta porque, afinal de contas, existem lá maquinadoras mexicanas que são parentes um pouco distantes das Zonas Francas, mas é um conceito mais ou menos parecido e de que maneira isso foi tratado, enfim, dentro da estruturação do Nafta. Por último, examinei como essa questão está sendo tratada dentro do Pacto Andino. Para não se perder em muitos detalhes, a respeito de cada uma dessas experiências sobre a qual podemos voltar, se, enfim, houver interesse de alguém, mas a conclusão que sai claramente a respeito dessas questões é de que de todas essas experiências examinadas, as Zonas Francas constituem, primeiro, um instrumento ainda extremamente importante de facilitar as atividades industriais e econômicas, sobretudo no caso do Nafta e também do Pacto Andino, são utilizados como instrumentos de estímulo à atividade industrial, à realização de investimentos e, na medida em que esses estímulos são de natureza localizadas, eles podem ser utilizados como instrumento de correção de desequilíbrios regionais.

A respeito das duas questões que eu havia colocado inicialmente, quando analisamos essas experiências, o que, precisamente, queremos enfocar? É claro que, do ponto de vista dessa questão, não interessa analisar todos os vários aspectos envolvidos no Nafta, no Pacto Andino e na Comunidade Econômica Européia, mas apenas nessas experiências, como é que tratam a questão das Zonas Francas e, mais especificamente, qual é o tratamento que nessas experiências é dado à questão da venda de produtos produzidos nessas Zonas dentro do espaço comunitário? Segundo, como se trata a questão dos diferenciais de incentivos que são concedidos dentro do espaço comunitário para reorientar investimentos?

É importante entender exatamente o seguinte: quando se conclui um processo de integração, deixa de existir, do ponto de vista aduaneiro, o espaço brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio. Passa a existir um único espaço aduaneiro. Por um exemplo, uma empresa vendendo de São Paulo para o Rio Grande do Sul será exatamente a mesma coisa de vender para o Uruguai, para a Argentina e Paraguai, a menos, evidentemente, das questões cambiais porque as moedas não serão uniformizadas. Mas, do ponto de vista aduaneiro, da facilidade ou da possibilidade de livre fluxo das mercadorias, simplesmente não afetam em nada.

Uma outra coisa que vale a pena examinar: o que o Tratado fala especificamente sobre essa questão? O Tratado de Assunção diz claramente, nos seus primeiros artigos, que a livre circulação de mercadoria, entre os países que compõem o MERCOSUL, só é concedida para os produtos originários do MERCOSUL, ou seja, apenas produtos inteiramente fabricados dentro do MERCOSUL, qualquer que seja o,

País onde foi fabricado, apenas esses produtos inteiramente fabricados dentro do MERCOSUL ou mesmo na hipótese em que se admita a utilização de insumos importados e que isso decorra de um alto grau de industrialização, medida por geração de um produto novo, apenas esses produtos terão livre circulação dentro do espaço comunitário. Produtos que não atendam essas regras de origem serão não comunitários e, por consequência, pagam os impostos de importação e impostos indiretos, domésticos, que existam, como se tratasse de um produto importado.

O Tratado diz mais ainda: que os produtos originários das Zonas Francas serão considerados como produtos de terceiros países. Isso significa que um produto originário de uma Zona Franca uruguaia, por exemplo, para entrar no Brasil, será um produto de um terceiro país. Sobre ele, então, incidirá a alíquota do Imposto de Importação, uniformizada - quando isso houver - e ainda diferenciada, enquanto não se completar esse processo de harmonização e também aplicam-se integralmente os impostos indiretos que incidirem nas suas importações que, no caso do Brasil, são o IPI e o ICMS. Vejam, então, os senhores que a própria legislação do Mercado Comum já protege os produtores nacionais quanto à concorrência promovida por produtos originais das zonas francas dos outros países, mas não protege contra a concorrência movida por produtos originais de Zonas Francas dentro do próprio país.

A esse respeito, o Tratado é omissivo, e esse é um ponto que precisa ser normatizado. Qual a implicação disso? Tomemos o caso, por exemplo, de uma ZPE, que é esta área da qual tomo conta mais diretamente. Temos uma ZPE no Rio Grande do Sul. Um produto fabricado numa ZPE, naquele Estado, poderá ser vendido no Uruguai e, ao entrar naquele país será tratado, pela aplicação do Tratado de Assunção, como se fosse um produto de um terceiro país. Por consequência, sobre ele incidirão não apenas as alíquotas do Imposto de Importação, mas do imposto indireto, doméstico, que existir no Uruguai. Mas, a partir do momento em que este produto entra no Uruguai e paga todos os impostos, ele se nacionalizou dentro do espaço comunitário. Aí, ele adquire o direito de livre circulação e, portanto, poderá voltar ao Brasil.

No caso das ZPEs, a coisa fica mais simplificada porque a lei já proíbe venda no mercado doméstico, mas em todas as outras zonas francas dos outros países não existe um dispositivo similar. A conclusão é: primeiro, o Tratado de Assunção já disciplina ou já trata da questão de produtos originários das zonas francas, mas de uma forma incompleta. Ele só dá aquela proteção necessária contra produtos originários de zonas francas de outros países, mas nada diz a respeito da concorrência de produtos originários de zonas francas dentro do próprio País. Segundo, está inteiramente em aberto a questão de como vamos harmonizar ou equalizar os incentivos de natureza regional que existe dentro do espaço comunitário.

Sobre essa última questão, as minhas reflexões sugerem que teríamos que distribuir todas essas zonas francas dentro do Mercado Comum em dois blocos. Um bloco é composto pelas ZPEs brasileiras: as zonas francas uruguaia e as áreas francas argentinas, fora do sul Argentina. Nisto haveria um certo tipo de tratamento. Um outro bloco, composto pela Zona Franca de Manaus, pelas áreas de livre comércio e pela Terra do Fogo, no qual prevaleceria o objetivo ou o critério do desenvolvimento regional para garantir um tratamento diferencial.

O meu tempo está realmente concluído. E eu já teria preenchido parte do meu objetivo se tivesse passado para os senhores a consciência da importância que esse assunto tem para ser regulamentado e harmonizado. Penso que a experiência internacional relevante é extremamente útil para utilizarmos no disciplinamento dessas questões. Não precisamos reinventar a roda. É fundamental que essa questão seja tratada com um bom enfoque técnico, mas também com muita sensibilidade política porque, afinal de contas, essa questão envolve políticas nacionais de desenvolvimento que, de uma forma ou de outra, precisam ser preservadas.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra o Sr. Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, ouvi com toda atenção a clara exposição deste ilustre amazonense Helson Braga e devo dizer-lhe, Sr. Helson, que venho acompanhando com enorme preocupação essa questão do MERCOSUL, com reflexos significativos na Zona Franca de Manaus.

Uma coisa, entretanto, tranquiliza-me: é exatamente o livre trânsito aduaneiro das mercadorias que seria garantido pelo certificado de origem dessas mesmas mercadorias.

As outras mercadorias que não tivessem certificado de origem obviamente não teriam esse livre trânsito. A minha indagação é exatamente como frear a circulação dessas mercadorias sem certificado de origem de cada país participante do Tratado de Assunção, para impedir que elas terminem por prejudicar sensivelmente a indústria nacional de cada país.

Não sei se o senhor tem condições de pelo menos mitigar essa minha preocupação, mas vejo que, no nosso atual caso, brasileiro, acabamos de assistir a isso da parte da Receita Federal, de não ter condições de controlar a renúncia fiscal oriunda de Ciudad Del Leste. Eu perguntaria: como garantir a tranquilidade para a origem dessas

mercadorias nacionais em face da situação que hoje experimenta o nosso País, no que toca à sua Receita Federal?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a a palavra ao Sr. Nelson Cavalcante Braga, para responder à indagação do Deputado José Dutra.

O SR. ELCIO BRAGA - Eu diria que existem dois pontos na sua questão que são extremamente oportunas. Primeiro, essa questão do certificado de origem em si. O Tratado só dispõe sobre a existência do certificado de origem no período de transição, mas é omissivo na parte posterior.

Parece-me claro, e essa conclusão sai tranquilamente da experiência desses outros blocos a que me referi, que o certificado de origem deve prevalecer depois de ultrapassada essa fase do período de transição, ou seja, parece lógico que, passando a funcionar integralmente o MERCOSUL, o certificado deveria ser uma exigência necessária, constante em todas as exportações de produtos não originários. No fundo, a complicação que existe basicamente é de produtos fabricados, industrializados em algumas dessas zonas francas, em alguns desses países, porque um produto estrangeiro já paga normalmente as alíquotas de importação como paga hoje e, a respeito disso, não precisamos disciplinar coisa nenhuma adicionalmente. A questão é de produtos que, de alguma forma, são industrializados e em que grau de industrialização são elaborados nos países, para adquirirem o status de produto originário. E apenas para esses produtos que adquiram o status de produtos originários dentro do bloco é que teriam o livre trânsito. Esses precisariam ter um certificado de origem. Caso contrário, seriam tratados como produtos de terceiros países e, por consequência, sobre eles incidiriam os impostos de importação e os indiretos.

O segundo ponto é que a regra que também sai a respeito dessas vendas no mercado comunitário, e não exclusivamente dentro do próprio país onde está localizado a zona franca, mas dentro de qualquer país dentro do espaço comunitário é de que se se tratar de um produto importado, paga-se. É como no Tratado: é obviamente um produto estrangeiro. E se foi industrializado ali dentro de uma zona franca, dentro do espaço comunitário, ao ser vendido o produto dentro do espaço comunitário, esse produto deve pagar integralmente o imposto de importação incidente sobre todos os insumos estrangeiros embutidos naquele produtos e, segundo, deve pagar também integralmente todos os impostos domésticos que incidem sobre os produtos importados.

No caso brasileiro seria, por exemplo, pagar integralmente o imposto de importação sobre os insumos, e a dúvida seria se às alíquotas prevalentes sobre cada um dos insumos ou só à alíquota do produto final que esses passam integrar e pagar também, no caso brasileiro, o ICM e o IPI. E aí é que aparecem aqueles dois blocos que citei há pouco. Um bloco sobre o qual incidiriam integralmente esses impostos e aquele bloco de tratamento preferencial, no qual se manteriam os benefícios que dispõem essas áreas remotas hoje. Ou seja, Manaus, área de livre comércio, e a Terra do Fogo continuariam com as isenções de imposto de importação que existem hoje, com as reduções que existem de Manaus, e com a isenção do IPI, tipicamente do caso de Manaus. Mas a venda de todo produto originário das ZPEs brasileiras, Zonas Francas uruguaias e Áreas Francas argentinas, fora a Terra do Fogo, dentro do espaço comunitário dar-se-ia com pagamento integral dos impostos que incidem sobre os insumos mais o pagamento dos impostos diretos que incidem sobre as importações normalmente.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência pede que se identifique, para efeito de gravação.

O SR. FLÁVIO DUTRA - Flávio Dutra, da Federação das Indústrias do Amazonas.

Temos participado de algumas reuniões que estão discutindo a implantação do Tratado do MERCOSUL e temos notado que não há uma clareza quando se fala de Zona Franca de Manaus se comparada a algumas áreas de exceção nos países circunvizinhos.

Em Manaus, há uma situação atípica, porque temos uma zona de livre comércio de produtos comprados no exterior e revendidos através do comércio da Zona Franca de Manaus, e uma área de industrialização, o parque industrial da Zona Franca de Manaus, que nada mais é do que uma zona de processamento industrial, como é denominada em outros países. Então, temos uma área de processamento industrial e uma área de zona franca comercial, efetivamente. Isso tem causado uma dificuldade no que tange a caracterizar a Zona Franca de Manaus dentro do Tratado.

Chegamos a sugerir outro dia à Comissão Interministerial, que faz um estudo da Zona Franca de Manaus, que fosse mudada a denominação. Ou seja, que a Zona Franca de Manaus passasse a se chamar Zona de Processamento Industrial de Manaus, diferenciando-se da área de livre comércio ou da área de comercialização de produtos importados. Isso tem dificultado muitíssimo a inserção da Zona Franca de Manaus no âmbito do acordo, de forma a não ser prejudicada a produção industrial desde que, evidentemente, essa produção atenda àqueles requisitos de origem que serão estabelecidos no âmbito do Tratado do MERCOSUL.

Consideramos esse aspecto importante para a definição exata do que é a Zona Franca de Manaus, para aquelas pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao Sr. Élcio Braga para responder as indagações formuladas.

O SR. ÉLCIO BRAGA - Sr. Presidente, realmente, a Zona Franca de Manaus tem uma característica muito própria, muito específica. E, embora tenham algumas características mais ou menos semelhantes, quase todas as zonas francas do mundo trazem alguns elementos de diferenciação. Um incentivo a mais, um incentivo a menos, enfim, é sempre possível colocá-las dentro dessa categoria bastante ampla.

Manaus, realmente, é um pouco mais do que essas zonas francas. Talvez a denominação que existe na definição da Zona Franca de Manaus, que também é uma zona de incentivos especiais, deixe muito claro isso. Não é apenas uma zona franca; aquilo foi um instrumento de desenvolvimento regional que se acoplou a um instrumento convencional de zona franca com alguns outros incentivos que não são típicos de zona franca industrial para compor um mecanismo de desenvolvimento regional adaptado à condição da região.

Mas, em resumo, eu não vejo que prejuízo poderia advir para Manaus em função do MERCOSUL, desde que alguns cuidados sejam tomados. Evidentemente, não podemos colocar, digamos, com o mesmo tipo de tratamento a Zona Franca de Manaus e as zonas francas uruguaias perto do nosso centro de consumo. Por isso falei que qualquer solução para a harmonização dessas zonas francas que existem no mercado comum teria que separar em dois blocos: aquelas que estão perto dos grandes centros de consumo, com facilidade de acesso, que são tipicamente as zonas francas uruguaias, as ZPEs brasileiras e essas áreas francas argentinas - fora a Terra do Fogo - e, no outro bloco, as áreas remotas. Essas áreas remotas têm que ter um tratamento diferencial em função do fato de serem remotas e comporem de todo uma política de desenvolvimento regional que esses países têm.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Continua facultada a palavra. (Pausa)

Vamos passar então para o depoimento seguinte.

A exposição do Dr. Frederico Andrade, Superintendente da SUDAM, que vai discorrer sobre a Zona Franca de Manaus e a política de desenvolvimento da Amazônia.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. General, representante do Ministro do Exército, Srs. empresários, senhoras e senhores: O estudo de macrocenários que subsidiou a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, identificou quatro grandes eixos dinâmicos, modernos que se diferenciam no espaço e que potencialmente podem vir a abrir um processo de radiação espacial e consolidação de pólos de desenvolvimento.

O primeiro deles, o Triângulo de Carajás, constituído de grandes projetos no setor mina-metalúrgico e concentrado nos vértices correspondentes às cidades de Belém, Marabá e São Luiz, articulado pela Hidrelétrica de Tucuruí. Em seguida, o Pólo Agroindustrial de Rondônia, que constitui uma frente avançada de ocupação e modernização econômica da região, possuindo forte vínculo com o centro-sul do País e composto basicamente de pequenos e médios agricultores e colonos. O terceiro grande pólo, o eixo agropecuário do centro-oeste e do sudeste amazônico, que representa uma área de expansão de atividades agrícolas e pecuárias e concentra a grande maioria dos projetos incentivados. E, por fim, o núcleo eletro-eletrônico de Manaus, principalmente composto por um conjunto de empresas nacionais e estrangeiras; concentrando em Manaus com base nos incentivos da Zona Franca, esse pólo representa um dos maiores da América Latina, voltado para o comércio extra-regional, principalmente para o centro-sul do País.

Uma das características mais marcantes da atual estrutura produtiva da Amazônia é a sua distribuição locacional excessivamente concentrada. Os eixos internacionais hoje existentes localizam-se na Zona Franca de Manaus, no Pólo de Carajás, em Belém e seus entornos.

Considerando a idéia de discutir a natureza dos ajustes na estrutura produtiva regional, no caso particular da Zona Franca de Manaus, ressalta-se ainda que esta zona franca como de resto as outras recém-criadas áreas de livre comércio experimentam nesse início de década uma situação de grave complexidade. De um lado, o parque produtivo já instalado deteriorou-se pelas mudanças ocorridas na economia, resultando em grave ociosidade, com forte reflexo sobre o emprego e as condições de vida da população, principalmente na cidade de Manaus. De outro lado, as decisões empresariais passaram a ser mais difíceis de serem tomadas, dada a indefinição quanto à política industrial do País e ao papel por ela reservado à região.

A crise de identidade que assola a Zona Franca de Manaus nesse momento tem colocado na mesa de discussões diversas alternativas quanto ao futuro da Amazônia. A opção de tentar generalizar os benefícios fiscais para toda a produção industrial não colabora no sentido de dotar a região de inserção concreta na indústria nacional, nem de constituir no pólo industrial de Manaus vantagens comparativas inerentes à integração dos complexos produtivos setoriais. Concentrar esforços na obtenção de uma definição firme de política industrial e de comércio exterior na direção da manutenção dos setores onde a Amazônia já criou tradição seria, certamente, muito mais proveitoso do que tentar ampliar o leque de opções para o conjunto da atividade econômica.

Do ponto de vista da legislação a medida mais poderosa para a sustentação de vantagens fiscais aos produtos da Zona Franca e os fabricados em outras regiões ou importados, foi tomada em meados de 92. O IPI dos produtos similares aos produzidos na ZFM teve majoração de alíquota média de 10%. Desse modo, a concorrência com a produção de todo o País e com as importações do resto do mundo passou a ser muito mais favorável para os empresários instalados em Manaus. Não foi pequena a disputa travada entre os vários interesses envolvidos na questão.

Nesse processo, além da limitação dos incentivos aos utilitários, o setor de informática obteve uma redução de tarifas de importação. Mais recentemente, novo conjunto de medidas foi tomado para consolidar o conceito de processo produtivo e colocar marcos mais definidos para avaliação dos projetos.

Esse choque de interesses ameaça liquidar com uma das mais controversas experiências de desenvolvimento regional das últimas décadas. A imprudente tentativa de abertura imediata, ampla e irrestrita da economia brasileira ao resto do mundo não dá oportunidade para uma rediscussão do modelo a tempo de evitar o agravamento da situação do parque industrial incentivado. Por outro lado, a crise fiscal, a prolongada recessão e as divergências regionalistas são vetores agudizantes desta problemática. Por mais que a experiência da Zona Franca de Manaus possa ter sido acompanhada por toda a sorte de vícios, ela foi a mais bem-sucedida proposta de consolidar a presença brasileira na porção ocidental do espaço amazônico desde a época da borracha.

Sob essa perspectiva ela requer, portanto, uma outra abordagem na avaliação de custos e benefícios das providências necessárias para evitar o seu desaparecimento e conduzi-la a um outro modelo.

A premissa de que a Zona Franca de Manaus joga um papel estratégico no futuro da Região e do País não permite analisar o problema sob a ótica estreita da competitividade microeconômica e de custos fiscais.

Em todos os países avançados, as atividades que desempenham um papel estratégico para a preservação dos interesses nacionais são protegidas pelo Estado, cuja responsabilidade a esse respeito é publicamente assumida. Por razões ainda mais importantes, devido às dificuldades que um País como o Brasil enfrenta para conciliar as suas necessidades de modernização, justiça social, equilíbrio regional e ocupação territorial, não há por que a questão do interesse nacional entre nós amazônidas seja desprezada.

O ponto de partida, portanto, é o reconhecimento de que o esforço nacional para sustentar a Zona Franca de Manaus e promover a sua adaptação a uma nova realidade não é injustificado. Enquanto as providências indispensáveis a um progressivo ajustamento às novas prioridades de planejamento regional vão sendo tomadas, há que se adotarem as salvaguardas necessárias para evitar um irremediável comprometimento da saúde econômica dos empreendimentos ali instalados.

Uma série de medidas podem ser tomadas nesse sentido. Entre outras, há que se disparar um apoio claro e explícito à modernização produtiva e à diversificação das atividades empresariais, para enfrentar melhor os efeitos da recessão e o aproveitamento da capacidade instalada. A revisão da política industrial como um todo e a concessão adicional e transitória de novas medidas e estímulos a determinados segmentos duramente atingidos pela mudança na política do governo e pela retração do mercado consumidor também se fazem sentir. A reavaliação da proteção tarifária no campo das medidas de ordem geral para evitar a concorrência desleal de produtos originários de países cujas vantagens comparativas, no que se refere principalmente ao custo de mão-de-obra, não podem ser enfrentadas pelo produtor nacional, por razões que escapam a sua capacidade de atuação. Neste caso, a redução da tarifa aduaneira aplicada no País pode aniquilar a indústria nacional em pouco tempo, na ausência de salvaguardas adequadas. Uma dessas salvaguardas pode ser o estabelecimento de pautas de valor para cobrança de direitos de importação e de impostos internos, a exemplo do que foi feito na Argentina. Medidas adicionais de caráter transitório no campo fiscal, podem contemplar a suspensão de tributos internos e de encargos trabalhistas como parte de um acordo regional que fixe metas de crescimento de produção e de ampliação de empregos.

O objetivo das medidas de sustentação das principais atividades instaladas na ZFM deve ser o de preservar a essência do parque industrial instalado na região, evitando o acúmulo de novas distorções que aumentem as dificuldades de seu ajustamento. Ao mesmo tempo em que se busca evitar o seu desaparecimento, devem ser encaminhadas as providências indispensáveis à modernização e ao crescimento da economia regional.

Um aspecto adicional, que deve ser abordado quando se discute a questão Zona Franca diz respeito ao MERCOSUL e às propostas de organização de sistemas semelhantes para os países que se situam mais ao norte do continente, como é o caso do MERCOSUL. Esses blocos econômicos abrem novas perspectivas para as propostas de consolidação da Zona Franca de Manaus que ainda não estão, todavia, devidamente avaliadas. De um lado, há riscos que tendem a se tornar mais graves na hipótese de o Governo brasileiro não atentar para o perigo de uma migração maciça das empresas hoje instaladas na ZFM para plataformas de exportação e pequenos países vizinhos, como consequência da ausência de providências acauteladoras simultâneas ao calendário previsto para o processo de integração. De outro lado, há oportunidades para

o fortalecimento da Zona Franca que se abrem na esteira da perspectiva de um acesso preferencial ao mercado dos países sul-americanos, como decorrência da formação de mercados regionais.

O resultado do balanço entre oportunidades e riscos depende de importantes decisões que precisam ser adotadas de imediato pelo Governo brasileiro, para evitar que as oportunidades antevistas sejam inteiramente desperdiçadas.

A sobrevivência do parque industrial instalado em Manaus tem outras justificativas que vão além da necessidade de assegurar padrões de qualidade e preço equivalentes aos países de características completamente distintas das ostentadas pelo Brasil. A busca de uma maior eficiência e produtividade deve levar em conta esse fato e a necessidade de colocar a situação da Zona Franca na perspectiva de sua contribuição para o desenvolvimento e a ocupação de uma parcela significativa do território brasileiro.

Para consolidar e difundir o núcleo industrial dinâmico da Zona Franca de Manaus, ajustando-a às condições políticas nacionais, a SUDAM inclui, como prioritário no seu programa de desenvolvimento da Amazônia, um programa de desenvolvimento do Parque Industrial de Manaus, que deve convergir ações para redirecionar a produção industrial a faixas dinâmicas do mercado internacional, reduzir a dependência do parque instalado dos incentivos especiais e atrair investidores externos, criando espaços de complementaridade, com produtores internacionais que abram novas oportunidades de mercado. Para isso são fundamentais, como pré-condição, ações articuladas na área de ciência e tecnologia, de modo a elevar os ganhos de produtividade e qualidade, pela via da difusão de tecnologias avançadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Tem a palavra o Senador Beni Veras, Relator.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Ouvi da exposição de V.Ex^a que a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de dar atividade econômica à Amazônia; criar, em Manaus, um pólo dinâmico de indústria, comércio e serviços que pudesse ocupar aquela população e dar-lhe maior desenvolvimento econômico. Parece-me que esses objetivos não estão alcançados ainda, porque a Zona Franca não consegue ter autonomia produtiva, indústrias capazes de viver por seus próprios meios. Isso gera uma dúvida quanto a se essa abordagem de desenvolvimento da Amazônia é a correta ou se há outras que devam ser tentadas.

Acredito que V.Ex^a esboçou outras formas, que são possíveis. Pergunto: V.Ex^a acha que é justificável a forma atual como a adequada ao desenvolvimento da Amazônia ou há outra alternativa que possa dar melhores resultados?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Dr. Frederico Andrade, para responder ao Relator.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Senador Beni Veras, não há dúvida - isso está em qualquer compêndio de teoria econômica ou de desenvolvimento - que a forma mais factível, mais eficiente de se desenvolver uma região é voltar-se para a sua dotação de recursos naturais. Mas a vocação amazônica de se desenvolver através de sua dotação de recursos naturais esbarra, hoje, no mesmo dilema em que está esbarrando a Zona Franca: a falta de acesso através da ausência de uma base científica e tecnológica para abordagem da questão.

Se, hoje, a Zona Franca de Manaus se debate com problemas de competitividade, isso deriva de termos voltado as costas, no Brasil, tanto na Zona Franca como na Amazônia, à questão do desenvolvimento tecnológico, em síntese, à questão da competitividade, porque vivíamos numa economia fechada que pagou um alto preço por seu fechamento.

Não há dúvida de que devemos nos voltar para aprofundar o modelo, e isto se diz aqui, através da criação de novas oportunidades, de diversificação das oportunidades de investimentos, que, invariavelmente, passarão pela utilização da dotação de recursos naturais. Agora, não se pode, por isso, dizer: a partir de agora só vamos trabalhar em cima da biodiversidade, vamos fechar a Zona Franca de Manaus. Não é verdade, porque é o único centro dinâmico que existe, hoje, no Estado do Amazonas; é o ponto mais avançado de ocupação e de presença do homem brasileiro dentro da Amazônia acidental. Ela existe, não apenas porque existe - não vamos tratar a Zona Franca também como um mal necessário; nada disso. Ela pode, com base no artificialismo dos incentivos fiscais, tornar-se fator de geração de divisas para o País, desde que passe a se inserir, num contexto de produção, em padrões internacionais.

Ainda há pouco se falou que a Zona Franca - isto sempre se fala - foi criada para ser um pólo exportador. Não é verdade. Não houve intenção do legislador nem do Executivo, à época, de transformar a Zona Franca num pólo exportador. A intenção verdadeira, última, objetiva, explícita era de ocupação da região, de manter a presença brasileira na região. Não justifica que se promova a ineficiência com isso. Agora, essa ineficiência também não pode ser destruída espontaneamente. E preciso que ocorram fatos, como a abertura do País, que não deve ser acelerada como se está fazendo, para que se possa retornar a outros padrões.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Os incentivos utilizados em Manaus tinham o objetivo de gerar um pólo de atividade econômica importante, autônomo, se possível. Se ela, até agora, não revelou essa capacidade de se mover pelos seus próprios

meios, cada vez ela depende mais de apoio - parecem indicar os dados - e de incentivos etc., será que essa é a abordagem própria para o desenvolvimento da Amazônia? Também tem que se levar em conta que houve uma concentração de atividade econômica em Manaus e o esvaziamento do restante da Amazônia. Será que essa é uma coisa que pode ser debitada à Zona Franca? Hoje, 98% da atividade econômica da Amazônia encontra-se em Manaus. Será esse um fato positivo?

O SR. FREDERICO ANDRADE - Todo centro dinâmico que surge, seja artificialmente, seja de forma espontânea, é fator de atração de todos os recursos, inclusive de mão-de-obra. O inchaço das grandes capitais do Centro-Sul do País deriva daí. No caso de Manaus, não há dúvida que esse fluxo migratório provocou o esvaziamento do interior. Mas que tipo de esvaziamento? Esvaziamento físico, humano; porque esvaziamento econômico, a partir do fim do ciclo da borracha, e com a falência da atividade da cultura de fibra, já existia. A opção era manter, e provavelmente à custa de programas compensatórios, essas populações no interior.

Penso que, realmente, a Zona Franca provocou um fluxo migratório, mas, se não tivesse havido esse fluxo, teríamos que ter algum tipo de política compensatória para manter as populações no interior, já que não tínhamos e ainda não temos meios, tecnologia para abordar a nossa biodiversidade.

Só mais um detalhe com relação à questão da autonomia. O que é parque industrial ou uma cidade ou um espaço economicamente autônomo? Acho, hoje, extremamente complexo discutir o que é autônomo. A economia mundial é interligada, é complementar. Não creio que seja fundamental a Zona Franca ser autônoma. Ela tem, sim, que ser competitivamente complementar ao resto da economia nacional e mundial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o General Luciano.

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - A real comprovação de que a Zona Franca de Manaus provocou o esvaziamento do interior da Amazônia Ocidental, ou será que ela absorveu populações de outras regiões do País e o excesso populacional de algumas cidades que, apesar da Zona Franca, também cresceram? E se ela não tivesse absorvido esse excesso populacional, teríamos uma população no interior ainda mais periférica e miserável do que é hoje.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Concordo com o senhor, General. Em outras palavra, foi o que eu disse ainda há pouco.

Não há dúvida que a Zona Franca provocou um fluxo migratório para si; mas, por outro lado, como manter essas populações no interior ou nas cidades superpovoadas, se não havia atividade econômica capaz de fixá-las onde estavam?

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA - Meu caro Frederico, você abordou, em sua exposição, um assunto que me chama muito a atenção e que vem como consequência da criação do MERCOSUL.

Você fala em MERCONORTE. Tenho procurado olhar para o mapa do mundo e tenho observado uma coisa singular: que as maiores economias do planeta estão situadas acima da Linha do Equador; e abaixo dela, estão exatamente as economias mais frágeis. Causa-me espanto que o Governo brasileiro tenha exatamente navegado em cima dessas economias mais frágeis e está determinado a instituir, segundo o Tratado de Assunção, o MERCOSUL.

Por que digo isso? Porque somei o PIB dos quatro países envolvidos no MERCOSUL e encontrei um mercado consumidor da ordem de 480 a 490 bilhões de dólares/ano. E somei as economias localizadas acima da Linha do Equador, países, próximos ao Brasil, basicamente os países situados ao norte da América Latina, os países do Caribe, mais o México, Canadá e Estados Unidos, e encontrei um mercado consumidor anual da ordem de quase 10 trilhões de dólares.

Na minha visão, penso que seria muito mais negócio para o Brasil participar de um MERCONORTE do que participar de um MERCOSUL. Por quê? Porque o País teria um campo mais amplo para atingir essas economias.

O senhor toca, aqui, num ponto que me parece da maior importância, quando diz que esses blocos econômicos do Norte abrem novas perspectivas para a proposta de consolidação da Zona Franca, que ainda não estão, todavia, devidamente avaliadas. Eu gostaria que o senhor traduzisse isso para nós. Quem sabe daí nasça uma outra idéia que possamos abraçar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Dr. Frederico.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Deputado Dutra, realmente, é importante essa questão que V.Ex.^a colocou sobre a associação do Brasil, país que equivale a dois terços do MERCOSUL, com os seus outros parceiros.

Lembro-me de que, em 68, quando eu estava na CEPAL, em Santiago do Chile, discutíamos acordos sub-regionais. Dizia-se à época que acordos sub-regionais entre países pobres seriam altamente estimulantes, quando se tratasse de ampliar a distribuição da miséria, já que um parceiro não teria nada a acrescentar ao outro nem em termos de capital nem em tecnologias.

Entendo que os grandes parceiros do Brasil, pela dimensão do País e pelo potencial de nossa economia, seriam os países ao Norte, não os países ao Sul. Não sou

contra a integração do Brasil aos países do Bloco andino, como está sendo feito, mas acho que efetivamente as grandes possibilidades para o País, principalmente no campo de parcerias tecnológicas, estão ao norte, não ao sul. E quando digo que isso seria uma grande oportunidade para a Zona Franca, isto já vem ocorrendo.

V.Ex^a sabe, assim como todos os que estão envolvidos no processo, que algumas empresas industriais da Zona Franca que se propuseram a programas do tipo manufatura mundial ou padrões internacionais de qualidade já vêm exportando, com sucesso estrondoso, produtos fabricados em Manaus para o mercado norte-americano. É o caso da Philco, da Sharp, que já está se preparando para isso, e de outras empresas, como a Moto Honda, que vêm conseguindo exportar a preços competitivos.

É claro que é necessário que se mantenha o esquema de apoio estrutural com os incentivos fiscais. Agora, vejamos, o MERCONORTE, ou outro nome que se der a ele, é muito mais efetivo para o País e particularmente para a Zona Franca de Manaus do que o MERCOSUL, e nos acrescentaria algo como 20% do nosso mercado existente. Os países ao norte poderiam multiplicar algumas vezes o potencial de alcance dos produtos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Continua facultada a palavra.

O SR. ÉLCIO BRAGA - Ouvi atentamente a sua apresentação e anotei um aspecto que achei extremamente importante.

A Zona Franca de Manaus, assim como o resto da economia brasileira, foi impactada com a abertura abrupta, sem nenhum tipo de monitoramento, sem nenhum tipo de negociação, nem de contrapartida em nível internacional, e isto, evidentemente, causou a toda indústria brasileira sérios prejuízos.

A indústria, fora da Zona Franca de Manaus, teve que encontrar seus caminhos, e o outro caminho encontrado foi o da exportação.

A indústria eletro-eletrônica exporta, hoje, cerca de 2,3 bilhões de dólares, equipamentos dos mais sofisticados. E o volume das exportações da Zona Franca de Manaus quando é confrontado com o resto da exportação da indústria eletro-eletrônica é muito pequeno.

Eu queria provocá-los com a seguinte pergunta: os senhores estão analisando projetos de parcerias internacionais para ocupar a competência que já está instalada, os ativos, os equipamentos, os técnicos que foram treinados? O que tem sido feito no sentido de viabilizar essa travessia? Não acredito que possamos manter uma região exclusivamente para o mercado interno. Isso mudou no mundo inteiro, temos que globalizar as nossas economias.

Portanto, eu gostaria de saber se existe alguma coisa em estudo no sentido de aproveitar o parque eletro-eletrônico e a sua competência.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Com a palavra o Dr. Frederico.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Se pudermos resumir em duas ou três palavras esse texto que acabei de apresentar, o primeiro ponto, efetivamente, é este: uma proposta de travessia. Baseada em quê? Em primeiro lugar, que se diversifique a atividade; em segundo lugar, que se dê adensamento tecnológico a essa atividade.

Contemplando o cenário mundial, verificamos que a economia do mundo, hoje, é complementar. Então, estamos nos propondo, juntamente com a SUFRAMA - são estudos conjuntos, inclusive no âmbito de acordos com as Nações Unidas - alternativas, em nível inclusive da geração de perfis de novos empreendimentos, que contemplem a possibilidade de incrementar as atividades dinâmicas ou as atividades exclusivas ou quase exclusivas da Zona Franca de Manaus e que tenham competitividade em nível internacional. Isso significa dizer: estimular atividades que possam participar do mercado internacional.

Concordo com o senhor: não adianta, hoje, decidirmos por decreto ou por vontade, que vamos ter um parque industrial voltado para o mercado interno, a não ser que voltemos a fechar as fronteiras econômicas do País. Isso é inexorável.

Concordo, também - assim está dito aqui neste texto - que não se pode aceitar uma abertura acelerada, abrupta e irrestrita como foi feito, que de resto não sucateia apenas a Zona Franca de Manaus, mas o País inteiro.

Não há que se confundir - e o Prof. Celso Furtado nos alerta bem - modernidade com modernização industrial. Modernidade é comprar um equipamento importado de consumo; modernização é estabelecer bases efetivas de desenvolvimento tecnológico que permitam a competitividade não apenas no mercado nacional mas também no mercado internacional, no qual a economia brasileira aberta se insere.

Não basta que o setor público faça estudos. Eu diria que a função principal do setor público é sinalizar. Cabe à empresa privada, através de mecanismos facilitadores pelo setor público, como os incentivos fiscais, promover esses novos padrões de produção industrial.

O empresariado brasileiro, o público brasileiro, por força de toda uma política quase secular, acostumou-se à tutela do setor público e hoje sente até uma certa dificuldade de se desvencilhar dessa tutela.

O SR. ÉLCIO BRAGA - Se eu pudesse continuar, dentro dessa mesma linha, já que dever-se-ia...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Dr. Elcio, os apartes, agora, são apenas para esclarecimento. Logo após, entraremos no debate, assim que todos os palestrantes terminarem; caso contrário, ficará muito difícil continuar, porque temos outros palestrantes. Gostaria que o senhor compreendesse.

Passo a palavra ao Dr. Frederico, para encerramento.

O SR. ÉLCIO BRAGA - Pois não.

O SR. FREDERICO ANDRADE - Não tenho nada a acrescentar, a não ser respostas às perguntas que me fizeram.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Eu gostaria de fazer uma pergunta. A Amazônia é bastante extensa - V.Ex.^a é Superintendente da SUDAM: existe algum estudo sobre a criação de pólos industriais 10 Km fora de Manaus?

O SR. FREDERICO ANDRADE - V.Ex.^a está de posse de um segundo documento especificamente sobre o Estado do Amazonas, onde coloco algumas questões que devem ser abordadas no planejamento estratégico do Estado, e a Zona Franca se insere como a condição viva de uma transição para um modelo mais amplo, onde abordaríamos, através de um profundo programa de desenvolvimento científico e tecnológico, a diversidade florestal da região.

Entendo que não se pode continuar, até por ser pernicioso, deixando que a economia do Estado do Amazonas dependa exclusivamente da Zona Franca de Manaus. Seria uma grande monocultura. Isso não pode ser aceito. É preciso que se diversifique a economia não só a do Amazonas, mas de toda a Amazônia.

V.Ex.^a deve se lembrar de que, no início do texto, colocamos que temos basicamente quatro grandes pólos e que a atividade está toda concentrada no entorno desses pólos. É preciso que isso seja internalizado.

Aliás, a grande deficiência do modelo de incentivos fiscais na região é que ele não conseguiu internalizar os efeitos da renúncia fiscal que se fez na região; no Nordeste também existe esse tipo de problema. Creio que essa, inclusive, é a essência da própria Comissão da qual V.Ex.^a é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Queria agradecer ao Dr. Frederico Andrade.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA - Gostaria de fazer uma exposição breve, mesmo porque infelizmente estamos com uma sessão na Câmara, e, como Líder, tenho que estar presente. Então, falarei mais brevemente do que pretendia.

Em primeiro lugar, é inquestionável e necessário haver no País uma política diferenciada com relação ao desenvolvimento, não apenas do Estado do Amazonas, mas também da Amazônia. Este é um primeiro aspecto que quero sublinhar. Quando digo "política diferenciada", penso, especialmente, em aspectos da política fiscal do Governo Federal.

Lembro, também, que anotei num seminário, numa audiência realizada em São Paulo, que a nova Constituição destinou cerca de 3% do Imposto de Renda e do IPI para um fundo de financiamento dos investimentos que está sendo alimentado, a cada ano, com 600, 700, 800 milhões de dólares, montante que crescerá muito no futuro, se houver estabilidade e recuperação do crescimento da economia. Esse fundo destina-se ao financiamento dos investimentos no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste.

Por outro lado, sublinhei, também em São Paulo, a margem significativa de redistribuição na área tributária que tem havido para essas regiões, através do Fundo de Participação, margem esta acentuada pela nova Carta Constitucional. E toda a vez que são discutidos os aspectos do Orçamento federal, de distribuição, etc., na verdade, esquece-se o outro lado ou se deixa o outro lado que é o do financiamento, especialmente o lado da redistribuição dos recursos tributários, que, no Brasil, é bastante acentuada. Na ocasião, forneci os números e inclusive estou entregando as tabelas para que o Senador Beni Veras possa incorporar esses dados ao seu relatório futuro.

Por outro lado, acho que as discussões a respeito da questão regional são discussões que devem olhar para o conjunto do País, ou seja, qualquer política regional tem que ter como norte a política econômica para o conjunto do País, porque as questões são todas muito interligadas.

A Zona Franca de Manaus foi criada há 26 anos, se não me engano, como uma zona de livre comércio de importação e exportação e com incentivos fiscais especiais, como todos sabemos. A idéia era formar, no interior da Amazônia, um centro industrial, comercial e agropecuário que favorecesse o desenvolvimento da Região e contrabalançasse desvantagens comparativas da Região, econômica e geograficamente, com relação ao resto do Brasil.

O principal instrumento foram os incentivos fiscais: isenção do Imposto de Renda para projetos industriais, isenção de IPI nas compras de produtos do mercado interno, isenção de IPI nas vendas de produtos da Zona Franca, isenção do imposto à importação para mercadorias estrangeiras para consumo interno ou industrialização, redução da alíquota de imposto de importação de insumos, variando segundo a composição doméstica da fabricação, redução da alíquota do ICM para mercadorias de origem nacional destinadas ao consumo ou industrialização na Zona Franca ou a reexportação para o estrangeiro, etc.

A meu ver, se se fizesse um balanço na época da Constituinte, alguns pontos mereciam ser sublinhados com relação à Zona Franca antiga: primeiro um impacto relativamente modesto ponto de vista dos empregos diretos criados - não me refiro aos indiretos, porque, em princípio, qualquer atividade econômica sempre gera emprego indireto e, realmente, a importância era do direto; o impacto no

desenvolvimento do conjunto da região, considerado insuficiente e pouco proporcional, digamos, ao esforço que teria sido feito, e, basicamente, inclusive, a questão do comércio exterior, ou seja, que, de fato, não se desenvolveu um pólo exportador na região. Havia até um número, provavelmente de 1986, de que a Zona Franca praticamente exportava uma fração talvez não superior a um décimo daquilo que importava.

Não estou aqui me referindo a outros aspectos de compras internas, etc., mas estritamente às características do que deveria ser um pólo exportador, em que, provavelmente, a proporção teria que ser senão exatamente contrária, pelo menos muito diferente.

Pois bem. Na década de 80 para a de 90, tivemos dois fenômenos adversos para aquele modelo da Zona Franca. De um lado, a estagnação, senão o retrocesso do mercado interno, que, evidentemente, teve um efeito de contração geral, inclusive no consumo; segundo, a queda das barreiras não tarifárias às importações, especialmente as não tarifárias; e a diminuição das barreiras tarifárias, porque, de alguma maneira, como não se desenvolveu realmente um pólo industrial, com força dentro da Zona Franca, dependente ainda, digamos, em elevadíssima proporção das importações, a abertura econômica do resto do País, ou do conjunto do País, trouxe prejuízos e perda de vantagens comparativas com relação àquela situação que tinha, por exemplo, no final dos anos 70, ou no começo dos anos 80.

Por isso é que houve mudanças, que foram bastante fundo nas características do que seria a Zona Franca - que vou me abster de resumir em detalhe aqui; mas através da lei que foi aprovada no final de 1991, e que entrou em vigência, naturalmente, a partir do começo de 1992, mas basicamente se substituiu o coeficiente de redução da alíquota do Imposto de Importação incidente sobre matérias-primas, produtos intermediários e de embalagens importadas empregadas nos produtos industrializados na Zona Franca, substituiu-se pelo percentual de redução de 88%.

Para os novos projetos, o coeficiente de redução do Imposto de Importação para produtos internados em território nacional continuou sendo o mesmo, vigorando até antes da Lei, até que, no prazo de um ano, desde então, lei estabelecesse os coeficientes diferenciados de redução de alíquotas. E um acréscimo no caso de veículos, automóveis e outros, tratores, etc., industrializados na Zona Franca, de 5%, no caso através do coeficiente de redução do imposto, e a extinção do índice de nacionalização mínima requerida para a internação dos bens fabricados na Zona Franca, substituídos por um critério chamado de processo produtivo básico, definido por um conjunto mínimo de operações que caracterizem a industrialização de um determinado produto, processo esse fixado pelo Poder Executivo, com base em proposta conjunta do Ministério da Economia, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Superintendência da SUFRAMA, no prazo de 120 dias.

Garantiu-se a manutenção, na escrita do contribuinte, do crédito do IPI sobre insumos intermediários, isentou-se de taxas e emolumentos, além disso, cobrados pelo Governo, a importação de insumos para a fabricação de produtos para a exportação.

Posteriormente, em julho de 1992, o Governo anunciou ainda um pacote de incentivos adicionais, incluindo, dentre outras, a criação de uma área de regime aduaneiro especial de entreposto internacional da Zona Franca; a redução da alíquota de importação das alíquotas incidentes sobre uma série de componentes eletrônicos; e, medida que, a meu ver, mereceu maiores reparos, a elevação do IPI, no País, em 10 pontos percentuais para produtos nacionais e importados que concorram com similares da Zona Franca, encarecendo, portanto, os preços ao consumidor ou a própria indústria, no caso de insumos, para manter o diferencial, ou seja, a criação de vantagens comparativas mediante um acréscimo do imposto, no caso do IPI, no resto do País.

O processo produtivo básico foi a principal mudança da Lei: visou substituir o índice de nacionalização. O índice de nacionalização era bastante criticado, até pela sua difícil fiscalização. Confesso que também tenho os meus reparos ao processo produtivo básico - não sei se foi uma medida correta - quanto à questão de fomentar a industrialização local, que é o que se deseja. Ninguém deseja, nem os amazonsenses evidentemente, aqueles que se preocupam não com a sua atividade particular, porque, para o importador, isso é um alto negócio; mas não do interesse do ponto de vista da população da Amazônia e do resto do País em ter apenas uma zona de importação subsidiada. O objetivo é o desenvolvimento da atividade industrial local. Esta deve ser a meta, é a meta que consideramos fundamental.

Nessa lei, previu-se que o Executivo iria fixar esse processo com base em proposta conjunta dos diferentes órgãos. Caso não tivesse sido feito por lei, estabeleceu-se que a empresa titular do projeto de fabricação poderia requerer à SUFRAMA a definição do PPB provisório - isto, para mim, realmente era um absurdo - fixado em até 60 dias pelo Conselho, ad referendum dos demais órgãos citados. Foi uma modificação sem cabedecida, já que, criado esse processo, havia uma certa sistemática, que deveria ter sido obedecida.

Houve a regulamentação recente do PPB em função, inclusive, de pressões havidas dentro do Governo - nossas também - para que houvesse essa definição. Embora eu veja que a questão do processo produtivo básico é problemática, isto não significa que não deva ser rigorosamente respeitado, até para que se fizesse uma avaliação a respeito dos seus pontos positivos e negativos.

A partir daí, originaram-se outros problemas. Recentemente, o Governo formou uma comissão que deveria fazer uma espécie de análise dos projetos em andamento. Criou-se, na verdade, um decreto com o objetivo de promover a própria revisão dos critérios de aprovação de projetos e fiscalização, adotados pela SUFRAMA. Esse decreto derivou de uma polêmica, em março passado, ocorrida em função do exame de determinados projetos. Houve adiamento do exame de alguns projetos, pois a Comissão ainda não concluiu os seus trabalhos.

Esse é um resumo descritivo da questão toda.

Quero fazer aqui algumas reflexões que me parecem fundamentais: a preocupação com a internalização da produção é essencial. Em geral, os projetos ou as discussões em torno da Zona Franca têm sido, na minha opinião, no que se refere à rejeição de algumas críticas, bastante superficiais. Porque sempre se chega à velha história de que é problema do Centro-Sul, de competitividade. A meu ver, esse é um tipo de argumento falso, que interessa muito pouco ao País e muito pouco na análise das questões regionais. Já disse uma vez, numa discussão em que esse fato foi abordado, que não se trata de um problema entre empresários que moram no Morumbi e empresários que moram em Manaus - mesmo porque praticamente todos os de Manaus e de outras regiões também têm casa no Morumbi. Quer dizer, o problema não é regional, de paulista ou de gaúcho; é um problema que deve ser analisado no conjunto.

Um segundo aspecto é o aspecto tributário. Cada vez que um produto fabricado no Brasil passa a ser importado via Zona Franca e vendido dentro do mercado interno sem pagar IPI, essa produção doméstica paga IPI. É preciso ter presente que estamos renunciando a uma receita do IPI. Essa receita do IPI é repartida no País numa proporção superior a 50%, para Estados e municípios, indo a maior parte para o Fundo de Participação. No caso, por exemplo, do Fundo de Participação dos Estados, cerca de 80% dele é destinado ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste.

Essa é uma questão vital. Cada vez que se deixa de produzir um produto ou que se isenta, no caso, do IPI, a consequência é a perda de receita para Estados e municípios, inclusive para as regiões mais pobres, principalmente no caso do Fundo de Participação dos Municípios, cuja distribuição não é a mesma dos Estados, mas é predominante também para as regiões menos desenvolvidas. No caso do FPE, isso é muito claro.

Esse é um ponto que tem que entrar na nossa pauta de discussões, no sentido de avaliações dos diferentes problemas que envolvem o funcionamento da Zona Franca. Este é um ponto que me parece fundamental.

Um segundo aspecto tem a ver realmente com o desenvolvimento da região, mesmo do ponto de vista fiscal. Dadas as isenções todas, mesmo no caso da região e do próprio Estado do Amazonas, há um problema sério no que se refere à expansão do serviço de infra-estrutura e todas as coisas que dela decorrem e à rentabilidade pequena daquela atividade do ponto de vista fiscal e tributário em face das isenções existentes.

Um terceiro aspecto é o impacto no desenvolvimento local como um todo, tal como vem se colocando.

Então, esses são pontos que me parecem centrais num trabalho de discussão e de avaliação, uma discussão que deve ser feita de maneira desapassionada, com calma e com números, com análises, com impactos. E quando digo números, deve-se olhar o conjunto, nunca se pode deixar de lado aspectos que são essenciais da questão fiscal, da questão do desenvolvimento industrial no Brasil.

Estou convencido de que a problemática do desenvolvimento regional é grave no Brasil e precisa ser enfrentada. Não me oponho à massa de transferência de recursos fiscais no plano da arrecadação que é feita hoje, no conjunto. A minha principal restrição é com relação à forma de utilização dessa massa de recursos. No próprio relatório do Senador Beni Veras, essas questões já foram colocadas - não me alongarei a este respeito; mas são questões que têm que fazer parte da nossa análise, inclusive com relação à própria Região Amazônica.

Há questões de investimentos, que, muitas vezes, são essenciais. Pessoas preocupadas com o desenvolvimento regional lembravam-se, inclusive, da questão do porto de Manaus, que não tem condições de operar hoje para um volume importante de comércio exterior, que demanda investimentos pesados, mas que são investimentos que teriam um efeito multiplicador fundamental para a Região.

Enfim, eu tenderia sempre a favorecer muito mais a realização de investimentos locais em infra-estrutura que possam fomentar um desenvolvimento endógeno, porque essa é a única maneira que se tem de eliminar o desequilíbrio regional. Não se elimina o desequilíbrio regional fazendo transferência. A transferência é algo passageiro para fomentar o desenvolvimento local. A transferência não é um fim em si, porque, se ela não fomentar esse desenvolvimento regional, a precariedade continua. É preciso ter um processo de investimentos estimulados e ter uma lógica, inclusive para a empresa privada, nessa direção.

Então, estou convencido também de que, no que se refere à Amazônia - ao Amazonas especialmente - há uma concentração muito grande na questão da Zona Franca e uma colocação, num plano secundário, de outras questões, por exemplo, que são vitais, do ponto de vista do desenvolvimento da Região, e uma não-avaliação correta dos custos fiscais para o conjunto do Brasil.

Esses são os meus argumentos, as minhas observações. A minha preocupação, inclusive, com relação à Zona Franca, que eu já manifestava da época da Constituinte, é o fato de não ter decolado em matéria do desenvolvimento de um processo produtivo local, não obstante os incentivos existentes. E mantenho as minhas dúvidas com relação às inovações feitas. Neste caso, digamos assim, o impacto, do ponto de vista do desenvolvimento regional, será modesto, e o prejuízo, do ponto de vista fiscal, será grande.

Essa é a questão sobre a qual temos que nos debruçar. Se a Zona Franca tivesse cumprido o propósito que a norteou desde a época de sua criação, não tenha dúvida de que ela não teria sofrido a crise que sofreu com a mudança na política de comércio exterior a partir dos anos 80. Portanto, essa questão deve fazer parte da reflexão futura.

Esse processo está caminhando. A nova lei que foi feita começou a ser posta em prática e é irreversível na sua primeira etapa de aplicação. O grande desafio é fazer com que esse novo modelo funcione para desenvolver a Região, e não apenas para ser uma coisa que ninguém quer: uma zona de importações subsidiadas. Isto é essencial, porque, se não se conseguir realmente o desenvolvimento do processo produtivo local em margem apreciável, o futuro será curto. Portanto, essa questão deve preocupar-nos bastante a partir da discussão e reflexão sobre os pontos colocados.

Esses eram os comentários, Sr. Presidente, que eu deixaria aqui como subsídios ao seu relatório e a análises posteriores.

A SRª BETH AZIZE - Sr. Presidente, antes que o ilustre Deputado José Serra se ausente desta reunião, gostaria de transmitir um convite a S.Exª.

O SR. JOSÉ SERRA - Pois não, Deputada Beth Azize, não há problema algum.

A SRª BETH AZIZE - Obrigada. Não é nenhuma indagação, até porque já polemizei muito com o Deputado José Serra em plenário. Muitas vezes S.Exª não estava presente, mas, com certeza, tomava conhecimento disto através de sua assessoria na Casa.

O SR. JOSÉ SERRA - Minha assessoria não é eficiente com todos, mas, com relação a V.Exª, esteja certa que sim.

A SRª BETH AZIZE - Muito obrigada.

Nossa linguagem é um pouco diferente e continuará sendo, daí por que esse convite que lhe quero formular agora. Gostaria de convidar o ilustre Deputado José Serra para conhecer a Zona Franca de Manaus, sem qualquer conotação oficial. Não quero que V.Exª, nobre Deputado, seja um convidado oficial nem da SUFRAMA, nem do Governo do Estado, nem da Prefeitura de Manaus. Quero que V.Exª vá visitar a Zona Franca de Manaus como parlamentar; ofereço-me até para ser sua cicerone - sou uma excelente cicerone, pode acreditar nisto. Creio que, a partir daí, poderemos discutir de um modo muito diferente a Zona Franca de Manaus.

Não estou fazendo esse convite apenas para mudar o curso da discussão desta reunião; ele é muito sincero e objetivo. Seria muito interessante que um parlamentar com a projeção nacional de V.Exª, e até com uma influência muito forte junto ao Ministério da Fazenda, porque V.Exª é uma espécie de Espírito Santo de orelha do Ministro Fernando Henrique Cardoso - todos sabem disto. E não é de hoje: já na Constituinte V.Exª fazia isto - sou testemunha disto.

O SR. JOSÉ SERRA - Não era mais de orelha do que da Deputada, como todo parlamentar.

A SRª BETH AZIZE - Eu também. Quantas vezes consultei V.Exª?

O SR. JOSÉ SERRA - Não sou Espírito Santo de orelha de ninguém e, ao mesmo tempo, de todos. Não é por pertencer ou não ao meu Partido que deixo de manifestar as minhas opiniões.

A SRª BETH AZIZE - Certo. Mas V.Exª tem muita ingerência...

O SR. JOSÉ SERRA - Quantas vezes não procurei V.Exª no plenário, em questões as mais diversas, para expor minha posição. E quantas vezes, inclusive, não fui bem sucedido, ou V.Exª não foi? Então, não sou Espírito Santo de orelha particularmente de ninguém.

A SRª BETH AZIZE - Mas tem uma ingerência muito forte junto ao Ministro da Fazenda, até por razões óbvias. Acho até bom que S.Exª se oriente por V.Exª.

Para concluir: V.Exª aceita visitar e conhecer a Zona Franca de Manaus?

O SR. JOSÉ SERRA - Posso. Especialmente tendo-a como cicerone. Depois combinamos a data.

A SRª BETH AZIZE - Então, muito obrigada. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes que o Deputado José Serra se ausente, gostaria de dar um minuto a cada um dos Deputados.

O SR. JOSÉ SERRA - Não tem problema. O único problema é ficar num pingue-pongue.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está certo. Dou a palavra, primeiramente, ao Deputado Pauderney Avelino e, em seguida, ao Deputado José Dutra, para encerrar.

O SR. JOSÉ SERRA - Sou Líder e V.Exª não. Se não houver votação nominal, não há problema; se houver, V.Exª será chamado.

O SR. PAUDENEY AVELINO - Sem dúvida. Mas a intervenção que gostaria de fazer é no sentido também de, principalmente neste momento, iniciarmos uma discussão não passional, como sugere V.Ex.^a. Dada a importância que V.Ex.^a tem junto ao Ministro Fernando Henrique Cardoso - eu diria até que V.Ex.^a, nessas questões econômicas, é o alter ego do Ministro. S. Ex.^a, inclusive, diz isso. Hoje, há uma frase de S. Ex.^a que funciona mais ou menos dessa forma; portanto, é importante que discutamos essas questões. Sei da posição de V.Ex.^a e devemos conduzir esse processo de uma forma bastante firme, sem passionalismo, sem paixões, porque acredito que alguma coisa tem de mudar no País; mas vamos modificá-lo como um todo.

Precisamos chegar a definições de que a Zona Franca de Manaus não pode continuar sendo atacada, ou que precisa ser revista apenas por ser um organismo institucional oficial; no Porto de Santos, há uma zona franca dez vezes maior que a Zona Franca de Manaus, sem a chancela oficial.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Deputado Pauderney, pediria a V.Ex.^a que fosse breve porque o Deputado deve voltar ao plenário.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sem dúvida, Sr. Presidente. É importante que o Deputado José Serra participe da reunião, aqui ou em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - S. Ex.^a já aceitou o convite e tenho certeza de que estará presente.

O SR. JOSÉ SERRA - Muito Obrigado.

Tenho exposto sempre argumentos de natureza técnica para essas questões. Raramente encontro oportunidade de discuti-los tecnicamente. Em geral, as respostas são: é coisa de Centro-Sul, é coisa disso, coisa daquilo. Assim, a discussão não prospera. Não digo isso para justificar nada. Provavelmente, poucos parlamentares do Sul - sou de São Paulo - terão a mesma preocupação que tenho com relação à questão regional. Na constituinte, fui relator dessa parte, de toda a parte tributária, um trabalho realizado a partir de entendimentos nessa direção. O Deputado José Dutra, que estava ligado às questões econômicas na época, lembra disso.

Queria fazer um apelo, principalmente aos parlamentares, para que realizássemos essas discussões com objetividade, tecnicamente.

Por outro lado, Deputado, a respeito da observação de V. Ex.^a sobre o ponto do Porto de Santos, há muito contrabando em Santos e acredito ser arriscado reivindicar a isonomia do contrabando, que deve ser eliminado, não pode ser utilizado como pretexto para que ocorra em outros lugares. É uma tese original "isonomia para o contrabando". Já estamos sufocados com isonomias de funcionários, disso e daquilo, para estabelecermos uma a mais.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - A tese é de V.Ex.^a e não minha.

O SR. JOSÉ SERRA - Qual tese?

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Da isonomia do contrabando.

O SR. JOSÉ SERRA - Não. É o que V.Ex.^a está sugerindo. Todos que estão aqui entenderam dessa forma. Se no Porto de Santos há uma zona franca maior, está sugerindo que se trata... Foi V.Ex.^a que disse que há contrabando num lugar e no outro. Isso foi dito com toda clareza. É um problema banal, elementar, de dedução do que foi dito por V.Ex.^a. Não posso mais estar de acordo com a idéia de que se pode olhar um problema isoladamente. Por isso mesmo é que levanto o problema da questão fiscal como um problema nacional. Temos que olhar isso.

Cada produto que é vendido sem IPI, cada cruzeiro que não se cobra de IPI, metade deixa de ir para o Fundo de Participação de Estados e Municípios e, no caso dos Estados, 85% deste montante deixa de ir para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então, esse é um elemento importantíssimo para a nossa reflexão, para criarmos algo que funcione. Já disse uma vez.

Sou parlamentar há sete anos e nunca vi questões como as do Porto de Manaus, que tenham sido discutidas com tanta ênfase e com tanta persuasão; e elas são vitais porque se procurou desenvolver um pólo exportador e não se equipou a região de um porto. Isso é um absurdo. Esses aspectos são realmente vitais e precisam ser explorados e discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Deputado José Serra, quero aproveitar o convite de discussão objetiva para passar-lhe um estudo comparativo tributário feito pela Arthur Anderson da parte tributária do Sul e do Norte. Assim, V.Ex.^a terá oportunidade de analisar, quando dessa visita a Manaus, e conversar mais objetivamente.

Para encerrar, passo a palavra ao Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, respeito a competência e o preparo do Deputado José Serra. Tive a oportunidade de constatar isso durante os trabalhos de elaboração da Constituição.

O SR. JOSÉ SERRA - Aliás, só para lembrar, Deputado José Dutra, um dos meus principais assessores no relatório foi o Secretário da Fazenda do Governo do Amazonas, pessoa da maior qualificação técnica. Enquanto secretário, foi uma das pessoas que mais contribuiu para o nosso relatório.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sem dúvida. Trata-se do nosso conterrâneo, Dr. Osias Monteiro Rodrigues. Mas, Deputado Serra, sabendo do posicionamento de V. Ex.^a, gostaria de divergir na parte técnica.

Estou de posse de uma afirmação sua, remetida que foi pelo eminente Senador Bení Veras, feita em São Paulo na última reunião da Comissão, onde

textualmente foi dito o seguinte: "a SUFRAMA foi criada com a finalidade de desenvolver o pólo exportador. Sabemos que isso não aconteceu. Ela se tornou um pólo importador, com uma importação aproximadamente 10 vezes superior às exportações."

Diante dessa afirmação, meu caro colega, fui cascavilhar - como se diz no meu Estado - procurar informações na história.

O SR. JOSÉ SERRA - O Senador Beni Veras gravou o que eu disse, mas preciso verificar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Acredito que V.Exª poderá perguntar objetivamente tendo em vista o que ele leu e o que ele não leu; se realmente afirmou que era só um pólo exportador.

O SR. JOSÉ DUTRA - Não há contestação com relação à afirmação recente. O que quero dizer, Deputado Serra, é que não encontrei, em lugar nenhum (fui buscar nos Anais do Congresso naquela oportunidade, quando o Governo do Presidente Castello Branco remeteu o texto do Decreto-Lei nº 288 para ser aprovado pelo Congresso) nenhuma linha que estabelecesse que a Zona Franca de Manaus foi criada com esse objetivo exportador. Na verdade, destinou-se ao mercado interno. Por quê? Porque naquela altura as barreiras alfandegárias eram terríveis e não tínhamos condições de buscar, de forma nenhuma, uma competição no exterior.

Por isso, não gostaria de deixar passar em branco essa afirmação. Não vejo como pecado o fato de a Zona Franca ter exportado 1/10 do que importou. Vejo que as condições econômicas da região, como consequência do modelo, são incontestáveis. Ocupamos uma grande porção da Amazônia Ocidental e da Amazônia Legal com economia, com geração de empregos, com produção de riquezas, complementando a indústria nacional. Não me basta isso.

Reconheço em V. Exª, Deputado Serra, um homem competente. Queria saber, objetivamente, já que condena o modelo, condena a utilização dos recursos tributários da União para aquela região, o que V. Exª oferece como alternativa para o desenvolvimento daquela região, além desse modelo que, para nós, é o mais poderoso mecanismo de desenvolvimento que possuímos na região. Não temos outro. Se se tirar a Zona Franca de lá, tira-se o coração da região Amazônica e tira-se a esperança do nosso povo. Que proposta V. Exª, como homem vivido, experimentado e técnico da mais alta competência, tem para nós da Zona Franca de Manaus?

O SR. JOSÉ SERRA - Com relação à questão das exportações, sem entrar no mérito do número - V.Exª mesmo não está entrando - devo dizer que numerosas vezes se colocou, inclusive nas discussões, o objetivo exportador. A intervenção de V. Exª é interessante no sentido de conotação de outra alternativa. É a primeira vez, num debate de que participo ou que pelo menos estou presente, que alguém de lá, que é um defensor e muito preocupado com todos os problemas da região, aborda essa perspectiva, porque, inclusive, equivaleria praticamente à idéia da renúncia, à idéia de não ser um pólo exportador e à competitividade. Na verdade, seria apenas uma forma de introduzir produtos no País a uma tarifa mais baixa, com algum grau de elaboração interna, mas muito pobre como motor para estimular realmente o desenvolvimento da produção local. Porque, na medida em que se podia vender com preço sempre mais baixo, dada a forte proteção tarifária, não havia incentivo de verdade, do ponto de vista produtivo, para internalizar a produção. As exigências de exportações e tudo o mais implicam esse incentivo, que é o que interessa - insisto - à região. O que interessa é desenvolver realmente um pólo industrial e a questão da exportação é um instrumento fundamental nessa direção.

Com relação à questão da Zona Franca, Deputado José Dutra, V.Exª sabe que nunca apresentei nenhum projeto propondo a revogação da Zona Franca. Todas as minhas observações sempre foram no sentido de que se deveria procurar fazer mudanças no modelo, com vistas a forçar a internalização maior da produção, adequação às condições locais de disponibilidade de insumos e tudo o mais. Então, dentro da minha proposta, do meu pensamento, não vai a extinção, vai essa reformulação numa direção que possa favorecer essa internalização.

Quanto à questão dos recursos fiscais, que V.Exª diz que condeno, não o faço. Disse aqui, inicialmente, que sou a favor de manter o atual montante de recursos fiscais que são transferidos ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas sou a favor de revisar a sua forma de utilização - esse é um ponto de partida, de ver recursos, que são transferidos dessa forma; recursos que são transferidos daquela e quais são as alternativas existentes. Estou perfeitamente disposto a entrar num debate dessa natureza. Sou a favor de que haja transferência de recursos, e que, fundamentalmente, essa transferência sirva para o desenvolvimento da base produtiva local.

O meu receio, digo com muita franqueza a V.Exª, é que fiquemos apenas num pólo importador com elementos de subsídio dentro da região. Aí o benefício para a Amazônia e para o País será muito pequeno, fora a perda de recursos fiscais. Se isso não acontecer, será extraordinário. A minha preocupação é esta e, dentro dela, gostaria de analisar os problemas de desenvolvimento da região. Apenas isso.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de - apenas complementando - secundar o convite da Deputada Beth Azize, não apenas para visitar, para conhecer a Zona Franca, mas para participar de um simpósio conosco, um debate de horas e horas, em que pudéssemos, evidentemente, discutir por dentro a Zona Franca de Manaus.

O SR. JOSÉ SERRA - A Deputada Beth Azize já fez o convite. Vou combinar com S. Ex^a e V. Ex^a será incluído.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria de agradecer a presença do Deputado José Serra e, principalmente, chamar atenção para um aspecto muito importante que S. Ex^a levantou na exposição de São Paulo.

Incentivos são feitos com a intenção de gerar um pólo local de desenvolvimento autônomo. S. Ex^a levantava a dúvida quanto a se estamos criando na Amazônia, em Manaus, um pólo que tem autonomia ou está muito vulnerável ainda a influências externas. Esse foi um aspecto que me chamou a atenção. Acredito que isso é que nos levará a pensar no que podemos fazer para que o pólo de Manaus tenha autonomia, possa funcionar com força e com dinamismo e não dependendo, constantemente, de recursos externos e que, num certo momento, seja capaz de se auto-sustentar.

O SR. JOSÉ DUTRA - O que foi levantado com mais força pela argumentação do Serra foi proveitoso para todos nós.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Quero agradecer ao Deputado José Serra e dizer que suas observações podem ser um somatório para todos os parlamentares, para todas as empresas da Zona Franca. Nas colocações hoje feitas por S. Ex^a, não vimos radicalismo; S. Ex^a quer ajudar a encontrar um caminho.

Teremos uma revisão constitucional agora em 1993 e acredito que será muito importante a ajuda de S. Ex^a para que juntos encontremos algo melhor para a Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Gostaria de convidar o General Luciano Casalis para proferir palestra.

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - Srs. Senadores, Srs. Deputados:

A disciplina militar prestante, em quarenta anos de serviço, impedem-me de falar sentado como sinal de respeito a esta Casa, que, em 1964, como comandante de um esquadrão de carros de combate, defendi. Aguardei para que pudesse votar o impedimento do Presidente João Goulart sem perguntar por que, porque competia-me, pela época, guardar o Presidente e não garantir sua deposição.

Sou praça de 1953, com quarenta anos de serviço público. Meus companheiros de serviço público, senhoras, senhores, represento aqui, como Vice-Chefe do Estado Maior da Forças Armadas, por determinação do Ministro Almirante Arnaldo e delegação dos respectivos Ministros, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para falar sobre a Zona Franca de Manaus e a ocupação da Amazônia, pela qual essas Forças Armadas já deram tanto sangue, suor e lágrimas, mais suor e lágrimas do que sangue, porque esses, em realidade, foram mais consumidos pelos mosquitos do que pelos inimigos.

Entretanto, em episódio recente em que perdemos dois jovens em serviço militar inicial, a mídia nos tratou como bandidos, como se estivéssemos matando garimpeiros, sendo preciso que o Senado Federal convidasse o Ministro do Exército para que aqui viesse explicar que estávamos defendendo a Pátria contra movimentos de narcotraficantes.

Início a minha exposição, abordando a ocupação da Amazônia desde o princípio.

Em meados do século XVIII, o grande estrategista português, Marquês de Pombal, imaginou a defesa da Amazônia e a executou de forma que, ao final do século, a Amazônia estava mais bem defendida, comparativamente com o Brasil e o mundo da época, do que hoje. Isso por culpa nossa, brasileiros que a herdamos e não lhe soubemos dar o tratamento que a metade do nosso território merece receber.

Já na minha geração, nesses 40 anos de serviço, começando de menino no Nordeste, estava ouvindo no rádio o noticiário da Batalha de Stalingrado, torcendo desesperadamente pelas forças alemãs, quando meu pai, Capitão do Exército, desligou o rádio e nos chamou a atenção dizendo que o alemão era inimigo.

Foi a primeira região brasileira ameaçada neste século, primeiro pelos próprios americanos, cujos planos de invasão V. Ex^as devem ter visto na mídia nacional; depois, pelos alemães, pela importância do Atlântico Sul.

A seguir desta evolução de ameaças, veio a construção de Itaipu. Como sabemos, os argentinos temiam a bomba d'água. Conseguimos dissuadi-los diplomática e militarmente, tanto que, precisando de uma guerra em 1982, a Argentina escolheu atacar a Inglaterra ao invés de Itaipu que estava enchendo.

Agora temos uma nova ameaça, difícil de ser reconhecida. Daqui a 30 anos, leremos na nossa mídia os planos de ocupação, se por acaso não formos capazes de dissuadi-la, caso contrário já não a leremos, porque a Amazônia não será mais nossa.

Teve a Zona Franca de Manaus importância na ocupação da Amazônia? Quando a Zona Franca de Manaus foi feita, eu já era capitão antigo, preparando-me para a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército; era matéria obrigatória do concurso que acabou não caindo. A questão foi sobre Urubupungá.

Antes da Zona Franca e depois da borracha, servidor público federal, inclusive militar, ir para a Amazônia era condenação. Quando não podíamos botar o cidadão, ou os inimigos na cadeia, por falta de provas, nós os mandávamos para a Amazônia. Por este motivo, o Marechal Castelo Branco foi um dos comandantes de Manaus, antes do Comando Militar da Amazônia. A Amazônia era região de castigo.

Com a Zona Franca de Manaus tornou-se possível a ida para o inferno verde, porque o inferno se tornava o inferno brasileiro. Podia-se comprar coisas proibidas em outros lugares; tinha-se a facilidade de trazer, depois de 2 anos, coisas que não se podiam comprar fora de Manaus na época, a não ser arriscando-se ao dissabor de ser preso pela Polícia Federal, pois se tratava de crime de contrabando.

Não quero discutir nada a respeito da parte técnica da Zona Franca de Manaus, porque ao Estado-Maior das Forças Armadas e às Forças Armadas competem a estratégia militar. E nela se inclui a necessidade de ocupação como medida preventiva de dissuasão para evitar ameaças. Creiam V.Ex^{as} que, nas Forças Armadas, sabemos que a nossa obrigação não é ganhar guerras, mas evitá-las. Quando uma Força Armada tem que entrar em guerra, isso significa que ela foi desacreditada, desrespeitada, incapaz de cumprir a sua missão de manter a paz por medidas de dissuasão. No caso da metade do território brasileiro, ainda desocupado, merece ser vista, particularmente nesta Casa, o Senado Federal. D. Laura, minha professora de fim de primário e preparação para o concurso de admissão ao ginásio, chamava-a dessa forma. Estávamos na primeira redemocratização da minha carreira, da minha vida de paz da Pátria. Como homenagem de uma senhora de 70 anos, aqueles homens, representantes do Estado, e Srs. Deputados, representantes do povo, têm obrigação de estabelecer as estratégias políticas nacionais para que nós, funcionários públicos militares, possamos cumpri-las. Sou assessor de V.Ex^{as} e pretendo cumprir essa minha obrigação.

Vamos acabar com a Zona Franca de Manaus, que foi, sem sombra de dúvida, um fator de ocupação da Amazônia e desenvolveu Manaus em sua periferia, ou vamos torná-la mais moderna e competitiva?

Eu perguntaria ao Sr. Superintendente aqui presente: existe na Zona Franca indústria naval de modo a fornecer os meios de transporte naquela imensidão aquática, inigualável no mundo, com massa hídrica, cuja porcentagem desconheço, navegável? Existe na Zona Franca indústria de pescado para abastecer o Brasil e o mundo das miríades de peixes que lá existem? Na Zona Franca existe indústria de couro, particularmente de jacaré?

Meus senhores, não se trata de proibir a matança de jacarés; se ele não for morto, vai morrer de qualquer forma, e o couro se péla. Trata-se de determinar que jacaré pode ser morto e ensinar o caboclo a fazer isso, porque ele não é idiota! Se ele aprender, saberá fazê-lo. E mais: se cada caboclo amazônico matar dois jacarés por dia, a raça não vai acabar, porque nasce mais do que isso. O Amazonas não é o Pantanal! Não se pode comparar a dimensão amazônica com a do Pantanal. Isso é muito bonito para sueco, que nem acredita que sejam tão grandes, porque nasceram em um ovo do tamanho da reserva Ianomami ocupada.

Estudei, Sr. Senador, que o *apartheid*, na África do Sul, condenado por todo mundo, era uma política que determinava o desenvolvimento dos negros em suas tribos, obrigatoriamente afastados dos brancos, sem acesso à área branca. Isso se chamou *apartheid*. Comandei Dourados. Lá, há a reserva Caióá. Comandei a brigada Guaicurus. Os meninos caióas que fogem da reserva são para lá levados de volta a pedido da FUNAI e da Polícia. E, na reserva, suicidam-se. É isso que queremos para os nossos irmãos índios? Que fiquem confinados para permanecer na Idade da Pedra, a fim de que possam vir antropólogos estudar como éramos há muitos milênios? Depois de conhecerem a civilização, devemos dar boas escolhas aos índios para que eles possam, quando adolescentes, decidir o que querem ter. São perguntas das reservas ocupadas. De que adianta eu fazer uma reserva do tamanho da Ianomami se não tenho Forças Armadas para defendê-la, se o efetivo do Exército nacional, somado à Marinha e à Aeronáutica não é capaz de mantê-la livre dos senhores garimpeiros? Heróis do século passado, bandidos de hoje. Por que rendo homenagem a Raposo Tavares e ponho da cadeia os "Raposos Tavares" de hoje? Por que ao invés de persegui-los não lhes ensino a procurar o ouro sem ofender o meio ambiente? É possível.

Portanto, meus senhores, Zona Franca, garimpeiros, caçadores, todas essas outras coisas que estão acontecendo precisam de escola, de modernização, de desenvolvimento. Falo em nome - segundo o finado sanfoneiro Luiz Gonzaga - da maior escola do Brasil: o Exército Brasileiro. Começamos o período letivo, que chamamos de instrução, em fevereiro e o terminamos em dezembro, quando volta o jovem para casa, com uma profissão: no mínimo, guarda de segurança.

Faço novamente a pergunta: onde é melhor eu colocar desempregado: no seguro-desemprego ou no Exército para eu ocupar a Amazônia? Onde fica mais barato? Tiro o jovem do mercado de trabalho, educo-o em um ano, devolvo-o ao mercado de trabalho muito mais capaz. Como faço isso com o mesmo efetivo todos os anos, contribuo para diminuir o índice de desemprego. É melhor deixá-lo na rua assaltando, ou no seguro-desemprego?

Meus senhores, temos um problema seriíssimo de ocupação da Amazônia. As Forças Armadas cooperaram com a Zona Franca -reparem uma coisa: o comando militar da Amazônia não era em Manaus, e sim em Belém; foi para lá por causa da Zona Franca; a flotilha do Amazonas não existia, era em Belém; foi para lá por causa da Zona Franca; a Base Aérea era em Belém. Imaginem o tempo que levava um Catalina de Belém a Manaus; só podia pousar no Rio, não havia Base Aérea em Manaus; foi para lá depois da Zona Franca e hoje existe o aeroporto Eduardo Gomes.

Se a Zona Franca presta ou não, não posso afirmar. Só sei que ela foi um fator de ocupação da Amazônia. Talvez até mais importante do que foi o ciclo da borracha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - General Luciano Casalis, a título de esclarecimento: está o Exército preparado em termos de equipamento? Tem recebido o Estado-Maior das Forças Armadas, as três Armas, recursos suficientes para equipamentos, para treinamento, para ocupação e defesa da Amazônia de um modo geral? Como estão o Exército neste momento e o Projeto Calha Norte? Como estão os destacamentos no interior da Amazônia?

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - O objetivo das Forças Armadas brasileiras, a política militar aprovada recentemente, determina que as Forças Armadas respaldem o desenvolvimento brasileiro, integrados ao desenvolvimento da Nação. Na realidade, não pretendemos ter recursos acima da possibilidade do Brasil, porque já sabíamos, e há muito tempo, que, quando uma nação faz o que a União Soviética fez e despende recursos com Forças Armadas maiores do que a sua capacidade política, do que a sua capacidade econômica e do que a sua capacidade psicossocial, ela vai à falência. E a falência da União Soviética deveu-se ao fato de a nação não ser capaz de manter as maiores Forças Armadas do mundo como tinham.

As Forças Armadas brasileiras não querem isso, mas querem ser, pelo menos, capazes de cumprir com as suas obrigações. Nesses últimos 30 anos - eu disse que tenho 40 anos de serviço - o último governo em que as Forças Armadas tiveram uma dotação adequada foi no do Juscelino Kubitschek de Oliveira. Depois disso e, particularmente nos governos militares, enfrentamos uma ladeira abaixo que nos tornou as Forças Armadas mais baratas do mundo - hoje - e pior equipadas, comparativamente com o poder da nação, com o poder político, com o poder econômico e com o poder psicossocial que a nação tem.

Compete a V.Ex.^{as} a inclusão nos orçamentos. Os orçamentos das Forças Armadas jamais foram estapafúrdios; jamais fizemos uma proposta que a Nação não pudesse sustentar; não somos idiotas. Nenhum oficial chega a ser General com menos de 30 anos de serviço, nem com menos de 50 anos de idade; conseqüentemente, não fazemos propostas que sabemos a Nação não poderá cumprir.

Procuramos alertar, democraticamente, como estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu lhe fiz essa pergunta, justamente porque tenho conversado com os Ministros do Exército, Marinha e da Aeronáutica e estou informado do que se passa dentro das Forças Armadas Brasileiras.

Nós da Zona Franca de Manaus, do Estado do Amazonas, toda a Amazônia, reclamamos por falta de alternativas de investimento e de programa; essa a pergunta que o Deputado José Dutra fez ao Deputado José Serra: qual a alternativa para a Amazônia, se é que há alguma.

A Amazônia é importante. A História registra a venda do Alasca, ou seja, a União Soviética vendendo o Alasca por 7 e meio milhões de dólares para os Estados Unidos. No entanto, veja o aconteceu.

É muito importante que o Poder Executivo mande para o Poder Legislativo melhores propostas orçamentárias, para que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estejam aptos a defendê-las. Aqui, nas duas Casas, tem-se mantido sempre e aumentado ainda um pouco o Orçamento das Forças Armadas, nunca diminuído.

A proposta do Poder Executivo, nos últimos 20 anos, tem sido muito menor. Como defender a Amazônia, o País, com esse tipo de proposta quando vemos corrupção em todos os setores generalizados do Governo?

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - Muito obrigado, nobre Senador.

Companheiro da SEPLAN, perdoe-me ter esquecido o seu nome, leve o recado para o Ministro Alexis Stepanenko, porque o corte começa de lá.

Por necessidade, nobre Senador, sinceramente, se eu fosse Presidente da República - não desejo ser e não tenho condições para tal, porque é uma eleição difícil de ser enfrentada - não priorizaria as Forças Armadas na situação atual do Brasil. Eu daria exatamente a mesma prioridade que o Presidente Itamar Franco.

Amanhã, o Sr. Mauro Morelli vai almoçar no Estado-Maior das Forças Armadas. Participaremos do planejamento de combate à fome que passa, necessariamente, pela falta de indústria de alimentos e de peixes em Manaus. Se houvesse uma indústria de peixes, em Manaus, com aqueles rios produzindo toneladas, seguramente o peixe seria mais barato do que carne bovina; no entanto, não o é.

São dois os animais criados ao léu no Brasil: os peixes e os bois, com exceções.

Desculpem-me por não ter falado da Zona Franca de Manaus. Ela nada mais foi que um instrumento de ocupação da Amazônia.

Qual era a maneira? Vamos ser francos. Manaus é um dos maiores centros de contrabando do Brasil, concorrendo com Recife e Fortaleza. Se conseguirmos levar tudo para Manaus, como Recife e Fortaleza podem ter outras atividades de industrialização, para industrializar Manaus temos de levar o contrabando para lá porque ocuparemos, também, a Amazônia. Assim foi feito.

Hoje, ouvimos reclamações de que a Zona Franca continua concorrendo com o contrabando - e parece que agora está perdendo. Mas, houve época em que ela ganhou, era mais fácil ir a Manaus fazer compras e menos arriscado. Quando a Polícia

Federal funciona, esses ônibus que vão para essas periferias, Ponta Porã e Foz do Iguaçu, buscar coisas proibidas, freqüentemente são presos e a perda é total.

O preço da passagem aérea, realmente, está tornando um pouco proibitiva a ida a Manaus. Reparem, porém, que desapareceu a estrada Porto Velho-Manaus. Por que desapareceu a Porto Velho-Manaus? Coisas interessantes da área. Era uma estrada asfaltada, existiu antes de o asfalto chegar a Porto Velho. Quando o asfalto chegou a Porto Velho, a Porto Velho-Manaus havia desaparecido.

Houve erros estratégicos. Era a Zona Franca e duas estradas: João Pessoa-Porto Velho, passando pelas cabeceiras dos rios amazônicos - chamada de Transamazônica; e a Perimetral Norte - que iria passar pelas cabeceiras dos rios ao Norte. Sobrou pouca coisa. Há hoje grandes cidades com base nessas rodovias: Marabá é uma delas, Altamira e outras. São Gabriel da Cachoeira, por incrível que pareça, é produto da Perimetral Norte. Chegou a ser deslocado para lá um batalhão de engenharia de construção.

Tudo isso parou quando tivemos uma grande dificuldade, que é essa que estamos aqui debatendo porque esta é a Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro.

Acabamos com o processo de substituição de importações, fomos capazes de sobreviver quase sem importar e quase sem exportar, porque somos periféricos no comércio internacional - o percentual, se não me engano, não chega a 2%. Se sairmos dele, o mundo não vai sentir saudades, até porque nossos grandes produtos de exportação são para sobremesa, engordam e fazem mal: açúcar, café, cacau etc. Isso acabou. Não fomos capazes de caminhar com as nossas próprias pernas.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Permite V.ª um aparte, Dr. Frederico Andrade?

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - Com prazer, ouço V.ª, nobre Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Ouvi, atentamente, a explanação de V.ª e fiquei muito impressionado, porque considero que o Exército Brasileiro, as Forças Armadas, não apenas o Exército, têm prestado relevantes serviços à Região Amazônica.

Estive recentemente visitando as Três Armas lá da Região. Estive com o Comandante Militar da Amazônia, estive com o Brigadeiro-Chefe, Comandante da Base Aérea, com o Capitão dos Portos de Manaus, e, nas três oportunidades, fui solicitar a ajuda das Forças Armadas para socorrer o interior amazônico. Uma coisa que me impressiona muito: realmente o Exército brasileiro está andando a pé, não tem condições de prestar mais a ajuda que dispensava antigamente.

Recebi, hoje, uma carta do Ministério da Aeronáutica se negando a atender uma solicitação da Câmara de Vereadores do Município de Carauari, por insuficiência de recursos, porque o Correio não estava atendendo adequadamente o Município. O Correio Aéreo Nacional, através da Aeronáutica, sempre funcionou, não só levando as encomendas e as cartas, como também prestando auxílio às populações do interior amazônico.

V.ª colocou muito bem algumas perguntas ao Superintendente da SUFRAMA, que eu iria apresentar: não existe indústria de pescado. Estamos pugnando para a instalação de uma indústria de pescado na região da Zona Franca de Manaus, não para aproveitar o que somente os peixes da região podem nos oferecer; se pudéssemos aproveitar pelo menos o que é desperdiçado, o que é jogado fora pelos pescadores, já estaríamos dando uma grande contribuição.

Temos um grande problema hoje no interior amazônico, também por falta de alternativa econômica para a região, que nos foi ceifada através da morte programada da cultura da borracha e também de outras culturas, como é o caso da juta, da malva etc.; e hoje viceja - para a preocupação minha e preocupação das pessoas que têm responsabilidade com o País, em especial com aquela região - de uma forma bastante promissora, o narcotráfico na nossa região. Isso, para nós, é de uma preocupação muito grande. Tenho levado essa minha preocupação. Penso que tanto o Exército quanto a Marinha e Aeronáutica podem ajudar nessa questão, principalmente a Marinha e Aeronáutica que dispõem dos elementos, dos equipamentos necessários. Já apresentei essa sugestão, mas obtive como resposta que não há homens treinados para isso. Ora, temos a Polícia Federal, que está treinada, e poderia ser feita uma ação conjunta. Fica a sugestão para que V.ª leve ao Estado-Maior das Forças Armadas.

Portanto, temos essas questões fundamentais da nossa região. V.ª disse que não queria saber se a Zona Franca tinha dado certo ou não. Digo-lhe que, em parte, a Zona Franca deu certo. Não é o modelo que esperávamos que fosse, não é o modelo que almejamos, mas, com certeza, também, não é o centro de contrabando que V.ª afirmou ser. Lá existem homens sérios.

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - Fui mal interpretado. Disse que a Zona Franca de Manaus foi criada como uma maneira de se acabar com o contrabando institucionalizado que havia no Norte e Nordeste, na época anterior a ela. V.ª é muito jovem e não se lembre. Na época, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus eram importantes centros de contrabando brasileiro. Com a Zona Franca de Manaus, o que era um crime passou a ser um fator de ocupação da Amazônia. E, praticamente, a Zona Franca eliminou, não totalmente, mas reduziu e muito o contrabando nessas outras capitais.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Portanto, gostaria de dizer a V. Ex^a que hoje, preocupam-me muito menos as questões relacionadas ao futuro da Zona Franca de Manaus; preocupa-me muito a questão do interior amazônico como um todo.

Só para concluir, Sr. Presidente, Sr. Relator, acumulando as funções de Presidente -, hoje estou muito menos angustiado com a questão da Zona Franca de Manaus, porque tenho certeza que os investimentos que ali estão sendo feitos pelos empresários que acreditam na competitividade da Zona Franca de Manaus, não só dentro do Brasil como também no exterior; tenho certeza que a Zona Franca irá caminhar, num curto espaço de tempo, com suas próprias pernas. A minha preocupação, hoje, é com relação ao interior amazônico.

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - Vou responder a parte que diz respeito ao narcotráfico.

Temos sido pressionados pelo exterior, pelos americanos, especificamente, a participar do combate ao narcotráfico. Não é a destinação constitucional das Forças Armadas. Não somos instruídos nem preparados para isso, que é uma atividade especializada da competência de uma polícia federal que para isso existe. Temos dado, particularmente na área amazônica, todo apoio logístico possível à Polícia Federal, porém, não temos o poder de polícia necessário para executar a atividade, nem é conveniente que tenhamos, não é atividade das Forças Armadas. Instruímos os policiais federais em sobrevivência e combate na selva, temos dado aos policiais federais acesso a várias áreas, Marinha, Exército, Aeronáutica; temos protegido os policiais federais das ameaças de reação, particularmente em áreas de garimpo, ou seja, temos protegido a Polícia Federal, mas não desejamos participar do combate ao narcotráfico.

Agora, vejam o problema mundial do narcotráfico. Inexiste, no mundo, agricultura e agroindústria mais bem financiada do que a produção de drogas. O Primeiro Mundo financia a produção de drogas com uma eficiência inimaginável. Já houve um chefe de estado que solicitou essa eficiência de financiamento para os produtos normais, a fim de que pudessem proibir os produtos criminosos.

Meus senhores, isso está acontecendo no interior do Estado onde fui criado, Pernambuco. O sertão pernambucano nunca produziu nada a não ser em áreas extremamente bem irrigadas. Hoje, o sertão está produzindo, em áreas praticamente sem irrigação, toneladas de maconha para exportação. As áreas de produção de maconha estão se tornando áreas prósperas. Conversando com o Comandante da Polícia Militar de Pernambuco - estou sendo absolutamente franco - quando Comandante da ECEME, em viagem pelo Nordeste, ele me disse: "General, se eu coibir isso, a turma volta a morrer de fome. Eles não consomem aqui, o que que tenho a ver com isso?"

Reparem a filosofia daquele que está no local produtor. Agora, imaginem se forms realmente proibir a agricultura da coca no Peru, na Bolívia e na Colômbia, regiões andinas onde os índios a mascam por uma questão de necessidade respiratória. Qual é a coca que é produzida para o bem e qual é a coca que é produzida para o mal? Então, inclusive, disse a um companheiro americano: estou à inteira disposição, e creio que todos os militares brasileiros estão, para auxiliar as Forças Armadas Americanas no combate ao consumo no Primeiro Mundo. Enquanto houver essa quantidade de consumo que existe e essa eficiência de financiamento, infelizmente, haverá narcotráfico.

O SR. RICARDO MORAES - Queria fazer uma pergunta. Meu nome é Ricardo Moraes. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pelo posicionamento e pela demonstração, como V. S^a falou no início, de um conhecimento generalizado com relação à Amazônia. Um posicionamento dificilmente tomado, pois as pessoas não têm coragem de falar. Porque, infelizmente, a Zona Franca de Manaus é uma das propostas de desenvolvimento e de ocupação da Amazônia, e, em seu início, foram para lá pessoas com os melhores propósitos. A sua decadência, de um certo tempo para cá - na minha concepção - está acontecendo porque algumas pessoas estão querendo ir para lá, mas sem investir em absolutamente nada, e, sim, aproveitando alguns prédios velhos de empresas que faliram por alguma razão e produzindo produtos fabricados nos Estados Unidos ou num outro local do mundo, em outras zonas francas que existem por aí, e não querem investir absolutamente nada. Penso que a permanência da Zona Franca e a sua sobrevivência reside naquelas empresas que lá investiram milhões de dólares e lá estão para ainda investir e criar novos empregos; o que é necessário é modernizar.

O problema é que ninguém quer criar novas propostas. A preguiça de empresários, ou ditos empresários, que, inclusive, saem de São Paulo ou de qualquer lugar do Brasil, não querem desenvolver, investir em novas tecnologias e não querem implantar novas idéias na região da Amazônia.

Então, o que foi colocado por V. S^a com relação ao pescado, com relação ao jacaré, com relação, enfim, a todas as propostas apresentadas, inclusive a madeira, o ouro, ninguém quer investir nessas questões porque o retorno demora. A Zona Franca pereceu ainda mais no início deste ano, com relação aos últimos projetos que lá foram implantados; é que as pessoas não querem ter o mínimo de trabalho, não querem um retorno mais demorado e, sim, um retorno imediato, um retorno de poupança, um retorno de garimpo.

V.Sa. colocou a proposta do pescado e de outras alternativas. Tem acontecido com o Governo do Estado do Amazonas e com os organismos que estão implantados na Amazônia como a SUDAM, SUPRAMA, BASA e outros organismos de

desenvolvimento, qual a discussão e sugestão que as Forças Armadas têm oferecido para as propostas de desenvolvimento daquela região?

Evitando uma nova pergunta, tenho uma proposta. V. S.^a fez referência, também, à questão da construção naval. Tenho uma proposta de implementação da construção naval, um projeto já apresentado e em tramitação aqui na Câmara e um do pescado que estou discutindo sexta-feira com o Ministério de Assuntos Estratégicos, aqui em Brasília, a questão do pescado, o zoneamento de lago e a municipalização do pescado na Amazônia.

O SR. LUCIANO AILANTE CASALIS - O que as Forças Armadas têm dado como contribuição para essa área é, através do Estado-Maior das Forças Armadas, fazer parte de um projeto da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que é a questão do zoneamento ecológico/econômico da Amazônia. Um projeto já de algum tempo que vem sendo estudado e aconteceu, recentemente, uma reunião em Belém.

Agora, reparem no seguinte: atividade de Forças Armadas não desenvolvimento são atividades complementares porque a finalidade das Forças Armadas é a defesa da Pátria, o que não é profissão fácil, é uma profissão especializada. Muito especializada. Tão ou mais especializada do que a Polícia Federal. Então, não podemos estar destinados a outras atividades para as quais existem órgãos específicos no Brasil. Podemos apoiá-los como parte do nosso adestramento, porque também temos atividades logísticas militares que podem ser aproveitadas em benefício de atividades civis de desenvolvimento.

Agora, não pensem que as Forças Armadas podem ser desvirtuadas para tratar nem do campo político, nem do campo econômico, nem do campo social, porque isso não é atribuição delas. As Forças Armadas se destinam à defesa da pátria, ao campo militar, ou seja, evitar confrontos, fazer o Brasil se desenvolver, prosperar e se tornar um País rico - e como digo riqueza bem distribuída - sem necessidade de irmos para o campo de batalha. Reparem que isso vai ser um milagre se for obtido, porque se pesquisarem, na mesa dos dez maiores, na mesa dos sete grandes, não há ninguém, posso nomeá-los todos: China, Rússia, Estados Unidos, Alemanha, Japão, França, Inglaterra, que não tenha perdido mais de um milhão de mortos em combate neste século. Nós temos perdido mais gente atropelada do que em combate e estamos entre os dez maiores, com mais de cem anos de paz. Portanto, somos Forças Armadas eficiente.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - General, muito obrigado pela sua participação e, principalmente, pela sua franquia ao tratar os problemas.

Tem a palavra agora o Sr. Flávio Lira, que vai falar sobre a Zona Franca de Manaus.

O SR. FLÁVIO LIRA - Proponho-me, aqui, a fazer uns rápidos comentários, de caráter avaliativo, sobre a política de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus. Vou procurar ser breve, dado o avançado da hora.

Para iniciar essa minha colocação, gostaria de partir de duas premissas metodológicas. Penso que essa questão da avaliação nem sempre é bem colocada do ponto de vista metodológico. Essas duas premissas são as seguintes: Primeiro - que a avaliação não pode prescindir de um referencial de situações alternativas. Avaliar significa sempre estar comparando com alguma outra coisa. É muito comum se ouvir críticas de caráter absoluto, sem considerar as alternativas que existiriam com relação às políticas adotadas. Essa é a primeira premissa.

A segunda - é que os custos marginais da continuidade de uma política são muito mais baixos do que de uma política nova. O que já foi investido em uma política, como se diz em economia, tinha um custo de oportunidade zero, ou se usa para aquela finalidade ou, então, se aproveita muito pouco do que foi investido. Essas duas premissas são fundamentais para a avaliação.

Iniciamos, conversando um pouco sobre os resultados da política de incentivo à Zona Franca de Manaus.

No período 70/75, o Estado do Amazonas multiplicou por cinco o seu Produto Interno Bruto, quase duas vezes o que aconteceu com a economia brasileira. Esse aumento deve-se, basicamente, a um crescimento industrial. No mesmo período, o Produto Industrial do Estado do Amazonas multiplicou-se por 28, quer dizer, 28 vezes mais, ou seja, a Amazônia praticamente não tinha indústria. A Zona Franca de Manaus é que permitiu que atualmente quase 50% do Produto Industrial da região se origine da indústria.

Em termos de empregos, passou-se de dez mil empregos, existentes no início do período de 70, para seis vezes mais, para 60 mil em 85. Essa situação veio melhorando até 90, a partir de 91, com a crise, seguramente os indicadores são bem mais baixos do que esses. Do ponto de vista de importações, apenas 17% da produção que se realiza na região é de insumos importados. Não é um coeficiente tão alto. O que se importa do exterior é relativamente pouco para esse tipo de indústria, de alta sofisticação tecnológica, e na qual o intercâmbio entre os países é muito grande. Então, importar 17% de insumos com relação à produção não significa muito na indústria elétrica/eletroeletrônica.

Mas, vejamos o outro lado da moeda, os custos. Efetivamente, os custos dessa industrialização, em termos de incentivos fiscais, são relativamente altos. As estimativas da Receita Federal indicam um custo da ordem de 1,3 bilhão de dólares no ano de 91 para a parte industrial e para a parte comercial da Zona Franca de Manaus, ou seja,

mais de 20% do que se produz nesses dois segmentos. É um custo social relativamente alto. Cabe aqui, entretanto, uma qualificação. É que esse custo é arcado muito mais pelas regiões mais atrasadas do País, porque, de fato, ele reduz a base sobre a qual se calcula o Fundo de Participação; quem arca com esse custo não é São Paulo, não é o Rio Grande do Sul, nem o Rio de Janeiro, somente em pequena medida, quem arca com esse custo é o Nordeste e a própria Região Amazônica, que são os principais beneficiários do Fundo de Participação.

Mas esses dados nos levam a uma indagação: existiria um uso mais eficiente para os recursos que foram aplicados na Zona Franca de Manaus? Se quiséssemos alterar a Zona Franca de Manaus hoje, admitamos que, partindo da situação atual, se decidíssemos acabar com a Zona Franca de Manaus e utilizar os recursos dos incentivos para essa finalidade, seria vantajoso isso? Muito dificilmente haveria vantagens. Se acabássemos com a Zona de Manaus e fôssemos importar, o País teria que importar 4 a 5 bilhões de dólares por ano dos produtos que a Zona Franca de Manaus produz, dos quais o País não iria abrir mão, de maneira alguma. Se fosse relocar a indústria da Zona Franca de Manaus também não haveria grandes vantagens, porque nessa relocação se perderia parte importante do capital investido nas indústrias lá, da mão-de-obra treinada lá, dos investimentos na infra-estrutura de lá, sem contar com os inconvenientes de destruir a principal alternativa que tem a região nesse momento.

Então, do ponto de vista das alternativas, não faz sentido pensar-se noutra que não seja manter a Zona Franca de Manaus. Agora seria possível reduzir esse custo? É a que se deve esse custo, que a Zona Franca de Manaus obriga o País a incorrer em termos de incentivos? Aqui é preciso estar alerta para o seguinte: somente parte desse custo se deve à própria Zona Franca de Manaus. O fato de a indústria da Zona Franca de Manaus ser, relativamente, ineficiente deve-se ao País não ter uma política de desenvolvimento tecnológico, porque essa indústria é uma indústria basicamente baseada no conhecimento, a indústria elétrica/eletroeletrônica, deve-se ao fato dos insumos que a Zona Franca de Manaus importa do País, que na maioria são produzidos em condições ineficientes, enfim, somente parte desse custo dos incentivos deve-se à própria Zona Franca de Manaus, então, nada mais justo que se distribua pelo País esse custo, se ele é devido às ineficiências do restante do País. Esse custo de incentivos não é da Zona Franca de Manaus, ele se origina no fato de a indústria do restante do País, que exporta para lá, ser ineficiente e de o País não ter se desenvolvido tecnologicamente para dar apoio a essa indústria da Zona Franca de Manaus.

Se os Senhores me perguntarem se os incentivos foram exagerados, eu diria que de início sim. Mas não haveria outra forma de fazê-lo. Que empresário se deslocaria para a Zona Franca de Manaus num País que concede incentivo de forma generalizada, como era o caso do Brasil, que dá incentivos diferenciados em favor do Nordeste, se não houvesse alguma vantagem adicional em relação à Zona Franca de Manaus? De início, isso era necessário senão ninguém iria para lá. Agora, a partir de um certo ponto, acredito que houve um certo exagero na proteção e nos incentivos fiscais dados à Zona Franca de Manaus, e esse exagero traduziu-se em certa ineficiência da produção local e traduziu-se, também, na acumulação de lucros além do que seria desejável. A Zona Franca de Manaus, até 1990, permitiu uma lucratividade muito alta às empresas, que tinham também bastante ineficiência.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Flávio, sou Senador pelo Amazonas, sou empresário na Zona Franca de Manaus. Já fui proprietário de mais de vinte indústrias na Zona Franca de Manaus e fui Secretário do Desenvolvimento do Estado em São Paulo e atraímos mais de 200 fábricas no Governo de Gilberto Mestrinho, de 82 a 86.

Discordo um pouco com relação ao excesso de incentivos ou com a lucratividade que se teve na Zona Franca de Manaus. Se pegarmos as indústrias da Zona Franca de Manaus, de modo geral, vamos achar uma lucratividade - quanto tem - igual à do Sul, igual a de qualquer país no mundo, que até 90 era da ordem de 10%, o lucro *bottom line*, na última linha. Por que isso daí? Porque o fato de crescerem os incentivos para a Zona Franca, mas o fato de estarem todas as indústrias do mesmo setor elétrico/eletroeletrônico lá, leva essas indústrias a uma competição. Hoje, acredito, temos 12 fábricas de televisores. Imagina: se uma dessas fábricas mandar baixar o preço, a outra baixa e a concorrência, se deixar, leva o lucro a zero. Então, o pessoal começa a trabalhar com lucro de 20, 18, 15, 12, 10, 9, 8, enquanto tiver margem de lucro. Há alguns que pensam em pegar uma parte maior, *market share*, ou seja, uma parte maior do mercado e às vezes trabalha com lucro zero.

Então, na verdade, se formos analisar todas as indústrias que lá estão instaladas, fora o risco que o Senhor colocou, havia o problema, no passado, de se construir o prédio, investir, e só depois de tudo dentro do distrito que a Zona Franca dava autorização. Então, essas empresas, realmente, não tiveram uma rentabilidade assim. Acredito que o Governo Federal devia ter norteado melhor esses incentivos, sem dúvida nenhuma. Mas, o fato de todas as empresas estarem lá, do mesmo setor, fez com que o lucro de todas elas caísse.

O SR. FLÁVIO LIRA - Não sabemos, Senador, que a competição é uma coisa que ocorre assim com tanta frequência em nosso país, principalmente quando se tem uma barreira externa que permite vender no mercado interno a qualquer preço. Existe um estudo da SUFRAMA que mostra que a rentabilidade, mesmo depois das

medidas de 1990 na Zona Franca de Manaus, ainda é superior à média nacional; caiu bastante, mas ainda é superior. Então, anteriormente, deveria ser algo superior à média nacional, inclusive com uma razão até para atrair os investimentos para aquela região.

Dando continuidade aos meus comentários, me pergunto: no momento atual, quais os fatores que explicam a eficiência da indústria da Zona Franca de Manaus? Do ponto de vista da produtividade da mão-de-obra - estive visitando várias fábricas - parece que não há diferenças significativas com a produtividade da mão-de-obra no restante do País. A produtividade da mão-de obra na Zona Franca de Manaus é tão alta quanto a do restante do País.

A questão mais séria da Zona Franca de Manaus, no momento, é o problema do capital de giro, que é muito alto na região. Por que o capital de giro é muito alto na região? Não só porque essas indústrias requerem muito capital de giro, mas por causa da questão dos transportes - aí entra o problema do porto. O custo de transporte, em si mesmo, é baixo, pesa pouco nesse tipo de indústria. A indústria eletro-eletrônica é pouco sensível ao custo de transporte, mas seus produtos, insumos são de preços elevados. E esses produtos e insumos, na medida em que demora muito para serem transportados, requer um volume de capital de giro muito alto. Essa é uma deficiência específica da Zona Franca de Manaus, e que só vai poder ser corrigida, parcialmente, melhorando as condições de transportes para a região. É preciso investir no transporte para melhorar a situação da região, seria investir no Porto de Manaus.

Segundo fator: os custos dos insumos nacionais, e aí essa é uma questão nacional, como já mencionei. A Zona Franca de Manaus importa grande parte dos insumos que utiliza. A menos que o País desenvolva uma política industrial que leve ao desenvolvimento da indústria eletro-eletrônica, da indústria de informática, de telecomunicações, vamos continuar tendo custos altos nos insumos, e isso vai invalidar a nossa capacidade de competir no exterior. O tamanho do mercado do Brasil - essa é uma variável também que não depende da Zona Franca de Manaus - para esse tipo de indústria ainda é pequeno. Os grandes produtores mundiais, como é o caso do Japão, está vendendo para o mercado mundial. Então, temos um mercado pequeno. Suspeito que o tamanho das plantas na Zona Franca de Manaus também seja pequeno por causa dessa pulverização que existe. Então, há custos altos porque as unidades produtivas são pequenas, esse é um problema da Zona Franca de Manaus.

Com o choque da abertura comercial, como se historiou, essa situação sofreu uma mudança brusca, porque reduziu violentamente as alíquotas sobre os produtos importados e manteve os incentivos fiscais. A margem de lucro dessas empresas caiu muito, e os incentivos fiscais, que antes serviam para diferenciar entré a Zona Franca de Manaus e o restante do País, passaram a ser fundamentais para competir até com os produtos estrangeiros. A Zona Franca de Manaus depende dos incentivos hoje para ser competitiva com a produção estrangeira, porque a alíquota externa baixou demais. Então, para reduzir os incentivos fiscais, faz-se necessário alterar as alíquotas externas, senão essas indústrias não vão competir. Enfim, não fico nem num extremo, nem no outro. Acho que a Zona Franca de Manaus pode melhorar sua eficiência, dependendo de fatores locais e, em grande medida, de fatores nacionais. E isso vai determinar uma necessidade menor de incentivos fiscais nos próximos anos. Esses incentivos fiscais, daqui para frente, devem ser alterados de que maneira? Isso é uma sugestão que deverá ser melhor examinada. Acho que não faz sentido renovar a concessão da isenção do Imposto de Renda, que termina, agora, em 1994. Se não se renovar essa isenção, as empresas vão começar progressivamente a pagar esse imposto e, de certa forma, a compensar os incentivos fiscais.

Com relação à isenção do IPI, acho que se pode fazer um cronograma de redução lenta e gradativa. E parece-me que não faz sentido continuar dando isenção ou redução ao Imposto de Importação. Hoje, é pouco importante essa isenção. Isso, inclusive, servirá para que os insumos brasileiros fiquem mais competitivos na Região Amazônica.

Para fechar, a idéia é a seguinte: A Zona Franca de Manaus necessita dos incentivos, mas não na medida em que estão sendo concedidos. Agora, essa redução deve ser gradativa e programada de forma antecipada com redes estáveis para que os empresários possam saber o que vai acontecer, para evitar essa instabilidade. O empresário fica na dúvida se vai fechar amanhã a Zona Franca ou não. Como é que fica? É preciso, então, fazer uma política, deixar as regras estáveis e reduzir progressivamente essas isenções fiscais. Porém, sem a esperança que desapareçam totalmente, porque a Zona Franca de Manaus tem o problema de transporte, de distância dos principais centros do País, e isso precisa ser considerado.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Obrigado, Dr. Flávio.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Euler Ribeiro?(Pausa)

S.Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Nelson Freire, da ABINEE.

O SR. NELSON FREIRE - Tenho, inicialmente, que declarar que aprendi muito nas exposições que foram feitas, e esta última do companheiro Flávio Lira trouxe-me, até, uma satisfação, porque de certa forma alguns conceitos ainda não havia conseguido formalizar em termos de números; os dados apresentados foram extremamente significativos e, demonstrou, assim, um clima de composição, de construção.

Então, gostaria, inicialmente, de deixar bem claro que não precisei ser convidado por Deputado algum para ir à Zona Franca; ofereci-me. Então, logo assumi a Presidência da ABINEE decidi por mim mesmo que seria a minha primeira visita conhecer o parque industrial da Zona Franca de Manaus. Fui muito bem recebido; tive oportunidade de conhecer empreendimentos industriais extremamente significativos. Está aqui presente o meu xará da HONDA. Parabéns pela fábrica. Trabalho com tecnologia japonesa, viajo muito para o Japão e vi uma fábrica japonesa dentro de Manaus. O que fiz foi procurar entender Manaus dentro da realidade brasileira e acomodar o seu futuro dentro desta realidade. Aconteceu que em um determinado momento aquilo que havia havia acordado com os empresários da área de Imagem e Som - uma área que estava totalmente instalada na Zona Franca de Manaus - era o setor para o qual envidaríamos esforços no sentido da sua continuidade, já que todos nós concordávamos que, se o setor de Imagem e Som saísse de Manaus, sairia do Brasil. Não há condições, pelo menos dentro da estrutura industrial atual.

Na minha concepção, o meu grande desapontamento foi quando, através de práticas não corretas, a Zona Franca de Manaus decidiu por si mesma enveredar por segmentos extremamente importantes do setor eletro-eletrônico como, por exemplo, a área de Informática e, eventualmente, a área de Eletrodomésticos.

Naquela ocasião, procurei buscar um entendimento, através dos mais diversos esforços, conversando, principalmente, com o Manuel, de forma que dêssemos um tempo para que não acontecesse aquilo que chamaria de "arrastão industrial", porque estaria ameaçada a indústria brasileira, não só eletro-eletrônica.

Estou falando com a maior sinceridade, de coração aberto. Sou industrial há quarenta anos e sei o que é uma indústria. A forma como foi feita a apresentação dos projetos de informática pareceu-me, claramente, que poderia até ser legal, mas não era legítima. E mais, ia prejudicar o resto do País.

Penso que foi uma decisão estratégica muito ruim para nós da ABINEE que se tivesse tomado essa decisão na SUFRAMA de acomodar a área de Informática. Vivíamos um clima de paz, de entendimento, de acomodação, de buscar aquele projeto que chamo de travessia para o futuro, já que, no momento, não temos um projeto ainda.

O Flávio estava discutindo o que poderia ser feito e o General trouxe uma série de propostas e recomendações, ou seja, estamos aqui ministrando um assunto da forma mais harmônica e, de repente, houve essa invasão que demonstrou que a Zona Franca podia tudo, que a SUFRAMA podia tudo; se quisesse, adentrava até no setor de eletrodoméstico. Não entrou, porque grandes empresários dessa área, através do seu prestígio, do seu lobby, devem ter utilizado até a Presidência da República e foi o que aconteceu: projetos da área de eletrodomésticos foram colocados de lado. Mas o poder de aprovar sempre existiu.

Esse tipo de coisas me preocupou muito. Procurei, conversando com o Manuel, no sentido de construir um entendimento, dar a especialização da Zona Franca de Manaus, sem invadir o espaço que a indústria brasileira como um todo, do Rio Grande do Sul a Manaus, ocupava.

E quem foi o grande prejudicado desta iniciativa? A área de Imagem e Som da ABINEE, que é 70% do setor industrial de Manaus. Lamentavelmente, procurei pessoalmente o Presidente da República, naquela ocasião, para evitar a discussão dos projetos de informática, mas não obtive sucesso. O Presidente, numa decisão política que não me cabe julgar, não teve condições de adiar. Por consequência ou talvez por força do Ministro Alexandre Costa.

Neste momento, sem dúvida nenhuma, a Zona Franca de Manaus ficou exposta a toda a sociedade brasileira. Naquele momento, eu e o Manuel voltamos a conversar novamente, até secretamente, no sentido de propor soluções, para demonstrar aos Senhores como eu e ele sempre procuramos um entendimento, uma solução de conciliação.

Aliás, durante a Feira da ABILITEC, concluímos um acordo que parecia o mais difícil, que foi o processo produtivo básico para a área de Informática. Havia uma celeuma muito grande com a Automática. Reunimo-nos com a Automática e celebramos o entendimento e, hoje, na área de Informática, não existe nenhum problema. O processo produtivo básico foi estabelecido e parece-me que as coisas estão caminhando.

A minha preocupação, com respeito à Informática, é que para certos produtos, como, por exemplo, fac-símile, notebook, nós mesmos demos um prazo de nove meses para que haja uma efetiva fabricação. Assim, no final desse período, aqueles que não forem capazes de efetivamente fabricá-los vão ficar de fora, porque não tem sentido importarmos fac-símiles ou notebooks. Felizmente, esses produtos não são fabricados no resto do País e, portanto, não criam dificuldades.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Nelson Freire, a título de esclarecimento, quem vai fiscalizar o Sul do País no processo produtivo básico para Informática? Na Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA é responsável. Na saída das mercadorias, temos a Receita Federal. Quem vai fiscalizar no Sul do País? A ABINEE vai cooperar? O Ministério da Indústria e Comércio? Quem será o responsável?

O SR. NELSON FREIRE - Concordo totalmente. Em todas as minhas manifestações temos nos preocupado com dois aspectos: primeiro, os critérios de avaliação e análise para aprovação de projetos; e, segundo, a forma de auditar.

No dia 18 deste mês, fui convidado, como Presidente da ABINEE, a oferecer todos os subsídios para a comissão interministerial de como poderíamos aprimorar tanto a análise, para aprovação, quanto os critérios de auditoria, de acompanhamento. Reunimos todos os empresários da ABINEE, elaboramos um longo documento - parece-me que foi a única entidade de classe que ofereceu esse subsídio - e, no meio da reunião, em que nos preocupamos com essa auditoria - concordo, Senador Gilberto Miranda, que essa auditoria deve ser a nível nacional. Como a Polícia Federal existe a nível nacional, como Fiscal de Imposto de Renda existe a nível nacional, como Fiscal de IPI existe a nível nacional, deve haver essa auditoria, não há dúvida nenhuma -, fui surpreendido com uma relação de vinte e tantos projetos que seriam apresentados para análise dali a dez dias. Eu falei: "Mas é um absurdo!" Se o Presidente da República elaborou um decreto, criou uma comissão interministerial para que fossem estabelecidos, de forma definitiva, os critérios e as regras, por que essa precipitação?

No dia 30 de julho, essa comissão deverá concluir seus trabalhos e todos nós vamos estar tranquilos. Não haverá nenhum tipo de dificuldade.

Visitei, mais uma vez, o Ministro Alexandre Costa, sem nenhum sucesso. E mais, ele me ofereceu - devo confessar - o direito de retirar da pauta os projetos que a ABINEE entendesse que merecessem críticas ou dúvidas. Disse-lhe: "Eu não quero ter esse poder. Acho que estamos discutindo, Ministro, uma questão de princípios". O princípio é o seguinte: o Presidente da República estabeleceu, no decreto, que ele quer saber como se deve aprovar e acompanhar projetos; e, enquanto isso não for aprovado, eu não vou dizer nem que é bom, nem que é ruim; vou dizer que não é o momento.

Tenho projetos de diretores da ABINEE - e posso nomear para deixar bem claro: Semp Toshiba, Sannyo, Douglas Mitsumi - que estão nessa lista. Falei a ele: "Não vou fazer diferença. Para mim, estou discutindo o princípio. Estou procurando - não sou dono da verdade -, dentro daquilo que acredito, fazer um bem para colocar as coisas em ordem, para que fique fácil para mim e para todos nós que iremos conviver com a Zona Franca de Manaus.

A minha presença aqui, este depoimento, este testemunho é para demonstrar que, em nenhum momento, deixei de me preocupar com a Zona Franca. Porém, quando ficou transparente que a Zona Franca podia tudo ou que a SUFRAMA podia tudo, já que a constituição do próprio Conselho é de maioria regional, quando os incentivos são federais - até isso precisa ser modificado...

Vou concluir. A minha idéia de estar aqui presente é a de que iniciemos, através deste painel, um entendimento, mas que as partes sejam respeitadas, porque no momento em que não temos condições de opinar sobre um setor industrial que nos atinge... Hoje, se o Conselho da SUFRAMA quiser aprovar qualquer projeto, ele aprova, pois tem maioria entre governadores e prefeitos, e mais o Banco da Amazônia, o Ministro da Integração Regional e o Superintendente da SUFRAMA. São dez votos contra oito, entre Ministério da Fazenda, Planejamento, Assuntos Estratégicos, etc. Não acho isso uma situação justa, absolutamente, para a indústria brasileira como um todo. Vou, de uma forma civilizada, disciplinada, defender esses pontos de vista.

Era essa a minha apresentação. Obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Nelson, o senhor disse que a Zona Franca de Manaus invadiu a área da indústria nacional de informática. Ora, não tínhamos, até então, indústria nacional de informática, apenas algumas poucas empresas que tinham alguns produtos desenvolvidos, algumas já estabelecidas, inclusive, na Zona Franca de Manaus. Portanto, não foi uma invasão, já existiam indústrias de informática produzindo na Zona Franca de Manaus. Não concordo, em absoluto, com a sua afirmação de que a SUFRAMA invadiu a área de Informática.

Dizer que o decreto presidencial que criou a Comissão Interministerial para avaliar a Zona Franca de Manaus teria de esperar a conclusão dos trabalhos para dar segmento a um projeto institucional que, ao longo de vinte e poucos anos, vem-se consolidando, isso não estava escrito em absoluto. Eu, pelo menos, não consegui ler, nas entrelinhas do decreto, que se deveria paralisar a atividade de aprovação ou de implantação de novos projetos, enquanto essa comissão não concluísse o seu trabalho e não emitisse a sua opinião.

Isso especificamente em relação à Zona Franca de Manaus. Por que só a Zona Franca de Manaus deveria paralisar a sua atividade, enquanto a comissão não concluísse o seu trabalho? Essa é uma discriminação em relação à indústria da Zona Franca de Manaus, com a qual não podemos concordar.

O SR. NÉLSON FREIRE - Entendo a sua preocupação e a sua observação. Acontece que, quando fizemos a análise dos projetos da área de Informática, a constatação que ficou bem clara é que se estaria, efetivamente, internalizando projetos ou produtos importados. Esta é a realidade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor me desculpe, mas isso é um caso de fiscalização e de fazer valer a lei. Já existe um processo produtivo que foi fixado para os bens de informática, inclusive na Zona Franca de Manaus. Se alguma empresa produzir algo que esteja em desacordo com esse processo produtivo, também concordaremos com o senhor que essa empresa deverá ser punida com os rigores da lei.

O SR. NÉLSON FREIRE - Desculpe-me, quando criticamos os projetos de informática, não havia nenhum processo produtivo básico ainda decretado. O processo produtivo básico foi decretado às vésperas da reunião.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Na semana anterior, o senhor estava tentando retirar da pauta do Conselho da SUFRAMA os projetos de informática.

O SR. NELSON FREIRE - Exatamente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Já estava fixado o processo produtivo.

O SR. NELSON FREIRE - Não, senhor. O decreto foi publicado às vésperas da reunião.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em 26 de março de 1993, foi publicado o decreto que estabelece o processo produtivo, ou seja, praticamente há três meses.

O SR. NELSON FREIRE - Estamos falando da reunião do dia 26 de março. O decreto foi publicado no dia 25 de março.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o senhor continua tentando retirar projetos de pauta, como o fez na última reunião ocorrida na semana passada, em Manaus.

O SR. NELSON FREIRE - O seu entendimento é de que a SUFRAMA ou a Zona Franca de Manaus não deve aguardar a conclusão da Comissão. O meu entendimento é contrário.

O SR. FLAVIO DUTRA - Queria agradecer as palavras elogiosas do nosso amigo Nelson Freire, Presidente da ABINEE, mas, olhando o tema sobre o qual você deveria falar, "O futuro da Zona Franca de Manaus na perspectiva do setor privado", a impressão que me deu é que você não contribuiu; ao contrário, a sua visão é até para liquidar. Quer dizer, no seu ponto de vista, a Zona Franca de Manaus tem de parar.

Qual a contribuição que você pode oferecer, pois essa é a razão deste debate sobre desequilíbrio regional que está sendo promovido aqui.

O SR. NELSON FREIRE - Foi excelente a sua pergunta porque, quando ouvi outros companheiros, também fiquei com a lição de casa. Cabe a cada um de nós, aqui, oferecer, pelo menos como sugestões para debates e discussões, o que é o futuro. E mais, não existe nenhum empresário da ABINEE aqui presente, mas tenho me reunido sistematicamente - Daniel, você não participou desta reunião - com os presidentes das onze empresas de imagem e som mais expressivas, para discutirmos o futuro. Temos uma comissão que está somente trabalhando para discutir o futuro da Zona Franca de Manaus, aquilo que comentei agora há pouco, chamado de Projeto Travessia.

Posso dar as minhas sugestões, as minhas observações. O futuro da Zona Franca de Manaus depende, sem dúvida nenhuma, como também o futuro da indústria eletro-eletrônica brasileira, de Sul a Norte do Brasil; de nos globalizarmos, de termos preços competitivos a nível internacional para, primeiro, impedir a entrada do produto importado e, segundo, ter condições para exportar. Se assim não fizermos... Não é a Zona Franca de Manaus, é a indústria eletro-eletrônica brasileira. Estou assistindo este filme na ABINEE: após a abertura, temos perdido muitos empregos, muitas empresas, porque elas não tiveram condições de se preparar para competir a nível internacional.

Tenho algumas sugestões para Manaus, em função daquilo que já tem de infra-estrutura. Por que não fazermos como fizeram os Tigres Asiáticos? A Malásia tem um modelo na área de microeletrônica; a China Nacionalista, Taiwan, tem um modelo na área de informática, terminais de vídeo etc; a Coreia tem um outro modelo. Nós devemos buscar o modelo de eletro-eletrônica que queremos para a Zona Franca de Manaus.

Penso que a solução é aqueles empresários que têm coragem e ousadia de empreender levarem esses projetos para o Governo, dizendo: "Queremos implantar um projeto de microeletrônica em Manaus, mas, para isso, precisamos atrair as empresas estrangeiras, que deverão exportar 80%, ficando 20% para o mercado interno". Com isso, garantimos os insumos a preços competitivos para a própria indústria da Zona Franca de Manaus.

A história do jacaré ou a do peixe são exemplos. Temos que criar alguma coisa; caso contrário, vejo que será difícil.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Dr. Nelson, estimamos muito a sua palestra e penso que, realmente, faz-nos falta uma visão da iniciativa privada a respeito do futuro da Zona Franca na área de Informática, na área de Imagem e Som. Será muito bem-vinda a contribuição do senhor em nossa Comissão.

O SR. NELSON FREIRE - Penso que não somente eu, mas a própria ABINEE tem empresários competentes. O que precisamos é dizer que não estamos satisfeitos com esse modelo, pois ele não nos leva para o futuro com tranquilidade. Vamos ter de negociar sempre incentivos...

Gostei muito da palestra do Flávio, porque ele deu uma abertura quando falou que teríamos que conviver com o resto da indústria no País. É um direito nosso o incentivo? É, concordo totalmente com o Serra; mas, como vamos administrar isso?

Estamos aí para colaborar, afinal de contas, pela última vez, o setor de Imagem e Som da ABINEE é 70% do setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus, e ninguém aqui está querendo fechar o setor eletro-eletrônico, ninguém está querendo fechar a Zona Franca de Manaus. Quando falei invadir, disse que estava bom o clima e que não se deve provocar distúrbios, porque perturbará o resto. Na negociação, uma briguinha de algo que representa cem milhões de dólares contra quatro bilhões de dólares, politicamente, criará uma dificuldade, porque você tem o poder.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Então, será muito bem-vinda a contribuição que o senhor quiser fazer chegar a esta Comissão.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação ao Dr. Nelson Freire. Primeiramente, quero dizer que divirjo do seu posicionamento a respeito do processo produtivo básico, em função da comissão que está instituída para estudá-lo e pelas mesmas razões que o Flávio colocou. Gostaria de dizer-lhe as minhas razões, Dr. Nelson. Sou um caboclo que nasceu no Amazonas e sei onde dói o calo do meu povo. Sei que essa comissão vai terminar os seus trabalhos no dia 31 de julho de 1993; que nela estão envolvidos sete ministérios e que os ministros, obviamente, depois de concluídos os trabalhos, vão querer se inteirar do que está acontecendo. Isso vai levar, pelo menos, mais uns dois ou três meses e, durante o ano de 93, não teremos esse trabalho concluído. O que significa isso para nós do Amazonas? Significa ausência de oferta de trabalho e, conseqüentemente, ausência de possibilidade de um grande número de amazonenses viver condignamente, viver bem. Mas não quero entrar nesse mérito. A posição é sua; a minha posição é outra. Quero ficar tranqüilo com a minha consciência, porque venho proclamando isso há algum tempo. Por isso defendo a SUFRAMA, a respeito da qual o senhor falou de uma forma depreciativa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Deputado José Dutra, era apenas para esclarecimento, porque já são 18h30min. e ainda temos depoentes.

O SR. JOSÉ DUTRA - Vou concluir, Sr. Presidente. Eu não entendi as suas críticas de que a SUFRAMA aprova tudo; de os órgãos regionais terem maioria no Conselho da SUFRAMA. Eu gostaria de saber, Dr. Nelson, por que essa aversão a uma maioria regional no Conselho da SUFRAMA? Essa maioria é incompetente, é desonesta? Qual a razão que o leva a se contrapor a essa maioria regional no Conselho da SUFRAMA?

O SR. NÉLSON FREIRE - Acho que, em primeiro lugar, os incentivos à renúncia fiscal são meu, seu e de cada cidadão brasileiro e eu quero, assim sendo, que o Governo que eleger seja o responsável por eles. Portanto, a maioria deve ser do Governo Federal. Todos somos os provedores dessa renúncia. Dessa maneira, penso ser um direito líquido e certo de cada um de nós, como cidadãos, que o Governo Federal, como dono dessa renúncia, decida o que quer bem fazer. É isso.

O SR. JOSÉ DUTRA - Mas a SUFRAMA é um órgão federal, ou não é? Que eu saiba, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu gostaria de esclarecer ao Dr. Nelson Freire que a composição da SUFRAMA é definida pelo Presidente da República, não é, Dr. Manuel?

O SR. MANUEL RODRIGUES - É definida pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Por lei complementar, pelo Congresso Nacional. Então, essa composição não é feita pela SUFRAMA ou, pelo governo estadual mas, sim, por uma lei complementar, uma lei federal.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Essa reclamação deve ser endereçada ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não. Algum Deputado do Sul do País deveria apresentar um projeto para mudança e, conseqüentemente, teríamos uma nova composição. Agora, nós, do Norte e o pessoal do Nordeste, tivemos, por exemplo, uma diretoria do BNDES, com 6 bilhões de dólares, onde foram colocados apenas sulistas na presidência e nada foi destinado para a Região Amazônica. Costumo dizer sempre, para os jornalistas e para quem quer que seja, que na Região Amazônica não temos corrupção nem estatal. Não se ouve dizer por aí que na Região Amazônica uma estatal tenha dado prejuízo ou que tenha havido corrupção. Por quê? Porque o Governo Federal não coloca um cruzeiro lá. A única coisa que nós tivemos foi a renúncia fiscal, e estamos na mesma coisa há 25 anos. Só a título de esclarecimento.

Queria agradecer ao Dr. Nelson Freire, esperando a colaboração do senhor, por escrito, de sugestões para o desenvolvimento da Zona Franca.

Gostaria de convidar o representante da ANFAVEA, Dr. Célio Freitas Batalha.

O SR. CÉLIO FREITAS BATALHA - Em primeiro lugar, um esclarecimento: o nosso Presidente, Dr. Luiz Adelar Scheuer, encontra-se ausente do País, razão pela qual não está aqui presente. Mas trago, em seu nome, uma saudação à Presidência da Mesa, a V.Ex^{as} e a esta Casa.

Na qualidade de Vice-Presidente da ANFAVEA, venho oferecer a contribuição do setor, dentro da temática que é oferecida a exame, ou seja, "O futuro da Zona Franca sob a perspectiva do setor privado".

A nossa principal avaliação, como contribuição a V.Ex^{as}, é um pouco daquilo que estamos participando em estudos com relação ao mercado integrado. Explico: é evidente que se deve reconhecer a importância da Zona Franca de Manaus enquanto projeto destinado a promover o desenvolvimento regional. Sem dúvida nenhuma. A grande preocupação de V.Ex^{as} e desta Casa, evidentemente, e de todos que têm-se debruçado sobre o tema é verificar em que medida esse desenvolvimento pode ser alcançado numa ótica diferente de economia, isto é, num regime de economia aberta, diferentemente daquele regime que foi estabelecido na própria concepção da Zona Franca de Manaus.

Daí a proposta que fazemos de dividir com os senhores apenas a experiência que temos tido nessa integração de mercado. A única diferença em relação, por exemplo, ao projeto do MERCOSUL, ao projeto das zonas de exportação - que constituem, inclusive, objeto de agenda desta reunião -, e a integração com a Zona

Franca de Manaus é uma perspectiva física. Portanto, estamos falando, realmente, de uma experiência de convívio com aquilo que se busca fazer quando se fala de uma globalização da economia, ainda há pouco aqui citada.

Pois bem, essa experiência tem-nos trazido verificações do tipo: é importante incentivar, primeiro, uma integração daquilo que as economias têm de mais forte entre si mesmas. Este é o primeiro passo. Então, entre uma região e outra, na medida em que se busca uma integração que possa oferecer uma condição de desenvolvimento ideal, o primeiro passo é saber aquilo que cada uma das economias, a serem integradas têm de mais forte, de mais significativo, porque nada melhor do que esse item da economia para dar uma condição de preço, de qualidade, de competitividade naquilo que lhe é especial.

Mas isso não significa um passo único; isso é apenas a primeira referência. Um segundo momento: na medida em que se decida - e isso certamente vai ser objeto de uma avaliação e de uma proposta desta Comissão, que está debruçada sobre o tema, buscando conhecer a Zona Franca, buscando examinar e indicar essas novas perspectivas de desenvolvimento com esse quadro de economia aberta -, na medida em que se busque produzir na Zona Franca de Manaus esse ou aquele item, sem determinar aquele que possa ser objeto de um exame maior, à luz de princípios de um processo produtivo básico, hoje perfeitamente definido, cujas etapas de industrialização estão perfeitamente conhecidas, cuja inteireza, evidentemente, visualiza cada uma das etapas, no sentido de serem realizadas concomitantemente e não isoladamente na medida em que se tenha isso, é possível determinar uma participação nacional naquele item que está sendo produzido à luz daqueles princípios de processos produtivos básicos.

Pois bem, a terceira fase - se se puder indicar como fases, como estou fazendo, apenas para efeito de conferência didática - será trazer uma condição comercial de bilateralidade, ou seja, tenho que estabelecer mecanismos nos quais, de preferência, haja uma relação, uma via de duas mãos entre aquilo que se produz na Zona Franca e aquilo que precisa ser utilizado; por que produzir na Zona Franca, em outras regiões, conforme as bases de industrialização das demais regiões em todo o País.

A ANFAVEA tem-se debruçado no Projeto MERCOSUL, tem identificado pontos às vezes complicados, conforme as características de cada um dos países, e o interesse maior do nosso País nessa integração; tem verificado que é importante determinar sobre itens que às vezes não são realizados por certas economias, mas que essas economias querem albergar no seu processo de desenvolvimento uma condição material que identifique um mesmo tratamento em relação às indústrias existentes em outras zonas deste nosso imenso Brasil; isto é, buscar um mecanismo que outorgue um tratamento igual.

Surge, então, a participação do índice de nacionalização, que é algo importante, sem dizer que esse índice de nacionalização necessariamente precise ser igual no primeiro momento em que aquele item seja desenvolvido, esteja começando a se desenvolver.

O importante, enfim, é identificar a partir de um processo industrial perfeitamente definido, à luz de um projeto cuja avaliação vai ser submetida aos setores próprios que congreguem e examinem o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus; saber qual é a possibilidade do produto A, B ou C ser logo fabricado com um índice de nacionalização de 100%, de 90%, de 30%, de 10%, e possa crescer no sentido de não permitir, por um período demasiadamente longo, um tratamento diferenciado em relação a produtos até assemelhados que possam estar sendo realizados em outras regiões do País.

Parece evidente que a Zona Franca de Manaus faz parte claramente de uma perspectiva da política industrial brasileira. Estaremos buscando outorgar essa ou aquela qualidade para uma zona que é parte do nosso território a condição e a definição clara daquilo que queremos que nela seja produzido em relação ao que se faz nas outras regiões, ou seja, qual o grau de integração que aí se faz.

Penso que o primeiro passo já foi dado: a recente publicação de um decreto datado de 25 de março, publicado no dia 26 de março, como ainda há pouco me referi, que é a definição das etapas industriais. O segundo passo, evidentemente, será tanto quanto possível examinar os projetos de desenvolvimento industrial na Zona Franca de Manaus que alcancem e possam abrigar essas etapas industriais que devem ser realizadas concomitantemente, não como um pleito, mas como uma forma de colaboração. Já fizemos isso num exame de integração muito recente com o Uruguai, que tem em nosso setor automobilístico uma expressão muito pequena em relação à produção local, mas que, de algum modo, quer buscar uma integração com o Brasil no sentido maior da globalização da economia, o que certamente permitirá que possamos introduzir e produzir itens com condições de preço, qualidade, escala, para partilhar esses itens com economias mais desenvolvidas.

Nesse exame - e só torno aqui a título de exemplo - da perspectiva das indústrias sediadas no Uruguai - que algumas não têm e não querem; outras não têm, mas querem uma integração com o Brasil - definiu-se, a título de colaboração, a possibilidade de as empresas associadas à ANFAVEA, as empresas associadas ao SINDIPEÇAS, as empresas ligadas à associação que representa os fabricantes de carrocerias, colaborarem no sentido de emprestar o assessoramento técnico que for julgado conveniente para a comissão encarregada de exame desse projeto, no sentido de

se buscar efetivamente, com a experiência e com a vivência que temos - porque esse é o nosso dia-a-dia - a colaboração por todos desejada.

Toda a indústria que temos hoje no Brasil, de algum modo, nasceu a partir de uma sinalização clara daquilo que se desejava. Portanto, que o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus ou que a Zona Franca de Manaus encontre instituto político, jurídico ou econômico destinado a promover o desenvolvimento regional e repensado, a partir de uma economia com perspectiva diferente, que é uma economia aberta como a que o Brasil passou a abraçar a partir de meados de 1990. É o que pode e deve ser realizado como contribuição, a nossa sugestão é que se busque identificar claramente os itens que a própria Zona Franca de Manaus deseja que sejam produzidos para saber em que medidas esses itens, como também outros produtos, podem ser integrados a outras regiões do País. É evidente que se deve buscar num e noutro momento, no prazo de tempo que precisa ser avaliado em relação àqueles itens que hoje têm um índice baixo de nacionalização, uma condição em que, num curto espaço de tempo, não imprimam dificuldade para outras regiões que tenham indústrias semelhantes: dificuldades de colocação de seus produtos de mercado por um tratamento diferenciado. Que não se negue, mas apenas observe-se no sentido de que ele deva ter um tratamento diferenciado para desenvolver efetivamente uma indústria numa região.

Sr. Presidente, eram essas as observações iniciais que desejaríamos expender.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Dr. Célio Freitas, como é que o Presidente e os associados da ANFAVEA vêem o Pólo de Quatro Rodas na Zona Franca de Manaus?

O SR. CÉLIO FREITAS BATALHA - De forma positiva, na medida em que ele representa efetivamente a realização de etapas industriais definidas nesse processo produtivo básico, realizadas tanto quanto possível num índice de nacionalização bastante próximo daquilo que é integrado e realizado pelas demais indústrias que, evidentemente, estão há mais tempo no Brasil e, portanto, há mais facilidade. Mas positivo no sentido de estarmos falando de projetos industriais efetivos. Senador, V.Ex.^a e a ANFAVEA estão falando em projetos industriais efetivos de realização de um desenvolvimento industrial real, de uma produção industrial real, com certeza vê com bons olhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Agradecemos a brilhante exposição do Dr. Célio Freitas.

Esperamos que a própria ANFAVEA, se tiver mais dados, se puder sugerir algo mais com relação ao setor que ela tanto conhece, que é o Pólo de Quatro Rodas, traga maiores facilidades para que esse pólo seja mais bem estruturado e implantado na Zona Franca de Manaus.

O SR. CÉLIO FREITAS - Senador, uma vez mais, os nossos agradecimentos. Sem dúvida, a contribuição que neste momento trazemos e aquela que podemos oferecer, além do conhecimento que porventura V.Ex.^a trouxe para opinarmos sobre um projeto industrial na Zona Franca estará, desde logo, à disposição de V.Ex.^a. E aquilo que houver de mais trazemos na primeira oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Dr. Manoel Rodrigues.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. empresários, Dr. Nelson Freire:

Sou testemunha de que V.S.^a tem acompanhado de perto toda essa nossa reconversão industrial de Manaus e tem apresentado as suas preocupações permanentemente à SUFRAMA.

É uma honra ser o último a fazer a apresentação, mas também não vou, em momento algum, aproveitar-me disso. A última palavra é a que fica, mas preferiria ter sido até o primeiro, porque a minha posição continua sendo a mesma desde o momento em que aqui cheguei hoje.

Durante os dez minutos que o Senador concedeu-me a oportunidade de fazer esta exposição, vou tentar enquadrar-me, começando por um objetivo básico da criação da própria SUFRAMA e da Zona Franca de Manaus, muito embora ela tenha sido criada pelo Congresso Nacional em 1967 e, até então, não implantada nem implementada por falta de definição justamente do que estamos discutindo hoje: os incentivos fiscais.

A primeira RIDA, que foi a Reunião dos Investidores de Desenvolvimento da Amazônia, desencadeou esse processo para toda a região muito motivada - lembrando aqui as palavras do General das Forças Armadas. Havia a preocupação das Forças Armadas em preservar a Amazônia como parte do Território brasileiro. Nesse momento, foi definida a transformação da SPHEVEA em SUDAM; o BCA, que era o Banco de Crédito da Amazônia, em BASA; a criação da SUFRAMA e o redimensionamento da Zona Franca de Manaus e, em seguida - só recapitulando -, a implantação, em Manaus, do CMA - Comando Militar da Amazônia. Mais recentemente, da Flotilha do Amazonas. Tudo isso dentro de um projeto geopolítico de integração da Amazônia ao Território brasileiro, tendo como objetivo básico duas vertentes: o desenvolvimento econômico daquela região e a segurança nacional.

A Zona Franca de Manaus, quando instrumentalizada, através do Decreto-Lei nº 288, traz no seu art. 1º, aquilo que foi lido pelo Deputado José Serra que me permito novamente ler:

"A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia - não do Estado do Amazonas - um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância que se encontram os centros consumidores de seus produtos."

Evidentemente que, para atender a essa premissa e a essa determinação legal, alguns incentivos fiscais foram criados. E à Zona Franca de Manaus coube a responsabilidade de administrar a isenção do IPI e a redução do Imposto de Importação, redução essa que se dá quando do internamento de mercadorias produzidas em Manaus.

Eu gostaria de lembrar a V.Ex.s que uma mercadoria simplesmente importada por Manaus, ao ser internada, não recebe benefício algum; tem que pagar todos os impostos devidos como numa importação regular.

Nós nos enganamos muito quando delegamos à SUFRAMA a responsabilidade da isenção do Imposto de Renda. Esse é um incentivo da Amazônia e do Nordeste, administrado pela SUDAM e pela SUDENE. Os incentivos administrados pela SUFRAMA são concedidos totalmente à produção, e não ao capital. Isto significa que, para auferir esses benefícios, o empresário tem que investir na instalação de sua planta industrial, na aquisição dos bens de capital que irá usar, na compra de insumos, no treinamento da mão-de-obra, no desenvolvimento de uma rede de assistência técnica etc. O benefício somente é concedido após o faturamento. Se a empresa fez tudo isso e não faturou, ela não deu nenhuma renúncia fiscal à Nação.

No que pertence à exportação, todos esses benefícios foram destinados à produção para atendimento de um amplo programa nacional de substituição de importação. Na época, pretendia-se a ocupação da Amazônia, a presença brasileira da Amazônia. Se isso fosse conseguido, a Zona Franca de Manaus já teria atingido o seu objetivo. Não se falava em exportação, mesmo porque se os legisladores da época - e temos que ter respeito pela inteligência deles - tivessem a intenção de criar uma zona franca para exportação, decerto ela estaria implantada hoje no Porto de Santos ou no do Rio de Janeiro, nunca no centro da floresta brasileira.

Não há registro na legislação da Zona Franca de Manaus, nem o tipo de incentivo concedido às empresas lá localizadas contemplam e criam condições diferenciadas do restante do País para torná-la um grande pólo exportador. Ela não foi criada para esse objetivo. Ademais, não foram efetuados investimentos federais mínimos necessários, nem infra-estrutura básica que permitiriam transformar-se numa plataforma de exportação. O Porto de Manaus, desaparecido - o Senador Bení Veras, quando esteve lá, pôde perceber - é o mesmo desde 1902, construído na época pelos ingleses. A BR-174, que nos interligaria ao Caribe - mercado este estimado em US\$ 6 bilhões em produtos similares aos que fabricamos em Manaus -, seria via/Venezuela e até hoje não foi pavimentada, muito embora haja comprometimento do Governo brasileiro com o Governo venezuelano. Destaca-se que a Venezuela asfaltou desde o Pacífico até o marco BV-8, ou seja, Brasil-Venezuela nº 8, e a sinalizou totalmente.

Uma alegação sempre presente é a propalada renúncia fiscal. Tivemos a oportunidade de escutar aqui o Ministério da Fazenda dando o seu depoimento sobre a metodologia de cálculo da renúncia fiscal. Temos uma equipe de técnicos na SUFRAMA que acompanha toda essa renúncia fiscal.

É como algo no final - desculpe-me a comparação - tirado da cartola, porque a imprensa nacional, nos últimos meses, variou entre US\$ 4 bilhões e US\$ 1 bilhão, sem nenhuma consistência técnica, sem nos mostrar em nenhum momento de que forma é calculada essa renúncia fiscal.

Temos o nosso cálculo, o qual abrimos por diversas vezes. Segundo levantamentos nossos da SUFRAMA, observados numa situação *ex-post*, ou seja, após o acontecido, em 1990, no pico da atividade industrial da Zona Franca de Manaus, quando se registrou o maior faturamento (US\$ 9,4 bilhões), a renúncia fiscal para a atividade industrial envolvendo a isenção do imposto de importação - a isenção do IPI, a redução do imposto de importação, a isenção do Imposto de Renda, a isenção do Imposto de Renda sobre a colaboração financeira, e também o ICMS do Governo do Estado do Amazonas, que é uma renúncia discutível, porque, se não houvesse produção, se não houvesse restituição, não haveria a renúncia fiscal, e esta cifra é de US\$ 1.461 bilhão de dólares. Caso fôssemos extrair a isenção do ICMS, isso cairia para US\$ 985 milhões de dólares, no ano/pico da Zona Franca.

No ano seguinte, 1991, a renúncia foi de US\$ 1.102 bilhão de dólares e, sem o ICMS, cai para US\$ 776 milhões de dólares. Os valores de 92 ainda não estão totalmente concluídos, mas são ainda menores, porque tivemos um decréscimo de aproximadamente 30% no faturamento da área industrial da Zona Franca.

Falar em renúncia fiscal sem se levar em conta os benefícios logrados e os objetivos para o qual a Zona Franca foi criada é uma discussão inútil. Ela não é patriótica, não é honesta. Que a Zona Franca vem cumprindo os seus objetivos isso é

uma realidade, porque senão não estaríamos hoje aqui, neste local, com a presença de tão ilustres Parlamentares, discutindo Zona Franca de Manaus e renúncia fiscal.

A área social de Manaus emprega hoje, na atividade industrial, em torno de 42.000 pessoas, somente na indústria, sem se considerar os empregos indiretos gerados na região e no resto do País. Hoje, muitos empregados, em São Paulo, não sabem que só têm o emprego porque existe a Zona Franca de Manaus; caso contrário, talvez não estivessem empregados.

Mas os benefícios sociais em Manaus decorrentes das indústrias lá estabelecidas são aqueles não obrigatórios em outras regiões do País, tais como: transporte, alimentação, lazer, creche, assistência médico-odontológica, educação etc. Entretanto, também presenciamos periodicamente, na imprensa nacional, que a Zona Franca é um paraíso fiscal, quando o paraíso não é tão grande assim, pois, desde 1990, o Estado do Amazonas transformou-se no maior arrecadador de impostos federais da Amazônia, representando aproximadamente 50% de todo o imposto arrecadado.

Em 1990, foram arrecadados 405 milhões de dólares em impostos federais, dados da Delegacia da Receita Federal do Estado do Amazonas. Analisando-se o trabalho do estudioso e amazonólogo, Professor Samuel Bechimo, deparamo-nos com uma verdade que muitas vezes passa despercebida no dia-a-dia, durante os nossos trabalhos. O Estado do Amazonas é hoje um transferidor líquido de recursos à União, ou seja, ele arrecada mais em impostos federais do que o Governo Federal investe no Estado.

Apesar disso, enfrentamos alguns problemas. A abertura foi realmente um grande problema, e os pessimistas chegaram a afirmar que a Zona Franca não se salvaria, não passaria de dois anos, e estamos conseguindo passar. Com a abertura da economia brasileira, a legislação da Zona Franca teve que ser adequada ao novo modelo, que ainda não contempla, por incrível que pareça, nenhum estímulo à exportação. Continua-se entendendo que o Congresso Nacional, ao votar a nova lei da Zona Franca de Manaus, em dezembro de 1991, entendia que o objetivo dela era muito mais a ocupação territorial do que a exploração, porque senão teria embutido nessa legislação incentivos à exportação.

Caso não fosse feita essa adequação da política da Zona Franca à nova realidade brasileira - em que se substitui na época os índices de nacionalização por uma linha mais moderna, que é o processo produtivo básico, que não contempla mais e nem exige a compra de componentes no mercado brasileiro, mas exige, sim, a industrialização efetiva: foram levadas em consideração as políticas brasileiras de competitividade, de qualidade e produtividade -, caso isso não acontecesse, seria engessar a Zona Franca e decretar o seu fim; caso acontecesse o fim da Zona Franca, teríamos acabado com a discutida renúncia fiscal como também com toda a eletrônica brasileira de entretenimento, porque tenho certeza de que a eletrônica brasileira de entretenimento, estabelecida em Manaus, caso acabasse a Zona Franca, não teria condições de abrir suas plantas industriais em outro Estado brasileiro. Nós perderíamos um pouco da tecnologia de produtos que temos; muito da tecnologia de processo que temos. Perderíamos emprego e aumentaríamos substancialmente o volume das importações.

Porque hoje, se nós importamos 800 milhões de dólares para produzir 6 bilhões de dólares e satisfazer este mesmo mercado, nós vamos ter que importar 6 bilhões de dólares. Então, respondendo aos desafios da abertura e da recessão interna a que toda a indústria brasileira ficou exposta, apesar de enfrentar enormes dificuldades, a Zona Franca começou a processar uma reconversão de seu parque industrial. E não está sendo fácil transformar a produção de Manaus em algo competitivo com o similar importado, principalmente nessa continuada redução de alíquotas e dos impostos. Mas eu dou, por exemplo, um dado pego recentemente num dos fóruns mais importantes de que participamos, nos últimos anos, em São Paulo, onde foi apresentado - e é algo facilmente comprovado - que uma TV de 20 polegadas, em 1990, custava em torno de 500 dólares. Já em 92, havia caído para 350. E até o final deste ano - o Dr. Nelson deve estar acompanhando bem isso -, dentro do segmento de áudio e vídeo, a meta é chegar a 320 dólares. Isso significa que os incentivos servem para minimizar os custos locais, como também para diminuir o custo do produto no mercado nacional.

As perspectivas que nós apresentamos é a continuidade desse processo de competitividade. Alguns segmentos da indústria brasileira já estão harmonizados - é o caso da Informática. O mesmo processo produtivo básico estabelecido para Manaus é estabelecido para outras regiões do País.

A nossa expectativa da participação no dia de hoje é de que o Governo brasileiro possa criar programas complementares para a Amazônia, a exemplo do turismo, da interiorização, da agroindústria, da exploração e beneficiamento de minerais etc. Só que estes têm que ser iniciados rapidamente, porque o Projeto Zona Franca de Manaus, que foi algo que alguns consideraram de simples implantação, demorou 20 anos para produzir resultados. E a Zona Franca é o único Projeto do Governo Federal, de desenvolvimento regional, que temos na Amazônia Ocidental.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Dr. Nelson Freire, o V.Sa. gostaria de fazer alguma pergunta ao Dr. Manuel?

O SR. NELSON FREIRE - Gostaria de fazer uma pergunta. O Dr. Manuel acabou de me confirmar aquilo que eu havia dito com respeito ao entendimento do nosso trabalho no setor de Informática. A última tendência importante diz respeito à formalização do processo produtivo marketing, na área de marketing ou de áudio e

vídeo, já que nós, como entidade, temos uma grande preocupação no que diz respeito ao setor de componentes. Tivemos uma queda de venda em componentes para a Zona Franca de Manaus de cerca de 50%. O setor de componentes da ABINEE felizmente é extremamente competitivo, já que ele é um grande exportador, ou seja, ele tem prego e pode entrar a nível internacional. E o processo que a ABINEE propõe para a SUFRAMA contempla uma utilização sem dúvida maior de componentes, já que devemos, para que haja uma acomodação, fazer com que o setor de componentes sobreviva, pois é extremamente vital. Para concluir: o setor de marketing só representa 60% do mercado de componentes das indústrias de componentes sediadas em Manaus e no resto do Brasil.

Gostaria de saber como é que andam as discussões, se já houve contato com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no sentido de se definir o novo processo.

O SR. MANUEL RODRIGUES - Nelson, você tem razão com relação à queda dos 50%. É fato que para cada dólar importado, em 1990, comprávamos - nós, a atividade industrial de Manaus -, no mercado brasileiro, aproximadamente 4,1 dólares. Isso caiu para 2,75 dólares, em 1992. Então, nesses dois anos, tivemos uma desnacionalização, até por conta da abertura.

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o da Ciência e Tecnologia têm o mesmo pensamento nosso. Felizmente, todos estamos pensando na mesma linha.

I I

A indústria de componentes tem que estar atrelada à indústria de bens finais, sob o risco de perdemos a condição de um dia termos produtos finais competitivos. Em relação à indústria de componentes, a de Manaus foi a que mais sofreu; ou seja, dentro do perfil industrial de Manaus, a de componentes foi a que mais desempregou; sem sombra de dúvida, mais de 10 mil pessoas foram desempregadas, na área de componentes, nos últimos dois anos. Temos que começar a retomar isso a nível de país, não só de Manaus.

As empresas de componentes vinham, também - assim como a Zona Franca, assim como o Brasil -, de uma reserva de mercado total - que não era só de Informática, nós nos enganávamos acusando só a Informática de reserva de mercado, tudo era uma grande reserva de mercado -, e não se dava atenção para custos.

Lembro-me de que um cristal oscilador nacional, utilizado em TV, custava cinco vezes mais do que o importado. Mas exigíamos que o cristal nacional fosse comprado no Brasil.

O papel da ABINEE é fundamental, juntamente conosco, nessa acomodação de interesses, porque isso é um grande negócio entre os fabricantes de componentes finais e de componentes, para que eles cheguem a preços competitivos e para que consigamos ter um produto final mais barato.

A nossa linha de trabalho é essa. Temos que estimular e dinamizar a indústria de componentes.

Fiquei muito feliz quando soube que a Philco, a Sharp, a Gradiente, estão se unindo para fazer grandes pacotes de compras. Por exemplo: o flyback. Então, vamos padronizar um flyback e desenvolver um único fornecedor de flyback, do yok(?), de algumas placas de circuito impresso, montadoras específicas de placas de circuito impresso, na área de plástico etc.

Estou percebendo que eles começam a entrar nessa linha de trabalho. Recebi um telefonema do Regis Guimarães, da Sharp, a respeito de uma orientação do Sr. Matias Machline, de começar a - eu não diria nacionalizar mais - tornar menos dependente do exterior alguns volumes de produção dele.

O SR. NELSON FREIRE - Mas entendemos que o processo produtivo básico - e oferecemos a nossa proposta - é uma forma de incentivar uma industrialização maior, a concentração...

I I

O SR. MANUEL RODRIGUES - A partir da não-permissão dos 18% de classe, as montadas - e isso está em estudo no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Não há ninguém do Ministério, aqui. Se houvesse, poderia dar uma explicação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Deputado José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA - Sr. Presidente, queria apenas registrar a minha satisfação de ver que a SUFRAMA, apesar de todos os dissabores, de todas as incompreensões, de toda a incerteza que no curso de 26 anos se abateu sobre ela, apesar de tudo isso, ela caminha. Caminha para cumprir a sua destinação histórica de ocupação econômica do Norte do País; caminha para amanhã disputar o mercado do Caribe - conforme sublinhou bem o Dr. Manuel Rodrigues, e, quem sabe, ocupar outros mercados no exterior, na medida em que se efetivar a ligação da Amazônia com o Pacífico, encurtando em cerca de 5 mil milhas marítimas em relação ao Sudeste Asiático. Nessa hora, com certeza, teremos um novo horizonte para o nosso povo, para a nossa gente.

Estou convencido de que, agindo com essa determinação, com essa coragem, que é inata nos amazonenses e nos empresários que escolheram a Zona Franca de Manaus para ali implementarem as suas atividades industriais, nada vai frear

os nossos passos. Todos os temporais, todas as borrascas, haverão de ser superadas pela nossa determinação, pela nossa coragem e pela nossa vontade de servir ao Brasil.

Hoje não posso mais dissociar a Zona Franca de Manaus do processo industrial brasileiro. Ela faz parte desse processo e, com certeza, no futuro, ainda terá uma significação muito maior nesse contexto da vida econômica do nosso País.

Quero cumprimentar o Dr. Manuel Rodrigues pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da SUFRAMA, e tenho certeza de que, juntos, irmanados na mesma fé, no mesmo entusiasmo, na mesma coragem, haveremos de vencer todas as dificuldades que se antepuserem à Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quero agradecer a presença do Dr. Manuel Rodrigues, de todos os senhores, de todos os palestrantes, dos Srs. Parlamentares: Senador Aureo Mello, Deputado José Dutra, Deputado Atila Lins, Deputada Beth Azize, Deputado Euler Ribeiro, Pauderney Avelino.

Gostaria de pedir, também, aproveitando a presença do Dr. Nelson Freire, que a ABINEE faça gestões junto à Receita Federal, junto à Polícia Federal, no Sul - dois órgãos muito operosos.

Temos na Superintendência da Receita Federal, em São Paulo, uma pessoa que conhece muito a Zona Franca de Manaus, que já esteve lá como Secretário das Finanças da Prefeitura, Dr. Salazar, ele é maranhense. Tenho certeza de que ele conhece bem o problema. O Porto de Santos está em suas mãos, assim como toda a administração do Estado de São Paulo.

Então, seria muito importante que a ABINEE também fizesse gestões para que a Polícia Federal, trabalhando em conjunto com a Receita, acabasse ou, pelo menos, tentasse diminuir o contrabando.

Os dados que nos foram dados de Ciudad del Est é algo estarrecedor! No Brasil entram, por essa cidade, 4 bilhões de dólares, por ano, cruzando a ponte. E hoje, o Governo paraguaio cobra, como se fosse um ICM, uma taxa sobre essa circulação de mercadorias.

Então, seria muito importante a ação conjunta da Polícia Federal e da Receita Federal, porque, com isso, estaríamos incentivando também as empresas de componentes do Sul, que mandam seus produtos para a Zona Franca de Manaus, deixando de entrar computadores, partes e peças, tudo por meio de contrabando. Todos sabemos que isso ocorre. Só falta a comprovação. Quando a Receita pega, quando a fiscalização pega, vemos grandes *containers* de contrabando entrando e vendendo onde? Em São Paulo. Então, creio que essa intervenção seria muito importante.

Foram também muito valiosas as exposições do Deputado José Serra, do representante da ANFAVEA e dos demais. Parece-me que há um consenso: não podemos acabar, não devemos acabar e não devemos combater diretamente a Zona Franca, pois ela pertence ao Brasil, é um pólo avançado do Governo brasileiro, da economia, no Estado do Amazonas. A manutenção de todo aquele Estado, de toda a Amazônia, é muito importante ao País. Se não é importante a curto prazo, o será a longo prazo, sem dúvida nenhuma.

Devemos, nessa revisão constitucional, sem paixões, mas dentro do que é possível, todos os segmentos que estão envolvidos na Zona Franca de Manaus, todas as associações, sindicatos, trabalharmos para que o Governo Federal invista na Amazônia e crie condições para que não estejamos concentrados em 98% da economia na Zona Franca de Manaus. E não vamos fazer como se faz na abertura das importações, mas faremos algo gradativo, sério e bem detalhado - como disse aqui um dos palestrantes -, para que não tenhamos surpresas e venhamos a saber quais são as regras do jogo.

Quero agradecer a todos os senhores. Se alguém tiver mais alguma contribuição, que a envie ao Relator, Senador Beni Veras, profundo conhecedor do assunto, dos nossos problemas, já tendo morado na cidade de Manaus; é uma pessoa dedicada e competente. Tenho certeza que teremos um relatório excepcional desta reunião, com a participação de todos os senhores.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 10 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1993.

As quinze horas e vinte minutos do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e noventa e três, no Auditório do Automóvel Clube de Montes Claros, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, em Audiência Pública realizada em Montes Claros - MG, presentes os senhores Congressistas: Senadores Beni Veras, Carlos Patrocínio, Pádua Tito, Júlia Marise e Alfredo Campos, Deputados Wilson Cunha, Maria Valadão, Osvaldo Coelho, Humberto Souto e José Aldo. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Declara aberta a reunião, o senhor Senador Beni Veras, convidando os senhores: Arlindo Porto (Vice-Governador do Estado de Minas Gerais), Luiz Tadeu

Leite (Prefeito de Montes Claros), Arlem Santiago (Presidente da AMAMS - Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE), Gil Pereira (Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros), Senadores Ronan Tito, Alfredo Campos, Júnia Marise e Carlos Patrocínio, Deputados Federais Getúlio Neiva, Wilson Cunha, Maria Valadão, Osvaldo Coelho e Deputado Estadual Roberto Amaral, para tomarem assento à mesa. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Vice-Governador Arlindo Porto. De posse da palavra, o senhor Vice-Governador fala sobre "Uma Política de Desenvolvimento para o Norte de Minas Gerais". Em seguida, o senhor Presidente convida os senhores Lourenço José Tavares (Representante do Ministro da Integração Regional), José de Alencar (Presidente da FIEMG) e Deputado Humberto Souto, para tomarem assento à mesa. Ato contínuo, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Senador Ronan Tito. De posse da palavra, o senhor Senador fala sobre "O futuro do País para um futuro que haverá de ser grande". Em seguida, o senhor Presidente projeta transparências que mostram constatações feitas pela Comissão, as quais dão uma visão melhor do problema regional brasileiro. Após, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Prefeito Luiz Tadeu Leite. De posse da palavra, o senhor Prefeito fala sobre "A Expectativa do Povo do Norte de Minas com Relação à Audiência Pública". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Vereador Gil Pereira. De posse da palavra, o senhor Vereador fala sobre "A Importância do Legislativo no Processo de Desenvolvimento do País". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor José de Alencar. De posse da palavra, o senhor José de Alencar fala sobre "A Industrialização da Área Mineira do Nordeste". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra a senhora Senadora Júnia Marise. De posse da palavra, a senhora Senadora fala sobre "A realidade social e econômica do País". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Airson Lóssio (Presidente da CODEVASF). De posse da palavra, o senhor Airson Lóssio fala sobre o "Projeto de Irrigação para o Vale do São Francisco". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Lourenço José Tavares. De posse da palavra, o senhor Lourenço José Tavares fala sobre "A Política do MIR para Atenuação dos Desequilíbrios Regionais". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Deputado Osvaldo Coelho. De posse da palavra, o senhor Deputado fala sobre o Polo Petrolina-Juazeiro. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Valfrido Salmito (Representante do BNB). De posse da palavra, o senhor Valfrido Salmito fala sobre "A Importância do BNB no Desenvolvimento da Área Mineira do Nordeste". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Leonides Alves (Representante da SUDENE). De posse da palavra, o senhor Leonides Alves fala sobre "A Atuação da SUDENE na Área Mineira do Nordeste". Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Arlem Santiago. De posse da palavra, o senhor Arlem Santiago fala das reivindicações da AMAMS e entrega documentos para que sejam analisados pela Comissão. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Edilson Brandão (Prefeito de Janaúba-MG). De posse da palavra, o senhor Prefeito fala sobre o trabalho que realizou para identificar as potencialidades da região. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao senhor Deputado Humberto Souto. De posse da palavra, o senhor Deputado fala a respeito da reunião. Assumiu a Presidência da reunião, devido a necessidade do senhor Presidente ausentar-se por instantes, o senhor Senador Alfredo Campos. Em seguida, o senhor Presidente agradece a presença dos senhores Congressistas, autoridades e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Secretário da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.



SENADOR BENI VERAS

ANEXO A ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SENADOR HÉLIO ALVARES
RELATOR SENADOR BENI VERAS

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO E DISQUETE)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão que analisa o desequilíbrio inter-regional.

Convido para fazer parte da Mesa os seguintes Parlamentares: Deputados Getúlio Neiva, Wilson Cunha, Maria Valadão, Péricles, Roberto Amaral e Osvaldo Coelho. (Palmas)

Concedo a palavra ao Sr. Governador do Estado, Dr. Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO - Exmº Sr. Senador Beni Veras, Presidente desta Comissão; Exmº Sr. Prefeito Municipal, Dr. Tadeu Leite; Srs. Senadores representantes de Minas Gerais: Júnia Marise, Ronan Tito e Alfredo Campos; Senador Carlos Patrocínio, filho desta cidade, representante do Congresso Nacional; Srs. Deputados Federais; Srs. Deputados Estaduais; Srs. Vereadores; Sr. Presidente da Câmara Municipal, Gil Pereira; minhas senhoras e meus senhores:

Inicialmente, queríamos trazer os nossos cumprimentos: de Minas Gerais e do Governador Hélio Garcia aos Srs. Senadores e Deputados que compõem a Comissão Mista e que hoje têm a responsabilidade de estar em nosso meio.

Sentimo-nos privilegiados pela grande motivação de integrarmos o País. Sabemos da responsabilidade que tem Minas Gerais como um Estado que sempre se colocou na condição de equilíbrio nacional, na condição de um Estado importante no seu processo econômico e social, mas também no seu processo político. Por isso, consciente dessa tarefa, pela representatividade do nosso Estado no Congresso Nacional, queríamos dar as boas-vindas a todos os visitantes, a todos os senhores que, como nós, têm consciência da necessidade de consolidarmos o federalismo em nível nacional. Precisamos, sem dúvida, de uma política econômica e uma política social; uma política em nível nacional que possa trazer para toda a população brasileira momentos de perspectivas de dias melhores e de novas realidades.

Vivemos um momento de crise hoje e num passado recente: crise econômica, financeira, ética, moral e do pessimismo. São crises que, a todo instante, assolam o País, fazendo com que tenhamos que viver este momento de tanta intranquilidade. Mas a hora não é de lamentação. Este encontro se reveste para nós da maior importância porque, muito mais do que fazermos uma avaliação do que aconteceu, devemos projetar o futuro, avaliando a realidade do presente. E o futuro nos assegura, tenho certeza, pela coragem dos brasileiros, pela convicção de responsabilidade de cada homem público e pela expectativa da população, o sentido de que deveremos caminhar na busca de dias melhores.

Por isso, estamos aguardando ansiosamente uma política econômica que permita a todos nós essa perspectiva e essa certeza de dias melhores. E esperamos, portanto, que esses anseios possam ser traduzidos dentro de uma perspectiva de realidade, e não apenas de sonho. De sonhos vivemos outrora e, na realidade, não conseguimos.

A Constituição abria para a população brasileira um momento de euforia. E 1988 se foi, cinco anos se passaram e não aconteceu aquilo que a sociedade esperava - sabemos que a sociedade, às vezes, esperava o que não era alcançável - mas este é um momento para, com mais equilíbrio, com mais ponderação, fazermos a revisão constitucional adequada ao Brasil de hoje, ao Brasil de amanhã e ao Brasil de sempre.

Sabemos que há necessidade de procedermos a uma reforma fiscal. Não podemos mais conviver com esse processo centralizador, quer seja no Estado, quer seja na União. Entendemos que todos os três níveis - União, Estados e Municípios - devem ter independência bastante para fazer o atendimento direto e objetivo aos segmentos da sociedade. E não nos podemos esquecer que o cidadão vive no Município, faz parte de um Estado e compõe a nossa Federação.

Enfim, aqui estamos para poder trazer, em nome de Minas Gerais, em nome do nosso Governador, Hélio Garcia, um destaque para este momento importante em que precisamos, mais do que nunca, traçar uma política que possa fazer com que os desequilíbrios regionais, se não reduzidos, possam sê-lo. Temos certeza de que essa redução acontece no desejo, na ansiedade e na busca de cada equipe técnica. Por isso, temos o Ministério da Integração Regional que, através da SUDENE e das várias empresas públicas federais, procura dar a sua contribuição. Sabemos que a CODEVASF, a SUDENE e outros institutos, órgãos e organismos estão sempre voltados para tentar corrigir esse desequilíbrio. Mas, lamentavelmente, não temos conseguido.

Hoje, mais do que nunca, a região do norte de Minas é diferenciada de grande parte do Estado pelas suas dificuldades climáticas, econômicas, financeiras e,

conseqüentemente, agravando o desequilíbrio social. Temos consciência sim de que o PAP é importante para nós. Deveremos registrar sim que os recursos do PIN-PROTERRA auxiliam bastante a região, assim como os recursos do FINOR e o Banco do Nordeste Brasileiro, com as suas linhas de crédito especiais. Mas isso não corresponde ao que a população deseja, e não atingiu ainda o objetivo maior que é de promover o nivelamento de uma questão social em toda a região do norte de Minas. O PROMOVALE aí está: uma grande alternativa e uma grande expectativa que os Srs. Senadores e Deputados Federais colocaram no Orçamento e está agora na perspectiva de curto prazo da sua implementação e da sua execução.

Eu diria que o Governo de Minas, mais do que nunca, é solidário a esse trabalho conjunto da Bancada Federal no Senado e na Câmara. E V. Ex^{as} podem estar certos de que o Governo de Minas Gerais não deixará de estar presente, trazendo a sua contribuição financeira e a participação de toda a nossa estrutura administrativa espalhada por toda a região e por todo o Estado.

O Programa de Combate à Seca aqui está como uma realidade. A SUDENE, de maneira aberta, com horizonte bastante avançado, reconheceu que, dos 50 Municípios, 46, hoje, estão em estado de calamidade pública, decretada pelos Srs. Prefeitos.

A primeira parcela de recursos já foi liberada. Os 46 Municípios já estão conveniados. Mas sabemos da expectativa e da necessidade dos demais - mais quatro - de poderem também ser contemplados, porque toda a região de Minas guarda a mesma situação de dificuldade, de desemprego, de falta de chuva e de miséria.

Enfim, essa é uma responsabilidade nossa, de apoiar os segmentos mais frágeis e os que precisam da nossa participação.

Enquanto Governo de Minas Gerais, queremos reafirmar que manteremos a nossa postura e a nossa filosofia de governo, priorizando a educação e, nesse processo, devemos destacar que o desenvolvimento está intimamente ligado à educação. Não conseguiremos desenvolver um Estado, uma Região, um Município e uma sociedade se não tivermos esta sociedade preparada, educada e culta.

O Governo de Minas Gerais aplicou, no ano de 1992, 35,26% de toda a sua arrecadação apenas na área da educação, numa demonstração clara de que, para nós, ela é prioritária.

Saúde tem sido um segmento e um setor no qual temos investido de maneira sumária, direta e impertinente. E, quando falamos em saúde, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, entendemos não apenas a distribuição de medicamentos, o atendimento de consulta médica, a abertura de hospitais; entendemos que a saúde começa pelo saneamento: água tratada e esgoto sanitário para toda a população e, a partir daí sim, o atendimento emergencial e o atendimento curativo.

Eu destacaria, além de saúde e educação, algo que é imperioso nesta Região: a necessidade de uma grande infra-estrutura, que possa permitir desde energia elétrica até construção de estradas, para que as riquezas possam ser geradas na Região, abrindo oportunidade de emprego, de trabalho, gerando riqueza e o cidadão conseguindo a sua dignidade. Por meio do trabalho e do desenvolvimento poderemos, aí sim, acabar com o desnível daquilo que existe de tão precário, que é a condição humana em que vivemos.

Sr. Presidente da Comissão, nobre Senador: em Minas Gerais, o Estado é administrativamente dividido em 38 associações microrregionais, forma de gerar maior agilidade na nossa administração. E esta Região, componente de 50 Municípios, a AMAMS - Associação Mineira dos Municípios da Região Mineira -, compõe uma associação combativa, sempre presente na busca da união de esforços e na busca de que essa união, no processo administrativo, possa também ser uma sustentação política.

Por isso, aqui estamos, trazendo as nossas boas-vindas, definindo as prioridades do nosso Governo para destacar que estamos orgulhosos de receber V. Ex^a e os demais Senadores, mineiros ou não, que vêm discutir com a sociedade do norte de Minas e com parte da sociedade mineira o que é importante neste momento. O importante para nós é a união; o importante para nós é exercermos o grande processo democrático que tanto almejamos e que hoje, no dia-a-dia, procuramos exercitar. É a participação dos senhores, quando vêm de Brasília ao interior de Minas Gerais, consolida o fato de que a democracia hoje é uma realidade; e a democracia começa com o debate, com o diálogo, com o respeito e com a oportunidade de cada um trazer a sua sugestão; os senhores com a responsabilidade maior, que é a de traçar diretrizes e políticas para que o Poder Executivo possa implementá-las no bem-estar do convívio de toda a nossa população.

Felicidades em nosso Estado e obrigado pela distinção de estarem aqui no interior de Minas Gerais, nesta cidade que busca, cada vez mais, dar também a sua contrapartida no desenvolvimento regional.

Ao Prefeito Luis Tadeu Leite, que recebe na sua cidade, e ao Presidente da Câmara Municipal, os cumprimentos do Governo de Minas Gerais e a segurança de que haveremos, com este encontro, de dar, de maneira efetiva e clara, o que há de melhor para Minas e para o Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Convido a fazerem parte da Mesa o Dr. Lourenço, representante do Ministro da Integração Regional, Alexandre Costa; o

Dr. José de Alencar, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Dr. Lúcio Bem-Querer, Presidente da Associação Comercial. Registro também a presença do Deputado Humberto Souto e convido-o a participar da Mesa.

Em virtude de o Senador Ronan Tito precisar retirar-se dentro de algum tempo, passamos a palavra a S. Ex.^a para o seu pronunciamento.

O SR. RONAN TITO - Sr. Presidente da Mesa, Senador Beni Veras; Sr. Governador Arlindo Porto; Sr. Prefeito Municipal, meu compadre, Deputado Luís Tadeu; Srs. Senadores; distinguidas autoridades presentes à Mesa e as que não querem aqui chegar, embora convidadas, e outras autoridades que aqui não estão por falta de espaço:

Eu queria pedir vênias a todas as autoridades para cumprimentá-las na pessoa do Senador Carlos Patrocínio, Senador nascido em Montes Claros e que hoje está aqui nos honrando com a sua presença. Dizer a S. Ex.^a bem-vindo à sua casa, creio que não tem sentido, mas antes, distinguidas autoridades, de entrar no âmago do meu discurso, eu gostaria de me desincumbir de uma responsabilidade que me foi dada pelo Presidente do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, Dr. Hindemburgo Pereira Diniz, que me pediu para dizer que ele aqui, hoje, não se encontra por ter de preparar um encontro dos bancos de desenvolvimento, que deverá acontecer na quarta-feira, na Argentina. Mas todos sabem do seu apreço por esta Região, inclusive quando inclui no seu programa o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, na luta para aplainar, diminuir as diferenças regionais que temos no Brasil nesse instante.

Quero também salientar o trabalho do Vereador Gil Pereira, que foi um incansável batalhador para que esse Encontro se realizasse hoje e aqui, visitando-nos diversas vezes, pedindo, insistindo para que eu mostrasse aos Srs. Senadores desta Comissão Mista e aos Srs. Deputados a importância deste encontro que estamos realizando pelo Brasil afora. Este não é o primeiro e espero que não seja o último. Pretende-se encerrar aqui esses estudos, mas a luta deve continuar. Precisamos definir, antes de tudo - e agora é o momento -, que tipo de País queremos para nós, para os nossos filhos e, no meu caso e no dos mais velhos, para os nossos netos.

Ouvi, outro dia, uma definição extraordinária do Brasil: "o Brasil é como um elefante amarrado num pé de cenoura, atado em um pé de cenoura". Está na hora de desamarrá-lo, mas não basta isso; é preciso induzi-lo, conduzi-lo para um futuro que haverá de ser grande, pois foi assim que os nossos antepassados o criaram: grande e para ser grande. Não podemos ter mais décadas perdidas; não podemos e não devemos ter sequer mais um ano a perder.

Tenho um certo orgulho de ser o autor do art. 3º das Disposições Transitórias da Constituição, que prevê a revisão da Constituição a partir do dia 5 de outubro. O que me motivou naquele instante, Sr. Governador, distinguidas autoridades e não menos distinto auditório, foi que, naquele momento, fazíamos uma Constituição que reagia à ditadura que havia fenecido poucos dias antes. Uma Constituição não pode ser retrógrada, ineficiente; deve olhar o futuro e vislumbrar aquilo que este País há de ser, e não podemos mais atrasar o seu grande desenvolvimento.

Meus amigos, sou aquilo que se pode chamar de um otimista incorrigível e um visionário quase demente. O Brasil, que é um grande País - e todos o sabemos desde o Grupo Escolar -, tem que tomar soluções do seu tamanho para resolver os seus problemas.

O que fez o nosso Roosevelt, nos Estados Unidos, no momento mais duro da sua depressão? O *new deal*; e o que era o *new deal*? O início e o incentivo de um processo de desenvolvimento nas regiões mais deprimidas. As sobras das enchentes do Rio São Francisco, que descem estragando tudo o que existe para baixo, podem ser armazenadas no Norte do Brasil, bombeadas para uma irrigação perene; não irrigação de amostragem, mas uma grande irrigação, como fez Roosevelt na Califórnia. A Califórnia era o grande problema dos Estados Unidos e é hoje o Estado mais desenvolvido dos Estados Unidos da América do Norte. Lá, temos tudo: uma solidariedade extraordinária, homens briosos e trabalhadores, temos uma região vasta, próxima dos portos. Vamos jogar essa água, perenizar os rios, criar irrigação, com a humildade que a China teve quando criou irrigações para todos os lados com o braço humano, que é a ferramenta ainda mais extraordinária que existe. Não me refiro às frentes de serviço, que humilha quem para ela vai e enrica os que já são ricos, mas, dentro de um planejamento, fazer, criar espinhas de peixe de irrigação. E aí, meus amigos, não tenho qualquer dúvida de que o Nordeste será a Califórnia brasileira. Minas Gerais também tem suas intenções e seus projetos. Há muitos anos, ouvi de um empresário mineiro que ele gostaria de ver uma estrada não nas margens do São Francisco, mas naquele momento de transição em que se sai da margem e que começa a entrar na parte mais elevada. Uma estrada larga, compactada, não asfáltica para que vissemos lá rodar os *train trucks* como na Austrália onde um caminhão pode carregar dez, doze, quinze vagões. Onde seria o desnível dessa estrada, Deputado Osvaldo Coelho? O desnível seria o do rio justamente naquela transição. Os caminhões talvez não poderão soltar-se nas banguelas, mas poderiam usar os seus motores para carregar atrás deles vagões e mais vagões. Dizia então o empresário. O Vale do São Francisco, em Minas Gerais - agora estou falando de Minas Gerais - nesse momento com essa estrada e eletrificação, o resto o povo faz. Tenho certeza de que o espírito empresarial do povo mineiro e dessa região faria, sem dúvida, uma "Californiazinha" pequena aqui.

Visitei, a convite do Deputado Osvaldo Coelho, uma região de irrigação lá no seu Pernambuco. Havia momentos em que eu ficava em dúvida se estava em Israel ou no Brasil. Víamos a plantação de uva que parecia a Terra de Canaã; a cultura extraordinária, a tecnologia é de conhecimento internacional. Por que não fazermos isso? Se temos água à disposição, a solaridade e a coisa mais preciosa que é a mão-de-obra à disposição, 100% eficiente, proba e prestante.

Ah! Poder-se-ia dizer: mas o Brasil está em crise e esse é um projeto grandiloquente. Foi em um instante como esse brasileiro que Roosevelt previu o enorme avanço para os Estados Unidos da América do Norte. Portanto, é neste momento que temos que pensar no tipo de Brasil que queremos construir; um Brasil com as grandes diferenças regionais ou um Brasil igualitário, um Brasil fraterno, uma Pátria como diria e como disse Teotônio Vilella. Quando lhe perguntaram o que era o significado da palavra Pátria, S.Ex.^a respondeu: "Pátria quer dizer pai, mas quer dizer também mãe."

Portanto, se somos filhos da mesma Pátria não podemos permitir que existam misérias por todo o lado e apenas algumas ilhas de progresso. Temos que criar a fraternidade sonhada por Teotônio Vilella. Apenas ouvi atentamente o discurso do Governador Arlindo Porto que aqui representa S.Ex.^a o Governador Hélio Garcia. Só discordo de S.Ex.^a quando diz que "temos que parar de sonhar". Um dos versos mais bonitos que conheço da poesia mundial diz: "Feliz é el hombre que sueña sueños y dá su vida para realizálos". Feliz é o homem que sonha sonhos e dá a sua vida para realizá-los. Não basta sonhar o sonho. É preciso que todos com ele se comprometam. Vamos sonhar com a Califórnia brasileira. Vamos dar a nossa vida para realizá-la. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Meus caros amigos, eu lembraria aos Srs. Parlamentares que aqueles que se encontram, no momento, e quiserem participar do debate, fazer alguma pergunta, ou expor algo, a palavra está franqueada. (Pausa)

Eu gostaria de projetar agora algumas transparências. Trata-se de constatações feitas por nossa Comissão, durante esse tempo, para que V.Ex.^s tenham uma visão melhor do problema regional brasileiro.

Temos uma transparência que mostra a renda per capita das regiões brasileiras. Na Região Norte a renda per capita é de hum mil, trezentos e noventa e oito dólares que representam 33,5% da renda média nacional. O Nordeste tem uma renda de hum mil cento e setenta e três dólares o que representa 46,4% da renda média nacional; o Sudeste três mil quinhentos e quarenta e seis dólares, representando 140% da renda média nacional; o Sul com uma renda per capita de dois mil setecentos e vinte e dois dólares, representando 107% da renda média nacional. O Centro-Oeste dois mil cento e oitenta e sete dólares, representando 86,5%.

Vê-se que há uma diferença muito grande entre os níveis de renda das diversas regiões. A diferença maior vai por conta do Nordeste em relação ao Sul; é o Sudeste. Temos mais ou menos a ilustração dessa diferença. Embora às avessas, temos a renda dos Estados brasileiros: São Paulo com quatro mil e cem dólares; Mato Grosso do Sul com três mil e setecentos; Minas Gerais com três mil e onze dólares; Espírito Santo com dois mil quinhentos e sessenta e dois; Mato Grosso com hum mil, trezentos e noventa e oito; Rio Grande do Norte com hum mil e vinte e três; Ceará com hum mil e quatro; Paraíba com setecentos e oito; Piauí com quinhentos e quarenta e um dólares. Esse quadro revela o quanto é desigual o nosso País. V. Ex.^s observem que no Piauí, um Estado bastante grande, a renda é de apenas quinhentos e quarenta e um dólares contra uma renda média em torno de dois mil e quinhentos dólares no País.

Temos alguns dados de caráter social. Vejam que a expectativa de vida do País no Sul é de setenta anos; no Sudeste sessenta e sete anos; no Nordeste cinquenta e oito anos; no Norte sessenta e oito anos; no Centro-Oeste sessenta e oito também; no Brasil médio 64,8 anos. Há uma diferença entre o Nordeste e o Sul do País de mais ou menos dez anos.

Quanto à taxa de alfabetização temos 87% da população do Sul alfabetizada; no Sudeste, 88%; 54% no Nordeste; no Norte, 68% e no Centro-Oeste 83%. Vêem V. Ex.^s que 54% dos analfabetos do País se concentram na Região Nordeste.

No que diz respeito à mortalidade infantil por mil, antes de um ano de idade, é de 61% no Sul; 74% no Sudeste; no Nordeste 121,4% por cada mil; no Norte 72,3%; no Centro-Oeste 70,3% e no Brasil médio 87%. A diferença é realmente muito grande e mostra uma concentração da mortalidade infantil, infelizmente, mais uma vez, no Nordeste.

Temos o coeficiente, o índice de desenvolvimento humano - IDH - é o índice da ONU que se refere à qualidade de vida das pessoas. O máximo seria mil e o mínimo zero. Temos para o Sul, 872; para o Sudeste, 852; para o Nordeste, o índice é de 575, que corresponde ao Zaire, na África; o Norte, 780; o Centro-Oeste, 818 e o Brasil médio 794.

Confirmam-se, do ponto de vista social, as grandes diferenças da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Está aqui o índice de caráter de nível de vida. No que diz respeito ao índice de desenvolvimento social - as diferenças são semelhantes - V. Ex.^s podem ver que a primeira tabela confirma.

Com relação à população de indigentes por Região temos: no Norte, 2,16%; no Nordeste, 54,57% da população. Considera-se indigência quando se ganha

um salário mínimo ou menos. Também se concentra no Nordeste a maior média de indigentes do País: 52%; no Sudeste: 25.2%; no Sul: 12.89%; no Centro-Oeste: 5.18%.

Isso é um fato. Por exemplo, em uma cidade como São Paulo, a indigência também é imensa. Nela encontram-se barracos em locais absolutamente impróprios para a vida humana - mas a quantidade de indigentes, a concentração maior é realmente no Nordeste, um pouco no Norte e no Centro-Oeste.

A taxa de analfabetismo no Sul, na parte rural é de 15.9%; na parte urbana, 8.7%; no Sudeste, 23.9% na parte rural e 9.1% na parte urbana; no Nordeste, 55.8% na parte rural e 27.8% na parte urbana; no Norte, não temos dados da parte rural; na parte urbana é de 14.3%; o Centro-Oeste, 31.3% na parte rural e 12.8% na parte urbana, confirmando os números que já expusemos anteriormente.

A evolução do PIB por Região: o Norte passou de 2.0% em 1959 para 2.2% em 1965; de 3.2% em 1980, para 4.35% do País. Vale dizer, do PIB do País 4.35%, em 1985, se encontra no Norte. No Nordeste, 14.1%, 12%, 11.5% e 12.2% e 13.65%. Houve uma queda, em torno de 1965 e, atualmente, há uma tendência a melhorar. No Sudeste, passou de 64% para 58.18%. Isso é natural, porque essa região concentrava a maior parte da renda nacional. E o Sul passou de 17.4% para 17.68%; o Centro-Oeste de 2.4% para 6.24%.

Portanto, nota-se aqui que o maior progresso do País se encontra principalmente no Centro-Oeste e um pouco no Nordeste. Mas essa taxa de crescimento da situação do Nordeste ainda é muito pequena para desfazer a grande diferença que existe em relação à média do País.

Temos em barras também uma ilustração com os mesmos dados.

No caso, um dado interessante: Quanto o País renuncia de impostos em benefício de cada uma de suas Regiões. Sempre se diz que há regiões que tomam a parte do leão; dizem, por exemplo, que o Nordeste absorve a maior parte dos recursos do País. Ai, temos: da renúncia fiscal do País 35.43% a 38.43% é no Norte; 9.49%, no Nordeste; 45.26% no Sudeste, 4.75% no Sul e 0.98% no Centro-Oeste. O que se observa é que a concentração é muito maior no Norte, em virtude da Zona Franca de Manaus e, também, no Sudeste, enquanto o Nordeste, contando com 28.5% da população nacional, tem apenas 9.49% da renda fiscal.

Então não é verdade que os recursos do País são concentrados no Nordeste. E eu realçaria isso, porque o Governador do Rio Grande do Sul, nosso querido amigo Alceu Collares, tem dito freqüentemente que o responsável pela pobreza do Sul é o Nordeste, que absorve todos os recursos. Isso prova que não é verdade.

As despesas do Governo Federal representam 4.35% do PIB, no Norte, enquanto 6.2% da população se concentra nessa Região. No Nordeste gastam-se 8.5%, enquanto a Região tem 27.6% da população e 13.65% do PIB. Uma diferença bastante grande. O Sudeste ele gasta 53.6%, com 44.8% da população e 58.18% do percentual do PIB. No Sul, ele gasta 7.8%, com uma população que representa 14.5% e 17.68% do PIB. No Centro-Oeste, ele gasta 27.2% - esse número é tão grande no Centro-Oeste porque inclui o custo de Brasília, que é realmente uma cidade cara - com apenas 6.24% de percentual do PIB e 6.9% da população. Esse gráfico mostra que o Nordeste dá uma despesa muito pequena ao Governo Federal, apesar da população e da participação do PIB. O Governo Federal despende com o Nordeste muito menos do que ele deveria gastar, confirmando, portanto, mais uma vez, que o Sr. Governador do Rio Grande do Sul não tem razão.

A distribuição da receita estadual líquida do Brasil: as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste consomem 32.9%; o Sudeste, 53.2%; São Paulo, sozinho, 31.4%; e o Sul, 13.9%.

O Banco do Brasil é um grande agente de financiamento no País. Dos financiamentos do Banco do Brasil, 1.61% destinam-se ao Norte; 8.88% ao Nordeste; 29.05% ao Sudeste; 43.38% ao Sul e 17.9% ao Centro-Oeste.

Esse quadro demonstra muito bem que o maior agente de financiamento do País, que é o Banco do Brasil, discrimina o Nordeste, pois é a região onde ele menos aplica. Esses são valores muito importantes, porque o Banco do Brasil tem realmente o papel fundamental no financiamento da atividade produtiva do País.

Eis uma questão que tem sido muito discutida: a representação parlamentar por região. O Norte tem 129 representantes na Câmara Federal, enquanto tem apenas 6% da participação na população. O Nordeste tem 30% da representação contra 27.6% da população. O Sudeste tem 33.6% contra 44.8 da população; o Sul, 15.3% contra 14.5%; e o Centro-Oeste, 8.3% contra 6.9%.

Verifica-se, assim, que as representações do Norte e do Centro-Oeste estão superavaliadas; mas no Nordeste e no Sul há um relativo equilíbrio. E o Sudeste tem uma representação inferior proporcionalmente à sua população.

Se for usado para São Paulo o mesmo critério que se usa para os demais Estados do País, São Paulo teria 125 Deputados Federais. Imagina-se que, se o Estado contasse com os 125 Deputados Federais, associando-se a esse fato a força política que possui, talvez isso representasse uma distorção bastante importante na composição da Câmara Federal e no poder de pressionar o Governo Federal.

É uma questão que está em aberto; cito-a apenas para que cada um forme o seu juízo. No caso do Nordeste e do Sul, a representação é mais ou menos proporcional. O Norte e o Centro-Oeste têm uma representação maior, em virtude de

Estados novos que foram formados e que têm uma participação mínima de oito Deputados por Estado.

Exponho-lhes esses dados para que tenham idéia dos números reais, de maneira a que não sejam influenciados por falsos argumentos.

Alguns fatos, entretanto, chamam-me a atenção. O Nordeste e o semi-árido - que inclui o norte de Minas Gerais - têm um limitante fundamental no seu desenvolvimento agrícola, por exemplo, que são as condições climáticas. Essas condições climáticas podem ser superadas, se aproveitarmos o outro lado da medalha, que seria a prática da agricultura irrigada. Realmente, se fosse utilizada a agricultura irrigada intensivamente na região, seríamos, aqui, seguramente, uma enorme Califórnia. O sol que aparentemente pode representar uma desvantagem, na verdade é uma grande vantagem, porque permite uma agricultura irrigada de altíssima produtividade.

O problema é que nós, do Nordeste, por algumas razões, ainda não conseguimos equacionar a questão da irrigação. Uma delas é o fato de não haver continuidade nos programas que o Governo Federal realiza para a região. Os programas de irrigação são lançados ao longo de "n" anos. Aqui mesmo na região de Montes Claros, há um grande projeto de irrigação que está sendo implantado há 15 anos e vai levar mais 15 para ser concluído. Temos no Ceará, por exemplo, o Projeto do Arara Norte, do qual faltam apenas 5% para ser concluído e está há quase seis anos praticamente parado. Apesar de grande parte do investimento já ter sido feito, como não foi concluído, não produz nada.

Um outro problema refere-se ao fato de não termos, na região, uma cultura de irrigação. Não foram formados quadros, recursos humanos para irrigação; portanto, a irrigação não é bem trabalhada. Não há uma cultura antiga de irrigação, como existe na Índia e na China, por exemplo. Essa tradição não existe e, portanto, tem que ser introduzida na população por meio da instrução, da formação de recursos humanos para o programa de irrigação.

Acreditamos que as regiões brasileiras sofreram muito também em virtude da falta de um planejamento a longo prazo. O País perdeu a visão do planejamento de uns anos para cá, deixou de estudar-se. Em consequência, as regiões, que precisaram da assistência governamental para o seu desenvolvimento, não contaram com esse apoio, como contou, anteriormente, o Sudeste, para a construção do seu parque industrial. O Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte não têm podido contar com um Governo atuante, com um planejamento próprio, a fim de essas regiões superem o atraso em que se encontram. Falta, na verdade, um projeto nacional. Seguramente, o Brasil não se auto-examinou e não fixou metas que possam estabelecer um equilíbrio relativo em seu desenvolvimento.

Em consequência, nós nos defrontamos com um país que não especula sobre o seu futuro.

Se pudéssemos, hoje, estudar seriamente a integração do Norte com o Centro-Oeste e com o Nordeste, seguramente teríamos um canal de desenvolvimento muito forte, que poderia resolver grande parte dos problemas enfrentados hoje pelo País. Sena um desenvolvimento da periferia para o centro, diferentemente do que houve agora: desenvolvimento apenas no centro. Esperava-se que ele transbordasse para o resto do País, mas isso não ocorreu.

Creio também que nós nordestinos temos um problema sério a enfrentar: a forma institucional como tratamos o nosso subdesenvolvimento. Temos instituições, como o Banco do Nordeste e a SUDENE, que sofreram, ao longo dos anos, um processo de desgaste muito sério. Pelo tempo e por desamor dos Governos de 1964 para cá em relação a essas instituições. Instituições como o DNOCS, a CODEVASF e outras necessitam urgentemente serem repensadas e modernizadas para que elas possam, a cada dia, desempenhar melhor o seu papel, ajudando a região a se desenvolver.

Nessa reunião ouviremos a palavra de pessoas desses órgãos que nos ajudarão a melhor esclarecer a questão do desenvolvimento regional. Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

O SR. LUÍZ TADEU LEITE - Exmº Sr. Governador de Minas Gerais, representado pelo Sr. Arlindo Porto; Exmº Sr. Presidente da Comissão que aqui faz essa audiência pública, Senador Beni Veras; Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Vereador Gil Perera; Senadores da República Ronan Tito, nosso Representante junto ao Senado e ao Congresso Nacional, Senador Carlos Patrocínio, Senadora Júlia Marise, Senador Alfredo Campos; Deputados Federais aqui presentes, Deputado Wilson Cunha, Humberto Souto, Maria Valadão, Oswaldo Coelho; Deputados Estaduais: Roberto Amaral e Péricles Ferreira; demais autoridades aqui presentes, Dr. José de Alencar Gomes da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Professor José Geraldo Drummond, Reitor da Unimontes; Dr. Airson Lócio, Presidente da CODEVASF; Dr. Valdeir Corrêa, Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Montes Claros; Professor Fernando Deusdará, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros; Dr. Luiz de Paula Ferreira, Presidente do Conselho de Empresários da Área Mineira da SUDENE, na pessoa de quem saudamos os empresários da indústria e do comércio aqui presentes; Dr. Lúcio Bemquerer, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Dr. Arnaldo Romano aqui representando o Secretário de Segurança Pública do Estado; Colegas Prefeitos da região; Srs. Vereadores; Dr. Arlen de Paula Santiago Filho, Presidente da

Amans, Associação Mineira da Área Mineira da Sudene; demais autoridades aqui presentes, saúdo o representante do Ministério da Integração Regional, Dr. Lourenço Tavares que representa o Ministro Alexandre Costa neste evento, minhas senhoras, meus senhores:

Quero, em primeiro lugar, parabenizar os integrantes desta Comissão por saírem de seus Estados e virem participar desta audiência pública.

Montes Claros sente-se honrada em sediar esta reunião, que habitualmente tem sido realizada em todas as Capitais do Nordeste brasileiro e em várias Capitais do País. Montes Claros engalana-se, porque se torna, para esse efeito, capital da nossa região, do norte de Minas, de onde é a principal cidade. Com muito orgulho e com solidariedade compartilha essa alegria com as demais cidades, as 52 cidades da região do norte de Minas Gerais.

Gostaria de agradecer-lhes a presença, desejar-lhes boas-vindas e assegurar-lhes que a nossa hospitalidade só não é maior do que a nossa boa vontade em tê-los por muito mais tempo conosco fisicamente e no espírito, nos benefícios, nas lembranças, que, se Deus quiser, de V. S^{as} teremos.

Queremos demonstrar a nossa preocupação em relação ao tema que justifica a criação e o funcionamento desta Comissão.

Sr. Presidente, Senador Benú Veras, o senhor, como poucos no País, conhece a gravidade do desequilíbrio regional brasileiro. Minas Gerais, chamada Estado síntese, é também a síntese desse desequilíbrio.

No dizer de Guimarães Rosa, as Minas são muitas. Temos as Minas da Zona da Mata, de onde origina-se o atual Presidente da República. Temos as Minas do Sul, que também é o sul maravilha do nosso Estado; as Minas das vertentes, região de Belo Horizonte, do Vale das Águas, com tantas propriedade e tanta condição de progresso; a região do Triângulo, cujo representante Senador Ronan Tito nos honra com a sua presença, também uma região próspera que chega a machucar as demais regiões do Estado por tanto progresso, o que comprovamos quinze dias atrás quando lá estivemos. O Governador Arlindo Porto, proveniente de Patos de Minas, também integra a região do Triângulo. Temos, também, outras Minas Gerais: a Minas do Jequitinhonha e a Minas do Norte de Minas Gerais.

Como esse desequilíbrio nacional é patente, é demonstrado no Estado síntese do País que é Minas Gerais. As regiões do Sul de Minas, da Mata, do Triângulo são tão mais ou desenvolvidas - além de possuírem as melhores rendas per capita - que o restante do País nas regiões mais desenvolvidas. E o Jequitinhonha e o Norte de Minas, de outro lado, representam as regiões mais humildes, as mais pobres do Brasil e, talvez, mais pobres do mundo.

Minas, portanto, é a síntese desse desequilíbrio. E esta Comissão, se conseguir chegar ao âmago do seu estudo, irá concluir pela grande necessidade desse reequilíbrio. Se a Comissão busca alguma coisa, tenho certeza de que busca o reequilíbrio da Nação. O Nordeste brasileiro e a região do Norte de Minas, como integrantes da área da SUDENE, padecem como vítimas desse desequilíbrio. E o Norte de Minas, Srs. e Sras. membros desta Comissão que estuda o desequilíbrio regional, sofre uma espécie de dupla discriminação.

De um lado, o Nordeste brasileiro tradicional - às vezes, por alguns dos seus representantes, graças a Deus, em menor número a cada dia que passa - acha que o Norte de Minas não devia bem ser considerado Nordeste, não deveria estar na área da SUDENE e que essa teria sido algum tipo de solução política dada ainda na época de Juscelino Kubitschek.

Portanto, o Norte de Minas sofre a discriminação de órgãos do Nordeste e a discriminação de Lideranças do Nordeste brasileiro. Ao mesmo tempo, em outra regiões de Minas, ocorre algo similar. O Norte de Minas também sofre discriminação, porque no Sul, no Triângulo, na Mata, às vezes dizem que, como já temos a SUDENE, não precisamos mais de apoio. Então, ficamos na briga do mar contra o rochedo, sendo vítimas de discriminações de ambos os lados.

Se buscamos o reequilíbrio nacional, precisamos colocar o Nordeste reintegrado no desenvolvimento regional, para melhorar o padrão de renda do seu povo e da sua gente. E o Norte de Minas é uma região credora desse benefício, juntamente com o Vale do Jequitinhonha, porque não há como, nas mazelas, dificuldades e sofrimentos de que padecemos, aceitar a separação infelizmente imposta. Assim, o Jequitinhonha não recebe os benefícios que recebe a nossa região, sendo nordestina, quando as características ali são tão ou mais graves do que a situação que hoje vivemos.

Esse reequilíbrio envolvendo o Jequitinhonha, envolvendo o Norte de Minas, envolvendo a área nordestina é da maior importância para nós que lutamos por esse reequilíbrio do desenvolvimento regional.

Temos alguns pontos que, aproveitando a presença da SUDENE, na pessoa do Dr. Leonides Alves; do Diretor do Banco do Nordeste, Dr. Valfrido Salmito Filho; e de integrantes da Bancada nordestina, inclusive V. Ex^a, queremos assinalar. Houve uma portaria da SUDENE apenas por um ano caracterizando a região do Norte de Minas como integrante do semi-árido brasileiro.

Acontece que, na verdade, o Banco do Nordeste não tem até agora concordado, ao que estou sabendo, em receber projetos e processá-los à luz dessa portaria. Algumas pessoas que militam no dia-a-dia chegam a dizer que estaria havendo

uma dificuldade de relacionamento entre o Banco do Nordeste e a SUDENE em receber projetos e processá-los à luz dessa portaria.

Algumas pessoas que militam no dia-a-dia chegam a dizer que estaria havendo uma dificuldade de relacionamento entre o Banco do Nordeste e a SUDENE. Como os dois representantes, Dr. Leonides, da SUDENE, e Dr. Valfrido, do BNB, estão juntos ali na frente, não creio que isso seja verdade. Todavia, soube que estaria havendo uma dificuldade de entendimento entre as instituições citadas porque a portaria vale por um ano e o Banco do Nordeste entende que ela não valeria para projetos permanentes.

Enfim, o que pedimos é que haja uma definição definitiva - desculpem o pleonismo - do que é semi-árido, no que diz respeito ao norte de Minas, a fim de que todos os municípios da área mineira da SUDENE sejam caracterizados como integrantes do semi-árido.

Essa decisão depende da SUDENE. É uma portaria da SUDENE que tem que ser respeitada, não só pelo Banco do Nordeste, mas também por todas as entidades creditícias que venham a se fixar aqui e que tenham recursos subsidiados.

Quero demonstrar, também, a nossa preocupação em relação a esse assunto. Sei que, depois, o Dr. Valfrido Salmito nos dará a honra de um bom esclarecimento, a todos os empresários da região aqui presentes. Hoje, parece-me, há mais de 500 processos, Sr. Diretor, já protocolados, que não estão sendo processados por causa dessa indefinição quanto ao que é e o que não é semi-árido. Essa definição é provisória ou não?

Nesse sentido, gostaríamos de ouvir o posicionamento de V. S^a. Aliás, já o conhecemos da época em que brilhantemente dirigiu a SUDENE; portanto, V. S^a conhece com profundidade a realidade econômico-social da nossa região.

Gostaria de reivindicar, também, aos parlamentares aqui presentes, aos nossos Senadores e Deputados que integram a Comissão, o seguinte: a Região nordestina e a região mineira da SUDENE não podem perder os benefícios que receberam com a Constituição de 1988. Os benefícios do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e os demais benefícios, como bem mostram as transparências aqui apresentadas, representam que o Nordeste brasileiro não é o privilegiado que o Centro-Sul tanto apregoa; precisamos, sim, de mais apoio e precisamos ampliar nossas conquistas.

É ponto de honra para as lideranças políticas do norte de Minas e para a Bancada nordestina, Deputado Osvaldo Coelho, termos uma ampliação desses benefícios para que o Nordeste possa ser redimido, valorizado e beneficiado de uma vez por todas, tudo isso com vistas a diminuir, senão eliminar, uma chaga social da nossa região: a questão do desemprego.

Não há coisa mais grave, não há situação mais dramática para os prefeitos aqui presentes - que não de concordar com a nossa humilde palavra - do que a grave questão do desemprego.

Soluções paliativas não resolvem. É necessário que o empresário comece a atuar - e tenha apoio para isso - e o comércio a se desenvolver. Quando o Governo não puder ajudar, pelo menos que não atrapalhe, para que o empresariado possa implantar suas indústrias, ampliar suas ofertas de emprego para o povo, gerando impostos para o Poder Público e, com isso, colaborando para sairmos dessa chaga do desemprego que a cidade de Montes Claros e a região experimentam.

Queria, finalmente, pedir a compreensão da Comissão Especial que estuda o desequilíbrio regional para que tivéssemos, através da influência de V. Ex^{as}, um movimento tal que trouxesse para o norte de Minas, ainda este ano, uma reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.

Estamos na luta do Prefeito Edilson Brandão Carneiro, aqui presente, e que irá fazer para nós uma brilhante exposição sobre o seu tema preferido, já esposado há muito tempo pelo Senador Ronan Tito: transformar o vale do rio São Francisco numa Califórnia brasileira. Este é o ponto principal para o qual poderíamos ter uma proposta concreta, estudada, aprofundada na competência do Dr. Edilson Brandão e na seriedade que a sua equipe tem demonstrado à frente da cidade de Janaúba.

Queremos uma reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE aqui para ampliarmos as discussões sobre esses assuntos e para termos aprovações de projetos agroindustriais e agropecuários para a nossa região. Este apelo faço ao Dr. Leonides para que o leve ao Dr. Cássio Cunha Lima, pessoa que tem demonstrado grande estima para com a nossa região. Esperamos que, na cidade de Janaúba, possamos fazer esse encontro ainda este ano como uma demonstração do interesse desta Comissão e da SUDENE pelo progresso da nossa região.

Eram estas as minhas despretensiosas palavras, saudando os visitantes e dizendo que a Montes Claros hospitaleira se engalana e se alegra em receber tantas pessoas que podem fazer muito por esta região.

Mas não façam só pelo norte de Minas, façam também pelo Nordeste brasileiro, porque, fazendo pelo Nordeste, estaremos fazendo pelo Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Ouviremos agora o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, vereador Gil Pereira.

O SR. GIL PEREIRA - "Mais que viver, o que importa é trabalhar na mudança. Cada um na sua vez, cada qual no seu lugar" - Thiago de Mello.

Caro Vice-Governador Arlindo Porto; caro Prefeito de Montes Claros, Dr. Luiz Tadeu Leite; Senador Bení Veras, Relator da Comissão que estuda as disparidades inter-regionais; Senadores por Minas Gerais: Júnia Marise, Alfredo Campos, Ronan Tito, Senador Carlos Patrocínio, filho de Montes Claros; Dr. Arlem Santiago; Deputado Osvaldo Coelho; Deputado Wilson Cunha; Deputada Maria Valadão; Deputado Humberto Souto; Deputado Getúlio Neiva; Deputado Estadual Roberto Amaral; Sr. Presidente da FIEMG, Dr. José de Alencar; Presidente da Associação Comercial, Dr. Lúcio; Dr. Lourenço José Tavares Vieira da Silva, representante do Ministro Alexandre Costa, da Integração Regional; Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da CODEVASF; Dr. Leonides Alves, representante do Dr. Cássio Cunha Lima; Dr. Valfrido Salmito, representante do Dr. João Alves, do Banco do Nordeste; Srs. Prefeitos; Srs. Vereadores; Srs. Secretários; autoridades; minhas senhoras e meus senhores:

PIB, analfabetismo, mortalidade infantil, pobreza absoluta, desemprego, esses são alguns dos aspectos que, ao serem analisados, colocam nossa região geográfica anos e anos à frente da região Nordeste. Coincidentemente, uma ligada à outra e separadas, na verdade, pelo maior bolsão de miséria do País: o nosso quase desesperançado norte de Minas.

Srs. Senadores e Deputados, nesta região onde os senhores se aportam, encontramos a maior das disparidades, a maior das discriminações que um povo tem de enfrentar. Estamos no meio de um fogo cruzado: de um lado, a Região mais rica do País; do outro, a Região mais pobre.

Estamos há anos em busca do caminho do desenvolvimento, cada vez mais longe e, ao mesmo tempo, tão próximo. Essa localização do norte mineiro, com a falta de uma política séria, continuada, específica para acabar com as disparidades e encurtar as distâncias econômicas, contrasta com os dados estarrecedores e difíceis de serem compreendidos.

Senão, vejamos: a Região Sudeste gera quase 60% do PIB nacional, possui os mais elevados índices que traduzem desenvolvimento, tais como: expectativa de vida, taxa de alfabetização, desenvolvimento humano, e as menores taxas que traduzem a miséria: mortalidade infantil, pobreza absoluta, analfabetismo e outras que colocam o Nordeste como a mais pobre.

Enquanto o Sudeste tem 44% da população nacional, gerando 58% do PIB, o Nordeste tem 28% e gera apenas 3% do PIB.

Senhoras e senhores, esse paralelo que fazemos é para nos localizarmos no mapa: de um lado, o desenvolvimento, a riqueza, os sucessos, as alegrias; de outro lado, começando aqui por nós mesmos, a pobreza, a fome, a miséria, as incertezas.

Fazemos parte do Polígono das Secas; nossa região possui as mesmas características e os mesmos índices que o Nordeste; porém, estamos incrustados numa região rica e somos discriminados pelos benefícios auferidos à região pobre, e, por estarmos na área de abrangência dos ilusórios benefícios concedidos ao Nordeste, ficamos à mercê dos programas do nosso Estado.

Enquanto fazemos ginástica em busca de recursos, tanto os do nosso Governo, quanto os do Governo Federal, assistimos ao Sudeste crescer e à transferência de verbas ao Nordeste.

Aqui estamos na quinta maior cidade de Minas Gerais, se considerarmos a população; mas a história é outra, se levarmos em conta a arrecadação: somos a 11ª do Estado. Dos 300 mil habitantes de Montes Claros, mais de 100 mil, um terço, moram em favelas. Não é à toa que somos os campeões da fome, do desemprego, do analfabetismo e de tantas outras agruras.

Não, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não podemos abaixar nossas cabeças, ficarmos à cata das migalhas do Nordeste e do que sobra do Estado de Minas Gerais. Aqui, temos mais de um milhão de habitantes, somos a quinta maior cidade de Minas, temos solos férteis, subsolo rico em recursos hídricos; não podemos aceitar que nossa gente morra de fome e sede, enquanto projetos e mais projetos aguardam verbas que nunca chegam e, quando chegam, não são suficientes para efetivá-los.

Não podemos assistir passivamente a entidades, que antes incentivavam o desenvolvimento, sucumbirem diante da falta de recursos; não podemos ficar inertes vendo o barco passar, vendo o Sudeste prosperar, vendo o Nordeste receber recursos.

Queremos nossa parte da fatia destinada ao Polígono das Secas, queremos a devida atenção do nosso Estado. Temos indústrias, temos universidade, temos potencial, temos força e estamos vivos, embora discriminados.

Daqui poderemos começar um outro marco, uma outra divisória de duas regiões que crescem e crescem a cada hora, a cada dia; vamos bater todos os recordes, todos os índices de progresso e prosperidade.

Tudo isso não é sonho, pois, outrora, já foi realidade. Num passado não muito distante, nossa cidade esbanjava crescimento. Chegamos ao pico, crescíamos 10% ao ano, indústrias geravam empregos e mais empregos, riquezas.

Hoje, somos vítimas de uma política mal traçada, de base frágil, que nos traz o sabor da derrota. A crise que leva o País ao fundo do poço carrega-nos para o submundo. Porém, não podemos e não vamos ficar de fora da arrancada, temos que recomeçar e temos por onde recomeçar.

A hora é das mais propícias, Deputado Osvaldo Coelho, para debatermos a discriminação. Enquanto os Estados nordestinos estão recebendo a quarta parcela dos recursos destinados ao combate à seca, estamos recebendo a primeira parcela, depois de uma grande luta e diante de um quadro assustador: a agricultura falida e a pecuária reduzida pela metade. Isso comparado com os dados de dez anos atrás.

Precisamos investir no nosso potencial, nos projetos inacabados, como Gurutuba, irrigando sua margem esquerda. O Jaíba tem para irrigar 100 mil hectares. Precisamos tirar do papel o Projeto Jequitai que prevê a construção de duas barragens para irrigação e geração de energia elétrica; precisamos concluir importantes rodovias, como a BR-251 até a Rio-Bahia, e pavimentar outras igualmente importantes, como a estrada da produção; precisamos da manutenção do FNE e da permanência da área mineira do Nordeste na área do semi-árido; precisamos incluir o norte de Minas Gerais na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal na mesma proporção das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste; precisamos de um projeto arrojado de construção de barragens e implantação de projetos comunitários de irrigação.

No coração da miséria está a solução para os maiores problemas sociais das regiões ricas: basta investirmos no homem do campo para que ele não se torne um homem da favela, da marginalidade, um homem que perde a dignidade e o respeito pela vida. Precisamos de tudo isso e já não podemos assistir ao nosso povo morrer de fome cercado de terras férteis.

Esperamos, Srs. Senadores, Srs. Deputados, que os projetos aqui hoje discutidos, analisados, elaborados, saiam do papel e iniciem uma nova história para o povo do norte de Minas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, o empresário José de Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - Exmº Sr. Vice-Governador de Minas Gerais Arlindo Porto, que representa, nesta solenidade, S. Exª o Governador Hélio Garcia; meu caríssimo e eminente amigo, Prefeito Luiz Tadeu Leite; caríssimo e eminente amigo, Sr. Gil Pereira, Presidente da Câmara dos Vereadores de Montes Claros; ilustre amigo, Senador Beni Veras; ilustre companheiro, Senador Ronan Tito; ilustre companheiro, Senador Alfredo Campos; Exmª Srª Senadora Júnia Marise; Srs. Deputados Federais aqui presentes; Srs. Deputados Estaduais; Srs. Prefeitos aqui presentes; Srs. Vereadores; meu querido amigo Lúcio Bemquerer, da Associação Comercial de Minas Gerais; caríssimos líderes Fernando Ferreira, da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros; Valdeir Correia, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Montes Claros e o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Dr. Humberto Souza Lima Pereira; meus amigos e grandes nomes da SUDENE e do BNB: Dr. Leonides Alves, Diretor da SUDENE, que aqui representa S. Sª o Sr. Superintendente Cássio Rodrigues da Cunha Lima; e Dr. Valfrido Salmito Filho, Diretor do BNB; Exm's Autoridades; minhas senhoras e meus senhores:

Estamos, hoje, em uma tarde importante para o norte de Minas Gerais porque aqui se reúnem autoridades representativas do Congresso Nacional, do Governo de Minas Gerais, da SUDENE e do BNB, além de prefeitos, vereadores e líderes políticos de toda a região do norte de Minas Gerais e também do Vale do Jequitinhonha.

Estamos falando sobre tratamento diferenciado para este Brasil continente. Minhas primeiras palavras são de apreço e de aplauso ao trabalho do Senado Federal, na pessoa do Senador Beni Veras, pela preocupação com que tem tratado esse tipo de problema.

O Senador Beni Veras é um representante do Nordeste brasileiro no Congresso Nacional e conhece de perto as diferenças regionais, que, realmente, dificultam um desenvolvimento igualitário em todo o País.

Nós, aqui, do norte de Minas e também do Vale do Jequitinhonha, gostaríamos de trazer a esta reunião uma palavra de apoio a esse esforço que essas regiões procuram realizar para se equilibrarem, no sentido de resolver os problemas sociais, que são afitivos para todos.

Conhecemos Montes Claros e a região do norte de Minas Gerais antes e depois da SUDENE e podemos dizer que este órgão representou e tem representado fator de grande progresso, de grande desenvolvimento em benefício dos problemas sociais da região.

É preciso aproveitarmos esta oportunidade para saudar e homenagear o grande mineiro que fundou a SUDENE; precisamos, também, aproveitar esta reunião para que daqui saia uma homenagem devida a Juscelino Kubitschek. Obviamente, essa homenagem deve significar apoio à SUDENE e à sua extensão ao Vale do Jequitinhonha, terra onde nasceu Juscelino Kubitschek. Tudo que pudermos fazer por aquela região é pouco em relação ao que o Brasil deve a esse grande mineiro de Diamantina. (Palmas)

A SUDENE realmente tem passado por fases difíceis de algum esvaziamento, mas não podemos esquecer-nos jamais de que foi graças à SUDENE que Montes Claros conseguiu industrializar-se. Do contrário, muitas indústrias que para aqui vieram estariam naturalmente contemplando região mais próxima possível da Praça da Sé, em São Paulo.

É preciso que nós, no reconhecimento ao esforço da SUDENE, no reconhecimento à dedicação de homens que deram naturalmente grande parte da sua juventude a um trabalho honesto, sério e dedicado, como é Valfrido Salmito, àquela instituição e que trouxe benefícios não só ao norte de Minas, mas a todos os outros nove Estados do Nordeste.

O próprio fluxo migratório, que demandava antigamente às grandes metrópoles na figura do pau-de-arara, está muito reduzido, graças à criação da SUDENE e à industrialização via SUDENE.

É preciso que todos nós, especialmente os homens que estão à frente, no Congresso Nacional, nesse trabalho de auscultar o povo em suas próprias regiões, conheçamos as estatísticas, os benefícios que trouxeram à SUDENE e o BNB.

Somos absolutamente área do semi-árido, ninguém pode duvidar disso. Possuímos terras em vários municípios e temos como mensurar essa precipitação pluviométrica. Os fazendeiros da região, até em autodefesa, costumam dizer, sabendo que estão iludindo-se a si próprios, que aqui na minha fazenda 'chôve' 800 milímetros. Mas isso é dito com boa vontade. Por quê? Para não desvalorizar mais a região.

Na verdade, a precipitação pluviométrica da nossa região e as condições climáticas a colocam em condições mais do que suficientes para ser atendida pelo FNE, através de recursos a custos diferenciados, e somente através destes podemos minimizar o problema da fome e da miséria em nossa região.

Temos terras boas, que precisam de recursos para a irrigação, porque realmente as chuvas são poucas, mas a terra é forte. Precisamos fazer do norte de Minas, como nos ensinou o Prefeito Tadeu Leite, a Califórnia brasileira e para isso precisamos aproveitar ocasiões como esta, que se realiza em Montes Claros, uma verdadeira capital de todo esse norte de Minas, para que daqui saia um brado de alerta.

A SUDENE não está exaurida. Ela precisa renascer e vai renascer pela força de Minas Gerais, porque nasceu em Minas Gerais pela vontade de Juscelino Kubitschek.

Não podemos, de forma alguma, esquecer-nos de que o BNB também é uma instituição capaz, que poderá, através de departamentos próprios, atender as necessidades da região, dispensando a criação de mais um banco, em um momento em que estamos condenando a entrada do Estado com mais instituições sob a sua administração.

Por isso estamos aqui para trazer uma palavra de aplauso ao diálogo, que é presidido e liderado por Beni Veras, esse cidadão prestante, que o Ceará há de reconhecer seu trabalho e nas suas andanças pelo Brasil afora. A SUDENE e o BNB são instituições caras, muito caras para nós, que precisam não só ser preservadas, mas recicladas, modernizadas, atualizadas e fortalecidas, para que possam trazer algum apoio ao esforço do empresariado.

Nossa proposta tem sido a de que os recursos do FINOR sejam mais para atender as pequenas e médias empresas e a infra-estrutura, especialmente em irrigação. Penso que apenas com incentivos fiscais do Imposto de Renda, ou seja, sem dispêndio do Estado, isenção de Imposto de Renda por mais tempo para o lucro reinvestido na região, cobrando-se o imposto de renda normal, como se a fábrica estivesse na Praça Sete, em Belo Horizonte, desde que os lucros sejam distribuídos em forma de dividendos. Assim, os impostos seriam cobrados na pessoa jurídica e na pessoa física do acionista sem nenhum favorecimento.

Mas o lucro, reinvestido em forma de modernização, ampliação e de novas empresas, deveria merecer isenção por mais tempo, o que seria suficiente para a atração de grandes indústrias para o norte de Minas e - quem sabe, um dia -, possamos também estender esse benefícios para o Vale do Jequitinhonha, homenageando Juscelino que criou a SUDENE e não viu, em vida, os recursos, os benefícios e os incentivos da SUDENE, beneficiando toda aquela região carente.

Quero agradecer a todos pela oportunidade que me deram, pelo convite com que honraram à Federação das Indústrias de aqui estar.

Quero concluir as minhas palavras, fazendo votos de que este trabalho, presidido por Beni Veras, traga resultados concretos para o nosso País; que este trabalho consulte os elevados interesses nacionais, os quais passam, necessariamente, pela solução da inflação, do desemprego, da fome, da miséria num País tão rico e tão maravilhoso como o nosso!

O Brasil precisa de nós. Nossa participação é inevitável. Não podemos cruzar os braços. A nenhum de nós é lícita a omissão num momento tão grave para a vida brasileira. É por isso que a Federação das Indústrias está presente.

Estamos fazendo grandes investimentos em Monte Claros e também em outras regiões da SUDENE, gerando oportunidades de trabalho e impostos para resolver o problema da própria inflação brasileira, ainda que todos sejamos vítimas dela, menos o setor bancário, que dela se locupleta, porque os bancos precisam de 10% de inflação ao mês para viver.

É preciso que se aproveite oportunidades como esta, onde estão presentes Senadores da República, Deputados Federais, e Deputados Estaduais. Tem que haver uma mudança. O Brasil não pode continuar pagando essas taxas de juros. É preciso que os bancos se ajustem para conviver com taxas normais e que voltem a ser, também, fator de fomento para o crescimento industrial.

Precisamos parar de punir o trabalho e a produção enquanto premiamos a especulação financeira. É do trabalho que o Brasil precisa de todos nós para trabalhar, para erradicar da face das terras brasileiras a miséria que o Brasil não merece, como País rico que é. Só se erradica a miséria através da criação da riqueza, através do trabalho honesto, do trabalho de todos nós pelo engrandecimento do nosso País. (Palmas)

O SR. RONAN TITO - O meu desejo era participar até o final deste encontro, mas, infelizmente, outros compromissos me levam a retornar à Capital Mineira. Em virtude disso, queria cumprimentar, mais uma vez, o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, o Vereador Gil Pereira, pelo êxito do encontro, pela participação das lideranças dessa região, cumprimentar os Senadores, Deputados Federais e Estaduais, e solicitar a permissão do Senador Beni Veras para que possa me retirar, transferindo-lhe o privilégio e a honra de continuar presidindo este encontro, no desejo e certeza que, ao final, teremos um documento que poderá nortear novos momentos para o nosso querido Brasil e especialmente para a nossa Região. Aos Senhores o meu agradecimento e, mais uma vez, a escusa pela minha retirada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Prosseguindo a reunião, passamos a palavra à Senadora Júlia Marise.

A SRª JÚLIA MARISE - Senador Beni Veras, relator da Comissão Mista do Congresso Nacional para analisar e debater com a sociedade brasileira as disparidades regionais do nosso País, presidente da Câmara Municipal, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores:

Durante muitas décadas temos ouvido falar em miséria, em fome, em recessão, desemprego e, também, temos ouvido falar nas dificuldades e nas disparidades regionais do nosso País. Temos agora um Senador cearense que preside este encontro em nossa Montes Claros com os olhos voltados para todo o norte de Minas Gerais.

Mas foi também pelas mãos de um mineiro, Juscelino Kubitschek, identificado com a realidade social e econômica do nosso País, que pensou no Brasil da pobreza, que pensou no Brasil da fome e instalou a Sudene para - quem sabe - resgatar essas disparidades sociais e econômicas do nosso País.

Pois bem, meus amigos, hoje, estamos aqui discutindo exatamente tudo aquilo que, ao longo de tantas décadas, temos discutido desde que a Sudene foi implantada no País para resgatar esse desafio, e desde que as disparidades sociais e econômicas ficaram nítidas perante nossos governantes.

Acho que esse é um passo importante. E por que é um passo importante a presença da Comissão Mista do Congresso Nacional? Apesar de todos os Congressistas conhecerem essa realidade em suas regiões eleitorais e em seus estados agora se dimensiona um trabalho conjunto para revelar ao País e àqueles que detêm o poder nas mãos neste Governo a necessidade imperiosa de passar os projetos para a realidade, de implementá-los.

Nós, hoje, tivemos aqui uma informação que é o retrato vivo da disparidade regional do nosso País: toneladas de alimentos estão armazenados nos armazéns do Governo, tanto em Montes Claros, quanto em Janaúba e em Manga.

Pois bem, o Governo está fazendo um programa para matar a fome para o nosso povo e manda buscar alimento no Sul do País, atravessando o território nacional quando poderia buscá-lo aqui mesmo, no norte de Minas Gerais, para distribuí-lo à população faminta da nossa região.

Esse é o retrato da disparidade regional porque o Governo gasta milhões de cruzeiros com transporte para entregar alimento à população do norte de Minas, ao invés de buscá-lo em nossos armazéns, esvaziando nossos armazéns para que possa estimular a produção de alimentos no norte de Minas.

Portanto, meus amigos, é com essas disparidades regionais que convivemos no nosso dia-a-dia. Mais do que isso, outro dia da tribuna do Senado Federal apresentei aos Srs. Senadores e à sociedade brasileira a denúncia do grande desperdício que tem ocorrido nos últimos anos no nosso País, seja no Nordeste, na Região Centro-Oeste e no Sudeste brasileiro.

Quantos milhões e milhões de dólares foram aplicados em investimentos e obras públicas, sem qualquer planejamento técnico das prioridades e das necessidades dessas obras, discutíveis algumas, necessárias outras. Mas o importante é que essas obras foram iniciadas e continuam inacabadas, e os investimentos foram aplicados na aquisição de maquinários, que ainda continuam encaixotados e hoje se tornaram completamente obsoletos.

Um repórter, de um dos veículos de comunicação do norte de Minas, me perguntava, há pouco, se ainda temos alguma expectativa neste País para reacender a esperança do nosso povo. Se ainda temos expectativa que, a partir desta discussão da Comissão Mista do Congresso Nacional, seria possível resgatar socialmente o norte de Minas Gerais e a miséria do povo mineiro. Certamente que a nossa resposta não poderia ser outra, a não ser dizer que os mineiros do norte de Minas já estão no limite da sua paciência e não querem mais fazer concessões às decisões emanadas do Governo, porque elas sempre chegam aqui tão tardiamente que, muitas vezes, não só os alimentos como as prioridades e os recursos já não conseguem matar a fome e nem dar início às obras que tanto desejamos.

Ouvimos aqui as vozes dos representantes do norte de Minas; autênticas vozes que falam muito mais por essa população que clama, sobretudo, por moradia digna, por um projeto de irrigação condizente com a nossa realidade do semi-árido. Ouvimos aqui as vozes autênticas das comunidades carentes do norte de Minas, pedindo à Comissão Mista do Congresso Nacional que leve ao mineiro Itamar Franco a nossa confiança e a nossa expectativa das décadas perdidas, que já passamos para o resgate, afinal, das soluções mais emergenciais do nosso norte mineiro.

Não estamos falando em obras faraônicas e nem as queremos para o norte de Minas, não estamos falando nos projetos mirabolantes e megalômanos que já foram implantados e construídos por este Brasil afora. Estamos falando de programas sociais, estamos falando, por exemplo, nos equipamentos que devem ser dotados para os CAICs, já construídos e há seis meses estão fechados, esperando pela destinação dos recursos do Governo Federal para aquisição de carteiras e mesas para as crianças de toda essa região.

Estamos falando, sobretudo, nos incentivos aos produtores e aos trabalhadores rurais, que têm como sua ferramenta de trabalho a enxada e a pá para propiciar o desenvolvimento de toda essa região. Mas, certamente, também já estão no limite da sua paciência porque não têm recursos, nem subsídios, nem incentivos.

Por isso, meus amigos e meus conterrâneos, neste momento em que a Comissão Mista do Congresso Nacional deixa Brasília e vem para o norte de Minas, nos cabe aqui como Senadora eleita por Minas Gerais, com 52% dos votos válidos de todo o norte de Minas Gerais, dizer a eles muito obrigada. Obrigada porque temos a certeza que cada Deputado e Senador desta Comissão será mais uma voz a falar pelo norte de Minas, tornando, sem dúvida nenhuma, mais um aliado nesta luta que estamos empreendendo no Congresso Nacional.

Todos os Deputados Federais comprometidos com o norte de Minas não têm feito outra coisa senão brigar pelos recursos e pela liberação dos programas para a região. Nós, Senadores mineiros, Alfredo Campos, Ronan Tito e eu, também fazemos coro às vozes dos Deputados Federais, colocando-nos diante dessa questão com a responsabilidade do mandato que o povo nos conferiu.

Portanto, quero dizer ao Senador Beni Veras, este homem do Nordeste brasileiro, este homem que conhece as dificuldades porque passa o povo nordestino, que certamente aqui no norte de Minas Gerais estas dificuldades também não são diferentes das dificuldades do povo nordestino. Cada prefeito e cada vereador luta com os desafios que têm pela frente nas suas administrações. Eles têm mostrado ao Congresso Nacional, através de seus representantes, as dificuldades da sua região.

Certamente, nesta tarde, estamos fazendo aqui a nossa profissão de fé, a profissão de esperança para que possamos resgatar definitivamente a população sofrida no norte de Minas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra, para falar sobre o projeto de irrigação para o Vale do São Francisco, ao Dr. Airson Lóssio, Presidente da CODEVASF.

O SR. AIRSON LÓSSIO - Exmº Sr. Senador Beni Veras, cumprimento a todos os Parlamentares que participam da Comissão Mista para o Estudo das Diferenças Inter-regionais, demais Parlamentares, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores:

Fui incumbido de falar sobre os projetos de irrigação para o Vale do São Francisco. Seria enfadonho falar sobre os nossos projetos, que hoje somam 19 em produção, 8 em obras. O maior deles está localizado no norte de Minas, é o Projeto Jaíba. Estamos também recuperando cerca de 15 projetos de reabilitação total, e está em estudo uma área, abrangendo cerca de 800 mil hectares, para futuros projetos.

Existe, entretanto, uma dificuldade que é o problema de recursos hídricos. Muitos calculam que o Vale do São Francisco teria 3 milhões de hectares irrigáveis, entretanto, por uma incapacidade hídrica, só temos uma capacidade de irrigação para 800 mil hectares. Poderíamos falar dos projetos de irrigação de grande sucesso de Petrolina e Juazeiro, verdadeiramente projetos de irrigação onde a empresa privada iniciou a sua participação e que teve, naturalmente, resultados esperados para o desenvolvimento de uma região.

Hoje o Vale do São Francisco tem irrigado apenas 1.25% de toda a sua área. No Nordeste, se todos os projetos fossem implantados com a sua capacidade hídrica hoje existentes, não chegaríamos a 3% de área irrigada; 3% de área semi-árida. Isso quer dizer que não teríamos condições de implantações de projetos de irrigações com os recursos hídricos hoje existentes.

Por isso é que a CODEVASF redirecionou toda a sua forma de irrigação para que essas pequenas áreas, que representam muito pouco em relação ao Nordeste, sejam realmente pontos para desenvolvimento para a renda e emprego regional. A única alternativa do semi-árido vem do Nordeste, mas a pequena área existente, essa pequena área disponível para irrigação deve ter um objetivo que é desenvolver os pólos regionais, que vão trazer indústrias, agro-indústrias, emprego e renda.

Jamais deve se levar ao ponto, que muitas vezes encontramos, de muitos segmentos que vêm hoje defendendo que a irrigação é a panacéia do semi-árido do Nordeste que vai manter o homem no campo, que vai sustentar a cultura de subsistência.

Cultura de subsistência essa que nós consideramos feijão e milho, que podem muito bem serem produzidas em áreas próprias para essa cultura.

Temos que nos conscientizar que os altos investimentos do Governo, recursos do povo, devem ter um objetivo maior que é o desenvolvimento regional, que gere emprego, que gere renda, que gere segurança. Temos uma série de alternativas para o restante do semi-árido. Cerca de 97% desta área não está sendo pensada. Temos deixado o homem do campo à mercê de querer produzir feijão e milho para todos os anos se encontrar em emergência porque não há fortalecimento da economia regional. E quando se fala em Nordeste, já sabemos que o grande peso do Nordeste é sem dúvida o semi-árido.

Necessitamos encontrar alternativas para o semi-árido; não é através de agricultura que o semi-árido de qualquer parte do mundo sobrevive. Temos que encontrar outras alternativas. Naturalmente temos algumas culturas possíveis de serem desenvolvidas no semi-árido, temos o caju no Ceará, temos agave, temos mamona. É necessário que os poderes do petróleo dêem condição para que se desenvolvam equipamentos e máquinas que possam se movimentar através do óleo de mamona. Este monopólio não permite, como não queria o álcool e hoje não quer o óleo de mamona. Temos algaroba, mas há uma tendência do semi-árido de, pelo menos 60%, se basear na pecuária; pecuária com tecnologia, tecnologia essa já desenvolvida pela EMBRAPA através de culturas que ultrapassem os períodos críticos. E mais, com grande aproveitamento daquilo que é mais importante que é a preservação da caatinga do semi-árido. A maior riqueza do semi-árido, que é a caatinga está sendo degradada através das queimadas para plantação de cultura que não produzem no semi-árido.

Foi dentro desta linha que a CODEVASF passou a trabalhar com novas alternativas, atividades não agrícolas, a partir de mineração, de pecuária e de outros produtos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Solicito aos oradores que se atenham à brevidade do tempo. É que temos que encerrar nossa reunião 10 minutos antes das 6 horas, por uma questão de transporte.

Tem a palavra o Dr. Lourenço José Tavares, representante do Ministério da Integração Regional.

O SR. LOURENÇO JOSÉ TAVARES - Exmo. Senador Beni Veras, Presidente da Comissão Especial Mista para Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Senadores Alfredo Campos e Carlos Patrocínio, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos, minhas senhoras e meus senhores:

Procurarei ser breve, pelo motivo de nosso tempo estar bem curto.

Nesta reunião da Comissão Inter-Regional teremos, saindo desta região para o norte de Minas, uma das soluções mais esperadas neste País. É com uma decisão do Senhor Presidente da República, apoiado na reivindicação apresentada pela bancada mineira, que representa o norte de Minas, o Vale Jequetinhonha e o Vale do Mucuri, apoiada pelos senhores representantes de Minas Gerais no Senado Federal, foi criado o chamado Programa dos Vales Pobres, entre eles o PROMOVALE. Esse programa procura exatamente gerenciar a escassez e dar sentido prático a essa série de problemas que aqui foram colocados.

Vimos o problema das disparidades inter-regionais, das disparidades entre as macrorregiões, mas efetivamente não teria sentido estamos aqui discorrendo sobre esses problemas que são por demais conhecidos de todas essas regiões, se também aqui não estivéssemos trazendo propostas de alternativas de discussão dos mesmos e, sobretudo, de encaminhamento das suas soluções. Nesse sentido, o PROMOVALE, partindo da bancada federal de Minas Gerais, numa proposta que o Senhor Presidente da República Itamar Franco recomendou ao Ministro Alexandre Costa que fizesse a integração, como o Ministério é da Integração, entre as várias ações dos diversos ministérios, juntando esses esforços ao Governo do Estado de Minas Gerais, às prefeituras municipais, às organizações comunitárias, às lideranças econômicas dessas regiões, às associações comerciais e industriais, e assim sucessivamente.

Dentro desse sentido, foi colocado no Orçamento da República para 1994 a rubrica para o chamado PROMOVALE, onde faz a interação de todas essas ações com cerca de 8 ministérios federais diretamente envolvidos, e o Governo do Estado de Minas, coordenado pela sua Secretaria de Planejamento, será essa ação desenvolvida com as prefeituras e as associações comunitárias. Ela visa, sobretudo, o fortalecimento dos grandes eixos relativos ao transporte, a estabelecer sistema logístico para promover a produção e o escoamento dessa produção e, sobretudo, uma integração entre os vários segmentos da sociedade, ocasionando ações que gerem emprego e rendas.

Com relação a isso, está sendo discutido com a bancada do Estado de Minas Gerais, junto com as representações do Ministério e do Governo de Minas, as ações prioritárias que serão desencadeadas no programa do PROMOVALE. Esse programa envolve 114 municípios, incluindo o norte de Minas Gerais, o Vale do Jequetinhonha e o Vale do Mucuri. As ações não serão ditadas no programa de cima para baixo, as ações serão priorizadas a partir dos municípios com o Estado e do Estado com o Governo Federal.

Essa é basicamente a ação que está sendo desenvolvida em Minas Gerais, e este ano já estamos contemplando a priorização daquelas emendas que constam no Orçamento da República e que atendem a esses municípios, num total de cerca de mais

de 5 bilhões de cruzeiros reais, ou seja, em torno de 5 trilhões de cruzeiros antigos. Nessa área, teremos ações de incentivo e de amparo à área da produção, do segmento de produção e do escoamento da mesma na parte da infra-estrutura urbana e na da infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento regional integrado.

Temos as ações do Plano de Ação Governamental, retomando o crescimento feito pela SUDENE, por uma determinação do Senhor Presidente Itamar Franco, que retoma o crescimento econômico, capacitando a região a um desenvolvimento auto-sustentável e canalizando recursos prioritariamente para projetos de efeitos diretos e imediatos no combate à fome e à miséria.

Não vou repetir aqui as taxas elevadas de analfabetismo, as taxas elevadas de doenças, de verminoses, a fraca infra-estrutura econômica existente, mas esse programa muda a sua característica, porque tem um sistema de operação diferente do que até então foi feito, porque ele parte exatamente dos anseios das comunidades, levados ao programa a nível das suas bancadas no Congresso Nacional. Para mim essa é a grande força política que tem faltado às ações na região, e tem faltado nas ações dos programas de desenvolvimento regional neste País. Do momento em que trazemos essas reivindicações, não de cima para baixo mas vindo das comunidades, das associações comunitárias, das associações de prefeituras municipais, dos senhores prefeitos com as Câmara de Vereadores, dos Srs. Deputados Estaduais, dos Srs. Deputados Federais e Senadores, com o apoio do Governo do Estado de Minas e com o apoio do Governo Federal, temos certeza que estamos iniciando um novo tipo de diálogo, estamos iniciando sobretudo um novo tipo de ação.

E é dentro dessa discussão do PROMOVALE, que inclui, nessa área, os pólos agroindustriais, fortalecendo basicamente em Minas Gerais a parte de Gorutuba e a do Jaíba, pois que faltam poucas ações para se terminar e concluir esse projeto. Como também a parte das linhas de eletrificação rural, a parte das estradas tronco e das vicinais, que são fundamentais nessa área, a infra-estrutura econômica como um todo e também a infra-estrutura social, aliada ao ensino, à educação, e assim sucessivamente.

Esses assuntos estão sendo discutidos, continuarão sendo discutidos e, sobretudo, serão implementadas soluções a partir das ações municipais com o apoio do Governo do Estado e do Governo Federal. Nesse sentido, o Senhor Presidente da República está marcando para dentro de mais alguns dias o lançamento oficial do programa, que mesmo antes já começa a ter suas primeiras ações a nível do Orçamento de 1993.

Senador Beni Veras, essa era a mensagem que queríamos trazer em nome do Ministério da Integração Regional, do Sr. Ministro Alexandre Costa, que recebeu essa incumbência do Senhor Presidente da República Itamar Franco. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, meus senhores, minhas senhoras:

Gostaria de confiar ao nobre Senador Alfredo Campos a incumbência de transmitir aos nossos patrícios e amigos do norte de Minas a vontade que temos, no Pólo Petrolina-Juazeiro, de recebê-los, para mostrar os primeiros passos que temos dado pela irrigação às margens do São Francisco.

Vejo que os senhores estão movimentados pelo mesmo impulso nosso, falam na Califórnia brasileira, mas deve ser a Califórnia II, porque lá já falamos na Califórnia I.

Vou dar um dado muito rápido do que acontece por lá.

Há alguns anos, chegamos a produzir tomate em 12 mil hectares; movimentávamos quatro fábricas de polpa de tomate - cada fábrica esmagava, diariamente, 1 mil e 500 toneladas - para os senhores terem uma dimensão do que pode representar uma região como essa, que deve agradecer aos céus o clima e a água que tem do São Francisco.

Hoje, somos produtores de manga da melhor qualidade; 100% dessa manga é destinada ao mercado europeu e ao americano; no próximo ano vai para o mercado japonês. Somos produtores da melhor uva de mesa do Brasil; também, 70% dela é destinada à exportação.

Acreditamos muito no Vale do São Francisco, e como os senhores são dessa região é importante que tenhamos uma convivência, que nos encontremos, que nos beneficiemos uns dos outros. Não digo novidade. Aprendi que quem leu 10 livros e não viajou nunca saiu do primeiro.

Quero dizer aos senhores o que entendo por desigualdade regional. Desigualdade regional é, por exemplo, um estado que tem 10, 20 rios perenes, que tem um solo bom, onde chove 1.500, 2.000 milímetros regularmente - que devia agradecer aos céus e a Deus a generosidade da natureza, como qualquer um estado do Sudeste - que recebeu a imigração financiada pela União, recebeu os recursos humanos de suíços, de americanos, de poloneses, de ingleses, de franceses, e construíram um Brasil diferente do nosso; é uma região que planta e replanta café com recursos subsidiados mesmo, e esses estados se engrandeceram, encorajaram o seu desenvolvimento e hoje são as grandes potências. E há as regiões pobres, que não tiveram as benesses da natureza, como não as teve o Nordeste, como não as teve o norte de Minas - espero que não tenha passado o tempo de a União beneficiá-las.

É a isso que chamo tratamento diferenciado. Eles foram diferenciados pela natureza e por outras oportunidades. Então, que o Nordeste tenha o direito de manter a sua SUDENE - da qual sou intransigente defensor - sobretudo agora que está aperfeiçoada com o sistema de debêntures. Para mim ela é intocável! O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste tem que crescer, ninguém pode imaginar que ele possa ser suprimido ou abalado, porque queremos tratamento diferenciado, precisamos de tratamento diferenciado, porque já começamos a ser diferenciados pela natureza, que não foi generosa para com nós outros.

Contando a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, temos um rio perene, o São Francisco, e temos o maior rio seco do mundo, que é o Jaguaribe, no Ceará.

Então, as coisas são diferentes. A União tem que dar tratamento diferente às regiões. Será justo pagar o nosso agricultor, o nosso pecuarista, a mesma correção monetária, o mesmo juro que se paga em São Paulo ou no Paraná? Isso é demasiadamente injusto. Isso não pode continuar! Isso não é cuidar da federação!

Quero também, nessa hora que vim para ouvir um depoimento público, prestar o meu depoimento aos patrícios do norte de Minas.

Que a conclusão desta CPI encontre o melhor tratamento diferenciado possível para as regiões desprotegidas do Brasil; que também esse relatório nos ilumine para a Constituição que vai ser revista; que tenhamos meios e modos de fixar dispositivos perenes para melhor proteção dessa desigualdade.

Meus amigos, muito obrigado pelo ouvidos que me emprestaram. Quero continuar louvando o Senador Beni Veras por essa peregrinação que vem fazendo pelo Brasil todo, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, onde estivemos juntos, em Fortaleza, em Pernambuco, aqui, hoje, em São Paulo, tudo isso para captarmos os maiores anseios por uma federação justa, equânime, que interesse a todos os brasileiros.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Obrigado, Deputado Osvaldo Coelho.

Tem a palavra o Dr. Valfrido Salmito.

O SR. VALFRIDO SALMITO - Sr. Presidente dos trabalhos, Senador Beni Veras, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores:

Em nome do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, apresento-me para prestar algumas informações.

Em primeiro lugar, quero esclarecer o pedido que foi solicitado pelo Prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu, no sentido de informar a todos os senhores o que está havendo com o Banco do Nordeste, que não acolhe a portaria da SUDENE, beneficiando, assim, os municípios mineiros do norte de Minas, enquadrados na região semi-árida. O Banco do Nordeste não está trazendo prejuízo algum a qualquer tomador de recursos da região norte mineira. Antecipando-se à portaria da SUDENE, já a partir de abril, o banco baixou uma resolução estendendo a todos os municípios enquadrados na seca os benefícios concedidos à região semi-árida.

Essa portaria baixada pela SUDENE, de competência exclusiva da Superintendência, tem caráter provisório, trazendo desdobramentos. Se fosse uma portaria com caráter definitivo, não teria o que examinar, mas essa provisoriedade obriga a instituição a examinar esses desdobramentos. Entretanto, posso afirmar aos senhores que amanhã mesmo, numa reunião do Conselho de Administração, os últimos embaraços estarão sendo equacionados, para que não paire mais qualquer dúvida quanto ao cumprimento do BNB, no que diz respeito ao atendimento dos benefícios a todos aqueles da região norte mineira.

Em segundo lugar, meus senhores, quero agradecer o convite que me foi feito pelo Senador Beni Veras - S. Ex.^a realmente está fazendo um trabalho de apostolado do Brasil, como ressaltou o Deputado Osvaldo Coelho - e manifestar-me sobre o tema "Importância do BNB para a Região Norte de Minas".

Começaria dizendo que o BNB começou a operar em 1954 e, seis meses depois, o Banco do Nordeste estava instalado aqui em Montes Claros, significando que banco veio para cá quando esta cidade era uma pequena comunidade rural com seus 50 mil habitantes dedicados à agropecuária. O Banco do Nordeste veio, se instalou e ficou definitivamente. E hoje, pode-se dizer, com orgulho, que esta cidade de Montes Claros irradia, através do BNB, uma ação dinamizadora de sua economia.

Ao longo desses quase 40 anos de existência, o banco não tem feito outra coisa senão desenvolver todos os seus programas e projetos ora em articulação estreita com a SUDENE, ora sozinho em benefício dessa comunidade.

Diria mais: o Banco do Nordeste, antes de instalar agências em outras capitais do Nordeste e até em outras áreas de grande relevância, instalou sua primeira agência aqui em Montes Claros. Deputado Osvaldo Coelho, o BNB se instalou aqui quatro anos antes de se instalar em Petrolina. Sei que essa dívida vamos carregar para sempre, mas a verdade é essa.

E esse banco de desenvolvimento, o BNB, não se limitou a operar o crédito do desenvolvimento, crédito de longo prazo, crédito para a indústria, para a infra-estrutura e para o setor rural. 92% dos seus recursos são destinados ao desenvolvimento e apenas 8% são destinados ao crédito e ao câmbio; consignando, com isso, o seu empenho em gerar riquezas e em ampliar as fontes geradoras de riquezas e de bem-estar.

Comprovando ainda mais esse esforço do BNB, diria para os senhores o seguinte: nos municípios mais pobres do norte de Minas Gerais, estamos sendo agentes em escala maior do que em outros municípios. Por exemplo, no município de Salinas, Minas Gerais, o Banco do Nordeste responde por 95% das operações ativas do crédito, enquanto responde apenas por 45% das operações passivas, isso quer dizer que ele aplica o dobro dos depósitos que recolhe da comunidade. Esse fato é muito significativo, porque o banco traz recursos; ele não está lá para drenar recursos da comunidade, mas para aportá-los. Essa estatística, variando um pouco, aplica-se a todos os municípios do norte de Minas Gerais onde o Banco do Nordeste possui agência.

Essa é a posição de um banco de desenvolvimento. Todas as ações desenvolvimentistas que empreendemos, ao longo dessas décadas de existência da SUDENE, estivemos lado a lado, em perfeita harmonia e entendimento, implantando programas como o Pólo Nordeste, Projeto Sertanejo, PAP e o FINOR. O Banco do Nordeste é o agente financeiro que opera o FINOR, que aplica recursos da maneira como a SUDENE determina. Então, há uma sintonia perfeita dessas duas instituições.

Mas, aqui mesmo em Montes Claros, pode-se comprovar o que é o órgão de desenvolvimento e um agente financeiro de desenvolvimento. Por exemplo, estamos concluindo uma pesquisa sobre o consumo de produtos industriais na cidade de Montes Claros. Essa pesquisa vai nos fornecer indicativos sobre a demanda potencial desta cidade para a implantação de novos empreendimentos.

Esse é um trabalho de grande fôlego resultante de um convênio do Banco do Nordeste com a Universidade de Montes Claros e com a SUDENOR. Temos a certeza de que deste trabalho, naturalmente, surgirão motivações para novos investimentos.

Finalmente, não posso deixar de me reportar ao trabalho do FNE aqui na região. Primeiro, é preciso ressaltar que o Banco do Nordeste está aplicando na região norte-mineira mais de 7% de todos os recursos do FNE, o que, no momento, representa um valor superior a US\$ 97 milhões, com uma expectativa de um crescimento acelerado.

Dessa maneira, esclareço que não estamos em situação de expectativa com relação à portaria da Sudene. Para os senhores terem idéia, no momento, já temos mais de seis mil clientes da região norte-mineira no FNE. E temos a certeza de que esse número crescerá na medida em que a própria comunidade aumentar a sua demanda para o Banco do Nordeste.

Com essas brevíssimas afirmações, quero esclarecer que o destino do Banco do Nordeste como banco de desenvolvimento esteve sempre ligado a esta região. Aqui, o BNB se implantou antes mesmo de se instalar em cidades como Aracaju e São Luís do Maranhão, exatamente dentro da perspectiva de que o norte de Minas Gerais pertence à região mais pobre do Nordeste. E para cá se voltaram os nossos primeiros esforços com a sexta agência implantada logo após o início da operação.

Muito obrigado.

Estou à disposição de V. Ex^{as}. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Para falar sobre a atuação da SUDENE na área mineira do Nordeste, concedo a palavra ao Dr. Leonides Alves.

O SR. LEONIDES ALVES - Sr. Presidente, autoridades presentes, Deputados Federais e Senadores, meus amigos de Montes Claros:

Para falar sobre a SUDENE é muito importante partir de um ponto básico: dificilmente o braço de alguém funciona bem se a totalidade do corpo está mal. A análise da ação da SUDENE tem que ser necessariamente entendida como a SUDENE fazendo parte de um todo maior que é o País. Isso é muito importante.

O segundo ponto essencial é que, ao lado de todos esses dados negativos apresentados na tarde de hoje - e quando falo em Nordeste em minha mente está incluído, evidentemente, o norte de Minas -, tem que ser dito que a economia do Nordeste é altamente dinâmica. Ela teve um único instrumento de política econômica nesses 33 anos, instrumento contínuo e permanente: o FINOR. O FINOR aprovou para a região 219 projetos e essas empresas são responsáveis hoje pelo recolhimento de 60% do ICM e 99% do IPI. Ademais, se examinarmos os dados, observamos que em todos os períodos de crise a economia do Nordeste cresceu mais do que a economia do Brasil, o que demonstra que a região tem capacidade de resposta a investimentos permanentes e contínuos.

A atual seca levou a SUDENE e o Nordeste ao Presidente Itamar Franco. E o Presidente da República, com a sua sensibilidade, tomou uma decisão fundamental - que será tão histórica, quanto histórica foi a decisão do Presidente Juscelino Kubitschek, ambos de Minas Gerais - determinando que a SUDENE elaborasse um plano de ação governamental, não um plano de desenvolvimento. Sua Excelência pretende encaminhar o documento ao Congresso para ser transformado em lei e, assim, o Nordeste poderá voltar a ter recursos estáveis que desapareceram nos últimos 15 anos.

E dizia o Presidente Itamar Franco: "Tenho consciência que o meu Governo não vai resolver o problema do Nordeste, das obras permanentes que permitam a convivência do homem com a seca; mas vou, no meu Governo, iniciar um conjunto de obras permanentes que permitirão ao Nordeste - evidentemente, aí está o norte de Minas - ter maior capacidade de resistir às flutuações climáticas".

Essa é a versão final do documento entregue ao Presidente, feito de acordo com a realidade nacional, levando em consideração a inflação, a renegociação da dívida interna e externa, etc. E foram detalhados dois programas: o de combate à

pobreza e o de transformação do semi-árido, área que representa mais de 51% das área do Nordeste e responsável pela grande miséria, indigência e fome da região.

Nesse documento, inverteu-se o clássico. Os planejadores sempre trabalharam no sentido de fazer crescer o produto e, como consequência, ter o crescimento da renda, do pagamento do trabalhador.

Aqui não! Toda a montagem está no sentido de remunerar o trabalho como ponto central de geração de mercado, de expansão de mercado e, a partir daí, ter-se o crescimento do produto.

No combate à pobreza, à miséria, à fome. Partiu-se de três diretrizes: a primeira, eram os chamados programas assistenciais.

Em 1960, tínhamos 13 milhões de pobres; em 1970, passou para 16 milhões; em 1980, caiu para 13 milhões e, em 1990, subiu para 23 milhões, dos 44 milhões de habitantes do Nordeste. É culpa da SUDENE? Não! É o modelo concentrador de renda, é o modelo que remunera os agentes financeiros e não aqueles que efetivamente produzem o trabalho, e estes são o público alvo desse documento.

Daí, o Senador Beni Veras dizia-me antes de sair: Leonides, foi o melhor plano da SUDENE que eu já vi porque está calcado numa realidade social, essa linha assistencial é de combate direto à pobreza.

A segunda linha, a chamada compensatória, é a dos serviços sociais básicos: educação, saúde e saneamento, que tentam minorar um pouco aquilo que a estrutura social da economia nacional fez, ou seja, tornar muita gente muito mais miserável e outros bastante mais ricos.

E a terceira linha é a de transformação do semi-árido com programas como irrigação.

Mas, para tudo isso, minha gente, temos que trabalhar na educação. E esse documento concentra esforços na educação fundamental.

Dos 3,5 milhões de crianças, com idades entre 7 a 14 anos, que estão fora da escola em todo o País, cerca de 2,5 milhões estão no Nordeste - inclua-se o norte de Minas Gerais; ou seja, é a verdadeira fábrica de analfabetos. Tem que haver um trabalho de cidadania para que haja um esforço efetivo, é necessário o ensino profissionalizante para permitir que a pessoa gere emprego e renda.

Só foi possível existir transformação dentro desse quadro, tanto industrial, agrícola, quanto agroindustrial, graças a instrumentos como o FINOR, a despeito de financiar os grandes e de gerar concentração de renda. Senhores, a concentração é própria do modelo nacional do desenvolvimento e todos temos que criar uma consciência coletiva sobre o assunto para que possamos reagir através de sindicatos, associações, etc., e conseguirmos a redução dessa concentração e, com isso, obter-se uma melhor distribuição de renda.

O que esperamos é que esta Comissão que trata dos Desequilíbrios Inter-Regionais, da maior relevância para o País, tenha cuidados institucionais adequados, para que não se penalize a experiência de mais de 30 anos com certas transformações institucionais que poderão ser experiências novas contra experiências testadas e válidas de instituições como a Sudene ou o Banco do Nordeste.

O FNE surgiu em 1989. Está dando os seus primeiros passos, com êxitos, com dificuldades, com ajustamentos e com a criação de mecanismos operacionais. Parece extremamente cedo pensar-se em introduzir inovações drásticas em um instrumento que é de financiamento do desenvolvimento.

Quanto à portaria do semi-árido, meu estimado amigo Salmito, ex-Superintendente da SUDENE, onde trabalhou durante sete anos, de quem fui Superintendente Adjunto, deu-me algumas explicações e eu as completaria: É competência privativa da SUDENE, nos termos da legislação em vigência, definir o semi-árido. Vejam bem, "é competência privativa da SUDENE".

A SUDENE entendeu, de 1976 para cá, que deveria ampliar o número de municípios existentes, passaria de 821 para 1.064. E tomou a decisão de fazê-lo transitoriamente porque o conceito de semi-árido implica problemas geológicos, cartográficos, hidrológicos, meteorológicos, etc. Como, indiscutivelmente, todas essas regiões não apresentaram precipitação pluviométrica acima de 800 milímetros - todas apresentaram abaixo disso -, a SUDENE entendeu que não ter a coragem de tomar essa decisão significaria prejudicar ainda mais aqueles municípios já socialmente prejudicados.

O estabelecimento do dia 30 de junho foi porque até lá todo esse fluxo invernoso fica concluído e, conseqüentemente, há melhores condições de avaliação.

Estou indo para Fortaleza para a reunião do Conselho de Administração do Banco, será amanhã à tarde, onde se pretende discutir um pouco mais essa matéria. Temos certeza que os aspectos operacionais, que cabem ao banco e não à SUDENE, precisam ser tomados com muito cuidado para evitar uma sucessão de problemas jurídicos. Temos certeza de que sairemos amanhã de Fortaleza com todos esses senões devidamente equacionados, porque o Superintendente Cássio Cunha Lima, que hoje está em Brasília, decidiu ir pessoalmente à Fortaleza para resolver esse assunto. Dr. Cássio está seguro de que se trata de questão da maior relevância para o Nordeste e também para o norte de Minas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Campos) - Concedo a palavra ao Presidente da AMANS, Prefeito Arlem de Paulo Santiago Filho, que falará sobre o desequilíbrio regional.

O SR. ARLEM DE PAULO SANTIAGO FILHO - Exmº Sr. Senador Alfredo Campos, Senadores Beni Veras, Carlos Patrocínio, Júnia Marise, Ronan Tito; Deputados Getúlio Neiva, Wilson Cunha, Humberto Souto, Maria Valadão, Osvaldo Coelho; Deputados Estaduais Roberto Amaral e Pécio Ferreira; Sr. Gil Pereira, Exmº Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, organizador desse evento; Prefeito Luís Tadeu Leite; amigo do norte de Minas, Diretor da SUDENE, Dr. Leonides Alves; Dr. Valfrido Salmite, do Banco do Nordeste; demais autoridades:

Realmente, sobre disparidades regionais, a região já ouviu bastante através das exposições feitas. Também, as nossas reivindicações foram colocadas quase que in totum pelo Prefeito Luís Tadeu Leite e pelo presidente da Câmara, Gil Pereira. Porém, temos ainda algumas reivindicações que estamos encaminhando e queremos que esta Comissão que estuda as disparidades inter-regionais, aqui representada, pelo Senador Alfredo Campos, estude-as e nos dê uma resposta.

A primeira delas é incluir a área mineira no Polígono das Secas para fins de IBGE, com os índices do Nordeste. Nossos índices são os do Sudeste e não correspondem à nossa realidade.

A segunda: necessitamos do fortalecimento da SUDENE e de todo o sistema de incentivos fiscais e financeiros, assim como a expansão da área de atuação da SUDENE no norte de Minas, pois no próprio polígono ainda podem ser incluídos novos municípios, visto que os mesmos se enquadrariam no critério de índice pluviométrico. Destacamos aqui as cidades de São Romão e Santa Fé de Minas, que fazem parte geograficamente do norte de Minas e não sabemos o porquê não terem sido incluídos na época.

Precisamos reformular o sistema da SUDENE com vistas a beneficiar, em especial, pequenas e médias empresas, descentralizando o seu efeito para as cidades menores, com ênfase para a agroindústria. Precisamos concluir os Projetos Jaíba, Gorutuba e precisamos implantar o Projeto Jiquitá.

Discordamos do Sr. Airson Lóssio quando diz que a irrigação não seria uma solução para o semi-árido e para o norte de Minas. Gostaríamos de aprofundar esses estudos, assim como convidar o presidente da CODEVASF para voltar aqui e discutir conosco essa afirmação.

Conforme foi dito pelo Senador Ronan Tito, embasado nas afirmações do grande Prefeito de Janaúba, pensamos que o norte de Minas e o Nordeste podem ser a Califórnia brasileira. Se houve possibilidade de mudar a Califórnia, por que a irrigação não poderia mudar o norte de Minas?

Também queremos uma melhor avaliação sobre a afirmação do Presidente da CODEVASF de que apenas 3% da nossa área do semi-árido poderia ser aproveitada com os nossos recursos hídricos.

Além disso, precisamos da criação de mecanismo de ação que beneficie diretamente a população carente das áreas deprimidas.

O Governo Federal precisa criar um fundo compensatório para o saneamento básico, educação, saúde e habitação, particularmente para populações com renda de até dois salários mínimos. Poderia, também, ser feito investimento pesado também em infra-estrutura na área de energia elétrica, telefonia, rodovias e ferrovias.

Outrossim, precisamos de um incentivo especial para nossa universidade estadual e para nosso colégio agrícola que deveria ser transformado em curso superior. E, principalmente, precisamos, Senador Alfredo Campos e demais membros, regionalizar o orçamento da União, adotando como critério para os gastos o número de habitantes e um fator adicional para as regiões subdesenvolvidas. Deveríamos, também, determinar a regionalização dos orçamentos estaduais pelos mesmos critérios. Dessa maneira, acreditamos, poderíamos diminuir as disparidades regionais.

Assim, a AMANS coloca aqui as suas reivindicações e, se ainda houver tempo, presidente Beni Veras e Senador Alfredo Campos, gostaríamos de ouvir a palavra a respeito da irrigação, do Prefeito de Janaúba, Dr. Edilson Brandão Guimarães.

Entrego esses documentos ao Senador Beni Veras, esperando que sejam objeto de análise por parte da brilhante Comissão sobre os Desequilíbrios Inter-Regionais e tenho certeza que estes servirão de base para mudar essa situação de sofrimento do Nordeste e do norte de Minas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra ao Prefeito Edilson Brandão.

O SR. EDILSON BRANDÃO - Senador Beni Veras, Senador Alfredo Campos, Prefeito Tadeu Leite, Presidente da Câmara, meu amigo Gil, meu chefe, presidente da AMANS, e demais autoridades presentes:

Esta reunião é de grande importância e deve continuar por este País, mas, ao realizá-la, é preciso que se escute a voz daqueles que moram na região.

V. Exª vai me desculpar e perdoar, mas a reunião já está esvaziada. Tinha eu um recado para o Governador do Estado, e S. Exª não mais está presente; tinha um recado para o Senador Ronan Tito, que usou o nosso tema: "Califórnia Brasileira", mas, mesmo assim, ainda há muita coisa a ser dita principalmente a V. Exª.

Durante 4 anos trabalhei no seu Ceará, durante 4 anos fiz mil quilômetros de rede elétrica no Vale do Inhamuns, considerado o vale mais seco do mundo. Ali fui produzir algodão, combati o bico e tivemos uma produção média de 150 arrobas por hectare. Lá espalhei a eletricidade, mas ainda é necessário que se leve a energia para as casas, porque só fizemos as redes troncos.

É preciso - este é o meu tema - vontade política, coisa que falta neste País, Srs. Senadores!

O Presidente Kennedy, com uma canetada, com vontade política, fez com que o deserto da Califórnia, que tem geada, tufão e muitas pragas, se transformasse na 6ª economia do mundo.

Conheço, Sr. Senador, e medi este norte de Minas, de avião, de carro, de cavalo e a pé, porque a minha formação é de engenheiro agrimensor, e afirmo: aqui existe água suficiente para irrigar todo o norte de Minas.

Ouvimos técnicos dizerem que a água só dá para irrigar "x" por cento. Algum deles já mediu a enchente do São Francisco? Algum deles sabe o quanto de água o São Francisco joga no mar todo ano? Algum deles conhece a Serra da Canastra, onde nasce o rio São Francisco que corre pelo estado de Minas Gerais, levando sua água até o Nordeste? É o rio da integração nacional!

Qual integração há nesse rio? Temos Três Marias, realizada por Juscelino Kubitschek; mais abaixo, temos Paulo Afonso. É o que mais existe nesse rio da integração nacional? Fome, miséria porque não há vontade política. É a vontade política que precisa acontecer neste País, Srs. Senadores! (Palmas)

Senador Alfredo Campos, para V. Exª tenho uma coisa a dizer: o nosso saudoso Presidente Tancredo Neves, que Deus levou antes do tempo. Conversei muito com ele e ele havia prometido que essa vontade política de acabar com a miséria do Jequitinhonha e do norte de Minas Gerais eu iria conhecer.

Quem conhece o Vale do Jequitinhonha? Quem conhece do Salto da Divisa? Quem conhece Almenara? Lugares de matas, onde as árvores alcançam de 50 a 60 metros de altura, com diâmetros de 14 a 15 metros de rodeo. Essa terra é pobre, Sr. Senador? Aqui, no norte de Minas Gerais, Senador Bení Veras, quando estudante - porque para lá fui estudar Aerofotogrametria -, em cima da minha prancheta estava o município de Riacho dos Machados. Sou filho da Zona da Mata. Sou filho da região privilegiada e de família tradicional. Então, eu posso falar. Quando estudei, sabia onde era o Riacho dos Machados. Hoje, a Vale do Rio Doce está tirando ouro para o Brasil naquela região. Como é que essa região é pobre?! Onde há terras melhores do que as do nosso Vale?

Não conheço Los Angeles, São Francisco: Como a maioria dos Senhores, conheço o México, Israel, a Califórnia. Lá estive andando e estudando e sei de quanta água eles dispõem, ou seja, um terço da água que nós temos nessa região do norte de Minas Gerais, ainda mais, há um rio que é dividido com o México.

Para o meu pronunciamento, primeiro, fiz um trabalho humilde, que deveria ser feito pela CODEVASF, já deveria ter sido feito pela SUDENE, para saber o quanto de água e terra boa existe aqui. É este o pedido que peço transmitam ao Governador do Estado. Nomeei o Agrônomo, Presidente atual da nossa pesquisa em Minas Gerais, o Sr. Mário Ramos Vilela.

Peço, Sr. Senador Alfredo Campos, que V. Exª lembre este nome: Mário Ramos Vilela, atualmente Presidente da pesquisa mineira. Gostaria que ele chefiasse a pesquisa para conhecer a riqueza e a potencialidade do norte de Minas e constatar que essa miséria não se justifica.

Senador Valmir Campelo, meu companheiro quando eu tinha um escritório de planejamento e V. Exª trabalhava na SUDENE, conheço V. Exª desde aquela época, conheço sua caminhada, conheço por onde passou. V. Exª sabe que as agências do Banco do Nordeste promoveram o grande desenvolvimento dessa região, mas também sabe que elas aqui cresceram porque demos resposta com o nosso trabalho.

Perdi, Sr. Senador, 30 anos da minha vida, sendo líder rural. Ocupi cargos de Presidente de Sindicato, Presidente de Cooperativa, membro da FAEG, membro do CNA, Vice-Presidente da UDR no Brasil. Esses 30 anos eu joguei fora, porque apresentávamos verdade, apresentávamos trabalhos sérios, mas que dependem de vontade política.

Por isto, hoje, como um simples Prefeito de uma cidade pequena, animei-me e vim aqui falar. Estava inteiramente acanhado - como ainda estou - porque é muito peso para um Prefeito de uma cidade pequena vir aqui desafiar Senador dizendo: é preciso vontade política neste País, porque não aguentamos mais viver na miséria. Viver na miséria dentro da riqueza, viver na miséria numa região em que a declividade chega a 1 por mil - saindo de Janaúba até o São Francisco são 140 quilômetros, com 140 metros de declividade. Qual a dificuldade de irrigar essa terra? Temos a calha de 3 rios - o Gurutuba, o Quém-Quém e o Rio Verde. Jogada a água do São Francisco ali dentro, não teremos mais que passar pela humilhação de vir a uma reunião do Senado trazendo frases tristes com desintegração.

O Vale do Inhamum - o seu Vale do Inhamum - também conheço de perto, porque lá fizemos mil quilômetros de cerca, é uma região rica. Lá plantamos uva, algodão, criamos uma Cooperativa na cidade de Tauá, do Ministro Vicente Fialho. O Ceará de S. Exª também é rico. Conheço de perto grande parte do seu Ceará. No

entanto, há muitas represas não sendo utilizadas para a agricultura, são usadas apenas no abastecimento.

Vou parar de falar porque quando falo no São Francisco me entusiasmo e dentro do entusiasmo - reparem V.Ex^{as} e os Srs. Diretores - não há intenção de ofensa, apenas a mágoa de um mineiro que sofre dentro da riqueza e não se conforma com isto. Muito obrigado a V.Ex^{as}. (Palmas.)

O SR. HUMBERTO SOUTO - Senhores e senhoras:

Como já devem ter notado, não iria falar e nem vou falar nesta reunião.

Sou daqueles que acreditam que em uma audiência pública precisamos ouvir o povo. Por isto, desde o início, neguei-me a falar. (Palmas.)

No entanto, não posso deixar de registrar duas palavras neste momento. Goethe, um dos maiores pensadores que a humanidade já possuiu, do alto da sua sabedoria, já dizia "Que cada um varra a porta de sua casa e todos os quarteirões manter-se-ão limpos." Este pensamento, de cunho aparentemente prosaico e acariano, revela-nos a argúcia da sabedoria humana.

O prefeito está fazendo o que pode. O povo do norte de Minas Gerais está fazendo o que pode. As desigualdades existem e o Senado da República, juntamente com a Câmara dos Deputados, só agora - e só agora mesmo - está, através do idealismo, da competência e da garra do Senador Beni Veras, indo até às localidades mais longínquas, procurando saber o que esse povo quer e o que ele precisa.

Seria muito fácil bolarmos, em Brasília, mais um plano, mas o Senador Beni Veras não quis assim proceder. Quis escutar o povo.

Infelizmente, houve um erro nesta nossa reunião. Desde o início, deveríamos estar em audiência pública, procurando saber quais soluções poderiam vir da base. Se não se conduziu a reunião como deveria, foi um erro, mas isso não inviabiliza, jamais, o que esta Comissão, sob a Presidência do meu colega, Senador Beni Veras, quer fazer.

Continuamos a reunião. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Peço desculpas a V.Ex^a. Sua reclamação é pertinente. As pessoas foram pouco ouvidas. Portanto, proporemos que elas fossem mais ouvidas.

Usualmente, quando organizamos essas audiências, elas contam com uma participação muito maior da população local, que pode passar documentos e informações à Comissão para que ela possa enriquecer o seu conhecimento a respeito dos problemas.

Aqui, houve um problema de tempo - premência de transportes - ou voltaríamos hoje, ou quarta-feira. Não tínhamos condições de ficar, aqui, até quarta-feira, por obrigações que temos em Brasília. Por tudo isto, somos obrigados a ser mais breves do que o necessário.

Portanto, peço que V.Ex^a e os demais presentes desculpem-nos. Peço, inclusive, desculpas, de maneira muito especial, ao Dr. Luiz Magalhães, ao Dr. José Geraldo Drumond e ao Dr. Lúcio, que deveriam participar desta reunião, fazendo exposições e, se não o fizeram, infelizmente, foi por não haver tempo. Peço desculpas e sei que, com isto, perdemos por não tê-los ouvido.

O nosso propósito, nessas andanças e nessas audiências que temos realizado, é procurar descobrir a alma do País. O que o ele pensa? O que ele sente? Qual é o tamanho da sua angústia?

Nosso País está 15 anos sem crescer; é um País sem esperanças.

Portanto, procuramos despertar essa força vital que existe na Nação e fazer com que se acredite nela, mas para isso é necessário que mostremos viabilidades no seu futuro, uma perspectiva de que ela possa ser realizada ao longo do tempo.

Este é o propósito desta comissão, despertar esperança, ver se conseguimos, no âmbito do Governo, mostrar que o Brasil é um País que tem futuro, mesmo suas regiões deprimidas, uma vez bem trabalhadas, têm potenciais que precisam ser melhor aproveitados.

Esta é a nossa preocupação.

Muitas vezes não atingimos, mas a luta permanece. Continuaremos nisso e iremos até o fim para ver se conseguimos ter um País mais justo e mais equilibrado.

Muito obrigado pelas atenções. Espero voltar em breve numa situação melhor, mais favorável. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19hs.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS